INSTITUTO HISTÓRICO da Ilha Terceira

BOLETIM



VOL. XXIX — XXX 1971 / 1972
XXXI — XXXII — XXXIII 1973 / 1974 / 1975

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Patrocinado e subsidiado pela Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo

SÉDE

Museu de Angra do Heroísmo

DIRECÇÃO (1970 — 1971)

Presidente — Tenente-coronel José Agostinho
Tesoureiro — Francisco Coelho Maduro Dias
Secretário — Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima

(1972 — 1973 — 1974 — 1975)

Presidente — Tenente-coronel José Agostinho
Tesoureiro — Francisco Coelho Maduro Dias
Secretário — João Dias Afonso

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA
A DIRECÇÃO DO INSTITUTO

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, ideias ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art.º 17.º do Regulamento do Instituto)

União Gráfica Angrense
Angra do Heroísmo
1976

BOLETIM
DO
INSTITUTO HISTÓRICO
DA
ILHA TERCEIRA

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 1975)

Presidente honorário: O Ex.mo Senhor Tenente-Coronel José Agostinho

Sócios Efectivos:

Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino
Dr. António Manuel Bettencourt Machado Pires
Dr. António Maria Ourique Mendes
Dr. Cândido Pamplona Forjaz
Prof. Emanuel Félix Borges da Silva
Arq. Fernando de Sousa
Francisco Coelho Maduro Dias, *Tesoureiro*
Governador do Castelo de São João Baptista
Dr. Hélder Parreira Fernando de Sousa Lima
Mons. Inocêncio Enes
João Dias Afonso, *Secretário*
Dr. Jorge Abreu Forjaz
Dr. José Guilherme Reis Leite
Dr. José Leal Armas
Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, *Presidente*
D. Maria Francisca Bettencourt
Dr.a D. Maria Olímpia Gil
Dr. Rafael Valadão dos Santos
Dr. Teotónio Machado Pires

Sócios Honorários:

Sua Ex.a Rev.ma o Sr. D. José Pedro da Silva, Bispo de Viseu
Presidente Honorário da Casa dos Açores do Rio de Janeiro, Ex.mo Sr. João Soares de Medeiros
Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, Escritor e Etnógrafo
Prof. Dr. Vitorino Nemésio, Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Wilhelm Giese, Catedrático da Universidade de Hamburgo
Prof. Dr. Aurélio Quintanilha.
Prof. Artur Álvaro dos Santos Correia de Sousa, Professor do Conservatório de Lisboa
Dr. Walter F. M. Piazza, Presidente da Sub-Comissão Catarinense de Folclore
Prof. Dr. Dante de Laytano, Director do Museu do Estado do Rio Grande do Sul
Dr. João Bernardo de Oliveira Rodrigues, Prof. do Liceu de Ponta Delgada
Mons. José Machado Lourenço, Escritor e Presidente do Instituto Açoriano de Cultura
Prof. Dr. Fritz Krüger, Director do Instituto de Linguística da Faculdade de Filosofia e Letras de Cuyo, Argentina
Prof. Dr. Marcello José das Neves Alves Caetano
Dr. Carlos Renato Gonçalves Pereira, Juiz Conselheiro
Tenente Coronel Frederico Lopes da Silva
Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral
Dr. José Enes Pereira Cardoso, Reitor do Instituto Universitário dos Açores
Dr.a D. Elsa Brunilde Lemos de Mendonça

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

B O L E T I M



VOL. XXIX — XXX 1971 / 1972
XXXI — XXXII — XXXIII 1973 / 1974 / 1975

ANGRA DO HEROÍSMO

União Gráfica Angrense

NOTA EXPLICATIVA

Em assembleia realizada pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira, foi deliberado que o presente Boletim englobasse os anos de 1971 a 1975.

Motivaram esta deliberação duas necessidades essenciais:

— esgotar os trabalhos destinados a publicação na posse, desde há muito, deste Instituto, antes que a sua actualidade fosse definitivamente ultrapassada;

— actualizar o próprio Boletim de forma a permitir que o mesmo surja anualmente e inserindo trabalhos recentes que sejam fruto de investigações, designadamente as elaboradas pelos Sócios.

Só assim é viável a este Instituto resolver o seu problema editorial que, por dificuldades de vária ordem, tem vindo a agravar-se substancialmente sem que fosse possível esboçar uma solução mais eficaz e oportuna.

O INSTITUTO

Miguel Abreu de Castro Parreira

Imigração Portuguesa na América do Norte
Considerações Histórico-Sociais
e Linguísticas

1969

Miguel Abreu de Castro Parreira

Imigração Portuguesa na América do Norte
Considerações Histórico-Sociais
e Linguísticas

Dissertação de licenciatura em FILOLOGIA GERMÂNICA apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa

1969

INTRODUÇÃO

Tem em vista este trabalho apresentar alguns aspectos de análise da imigração portuguesa nos Estados Unidos da América do Norte, sob duas perspectivas fundamentais: uma de natureza histórico-social, outra de natureza linguística.

Partilhando embora da opinião de que a América é uma nação de imigrantes, resultando daí muito do seu real valor e pujança, não há aqui qualquer intenção de destacar o elemento português no todo dos variadíssimos grupos populacionais espalhados pelos Estados Unidos. Eles são muitos e a contribuição portuguesa para a realidade americana é, sem dúvida, relativa.

É nosso objectivo, simplesmente, acompanhar, no espaço e no tempo, a deslocação dos portugueses para o NOVO MUNDO, referindo a sua distribuição geográfica, principais actividades ocupacionais e seguidamente apresentar alguns aspectos elucidativos do conflito entre a língua portuguesa e a inglesa na América do Norte.

Naquela perspectiva, depois de se atender às dificuldades naturais e criadas com que a língua portuguesa se debate em território americano, achámos interessante referir o esforço do português para manter viva a língua de origem numa comunidade linguística inglesa. Houve, a terminar, uma tentativa de exemplificação prática da transformação especial sofrida pela língua inglesa, quando falada ou deficientemente adaptada pelo português estabelecido na América.

Foi nossa preocupação dar uma ideia de conjunto às duas directrizes principais que orientaram o presente trabalho. Integrando-se, elas completar-se-ão. Dada, todavia, a impossibilidade de um contacto directo com as comunidades portuguesas nos Estados Unidos, existem lacunas e várias são as referências em

segunda mão. Deu-se, no entanto, critério à selecção bibliográfica e algo se aprendeu por correspondência pessoal, bem como por interrogatórios enviados e realizados naquele país.

Queremos, por fim, agradecer a todas as pessoas que, directa ou indirectamente, colaboraram para a elaboração do nosso trabalho. Destacamos, em especial, o Senhor Tenente-Coronel José Agostinho, Director do Instituto Histórico da Ilha Terceira, a Senhora Dr.ª Maria Leonor Telles, Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Rev.do P.e José Maria das Neves, Secretário Diocesano da Emigração dos Açores.

PARTE I

ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIAL

I — CAUSAS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA A AMÉRICA DO NORTE

Está hoje estabelecido que, logo no início do séc. XVI, falantes de língua portuguesa se encontravam em território que constitui hoje os Estados Unidos da América. É o caso, entre outros, de Miguel Corte-Real, filho de João Vaz Corte-Real, 1.º Capitão Donatário de Angra, e a sua relação com a famosa «Pedra de Dighton» (Massachusetts), conforme a teoria do Prof. Edmund B. Delabarre (1). São, todavia, casos isolados de que, de nenhum modo, nos ocuparemos.

Apenas como apontamento histórico, queremos ainda referir a chegada, em 1654, a Nova Amesterdão (hoje Nova Iorque) de um grupo de refugiados judeus de origem portuguesa. Perseguidos inicialmente em Portugal, passaram à Holanda e daí para o Brasil (Pernambuco) por aquela então colónia portuguesa ter sido parcialmente conquistada pela Companhia holandesa das Índias Ocidentais. Foi então que se verificou, na data acima citada, a reconquista do Recife pelos portugueses e a fuga imediata de um bom número de judeus para as Índias Ocidentais, tendo alguns deles alcançado Nova Amesterdão. Daí ainda se ramificaram para a cidade marítima de Newport, Estado de Rhode Island (2).

Mas não é este ainda um caso que interesse directamente a este estudo, cuja análise tem como ponto de partida apenas a emigração em massa dos portugueses para a América. Os antecedentes mais directos de tal movimento deverão ter como data baliza inicial os fins do séc. XVIII, quando barcas baleeiras americanas, algumas ainda saídas de Newport, mas depois, e quase exclusivamente, de Nova Bedford, começaram a recrutar tripulações açorianas. É este o marco da contígua emigração portuguesa para a América do Norte durante o séc. XIX, sofrendo considerável decréscimo com as leis restritivas dos anos vinte,

voltando a ser hoje um factor relevante no movimento demográfico português (3).

Depois de nos fixarmos no tempo, relativamente ao objecto do nosso estudo, é agora altura de referir as causas fundamentais que, directa ou indirectamente, melhor explicam a tendência para a fixação dos portugueses nos Estados Unidos.

Sabendo que a população portuguesa na América é constituída por açorianos, continentais, madeirenses e caboverdianos, as razões e condições de tal emigração devem ser vistas em função dos respectivos grupos. Procuraremos, porém, abarcar o problema no seu conjunto, permitindo-nos embora a especificação de casos concretos. Para tanto, e dada a maioria de açorianos na população portuguesa da América, a nossa atenção cairá especialmente sobre os condicionalismos naquele arquipélago.

Como em todos os fenómenos demográficos, há na emigração portuguesa causas económicas que a determinam mas, a par delas, há causas de natureza psicológica ou moral que não devem ser esquecidas.

Mais do que a dificuldade de satisfazer as necessidades de vida, a impossibilidade de as melhorar no acanhado meio ilhéu — o juízo pode alargar-se aos continentais —, onde a riqueza agrícola encontra naturais limites ao seu desenvolvimento, é causa de emigração. Esses limites são, principalmente nos Açores, a reduzida extensão de terrenos cultiváveis e dificuldades na colocação em mercados externos de produtos encarecidos pelas despesas de deslocação. Considerável é ainda a diminuta actividade industrial derivada da falta de matérias primas, a não ser de origem agrícola ou pecuária.

Que a terra açoriana se presta para a cultura, em função do seu clima, é facto conhecido. As condições de vida existem em regra e tanto o camponês — pequeno lavrador e o que trabalha por conta própria — como o operário podem prover às suas necessidades mais elementares. O problema não é, portanto, de subsistência mas de exiguidade de proventos, como garantia de vida desafogada. Por defeito de organização económica, a situação da maioria dos açorianos sempre esteve longe de ser próspera, ou porque a propriedade está nas mãos dum pequeno número de

indivíduos, enquanto o grosso da população vive dum salário ínfimo, ou porque a propriedade está muito dividida, havendo um excesso de cultura rotineira ou ainda por uma sobrecarga de rendas excessivas (4).

É nesta contextura, cujas circunstâncias, pode dizer-se, foram de sempre, que se compreende a frase frequentemente ouvida nos Açores: «Estou a tratar dos papéis para a América pois aqui, trabalhe o que trabalhar, não passo do que sou». Há o reconhecimento implícito de uma impossibilidade de ascensão na escala económica local, aliado à diferença notória de salários, muito mais elevados no país de destino do que na terra natal.

Fala-se também muitas vezes na superpopulação, em especial no que se refere aos açorianos, para explicar a saída de grande número deles para a América. A terra não chega para todos, há que partir. No entanto, é facilmente verificável que a densidade populacional no arquipélago, e o mesmo é dizer no continente, é inferior à de várias outras partes do mundo de onde não se emigra em tão grande escala. Vejamos, de resto, um testemunho sintomático e alarmante, aplicável aos Açores, no ano de 1902:

«A emigração legal e clandestina, senhor presidente, e dominantemente esta, de todas as ilhas dos Açores, e mormente de S. Jorge, Graciosa, Pico, Fayal e Flôres, para a América do Norte, é verdadeiramente assustadora e ameaça grave e próximo despovoamento d'algumas d'aquellas ilhas.» (5)

Outro factor, a desmentir de certo modo a superpopulação e a sua relação com a emigração, em certas épocas, é que os repatriamentos equilibravam as expatriações, conforme verificámos em estatísticas. Os recenseamentos acusam, efectivamente, em determinadas décadas, uma variação mais ou menos periódica e regular do número de habitantes, entre certos limites (6). «Assim a população do Distrito (de Angra do Heroísmo) era em 1900 de 73 332, em 1911 de 69 957, em 1920 de 67 258, e tinha sido anteriormente, com uma emigração também elevada, de 72 151 em 1890, de 71 629 em 1878 e de 72 211 em 1864.» (7)

Nos anos mais recentes, remodelado que foi o sistema de cotas relativamente à entrada de portugueses na América, e tendo

em conta a diminuição de repatriamentos, o despovoamento, em especial dos Açores, deverá alertar as autoridades portuguesas.

Consideremos agora algumas causas de ordem psicológica ou moral. Naturalmente estiveram e estão presentes em todo o português a ambição, aquela tendência inata que leva todo o homem a procurar elevar-se na escala económica, e o espírito de imitação. Não é difícil adivinhar a importância da repercussão, de aldeia em aldeia, por todo o território de onde emigram portugueses, que tiveram, desde sempre, notícias de êxitos rápidos e histórias várias de um parente ou amigo emigrado para a América. É evidente que o solo açoriano, devido à ancestralidade da emigração dos seus habitantes, é o mais fértil desta «propaganda», por vezes ilusória, mas tal estado de espírito corre também pelas províncias do continente e pelos outros dois arquipélagos de emigração portuguesa.

Esta circunstância, de resto, verificável nos principais países de emigração europeia, especialmente ao longo do séc. XIX, está relacionada com a «febre de emigração» responsável pela partida de milhões de indivíduos que, em condições normais, não teriam procurado novas terras. Embora muitas vezes conhecidas por fonte oral indirecta ou por narrações directas de imigrantes que regressavam, definitiva ou temporariamente, as descrições do novo condicionalismo de vida assumem particular relevo e dimensão nas cartas dos imigrantes. Para além de constituírem o fermento psicológico da própria emigração, em muitas cartas eram enviadas quantias de dinheiro que pagavam o transporte de emigrantes adicionais (8).

A referida imagem da América, transmitida pelas chamadas «Cartas da América» à Europa e ao território de emigração portuguesa, foi, no segundo caso, muito acompanhada pela fonte de transmissão oral. Acrescentamos ainda que o processo de propagação dessa imagem foi facilitado pelo facto de se estabelecer, geralmente, como que um paralelo entre o Novo Mundo e a terra de origem. Deste modo, o reconhecimento de contraste de situações tornou e torna o descontentamento em resolução de embarcar (9).

Nesta linha de ideias, também é causa de emigração, de longa data, a existência de uma colónia ou comunidade portuguesa próspera em muitas cidades americanas (10). Não só o exemplo de grande número de imigrantes repatriados que conseguiram juntar algumas economias, mas também a atracção exercida por essa colónia, onde, passe a imagem, todo o português tem ou tinha um parente ou vizinho, aumentam as solicitações naturais à emigração.

Dois últimos factores, por vezes apontados como determinantes psicológicos da emigração portuguesa, queremos ainda mencionar, embora a sua acção nos pareça de valor bastante secundário. São eles, a influência do mar na mentalidade do português, particularmente do insular, e o espírito aventureiro da gente lusa.

Se é certo que a presença do mar desperta, pelo menos no ilhéu, uma alegria e disposição particulares, intensificadas talvez pelo deslumbramento de horizontes ilimitados no conjunto céu-mar, a observação do seu viver permite concluir que a influência marítima não é fundamental. A este propósito, diz-nos o Dr. Luís Ribeiro, relativamente ao ilhéu dos Açores, que este, como muitos outros insulares, virou as costas ao mar e voltou-se para a terra. Tanto assim que, nas palavras daquele autor, «a profissão marítima ou é acessória ou duma minoria, e só a emigração para a América, até meados do séc. XIX, baleeiros e pescadores, se relaciona com o mar.» (11)

Como a seu tempo veremos, a respeito da distribuição geográfica e actividades ocupacionais dos portugueses na América, o ilhéu é não só atraído para os continentes, como também para outras ilhas (12), onde continua a ser essencialmente agricultor e comerciante. Não obstante o que acima ficou dito, uma verdade parece incontestável: as duas grandes comunidades portuguesas na América encontram-se nas áreas da Nova Inglaterra (costa atlântica) e no Estado da Califórnia (costa do Pacífico). O português não procurou os Estados interiores, vastas planícies de terras férteis, extensos vales. Fixou-se antes em território não longe do mar e assim começou por erguer casa em Nova Bedford.

Quanto ao espírito aventureiro e desejo de ver mundo por parte da raça lusa e talvez ainda mais dos ilhéus, herdeiros duma tradição que remonta ao Infante de Sagres — homens do mar, colonos audazes — não nos parece factor de importância. A este respeito anotamos a opinião do Tenente-Coronel José Agostinho que nos disse pessoalmente, par ao caso açoriano, ser esta emigração de fundo mais trágico do que épico (13).

Depois de apresentadas algumas das causas fundamentais, nos domínios económico e psicológico da emigração portuguesa para a América, com particular relevo para o caso açoriano, queremos ainda assinalar uma outra de natureza diversa, mas bastante curiosa. Trata-se da fuga ao serviço militar que, como é lógico, esteve mais ligada ao largo período de emigração clandestina.

A este propósito reunimos alguns testemunhos de épocas passadas que atribuem ao desejo de escapar ao serviço militar um importante papel na emigração. Em 1884, por exemplo, António Borges do Canto Moniz no seu livro «A Ilha Graciosa», depois de referir que o povo graciosense se achava muito sobrecarregado com contribuições e impostos e ainda com o pagamento de rendas altas por terras que, durante muitos anos, não produziam na devida proporção, cita o factor em causa nos seguintes termos:

«Acresce mais a pertinaz e natural repugnância ao serviço militar, que juntando-se ao sistema tributário, actualmente pesado e gravoso, são a causa primária de abandonarem a pátria para irem ganhar os indispensáveis meios de subsistência, que esses países florescentes e ricos (América do Norte e Brasil) lhes oferecem na paga generosa que dão ao colono açoriano.» (14)

Poucos anos depois, em 1891, D. Jerónimo Emiliano D'Andrade é ainda mais objectivo:

«Aqui nos Açores a repugnância ao serviço militar é um dos factores mais importantes da emigração. Três anos de serviço effectivo com nove anos de reservas, é na verdade disposição só própria para produzir desespero e ancia de a contrariar.» (15)

Logo nos primeiros anos do nosso século, portanto em época

de grande contingente emigratório, é o já citado José de Lacerda que ainda nos diz:

«Fugidos ao serviço militar — a que teem horror tradicional por dificiência ou falta absoluta de instrução — e à pequenez dos salários, os mancebos açoreanos, emigram delirantemente aos centos, aos milhares, aos rebanhos, para a Califórnia e para outros Estados da União.» (16)

Enquadramos ainda neste capítulo uma referência ao único caso da emigração portuguesa para os Estados Unidos que encontrámos relacionado com uma questão religiosa. Foi a perseguição sofrida na Madeira, em 1843 e 1846, por uns 600 indivíduos, na sua maioria agricultores e artífices de vários ofícios, que abraçaram as crenças dum missionário protestante americano. Embarcados primeiramente para a Ilha Trindade (Índias Ocidentais), alcançaram depois Nova Iorque sendo carinhosamente recebidos pela Sociedade Protestante Americana que diligenciou no sentido de fixar este grupo de portugueses no Estado de Ilinóis (Jacksonville, Springfield e Waverly) (17).

Integrado no conjunto de causas da emigração que vimos referindo, cabe ainda apontar, em breves palavras, a partida de portugueses mações da Ilha da Madeira para a América do Norte, nos fins do séc. XVIII. Pelo que conseguimos investigar, é também este o único caso político a condicionar a emigração portuguesa para aquele país. Reportando-se a 1792, ano em que se verificou o facto citado — portanto ao nível cronológico dos primórdios da emigração portuguesa para os Estados Unidos — assim nos informa a única das nossas fontes bibliográficas que dele faz menção:

«Em 1792 emigraram muitas famílias madeirenses para os Estados Unidos da América por causa da perseguição que os mações sofreram nesse ano.» (18)

II — ORIGEM DO MOVIMENTO EMIGRATÓRIO PORTUGUÊS PARA A AMÉRICA. ASPECTOS DA SUA EVOLUÇÃO

À parte o já referido grupo de judeus portugueses fugidos, por meados do séc. XVII, do Brasil para Nova Amesterdão, mas que colocámos fora do âmbito do nosso estudo, foi nos Açores que teve origem a emigração portuguesa para a América do Norte. Os seus primeiros passos estão directamente relacionados com a vinda de barcas baleeiras americanas até àquelas ilhas atlânticas, servindo o porto da Horta de paragem quase obrigatória.

É difícil, se não impossível, fixar uma data certa para o início destas visitas de americanos à Horta, levando embarcados até à América habitantes do Faial e das ilhas mais vizinhas. Aceitemos, todavia, como data mais recuada o ano de 1780.

Porquê esta paragem periódica nos Açores, como se processava o embarque da maioria dos ilhéus, e em que condições chegavam estes à América, são questões que convém saber. Nas últimas décadas do séc. XVIII a cidade marítima de Nova Bedford, Massachusetts, tornou-se o grande centro da indústria baleeira americana, posição que manteve por muitos e largos anos, tornando-se assim o principal foco de imigração portuguesa nos Estados Unidos. Quase toda a frota baleeira prendia então as actividades da cidade e do porto. Navios às centenas, milhares de operários, nos estaleiros, docas e oficinas, tudo se conjugava na busca insaciável do óleo animal. Entre as várias rotas traçadas pelas unidades da praça americana de Nova Bedford, as águas do Atlântico-Norte ocupavam um lugar importante e assim se tornou habitual a paragem, na cidade da Horta e outros portos açorianos, de uma parte desses veleiros da pesca da baleia. Tal se verificava geralmente nos meses de Agosto e Setembro, a fim de tomarem mantimentos enviados pelos armadores de Nova Bedford a bordo de um cargueiro que, de regresso à costa leste

americana, levava o óleo colhido e conservado em grandes cascos nas barcas em perseguição da baleia (1).

O espectáculo da presença dos barcos americanos e suas tripulações recrutadas em diversos pontos de passagem tornou-se, deste modo, comum aos ilhéus do grupo ocidental dos Açores que, em breve, conseguiram também o seu lugar a bordo. Eram apreciados não só como mão-de-obra barata, mas igualmente pelas extraordinárias qualidades reveladas na árdua tarefa da caça aos cetáceos. Não poucos chegaram a oficiais e capitães.

À medida que ganhavam maiores proporções, passaram os embarques a ser absolutamente clandestinos. Muitos terão conseguido embarcar misturados com os tripulantes de cor que iam a terra encher barris de água, maior número ainda embarcava de «salto», em qualquer ponto da costa ignorado das autoridades, para dentro dos botes que se aproximavam pela calada da noite (2).

É bem de ver que esta corrida às baleeiras era feita unicamente na esperança da terra americana. Quem indicou o caminho a estes heróis portugueses, a sua história não reza. Eles lá iam, embalados numa viagem penosa de um, dois ou mais anos, rumo ao Sul antes de aportarem à América. Tudo sacrificavam em paga da viagem, «levantando do depósito do navio roupas, calçado e tabaco, à conta da soldada.» (3)

Além dos Açores, os americanos, em breve, passaram também a fazer a aguada e a recrutar tripulações no arquipélago de Cabo Verde, cujos habitantes se concentravam em especial na Ilha de Brava. É esta, de resto, a razão por que os emigrantes caboverdianos são ainda hoje popularmente conhecidos por «Bravas». É, portanto, idêntica e igualmente remota, a corrente emigratória dos portugueses de Cabo Verde para os Estados Unidos. Nova Bedford também lhes serviu de portão de entrada.

Foram ainda as baleeiras americanas responsáveis pela presença dos ilhéus portugueses na Califórnia e Ilhas Hawaii (4), originando-se assim naquele Estado a mais próspera comunidade portuguesa na América e no arquipélago uma colónia numerosa cuja contribuição foi das mais importantes até cerca dos anos

trinta, pelo menos. Na procura da baleia, os veleiros de pesca cruzavam frequentemente os mares do Sul passando às águas do Pacífico pelo Cabo Horn. Embora sem documentação certa, supõe-se que, entre 1790 e 1815, os portugueses se estabeleceram na Califórnia, fundando vários centros de indústria baleeira em Half Moon Bay, Pescadero, Monterey, Carmelo, San Simeon, San Diego (5). É frequentemente citado que o edifício da «Portuguese Whaling Station», fundada em Monterey, em 1850, ainda existe (6).

Só depois de 1819 é que Hawaii se tornou local internacional de paragem para navios baleeiros na rota de São Francisco (então Yerba Buena). Pelo menos por esta altura já lá se deverão ter fixado portugueses, ilhéus embarcadiços, trocando a vida rude dos mares pelas atractivas seduções da terra havaiana. Todavia, a emigração conhecida de portugueses para as Ilhas de Sandwich só começou em 1878, tendo os primeiros emigrantes saído da Madeira numa grande galera, que gastou cerca de seis meses em conduzi-los ao porto do seu destino. De 1883 a 1887 saíram novas levas de emigrantes para aquelas ilhas, o mesmo sucedendo em 1909 e 1911, e ainda noutros anos (7).

Relativamente a açorianos e respectiva emigração para Hawaii, na linha de evolução que vínhamos seguindo, no ano de 1879 seguiu para ali a primeira emigração organizada — um grupo de 327 pessoas largando de Ponta Delgada, na barca «Highflower», a 12 de Outubro de 1879 (8). Tal como para os madeirenses, o êxodo de emigrantes açorianos para Hawaii sucedeu-se até 1884 em contingentes apreciáveis, embora as estatísticas nunca possam revelar a emigração clandestina que se fazia em larga escala. É curioso referir que a emigração organizada de largas centenas de madeirenses e açorianos para Hawaii, que começou em 1878/1879, como acima ficou dito, partiu de um gesto do Governo de Oahu, então independente dos Estados Unidos, no sentido de obter mão-de-obra para o desenvolvimento agrícola local. Esta preferência dada à mão-de-obra portuguesa, talvez com base na primitiva presença dos baleeiros açorianos naquelas ilhas do Pacífico, parece nunca ter sido desmentida e, ainda em 1930, a maior colónia de raça branca ali estabelecida era a portuguesa (9).

Das referências que temos vindo a fazer pode, portanto, concluir-se que a primitiva emigração portuguesa para a América esteve directamente relacionada com a presença de barcos americanos no Atlântico-Norte (10). A energia dos americanos, porém, não estava unicamente ligada ao mar. O seu grande drama passou também a ser vivido no movimento de alargamento de fronteiras para o Oeste, grandemente fomentado pela notícia da descoberta de ouro na Califórnia em 1848. E se o ouro foi, em parte, apenas uma visão, a terra do oeste americano nunca deixou de ser realidade, como atracção e promessa de riqueza para os variadíssimos grupos étnicos que ali afluíram.

Este impacto, o chamado «Gold-Rush» (1848-49), sem dúvida responsável pela decadência quase vertiginosa de São Francisco como porto importante de pesca da baleia, causou também nos portugueses uma enorme onda de emigração para a Califórnia. Alguns, como vimos, já lá estavam fixados, muitos outros terão vindo dos primitivos focos de Massachusetts, quer atravessando o país nas caravanas típicas dos pioneiros do Far-West, quer pelo Cabo Horn, como ainda pelo Panamá, durando a viagem pelo istmo à roda de dois meses, em carros puxados por muares (11). A maioria, porém, foi gente que, pela primeira vez, afluíu à América, conduzida já pela tradição existente, já por propaganda de valorização do novo território americano. A este respeito, encontrámos, por exemplo, em dois autores consultados (12), uma referência curiosa a um pequeno folheto de 18 páginas, impresso em português na cidade do Porto, no ano de 1849, contendo descrições da posição geográfica, condições climáticas e fertilidade do solo da Califórnia, e destacando as minas de ouro e outras possibilidades naquele Estado (13). Foi, portanto, por estes anos e neste condicionalismo, que se começou a operar a grande fixação na Califórnia, diremos mesmo na América (14), de indivíduos e depois famílias inteiras de todos os territórios de emigração portuguesa. Tal movimento, conservando os açorianos sempre na maioria numérica, só veio a decrescer com a lei dos contingentes publicada nos Estados Unidos em 1921. Portugal e outros países do sul e leste europeu foram então alvo particular de uma política

que, tendo embora algumas razões de existência [15], se manifestou profundamente segregacionista e filiada nas correntes de nativismo então dominantes [16].

Se as actividades piscatórias estiveram na base dos primeiros passos da emigração portuguesa para a América e se o «Gold-Rush» e a abertura dos Estados ocidentais à colonização fomentaram a segunda e decisiva escalada de portugueses para aquele país, outras épocas e outras condições devem ser igualmente mencionadas no âmbito deste capítulo. Deste modo, por volta de 1840, um grupo de portugueses — dos Açores ou do continente — veio para a Luisiana, contratado para trabalhar em plantações de açúcar. Terá sido um grupo reduzido (uns 100) [17], em breve assimilado na população crioula local, tendo-se, de resto, desmembrado depois da abolição da escravatura em 1865. Muitos destes colonos seguiram depois para a nova terra de promissão — a Califórnia , tendo possivelmente alguns regressado a Portugal, não sem deixarem uma marca indelével da sua passagem. Foram eles os fundadores, em 1847, na cidade de Nova Orleães, da primeira Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos nos Estados Unidos — a «Lusitanian-Portuguese Benevolent Association» que até recentemente ainda funcionava sob aquele nome, embora sem qualquer descendente de portugueses entre os seus membros [18].

Ainda na mesma década de 1840-50, no ano de 1849, se verificou o estabelecimento em Ilinóis de um grupo de protestantes madeirenses, nas condições já referidas no primeiro capítulo. Também aqui, porém, a americanização do núcleo foi completa, por nítida falta de renovamento de tradições, inevitável, sem a chegada de novos colonos [19].

A partir da segunda metade do séc. XIX, à medida que a emigração em massa aumentava e quando a indústria baleeira começou a extinguir-se [20], ainda maior foi o número de portugueses que, agora como passageiros regulares, passaram a afluir à costa leste dos Estados Unidos. Foi então que a fundação das fábricas de tecidos na Nova Inglaterra passou a atrair o braço português. Nova Bedford, que gozara já a fama de ser o maior centro de negócio de óleo de baleia, abandona o mar e transfor-

ma-se agora numa das principais cidades industriais do Estado de Massachusetts. Também Boston, a velha capital puritana, ganha maior incremento e as fábricas de fiação de Fall River, em especial, vão conseguir trabalho para todo o açoriano, agora do grupo oriental, particularmente de S. Miguel, que, no último quartel do séc. XIX, se dirige para a Nova Inglaterra.

Deste fim de século em diante, os madeirenses passam também a emigrar em maior número e para o mesmo destino. Chegou finalmente a vez dos portugueses do continente, cuja emigração principalmente para a Nova Inglaterra, mas também para a Califórnia, só se fez sentir por volta de 1910. A corrente intensificou-se nos anos imediatamente posteriores à Primeira Grande Guerra, seguindo muitos não só para a Nova Inglaterra, mas também para os Estados de Nova Iorque, Pensilvânia e Nova Jersey. Neste último se encontra a comunidade de Newark, porventura a mais continental das comunidades portuguesas.

Conforme já anteriormente referimos, o ano de 1921 foi um marco decisivo e importante na evolução da emigração de portugueses para a América ([21]). Enquanto que precisamente o ano anterior, 1920, registou o maior número de portugueses até hoje entrados nos Estados Unidos — 24 156 indivíduos, nos anos seguintes, a atestar as consequências da publicação da lei de cotas de 1921, tudo se processa de modo bem diferente. Se na década de 1911-20 entraram 92 042 portugueses, na de 1921-30 apenas 16 656 foram admitidos, tendo o número baixado na década seguinte (1931-40) para 5968 ([22]).

O decréscimo é considerável e por demais sintomático para se concluir das consequências que uma tal circunstância teve na vida comunitária dos núcleos portugueses na América, mormente no campo linguístico.

Fechadas as portas de entrada na América do Norte, a emigração portuguesa dirigiu-se, entre outros países, para o Brasil, Argentina, Venezuela e, nos anos mais recentes, para o Canadá. Todavia, os continentais, por certo por razões de ordem geográfica, embora procurando igualmente a América do Sul e mesmo o Canadá, manifestam preferência recente pela própria Europa. Fi-

xam-se alguns na Alemanha, mas a grande maioria na França, em especial na região de Paris. Para aqui grande número de portugueses tem partido clandestinamente, empregando para isso, na respectiva gíria, a expressão «dar o salto». Como já antes se fez notar, identicamente se exprimiam os açorianos quando, clandestinamente, embarcavam «de salto» para dentro dos botes dos navios baleeiros americanos.

Mesmo apesar das medidas restritivas impostas pelo Governo de Washington, dificultando a admissão de portugueses, entre outros grupos étnicos, «a gente dos Açores procura sempre a América do Norte. Fazem-se casamentos às vezes só para arranjar pretexto para o marido "chamar" a mulher ou vice-versa.» (23)

Se, porém, desde 1920 até quase aos nossos dias, o número autorizado (cota anual) de emigrantes portugueses para os Estados Unidos vinha progressivamente diminuindo de 2500 para cerca de 400 (24), a partir de 1966 opera-se uma profunda e nova transformação que merece ser realçada. Atente-se primeiramente, no entanto, ainda que em condições diferentes e ao abrigo de leis especiais, num outro êxodo populacional temporário que apenas dos Açores irradiou para aquele país.

Referimo-nos ao forte contingente emigratório, atingindo maiores números em 1959 e 1960, e verificado na sequência do vulcão dos Capelinhos que, em 1957-58, deixou sinistrada a Ilha do Faial. Nessa altura o Governo Americano, sob a chefia do Presidente Eisenhower, assinou uma proposta de lei concedendo a entrada na América a milhares de faialenses e ainda outros portugueses de várias ilhas açorianas. O número de vistos então concedidos pela lei PL-86 648 foi de 1500 (correspondente a 1500 famílias), dois anos depois aumentado em mais 500 (correspondente a outras tantas famílias) ao abrigo da lei PL-85 892 aprovada pelo Presidente John Kennedy.

Segundo informação agora directamente recebida do Governo do Distrito Autónomo da Horta, foi de 5138 o número de pessoas beneficiadas daquele Distrito, aquando da erupção vulcânica dos

Capelinhos, tendo sido os passaportes (2500) emitidos de Dezembro de 1958 a Abril de 1962. Pormenorizando ainda mais o movimento emigratório, desta feita extensivo a todo o arquipélago açoriano e nos dois anos de maior intensidade, é como segue o quadro elaborado pela Junta da Emigração relativo a 1959 e 1960:

(Quadro I)

ORIGENS	1959	1960	TOTAL
Angra do Heroísmo	375	780	1155
HORTA	2715	1010	3761
Ponta Delgada	487	1622	2109
Totais	3613	3412	7025

(25)

Resta-nos apenas acrescentar que, quanto ao lugar de fixação, cerca de dois terços dos açorianos, especialmente recebidos na América por motivo da catástrofe dos Capelinhos, fixaram residência nos Estados do leste. Dos restantes, estabelecidos na Califórnia, pode afirmar-se que, "per capita", em milhas quadradas, o maior número se estabeleceu no Condado de Santa Clara de que São José é a Sede Administrativa (26).

Como anteriormente dissemos, a começar em 1966, verifica-se uma transformação radical nos quadros da emigração portuguesa para os Estados Unidos da América. O facto, traduzido num aumento substancial, explica-se pela aplicação imediata das "preferências" da nova lei de imigração americana e pela redistribuição dos vistos não utilizados pelos países de cotas elevadas, tais como Inglaterra, Irlanda, Alemanha, Dinamarca, Suécia e Noruega. Nestes termos, enquanto que em 1964 e 1965 o total de portugueses emigrados para a América do Norte foi, respectivamente, de 1601

e 1852, em 1966 e 1967 aqueles números ascenderam a 13 357 e 11 516 (27).

A encerrar estas breves considerações sobre alguns aspectos da evolução do movimento emigratório português para a América, queremos referir a nova e recente legislação de imigração americana. Ela tem interesse e importância especiais para o caso da emigração portuguesa, bem como para a sobrevivência dos núcleos lusíadas espalhados pelos Estados Unidos, pelo que pode implicar de reagrupamento de forças pela doação de sangue novo. O padrão de emigração para aquele país vai sofrer, de resto, uma profunda alteração, cujas consequências no futuro não se poderão ainda prever.

A lei em causa é o «Immigration Act» de 1965 promulgado pelo Congresso Americano na concretização de todo um conjunto de diligências feitas pelos Presidentes dos Estados Unidos desde Henry S. Truman, a fim de pôr termo ao sistema de cotas por origens nacionais. Só muito recentemente, contudo, em 1 de Julho de 1968 — após, portanto, um período experimental de três anos — é que a lei de 1965 se veio a efectivar, acabando com uma política que em nada dignificava os ideais democráticos expressos na Constituição Americana.

Fora do hemisfério ocidental — é este o aspecto da lei que mais nos interessa abordar — a aplicação total da legislação marca o afastamento final de todos os traços do sistema de cotas que dominou a política de imigração americana por mais de quarenta anos. Agora todos os emigrantes, excepto aqueles que são parentes imediatos de pessoas nos Estados Unidos, entram numa competição ao nível mundial pelos 170 000 vistos anualmente concedidos aos países não pertencentes ao hemisfério ocidental (para os países deste hemisfério são concedidos anualmente 120 000 vistos). Foi estabelecida uma ordem elaborada de preferências para a qualificação do emigrante, com prioridade para os parentes imediatos daqueles que já eram cidadãos americanos ou residentes estrangeiros nos Estados Unidos. Depois desta categoria específica vêm os profissionais ou outros com talento ou educação especiais.

Os efeitos da presente legislação sobre as nações da Europa e Ásia são de vária ordem. O desaparecimento definitivo das cotas atingirá em especial a Irlanda, Inglaterra, Alemanha e os países escandinavos que gozavam das maiores cotas segundo o velho sistema. É sintomático afirmar-se que essas cotas nunca foram preenchidas, o que significa que aqueles países nunca tiveram contingentes de emigrantes sequer iguais aos dos países a que era concedida uma cota mínima — tal era o caso da Itália, Grécia, Portugal e China, por exemplo. Nos próximos anos estes países irão substituir os quatro acima mencionados, já pelo desaparecimento do sistema de origens nacionais, já porque a prioridade concedida a parentes irá aumentar extraordinariamente o influxo da Europa Sul e Ásia.

Dentro dos vários países da Europa afectados, é a Irlanda o mais prejudicado pela ênfase dada na nova lei à reunião de famílias, na sequência de algumas medidas e emendas operadas pelo Governo Americano, a partir de 1952. Hoje quase 75 % dos vistos nas várias categorias beneficiam os parentes de cidadãos americanos ou residentes estrangeiros nos Estados Unidos. É uma medida em muito favorável a países como a Itália, Grécia e Portugal onde se verifica a tendência para a emigração de famílias inteiras. Na Irlanda, todavia, é tradicional apenas o filho ou filha mais velha procurar fortuna na América, pelo que a ausência de parentes íntimos ali obrigará os irlandeses a competir com todas as outras nações para a obtenção do número relativamente pequeno de vistos concedidos a indivíduos sem parentesco nos Estados Unidos.

Da mesma fonte ([28]) em que nos baseámos para a elaboração de algumas destas considerações sobre a nova legislação da imigração americana, colhemos ainda alguns números estatísticos que nos parecem útil fixar. Assentam eles numa comparação entre estatísticas oficiais da imigração em 1965 e possibilidades previstas para o ano de 1969 pelo Departamento de Estados que trata dos assuntos de imigração. São referidos os primeiros dez países dos quais, ao longo do ano de 1969, se espera maior número de emigrantes para a América:

(Quadro II)

PROVENIÊNCIA	IMIGRANTES ENTRADOS EM 1965	IMIGRANTES QUE SE ESPERA ENTREM AO LONGO DE 1969, DE HARMONIA COM A NOVA LEI.
Itália	10 821	20 000
Grécia	3 002	20 000
Portugal	2 005	19 600
China, incluindo Formosa	4 057	19 000
Filipinas	3 130	13 000
India	582	6 000
Polónia	8 465	5 000
Jugoslávia	2 818	5 000
Alemanha	24 045	3 000
Coreia	2 165	2 900

Países como a Inglaterra e Irlanda, que antes ocupavam o primeiro e quarto lugares, desapareceram de entre os dez primeiros que de fora do hemisfério ocidental têm possibilidades de enviar mais emigrantes para os Estados Unidos. A Alemanha baixou de segundo para nono. Portugal, ascendendo ao terceiro lugar, quase em igualdade de circunstâncias com a Itália e Grécia, atingirá a cifra mais próxima daquela que era o seu máximo — 24 156, no ano de 1920.

Parece-nos assim bem evidenciada a importância desta nova legislação americana, relativamente à evolução da emigração portuguesa para o Novo Mundo. Os açorianos, porque desde sempre constituíram o grosso da população portuguesa na América, foram particularmente beneficiados pela nova legislação que, como vimos, procura a reunião dos grupos familiares. Sem pretender visionar consequências, vai, por certo, dar-se um novo êxodo (já palpável nos Açores) de portugueses para a América do Norte (29).

III — DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PRINCIPAIS NÚCLEOS POPULACIONAIS PORTUGUESES NA AMÉRICA

Ainda que indirectamente, nas considerações feitas principalmente no capítulo anterior, já algo se ficou a saber sobre os pontos mais importantes da fixação de portugueses na América. Realçou-se, por exemplo, que a história da vida baleeira da antiga Nova Bedford andou bem ligada à cooperação da gente portuguesa. Mostrou-se também que os portugueses, irradiando de Nova Bedford e aportando a outras cidades da Nova Inglaterra (Boston, Providence, por exemplo), nesta área do leste americano estabeleceram as suas primeiras comunidades, tendo ainda, desde cedo, e sempre nas baleeiras, chegado à Califórnia e Hawaii, onde igualmente se fixaram e organizaram. É, porém, agora nossa intenção acompanhar mais de perto a distribuição geográfica dos portugueses nos Estados Unidos, tirando algumas conclusões de possível interesse, na perspectiva deste estudo.

Como ponto de partida, vamos aceitar que os portugueses se encontram distribuídos principalmente por duas zonas do continente norte-americano: na costa atlântica, desde a Nova Inglaterra ao Estado de Pensilvânia; na costa do Pacífico, ao longo do Estado da Califórnia. Além de outros Estados e cidades norte-americanas, porém, há ainda a considerar um núcleo importante em Hawaii. Para efeitos de sistematização vamos referir, independentemente e por ordem, as áreas acima citadas.

I — COSTA ATLÂNTICA

1. Estados da Nova Inglaterra:

a) **Estado de Massachusetts**: foi para este Estado que, quase desde sempre, emigrou a grande maioria de portugueses embar-

cados para a América. São os seguintes os centros de maior população de origem portuguesa: Nova Bedford, Fall River, Taunton, Boston (capital), Lowell, Cambridge, Somerset, Provincetown, Gloucester, East Falmouth, Swansea, Ludlow e Peabody. As duas primeiras cidades, no entanto, sempre obtiveram a maioria numérica dos portugueses neste Estado e em toda a zona leste da América.

Serviu Nova Bedford de ponto de partida para uma ramificação, em especial pelo sul de Massachusetts e ao longo do mar: pelas orlas da baía de Buzzards, em toda a extensão do Cabo Cod, chegando a Gloucester e até à ponta do Cabo Ann. Posteriormente, e com o aumento de novos contingentes emigratórios, verificou-se uma grande afluência de portugueses a Fall River, atraídos pelas fábricas de algodão que, pelos anos vinte ou pouco antes, chegaram a fazer daquele centro a maior cidade têxtil do mundo.

Em relação a Nova Bedford — é curioso acrescentar — desde cedo se verificou aquilo a que se poderá chamar uma distribuição geográfica interna. Sendo a população portuguesa desta cidade, como a de outros centros principais da Nova Inglaterra, constituída por açorianos e depois por continentais, caboverdianos e madeirenses, acontece que a rivalidade entre os diferentes grupos os impeliu para uma concentração em várias zonas da cidade. Enquanto os açorianos se estabeleceram mais ao sul, ainda que espalhados por toda a cidade, os continentais e madeirenses, esses, concentraram-se mais ao norte (1). Ainda noutra zona, isolando-se dos restantes portugueses, agruparam-se os caboverdianos. Sintomático desta espécie de segregação entre a população portuguesa de Nova Bedford (e ainda de outros centros) é a constituição de algumas sociedades de beneficência e certos clubes recreativos, assim como a própria divisão paroquial, dois aspectos de que nos ocuparemos mais tarde.

b) **Estado de Rhode Island**: o mais pequeno de todos os Estados Unidos foi, na Nova Inglaterra, por tradição e importância numérica, a segunda grande área de fixação de portugueses. A cidade de preferência escolhida foi, desde início, a capital, Pro-

vidence, mas outros centros há a apontar como Bristol, Pawtucket, Newport, West Warwick, Warren e Valley Falls.

Tal como Nova Bedford e Boston, também Providence foi um dos portos para onde afluíram os primeiros emigrantes portugueses — «a primeira esperança ou o primeiro desfalecimento dos que chegam — assim a descreve António Ferro —, essa Providence onde se respira o ar mais livre de toda a América...» (2) À medida, porém, que se foi desenvolvendo e engrossando o núcleo português de Massachusetts, com base em Nova Bedford, mais portugueses ainda procuraram Newport, Portsmouth, Bristol e Providence. Outros, enfim, se espalharam ao longo das rias e lagos que embelezam o Estado de Rhode Island (3).

Dos outros quatro Estados da Nova Inglaterra, Connecticut encontra-se, numericamente, em primeiro lugar, enquanto que em New Hampshire, Vermont e Maine a população de origem portuguesa é bastante reduzida.

2. Estados de Nova Jersey, Nova Iorque e Pensilvânia:

Por alargamento da expressão — pelo menos para Nova Iorque e Pensilvânia — vamos integrar estes Estados ainda na costa atlântica. Os americanos chamam-lhes antes, porém, Middle Atlantic States.

Foi no último terço do séc. XIX que se começaram a formar aglomerações de portugueses nos Estados de Nova Iorque e Pensilvânia. Depois, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial até cerca de 1930, emigrantes do continente aumentaram consideravelmente esses primeiros e ainda pequenos aglomerados, ao mesmo tempo que se fixaram, também em larga escala, no Estado de Nova Jersey. Aqui queremos destacar a comunidade portuguesa de Newark, constituída, também na sua maioria, por continentais — os «Lisboas», nome por que aqueles eram conhecidos, qualquer que fosse a sua naturalidade (4).

A comunidade de Nova Iorque, comparativamente pequena, é certo, publica ainda hoje, duas vezes por mês, o jornal «A Luta» («The Only Portuguese Newspaper in the Empire State», como

se lê no próprio título) com larga aceitação entre os portugueses de Nova Iorque, Nova Jersey, Califórnia e Estados da Nova Inglaterra (5).

II — COSTA DO PACÍFICO

Estado da Califórnia: depois de Massachusetts, é a Califórnia o Estado onde se encontra maior número de gente portuguesa ou de origem portuguesa na América (6). A sua primeira fase de fixação nesta área, como já se deixou dito, esteve relacionada com a arte da baleação, tendo começado a irradiação dos portugueses a partir dos centros onde fundaram, por meados do séc. XIX, estações baleeiras. Assim sucedeu em Half Moon Bay, Monterey, Pescadero, Carmelo, San Diego, San Simeon e ainda Point Loma e o Condado de San Luis Obispo, para onde também se dirigiram envolvidos nas mesmas actividades. Tal situação terá durado, no máximo, até 1890.

Foi a partir de 1885 que a emigração portuguesa para a Califórnia tomou maior incremento, por razões e em condições já antes referidas. Passaram a ser outras as actividades ocupacionais da maioria dos portugueses (7) e o seu centro de gravitação ficou sendo, até hoje, a área da Baía de São Francisco, melhor ainda, a cidade de Oakland e arredores no Condado de Alameda. Igualmente a curta distância do porto de São Francisco, convergindo para a área do rio Sacramento, os portugueses espalharam-se pelo Vale do mesmo nome, Vale de Santa Clara e, em especial, Vale de São Joaquim. Ainda antes, contudo, na procura louca do ouro, outros se fixaram em Newark, San Leandro, Hayward, São José e Santa Clara (8).

Estabelecimentos menos importantes passaram a existir, ainda que mais dispersos, para o norte da Califórnia. Tal foi, por exemplo, a deslocação de muitos portugueses para Mendocino, procurando emprego nas minas e serrações, a partir de meados do séc. XIX.

Muitas outras localidades haveria ainda a mencionar, afinal,

por toda a Califórnia (9). Quisemos apenas referir os pontos de partida e as condições em que o movimento se processou, largamente fomentado, quando os imigrantes portugueses, abandonando as primitivas actividades piscatórias e empregos nas minas, se voltaram para a terra, conseguindo na agricultura e pecuária a grande riqueza da colónia. Foi esta uma fase gradual mas decisiva para os portugueses distribuídos pela Califórnia, e lhes garantiu, a partir de 1900, a saída do isolamento para uma participação mais activa nos empreendimentos económicos do rico Estado do Pacífico (10). Este caminhar para a estabilidade, responsável, por exemplo, pela formação das Sociedades Fraternais Portuguesas, projectou-se no futuro com muitos casos de americanização da segunda e terceira gerações e com a afluência de novos emigrantes, fixando-se agora, em geral, nos centros que a tradição já impusera.

* * *

Em comunicação apresentada ao Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Washington, 1950), Anna H. Gayton dá-nos ainda uma informação sobre a distribuição de portugueses noutra área do oeste americano:

«It is said that today a considerable number of Portuguese are established in the inland State of Nevada as cattle ranchers.» (11)

Outros pontos do vasto continente norte-americano viram a presença de portugueses, mas a sua rápida assimilação no passado, no meio duma sociedade tão absorvente como é a americana, não nos permite aqui destacá-los.

A encerrar estas considerações de ordem basicamente geográfica, resta-nos apenas ter em conta a distribuição de portugueses nas Ilhas Hawaii. Já abordámos as condições em que os portugueses primeiro lá chegaram; depois, as principais ondas emigratórias de madeirenses e micaelenses, de início contratados por dois anos para as plantações de açúcar, situadas nas quatro principais ilhas do arquipélago: Oahu, Hawaii, Mani e Kauai. Daqui, terminado o contrato de trabalho, houve um deslocamento e consequente aglomeração na cidade-capital das ilhas. Outros

permaneceram ainda nas plantações, conseguindo, porém, melhores condições de trabalho, sem ser nos campos de cana de açúcar. Embora tenhamos também de contar com o elemento caboverdiano, tal foi a base para a formação de uma colónia sólida, que o foi, centrada em Honolulu. Ainda em 1930, 27 000 portugueses ou indivíduos de origem portuguesa (com, pelo menos, um antepassado português) viviam em Hawaii (12).

Acontece, porém, que, além da referida procura dos centros urbanos (particularmente Honolulu), muitos outros ainda tomaram o rumo da Califórnia ao encontro de uma vida menos rude e mais conforme às suas aptidões. Foi esta uma migração de certo modo tradicional que ainda subsiste em vários filhos e outros descendentes de portugueses que, terminada a escola em Honolulu, continuam os seus estudos na Califórnia, onde acabam por se enraizar e integrar definitivamente. Mas ainda contribuíu para o desmembramento da colónia, o facto de a emigração portuguesa para o arquipélago havaiano ter cessado muito mais cedo do que para os principais centros da costa ocidental e oriental dos Estados Unidos.

Deste modo, tendo em conta o complexo de factores acima mencionados, a posição da língua portuguesa em Hawaii ou, na perspectiva do nosso estudo, a transformação da língua inglesa pelo imigrante português naquelas ilhas, difere completamente do que se passa na parte continental da América do Norte (13). Abstemo-nos por isso de considerações à volta daquele condicionalismo, não sem indicar, porém, que a presença de imigrantes de língua portuguesa nas Ilhas de Sandwich contribuíu para a formação de um tipo de língua especial e simplificada, usada na comunicação entre falantes de várias línguas. É o chamado «Pidgin English» que, em Hawaii, é uma mistura de palavras inglesas, havaianas e portuguesas, conforme notou o já referido informador em Honolulu (14).

IV — ACTIVIDADES OCUPACIONAIS DO PORTUGUÊS NA AMÉRICA

De modo nenhum queremos dar a este estudo um fundo económico. Trata-se apenas de referir as principais actividades ocupacionais do português na América, concluir, pelo menos em parte, sobre a respectiva situação económica e ainda comparar a herança económica nativa com as condições económicas em que o português passa a viver na América. Parece-nos importante este capítulo não só por ele mesmo, mas também por servir de explicação a muitas considerações de carácter linguístico apresentadas na Parte II do trabalho. É, efectivamente, conhecida a relação existente entre as actividades ocupacionais de um indivíduo — assim como a civilização material em que ele as exerce e ainda o tipo de vida a que se permite — e o respectivo campo de ideias. As ideias, por sua vez, intimamente ligadas à linguagem, determinam o discurso desse indivíduo.

Tendo em conta a distribuição geográfica dos portugueses na América, as considerações agora apresentadas aplicam-se quase exclusivamente aos Estados de Massachusetts e Rhode Island, formando um todo, e ao Estado da Califórnia onde, comparativamente, os portugueses vivem noutras condições e circunstâncias.

Massachusetts e Rhode Island

Dado que a maioria dos portugueses da Nova Inglaterra ocupou e ocupa as áreas urbanas, ao contrário do que se verifica com a comunidade lusa da Califórnia, pode afirmar-se que o trabalho fabril — em especial nas fábricas de algodão — foi e é a ocupação por excelência dos portugueses da zona leste dos Estados Unidos. Secundariamente, há ainda a considerar a pesca e a agricultura, a que o imigrante português, todavia, se dedicou mais no passado do que nos tempos mais recentes.

Analisando o problema numa perspectiva cronológica, começaremos por apresentar alguns aspectos relacionados com as actividades piscatórias que ocupavam um bom número de portugueses, ao longo da costa de Massachusetts e também Rhode Island. Quando a indústria baleeira se encontrava no auge, eram eles considerados importante elemento de trabalho, sendo vários os portugueses que, prosseguindo na arte da baleação, se impuseram como armadores, capitães e oficiais de navios da caça da baleia. Depois, entrando esta actividade no declínio e quando Nova Bedford transferiu os capitais investidos na indústria da baleia para as fábricas de tecelagem, os trabalhadores portugueses foram quase automática e inconscientemente transferidos de uma indústria para a outra. Já tinham, todavia, ganho reputação pelas qualidades de trabalho, pelo que não lhes foi difícil a transferência e garantia de ocupação noutras actividades.

Outros tipos de pesca, contudo, ocuparam os portugueses, para o efeito radicados à volta do Cabo Cod e Cabo Ann, mais particularmente, nas típicas vilas de Gloucester e Provincetown, Massachusetts. Daqui partiam e partem muitas vezes para o norte, à pesca do bacalhau, até ao Lavrador e Terra Nova, e ainda para o sul, até à Florida e Golfo do México, a enredar camarão (1). Nesta actividade sempre se encontraram alguns açorianos e ainda, como diz Eduardo de Carvalho (2), grande número de continentais, naturais de Olhão e da Figueira da Foz, que compõem as tripulações de muitas escunas de pesca, dalgumas das quais são proprietários cidadãos americanos de origem portuguesa. Os pescadores portugueses da Nova Inglaterra, exímios na sua arte, foram sempre devidamente estimados e considerados por viverem num regime de grande economia. A este respeito, era costume entre os continentais e também os caboverdianos, ao contrário dos açorianos, mandar todos os proventos conseguidos para Portugal, regressando logo que conseguissem juntar algumas dezenas de milhar de escudos (3). Tal situação parece-nos sintomática para conclusões relacionadas com a assimilação destes imigrantes na América, o que se reflecte na língua por eles falada.

Embora menos do que a pesca, a agricultura ocupou e ocupa

também alguns portugueses emigrados para os Estados da Nova Inglaterra. É uma actividade por excelência tradicional na terra de origem, para a qual os portugueses revelam aptidões especiais e onde, com maior facilidade, conseguem prosperar (4). Em muitos casos, prosperar é, na circunstância, sinónimo de adaptação, assimilação e talvez até desnacionalização, enfim, mudança de padrões de vida, costumes e modos de pensar que determinam, em muito, as condições em que a língua do imigrante é falada.

Entre os portugueses fixados na Nova Inglaterra, foram os açorianos os que primeiro e melhor se empregaram nas actividades agrícolas. Começando como trabalhadores rurais, posição a que muitos chegaram depois de serem pescadores e baleeiros, arrendavam com as próprias economias pequenas áreas de terreno cultivado ou por cultivar, ascendendo depois à qualidade de proprietários em herdades próprias. Mais do que o continental, o madeirense, ou mesmo o caboverdiano, o imigrante açoriano tinha, como primeiro objectivo, angariar os meios necessários para comprar um «farm» e dedicar-se à agricultura, mostrando maior progresso e eficiência do que os que se dedicavam a outros trabalhos, nomeadamente os fabris (5). A maioria dos agricultores, porém, não se aproveitava de máquinas agrícolas, continuando a amanhar os seus terrenos segundo o costume das ilhas (6).

A respeito do esforço português na agricultura dos dois principais Estados de imigração portuguesa na Nova Inglaterra, leia-se a observação colhida por António Ferro, porventura escrita em termos de exaltação:

«...em Rhode Island — nesse Estado onde a água e a terra são duas amigas íntimas — de Providence a Newport, há muitos agricultores portugueses, os melhores cidadãos do Estado, na opinião dos americanos. No Massachusetts, ao longo da baía do Cape Cod, alfange ameaçador, em terrenos estéreis e crueis, os nossos portugueses realizaram verdadeiros milagres... Acordaram para a vida as terras sáfaras, insensíveis, do Cape Cod. Há uma frase que corre no Massachusetts entre os americanos e que diz, maravilhosamente, na sua simplicidade, todo o esforço português: "Se queres ver crescer uma batata, fala-lhe em português!"» (7)

Ainda no campo da agricultura uma outra actividade, relativamente ao passado, é digna de anotação. Trata-se da indústria que explora o arbusto conhecido por «cranberry» (8) — da qual se ocupavam os caboverdianos, em especial, na zona leste de Massachusetts: Plymouth, Barnstable e Nantucket. A colheita de «cranberry» — trabalho que os «Bravas» chegaram a monopolizar —, como todas as outras colheitas, existia em regime periódico. Deste modo, no princípio do Outono, estes trabalhadores portugueses encaminhavam-se para a área do Cabo Cod, abandonando as fábricas de Nova Bedford, as docas da região de Providence e Fall River e ainda algumas actividades piscatórias ao longo da costa. Terminada a época das colheitas, a maioria voltava às cidades donde tinha vindo, outros encontravam trabalho em docas e construções, enquanto alguns ainda regressavam a Cabo Verde, esperando o começo de uma nova estação (9).

Da breve panorâmica atrás referida, com facilidade se conclui da rudeza destes trabalhos e, afinal, da humildade com que a eles se submetiam muitos imigrantes (10), em busca de melhoria económica em terra alheia, revelando assim uma nítida falta de preparação técnica e um nível educacional baixíssimo.

Não obstante tudo o que acima ficou dito (poderíamos ainda lembrar a existência de algumas pequenas indústrias chefiadas por portugueses ou descendentes — pequenas fábricas de salsichas e refrescos, algumas mercearias, padarias, etc.), a grande maioria de portugueses emigrados para a Nova Inglaterra, sempre encontrou trabalho como operário fabril. Desde o começo do período de emigração em massa, abandonando as baleeiras e porventura quaisquer outros meios de transporte marítimo, os portugueses encontraram emprego garantido nas fábricas de fiação, em especial em Boston, New Bedford, Fall River, Lawton e Taunton, importantes centros industriais do Estado de Massachusetts. Ali, na Nova Inglaterra, não havendo condições de vida favoráveis à agricultura e existindo já um alto nível de industrialização, o português viu-se forçado a ingressar nas fábricas de tecidos (11).

A falta de preparação técnica e, não menos, de mentalização para a actividade monótona e sincronizada dos grandes recintos

industriais, em tudo diferente da vida ao ar livre, a que a maioria se dedicava, foram, entre outros, obstáculos de monta a enfrentar pelo imigrante português. Tinha ele, porém, a seu favor braços fortes, perseverança e um desejo enorme de vencer, razões que explicam, de resto, a sujeição a ocupações mais humildes, não sem a ambição, em muitos casos, de subir a posições elevadas. Das condições e tipos de trabalho realizado pelo português nas fábricas de tecidos de Massachusetts, transcrevemos o que nos diz sumariamente o Tenente-Coronel José Agostinho:

«O trabalho nas fábricas era garantido e fácil. Ali havia lugar para toda a gente. Os menos hábeis, os novatos, entravam a trabalhar nos "Yards", no transporte das "balas" de algodão, vindas do Sul, para a fábrica e dos fardos de tecidos prontos para os vagões que os levavam aos quatro cantos do continente e aos cais de embarque. Muitos desses carregadores chegavam por fim a trabalhos mais delicados, alguns até acabavam por "correr machines" e chegavam mesmo às funções de "overseer".» (12)

Acrescentaremos apenas que a depressão económica dos anos trinta abalou fortemente a indústria de tecelagem na Nova Inglaterra, com graves prejuízos para os operários portugueses, muitos dos quais, mais recentemente, encontraram emprego em outras fábricas e ramos da actividade industrial do leste americano.

Destas considerações tecidas em volta das actividades ocupacionais dos portugueses da Nova Inglaterra, com particular relevo para os empregados fabris, se pode fazer uma ideia da transformação e choque operados no viver daqueles que para ali partem, habituados a uma vida em ambiente rural, quiçá, fechado aos meios e valores mais eficazes do progresso civilizacional e cultural. Esse choque com uma América evoluída, absorvente e de grande mobilidade social, relativamente à qual todos, afinal, se procuram adaptar, teve e tem fatalmente profundas repercussões no mundo das ideias e na expressão linguística. Por ora não queremos, contudo, adiantar mais sobre este assunto a desenvolver no capítulo seguinte. Fique apenas bem assente que o contraste ou conflito civilizacional e cultural com que os portugueses se debateram (e debatem) na Nova Inglaterra foi muito mais profundo do que o

que se passou na Califórnia. Aqui, a simples permanência da maioria em áreas rurais, possibilitou ao português um aproveitamento mais eficaz das suas aptidões e uma transformação menos profunda dos seus hábitos e até sistema de organização social e familiar (13).

Califórnia

Sobre a primitiva fixação de portugueses e suas primeiras actividades ocupacionais no Estado da Califórnia, já algo ficou dito quando se falou das viagens das baleeiras para aquelas costas do Pacífico e do estabelecimento de estações baleeiras por gente portuguesa, em determinados pontos da costa californiana. A indústria da baleia, que chegou a ser rendosa, foi, porém, uma actividade de duração relativa. Os portugueses dos Açores — também aqui foram eles os pioneiros e ainda mais do que na Nova Inglaterra dominam a comunidade lusa — estabelecidos ou simplesmente chegados à Califórnia, cedo se maravilharam com a vastidão e riqueza de terrenos a explorar.

Maior número ainda ali afluiu com a descoberta das minas de ouro, (1848-49). Simples estímulo, porém, pois o ouro americano causou, então, mais desilusão do que garantia de futuro para o imigrante português desejoso de oportunidades e condições de melhoria económica. Não poucos regressaram à terra natal divulgando por aqui e ali a realidade que os seus olhos viram, acalentando na família o sonho e o desejo de uma vida mais livre e desafogada na América. Assim terá nascido nos Açores aquela portentosa força de atracção pela América — «the pull of America» — com o decorrer dos tempos enraizada no arquipélago e facilmente perscrutável numa simples conversa com a sua população (14).

É um facto incontestável que os portugueses na Califórnia, por aí encontrarem um meio quase pronto para o desenvolvimento das respectivas aptidões económicas, cedo edificaram uma comunidade mais rica, próspera e de nível económico superior à dos seus irmãos na Nova Inglaterra. Enquanto que aqui a grande

maioria, na qualidade de operário fabril, sempre viveu numa situação de dependência económica, na costa do Pacífico encontra-se já um bom número de capitalistas e principalmente fazendeiros independentes. Claro que a esta posição nem todos chegam e os que a ela ascendem, fazem-no com muito trabalho e espírito de economia. Deste modo, aproveitando a mobilidade social americana e possibilidade de ascenção rápida na escala económica, o português na Califórnia, começando por trabalhador rural, passa mais tarde a rendeiro e eleva-se depois a proprietário de um «ranch» — é este, pelo menos, o grande objectivo, concretizável ou não, do emigrante português, em especial do açoriano.

Dos vários ramos de agricultura a que o português se dedicou — continuando assim a longa tradição agrícola do país de origem — a indústria de produção leiteira é, sem dúvida, a de maior rentabilidade e aquela em que ele melhor faz prevalecer as suas aptidões e qualidades de trabalho (15). Pelo menos nas áreas correspondentes ao Vale de São Joaquim, Vale de Santa Clara e Vale do Sacramento, grande parte da riqueza proveniente da criação de vacas e fabrico de lacticínios é controlada por portugueses que têm, por sistema, nas fazendas, uma chamada leitaria. Tal é o nome genérico dado ao barracão onde as vacas são ordenhadas, às próprias vacas, à equipe dos ordenhadores, a todo o serviço de produção (16). Mas não só a produção do leite ocupa o português; ele também se emprega como operário das fábricas de lacticínios — fabrico de manteiga, esterilização e engarrafamento de leite.

A respeito desta importante actividade dos portugueses na Califórnia, anotamos a opinião de um americano que, já em 1917, escrevia:

«The Portuguese immigrant since coming to California has rightfully laid claim to being the leader in one important industry, namely, that of dairying.» (17)

Ainda no campo agrícola, há a considerar o grande número de portugueses que, na área do «Vale» — assim é conhecido, na comunidade lusa, o Vale de São Joaquim — se dedicam ao cultivo e comércio de fruta e vegetais, produtos facilmente absorvidos

pelos excelentes mercados de São Francisco e Oakland. Nesta cidade, assim como em San Leandro e Hayward, no mesmo Condado de Alameda, encontram-se outras actividades comerciais, que os portugueses desenvolvem entre si ou com os americanos.

É, portanto, dos vários ramos da agricultura que se ocupa o grosso da população portuguesa na Califórnia, permitindo assim um modo de vida e uma situação económica que determinaram uma base de condições linguísticas, em muito diferente da da Nova Inglaterra. Importa ainda dizer que, na circunstância, a mulher portuguesa na Califórnia, e consequentemente o núcleo familiar, não se encontra tão desmembrado e desenraizado como na Nova Inglaterra, desenvolvendo ela ali mais as suas actividades, no geral, em volta do lar.

Uma outra actividade dos portugueses na costa ocidental da América é a pesca. Não nos referimos à pesca da baleia, já aqui mencionada e hoje ultrapassada, mas, em especial, à pesca do atum, com seu principal centro na importante cidade de San Diego. Outras actividades afins se praticam ao longo da costa sul da Califórnia não tendo elas, porém jamais conseguido um significado histórico tão grande como na Nova Inglaterra.

* * *

Destas indicações dadas sobre as actividades ocupacionais e condição económica do português na América do Norte, nas suas relações com o mundo das ideias e da expressão linguística, se pode concluir que ele, como qualquer outro imigrante, viveu as dificuldades da integração. Não se trata apenas de vencer barreiras sociais, mas fazer prevalecer, no país de destino, as aptidões e a súmula de conhecimentos teórico-práticos adquiridos na terra de origem. Por isso é que, na simples mudança de uma área cultural para outra — tal é uma constante de toda a emigração — a necessidade de integração ou assimilação varia entre os diferentes grupos étnicos. Uns mais do que outros, pela respectiva preparação técnica e educacional, como que vêem os seus conhecimentos e aptidões continuados na região da América onde se radicaram.

Tudo está, em última análise, dependente da bagagem técnica e grau de instrução trazida da terra de origem, sendo, por aqui, largamente determinadas as respectivas actividades ocupacionais no país de imigração. No caso português, é bem conhecida a discrepância entre o mundo da maioria emigrante e o mundo da realidade americana que ela passa a encarar ([13]).

Na perspectiva desta alínea, acrescentaremos simplesmente que não se trata apenas de desenvolver actividades muitas vezes desconhecidas, como até de desenvolver a mesma actividade de modo diferente e em outras condições. Tudo isto, afinal um conflito e um compromisso, é reflectido no tipo de linguagem desenvolvida que atinge assim particularidades curiosas perante a premente influência da língua inglesa. O conhecimento desta é indispensável à garantia económica do imigrante, um dos processos de apressar a integração no novo meio, por todos cobiçada em maior ou menor escala.

A encerrar acentue-se que, nas décadas mais recentes, as comunidades lusíadas da América vêm acentuando uma melhoria de situação, mediante uma mais rápida assimilação, maior frequência de escolas americanas e o prestígio conseguido pelos filhos de operários e pequenos lavradores de ontem — alguns advogados, médicos, sacerdotes, engenheiros, até políticos. A isto se associa a procura de centros urbanos por parte dos descendentes de imigrantes portugueses. É, porém, ainda uma ascenção relativa que não obsta a afirmar-se que, entre os portugueses da Califórnia e da Nova Inglaterra, é pequena a percentagem de profissionais ou outros quaisquer intelectuais.

V — ESTADO E PREPARAÇÃO CULTURAL E CIVILIZACIONAL DO EMIGRANTE PORTUGUÊS. CHOQUE COM A VIDA AMERICANA, SUAS REPERCUSSÕES

Neste capítulo, na sequência imediata do anterior, vamos também expor juízos e factos que, evidenciando condições de enquadramento do movimento emigratório português para a América, conduzem a uma melhor compreensão e até aceitação da base para as condições linguísticas em que o português é falado na América. Assim se compreenderão não só o conflito das culturas e civilizações, mas também o das línguas e a razão por que o português na América «enriquece» a sua língua com expressões cedidas pelo inglês mas deficientemente apreendidas.

Para o efeito, começamos por tecer algumas considerações sobre a condição educacional dos portugueses emigrados para a América, com algumas referências à segunda e terceira gerações. É evidente que afirmações aplicáveis às primeiras vagas de emigrantes de origem portuguesa para aquele país não têm a mesma validade para os que, nestes últimos anos, continuam a procurar uma fixação nos Estados Unidos. Em todo o caso, o padrão não terá sofrido tão profundas alterações no decorrer dos anos e, além disso, é já sabido que, com a publicação da lei de contingentes de 1921, a emigração portuguesa sofreu extraordinário decréscimo com implicações a longo prazo na vida comunitária e língua dos núcleos populacionais residentes em terra americana. Acresce ainda, e porque falámos em base para condições linguísticas do português na América, que os anos correspondentes ao período de emigração em massa são aqueles que, na circunstância, mais nos interessa ter em linha de conta. Trata-se, portanto, do período anterior ao referido ano de 1921, muito embora a corrente emigratória tenha sido retomada posteriormente, estando a atingir hoje números bastante elevados.

Sobre o nível educacional do português emigrado para a América — factor sintomático para a avaliação da capacidade de cultura e civilização transportada para os Estados Unidos — vamos referir alguns dados estatísticos aproveitados do já citado estudo de John Christian Bannick. São aplicáveis a um período de dez anos, isto é, de 1907 a 1916 e foram elaborados com base nos relatórios anuais do Comissariado Geral da Imigração na América do Norte:

(Quadro III)

ANO	NÚMERO TOTAL DE IMIGRANTES PORTUGUESES	SABEM LER MAS NÃO ESCREVER		NÃO SABEM LER NEM ESCREVER	
		S.M.	S.F.	S.M.	S.F.
1907	9 648	4		5 524	
1908	6 809	5	2	2 015	1 293
1909	4 606	2	1	1 575	831
1910	7 657	2	1	2 814	1 348
1911	7 469	4	—	2 506	1 226
1912	9 403	8	2	2 661	1 563
1913	13 566	4	8	4 562	2 398
1914	9 647	8	2	2 950	1 830
1915	4 376	1	—	1 310	725
1916	12 208	2	—	3 952	2 274

(1)

O quadro é por demais elucidativo para se ajuizar do baixo nível educacional dos portugueses chegados à América, situação que, atenuada, é certo, não terá sofrido posteriormente melhoria considerável (2). Por isto não é unicamente responsável o emigrante individual, embora também ele em certa medida esteja sujeito a censura; ela recai, em especial, sobre as condições de vida e de escolaridade existentes na terra de origem, variáveis em grau dos Açores para o continente, da Madeira para Cabo Verde.

Pormenorizando os números estatísticos mencionados, veri-

fica-se que a maioria — sexo masculino e feminino — não sabia ler nem escrever. Na questão de saber ler mas não escrever, é curioso notar que os imigrantes do sexo feminino se encontravam em condições de certo modo mais favoráveis. Isto significa que aqueles que partiam para a América, na sua maioria homens, faziam-no sabendo que tinham de ganhar a vida pelo trabalho manual, sujeitando-se a trabalhos não partilhados pelos americanos, nem pela maioria dos outros grupos étnicos (3). Nestas condições, o nível de remuneração era baixíssimo, num país como a América, tanto mais que se sabia que o português ali chegado tinha necessidade de ganhar o que quer que fosse, não importando as circunstâncias.

Ficava assim determinado o respectivo nível económico, limitadas as possibilidades de integração social e ainda as facilidades de aprendizagem eficiente da língua inglesa por indivíduos que mal conheciam a língua-mãe. É, efectivamente, conhecido o pequeno contacto que o emigrante português sempre teve com a língua literária portuguesa, dominando ele uma linguagem de tipo popular em condições pouco seguras, porque aprendida, quase unicamente, por processos de tradição oral. Também muito reduzida a influência da escrita no discurso, condição indispensável para o domínio de uma língua, que deveria assim ganhar consistência e não se deixar permear tanto por uma outra (4).

O mesmo é válido para a assimilação da língua inglesa pelo imigrante português, realizada através dos contactos diários — a língua de todos os dias falada, muitas vezes, por não americanos. Em raríssimos casos se verificava uma aprendizagem por educação formal.

Nestes termos, se compreende bem por que razão o índice de emigração portuguesa sofreu uma primeira alteração quando, ainda antes da publicação da lei de cotas em 1921, os Estados Unidos introduziram o chamado «Literacy Test» — 1917. Os emigrados de origem portuguesa foram então mais atingidos do que quaisquer outras nacionalidades, devido ao elevado grau de analfabetismo existente em todo Portugal (5).

Ainda com base nas estatísticas de John Christian Bannick,

damos a seguir um quadro, por nós simplificado e diferentemente elaborado, relativo ao estado educacional de vários grupos estrangeiros, ao tempo de admissão nos Estados Unidos, durante os anos de 1899 a 1910:

(Quadro IV)

RAÇA	PERCENTAGEM DE INDIVIDUOS COM MAIS DE 14 ANOS SEM SABER LER NEM ESCREVER
Africanos	19
Holandeses	4,4
Ingleses	1
Franceses	6,3
Alemães	5,2
Gregos	26,4
Judeus	26
Irlandeses	2,6
Italianos (Norte)	11,5
Italianos (Sul)	53,9
Mexicanos	57,2
Polacos	35,4
Portugueses	68,2
Turcos	59,5

(6)

Os números demonstram que a percentagem de analfabetismo entre os portugueses é maior do que a de outro qualquer grupo chegado à América no referido período de onze anos. Entre os citados, seguem-se os turcos e os mexicanos.

Este breve panorama que vivemos traçando sobre o nível educacional do português chegado às costas americanas, é, ainda hoje, aplicável em muitos aspectos. Os conhecimentos daqueles que agora procuram a América são, por certo, superiores aos dos

que para lá partiam, por exemplo, nos finais do século passado, princípios do actual. A escassez de estabelecimentos de ensino, então verificável em Portugal, igualmente diminuíu, assim como o índice geral de analfabetismo. Tudo isto é um facto, mas ainda muito relativo, se atentarmos nas condições em que ainda hoje emigra para a América a maioria dos portugueses — gente modesta das aldeias, humildes jornaleiros e artífices das cidades (7). Basta conhecer e contactar um pouco mais de perto com o actual homem rural dos Açores, por exemplo, para se concluir do grau de instrução escolar, dos limitados e pouco seguros conhecimentos com que domina a própria língua, da cultura rudimentar, do nível geral de vida, enfim, do índice civilizacional de que está de posse (8). Atente-se ainda, por exemplo, relativamente ao homem rural português, nas condições e métodos de trabalho, instrumentos usados e recurso muito relativo à maquinaria.

Uma vez emigrados, tudo isto implica uma ruptura com o mundo de realidades em que foram criados e uma série de obstáculos a demolir num «Novo Mundo» que sempre sofreu e sofre, de resto, a concorrência de variadíssimas etnias, em luta pela respectiva afirmação. Umas mais do que outras, na razão directa das condições de existência no país de origem, conseguem resistir ao choque com a realidade americana, sofrendo sempre as devidas repercussões. Não se trata só duma simples mudança de área cultural, mas do impacto com uma América desenvolvida numa civilização tecnicamente elevada e onde há a consciencialização generalizada das vantagens económicas da educação, em ordem à promoção social.

Juntamente com o nível educacional do emigrante português, deve falar-se na respectiva fé religiosa, outro importante elemento da herança cultural a transportar para a América. Sendo que cerca de 96 % da população portuguesa professa o catolicismo e sabendo que existe uma relação íntima entre a Igreja e determinadas crenças e tradições regionais portuguesas — tal é o caso das festas do Espírito Santo nos Açores, continuada na América — é fácil de prever a influência que as igrejas católicas portuguesas têm tido sobre a língua portuguesa nos Estados

Unidos (9). É uma acção benéfica, sem dúvida, que também se exerce sobre o padrão familiar dos portugueses.

É sobre este último ponto — o padrão familiar — que passamos a fazer algumas considerações, no sentido de, também aqui, se concluir do estado civilizacional dos emigrantes portugueses, exemplificando ainda alguns aspectos do choque com a vida americana. Na verdade, um tal conflito não se passa unicamente no campo das actividades ocupacionais (preparação profissional), nem no que se refere à condição económica rural da maioria dos emigrantes portugueses ou outras situações congéneres. Ele passa-se igualmente ao nível do núcleo familiar e em vários aspectos que importa abordar, pela importância que têm no domínio da respectiva expressão linguística. Para o efeito, este problema deve ser visto mais em função da segunda e terceira gerações e isto porque um conflito na base da organização e padrão familiar, afinal um sintoma do conflito de cultura, implica um conflito de língua. Deste choque, desta luta travada entre a língua portuguesa e a inglesa na América, é possível falar-se, embora mais no passado do que presentemente.

É tradicionalmente conhecido e até aceite o sentido essencialmente patriarcal que norteia a família portuguesa, em especial, nas áreas rurais. A autoridade do pai sobre os filhos, a sujeição quase absoluta destes e da mulher ao chefe de família, são valores raramente sujeitos a controvérsia e que determinam um tipo próprio de convivência social, ética, económica e até política, sem correspondência na vida americana em geral.

Afigura-se-nos até que, nos Açores, antes de qualquer outro território de emigração portuguesa para a América, se encontra mais enraizada esta organização familiar de tipo patriarcal, adentro do condicionalismo que lhe é peculiar. Assim se gerou e gera, por exemplo, um círculo social pequeno e limitado que não permite a introdução de um certo número de inovações de toda a ordem e que garante a continuação no tempo de instituições básicas, inalteráveis de geração em geração.

Acontece, pois, que na América — país de grande mobilidade sociológica e onde a inovação é condição «sine qua non» para o

progresso a todos os níveis — a família portuguesa para ali embarcada ou ali constituída é objecto de profunda transformação, também ela reflectida nas condições em que se processa a comunicação linguística. Acentue-se, porém, que, desde sempre, houve um desejo premente de conservação e continuidade de infra-estruturas, ideais e instituições — incluindo a língua — em que se desenvolveu o emigrante português na terra de origem. E a prova está, por certo, na existência duma cultura lusíada na América, pouco intelectualizada, com certeza, atenuada aqui, mais viva ali, mas também mais enraizada do que se pensa, no folclore, nas tradições, na gastronomia local (10).

Mas, reportando-nos ao ponto de vista que vínhamos analisando — a transformação operada no seio da família portuguesa na América — importa destacar algumas das repercussões ou consequências do choque por ela sofrido. Houve, antes de mais, no novo meio físico e social, a adesão mais ou menos relativa a um tipo de vida profissional, económica e social, diferente da que era habitual e responsável por uma descentralização do núcleo familiar.

Tendo em conta o já referido pequeno meio social em que se movia a família rural portuguesa, ocupando-se o homem de actividades em volta da casa e a mulher de uma vida essencialmente doméstica, e pondo em questão as considerações feitas em volta das actividades ocupacionais dos portugueses na América, aquele desmembramento foi muito mais profundo nos núcleos da Nova Inglaterra. Aqui, muito mais do que na Califórnia — onde os portugueses encontraram um campo mais ou menos aberto ao desenvolvimento das suas reais aptidões — o tipo de vida industrial e urbana, em que o homem e a mulher tiveram de se dispersar mais para fora do grupo, implicou uma maior desarticulação no íntimo da família.

Tal é o que se verifica relativamente à perda de autoridade dos pais sobre os filhos e a uma crescente emancipação da mulher e da criança, com desvantagem para a língua portuguesa mantida na família. Daqui resultam ainda conflitos entre os emigrados portugueses e seus descendentes nascidos ou criados em terra americana, mas educados com base numa língua absolutamente

diferente e da qual necesitam para a promoção económico-social. Não é, contudo, de sobrevalorizar a importância do maior desmembramento da família portuguesa ou de origem portuguesa na Nova Inglaterra para a independência obtida pelos seus membros e repercussões deste factor nas condições linguísticas. Veja-se, por exemplo, que na Califórnia — onde a descentralização familiar não é tão profunda — a independência e emancipação da mulher portuguesa não é em nada inferior (11).

O meio americano, absorvente e móvel como é, parece-nos, em última análise, responsável pelas ditas transformações. Não parece haver dúvidas, todavia, de que um condicionalismo diferente, a referir em capítulos posteriores, permitiu uma presença mais nítida da cultura lusíada e um maior purismo da língua portuguesa no Estado da Califórnia.

Um último aspecto queremos agora referir, de certo modo válido para as duas principais áreas de fixação de portugueses na América: a falta de desejo de promoção social e cultural. É uma realidade que existe na continuação do que, neste aspecto, se passa em Portugal mas com implicações bastante mais sérias num país como a América. Não queremos, claro, comparar as condições e pretensões com que, há uns 70 ou 80 anos, embarcava numa baleeira um português, açoriano na circunstância, «com uma fatiota nova, uma saca com roupa e sem passaporte» (12) e as que envolvem o emigrante dos nossos dias, embarcado de avião e com maior consciência da sua decisão. Em todo o caso, mais ou menos evoluído, mais ou menos esclarecido, o emigrante português parte na mira única das «dolas» e nisso ocupa toda uma vida na América sem cultivar a língua-mãe, nem proceder a uma aprendizagem eficiente do inglês. Prepara aqui um clima de esquecimento e até apatia pelo seu português já não muito seguro e uma atitude de difícil assimilação de uma língua difícil para ele, como é a inglesa. É assim que nasce um falar próprio — o «falar amaricano», dizem os emigrantes açorianos — que não é bem um inglês aportuguesado, mas antes um inglês estropiado (13).

PARTE II

ANÁLISE LINGUÍSTICA

I — A LÍNGUA PORTUGUESA FRENTE À INGLESA NA AMÉRICA

1 — CONFLITO DE LÍNGUAS

O conflito existente na América do Norte entre a língua portuguesa e a inglesa assenta em bases de certo modo semelhantes às que se verificam no conflito entre esta língua e outras de falantes não ingleses. Trata-se de uma das resultantes fundamentais do fenómeno geral de aculturação que acompanha todo o movimento emigratório. Há um mundo que é abandonado em função da adesão mais ou menos relativa a uma nova vida social, económica e cultural que se manifesta por uma diferente expressão linguística. E se a situação na América já é patente no caso do imigrante norueguês ou alemão, por exemplo, ela ainda se torna mais relevante — diremos mesmo dramática — para as populações de língua latina e, enfim, de outros países do sudeste e leste europeu. Não só é, para estes últimos, a diferenciação linguística muito maior, como também o modo de vida com todas as suas implicações culturais, civilizacionais e até económicas.

Deve ainda atentar-se no conhecido favoritismo racial de que, até há bem pouco tempo (1), foram alvo na América os emigrantes do norte da Europa, circunstância bem revelada na legislação americana para a imigração desde 1921. Embora já anteriormente tivessem sido publicadas pelo Congresso Americano várias outras leis discriminatórias sobre a imigração (2), referimos este assim chamado sistema de «origens nacionais» dos anos vinte, por aquilo que ele também revela de segregacionista. Para bem se avaliar da falta de lógica que presidiu à elaboração da lei de cotas de 1921, revista em 1924, basta dizer que, neste último ano, ela se baseou no censo da população americana de 1920 e devido à composição da mesma população nesse ano, acon-

tece que o sistema pesava extraordinariamente a favor da emigração do norte da Europa, limitando severamente a emigração da Europa sul e leste e outras partes do mundo. Nestes termos, um inglês ou um irlandês, que desejava emigrar para a América, podia fazê-lo em qualquer altura; um italiano, um polaco, um português tinha de esperar muitos anos antes que chegasse a sua vez.

Continuada na sua essência até à publicação do «Immigration and Nationality Act» de 1952, aquela política sofreu, a partir de então, algumas pequenas emendas no sentido de reunir famílias que estavam separadas (3). Foram então os portugueses, entre outros, muito beneficiados, em especial nestes últimos dois anos, com as conhecidas cartas de chamada de família. Nesta base se explica a recente renovação da corrente emigratória açoriana para a América, sendo que é originária daquele arquipélago a maioria da população de extracção portuguesa nos Estados Unidos.

Esta breve referência a alguns aspectos da política de imigração americana, integrada em correntes de nativismo reavivadas no período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial, encontra aqui a sua explicação porque a julgamos relacionada com as possibilidades de conservação da língua de vários grupos étnicos existentes na América, nomeadamente o português. Se o simples facto de a língua inglesa passar a ser o meio de expressão mais vantajoso para o emigrante a iniciar uma nova vida na América já explica a supremacia daquela sobre a língua de origem — na circunstância, o português —, esse domínio ainda se tornou maior com a restrição da corrente emigratória. Tal era um factor de crescimento e desenvolvimento natural da comunidade, que, assim, via mais assegurada a conservação do respectivo espírito e cultura, de que a língua é o mais perfeito «medium».

Limitado o afluxo de sangue português às comunidades lusíadas da América e vendo este país a vantagem de conduzir à naturalização todo o estrangeiro, logo se ressentiu a língua portuguesa, quase unicamente falada, e em condições não muito seguras, pela gente de primeira geração. Desaparecida esta, a gente nova, nascida ou educada na América, porque obrigada aos primeiros

anos de escolaridade americana, e não sendo mais incentivada no culto da língua de seus pais, logo implicava o esquecimento gradual do português que poderia ainda perceber, mas não falar com um mínimo de segurança (4).

Referindo-se à missão das comunidades lusíadas da América do Norte, e evidenciando o problema da tendência e até necessidade de naturalização, diz Luís da Câmara Pina:

«Julgam [os jovens das famílias portuguesas] que a incultura e a ignorância que vêem em casa são o espelho da civilização de Portugal e apressam-se a entrar num mundo novo, com melhor lugar na ordem social, com mais possibilidades, cortando as amarras de um passado que representa aos seus olhos antiqualha entravadora de marcha desembaraçada.» (5)

Se, por um lado, a língua portuguesa, pelo que acima se disse, ficou sujeita a um destino de esquecimento gradual, convém ainda notar um outro aspecto do conflito de línguas, que aqui queremos referir. Pelas próprias actividades ocupacionais, em especial nos centros fabris e urbanos da Nova Inglaterra, tornou-se indispensável ao português a aquisição de um mínimo de vocabulário inglês. Remontando às primeiras décadas de fixação dos portugueses na Nova Inglaterra, se é facto que as comunidades de pescadores e trabalhadores agrícolas ou pequenos fazendeiros não eram conduzidas a um contacto muito directo com a população de língua inglesa — conservando até o grupo familiar mais unido à maneira da terra de origem — o mesmo já não se passou relativamente ao grosso da população portuguesa que, nesta zona americana, procurou ou teve de procurar o trabalho fabril. Era uma nova ocupação, vivida, antes de mais, em ambiente citadino, para a qual o português rural não estava mentalizado e que exigia o contacto com novos objectos, maquinismos e técnicas por ele desconhecidas. Para as exprimir ou simplesmente ao ouvi-las, não encontrava ele termos equivalentes na língua de origem, verificando-se assim, a um tempo, um conflito e desgaste a longo prazo da língua e uma invasão gradual do inglês. Mais ainda, o operário português reconhecia, e hoje mais do que nunca, as barreiras linguísticas como um forte obstáculo à promoção no trabalho.

Não se deve, contudo, sobrevalorizar a ideia de que o português de Fall River, por exemplo, se viu sempre obrigado a um contacto directo com gente de língua inglesa, sentindo assim o desajustamento linguístico e suas consequências de difícil resolução. É necessário ter em conta que os portugueses ocupados nas fábricas de tecelagem daquela cidade e outras em Massachusetts estavam destinados a trabalhos de menor especialização, para os quais a comunicação linguística era de importância relativa. Como que bastava, e esta situação ainda hoje se verifica (6), o conhecimento de umas tantas palavras e expressões apreendidas dos companheiros de trabalho, conterrâneos já mais familiarizados com a língua inglesa, e dos próprios capatazes, também eles, muitas vezes e por isso mesmo, portugueses recrutados para falar a língua portuguesa.

Na Califórnia, aproveitando ainda a relação língua-actividades ocupacionais, é facto sabido que a língua portuguesa encontrou mais possibilidades de subsistência, perante uma menor influência do inglês. O conflito de línguas foi, portanto, mais atenuado do que nos Estados da Nova Inglaterra, sendo de notar, contudo, que na comunidade de Newark, no vizinho Estado de Nova Jersey, também a língua portuguesa se mantém em uso mais completo. A isto se deve o facto de este último núcleo — formado por uma maioria de continentais, especialmente da Murtosa, distrito de Aveiro — ser de formação mais recente (7).

Embora transplantados para uma outra área cultural, vivendo num novo meio físico e social, os portugueses continuaram, na Califórnia, as ocupações para que tinham maior tendência natural ou a que, pelo menos, sempre tinham dedicado as suas qualidades e energias. Trata-se de actividades rurais, com especial destaque para a produção leiteira — indústria em que os portugueses desde cedo se ergueram a um nível considerável no todo da economia californiana. Este condicionalismo já foi, porém, referido na sua devida altura. Queremos apenas aqui fazer ver a importância que teve, para o efeito, o facto de os portugueses não terem experimentado na Califórnia uma pressão económica que os conduzisse tão abertamente para a aprendizagem do inglês, como os seus irmãos da Nova Inglaterra.

No habitual processo de ascensão económico-social — primeiramente trabalhador rural, depois pequeno rendeiro de terras que, finalmente, comprará e onde vai garantir emprego a uma nova leva de mão-de-obra portuguesa — o imigrante português como que contribui para a formação de uma comunidade em ciclo. Assim a chamamos, por nos parecer que garante aos seus membros uma permanência, mais ou menos contínua, não só dentro do grupo familiar, mas até comunitário. Quase todos parecem, assim, gozar de uma certa vitalidade material a longo prazo, ao mesmo tempo que de uma maior união de grupo e espírito associativo (8).

Tais condições, comparativamente com a Nova Inglaterra, implicaram a possibilidade de continuar uma preparação e educação basicamente rurais, mas ao nível da América, e ainda a generalização de um estado de não proletariado pelo grosso da comunidade que, assim, conseguiu transmitir aos filhos uma ideia mais elevada da terra de origem. As «coisas» de Portugal como que foram tidas em melhor consideração, logo aumentando o desejo de as preservar e cultivar, o que, em última análise, terá conferido à língua portuguesa na Califórnia foros de maior coesão.

Este último aspecto, bem como o de terem os portugueses encontrado, na costa do Pacífico, um campo muito mais próprio para o desenvolvimento das suas aptidões, foram cruciais para as condições linguísticas em que o português foi e é ali falado.

Quando atrás falámos, relativamente à Califórnia, de união de grupo e até de aspectos que terão levado à formação duma comunidade em ciclo, não tínhamos em vista a afirmação implícita do isolamento e da dose consequente de um certo segregacionismo a que essa comunidade se vota ou é votada. Pelo contrário, os portugueses na costa do Pacífico — por razões que, em parte, já ficaram patentes em considerações anteriores — desde sempre mostraram uma tendência mais cabal para uma melhor assimilação ao meio físico-social americano, dando-se a contactos mais íntimos com outros grupos étnicos e, nomeadamente, com o próprio americano. Se acaso a tal união lhes permitiu maior coesão no domínio da expressão linguística e na conservação do espírito e sentimento português, ela, porque vital e mais fundamentada, não condicionou

a existência de um núcleo tão fechado, entregue a si mesmo e isolado do resto da sociedade americana, como aconteceu na Nova Inglaterra.

Pode bem afirmar-se, com efeito, que, nos grandes centros industriais da zona leste dos Estados Unidos, os portugueses sempre tenderam e ainda tendem para uma vida social mais à margem, formando, muitas vezes, o que se chama o «ghetto», com implicações a todo o nível, inclusive o linguístico. Por esta situação não é verdadeiramente responsável a Nação americana ou, se se quiser, as leis e indivíduos dos Estados da costa atlântica, muito embora se deva ter em conta que as consequências da tradicional filosofia puritana, atenuadas, é certo, ainda deverão presidir a certo número de instituições e outros aspectos da orgânica social dos americanos ali residentes. Isto será tanto mais válido quanto nos lembrarmos das condições que permitiram o erguer de uma Califórnia, onde o culto do Homem foi e continua a ser, por certo, nas suas mais diversas facetas, factor primordial da «riqueza» da terra, de seus filhos e dos muitos que para ali migram em busca de uma vida melhor.

A maior responsabilidade de formação de «ghettos» entre os portugueses de algumas cidades da Nova Inglaterra parece cair, portanto, sobre eles mesmo ou, melhor ainda, sobre as condições de trabalho que foram e são obrigados a desenvolver ali, por deficiência de origem e exigência daquelas zonas. É facilmente previsível — e isto desde sempre — que a preparação e nível educacional e técnico do português, que se fixa numa cidade como Nova Bedford, não variam em grau das que possui aquele que procura uma cidade como Oakland, por exemplo. A questão está, em especial, no aproveitamento — e suas repercussões a longo prazo no bem estar e índice cultural transmitido a seus descendentes — das reais potencialidades (em qualquer caso, limitadas) do emigrante, em função da área de imigração.

Deste modo se criou não só um clima favorável a uma vida de certo modo separatista que, assim, aumentou as dificuldades de integração no meio e diminuíu as possibilidades de aprendizagem do inglês, talvez, por isso mesmo, menos necessário à vida,

bem como um clima pouco abonatório dos valores portugueses transportados, nomeadamente, a língua. Partindo do princípio de que «quem se obriga a conservar o sentimento implicitamente se obriga a cultivar a sua forma de expressão» (9), melhor se aceita o contínuo e gradual desgaste a que ficou sujeita a língua portuguesa no conflito com a inglesa, perante uma não valorização das instituições de origem, muitas delas mal assimiladas e deficientemente continuadas no tempo, em ambientes que contêm em si o gérmen da segregação, como são os dos já referidos «ghettos».

A este respeito, para bem se avaliar da continuação deste estado de coisas ainda na actualidade, queremos anotar a observação cuidada do Padre José Maria das Neves, experiente em assuntos de emigração, aquando da sua última visita de estudo aos maiores núcleos de emigrantes portugueses nos Estados Unidos:

«No campo cultural a melhoria é pouca, a única preocupação é o dólar. Quando os filhos se libertam da obrigatoriedade escolar, aos 16 anos, são arrancados das escolas gratuitas para irem para a fábrica "agarrar dolas". Isto, principalmente na costa leste dos Estados Unidos onde existem autênticos «ghettos» de imigrantes que transplantaram o seu "modus vivendi" para bairros das cidades de Fall River e Nova Bedford. Trata-se de imigrantes idos das freguesias mais pobres da Ilha de São Miguel.» (10)

A par do condicionalismo já apontado para explicar a vivência em regime de «ghetto» ou de isolamento mais atenuado por parte de alguns imigrantes portugueses — lembrando sempre as relações do fenómeno com o tema desta alínea —, refira-se ainda outros aspectos de enquadramento na mesma perspectiva.

Na Parte I do nosso trabalho (capítulo I), afirmámos e procurámos justificar que o espírito de aventura não era causa de emigração entre a maioria dos portugueses, muito embora se deva atentar em algumas implicações desse espírito num povo (continentais e insulares) apertado pelos limites da geografia frente ao mar. Parece-nos, porém, possível e, na circunstância, importante, realçar algumas das condições de aventura e outros aspectos relevantes da existência do imigrante português. A emigração, como mobilidade demográfica e fenómeno sociológico, faz

incorrer os que nela participam em aventuras de novos costumes, novas mentalidades, novos processos de convivência, em estranhas formas de vida, com aspectos desconhecidos de civilizações alheias; obriga-os, em suma, «a viver, fora do espaço e tempo da sua personalidade, da sua psicologia, da sua estrutura socio-espiritual.» (11)

A reduzida cultura de base, falta de qualificação profissional, ignorância absoluta (ou quase) quanto às formas de vida e mentalidade do país de destino, desconhecimento da língua, formas de convivência e hábitos sociais que determinam as relações dos cidadãos, isolamento familiar de muitos dos emigrados (12), período normal de dificuldades e obstáculos de vária ordem até à estabilidade de um emprego e salário respectivo, vontade indómita de poupar dinheiro e até mesmo a disposição tácita de tornar transitória a presença na América, são tudo aspectos que põem em evidência as dificuldades de integração dos portugueses naquele país. Eles requerem, por outro lado, atenção para uma análise das condições em que o português se situou e situa frente ao inglês nos Estados Unidos.

Assim se intensificou profundamente o conflito de línguas, concluindo-se, com facilidade, que não foram nem são pequenas as dificuldades em que se debate a língua portuguesa numa comunidade linguística inglesa. O favoritismo pendia, por natureza, para a língua do país de acolhimento, tanto mais que os portugueses, ali nascidos ou educados e porque obrigados a uma escolaridade mínima, não viam vantagem em aprender a língua de seus maiores. Só razões sentimentais muitas vezes a isso os levavam, sendo que o Estado americano, exigindo a frequência gratuita de escolas e impondo a instrução como dever social, absorvia tempo e disposição, fazendo relegar para segundo plano tudo o que não constituisse matéria dos seus programas (13).

Consideremos agora dois outros aspectos que nos importa relacionar com o conflito de línguas, para daí se concluir nitidamente da desvantagem da língua do imigrante português. São eles, o preconceito rácico ou o consequente complexo de inferioridade por ser português e a desnacionalização desde sempre solicitada, em certos casos quase imposta, pelas autoridades americanas, numa

procura contínua de fusão das várias etnias que, afinal, constituem a Nação americana.

O preconceito rácico desenvolvido contra os portugueses, integrado em correntes de nativismo americano, mais ou menos exacerbado conforme os tempos e as ideologias, nasceu também a partir da própria condição de existência do português nos Estados Unidos, em especial na costa leste. A já mencionada situação de vivência em «ghetto» ou outras formas de isolamento mais atenuadas, com as respectivas implicações sociais, culturais e económicas, dificulta não só a integração do grupo, como faz ainda nascer por ele um clima de desprezo no americano, que valoriza o apetrechamento intelectual, técnico, social e cívico de todo o estrangeiro candidato à cidadania americana. Está hoje assente que o regime de habitação concentrada é muito menos favorável à integração do que o regime de habitat disperso (14). E a prova está em que os grupos de imigrantes isolados em quarteirões das já citadas cidades de Nova Bedford e Fall River (15) separam-se da população local, convivendo embora nas relações de trabalho.

Aquele preconceito racial que é também, como diz Leo Pap, o alargamento de um preconceito mais geral de muitos «Yankees» contra os estrangeiros como tal e, particularmente, contra os falantes de língua não inglesa — o autor entronca esta circunstância no monoglotismo nativo — tinha de acabar por gerar no imigrante português um complexo ou sentimento de inferioridade (16). Aumenta-o ainda a comparação implícita que o português rural, inculto e desconhecedor das realidades do mundo além-aldeia e além-fronteira, é levado a fazer entre a sua situação inferior e a do seu vizinho americano, porventura a de todo aquele que se exprime em língua inglesa. A este respeito, podemos talvez aproveitar, ainda que escritas bem no princípio do nosso século, as palavras de um autor já citado e que reflectem a comparação implícita de que acima falamos:

... «a maioria dos ilheus que teem visitado a América do Norte — porque nunca viram coisa nenhuma da Europa — admiram "comme une brute" a industria, o comercio, a riqueza, o poder, a grandeza, enfim, d'aquelle, na verdade, extraordinario paiz.» (17)

E, mais adiante, reflectindo, diríamos, uma outra faceta daquele sentimento ganho na América diz, o mesmo autor, do imigrante regressado aos Açores:

«Regressado aos Açores, este typo, que, na América, trabalhou como um moiro, economizou como um judeu e foi abstémio como um árabe, torna-se, às vezes, desgovernado e indolente... Não gosta de Portugal. Lá anda **tudo direito: Oh! All right!**» (18)

Vinha tudo isto, porém, a propósito do complexo de inferioridade em que o português se encontra nos Estados Unidos, o qual foi, directa ou indirectamente, transmitido no tempo e espaço, factor de importância primordial para a maneira como ele muitas vezes considera a língua de origem, por natureza, repetimos, em conflito com a inglesa. Muitos imigrantes, deste modo, porventura ressentindo-se ao falar português em sociedade, procurando ascender na escala de valores socio-económicos, tão somente ocultando a sua origem nacional para fugir à segregação a que, por isso, estavam condenados, facilitavam o emprego do inglês em determinadas ocasiões, nomeadamente, no seio da própria família. O mesmo é dizer, contribuíam para o esquecimento gradual do português, a que a falta de instrução e cultura no país de origem não conferia uma solidez e coesão ideais ao simples impacto de uma outra língua.

Acresce ainda lembrar que o ambiente familiar, acusando a natural americanização material e espiritual, a agravar-se nos portugueses nascidos ou educados nos Estados Unidos, igualmente reflecte as consequências da desvalorização das instituições e língua portuguesa. O inglês viu e vê, assim, garantido mais um passo na sua escalada linguística, vindo a propósito salientar que, em muitos casos, os pais falam em português, obtendo a resposta dos filhos em inglês. Mesmo que se verifique uma situação de bilinguismo — que o pode ser — a verdade é que o português já não é a primeira língua e é aquela que menos dominam, por a entenderem mas não falarem.

Modernamente, com a promoção económico-social e consequente integração a longo prazo, os filhos de portugueses, porque logo americanizados e tendendo para o abandono das actividades

ancestrais dos seus antepassados, na procura de um modo de vida mais adentro do meio americano, mais e melhor ainda dominam a língua do país de acolhimento (19).

Juntamente com o preconceito rácico e o complexo de inferioridade daí resultante, o fenómeno de desnacionalização ou, melhor dito, de naturalização, é o outro aspecto que nos propusemos considerar pela importância que revela para o conflito de línguas. Está, também ele, relacionado com a integração de todo o imigrante, que nele vê uma real possibilidade de acesso mais cabal ao meio americano. Atente-se, por sua vez, na posição do Governo dos Estados Unidos que analisa com interesse as possibilidades de naturalização do estrangeiro — salvo raras excepções — de modo a poder fazer funcionar aquela conhecida máquina, que é o «melting pot» (20).

A caminhada para a naturalização — tendência normal não implicando, de resto, a necessária desnacionalização — traz em si uma preferência ainda mais compreensível pela língua inglesa. É um processo, diremos mesmo, um direito que o indivíduo pode normalmente exercer, tendo por base um sentimento utilitário, que não de oposição implícita, e que visa a uma pretensão justificada pelo desejo de ser alguém no país onde vive e de não ser inferior ao vizinho mais próximo. É, portanto, um fenómeno que o imigrante, muito justamente, tende a associar ao da integração total e que se verifica por isso entre portugueses, italianos ou gregos, como também entre alemães ou irlandeses. Passada aquela fase de primeira adaptação (21), suportados os primeiros saudosismos, estabelecidos os primeiros contactos sociais, dados os primeiros passos na língua inglesa, e, principalmente, adquirida uma certa independência económica que, juntamente com a família aí constituída, o prende mais à terra de acolhimento, todo o imigrante «sente a necessidade de fortalecer a sua personalidade dos mesmos direitos que a Constituição garante aos nacionais.» (22)

Afirmámos, de pouco, que a naturalização de qualquer imigrante não traz necessariamente a desnacionalização. Esta poderá ser, e é muitas vezes, uma consequência daquela, embora mais ou menos apressada, consoante a preparação educacional e cultural

trazida da terra de origem. É real a diferença de grau existente entre o português e, por exemplo, o alemão transportados para a América, relativamente à noção consciente de Pátria, valorização das instituições nacionais (23), conhecimento estruturado da língua de origem e outros factores afins. Nesta base, ainda que sem pretensões de comparar, perante uma idêntica pressão das circunstâncias no meio americano, o português naturalizado caminha com maior contingência para a desnacionalização.

São as consequências culturais e, de modo especial, linguísticas deste último fenómeno ou processo, que queria aqui mencionar e enquadrar no conflito de línguas que vimos abordando. A americanização natural ou programada não obriga o imigrante — no nosso caso, o português — a abdicar dos ideais, costumes e língua da terra natal. Ela constitui, porém, como diz Eduardo de Carvalho (24), o adicionar dos ideais americanos e, sobretudo, o conhecimento e a faculdade de uso da língua dos Estados Unidos, aos conhecimentos trazidos do país de origem. Sendo estes, como são, parcos e rudimentares, logo se pressente o somatório de condições em que a referida desnacionalização envolve a língua portuguesa, em conflito natural e permanente com a inglesa.

Nesta breve análise do conflito de línguas, acentuámos, em particular, algumas das condições que explicam a situação de inferioridade em que o português se encontra frente ao inglês na América. Deixámos, porém, prever, conjuntamente, a precaridade de condições que não possibilitam uma aprendizagem eficiente do inglês. Ficou e fica esta língua, assim, sujeita a transformações próprias e curiosas, quando falada pelos portugueses que, mesmo no uso da sua língua-mãe, se servem de muitas palavras inglesas assimiladas em condições deficientes.

2 — O ESFORÇO DO PORTUGUÊS EM DEFESA DA LÍNGUA DE ORIGEM

A) **Sociedades de Beneficência e outras organizações sociais e culturais; B) Igreja e clero; C) Imprensa; D) Radiodifusão.**

Sua história e resenha histórica.

As considerações agora apresentadas situam-se num plano oposto às do sub-capítulo anterior que, embora subordinado ao título «Conflito de Línguas», teve em particular atenção as dificuldades naturais e criadas com que a língua portuguesa se debate frente à inglesa na América. Acentuou-se, conjuntamente, o clima propício (seu condicionalismo e consequências mais directas) por parte do imigrante português para a transformação do inglês que ele assimila (tem de assimilar!) em condições deficientes, como posteriormente se procurará exemplificar. Mais ainda, por influência da língua inglesa, muitas daquelas palavras ou expressões usadas pelo imigrante português, mesmo quando fala a sua língua de origem — o que se poderá chamar aportuguesamentos ou anglicismos introduzidos — são, afinal, transformações daquela língua, quando é ela tomada como base ou ponto de partida para uma apreciação.

Em todo o caso, o que agora se pretende é evidenciar, atendendo ainda à posição da língua portuguesa frente à inglesa na América, o esforço desenvolvido pelo imigrante português com vista à sobrevivência da língua que ele trouxe do país de origem. É, por vezes, um esforço inconsciente, desarticulado e impotente para obstar à influência e domínio do inglês. Revela, porém, e sempre, uma valorização, uma tentativa de perpetuar, no tempo e no espaço, a expressão linguística inerente àquele espírito e cultura em que nasceram ou de que ouvem falar (...) os portugueses radicados nos Estados Unidos.

De qualquer modo, ao mesmo tempo que apontamos a importância linguística daquele esforço — concretizado e patente na criação de organizações de vária ordem — faremos também uma resenha histórica das mesmas. Satisfazemos, assim, a dupla perspectiva do nosso estudo: referindo alguns dos agentes de defesa da língua portuguesa no conflito com a inglesa, contribui-se ainda e também para o conhecimento do que de válido as comunidades lusas criaram em solo americano.

A) Sociedades de Beneficência e outras organizações sociais e culturais

Parece-nos possível afirmar que um aspecto importante e característico da vida na América, resultante do impacto da imigração, é o das organizações sociais. Quase todo o grupo imigrante, com princípios e padrões de vida formados no país de origem, procurou perpetuar no Novo Mundo a herança de que era portador. Daqui nasceu uma luta constante na história da imigração americana entre o desejo de conservar hábitos e padrões do passado e as necessidades exigidas pelas novas condições de vida e adaptação ao novo meio ambiente.

Não podendo, porém, restabelecer a comunidade tradicional, o imigrante procurou a estruturação de vasto número de organizações para a substituir. Deste modo, como diz Oscar Handlin, a assistência mútua, as associações fraternais, religiosas e culturais prestaram-lhe, de modo fragmentário, os serviços que a comunidade desempenhava na pátria de origem (1). Acrescentamos ainda que, num processo absorvente, tais esforços de organização não ficaram apenas restringidos aos grupos reconhecidos como imigrantes, mas acabaram porventura por impor os seus reflexos à sociedade americana em geral. Ainda hoje a vida de grupo americano se caracteriza por este padrão de acção social.

Não tanto pela sua importância no campo linguístico — porque o agente a referir não é o de maior relevância nesse domínio — mas antes pela ancestralidade e projecção das aspirações e realizações dos portugueses na América, começaremos pelas chamadas sociedades de beneficência ou associações fraternais. Tais Sociedades, não obstante virem nos últimos anos a acusar a procura de um nível mais propriamente educacional e cultural, tiveram como primeiro móbil prover aos necessitados, ajudando-os na doença, na falta de trabalho e na morte. Daí o valor caritativo e fraternal destas associações de mutualidade e actividade seguradora (2) — a maioria delas, hoje, por isso mesmo, poderes económicos — mas também o seu valor socio-cultural pelo que representam de união de grupo, de promoção de nível dos seus associados e de salvaguarda da velha cultura e herança linguística.

Este último aspecto já não será hoje compreendido na sua extensão máxima (3). Teve, porém, grande validade num passado

em que a barreira linguística, mais do que qualquer outra, isolava, se não o grupo, pelo menos os seus membros individualmente considerados. Atente-se ainda na importância, e suas implicações linguísticas, das actividades rituais e sociais das diferentes Sociedades sobre o padrão de vida do indivíduo e da família portuguesa transportada da sua comunidade de origem.

Por sua vez, ainda, ligado às actividades das Sociedades fraternais sempre esteve o profundo sentido religioso da gente portuguesa, projectado em cerimónias próprias e na organização das chamadas irmandades, promovendo-se assim o encontro e convívio do grupo que, de outro modo, permaneceria muito mais disperso. Estamos em crer que esta circunstância é mais aplicável aos núcleos da Califórnia e, por isso mesmo, anotamos a obervação de António Ferro:

«Os portugueses vivem espalhados pelo Condado de Alameda, pelos vales fertilíssimos, mas encontram-se, frequentemente, nos congressos das suas associações, nas festas do Espírito Santo, que principiam em Maio, e se prolongam pelo Verão fora, e em todas as solenidades onde Portugal esteja presente.» (4)

Este espírito associativo, que se manifesta na confraternização anual, numa cidade diferente, dos vários representantes enviados por todos os conselhos aonde chega a acção da respectiva Sociedade, é, já por si, uma óptima oportunidade de convívio e de prática da língua portuguesa. Claro que pensamos, mais em especial, nos próprios imigrantes e não tanto nos seus descendentes, a segunda e terceira gerações que, uma vez passadas pelas escolas americanas, não mais usam o português entre si. Falam-no muitas vezes com os pais e, no geral, com aqueles — os mais velhos e os recém-chegados — que não dominam o inglês (5).

Não pretendemos elaborar aqui a história das diferentes e variadas Sociedades fraternais portuguesas na América. Seria um processo moroso e que não adiantaria muito à perspectiva desta alínea. Porque queremos, contudo, destacar a importância das referidas organizações para a conservação da língua portuguesa e ainda assinalar o esforço válido dos portugueses na América, vamos fixar as datas em que foram fundadas as principais, primei-

ramente na Califórnia e, depois, a simples título de referência, no leste americano, bem como os nomes daqueles que a esse acto ficaram ligados e a quem, afinal, os portugueses ainda hoje devem muito do que se fez, década após década, em prol da comunidade lusíada no Novo Mundo. E porque esse esforço e actividades das associações de beneficência — ainda que com maior projecção e expansão na Califórnia, devido à já analisada condição económico-social dos portugueses ali fixados — foram mais ou menos uniformes e corresponderam a ideais idênticos, resolvemos abordar unicamente os factos mais significativos da primeira Sociedade portuguesa na Califórnia e na costa leste — a Associação Portuguesa Protectora Beneficente (A. P. P. B.) que, após uma fusão com outra Sociedade, existe hoje sob o nome de «United National Life Insurance Society».

À parte esta última, de que já damos mais detalhada notícia, registe-se as seguintes Sociedades, primeiramente na Califórnia:

1) União Portuguesa do Estado da Califórnia (U. P. E. C.) — fundada na cidade de San Leandro, em 1 de Agosto de 1880, por um grupo de trinta portugueses, dos quais só um não era açoriano. De entre eles se deve destacar António Fonte, natural da Ilha do Pico, que foi Presidente Supremo desta dinâmica Sociedade de 1887 a 1903.

2) Irmandade do Divino Espírito Santo (I. D. E. S.) — fundada, também por açorianos, na Missão de São José, no dia 7 de Julho de 1889, na sequência duma celebração da festa ao Divino Espírito Santo naquela localidade (6). Três nomes há a destacar nos primeiros passos da Sociedade: Tomás F. António, José F. Freitas e M. S. Peixoto.

3) Sociedade Portuguesa Rainha Santa Isabel (S. P. R. S. I.) — fundada a 15 de Março de 1898, em West-Oakland, por um grupo de trinta portuguesas, continuando a Sociedade a ser formada, até hoje, unicamente por mulheres. Foi sua primeira presidente Giorgiana Woods.

4) União Portuguesa Protectora do Estado da Califórnia (U. P. P. E. C.) — fundada por um grupo de sessenta e quatro mulheres portuguesas, em Oakland, a 4 de Fevereiro de 1901. Foi sempre uma associação feminina também e teve como primeira Presidente Suprema Maria C. L. Soares.

5) Associação Protectora União Madeirense do Estado da Califórnia (A. P. U. M. E. C.) — fundada por madeirenses, em West-Oakland, a 26 de Fevereiro de 1913, sob o nome de «Irmandade da Lapinha» (7), logo depois substituído pelo de «União Madeirense». Foi primeiro presidente João de Gouveia.

6) União Portuguesa Continental do Estado da Califórnia (U. P. C.) — também em Oakland, e como o próprio nome o diz, um grupo de vinte e sete continentais fundou a sua própria Sociedade, em 28 de Janeiro de 1917. Esta Sociedade, cujos primeiros passos se devem a Joaquim dos Santos Oliveira, João Roldão e Manuel Gomes Soares, além de se basear no padrão habitual de todas as outras Sociedades portuguesas — fraternalismo e actividade seguradora — organizou-se logo determinada a conservar a língua e perpetuar a fé e virtudes do povo português (8).

Foi a U. P. C., de resto de menor projecção do que as Sociedades anteriormente referidas, que, em 1957, se fundiu com a Associação Portuguesa Protectora Beneficente (A. P. P. B.).

7) Há ainda a considerar algumas outras Sociedades de nível mais local: «Sociedade do Espírito Santo», fundada em Santa Clara a 16 de Dezembro de 1895; «Irmandade de Santa Maria Madalena», fundada em Oakland a 26 de Julho de 1930; «Irmandade de Santo Cristo de Socorros Mortuários», fundada a 2 de Abril de 1937, também na cidade de Oakland.

* * *

Comparativamente, o movimento das Sociedades fraternais

na Nova Inglaterra é bastante menor, quer no campo das realizações materiais, quer no das espirituais. É válido, todavia, salientar a importância daquele movimento na conservação da herança e cultura portuguesa e bem assim da respectiva língua na zona leste americana. A este respeito, mas acusando já a dispersão dentro das comunidades lusíadas ali estabelecidas, escreveu António Ferro, à volta de 1930, aquando da sua visita àqueles núcleos:

«A vida associativa, que não devia ser tão dispersa, é a força benéfica e vitoriosa que se tem oposto à desnacionalização da colónia.» (9)

Posto isto, apenas registamos elementos de duas das mais antigas Sociedades de beneficência fundadas por portugueses na Nova Inglaterra, limitando-nos a nomear mais algumas de entre as muitas que, presentemente, ali existem, embora sem nunca atingirem grande importância, mesmo ao nível da comunidade.

1) Real Associação Beneficente Autonómica Micaelense — fundada em Tauton, Massachusetts, em 1895, por Manuel Luís de Almeida, Jacinto Lima e outros. Era só para micaelenses e seus descendentes e teve ramificações na Califórnia. Extinguiu-se antes de 1938.

2) Fraternidade Portuguesa dos Estados Unidos — fundada também em Tauton, Massachusetts, no ano de 1899, por Francisco Augusto Brum, António J. Raulino e outros. Não obstante o próprio nome, esta Sociedade, que igualmente se estendeu à Califórnia, desaparecendo antes de 1938, só admitia portugueses de raça branca, não tanto por espírito de segregação de raça, mas sim de origem.

De entre as Sociedades actualmente em existência em outros centros da Nova Inglaterra, mencionamos as seguintes:

Nova Bedford, Mass. —

Associação Protectora União Madeirense do Estado de Massachusetts; Capeverdean Beneficient Assn..

Fall River, Mass. —

Associação Beneficente Aliança Portuguesa; Associação Portuguesa de S. Miguel Arcanjo.

Peabudy, Mass. —

Associação Liberdade Portuguesa.

Providence, Rhode Island —

Rhode Island Capeverdean Assn..

Bristol, Rhode Island —

Portuguese Beneficial Association Don Luís Filipe.

Newport, Rhode Island —

Portuguese Benefit Association Vasco da Gama.

Newark, Nova Jersey —

Luso-American Fraternal Assn. ([10]).

* * *

Na linha de orientação que nos propusemos seguir, impõem-se agora algumas breves considerações sobre os 100 anos de existência daquela que foi a primeira associação de beneficência portuguesa na Califórnia — Associação Portuguesa Protectora e Beneficente, cujo centenário foi festivamente celebrado a 6 de Agosto de 1968 ([11]).

Como ficou referido na Parte I deste trabalho, os primeiros portugueses chegados à Califórnia (fixemos, na circunstância, o «Gold-Rush» e anos seguintes como marco inicial) depararam com grandes dificuldades, por não terem encontrado ocupações e oportunidades imediatas, e também devido à barreira linguística e ao facto de não terem ali família nem conhecidos. Impunha-se, por-

tanto, a criação de qualquer forma de organização para assistência e protecção mútua e que perpetuasse, pela associação do grupo, alguns valores transportados da pátria de origem. Nestes moldes teve início o movimento das Sociedades fraternais portuguesas na Califórnia, de que a data de 6 de Agosto de 1868 constitui um momento histórico.

Naquele dia, reunindo-se na cidade de São Francisco, um grupo de imigrantes portugueses fundou a Associação Portuguesa Protectora e Beneficente, que, além da já referida actividade seguradora ([12]), se propunha servir como meio de contacto entre os seus membros, centro de recreio, agência de empregos e, enfim, forum onde esses membros se pudessem pronunciar.

Pelo Preâmbulo dos estatutos — o qual tivemos ocasião de ler, em extracto original, impresso no livro comemorativo do centenário da Sociedade — que formaram a primeira constituição da A. P. P. B., se verifica como os seus fundadores estavam impressionados pelo governo democrático da América, cujo espírito pareciam querer adoptar. Tanto assim que aquele Preâmbulo foi tirado do da Constituição dos Estados Unidos ([13]).

Já por 1872 a Sociedade se começara a expandir, tendo os seus fundadores [um médico madeirense e primeiro Presidente Supremo, Dr. Enrique Rocha Martinho (Henry Morton!), e vinte açorianos] formado um Conselho Supremo e criado cinco conselhos subordinados («Halls») em São Francisco, San Leandro, Sacramento, Sonora e Centerville. Ao que parece a fundação da «União Portuguesa do Estado da Califórnia» e «Irmandade do Divino Espírito Santo» em San Leandro e São José, andou ligada a membros dissidentes dos conselhos locais de San Leandro e Centerville da A. P. P. B..

Até fins do séc. XIX, exerceram-se as actividades da A. P. P. B., quase exclusivamente, na Área da Baía de São Francisco. Entre as várias festividades organizadas estavam o «Baile Anual» de 1 de Dezembro (comemoração da Independência de Portugal) e o «Piquenique Anual», este de carácter mais popular, reunindo quase toda a comunidade portuguesa da Área da Baía.

Na transição do século passado para o actual, os portugueses

que se dirigiam à Califórnia — na maioria trabalhadores rurais e pequenos lavradores açorianos — começaram cada vez mais, e por isso mesmo, a abandonar São Francisco em si e a procurar ocupação em áreas rurais. Daí a corrida ao Vale de São Joaquim, onde a mão do imigrante português contribuíu largamente para o desenvolvimento agrícola e da produção leiteira. Foi assim que, ao encontro das necessidades dos núcleos de portugueses, agora geograficamente mais dispersos, se foram formando outras Sociedades de beneficência. Continuava, porém, a A. P. P. B. confinada a São Francisco, até que, em 1901, ali chegou António Martinho Carvalho, terceirense, que veio reconhecer a necessidade imediata da Sociedade se expandir por outras áreas do Estado. Deste modo foram criadas as novas «filiais», a primeira das quais, em Hayward, a 31 de Dezembro de 1911. Seguiram-se outras em Crescent City (1915), Colusa (1916), Scotia (1916), Santa Maria (1917), Loleta (1918), Arcata (1918), North Oakland (1918), Benicia (1921).

Por motivo da fundação destas filiais ou conselhos locais fora de São Francisco, reuniram-se os dirigentes da A. P. P. B., em 1921, com o fim de estabelecer um Conselho Supremo que administrasse os assuntos da Sociedade. Foram revistos os estatutos e a organização, que passou a chamar-se até 1948 «Conselho Supremo da Associação Portuguesa Protectora e Beneficente do Estado da Califórnia», intensificou a sua política de expansão entre os portugueses daquele Estado, aumentando consideravelmente o número de membros. Em 1933, por exemplo, eram eles 2200, distribuídos por 52 filiais, cujo activo era de $59.676.03.

Nesta época de expansão e anos seguintes, os dirigentes da Sociedade, conscientes do novo condicionalismo adentro da Califórnia e da própria comunidade lusa — mudanças de condições económicas e sociais — empreenderam novos melhoramentos que convém destacar. Indo de encontro às necessidades das novas gerações, encorajaram a participação em programas de actividades educacionais e recreativas ao nível da comunidade e criaram novos planos na actividade seguradora; fundou-se ainda uma Classe Juvenil pela admissão de membros do sexo masculino até aos 16 anos e, por imposição das necessidades, um Departamento Médico.

A expansão da Sociedade entre 1942-1945 foi interrompida, em certa medida, pelos acontecimentos que precederam e seguiram a Segunda Guerra. Ao findar desta, parece abrir-se uma nova fase na existência da A. P. P. B., ligada à qual está Jack Costa, seu actual Secretário-Tesoureiro e grande responsável pelo progresso e desenvolvimento da mesma, nos últimos 23 anos. Em 1945, por exemplo, houve nova revisão de estatutos, passando a admitir-se membros do sexo feminino com os mesmos direitos e privilégios concedidos aos homens; a Class Juvenil, por sua vez, permitiu também a admissão de raparigas. Foi um passo de significativa importância na medida em que a família inteira passou a participar nos acontecimentos sociais e demais actividades da Sociedade.

Em 1948, aquando da celebração do seu 80.º Aniversário na Convenção de Fresno, o «Conselho Supremo da A. P. P. B.» passou a chamar-se unicamente «Sociedade Benevolente da Califórnia». Tal se explica pelo facto de não ser mais possível manter uma Sociedade classificada de exclusivamente portuguesa, verificando-se o casamento dos descendentes de imigrantes portugueses com filhos de outras nacionalidades. Nestes termos se contribuíu para o crescimento contínuo da Sociedade que, todavia, não abdicou das suas funções de perpetuar aspectos valorativos da cultura portuguesa. A comprovar aquele crescimento se regista que, em 1953, o activo da Sociedade Benevolente alcançou o seu primeiro milhão, excedendo os seus membros 9700 indivíduos, distribuídos por 91 conselhos ou delegações filiadas.

Durante a década de cinquenta estava em plena actividade o movimento para a unificação de todas as Sociedades fraternais portuguesas da Califórnia. Nele se filia a consolidação da «Sociedade Benevolente da Califórnia» com a «União Portuguesa Continental do Estado da Califórnia» (U. P. C.), iniciativa que se tornou realidade a 16 de Fevereiro de 1957 (aprovado a 1 de Julho), em São José da Califórnia, por reunião especial de representantes das duas organizações. Daí resultou a formação do sucessor — «United National Life Insurance Society», como organização nacional e o seu Conselho de Estado, a «Luso-American Fraternal

Federation», uma federação de conselhos subordinados de ambas as organizações, estabelecida para perpetuar a cultura e herança dos membros (14).

Desde o momento da consolidação até hoje, tem sido prometedora a existência da «UNLIS», formada da participação das duas antigas Sociedades, que assim viram mais realizados os seus propósitos para com a comunidade portuguesa não só da Califórnia, mas até da zona atlântica, pois que a U. P. C. tinha delegações em Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, Nova Iorque e Nova Jersey (15).

Na perspectiva deste estudo, é, porém, de maior interesse a actividade da Federação Luso-Americana do que a da UNLIS, que se ocupa basicamente da administração geral dos assuntos económicos da Sociedade. A Federação, ao contrário, assumiu a chefia e direcção de todas as actividades fraternais, cívicas, culturais e sociais das duas Sociedades que a formaram. Tem, pois, como uma das suas funções primárias continuar e dar maior projecção às tradições fraternais e outras, herdadas da consolidação da Sociedade Benevolente com a União Continental.

Ao nível fraternal, e num âmbito que ultrapassa a própria comunidade portuguesa na América, queremos salientar três intervenções da Sociedade. A primeira delas foi o apoio dispensado em 1958 à proposta de lei, conhecida por «Kennedy-Pastore Bill», apresentada ao Senado americano pelos então senadores de Massachusetts e Rhode Island, respectivamente John F. Kennedy e Pastore, no sentido de se conseguir uma cota especial para admissão nos Estados Unidos de gente da Ilha do Faial, vítima da erupção vulcânica dos Capelinhos (10). Na mesma altura, foi ainda efectuada uma recolha de donativos que, constituindo uma avultada quantia de dinheiro, foram enviados para as vítimas daquela erupção nos Açores.

De novo, em 1964, quando fortes tremores de terra assolaram a Ilha de São Jorge, a Sociedade participou activamente na comissão formada por representantes de toda a comunidade portuguesa. Foram então obtidos $70 000, tendo ainda a Sociedade, individualmente, enviado grandes quantidades de roupa para os

sinistrados. Mais recentemente ainda — por altura da tromba de água ocorrida em Novembro de 1967 na cidade de Lisboa — foi sintomática e importante a intervenção da Federação Luso-Americana junto da Cruz Vermelha Portuguesa, a favor da miserável situação de centenas de pessoas atingidas por aquela catástrofe.

No plano das actividades sociais devem destacar-se a «Convenção Anual do Estado» e o «Dia Fraternal» (nome sobre o qual foi retomado o antigo «Piquenique Anual» da A. P. P. B.), programado com grande entusiasmo e que muitas vezes coincide com a celebração patriótica do 4 de Julho.

Uma das preocupações dos dirigentes da Sociedade, particularmente desde a formação da Classe Juvenil pela antiga A. P. P. B. (1941), tem sido a criação e desenvolvimento de programas para conservar os jovens interessados na Sociedade e prepará-los para a responsabilidade da sua administração em anos futuros. Um tal esforço corresponde não só a uma preparação educacional e cívica, como também a um enquadramento das segundas e terceiras gerações no plano das actividades que os antepassados vieram elaborando numa tentativa de manter aspectos válidos do respectivo padrão cultural.

Um outro aspecto a mencionar nestes breves apontamentos da história da Federação Fraternal Luso-Americana é a acção da mesma na formação de outras organizações culturais e cívicas, adentro da comunidade portuguesa da Califórnia. Nos últimos 35 anos contribuíu a Sociedade para a criação e desenvolvimento, em especial, de duas daquelas organizações: «Fundação de Educação Luso-Americana» e «Clube Cívico Cabrilho da Califórnia».

A formação da primeira das organizações a referir está relacionada com algumas resoluções aprovadas numa reunião em São José, Fevereiro de 1957, quando foi votada a consolidação da Sociedade Benevolente com a União Portuguesa Continental. Os dirigentes da nova Sociedade então formada, baseados nas boas relações sempre existentes entre Portugal e Estados Unidos, determinaram estudar um programa para a troca de estudantes dos 18 a 23 anos entre os dois países e autorizar a selecção e financiamento anual de tantos estudantes qualificados quanto possível,

membros da Sociedade e dentro daquelas idades, para uma viagem de verão a Portugal, obrigando-se a frequentar cursos nas universidades portuguesas. Pouco depois era também permitida qualquer pessoa qualificada, membro ou não da Sociedade. A Federação Luso-Americana nomeou um «Education Committee» para realizar o programa de educação, tendo sido determinado que a primeira parte do programa ficava subsidiada pela Sociedade, isto é, o financiamento de pessoas qualificadas para estudar a língua portuguesa em cursos de férias nas universidades portuguesas. Foi assim dada a muitos estudantes a possibilidade de absorver não só a língua, como ainda o panorama histórico-cultural dos portugueses.

A experiência dos dois primeiros anos, aliada à popularidade e alcance do programa, fez ver à «Comissão de Educação» a necessidade de alargamento das suas actividades, o que implicava maiores fundos e uma organização independente e devidamente estruturada. Nestes termos, reunida na Convenção Anual de 1959, decidiu a Federação Luso-Americana criar uma entidade permanente para levar a cabo o programa de educação, sendo a mesma chamada «Luso-American Education Foundation». Só passou esta, porém, a existir a 12 de Julho de 1963 como uma corporação educativa, tendo os estatutos sido aprovados a 25 de Setembro do mesmo ano, em São Francisco.

Pelo interesse histórico e pelo que revela de válido relativamente às actividades dependentes da Sociedade e projecção da língua e cultura portuguesa nos Estados Unidos ([17]), anotamos aqui, no próprio idioma inglês, o original do Preâmbulo daqueles estatutos:

«Section 1. Purposes.

«To foster, sponsor, and to perpetuate in the United States as part of its culture, the ethnical and national culture of Portugal brought to America by emigrants from Portugal;

«To assist qualified students without regard to race, color, or religious beliefs, by financial or other lawful means, to study

and understand, and to impart to interested persons the extent of Portuguese culture, both ancient and modern;

«To cooperate with any person or entity whose purposes are to assist students in acquiring maturity of their intellectual and cultural attainments to the end that such additional study shall help to produce enlightened and intelligent members of mankind.» (18)

Tendo ainda uma curta existência como organização independente, a Fundação de Educação Luso-Americana, continuando e expandindo os programas culturais e educacionais da Federação Fraternal, vem desempenhando um papel de importância para o futuro da comunidade portuguesa na Califórnia.

A outra organização criada na dependência da Federação Luso-Americana é o «Cabrillo Civic Club», originalmente fundado sob o nome de «Dom Nuno Club» a 2 de Fevereiro de 1932, em São Francisco. Os seus fundadores — membros das delegações de São Francisco e San Mateo da antiga A. P. P. B. — tinham por objectivo criar um clube cívico que representasse a comunidade portuguesa em actividades cívicas e que tomasse as medidas necessárias para o reconhecimento próprio e devido a João Rodrigues Cabrilho, navegador português, que, ao serviço da Espanha, descobriu a Califórnia no ano de 1542. Várias foram, porém, as disputas até à aprovação da mudança do nome do clube para «Cabrillo» (1934), por alguns membros considerado mais próprio para o tipo de organização e mais de acordo com os fins do clube.

Em 1935 foi resolvido criar um Conselho Supremo e outros clubes «Cabrilho» subordinados, através da Califórnia. A sua expansão por todo o Estado tem prestado grandes serviços ao progresso cívico naquela área e contribuído positivamente para a memória de João Rodrigues Cabrilho.

* * *

Integrada nesta alínea, porque directamente relacionada com uma das Sociedades atrás mencionadas, e porque constitui uma

valiosa criação dos portugueses na América, no plano das organizações culturais, queremos ainda fazer referência à «Biblioteca J. A. Freitas» de inauguração bastante recente — 9 de Março de 1968.

A ideia da fundação de uma biblioteca dedicada à história de Portugal foi, pela primeira vez, anunciada em Janeiro de 1964, por ordem da comissão de directores da União Portuguesa do Estado da Califórnia (U. P. E. C.). Foi esta, e, na circunstância, sob especial dinamismo do seu actual Secretário-Tesoureiro, Carlos Almeida, a primeira Sociedade fraternal portuguesa que, com carácter de permanência, criou um tal empreendimento nas suas próprias dependências em San Leandro. Naquela sede se iniciou, portanto, a recolha e catalogação de obras de escritores portugueses e de qualquer outra literatura relacionada com os portugueses nos Estados Unidos ou em qualquer outra parte do mundo.

Contém hoje a Biblioteca Freitas — nome que é uma homenagem a J. A. Freitas, falecido amigo de Portugal que, nascendo embora na Califórnia, era filho de pais açorianos (Flores) — mais de 2000 volumes em português e inglês constituindo um centro de investigação e verdadeira instituição informativa e de referência, destinada a divulgar o conhecimento de Portugal ao público americano. Pelas suas reais dimensões e possibilidades — poderá vir a ser a maior autoridade sobre assuntos portugueses a consultar nos Estados Unidos — a iniciativa da U. P. E. C. é o que de mais alto valor espiritual, cultural e educativo se realizou, até ao presente, em toda a comunidade luso-americana.

Facto sintomático e meritório é o da criteriosa selecção de material literário a que obedece a Biblioteca J. A. Freitas que adquire, assim, um carácter próprio e especializado. De resto, no cabeçalho do Boletim da Biblioteca — de que pudemos ler um exemplar — vem explícita, em idioma inglês, a seguinte divisa: «Our Library Is Specialized In Works Dealing With Portugal And The Portuguese.» Para a compilação daquelas obras contribuíu largamente a doação de livros e outras espécies literárias recebidas da Califórnia e Massachusetts, assim como de Portugal continental (Fundação Gulbenkian, S. N. I., etc.) e Açores (instituições culturais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta).

De interesse é também a valiosa documentação de jornais, antigas fotografias e publicações luso-americanas que assinalam várias fases das actividades dos portugueses e seus descendentes no Estado da Califórnia.

Pelo que ficou dito, se pode bem ajuizar da alta repercussão daquele empreendimento português na América e do seu significado, no âmbito desta alínea, como elemento de conservação e expansão da língua portuguesa, pelo menos na costa do Pacífico ([19]).

B) **Igreja e Clero**

Cronologicamente, devemos considerar a acção da Igreja e clero português na América do Norte como o segundo grande contributo para a conservação e propagação da cultura e língua portuguesa entre os respectivos imigrantes. O papel desempenhado por aquela instituição, no âmbito da valorização espiritual e linguística, foi e é, de resto, muito superior ao desenvolvimento pelas Sociedades de beneficência. Ela é porventura, juntamente com a imprensa portuguesa, de que adiante falaremos, a arma mais sólida e eficaz de que se serviram os portugueses na América no tocante à retenção do espírito, padrão de vida e língua transportados da pátria de origem. A Igreja é operante ao nível individual, familiar e comunitário e, adentro das comunidades portuguesas, esteve desde sempre patente a sua presença nas mais destacadas manifestações e actividades tradicionais, bem como a sua ligação às várias modalidades de organismos que igualmente procuram a preservação do espírito português em terra estranha.

Tal como para o aspecto cronológico, o método a seguir nestas breves considerações será semelhante ao traçado nas páginas anteriores. Começaremos por destacar e exemplificar a importância da Igreja e espírito religioso como elemento de defesa da língua portuguesa em luta com a inglesa na América, no seio das comunidades de imigrantes, e faremos de seguida uma enumeração dos principais templos edificados pelo povo português, primeiramente na Nova Inglaterra e depois na Califórnia.

De entre as chamadas sociedades latinas, a portuguesa é, por certo, a que mais arreigada tem vivido ao espírito e tradições da Igreja Católica. A marca profunda e ancestral do catolicismo na vida e organizações sociais, políticas e culturais dos portugueses é por demais conhecida para ser aqui apontada. Não queremos, porém, deixar de lembrar a importância decisiva daquela ideologia nos quadros de formação do homem português, ao nível do pensamento e da acção. A contextura socio-cultural portuguesa, permeada do espírito religioso, tem atitudes e manifestações tão próprias e tradicionais que quase o chegam a identificar com o espírito nacional, a ideia de Pátria. Ainda mais válido nos parece este juízo, se nos detivermos mais precisamente no sector rural da população portuguesa — grande fonte geradora da emigração — onde a organização familiar de tipo patriarcal assegura, por si mesma, a transmissão dos valores religiosos, a par do mais elementar dos conhecimentos.

E para que melhor se aprecie o que já adiantaremos sobre a importância e a posição da Igreja portuguesa entre os imigrantes desta nacionalidade na América, para os fins desta alínea, há que ter em conta a forte ligação emocional existente entre a língua-mãe de qualquer indivíduo e a sua religião, conforme salienta Leo Pap (20).

Transportado para uma bem diferente área cultural, desenraízado, pelo menos nas primeiras décadas de fixação na América, do seu círculo familiar caracteristicamente fechado mas uno, e enfrentando as dificuldades inerentes ao ajustamento ao meio, o imigrante português viu na Igreja e nas manifestações religiosas um óptimo elo de ligação sentimental e cultural ao passado e à Pátria distante. É nesta linha de interpretação que se deve considerar, sem dúvida sobrevalorizar, a acção das igrejas portuguesas que, num mundo de tantas religiões e credos diferentes, como o americano, têm sido dos guias mais constantes e incondicionais da comunidade imigrante. Elas têm constituído, sem dúvida, o maior obstáculo à desintegração da comunidade como identidade cultural e étnica distinta da sociedade que a rodeia. A prática religiosa, o ensino religioso, ministrado em casa pela mãe ou na

igreja pelo padre, desde cedo existiu como elemento dinâmico e propulsor no seio das famílias portuguesas, estando na base da maioria das suas manifestações e actuando como centro motriz da suas actividades.

É assim que o Rev. Mário S. Cordeiro, sacerdote de língua portuguesa em Santa Cruz, Diocese de Monterey, Califórnia, se permite afirmar que «o catolicismo em que foram criados os emigrantes, os conservou portugueses assim como o facto de serem portugueses, os conservou católicos.» ([21]) Há como que uma identificação implícita, já antes apontada, mas que hoje está a atenuar-se, não sem ter actuado positivamente sobre o espírito comunitário de vagas sucessivas de emigrantes. Pelo menos até a iniciar-se verdadeiramente o processo absorvente do «melting-pot» americano — a partir da Primeira Grande Guerra, mas intensificado e concretizado depois do segundo conflito mundial — todo o grupo nacional de maioria possuía a sua igreja nacional como ponto de concentração para os nascidos no estrangeiro. Sermões, confissões, conselhos, festividades, tudo se canalizava pela velha língua de origem que parecia encontrar na Igreja uma fonte de consolidação e de transmissão às gerações seguintes, porventura já falantes de língua inglesa.

A este respeito, anotamos a opinião de August Mark Vaz sobre a acção do padre de língua estrangeira na América:

«The foreign speaking priest was the indispensable agent in the retention of a national feeling — even as he aided in the gradual adjustment and Americanization of the immigrant. The priest was the intellectual, as well as the spiritual representative of the "colónia".» ([22])

Remontemos, porém, ao tempo dos pioneiros da emigração portuguesa para os Estados Unidos, cujo condicionalismo de fixação implicava, antes de mais, a ideia de isolamento e de ausência de forças solidárias capazes de esbater a barreira linguística e a desagregação familiar. Foram algumas destas razões que, como vimos, promoveram o estabelecimento das primeiras Sociedades fraternais, com vista à concentração de esforços, união de grupo,

contacto social afim e preservação dos mais íntimos ideais e tradições pátrias. O mesmo complexo de condições vem também agora explicar o recurso dos primeiros imigrantes às suas festas religiosas, dado que lhes faltava uma força exterior que os unisse e lhes desse forma social organizada, tanto mais que se encontravam separados por dezenas e centenas de quilómetros. A fé era a força centrífuga, ao mesmo tempo unitiva e preservativa, não fossem eles perder o seu estilo português, seja na vida social como na vida privada ([24]). Ainda antes da presença dos respectivos sacerdotes, já eram elas comemoradas no santuário dos próprios lares, procedendo-se a novenas privativas ou a simples reuniões de grupo em casa de um ou outro imigrante.

Acentue-se, no entanto, que, a par do que vem sendo dito, outros factores reminiscentes fomentaram de início, e ainda hoje, a acção conjunta da Igreja e do clero no seio das comunidades portuguesas. Tal é o caso especial do ianquismo, particularmente em outros tempos, que se fazia incidir sobre o imigrante recém-chegado e de posse de poucas bases culturais sólidas. Operava-se nele uma transformação, tendo como ponto de partida a crítica dos modos de vida da Pátria distante entre os nativos e a recordação de uma vida áspera por falta de condições económicas, que ele agora analisa apenas por comparação material com o nível de vida que encontra no país adoptivo ([25]). São factores desta natureza os geradores do já referido complexo de inferioridade, por vezes também explicável pela ignorância da sociedade em que se fixa o emigrante, sobre a vida do país que ele deixou, e até existente na razão directa de um sentimento de superioridade das massas americanas menos cultas.

É por isso mesmo, muitas vezes, dramática a situação do emigrado que acaba por conceber a religião e a Igreja não só como ponte de ligação ao passado, mas também como forte elemento unitivo a obstar à diluição do núcleo. É bem de ver que a dissolução do grupo, mais ou menos implícita na perca da individualidade linguística e cultural, a que se liga o sentimento religioso dado o nível elementar de cultura das comunidades portuguesas, é bastante mais sintomática nas comunidades pequenas

em meios grandes. Parece-nos elucidativo citar a maneira objectiva como à Igreja se refere o padre que assiste à comunidade portuguesa de Bridgeport (3000 portugueses e luso-americanos numa população total de 150 000 a 200 000 habitantes), Estado de Connecticut:

«Como exemplo, posso apresentar o reagrupamento, bem visível, operado nesta comunidade nos últimos oito anos, devido à presença e à acção do padre e da Igreja.» (26),

Dados os primeiros passos, nem sempre foi fácil nem verificável nas melhores condições a acção do clero português em terra americana, sobretudo no campo da assistência religiosa permanente. Várias foram, em diversas épocas, as dificuldades levantadas tanto pelas autoridades eclesiásticas americanas (a Igreja americana conserva ainda hoje uma marca especial doada pela preponderância irlandesa sobre a Igreja inglesa no Novo Mundo) como até pelas portuguesas. Parece incontestável que os Bispos portugueses pouco consideraram o problema da assistência religiosa ao imigrante ou, o mesmo é dizer, o da distribuição de clero nacional pelas diversas comunidades espalhadas pela América. Embora a jurisdição eclesiástica portuguesa não possa fazer prevalecer os seus direitos adentro das dioceses americanas, pode, pelo menos, procurar evitar procedimentos que dêem a impressão de considerar a América uma espécie de colónia penal para os seus padres mais ou menos indesejáveis. Este facto, real ou não, contribuíu, sem dúvida, para os escassos resultados da assistência desses padres às famílias portuguesas e, talvez, também para a má vontade bem manifesta de muitos Bispos americanos no sentido de aceitarem benevolentemente a vinda de padres portugueses (27).

Pela ausência de clero português em muitas dioceses e localidades de maiorias portuguesas (o caso é muito mais patente na Califórnia do que na Nova Inglaterra) é também directamente responsável a posição assumida pelos Bispos e os próprios pastores americanos de origem irlandesa. São conhecidos vários casos de nítido deslocamento de sacerdotes portugueses para outras paróquias ou dioceses que não registam número considerável de imi-

grantes daquela origem, nem sequer uma igreja por eles construída ([28]).

Os leigos portugueses, também eles, por sua vez, têm dificultado a acção da Igreja e do clero de língua portuguesa na América. Se, por um lado, são vários os casos em que uma determinada comunidade clama pela presença de um padre de língua portuguesa (ainda o ano passado soubemos de uma tal situação em San Diego), por outro, não raro acontece que o imigrante adquire na América reacções estranhas à maioria dos seus conterrâneos. Reacções estranhas, é certo, mas explicáveis, muitas vezes, à luz do condicionalismo da emigração — em especial da emigração mais recente que proporciona melhores condições de trabalho e mais rápido acesso na escala socio-económica. O desejo e a vontade indómita de «agarrar dolas», como já antes referimos, constitui quase sempre uma constante a nortear a vida e comportamento de muitos emigrados e suas famílias, o que reverte em prejuízo do ambiente social, cívico e até religioso em que se movem.

Recorremos uma vez mais, e propositadamente, à opinião de um padre português na Nova Inglaterra (Connecticut), que explica a ausência de muitos imigrantes às práticas religiosas, nestes termos: «...alguns porque se sentem ricos e enfermam da doença de certos sectores da vida portuguesa de que os «fortes de espírito» e abastados não precisam de religião. E ainda há outros que não praticam e até combatem a acção da Igreja, porque é fino assim proceder. Como na terra eram pobres não podiam dar-se a esses luxos, mas agora têm dólares e conforto, podem ter mais esse luxo.» ([29])

Não nos compete aqui quaisquer considerações que cairiam no âmbito de uma possível pastoral de emigração — porque o problema acusa, afinal, uma deficiência de base e de origem — mas, tão somente, aproveitar situações que evidenciem como a acção da Igreja poderá ser útil à estruturação das comunidades imigrantes e à condensação de laços fortes, como é o caso da comunicação linguística. Perante o afastamento da Pátria, a permanência de anos em contacto com a língua local, o forte poder de assimilação da moderna sociedade americana e o desenvolvimento

daquele fenómeno de personalidade dupla, tão comum ao que participa de dois mundos, como o imigrante, na ausência de mais valores preservativos da cultura e língua de origem, logo se conclui da importância da Igreja, relativamente à prática do português no seio das comunidades de imigrantes.

* * *

É nossa intenção referir agora os primeiros movimentos de estabelecimento de igrejas portuguesas na América do Norte. Salientou-se, na devida altura, como cedo foram transpostas para aquele país as festas religiosas mais típicas do português insular e continental. Não é difícil imaginar como tais comemorações fomentaram, então, o contacto social e linguístico dos primeiros portugueses radicados nos Estados Unidos.

Aumentavam, porém, os núcleos primitivos com a chegada de novos conterrâneos, crescendo proporcionalmente o desejo e a necessidade de padres de língua portuguesa e de construção de igrejas nacionais, à maneira de outros grupos étnicos. Depois de uma primeira fase em que os templos eram comuns a todos os católicos, fosse qual fosse a sua nacionalidade, servidos por padres ingleses ou de língua inglesa, conseguiram também os portugueses erguer igrejas próprias, ainda que jurídica e administrativamente tenham sempre pertencido aos bispados americanos, sem filiação em qualquer espécie de padroado português. Foram, porém, e sempre, levantadas e sustentadas pelo imigrante português.

Nova Inglaterra

Foi nos Estados Unidos da Nova Inglaterra — a nossa atenção especial continuará a incidir sobre Massachusetts e Rhode Island — que os portugueses procederam ao levantamento das primeiras paróquias e igrejas na América do Norte. Não fosse aquela área territorial, onde se fixaram os primeiros emigrantes, a que maior densidade de população de origem portuguesa sempre acusou ([30]). É ainda ali que o clero português se tem distinguido

por uma actuação espiritual mais larga e intensa, já porque é maior o número de paróquias, igrejas e sacerdotes de língua portuguesa, já porque, e talvez por isso, melhor se tem obstado ali à desnacionalização de templos e valores culturais ligados à tradição religiosa ([31]).

1) DIOCESE DE FALL RIVER (MASSACHUSETTS)

a) **Nova Bedford**

PARÓQUIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA — Nova Bedford, porta de entrada dos portugueses na América e muitas vezes intitulada de capital dos portugueses naquele país (dos seus 200 000 habitantes um quarto são portugueses ou de origem portuguesa), assistiu ao levantamento da mais antiga paróquia e igreja por eles ali fundada. Foi a Igreja de São João Baptista, construída em 1875, já que até àquele ano os 2000 imigrantes ali residentes frequentavam uma igreja irlandesa, a Catedral de Santa Maria. Era o único templo católico na cidade, cabendo, portanto, ao imigrante português a edificação do segundo.

Em 1869 chegou a Nova Bedford o Pe. João Inácio de Azevedo, da Ilha do Pico, primeiro sacerdote português estabelecido na América e responsável pelo levantamento da Paróquia de São João Baptista — criada pelo Bispo de Providence, que então também o era de Fall River, em 10 de Setembro de 1871 — e pela construção da igreja do mesmo nome. Só foi esta, porém, inaugurada a 27 de Junho de 1875 sob a orientação do Pe. António de Mattos Freitas, outro açoriano de São Jorge, tendo o seu antecessor transitado para Boston, onde criou nova paróquia. (A actual igreja de São João Baptista foi inaugurada em 30 de Maio de 1913.)

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO CARMO — Por muitos anos serviu a primeira igreja portuguesa de Nova Bedford a toda a população daquela origem ali fixada. Com o crescimento da corrente emigratória, porém, desenvolveu-se a população a tal

ponto que se reconheceu a necessidade de construção de uma outra igreja e a correlativa criação de uma nova paróquia. Assim se decretou, por diploma da autoridade eclesiástica de 5 de Setembro de 1902, a instituição da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo. Foi nomeado seu primeiro pastor o Pe. José Duarte Nunes, da Ilha Terceira, que só dois anos depois celebrou a primeira missa na nova igreja ainda incompleta.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO — Foi no dia de Nossa Senhora da Assunção, 15 de Agosto de 1905, que Mons. Stanz, de origem alemã, primeiro Bispo da Diocese de Fall River, comprou o edifício em South Water Street (Rua da Água, como então lhe chamavam os portugueses), na cidade de Nova Bedford, destinado a uma igreja católica onde se reunisse o numeroso grupo de caboverdianos ali estabelecido.

A nova paróquia, cuja igreja fora anteriormente um templo protestante e até uma sinagoga, ficou confiada aos padres dos Sagrados Corações (belgas), sendo seu primeiro pastor o Pe. Stanislaus, do Mosteiro dos Sagrados Corações de Fairhaven, e coadjutores Gentil Pina e Manuel Baptista.

PARÓQUIA DA IMACULADA CONCEIÇÃO — Por último, os portugueses, em expansão dentro dos próprios limites de Nova Bedford, exigiram a fundação da Paróquia da Imaculada Conceição, ao norte da cidade. Deu-se o acontecimento em Setembro de 1909, por ordem do então Bispo de Fall River, Mons, Feehan. Foi nomeado pastor de Nossa Senhora da Conceição o Pe. Augusto J. Vieira, natural de Lisboa, mas antigo aluno do Seminário de Angra do Heroísmo, tendo sido a igreja dedicada e aberta ao serviço religioso em 1915.

b) **Fall River**

PARÓQUIA DE SANTO CRISTO — A cidade de Fall River, sede da diocese do mesmo nome, é o segundo grande centro de fixação de portugueses na costa leste dos Estados Unidos (35 000 pessoas

de origem portuguesa — com enorme predomínio de micaelenses —, ou seja, mais de um terço da população da cidade). Tendo ali chegado os primeiros imigrantes portugueses em 1870, sabe-se hoje, por documentação existente no arquivo paroquial da Igreja de Santo Cristo, que a primeira tentativa para a formação de uma missão religiosa portuguesa em Fall River foi em 10 de Dezembro de 1876. Foi, no entanto, uma iniciativa sem concretização, dado o reduzido número de portugueses então ali estabelecido.

Só dezasseis anos mais tarde, com o considerável desenvolvimento da colónia portuguesa, isto é, em 1892, foi criada a primeira paróquia portuguesa naquele centro urbano — a Paróquia de Santo Cristo que teve como primeiro pastor o Pe. Cândido de Ávila Martins, natural da Ilha do Pico.

PARÓQUIA DE SÃO MIGUEL ARCANJO — Como em vários outros casos de fundação de paróquias portuguesas na América, também a de São Miguel Arcanjo, ao norte da cidade de Fall River, evoluíu a partir do estabelecimento de uma missão. Foi aquela fundada, em 1902, por Mons. Harkins, Bispo de Providence, nomeando seu primeiro pastor o Pe. Francisco Flores.

PARÓQUIA DO ESPÍRITO SANTO — Em data que não conseguimos precisar, mas que deverá ter sido nos anos de transição do século passado para o actual, foi fundada, em Fall River, a missão católica do Flint pelo Pe. Francisco Silveira Mesquita, natural do Pico, que, em 1896, veio substituir o primeiro pároco da Igreja de Santo Cristo da mesma cidade. Pouco tempo depois, aquela missão deu origem à Paróquia do Espírito Santo que, em 1912, por acção do Pe. João B. Vales, estabeleceu a primeira escola paroquial portuguesa na América do Norte.

PARÓQUIA DE SANTO ANTÓNIO — Recebendo o nome de um dos santos mais populares entre os portugueses, foi criada, em 1920, a Paróquia de Santo António, pelo Pe. António B. Carmo, da Diocese do Porto.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS — Também pro-

cedente de uma missão igualmente estabelecida pelo referido Pe. Francisco Silveira Mesquita, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora dos Anjos, do Globe, em data que não conseguimos averiguar. Deverá ter sido nos princípios do século actual.

PARÓQUIA DE SANTA ISABEL — Limitamo-nos a referir, à falta de mais informação, que foi primeiro pároco desta igreja Mons. João das Fontes Ferraz, da Ilha de São Miguel.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE — Foi esta paróquia edificada pelo Pe. Manuel S. Travassos, da Ilha de São Miguel, por ordem do Prelado diocesano, em 3 de Junho de 1924. A igreja foi solenemente dedicada ao culto católico em 9 de Novembro do mesmo ano e teve como primeiro pastor o Pe. Francisco C. Bettencourt, natural da Ilha Graciosa.

c) **Somerset**

PARÓQUIA DE SÃO JOÃO DE DEUS — Em 1 de Abril de 1928, o Bispo de Fall River, Daniel Feehan, desmembrou a Paróquia de São João de Deus da de São Patrício em Somerset. Veio, deste modo, ao encontro das 120 famílias portuguesas que, então, se tinham de dirigir à Igreja de São Miguel Arcanjo, na sede da diocese. Foi nomeado seu primeiro pastor o Pe. Leal Furtado, açoriano do Faial.

d) **Swansea**

PARÓQUIA DE SÃO DOMINGOS — O fundador e primeiro pastor de São Domingos de Swansea — meio caminho entre Providence e Fall River — foi o Pe. Bernard Percot, dominicano, nascido em Paris. Nos dez anos de residência em Portugal, acompanhando o pai, cônsul francês em Lisboa, fez os seus estudos num colégio francês. Dominava com perfeição a língua portuguesa.

Chegando a Fall River em 1892, foi encarregado pelo Prelado diocesano, em 21 de Outubro de 1911, de organizar a popu-

lação católica da região compreendida entre Somerset e East Providence, fundar a nova paróquia e erguer a igreja. Era uma área particularmente habitada por agricultores portugueses, franceses e irlandeses. A Igreja de São Domingos (a primeira a funcionar em Swansea foi a capela de São Francisco Xavier, antiga igreja protestante, dedicada ao culto católico em 1911 e destruída por um ciclone em 1938) foi solenemente benzida em 28 de Fevereiro de 1921.

e) **Provincetown**

PARÓQUIA DE SÃO PEDRO APÓSTOLO — Foram várias as igrejas portuguesas que tiveram a sua origem ao destacarem-se, com o engrossamento da população luso-americana, de outra igreja constituída por grupos étnicos diversos. Outras, porém, e é o caso da igreja da típica vila de Provincetown, nasceram evoluindo naturalmente de missão para paróquia.

Data de 1852 a missão ali estabelecida pelo Pe. ex-jesuíta José Finotti, ao serviço da Diocese de Boston, até que, em 14 de Outubro de 1874, foi inaugurada a nova paróquia de Provincetown e nomeado pároco o missionário Pe. John J. Maguire. Depois de mais quatro sucessores do Pe. Maguire — aumentara entretanto a percentagem de portugueses — veio, enfim, um clérigo português, educado em Portugal, se bem que nascido em Nova Bedford. Era o Pe. Manuel C. Terra que tomou conta da paróquia de Provincetown em 1893.

f) **Taunton**

PARÓQUIA DE SANTO ANTÓNIO — A importante cidade de Taunton, de há muito centro de fixação dos portugueses em Massachusetts, assistiu à fundação da Paróquia de Santo António bem nos princípios do nosso século e por acção do Pe. Alexandre Fernandes Louro, da Ilha Terceira.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE LURDES — Em 20 de

Julho de 1905, o primeiro Bispo de Fall River, Mons. William Stang, estabeleceu esta segunda paróquia em Taunton. Foi nomeado primeiro pastor o Pe. Manuel Augusto da Silva, da Ilha do Pico.

2) ARQUIDIOCESE DE BOSTON

a) **East Cambridge**

PARÓQUIA DE SANTO ANTÓNIO — Conforme referimos, o Pe. João Inácio de Azevedo, fundador da primeira paróquia e igreja portuguesa na América do Norte — São João Baptista de Nova Bedford — em 1873, já em Boston, criou uma nova paróquia sob a mesma invocação. Todavia, antes de se erguer a Igreja de São João Baptista de Boston — um templo protestante apropriado ao culto católico, sem mudança do nome do orago, e a segunda igreja a aparecer ligada ao imigrante português —, naquele mesmo ano principiou-se o culto católico para portugueses na Igreja irlandesa de São Estevão.

Mais tarde, tendo quase todos os portugueses do norte de Boston, onde se encontrava a Igreja de São João Baptista, transitado para East Cambridge, o Pe. António J. Pimentel, natural da Ilha do Pico, então pároco de São João Baptista, comprou ali um antigo salão da Fraternidade Portuguesa, onde principiou a celebrar missa aos domingos e dias santos. No ano de 1902 fundou a Paróquia de Santo António,

b) **Lowell**

PARÓQUIA DE SANTO ANTÓNIO — Foi fundador e primeiro pároco da igreja portuguesa de Lowell o Pe. Joaquim Vieira da Rosa, da Ilha do Pico, chegado a Fall River em 1896. No ângulo da Igreja de Santo António está a data de Novembro de 1907. Todavia, o primeiro baptismo feito pelo pároco fundador tem a data de 18 de Janeiro de 1902 (?).

c) **Gloucester**

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM — Glou-

cester, velho centro piscatório de Massachusetts, começou a receber os primeiros portugueses no ano de 1820. Na década de 1870-1880 já era considerável o número de pescadores portugueses (na maioria açorianos) ali estabelecidos, a ponto de se terem reunido em 25 de Dezembro de 1888, sob a presidência do Pe. José Teodoro de Serpa, ficando constituída uma comissão encarregada dos trabalhos preparatórios da nova igreja. Dirigindo-se ao Arcebispo de Boston, logo adquiriram o terreno, tendo construído a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem em 1893. Foi seu primeiro pároco o Pe. Francisco Vieira de Bem, já natural de Boston, mas filho de faialenses e formado pelo Seminário de Angra.

d) **Peabody**

Em 1963, os portugueses da vila de Peabody, na sua maioria graciosenses dos Açores, desejosos de serem assistidos por um padre de língua portuguesa, fizeram um pedido à Santa Sé nesse sentido, através da Embaixada de Portugal. Assinaram a petição cerca de 2000 pessoas. Pouco tempo depois, e em consequência disso, o então Arcebispo de Boston (hoje Cardeal Cushing) criou uma missão portuguesa para imigrantes, nomeando primeiro missionário da mesma o Pe. Carlos Saudade.

Aquela missão tem a característica especial de ser a única no género em toda a América do Norte, exclusivamente destinada a imigrantes portugueses. Funciona presentemente no salão de uma Sociedade portuguesa, tendo já sido adquirido terreno para erguer uma igreja em honra de Nossa Senhora de Fátima, o que está pendente da autoridade eclesiástica de Boston.

3) DIOCESE DE SPRINGFIELD

Ludlow

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA — O movimento para a criação da paróquia e da igreja portuguesa de Ludlow começou com a intervenção do Pe. Leal Furtado, então, como ainda

hoje, pároco de São João de Deus, em Somerset. Aquele sacerdote — porventura o mais idoso membro do clero português na América do Norte — que, apenas como precursor, vinha dirigindo os portugueses de Ludlow, no sentido de os encaminhar para a fundação de uma paróquia, viu satisfeito o seu desejo em 1947. Foi este o ano em que, pela segunda vez, visitava os Estados Unidos o Pe. Dr. Manuel Rocha que, abdicando da sua tarefa junto da Acção Católica Portuguesa, se estabeleceu em Ludlow. Em 18 de Janeiro de 1948, por autorização da Diocese de Springfield, celebrou a primeira missa com pregação em português no Grémio Lusitano daquela localidade. Encarregado da organização da paróquia e da construção da respectiva Igreja de Nossa Senhora de Fátima, foi esta dedicada a 5 de Setembro do ano seguinte. É curioso notar que a paróquia de Ludlow possui também um santuário — réplica da capela das aparições em Fátima — oferta de um sacerdote americano, Pe. McMahon.

4) DIOCESE DE PROVIDENCE — (RHODE ISLAND)

a) **Providence**

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO — Também ainda no séc. XIX os portugueses da capital do Estado de Rhode Island ali constituíram paróquia e igreja própria. Teve esta a sua origem mais remota numa missão fundada em Providence, no ano de 1876, pelo Pe. António de Mattos Freitas, depois de lançar as bases da primeira paróquia portuguesa de Nova Bedford. Mas os portugueses de Providence, animados pelo Pe. Freitas e depois pelo seu substituto missionário, Pe. A. G. Neves, conseguiram a angariação de fundos para aquisição de um antigo templo protestante, consagrado ao culto católico pelo Bispo da diocese, em 22 de Março de 1885. Em 18 de Fevereiro do ano seguinte, sendo a missão elevada a paróquia, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, foi nomeado seu pastor o Pe. António M. Serpa, da Ilha do Pico.

b) **East Providence**

PARÓQUIA DE SÃO FRANCISCO XAVIER — A maior e mais importante paróquia portuguesa de Providence foi criada pelo Bispo Harkins em 1 de Janeiro de 1915, sendo nomeado primeiro pastor o Pe. José Patrício Lopes, açoriano do Corvo. As funções do culto começaram por celebrar-se no salão da Irmandade do Espírito Santo. No entanto, a 5 de Março do ano seguinte, era aberta ao culto a nova Igreja de São Francisco Xavier.

c) **Bristol**

PARÓQUIA DE SANTA ISABEL — Por vários anos, a população portuguesa de Bristol — o núcleo estrangeiro mais importante na cidade, depois do italiano — viu repelidos todos os seus esforços no sentido de conseguir uma paróquia própria. Estavam, então, os portugueses integrados na Igreja irlandesa de Santa Maria, ainda que excedessem bastante a população irlandesa da cidade.

Finalmente, encarregado pelo Prelado diocesano de lançar as bases para a Paróquia portuguesa de Santa Isabel, o Pe. António P. Rebelo, natural de Lamego, foi nomeado pastor no ano de 1913. Iniciou as funções religiosas no Columbia Hall pertencente à Sociedade Portuguesa D. Luís Filipe, até que, em 1918, foi erguida a igreja dos portugueses de Bristol.

d) **West Warwick**

PARÓQUIA DE SANTO ANTÓNIO — A crónica do levantamento da paróquia portuguesa de West Warwick, não sendo embora caso único, constitui um dos melhores exemplos da dificuldade encontrada pelos portugueses, no sentido de se organizarem paroquialmente e de conseguirem a nomeação de padre da mesma origem.

A oposição do então Bispo de Providence, Mons. William Hickey, relativamente ao desejo português de edificação de uma paróquia, foi tal que os portugueses, comprando terreno, acaba-

ram, eles próprios, por edificar a igreja contra a vontade expressa do Prelado. Este, porém, recusou-se a benzê-la e a nomear pastor, seguindo-se, em 1925, uma atitude de protesto do núcleo português à porta da própria Catedral de Providence. Protestavam, em grande medida, contra a habitual supremacia irlandesa, o que foi comentado e até aproveitado para escândalo pela imprensa da capital de Rhode Island.

A questão dissidente acabou por chegar, enfim, ao conhecimento do Delegado Apostólico em Washington que terá convencido o Bispo Hickey a aceitar a igreja e nomear pastor para a nova paróquia de West Warwick. A nomeação recaíu na pessoa do Pe. Francisco Vicente, natural de São Miguel, que, em 14 de Julho de 1925, celebrava a primeira missa na Igreja de Santo António.

e) Pawtucket

PARÓQUIA DE SANTO ANTÓNIO — Uma vez mais sob o patrocínio de Santo António, o Pe. Manuel Joaquim de Barros, natural de Bragança, fundou, em Fevereiro de 1922, uma paróquia portuguesa em Pawtucket. Deve, no entanto, acentuar-se que, ao contrário do sucedido em West Warwick, os portugueses de Pawtucket foram devidamente acolhidos pelo Bispo Harkins, então na chefia da diocese, como ainda por dois sacerdotes americanos da Igreja de Santa Maria daquela localidade. Foram eles que puseram à disposição da comunidade portuguesa a igreja que paroquiavam, sendo ali celebrada a primeira missa para portugueses, a 3 de Agosto de 1923.

f) Newport

PARÓQUIA DE JESUS SALVADOR — Por ordem vinda de Providence, o Pe. Dr. António P. Lopes, natural da pequena Ilha do Corvo, elaborou, em 1925, uma relação dos portugueses dispersos pela Paróquia de São José de Newport. Impressionou, então, o Prelado a importância do núcleo populacional português naquela

cidade, pelo que, logo na noite do Natal do mesmo ano, foi celebrada missa para gente daquela origem no salão da Sociedade do Espírito Santo. Ali funcionou a nova paróquia, até que, em Dezembro de 1929, foi inaugurada a Igreja de Jesus Salvador.

5) DIOCESE DE HARTFORD — (CONNECTICUT)

Hartford

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA — Os portugueses radicados no Estado de Connecticut só bem mais recentemente se vêm organizando em paróquias próprias. A primeira tentativa desse movimento verificou-se em Hartford, capital do Estado, onde o Pe. José Silva, continental, fundou a Igreja de Nossa Senhora de Fátima a 5 de Outubro de 1958.

6) DIOCESE DE BRIDGEPORT

Bridgeport

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA — Embora já em 1948 se tenha procedido à elaboração de um censo que permitisse averiguar o número de portugueses em Bridgeport, concluindo-se pela necessidade da presença de um padre de língua portuguesa, só em Abril de 1956 chegou a Boston o Pe. Constantino R. Caldas, continental, enviado para aquela diocese. Naquele mesmo ano começou-se a celebrar missa para portugueses na capela de Santo António, na Catedral de Bridgeport. Organizados em congregação separada, em breve nasceu entre o núcleo de Bridgeport o desejo e necessidade de edificação de uma igreja própria, a qual só foi inaugurada, todavia, no dia 2 de Setembro de 1962 ([32]).

* * *

Não pertencendo embora aos Estados da Nova Inglaterra, mas porque situadas também na zona atlântica do continente

norte-americano, anotamos ainda a formação de duas outras comunidades religiosas portuguesas:

1) ARQUIDIOCESE DE NOVA IORQUE — (NOVA IORQUE)

Nova Iorque

MISSÃO DE SANTO ANTÓNIO — Na cidade de Nova Iorque, no Bronx, existe, já antes de 1930, pelo menos, a capela da Missão de Santo António. Também conhecida por Centro Walfare de Santo António (Casa Católica Portuguesa para imigrantes), foi fundada por Mons. José Cacella.

2) ARQUIDIOCESE DE NEWARK — (Nova Jersey)

Newark

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA — Foi no dia 29 de Junho de 1955 que o Arcebispo de Newark, Thomas Boland, anunciou oficialmente a criação da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, para servir as necessidades espirituais dos portugueses da sua arquidiocese. No mesmo dia, foi apresentado ao núcleo português o primeiro pároco por ele escolhido para dirigir os trabalhos da paróquia — o Pe. José L. Capote que, até então, tinha servido nas comunidades portuguesas da Arquidiocese de Boston ([33]).

Califórnia

Também na Califórnia, cedo lutaram os portugueses pelo estabelecimento de paróquia e igrejas próprias onde pudessem receber a assistência de sacerdotes de língua nacional. De igual modo, ali se verificaram provações no âmbito da concretização de tais desejos, mesmo em comunidades onde a maioria de imigrantes portugueses e seus descendentes é palpável. Na costa do Pacífico, todavia, tem sido menor o número de sacerdotes de língua portu-

guesa, querendo-nos parecer, portanto, e talvez também pela maior dispersão territorial e maior facilidade de integração das comunidades ali fixadas, que tem sido de menor monta a acção da Igreja sobre a vida tradicional do imigrante.

Ela tem operado, é certo, a unificação do grupo, permitido o contacto social e linguístico, condicionado, em suma, a continuação de um padrão de vida próprio e a preservação de valores culturais e da língua de origem. Mas a desnacionalização na Igreja portuguesa da Califórnia, com implicações a longo prazo na respectiva comunidade, é bem mais patente do que na Nova Inglaterra. Aqui, porque maior o número de paróquias e sacerdotes de língua portuguesa e porque mais coesa — porventura facilitada — a sua acção ao nível da comunidade, é menor a crise por que passa a assistência religiosa ao imigrante português. Na perspectiva do nosso estudo, o mesmo juízo se alarga ao panorama socio-cultural e linguístico.

1) ARQUIDIOCESE DE SÃO FRANCISCO

a) Centerville

PARÓQUIA DO ESPÍRITO SANTO — Foi na Área da Baía, na qual se encontra Centerville, que os portugueses primeiro conseguiram o levantamento de uma paróquia própria com sacerdote de língua nacional. Deu-se o acontecimento em Maio de 1888, sendo fundador e primeiro pároco da Igreja do Espírito Santo o Pe. Domingos Governo que, chegado à Califórnia em 1882, antes havia assistido à Missão de São José.

Anteriormente ao ano de 1888, porém, já sacerdotes portugueses existiam na Califórnia e até, em certa medida, ao serviço de comunidades portuguesas. Os primeiros passos deste movimento remontam, em última análise, à estruturação de toda uma cadeia de missões ao longo da Califórnia, no período espanhol. Desde Somona a San Diego, vários foram os centros missionários de uma primeira cristianização e colonização, acontecendo que, mais tarde, em alguns deles, os portugueses encontraram o ponto de

partida para a respectiva fixação. Tal foi, por exemplo, o caso de São José, Santa Clara e San Luis Obispo.

Assim se explica, por conseguinte, que o referido Pe. Domingos Governo tenha estado ao serviço da Missão de São José, antes de fundar a Paróquia do Espírito Santo em Centerville. Na mesma linha se compreende até que padres de língua portuguesa tenham sido, a partir de 1878, assistentes da Igreja não portuguesa de San Leandro, estabelecida em 1863. Deste centro, registando, a partir de 1870, bom número de portugueses, irradiavam para áreas circunvizinhas e até mais para o norte, ministrando a religião a portugueses ocupados nas zonas de minas. Acrescentaremos, e a terminar, que deste primitivo complexo missionário ou dele resultante, terá nascido ainda o estabelecimento da segunda paróquia portuguesa na Califórnia — cidade de Oakland.

b) Oakland

PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ — A Igreja não portuguesa de Santa Maria, em Oakland, criada em 1858, então das primeiras em toda a Área da Baía e, inicialmente, servida por um padre de São Francisco que ali vinha celebrar missa uma vez por mês, ficou, afinal, ligada a existência da Igreja portuguesa de São José.

Em 1890, aumentando a população portuguesa em Oakland, o Pe. João Manuel Tavares, de São Miguel, fundou ali uma paróquia para portugueses, servindo-se do templo de Santa Maria. Por todo um ano, antes de falecer, lutou aquele sacerdote pela angariação de fundos e construção de uma igreja nacional, o que só veio a verificar-se, em 21 de Fevereiro de 1892, com o Pe. Manuel Francisco Fernandes. Filho da Ilha do Pico, foi um grande pioneiro da Igreja portuguesa na Califórnia e até em outras áreas. Em jovem emigrou para o Brasil, regressado aos Açores, partiu para a Califórnia, apascentou ovelhas mas decidiu ainda regressar e estudar para padre. Foi em 1877. Frequentou o Seminário de Angra, novamente partiu para a costa do Pacífico, sendo ordenado sacerdote num Seminário em Santa Bárbara. Ao serviço de várias

comunidades portuguesas, esteve até, como missionário, em Hawaii, antes de construir e inaugurar a monumental Igreja portuguesa de São José.

Queremos ainda acrescentar que, a partir de 1902, os portugueses daquela igreja de Oakland — centro das mais altas festividades religiosas da comunidade, até aos anos trinta — passaram a ser assistidos por padres da Ordem dos Salesianos fundada por João Bosco. Em 1965 desapareceu a velha Igreja de São José em Oakland.

c) **East Oakland**

PARÓQUIA DE MARIA AUXILIADORA — Estabelecida na linha de continuação da Igreja de São José em Oakland, por aumento do núcleo populacional daquele centro, foi inaugurada, em 19 de Dezembro de 1915, a Igreja portuguesa de Maria Auxiliadora. Teve como fundador e primeiro pároco o Pe. Cândido Ribeiro.

d) **São José**

PARÓQUIA DAS CINCO CHAGAS — A Igreja portuguesa do Senhor Santo Cristo das Chagas, mais conhecida por Igreja das Cinco Chagas e, porventura, a de maior imponência que os portugueses levantaram na Califórnia, é hoje o centro fulcral para as festividades mais consideradas na comunidade lusa da Área da Baía.

Os primeiros passos para o estabelecimento da paróquia portuguesa de São José verificaram-se em 1913, sem que, porém, o Arcebispo de São Francisco concedesse a devida autorização. Foi ela passada então a 8 de Novembro de 1914, sendo a igreja dedicada, em 1919, pelo Prelado daquela arquidiocese. Foi fundador e primeiro pároco das Cinco Chagas Mons. Henrique Augusto Ribeiro, açoriano, que, durante os anos ocorridos entre o estabelecimento da paróquia e a inauguração da respectiva igreja, reuniu a comunidade numa pequena capela dedicada ao Divino Espírito Santo.

2) DIOCESE DE SACRAMENTO

Sacramento

PARÓQUIA DE SANTA ISABEL — Foi esta paróquia fundada pelo Pe. João Vieira de Azevedo, em 15 de Outubro de 1909, tendo sido a igreja dedicada ao culto católico em Fevereiro de 1913.

3) ARQUIDIOCESE DE LOS ANGELES

Artesia

PARÓQUIA DA SAGRADA FAMÍLIA — No ano de 1930, o Pe. Manuel Vicente, açoriano de São Miguel, fundou, em Artesia, a Igreja Paroquial da Sagrada Família. Aquele pároco foi, porém, o primeiro e último sacerdote português na Arquidiocese de Los Angeles.

4) DIOCESE DE SAN DIEGO

Point Loma

PARÓQUIA DE SANTA INÊS — É possivelmente esta a mais pequena das igrejas levantadas pelos portugueses na costa do Pacífico. É, em especial, frequentada por famílias de pescadores, estabelecidas em Point Loma e áreas circunvizinhas ao sul da Califórnia. Deve-se a fundação da paróquia e igreja ao Pe. Manuel Rosa, filho de pais açorianos, no ano de 1936 (34).

* * *

A Igreja Evangélica Portuguesa

Já antes afirmámos que o catolicismo preside à formação religiosa da grande maioria dos portugueses, quer na terra de origem, como nas comunidades formadas em território da América

do Norte. Diremos até que, para grande número de portugueses, Igreja é, em certa medida, sinónimo de religião, na circunstância, a católica.

Não obstante, existe também nas comunidades lusas dos Estados Unidos um movimento de igrejas e missões protestantes, ainda que reduzido. É bem de ver que o respectivo contributo, no âmbito da preservação dos valores tradicionais e língua de origem, é incomparavelmente inferior ao que se verifica relativamente à Igreja católica. Deve, no entanto, salientar-se a opinião de um dos representantes das comunidades portuguesas da Nova Inglaterra ao Primeiro Congresso das Comunidades Portuguesas (1964):

«No dia em que padres católicos ou ministros protestantes portugueses desaparecerem do seio da comunidade, no dia em que eles deixarem de poder falar a nossa língua — a presença portuguesa estará condenada a desaparecer irremediavelmente.» ([35])

Posto isto, passamos a fornecer alguns elementos relativos à igreja protestante entre os portugueses estabelecidos nos Estados Unidos ([36]).

Temos notícia da existência de igrejas ou pequenas missões protestantes espalhadas pelos núcleos populacionais portugueses em Massachusetts, Rhode Island, Nova Jersey e Califórnia. Vamos somente referir as condições em que aquele movimento protestante se estabeleceu na América, primeiramente na Nova Inglaterra, depois na Califórnia.

Foram até hoje fundadas, na Nova Inglaterra, catorze congregações protestantes portuguesas. Esta circunstância, se está, em parte, na linha do que também se passa em Portugal, parece reflectir mais um dos aspectos da adaptação dos portugueses à vida americana e até uma atitude de revolta contra certas características da religião tradicional.

Desconhece-se a data certa em que se começou a verificar a evangelização protestante entre os portugueses do leste americano. Parece, todavia, que o primeiro pastor protestante português naquela área foi um tal Manuel Martins que, em 1886, chegou a Providence (R. I.), vindo da Austrália, onde se converteu

ao protestantismo. Em 1890 foi fundada em Nova Bedford a primeira missão, sendo seu primeiro pastor Victor Sequeira. No ano seguinte, e pela acção do pastor Paulo Inácio de Almeida, foi elevada a igreja sob o nome de Primeira Igreja Metodista Episcopal Portuguesa de Nova Bedford. Pouco tempo passado, também o grupo baptista, de resto mais popular do que o metodista, estabeleceu em Nova Bedford a primeira igreja baptista portuguesa. Foi em 1893, sendo fundador o Rev. F. C. B. Silva, natural dos Açores.

Ainda no século passado, os metodistas ergueram a sua primeira igreja em Fall River (1894), de que foi primeiro pastor o Rev. George B. Nind, enquanto que o pastor Dr. Joaquim da Silva Leite, só por volta de 1914, ali estabelecia a primeira igreja baptista.

Entre os portugueses da Califórnia só temos conhecimento da fundação de uma igreja protestante — a Igreja Metodista Portuguesa, inaugurada na cidade de Oakland, em 1904. Foi seu fundador e primeiro pastor o Rev. Roberto K. Baptista, nascido em Jacksonville, Estado de Ilinóis. Era um descendente do grupo protestante dos chamados «Exilados da Madeira» que, por meados do século passado, abandonando aquela ilha, acabou por se fixar em Ilinóis, nas condições apontadas.

* * *

Escolas Paroquiais

Integradas ainda no panorama religioso das comunidades portuguesas na América e porquqe vêm satisfazer também a perspectiva cultural e linguística do nosso estudo, passamos a fazer algumas breves considerações sobre as escolas paroquiais portuguesas nos Estados Unidos. Dar-se-ão, simultaneamente, alguns dados de referência sobre as principais.

Conforme salienta Leo Pap ([37]), o mais importante empreendimento da Igreja católica portuguesa na América do Norte, como agente de defesa da língua portuguesa, são as escolas paroquiais

que assentam, afinal, numa base de programação bilingue. Embora o seu móbil inicial tenha sido o ensino da língua portuguesa, ao nível de escolaridade primária, ministrado aos respectivos imigrantes e seus filhos e descendentes já nascidos na América, aquelas escolas, porque organizadas à sombra da igreja e sob a direcção do pároco, logo sentiram a necessidade de recurso à língua inglesa com vista à realização de todos os seus fins. É que, para além da sua função educacional e linguística, as escolas paroquiais tinham e têm igualmente um fim religioso, como instituições que procuram assegurar o futuro da Igreja católica portuguesa na comunidade ou paróquia em que se enquadram.

Acresce ainda que, aumentando a frequência de crianças já nascidas na América tendendo para uma assimilação natural da língua inglesa e, de resto, por dever nela educadas com vista a uma melhor integração no meio em que passam a viver, viram os dirigentes das escolas imposição da língua do país de adopção. Por outro lado, sem menosprezar o que de positivo têm conseguido as escolas de algumas paróquias portuguesas em prol da mesma língua ([38]) — principalmente se nos lembrarmos que, em muitas comunidades, os imigrantes e seus filhos se debatem com a dificuldade de não saberem onde e como bem exercitar a língua portuguesa —, é bastante reduzido o número de tais instituições em relação ao volume da população luso-americana em idade escolar, como adiante se verá. Diremos mesmo que o total de organizações portuguesas ou de origem portuguesa que ministram o ensino da mesma língua, embora indispensável, é de grande limitação para as necessidades da comunidade luso-americana ([39]).

As principais — de resto, quase únicas — escolas paroquiais portuguesas foram estabelecidas no século actual e em data mais ou menos recente. Conforme já aludimos, foi na Paróquia do Espírito Santo da cidade de Fall River que se criou a primeira escola paroquial entre os portugueses na América. Foi seu fundador, em 1912, o Pe. João B. Vales. Mais tarde, encarregaram-se da programação e ministério escolar as Irmãs Missionárias de Maria, algumas vindas de Portugal, outras irlandesas americanas.

Ainda em Fall River se assistiu à fundação da segunda

escola paroquial portuguesa nos Estados Unidos, em data posterior mas que não conseguimos apurar. Foi criada na dependência da Paróquia de São Miguel Arcanjo daquela cidade.

Também em Nova Bedford foram organizadas três instituições escolares congéneres. A escola paroquial de Nossa Senhora do Carmo, em Setembro de 1941, e, no ano seguinte, a de São João Baptista, cuja fundação se deve ao Cónego Dr. Manuel Salvador, que entregou a direcção da mesma às Irmãs de Nossa Senhora das Mercês. A Paróquia da Imaculada Conceição tem a seu cargo a terceira escola paroquial de Nova Bedford.

Em Rhode Island, onde existem outras escolas orientadas pelo clero mas de carácter não necessariamente paroquial, temos conhecimento de uma desta natureza em West Warwick. Pertence à Paróquia de Santo António daquela localidade, integrada na Diocese de Providence, e foi fundada pelo então pároco Pe. Teófilo Oliveira, no ano de 1949. Foi o ensino igualmente entregue à Congregação das Mercês.

Na Califórnia apenas existe uma escola paroquial portuguesa, circunstância porventura explicada pela menor influência e número do clero de língua portuguesa naquele Estado. Trata-se da escola das Cinco Chagas, na dependência da paróquia do mesmo nome, na cidade de São José. Foi fundada em 1958 e é dirigida com prosperidade por irmãs vindas de Portugal — as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas.

C) **Imprensa**

A imprensa dos imigrantes portugueses nos Estados Unidos tem sido, sem dúvida, uma das mais válidas instituições criadas para a conservação da língua portuguesa. A sua acção, operante a vários níveis, está directamente relacionada com as potencialidades culturais e literárias do grosso da população portuguesa emigrada e com a própria vida espiritual e social em que se movimenta a respectiva comunidade em território americano. Sobre estes dois aspectos temos já algumas bases de conhecimento que nos permitirão concluir ou, pelo menos, compreender algumas das

circunstâncias fundamentais relativas à existência da imprensa portuguesa na América do Norte.

Um tal ponto de partida leva-nos ainda a uma melhor aceitação das dificuldades, contrariedades e limitações que aquela imprensa acusa, bem como, e todavia, do efeito positivo da sua presença dentro dos núcleos populacionais portugueses. E se deste modo nos referimos principalmente ao valor do seu significado linguístico — profundo e, em certa medida, único —, não se deve também olvidar o contributo étnico-cultural de qualquer imprensa estrangeira existente na América.

O que se passou, como então dissemos, no campo religioso — mormente católico —, em relação aos variados grupos raciais estabelecidos nos Estados Unidos, igualmente se estendeu à fundação e manutenção de uma imprensa de língua nacional. O aumento e a revivificação da comunidade de origem até certa altura, o levantamento crescente de problemas inerentes à sua existência e estruturação no novo meio físico, social, económico, linguístico e até político-religioso, a necessidade de manter a comunicação linguística entre os primitivos imigrantes ou mesmo os recém-chegados, o desejo sempre patente de satisfazer um elo de ligação vária com o próprio país de origem, são tudo factores que levaram ao estabelecimento da imprensa estrangeira na América. Eles impuseram-na, assim, como instituição altamente individualizadora do grupo, lembrando-o ou consciencializando-o para a respectiva identidade étnico-cultural. Mais ainda, e nesta perspectiva, a imprensa estrangeira proporciona, se não aos próprios imigrantes, pelo menos aos seus descendentes, um meio de maior aproximação com a esfera cultural de seus maiores.

Por outro lado, directa ou indirectamente, cabe ainda à imprensa um forte papel integrador no meio americano. Em primeiro lugar, porque, informando e orientando o imigrante sobre as condições de vida ali existentes, quiçá alertando-o para determinados perigos e dificuldades, ela permite-lhe uma intimidade mais rápida e até talvez mais sólida com o país de adopção. É porventura esta circunstância que leva, de resto, o próprio Governo dos Estados Unidos a aprovar e até dar incentivo à

imprensa de língua estrangeira, consciente de que através dela as minorias nacionais poderão embeber-se nos problemas do país. (40) Em segundo lugar, porque — em décadas mais recentes, pelo menos, no caso português — as publicações do imigrante visam as aspirações da comunidade e a defesa dos seus direitos, não tanto para a individualizarem, antes para a fazerem participante da vida cultural e até política do país adoptivo.

Seja qual for, porém, a perspectiva da nossa análise ou mesmo a finalidade última da imprensa portuguesa nos Estados Unidos, duas conclusões parece-nos poder tirar: a inevitabilidade de absorção daquela na amálgama da cultura americana e a sua existência como forte elemento de manutenção da língua portuguesa no seio da respectiva comunidade.

Quanto ao primeiro aspecto, temos de o aceitar no todo da imprensa estrangeira na América do Norte. Não é um problema que se passe unicamente ao nível dos portugueses, antes se estende a todos os outros grupos étnicos, explicando-o não só a capacidade absorvente do meio sócio-cultural americano, como ainda factores ligados à vida das próprias comunidades. No caso português devemos considerar, antes de mais, a redução dos contingentes emigratórios há muito verificada e que, como vimos, só bem recentemente terminou. É mesmo de crer que, a continuar-se a diminuição sistemática das cotas de imigração, iríamos assistir para breve ao desaparecimento, se não da língua, pelo menos da imprensa portuguesa na América. Estava e continuará por algum tempo em crise a constante populacional da comunidade que, durante bem mais de 40 anos, não conseguiu encontrar o equilíbrio entre o desgaste de assimilação pelo meio e o efeito de uma emigração compensadora (41).

Aquela situação condicionadora da vida e actividades dos núcleos luso-americanos proporcionou um aumento não contrabalançado de nado-americanos com repercussões negativas sobre aquelas instituições que, entre outras, tinham a vantagem de manter o uso da língua portuguesa. Nestas condições está a imprensa e, a comprová-lo, temos o que ultimamente se vem fazendo no sentido de a americanizar para uma melhor aproxi-

mação das novas gerações. Para estas, conhecedoras embora de valores portugueses, a língua base é a inglesa, à qual a imprensa tem feito inúmeras concessões, como se verifica ao folhear um jornal luso-americano (42). É ainda frequente a leitura de anúncios, notícias e artigos inteiramente escritos em língua inglesa.

Quanto ao valor ou significado linguístico da imprensa portuguesa no âmbito das respectivas comunidades na América, há que acentuar principalmente dois aspectos. Em primeiro lugar, a ausência do livro e suas limitações, e a popularidade da imprensa entre os imigrantes, talvez por aquela mesma razão e ainda porque o jornal é também a «Carta da Terra»; em segundo lugar, devemos considerar a eficácia da presença de jornais, boletins ou outras publicações portuguesas nos lares luso-americanos.

A ausência do livro, índice de deformação cultural e até de indisponibilidade económica das massas portuguesas emigradas, não fácil se desenraiza mesmo num meio, como o americano, onde a informação ocupa uma posição de destaque no dia a dia habitual. O desconhecimento do livro português, pelas razões já apontadas e que condicionam o número extremamente reduzido de bibliotecas e ainda um certo grau de relutância à cultura — não se aproveitam, muitas vezes, os benefícios oferecidos pela educação americana porque, dizem, «os nossos filhos não são melhores do que nós» — conferiu porventura ao jornal, na sua feitura popular, um incremento natural. A sua simples e desinteressada leitura, individual ou mesmo familiar, permite um óptimo meio de conservação e divulgação de palavras e construções frasais ou gramaticais de que se não serve a língua de todos os dias.

Atente-se ainda, e naquela perspectiva, que, não raro, só na América muitos imigrantes terão feito o conhecimento da língua literária portuguesa, aproximando-se mais do padrão que lhes estava vedado pela manifesta falta de leitura e pelo conhecimento exclusivo da respectiva comunidade linguística de origem.

* * *

Após estas rápidas notas explicativas da importância da

imprensa portuguesa como elemento de defesa da mesma língua, não esquecendo que aquela instituição é, e tem de ser, afinal, deficiente e modesta no seu alcance, passamos a referir alguns elementos sobre as principais publicações criadas pelos portugueses nos Estados Unidos e sobre as que ainda hoje são mantidas.

Nova Inglaterra

Não sendo embora num dos Estados da Nova Inglaterra, foi na zona atlântica (Middle Atlantic District) da América do Norte que os imigrantes portugueses fundaram o seu primeiro jornal — o semanário **Jornal de Notícias** que, aparecendo por volta de 1877 em Frie, Pensilvânia, se extinguiu passados cerca de treze anos.

Entretanto, na Nova Inglaterra, Massachusetts, estabeleciam-se os dois semanários seguintes, ambos em 1883 ou antes: **A Civilização** estampado em Boston por Manuel das Neves Xavier e **O Luso-Americano** publicado em Nova Bedford.

Pertence à ordem das dezenas o número de publicações jornalísticas e revistas que, com maior ou menor duração, têm existido desde então entre os núcleos de portugueses naquela área do leste dos Estados Unidos. Foram, na sua maioria, semanários de índole católica, alguns mesmo órgãos paroquiais, como ainda hoje, tendo os protestantes fundado, em Boston, o seu primeiro jornal sob a direcção do Rev. George B. Nind — o mensário **Aurora**.

Com **O Correio Português** iniciou-se em Nova Bedford o jornalismo político de feição republicana, facto que se deve ao jornalista açoriano João Francisco Escobar. **Portugal** foi o nome do primeiro jornal monárquico português, publicado com o auxílio de alguns padres.

Presentemente, os portugueses radicados no leste americano publicam um jornal diário, sendo os quatro restantes semanários e quinzenários:

1) **Diário de Notícias** — é o único diário português publi-

cado actualmente no continente norte-americano. Foi fundado por Guilherme M. Luís, em 1919, na cidade de Nova Bedford. Tinha então o nome de **Alvorada**, aparecendo logo como publicação diária ([43]).

2) **Luso-Americano** — semanário, fundado em 1929, na comunidade portuguesa de Newark, Estado de Nova Jersey.

3) **Novos Rumos** — com uma circulação actual de 4000 exemplares, publica-se quinzenalmente, também em Newark. Sendo órgão paroquial da Igreja de Nossa Senhora de Fátima daquela cidade, foi fundado, em 1 de Maio de 1961, pelo Pe. José L. Capote.

4) **Família Luso-Americana** — de fundação recente, mas que não pudemos precisar, publica-se em Hartford, capital de Connecticut, como órgão paroquial da Igreja de Nossa Senhora de Fátima. Foi seu fundador o Pe. José Silva.

5) **A Luta** — de publicação quinzenal, ainda que tenha aparecido como semanário, foi fundado, em 1935, pelo seu actual director, Mons. José Cacella, na cidade de Nova Iorque. É o órgão da Missão de Santo António igualmente fundada e ainda hoje dirigida pelo director de **A Luta**.

Califórnia

A imprensa periódica portuguesa apareceu na Califórnia, em 1884, com a publicação do semanário a **Voz Portuguesa**, na cidade de São Francisco. Foi seu fundador Vicente da Virgem Maria ou António Maria Vicente, natural das Flores, que foi de Nova Bedford para aquela cidade. No ano seguinte, o mesmo António Maria Vicente, juntamente com Manuel F. M. Trigueiro, fundou o **Progresso Californiense**, também em São Francisco. Em 1887, a mesma cidade, uma vez mais sob a acção daquele açoriano das Flores, assistiu à fundação de **A União Portuguesa**

que, dois anos depois, passou a ser propriedade de Manuel F. M. Trigueiro.

Porque está na origem de um dos semanários presentemente publicados pelos portugueses na costa do Pacífico, queremos ainda referir o aparecimento de **O Amigo dos Católicos** e as diferentes transformações que este jornal sofreu até à sua actual existência. Foi fundado em Irvington, em 1888, pelos Pes. açorianos Manuel Francisco Fernandes e José Francisco Tavares, dois pioneiros da Igreja portuguesa na Califórnia. No ano seguinte, foi aquele semanário transferido para Pleasanton, passando a ser dirigido por Francisco Inácio de Lemos e Manuel Quaresma, aos quais sucedeu, em 1894, já então em Hayward, o Pe. Manuel S. Glória. Em 1896, um novo editor, Joaquim Borges de Menezes, mudou o nome do jornal para **O Arauto**, publicado em Oakland. Finalmente, em 1917, sob a direcção de Pedro Silveira, **O Arauto**, agora em São Francisco, passou a chamar-se **Jornal de Notícias**, nome que, depois da fusão, em 1932, com o **Imparcial** (1903) e a **Colónia Portuguesa** (1924), foi substituído pelo actual **Jornal Português**.

Também a igreja portuguesa metodista estabelecida na Califórnia (Oakland) fundou, em 1933, o seu órgão paroquial, dirigido pelo Rev. J. J. Vieira.

Tal como na Nova Inglaterra, os portugueses na costa do Pacífico assistiram, posteriormente àqueles jornais pioneiros atrás mencionados, à fundação de dezenas de outros. Actualmente, porém, só duas publicações periódicas saem do prelo:

1) **Jornal Português** — já aqui referido como o sucessor da primitiva folha periódica **O Amigo dos Católicos** (1888). Publica-se, semanalmente, em Oakland.

2) **A Voz de Portugal** — foi fundado em 1960, na cidade de Hayward, onde se publica três vezes por mês.

* * *

Encerramos estas anotações sobre a imprensa portuguesa

na América do Norte, referindo a existência dos Boletins de cinco importantes Sociedades fraternais: o da União Portuguesa do Estado da Califórnia (U. P. E. C.) fundado em 1898; o da Irmandade do Divino Espírito Santo (I. D. E. S.) fundado em 1898; o da Sociedade Portuguesa Rainha Santa Isabel (S. P. R. S. I.) fundado em 1901; o da União Portuguesa Protectora do Estado da Califórnia (U. P. P. E. C.) fundado em 1910 e, finalmente, o Boletim da Associação Portuguesa União Madeirense do Estado da Califórnia (A. P. U. M. E. C.).

Aquelas publicações oficiais, das quais algumas saem mensalmente e de que tivemos ocasião de ler alguns números, assim como um curioso «fac simile» do primeiro Boletim da U. P. E. C., passaram a ser bilingues, aproximadamente a partir de 1940. Já antes apontámos razão para esta circunstância (").

D) **Radiodifusão**

Porque produto de técnica mais recente, a radiodifusão apareceu, entre as comunidades lusas na América do Norte, em época muito mais avançada do que as outras instituições também ali criadas e que viemos apontando como elementos de defesa da língua portuguesa. O contributo daquela, porém, não lhes é nada inferior e, desde o seu aparecimento até aos nossos dias, podemos bem apontar as emissões radiofónicas transmitidas em língua portuguesa como uma das forças vivas que, em maior escala, têm contribuído para a manutenção daquela língua em território americano.

Como adiante veremos, foi na década de 1920-30 que os programas de rádio em língua portuguesa apareceram nos Estados Unidos. Vivia-se, então, uma época de profundas transformações sócio-económicas, relacionadas não só com os problemas resultantes da conhecida depressão dos anos trinta, como igualmente ligadas à própria política americana de imigração. Aquele país, fazendo imperar medidas restritivas sobre os contingentes emigratórios que buscavam as suas praias, em especial certos grupos, entre os quais o português, pretendia, entre outros objectivos,

promover o encadeamento racial, a amálgama de minorias no todo americano.

Entrou, pois, em funcionamento a chamada máquina do «melting-pot» que encontrou na falta de emigração revivificante uma das ajudas mais eficazes para a assimilação e integração das comunidades estrangeiras. Estas assistiam, assim, à ameaça progressiva da sua própria continuidade porque, à ausência de novos emigrantes, se sobrepunha cada vez mais a ascendência das novas gerações nado-americanas, naturalmente familiares ao novo meio e, na maioria dos casos, falantes de língua inglesa.

Toda esta situação complexa — a que deve ainda acrescentar-se, na referida década de 1920-30, a procura de centros urbanos pelas gerações mais jovens, em especial na Califórnia, e o consequente abandono de determinadas ocupações, o que terá posto, afinal, fim ao isolamento a que as comunidades estavam votadas — se fez sentir sobre os núcleos de portugueses espalhados pela Nova Inglaterra e Califórnia. Entraram, por sua vez, em crise aquelas instituições, forças vivas por eles criadas (algumas já apontadas) para a conservação a longo prazo da respectiva identidade étnico-cultural e linguística. Essa crise foi, em última análise, consequência da fusão das gentes portuguesas na corrente da vida americana. Houve como que um abalo sobre determinados valores pátrios, entre os quais o linguístico, que viu iniciada a sua caminhada para a extinção gradual.

Um tal condicionalismo e, portanto, numa época de transição, viu nascer entre os portugueses da América a radiodifusão — esse outro elemento de defesa da língua portuguesa que ganhou, deste modo, um valor especial e continuado no âmbito das realizações actuais. Foi um processo novo de irradiação da língua portuguesa, método vivo, atraente e popular que, acusando embora algumas deficiências semelhantes às limitações no campo da imprensa, passou a penetrar com eficácia e frequência na grande maioria dos lares portugueses.

É bem de ver que o estabelecimento e programação das emissões radiofónicas não visam conscientemente o culto da língua em que se processam, nem sequer se sintonizam com vista à

realização de fins culturais em si. Constando de serviço de notícias sobre a comunidade imigrante e da pátria de origem, música regional portuguesa, modestos programas teatrais, é sobretudo à propaganda comercial que dedicam maior atenção. A par dos objectivos comerciais e recreativos, os homens da rádio portuguesa na América, na sua maioria amadores e de deficiente preparação cultural, não dominando o português padrão, comprometem por si a qualidade dos programas apresentados.

É, porém, um facto afirmar-se que, em nossos dias, a presença da língua portuguesa nos Estados Unidos está em muito assegurada pelos inúmeros programas radiofónicos que, usando-a integralmente, a mantêm viva, adulterada ou não. Tal se compreende ainda melhor numa comunidade onde, pelo imperativo das circunstâncias, se vem diluindo o contacto social pela língua de origem e onde se apresenta baixo o índice de leitura, não só pelo grau de analfabetismo dos recém-chegados, como ainda pelo crescente desconhecimento da língua portuguesa entre os nascidos na América ou aí educados.

Nova Inglaterra

Foi entre os imigrantes da Nova Inglaterra que primeiro se fez ouvir a radiodifusão em língua portuguesa. Apareceu o primeiro programa — isolado e porventura prematuro, relativamente à continuidade dos seguintes — na estação de rádio W D A U da cidade de Nova Bedford, em 1922. Teve como fundador Alberto Correia. Servindo embora de modelo para programas semelhantes, as emissões em língua portuguesa só se fizeram ouvir com regularidade anos depois, em 1930, por outros centros da Nova Inglaterra. Foi o caso de Boston e Salem, ambos, igualmente, no Estado de Massachusetts.

Seguiu-se uma propagação pelos outros Estados da Nova Inglaterra onde se encontravam núcleos de portugueses. Em 1964, pelo menos, existiam, naquela área, doze programas de radiodifusão, alguns com emissões diárias, outros semanais.

Califórnia

Na costa do Pacífico foram, desde sempre, mais numerosos e populares — porventura mais desejados e até eficazes dada a maior dispersão das comunidades — os programas radiodifundidos em português. Embora em época posterior ao que primeiro se fez ouvir na Nova Inglaterra, apareceram ainda antes de 1930. Eram, porém, emissões musicais irregulares, uma delas na estação K L X em Oakland, também organizada pelo referido Alberto Correia, outra em Stockton, onde José Vitorino transmitiu pela primeira vez discos portugueses na América.

Em 1930, apareceu, na estação KTAB da cidade de Oakland, o primeiro programa diário em língua portuguesa. Foi seu fundador um açoriano da Ilha do Pico, Artur V. Ávila, que seguidamente ali estabeleceu outro programa — «Castelos Românticos» — chegando mesmo, mais tarde, com seu irmão João V. Ávila e outros, a fundar a «Latin-American Broadcasting Co.».

No ano seguinte, 1931, Leonel Soares de Azevedo, na linha de programação do seu antecessor, funda o segundo programa diário em língua portuguesa. O êxito repetiu-se, repartindo as duas emissoras o interesse da colónia que, só em 1938, pôde ouvir a voz portuguesa irradiando frequentemente de vários centros: Modesto, Visália, São José, Watsonville, Sacramento e outros.

A partir daquela data, e até aos nossos dias, têm proliferado consideravelmente por toda a Califórnia os programas radiofónicos em português, pelo que, em 1964, existiam em número de 26, totalizando 73 horas e 45 minutos de emissão semanal. Operando, por vezes semanalmente, mas, na maioria dos casos, todos os dias, aglomerando mais de 90 % da colónia, a rádio portuguesa merece destaque como elemento vivo que se tem oposto ao domínio crescente da língua inglesa sobre a portuguesa em terras da Califórnia (45).

II — TRANSFORMAÇÃO DA LÍNGUA INGLESA PECULIAR AO IMIGRANTE PORTUGUÊS. EXEMPLIFICAÇÃO PRÁTICA

Como cúpula na elaboração do nosso trabalho — a um tempo de natureza histórico-social e linguística — deixámos para o capítulo final algumas considerações de carácter mais especificamente linguístico. Elas pretendem ser, afinal, na linha que presidiu à orientação do presente estudo, uma das consequências directas e até lógicas de todo aquele conjunto de circunstâncias que, no plano histórico-social, viemos abordando e aplicando à imigração portuguesa na América do Norte.

Na tentativa de análise daquele fenómeno, que hoje se torna, como vimos, quase tão premente como nunca, começando por assistir à génese do movimento emigratório e acompanhando aspectos da sua evolução, fomos averiguar as actividades ocupacionais do português geograficamente espalhado por duas grandes áreas do continente norte-americano. Depois, conhecendo ainda o estado cultural e civilizacional em que o emigrante deixa Portugal para se fixar num país de promoção e progresso tão acelerados como a América, fácil foi concluir-se pelas condições de formação das comunidades lusas naquele território. Tentámos abordá-las, conhecer e apontar alguns dos seus valores e realidades criadas no meio americano e por ele condicionadas; dada, porém, a sua complexidade, encaminhámo-nos para uma finalidade linguística. Vimos, todavia, também dificuldades, deficiências e limitações inerentes àqueles núcleos de portugueses que, procurando embora manter a identidade étnico-cultural e linguística, se sentem, com o tempo, integrados na realidade americana cuja língua vão igualmente assimilando em condições deficientes.

Assentámos, por isso, num conflito entre a língua portuguesa e a inglesa, adentro do conflito mais geral de culturas. E se é de

justo realce salientar o que de positivo o imigrante tem criado para obstar à influência natural da língua inglesa, não podemos deixar de apontar a falta de uso e o esquecimento gradual da língua portuguesa. Não é, por certo, um esquecimento premeditado que se transmite à geração seguinte, mas sim condicionado pelo afastamento espacial e temporal da pátria, pelo enquadramento numa nova comunidade linguística, pelo viver, enfim, em outra sociedade que pensa, age e logo se exprime de modo diferente. Acresce ainda ter em linha de conta as condições pouco seguras em que o imigrante português fala a língua de origem e a falta de meios para a cultivar eficazmente em terra americana ou simplesmente a transmitir aos descendentes, circunstâncias aceleradas pelo facto de se verificar uma aprendizagem quase necessária do inglês.

Quanto àquele último aspecto, não é que tenha havido, muito menos em tempos idos, qualquer manifesto da lei americana nesse sentido, a não ser para se adquirir a naturalização. O que essencialmente existia, e existe, é uma imposição natural da língua inglesa, imperativo do meio, que o imigrante, desejoso de um mínimo de promoção económico-social, logo pressente. Todavia, as condições em que assimila essa língua em nada contribuem para que ela se mantenha mais ou menos intacta, quando falada pelo português ou quando ele, no uso da língua materna, dela se serve para preencher lacunas à falta de designação portuguesa equivalente ou, até mesmo, para se dar ares de superioridade.

Por aquele processo se verificou a introdução de inúmeros anglicismos no português do imigrante, muitos deles depois repatriados com os falantes para a pátria de origem destes. O caso é particularmente sintomático nos Açores, onde aqueles vocábulos, expressões ou mesmo frases feitas usadas pelos «amaricanos» ou «calafonas» — designações populares genéricas do imigrante repatriado — têm penetrado a linguagem popular (1).

Em todo o caso, o que se nos afigura agora apontar é que, do conflito existente na América entre a língua portuguesa e a inglesa, se pode partir para várias perspectivas de análise linguística. Uma das mais interessantes é, sem dúvida, a que escolheu

o Prof. Leo Pap (2) que, ocupando-se do falar luso-americano, estudou devidamente e «in loco» a influência da língua inglesa no português do imigrante. Uma tal perspectiva, porém, tendo como ponto de partida a língua portuguesa que acusa transformações, «enriquecendo-se», não se quadra, como é óbvio, com a natureza do nosso trabalho. Ele deve antes apresentar a língua inglesa como base de análise.

Por aquelas razões, e também para melhor satisfazer a concretização prática de algumas considerações feitas em capítulos anteriores, optámos por elaborar apenas uma lista com alguns exemplos, tanto quanto possível significativos, da transformação de que é alvo o inglês por acção do imigrante português na América do Norte (3). Dada a panorâmica geral desta análise da imigração portuguesa na América do Norte, em cujo título figura precisamente a palavra **Considerações**, julgamos justificada a perspectiva agora escolhida. Podendo parecer isolada, uma simples enumeração de palavras, ela integra-se, afinal, no todo do trabalho, ao qual pertence ainda por ser uma realidade directamente resultante do fenómeno da imigração portuguesa nos Estados Unidos.

A série de palavras a apresentar, sem corresponder a qualquer tentativa de esgotar o assunto, incide particularmente sobre aquelas que, sendo embora empréstimos linguísticos, não sofreram uma transformação tão profunda de modo a assumirem a aparência nítida de palavras portuguesas. Há no imigrante português essa preocupação, mas procurámos escolher exemplos que revelem, antes de mais, o tratamento peculiar que ele dá à língua inglesa, sob o ponto de vista de articulação, acentuação e mesmo entoação. Por isso mesmo nenhum dos vocábulos ou expressões apontadas figura em qualquer dicionário de língua portuguesa ou inglesa. E se as podemos enquadrar no fenómeno geral de adaptação fonética, elas revelam sempre, e em todo o caso, a maneira especial como as assimila e modifica a grande maioria dos falantes de português, pelo menos na Califórnia.

A ortografia a que se recorreu, de modo nenhum única, foi elaborada, tanto quanto possível, sobre a pronúncia mais frequente

com que aparecem aquelas expressões na costa do Pacífico. Porque pendente de determinadas zonas dentro do próprio Estado norte-americano, deste ou daquele falante (o grau de correcção da pronúncia do inglês está relacionado com uma maior ou menor familiaridade com aquela língua) ou ainda da pessoa ou pessoas que por nós realizaram inquéritos na Califórnia, encontrámo-nos, em alguns casos, perante duas ou mais possibilidades de pronúncia. Procurou-se, quando possível, uma selecção criteriosa, umas vezes confirmada muitas não, pelo aproveitamento que fizemos dos estudos linguísticos luso-americanos já antes referidos (4).

Resta-nos explicar que a enumeração prática, que a seguir fornecemos, foi elaborada por simples ordem alfabética, referindo-se primeiro a palavra transformada, depois o termo inglês que a originou (deve-se, neste caso, atender à pronúncia americana) e finalmente o correspondente em língua portuguesa:

PALAVRA TRANSFORMADA	INGLÊS	PORTUGUÊS
aitono	high-toned	respeitável
Âliude	Hollywood	—
alvarozes	overalls	fato-macaco
anateca	undertaker	empreiteiro, cangalheiro
àpesteres	upstairs	andar superior
àricha	Irish	irlandês
àridossa	how do you do, Sir?	como passa?
àriussa	how are you, Sir?	como passa?
àtedagues	hot dogs	pequeno rolo de pão com salsicha
báda	bother	incómodo
baicicla	bycicle	bicicleta
bano	barn	celeiro
bàrrume	bar-room	cervejaria

PALAVRA TRANSFORMADA	INGLÊS	PORTUGUÊS
basquete	basket	cesto, canastra
bàtenda	bartender	caixeiro de botequim
báteras	batteries	baterias
beidin-suto	bathing-suit	fato de banho
belos	bills	conta, nota, factura
Bèteféte	New Bedford	—
bisnas	business	negócio, ocupação
biura	bureau	secretária, escritório, agência
blanquete	blanket	cobertor de cama
boques	box	caixa, arca
bora	butter	manteiga
Calafona	California	—
calandra	calendar	calendário
candes	candies	cândis, açúcar cristalizado
Canérica	Connecticut	—
càrêtos	carrots	cenouras
càrige	cottage	casa de campo
cecas	circus	circo
ciriol	City Hall	edifício da Câmara Municipal
chança	chance	acaso, probabilidade
charapa	shut up	cala-te
chôa	sure	seguro, certo, certamente
clames	clams	espécie de ostra, marisco
clàseta	closet	quarto pequeno, retrete

PALAVRA TRANSFORMADA	INGLÊS	PORTUGUÊS
crima	creamery	fábrica de manteiga, leitaria
dànesteres	downstairs	andar de baixo
dàtes òraite	that is all right!	está bem!
dicha	dish	travessa, prato
donétes	dough-nuts	bolo de massa de farinha frito em pingue de porco
eleveira	elevator	elevador, ascensor
escanca	skunk	mamífero mustélida da América do Norte
escrina	screen	biombo, «ecran»
estôa	store	loja, armazém
estrápes	straps	correia, tira, alça
estáquinas	stockings	meia de senhora
fanicha	furniture	mobília
fenço	fence	tapada, vedação
fóni	funny	engraçado, divertido
fordeslaia	fourth of July	4 de Julho
Freisno	Fresno	—
friza	freezer	refrigerador
gàdeme	god-damn	diabo (praga)
gàrate	garret	águas-furtadas, falsa
Gastinhas	Gustine	—
gepsi	gipsy	cigano
Gèrmania	Germany	Alemanha
góraela	go to hell	vai para o diabo
greiva	gravy	molho, suco de carne
groceria	grocery	mercearia

PALAVRA TRANSFORMADA	INGLÊS	PORTUGUÊS
guêle	girl	rapariga
inspeca	inspector	inspector
isa	easy	fácil
isque	whisky	bebida de álcool de cevada e outros cereais
jampa	jumper	blusa de marinheiro
jampo	jump	salto
janeta	janitor	porteiro
japo	Jap (abrev. de Japenese)	japonês
Jonim	Johny	Joãozinho
junha	junior	júnior
Julaia	July	Julho
laira	lighter	acendedor
lampa	lamp	candeeiro, lâmpada
leiri	lady	senhora
lucauto	look out!	cuidado!
màchemela	marshmallow	creme feito de açúcar, amido, xarope de cereal e gelatina
maneija	manager	director, gerente
mechim	machine	máquina
monim	money	dinheiro
móraçaica	motorcycle	motocicleta
moviaca	movie actor	actor de cinema
naifa	knife	faca
naigão, naitegão	nightgown	camisa de noite
nersa	nurse	enfermeira, ama
Óchintim	Washington	—

PALAVRA TRANSFORMADA	INGLÊS	PORTUGUÊS
ofas	office	escritório, repartição
ò ié	oh yes	sim, certamente
òquechin	auction	leilão
òraite	all right	muito bem
ovachus	overshoes	galocha
ovacóte	overcoat	sobretudo
pampo	pump	bomba
pana	pan	caçarola
paudas	powder	pó
pènassaires	appendicitis	apendicite
pèrapuxas	pedal-pushers	tipo de calças de senhora
piço	piece	pedaço
pinabora	peanut-butter	pasta de amendoim torrado, moído e humedecido
pitcha	picture	quadro, ilustração
poixan	poison	veneno
pòlicha	polish	lustro, verniz
poteiras	potatoes	batatas
poste-ofas	post-office	correio
puri	pretty	bom, bonito
purigude	pretty good	muito bom, bem
queiça	case	caixa
rabête	rabbit	coelho
radieira	radiator	irradiador
raite	ride	passeio
ràroei	right away	imediatamente, depressa

PALAVRA TRANSFORMADA	INGLÊS	PORTUGUÊS
recapleia	record-player	gira-discos
recas	records	discos
régos	rags	trapos
reisa	razor	navalha de barba
reque	wreck	desastre
rôba	rubber	borracha
sanabagana	son-of-a-gun	filho de uma espingarda (expressão insultuosa)
sanafabicha	son-of-a-bitch	filho de uma cadela (expressão insultuosa)
saneta, seneita	senator	senador
sanicló	Santa Claus	São Nicolau
secanane	second-hand	em segunda mão
selapa	slap	palmada, pancada
selipas	slippers	chinelos
sèparreira	separator	desnatadeira
senó	snow	neve
seropa	syrup	xarope
sneca	snake	cobra
sofa	sofa	sofá
suera	sweater	blusão de lã
stéijana	station	tipo de viatura automóvel
suto	suit	fato
tanquiu	thank you	obrigado
tânselas	tonsils	amígdalas
teques	tax	taxa, imposto
tomeira	tomato	tomate

PALAVRA TRANSFORMADA	INGLÊS	PORTUGUÊS
tracta	tractor	tractor
treno	train	comboio
troblas	troubles	preocupações
vaqueicho	vacation	férias
vèrimotch	very mach	muito
vèruel	very well	muito bem
xarefe	sheriff	xerife, corregedor

NOTAS

PARTE I

CAPITULO I

(1) Edmund Burke Delabarre — «A Rocha de Dighton — O mais antigo e misterioso Padrão dos Estados da Nova Inglaterra» — Traduzido do inglês por A. de Oliveira Águas, in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Lisboa, ano 3, n.º 20, 1927, pág. 143-166.

(2) Albert Q. Maisel — *They All Chose America*, New York, T. Nelson, 1957 e José Lúcio de Azevedo — «Judeus Portugueses na Dispersão», in *Revista de História*, Lisboa, Vol. IV, n.º 14 (pág. 105-127) e n.º 15 (pág. 201-217), 1915.

(3) No capítulo seguinte será analisada mais amiúde a origem e evolução da emigração portuguesa para a América.

(4) Luís Ribeiro — O *Emigrante Açoreano*, Ponta Delgada, edição do «Correio dos Açores», 1940.

(5) Cf. José de Lacerda — *Algumas Palavras sobre Interesses Açoreanos*, Lisboa, 1902, pág. XXVII.

(6) Citamos este caso, com as estatísticas que a seguir se dão, precisamente por se reportar a décadas de grande corrente emigratória.

(7) Cf. Câmara Municipal de Angra do Heroísmo — «A Emigração do Distrito de Angra do Heroísmo», in *Livro do Primeiro Congresso Açoreano*, Lisboa, edição da Casa dos Açores, 1940, pág. 688.

(8) Theodore C. Blegen — *Land of their Choise: The Immigrants Write Home*, Minneapolis, 1955. Ver também, para o caso estritamente açoriano, Luís Ribeiro — «Cartas da América», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. V, 1947, pág. 231-246.

(9) Ingrid Semmingsen — «Emigration and the Image of America in Europe», in *Immigration and American History*, Minneapolis, 1961.

(10) Sobre este aspecto, ver, em capítulo posterior, a distribuição geográfica dos principais núcleos populacionais portugueses na América.

(11) Cf. in *O Emigrante Açoreano*, pág. 8. Ver também do mesmo autor o interessante estudo *Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1964.

(12) Destacaremos a importante e remota comunidade lusa nas Ilhas Hawaii com origem, também ela, no recrutamento de tripulações portuguesas pelas baleeiras americanas.

(13) Lemos mais tarde esta mesma opinião no interessante trabalho do mesmo autor — «Um Emigrante Açoriano. José G. Correia», in *Bol. do Inst. Hist. da I. Terc.*, Ang. do Heroís., vol. VII, 1949, pág. 212.

(14) Cf. António Borges do Canto Moniz — *A Ilha Graciosa*, Ang. do Heroís., 1884, pág. 66.

(15) Cf. Jerónimo E. de Andrade — *Topographia da Ilha Terceira*, Ang. do Heroís., 1891, pág. 71.

(16) Cf. in op. cit., pág. XXVII.

(17) Manuel da Silveira Cardozo — «A Presença de Portugal nos Estados Unidos», in *Bol. do Inst. Hist. da I. Terc.*, Ang. do Heroís., vol. XVI, 1958, pág. 14 e Christian Bannick — *Portuguese Immigration to the United*

States. Its Distribuition and Status, Berkeley, Univ. of California, 1917, pág. 21-29.

Anotamos ainda a seguinte notícia extraída de um jornal americano de 1870, citado em outra das nossas fontes bibliográficas («Colónias Portuguesas em Países Estrangeiros», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 2.ª (série), n.º 5, 1880-81, pág. 342):

«Até para os portuguezes este paiz offerece attractivos. O leitor admirar-se-ha sem duvida que haja no Illinez, entre Springfield e Jacksonville uma povoação de cerca de 2:500 portuguezes que, segundo consta, dedicam-se com muito bom exito aos misteres da agricultura e do trabalho manual. Todos, com excepção dos mais velhos, fallam o inglez como qualquer natural, e todos são protestantes, seguindo a igreja presbyteriana.»

(18) Cf. Fernando Augusto da Silva e Carlos de Azevedo Menezes — *Elucidário Madeirense*, Funchal, vol. I, 1940, pág. 392.

CAPÍTULO II

(1) Manuel Greaves — *Aventuras de Baleeiros*, Horta, edição do autor, 1950, pág. 14.

(2) Dias de Melo — *Mar Rubro*, Lisboa, edição do autor, 1958, pág. 119. Também do mesmo autor — *Pedras Negras*, Lisboa, Portugália Editora, 1964.

(3) Cf. Manuel Greaves, in op. cit., pág. 98.

(4) Também conhecidas por Ilhas de Sandwich ou ainda Ilhas Kanakas, sofrendo transformação para «Canecas».

(5) Celestino Soares — *California and the Portuguese*, Lisbon, S. P. M. Books, 1939, pág. 55.

(6) Anotamos que o primeiro português oficialmente conhecido na Califórnia é referido, em 1815, em documentos da área de Los Angeles. É um tal José António Rocha que desertou de um navio comercial britânico em Monterey. Já então barcos comerciais, além das baleeiras, idos ou vindos para a América, tocavam os Açores e até o continente português (*).

(7) Fernando A. da Silva e Carlos A. de Menezes, in op. cit., pág. 392; António Teixeira de Sousa — *A Emigração Madeirense*. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas (1964), Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964, pág. 4, e Joaquim Costa — «Colónias Portuguesas nas Ilhas de Hawaii e América do Norte», in *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, 30.ª (série), n.º 6, 1912, pág. 247.

(8) Carreiro da Costa — «Correntes de Emigração Açoriana», in *Açores*, 16-11-958, Ponta Delgada. Cit. por Mota de Vasconcelos — *Epopeia do Emigrante Insular*, Lisboa, 1959, pág. 64.

(9) Manuel Greaves, in op. cit., pág. 15.

(10) Não queremos deixar de mencionar alguns casos de certo modo elucidativos da preponderância que os portugueses chegaram a usufruir no arquipélago havaiano. Para tal, além da bibliografia consultada, referimos um nosso informador em Honolulu, o Sr. Manuel Gomes.

Começaremos por referir a média de eleitores portugueses em comparação com a de japoneses, já em 1910, ano em que estes contavam em Hawaii com uma população três vezes superior à portuguesa (eram as duas maiores colónias estrangeiras):

(*) August Mark Vaz — *The Portuguese in California*, Oakland, 1965, pág. 40.

(Quadro I)

	ELEITORES	POPULAÇÃO
Portugueses	1530	22 294
Japoneses	234	79 674 (a)

Sobre aquele mesmo aspecto, mas reportando-se à década de 1920-30, disse-nos o nosso informador em Honolulu: «Nessa altura, os portugueses e seus descendentes controlavam pouco mais ou menos os votos nas eleições, de forma que havia alguns deputados portugueses.»

Aponte-se igualmente que, de 1920 a 1935, foi Bispo de Hawaii um português emigrado em criança da Madeira, D. Estevam do Alencastre (1876-1940). Foi a mais alta figura do clero português em território dos Estados Unidos (presentemente há um Bispo português na fronteira do Texas com o México), onde a maioria irlandesa, no campo eclesiástico, tem sido dominante e avassaladora.

Ainda pelos anos trinta, antes de se sentir o efeito da emigração de nipónicos e chineses que, possuídos de uma educação superior, se tornaram a maioria quantitativa e qualitativa, os portugueses controlavam boa parte do comércio em Honolulu, onde até chegaram a ter um Banco que depois faliu. Foi também considerável o número de Sociedades de beneficência portuguesas, bem como alguns clubes e organizações culturais e recreativas.

(10) Foram na sua maioria barcas baleeiras, mas também, entre outros, unidades do chamado «comércio triangular» estabelecendo, a partir do séc. XVIII, carreiras entre a Nova Inglaterra, Portugal e as Ilhas do Caribe (a).

(11) Manuel Greaves, in op. cit. pág. 158.

(12) Celestino Soares, in op. cit. e August Mark Vaz, in op. cit..

(13) Celestino Soares, in op. cit., pág. 59.

(14) Naturalmente que a afirmação é válida, quase em exclusivo, para os outros núcleos portugueses na Nova Inglaterra.

(15) Refira-se, por exemplo, a crise económica americana, caracterizada por uma superabundância de braços, devido à desmobilização e paralisação de muitas fábricas, depois da Primeira Grande Guerra.

(16) Ver John F. Kennedy, *A Nation of Immigrants*, New York, 1964 e John Higham, *Etrangers in the Land: Patterns of American Nativism 1860-1925*, New York, 1966.

(17) Em comunicação apresentada às cortes na sessão legislativa de 1874 (informação enviada pelo então Vice-Cônsul de Portugal em Nova Orleães, Sr. António José da Silva), lê-se, porém: «O número dos portugueses residentes neste distrito consular [Nova Orleães] pode ser de 400 a 450.» (a)

(18) Leo Pap — «Portuguese Pioneers and Early Immigrants in North America», in *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros* (1963), Coimbra, 1965, pág. 407 e *Portuguese-American Speech*, New York, 1949, pág. 5.

(a) Cf. Joaquim Costa, in op. cit., pág. 250.

Este mesmo autor (op. cit., pág. 248) salienta que, já em 1911, dos 23 000 portugueses residentes em Hawaii, só 4000 trabalhavam nas plantações de açúcar. Hoje em dia a maior parte dos trabalhadores nas plantações é constituída por japoneses, chineses e filipinos.

(a) Manuel da Silveira Cardozo, in op. cit., pág. 12.

(a) Cf. Ministério dos Negócios Estrangeiros — *Emigração Portuguesa*, Lisboa, Imp. Nacional, 1874, pág. 244.

Ver ainda João Afonso Corte-Real — «Colónias Portuguesas em Países Estrangeiros», in *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, 58.ª (série), n.º 11/12, 1940, pág. 515. O mesmo artigo encontra-se em *Colónias Portuguesas em Países Estrangeiros*, Separata com «Explicação Necessária», Lisboa, MCMXLI.

(19) Por curiosidade lembramos que, nestes emigrantes madeirenses, se encontra a ascendência do grande escritor norte-americano John Dos Passos.

(20) «A última viagem de um navio baleeiro americano foi a da escuna «John R. Manta» na Primavera e Verão de 1925. Comandava-a o capitão António J. Mandley (Mendes), natural dos Açores, último abencerragem da magna epopeia dos baleeiros de New Bedford e da gente das ilhas que nela tão relevante papel desempenhou.» (*)

(21) Já anteriormente, em 1917, quando o Governo americano ordenou o chamado «Literacy Test» a emigração portuguesa sofreu forte abalo.

(22) Números baseados em estatísticas oficiais portuguesas elaboradas pela Junta da Emigração e Instituto Nacional de Estatística.

Cf. *Boletim da Junta da Emigração*, Porto, 1967, e *Anuário Demográfico*, Inst. Nac. de Estat., Lisboa, 1967.

Sem pretendermos comentar as fontes, muito menos as que se reportam ao domínio estatístico, queremos referir como diferem dos números apontados nas duas publicações portuguesas acima citadas, os que são fornecidos por Leo Pap (Cf. *Portuguese-American Speech*, pág. 9). Baseados em estatísticas oficiais americanas, são eles os seguintes: década de 1911-20 — 89 732, década de 1921-30 — 29 994 e década de 1931-40 — 3329.

Mais informamos que aqueles números, excepto os que se referem à década de 1931 40, coincidem inteiramente com os referidos no Relatório do Cônsul de Portugal em Boston, publicado no *Boletim Comercial do Ministério dos Negócios Estrangeiros* — Março de 1932. Cit. por Armando Marques Guedes — «A Ilha de São Miguel», in *Livro do Primeiro Congresso Açoreano*, pág. 235.

(23) Cf. José Agostinho, in op. cit., pág. 213.

(24) Dentro do período referido, as estatísticas oficiais mencionam, em muitos anos, um número superior ao da respectiva cota anual. Até 1958, o volume dessa emigração, para além de tais limites, deve-se às autorizações de admissão aos chamados «non quota immigrants».

(25) Cf. *Boletim da Junta da Emigração*, Porto, 1960, pág. 105.

(26) Informação do Governo do Distrito Autónomo da Horta. Ver também Manuel Freitas — *Informação acerca dos Núcleos de Portugueses na Califórnia, especialmente nos Condados de Alameda e Santa Clara*. Comunicação ao I Cong. das Com. Port., Soc. de Geog. de Lisboa, 1964, pág. 4.

(27) Cf. *Boletim da Junta da Emigração*, Porto, 1966, pág. 107 e *Anuário Demográfico*, Lisboa, 1967, pág. XCIX.

(28) «Oakland Tribune» de 2 de Julho de 1968. Extensa notícia sobre o assunto e nota editorial do mesmo diário americano daquela cidade, onde se expõem várias opiniões sobre a nova lei.

(29) Embora não oficialmente confirmados, pois ainda não existe publicação nesse sentido, anotamos, para uma ideia aproximada, alguns números estatísticos calculados, referentes à mais recente emigração portuguesa para a América do Norte. Foram-nos particularmente fornecidos pelo Rev. Pe. José Maria das Neves, Secretário Diocesano para a emigração dos Açores, que investigou junto do Consulado Americano em Ponta Delgada, tendo ainda ali contactado com outras autoridades.

(*) Cf. José Agostinho, in op. cit., pág. 221.

Calcula-se em 14 000 o número de açorianos emigrados para a América do Norte, ao longo de 1968. Para o presente ano de 1969, espera-se que a cifra atinja os 17 000 indivíduos que, dos Açores, partirão para aquele país. Desde Julho de 1968 até Março de 1969, e sempre com tendência a aumentar, vinha-se concedendo no referido consulado (único para os Açores) uma média de cerca de 50 vistos por dia. A emigração de continentais e madeirenses para os Estados Unidos, ao longo de 1969, é calculada apenas em cerca de 2500 indivíduos.

Deste modo, deverá ser atingido o total de 19 600 portugueses que, conforme previsão das próprias autoridades americanas, se espera entrem nos Estados Unidos ao longo de 1969. A verificar-se assim, o presente ano comportará a segunda maior cifra de emigrantes portugueses, desde sempre oficialmente registados para aquele país. Por enquanto, ainda que sem contar com a emigração clandestina, o máximo atingido foi de 24 156 emigrantes, em 1920, como a seu tempo referimos.

Não possuímos dados, sequer aproximados, sobre a mais recente emigração de Cabo Verde para a América do Norte. Ela parece-nos, todavia, bastante reduzida a concluir pelo que conseguimos — na circunstância, oficialmente — com relação aos seguintes anos mais próximos:

1960	.....	9 emigrantes
1961	.....	5 »
1962	.....	13 »
1963	.....	16 »

Registe-se que a maior cifra de caboverdianos legalmente emigrados para a América foi de 1506, no ano de 1920 (a).

CAPÍTULO III

(1) Eduardo de Carvalho — Os *Portugueses na Nova Inglaterra*, Rio de Janeiro, Tip. Minerva, Vila Nova de Famalicão, 1931, pág. 36. António Ferro em *Novo Mundo — Mundo Novo*, Lisboa, Editora Portugal-Brasil, s. d., pág. 262, localiza os açorianos ao norte, em volta de Water Street, e os continentais ao sul, em Calgshal Street. Não fala, porém, nos madeirenses, embora também isole os caboverdianos.

(2) Cf. in op. cit., pág. 273.

(3) Eduardo de Carvalho, in op. cit., — pág. 17. Por informação do Rev. Pe. Manuel Maria do Couto, pastor terceirense em Santo António de Taunton (Massachusetts) de 1919 a 1945, mas que frequentemente se deslocava a Newport, então centro de veraneio de magnates americanos, eram os portugueses que, quase exclusivamente, cuidavam dos jardins das melhores vivendas daquela cidade.

(4) Eduardo de Carvalho, in op. cit.. A expressão «Lisboas» deverá

(a) Cf. J. A. Medina dos Santos — *A Comunidade Caboverdiana de Scituate no Estado de Massachusetts, América do Norte — Contribuição para o Estudo das Comunidades Portuguesas no Estrangeiro*. Comunicação ao I Cong. das Com. Port., Soc. de Geog. de Lisboa, 1964.

O autor citado apresenta um quadro estatístico da emigração caboverdiana para a América do Norte, desde 1901 a 1963, elaborado com base em *Anuários* e *Boletins Trimestrais* dos Serviços de Estatística de Cabo Verde de 1921 a 1952; dados cedidos pelo *United States Department of Justice Immigration and Naturalization Service*, Washington, 1964; e *Boletim Trimestral de Estatística*, Ano III, N.º 2, 2.º trimestre, 1951.

ter sido usada inicialmente pelos insulares. De resto, ela ainda aparece empregada nos Açores com a mesma significação. Foi fruto da ignorância popular do ilhéu que parecia (o caso ainda se dá!) fazer coincidir todos os distritos do continente em Lisboa. Embora com outra aceitação, o mesmo processo de generalização está na base das expressões: os «Madeiras» e os «São Migueis» (ou ainda «Sã Migueis»).

(5) Sobre a imprensa portuguesa na América, ver capítulo posterior — *O Esforço do Português em Defesa da Língua de Origem.*

(6) Tal situação só se verifica, porém, a partir de 1900. No censo de 1890, por exemplo, nos Estados do Pacífico (Califórnia, Washington e Oregon — sabendo que os dois últimos praticamente não contavam) viviam 10 084 portugueses, enquanto que nos da Nova Inglaterra (onde se verifica uma supremacia esmagadora em Massachusetts e um número considerável em Rhode Island) viviam apenas 4329. Já em 1900 na Nova Inglaterra viviam 16 701, enquanto que nos Estados do Pacífico apenas 12 347 (em todos os casos, todavia, aumento de população). Números citados por John C. Bannick, in op. cit., pág. 50-51.

(7) Sobre este assunto ver o capítulo seguinte.

(8) August M. Vaz, in op. cit., pág. 49.

(9) Celestino Soares, in op. cit., pág. 61, dá uma vasta lista de todos os lugares de que há documentação e onde se encontram importantes estabelecimentos de portugueses na Califórnia.

(10) Los Baños e Stockton são, na circunstância, dois novos centros a ter em conta.

(11) Cf. «Luso-Californian Culture and its Research Needs», in *International Colloquium on Luso-Brasilian Studies*, Washington, 1950, pág. 82.

(12) Cf. Leo Pap, in *Portuguese-American Speech*, pág. 10.

(13) Não desmentindo o manifesto desinteresse entre os portugueses radicados em Hawaii, pela conservação da língua de seus pais, lembre-se, porém, que em 1905 um tal José Coelho de Sousa ali fundou uma Sociedade beneficente e cultural — a «Pátria» — com o fim especial de difundir a língua portuguesa pela colónia (a).

(14) Um dos casos mais típicos de «Pidgin English» é o que se usa nos portos da China (Cf. *Webster's Seventh New Collegiate Dictionary*).

CAPÍTULO IV

(1) Cf. Euclides Goulart da Costa — «Mais Imigrantes: Problema Vital do Brasil», in *Bol. do Inst. Hist. da I. Terc.*, Ang. do Heroís., vol. V, 1947, pág. 220.

(2) in op. cit., pág. 34.

(3) Eduardo de Carvalho, in op. cit., pág. 40.

(4) Pela importância e pelo número, não se pode evidentemente estabelecer uma comparação entre os portugueses que, na Nova Inglaterra e Califórnia, se dedicaram à agricultura.

(5) É a seguinte a opinião do Prof. Orlando Ribeiro sobre as actividades dos caboverdianos e, por extensão, dos continentais emigrados para a América: «O caboverdiano, neste ponto inteiramente semelhante ao português da metrópole, prefere as fábricas, os armazéns e as docas, os misteres humildes da cidade, à colonização agrícola.» (a)

(a) Joaquim Costa, in op. cit., pág. 251.

(a) *A Ilha do Fogo e as suas Erupções.* Junta de Investigações do Ultramar, 1960; citado por J. A. Medina dos Santos, in op. cit., pág. 261.

(6) Eduardo de Carvalho, in op. cit., págs. 32 e 33.

(7) Cf. in op. cit., pág. 254.

(8) «Cranberry» — nome científico: Vaccinium Macrocarpos. Ao mesmo género pertence o arbusto bem conhecido nos matos açorianos — Vaccinium Cylindraceum (nome vulgar: romania) da família das Ericácias. Os «Cranberries» são cultivados em terrenos baixos, periodicamente inundados, chamados «Cranberry bogs». Informações directamente fornecidas pelo Sr. Ten.-Coronel José Agostinho.

(9) John C. Bannick, in op. cit., págs. 117 e 118. Este viajar, digamos periódico, entre Cabo Verde e a costa leste da América, largamente explicável pela situação geográfica do arquipélago, verificava-se também nos Açores (em especial, Flores e Corvo). Não nos referimos aos emigrantes que iam à América «com espírito de regresso», que o eram muitos; antes, àqueles que chegavam a fazer duas e três temporadas na América, por vezes de ano cada. É neste contexto que Manuel Greaves faz um artífice florentino dizer à mulher, antes de uma das suas deslocações à América: «Mulher, arranja-me a mala, que eu amanhã vou ali à América...» (Cf. *Histórias Que Me Contaram*, Horta, 1948, pág. 33).

(10) Antes dos caboverdianos, em regime de sucessão, as colheitas de «Cranberry» conheceram mão-de-obra de outros grupos étnicos que foram, depois, conhecendo a promoção económica: americanos, finlandeses, polacos e italianos (John C. Bannick, in op. cit., pág. 126). O mesmo se passou relativamente a muitos caboverdianos e suas famílias, muitas das quais — disse-nos recentemente um informador — gozam de franca prosperidade.

(11) M. Silveira Cardozo, in op. cit., pág. 19.

(12) Cf. in op. cit., pág. 217.

(13) Por nos parecer interessante citamos uma curiosa informação estatística de um dos dois referidos estudos de Leo Pap que, com base no Censo Federal de 1940, destribui assim os portugueses em comunidades urbanas e rurais da América:

(Quadro II)

ESTADOS	URBANAS	RURAIS
Massachusetts	32 790	3 660
Rhone Island	8 244	1 532
Connecticut	1 665	587
Nova Iorque	4 187	393
Nova Jersey	2 532	111
Pensilvânia	764	162
Califórnia	11 707	17 921

(a)

(a) Cf. in *Portuguese-American Speech*, pág. 14.

(14) Sem querer desviar a linha de orientação a seguir, anotamos, aqui à margem, dois testemunhos a este respeito: um curioso episódio contado pelo Prof. José Leite de Vasconcelos e algumas quadras populares colhidas pelo Dr. Luís Ribeiro. São estas as palavras de Leite de Vasconcelos: «...até aconteceu que quando eu e os meus companheiros desembarcámos na ilha [Corvo], para a visitarmos, a primeira coisa que uma «corvina» nos perguntou, ansiosa pela resposta, foi a como é que estavam os dólares!» (Cf. *Mês de Sonho*. Conspecto de Etnografia Açórica, Lisboa, 1926, pág. 69.)

Das cantigas populares relacionadas com a emigração, escolhemos as três seguintes:

Deus me dera na América
Ou sequer sobre o cais,
Depois de lá estar dissera:
A São Jorge nunca mais. (São Jorge)

(«Bemquerenças e Malquerenças, Quadras Geográficas dos Açores com Notas Elucidativas», in *Açoreana*, Ang. do Heroís., vol. III, n.º 2, 1943, pág. 122.)

Não sei que fiz à América
Que ela me está chamando,
Hei-de deitar-me na areia
Para a maré me ir levando (São Miguel)

Ondas do Mar levai-me,
Fazei-me um grande favor,
Botai-me no cais da América
Nos braços do meu amor (São Miguel)

(«O Mar no Cancioneiro Popular dos Açores», in *Açoreana*, vol. II, n.º 3, 1940, págs. 144 e 145).

(15) Ainda bem recentemente no «Diário Insular» (Angra do Heroísmo) de 11 de Dez. de 1968, lemos a notícia de que um filho de portugueses (Angra), nascido e radicado em Reno Vista, Califórnia, foi consagrado «Lavrador do Ano» da rica área de Tulare no produtivo Vale de São Joaquim. Instituído apenas há 10 anos, é esta a segunda vez que cabe a distinção a um luso-americano.

(16) António Ferro, in op. cit., pág. 180.

(17) Cf. John C. Bannick, in op. cit., pág. 108.

(18) Aspecto a desenvolver no capítulo seguinte.

CAPÍTULO V

(1) Cf. John C. Bannick, in op. cit., pág. 76-77. Todos os indivíduos referidos na estatística tinham mais de 14 anos.

(2) Não podemos deixar, todavia, de anotar que hoje todo o emigrante português para a América possui diploma de instrução primária. Com vista a uma melhor resolução dos vários problemas de adaptação do emigrante aos países a que se destina, esboçou-se recentemente nos Açores um primeiro passo decisivo e que é de justiça realçar pela respectiva originalidade em todo o território português. Iniciativa do maior interesse, o Centro de Formação de Emigrantes — tal é a instituição que começará muito em breve (soubemos da notícia em Março do corrente ano) a funcionar em Ponta Delgada — visa preparar os emigrantes de todos os Açores, para uma mais fácil entrada nos dois principais países a que se destinam: América

do Norte e Canadá. Será ensinado o inglês e o francês, consoante o destino, noções de higiene e geografia e outros elementos de interesse sobre o país para onde pretendem emigrar.

A responsabilidade de tão importante empreendimento, que vai ao encontro dos desejos das autoridades dos dois países referidos e que há muito se concretizou em outros países europeus de grande emigração, como a Itália, coube ao Pe. Luciano Pereira, dirigente de uma escola de adaptação para emigrantes açorianos em Fall River e ao Pe. José Maria das Neves, Secretário diocesano para a emigração dos Açores.

(3) O facto de haver uma maioria de indivíduos do sexo masculino, entre os emigrantes portugueses para a América, é uma constante em toda a história da emigração: o pai de família (ou aquele que o pensa ser) parte geralmente à frente como que a perscrutar as condições para os que o seguirão um dia.

(4) No já referido estudo sobre as cartas dos imigrantes açorianos (Cf. «Cartas da América», in op. cit., pág. 232), escreve o Dr. Luís Ribeiro: «As cartas são escritas por gente do povo pouco menos de analfabeta. Quem o não sabe pede a outrem que as escreva e dita-as — é o escrevente a quem se encontra referências várias.»

(5) Documentação especializada determinou que a maioria de portugueses chegados à América até ao ano de 1917 — 60 a 80 % — era totalmente ou quase analfabeta, elevando-se acima de todo e qualquer outro grupo estrangeiro (a).

(6) Cf. in op. cit., pág. 78-79.

(7) Euclides Goulart Costa, in op. cit., pág. 220.

(8) Voltamos a apontar o caso dos Açores não por ser mais paradigmático, mas por ser deste arquipélago que, ainda hoje, partem mais portugueses para a América. Já antes se disse, de resto, que a emigração portuguesa do continente está actualmente mais orientada para a França.

(9) Sobre a Igreja e clero português na América e sua acção como elemento de defesa da língua portuguesa, algo se dirá na Parte II do trabalho.

(10) Manuel da Silveira Cardozo, in op. cit., pág. 18.

(11) Lembre-se, por exemplo, que há na Califórnia duas associações de mulheres portuguesas: a Sociedade Portuguesa Rainha Santa Isabel (S. P. R. S. I.) e a União Portuguesa Protectora do Estado da Califórnia (U. P. P. E. C).

(12) Assim o descreve o Ten.-Coronel José Agostinho, in op. cit., pág. 214.

(13) Luís Ribeiro — «Americanismos na Linguagem Popular dos Açores», in *Portvcale*, Porto, vol. XIV, 1941, pág. 131. É nesta base de transformação da língua inglesa peculiar ao imigrante português na América que desejamos fazer, a encerrar o nosso trabalho, algumas considerações práticas de natureza mais especificamente linguística.

(a) Cf. Leo Pap, in *Portuguese-American Speech*, pág. 16.

PARTE II

CAPITULO I

1.

(1) Ver na Parte I (cap. II) a última legislação da imigração americana de 1 de Julho de 1968 banindo por completo o velho sistema de cotas.

(2) Lembramos, por exemplo, a publicação do «Oriental Exclusion Act», em 1882, primeira duma série de leis banindo a emigração oriental, que então se fazia em larga escala para a costa ocidental da América — o «perigo amarelo» (*).

(3) J. F. Kennedy, in op. cit., pág. 75. Aquelas emendas sintomáticas, é certo, não se podem comparar, na sua projecção, à recente legislação de Julho de 1968 que, após um período de experiência de três anos, veio revolucionar o padrão de emigração para os Estados Unidos.

(4) Note-se, porém, que, em tempos, mais do que nos nossos dias, é certo, muitos portugueses, ludibriando as autoridades americanas, ensinavam aos filhos o caminho do trabalho e não o das escolas de língua inglesa. Não se trata de uma razão de «natureza linguística», antes um problema de deformação, incultura e necessidade económica.

(5) Cf. in *Dever de Portugal para com as Comunidades Lusíadas da América do Norte*, Lisboa, MCMXLV, pág. 37.

(6) Por deferência do Rev. Pe. José M. das Neves, lemos uma carta recentemente enviada por uma importante unidade industrial de Nova Bedford (Berkshire Hathaway, Inc.) que se manifestava muito interessada numa melhor preparação e especialização dos emigrantes portugueses na terra de origem, pois metade dos seus 2000 empregados eram oriundos de Portugal.

(7) Leo Pap, in op. cit., págs. 22-23.

(8) Ainda que em menor número, as associações fraternais portuguesas da Califórnia, ao contrário das da Nova Inglaterra, possuem uma solidez económica muito maior e desenvolvem uma influência social e até cultural de maior alcance sobre os portugueses espalhados pelo respectivo Estado.

(9) Cf. Luís da C. Pina, in op. cit., pág. 41.

(10) Cf. in *Assistência aos Emigrantes Portugueses na América do Norte*. Circular enviada pelo Secretariado Diocesano da Emigração (Açores) para o Secretariado Nacional Católico, Outubro de 1968.

(11) Cf. J. Cardoso Saúde — *Linhas da Pastoral de Migrações*, estudo apresentado no Encontro Nacional dos Secretários Diocesanos da Emigração, realizado no Santuário de Fátima, de 15 a 17 de Julho de 1968.

(12) Este desenraizamento agravado pela ausência da família, válido, como os outros factores, para o passado e, em qualquer caso, portanto, para as condições que a língua portuguesa encontrou na América, tem sido solucionado com a nova legislação de imigração americana.

(*) J. F. Kennedy, in op. cit.

(13) Luís da C. Pina, in op. cit., pág. 42.

(14) S. Lestapis — «Integration Familiale des Immigrants», in *Revue de L'Action Populaire*, Paris, 122 (1958) 1094; citado por Francisco do Carmo — «Emigração — Problema Humano», in *Atlântida*, Ang. do Heroísmo, vol. III, N.os 4, 5 e 6, 1959, pág. 290.

(15) Entre os portugueses de Nova Bedford, por exemplo, «South Front Street» é conhecida pelo nome de «Rua do Faial», por ter sido ali que se estabeleceram os primeiros colonos originários daquela ilha.

(16) Leo Pap, in *Portuguese-American Speech*, pág. 24 e nota 19, Cap. II, pág. 153.

(17) Cf. José de Lacerda, in op. cit., pág. 113.

(18) Cf. in op. cit., pág. 115.

(19) Este estado de coisas julgamos passar-se mais na Califórnia do que na Nova Inglaterra — área a que mais se aplicam as considerações que viemos fazendo.

(20) Partindo do princípio de que a população inteira dos Estados Unidos, quase de início, foi um compósito feito de elementos de uma multidão de origens, não é estranho afirmar-se que a imigração é um dos temas mais antigos e universais na história da América. Todo o americano, na verdade, possui em comum a qualidade de ser descendente de emigrantes em maior ou menor grau. E se há uma diferença real entre os americanos de nascimento estrangeiro e os de nascimento indígena, ela é mais de grau do que de espécie (a). Tudo isto nos parece ser uma afirmação do ideal do «melting pot» — processo de combinação, a longo prazo, das várias correntes estrangeiras numa nacionalidade única — que apenas terá fracassado para o caso do negro.

(21) Entre os portugueses, pelo menos, quantos não regressavam, e não regressam, por falta de meios para o fazer e por vergonha de acusar o fracasso!

(22) Cf. Euclides Goulart da Costa numa entrevista dada ao «Século»; citada por Eduardo de Carvalho, in op. cit., pág. 339.

(23) Não se atente unicamente no folclore religioso e gastronomia, duas das instituições nacionais mais patentes entre os portugueses radicados na América...

(24) in op. cit., pág. 228.

2.

(1) Oscar Handlin — «Immigration in American Life: A Reappraisal», in *Immigration and American History*, Minneapolis, 1961, pág. 15.

(2) No preâmbulo a uma curiosa entrevista feita na Califórnia ao Secretário-Tesoureiro do Conselho Supremo duma das mais importantes associações portuguesas daquele Estado (U. P. E. C), escreve João Afonso: «Destinava-se [a U. P. E. C.], fundamentalmente e no princípio, a tornar possível que a esposa de um sócio falecido recebesse a soma dos donativos de um dólar que cada associado entregasse.» (a)

(3) Em anos mais ou menos próximos é de esperar uma mudança na situação da língua portuguesa na América, a verificar-se o extraordinário aumento de emigrantes de Portugal para aquele país.

(4) Cf. in op. cit., pág. 182.

(a) Henry S. Commager — «The Study of Immigration», in *Immigration and American History*, Minneapolis, 1961.

(a) Cf. in «Diário Insular» (Ang. do Heroísmo) de 17 de Nov. de 1968.

(5) Por informação recebida de Tulare — cidade da Califórnia, onde existem mais terceirenses do que na sua cidade-irmã, Angra do Heroísmo — ali vive uma portuguesa que, há 50 anos na América, não consegue falar inglês!

Em *Portuguese-American Speech*, pág. 28, Leo Pap diz que observou durante uma procissão do Divino Espírito Santo, em Lowell, Massachusetts, as raparigas a cochichar entre si em inglês e os mais velhos, nos passeios, fazendo comentários em português.

(6) A primeira celebração deste género documentada e levada a efeito na Califórnia pelos portugueses foi em Sausalito, Condado de Marin, pouco antes de 1887 (a).

(7) A «Lapinha» ou furna tem na Ilha da Madeira um valor simbólico e tradicional durante a quadra do Natal — o mesmo que a árvore de Natal para os alemães, por exemplo, de onde é originária.

(8) August M. Vaz, in op. cit., pág. 135.

(9) Cf. in op. cit., pág. 262.

(10) Para a referência das diferentes Sociedades fraternais portuguesas tanto na Califórnia como na Nova Inglaterra, baseámo-nos em: August M. Vaz (op. cit.), Celestino Soares (op. cit.), Eduardo de Carvalho (*Os Portugueses na Nova Inglaterra*), António Ferro (op. cit.), Luís da C. Pina (op. cit.) e J. A. Medina dos Santos (op. cit.).

(11) Para o efeito, a ém da bibliografia recolhida e de outras informações particulares, servimo nos, em especial, da *History of the Associação Portuguesa Protectora e Benef.cente* (compiled and prepared by Manuel Reis and Jack Costa to commemorate the Society's Centennial), San Francisco, 1968.

(12) «Enterrar os mortos e tratar dos vivos» — palavras que encabeçavam a primeira forma de Certificado Beneficiário (1868-1911) — tal era a simplicidade do fim a que se destinava no campo da assistência mútua.

(13) Tal é o original: «Nós Portuguêzes, em ordem para formar mos mais perfeita união, estabelecer justa e recta tranquilidade doméstica, provindo para uma protecção commua para os Portuguêzes do Estado de California, que para recebêrmos um protegio mutual que só por um alimento, poderemos realizar as virtudes que daqui podem proceder: tomarêmos prucucções contra o poder da neglegencia, e formaremos uma assuciação Proctétiva Portuguêza e demos ordem a seguinte constituição.» (a)

(14) Esta ideia da consolidação entre duas ou mais Sociedades fraternais já se encontrava viva, pelo menos, desde 1927, quando a A.P.P.B. lançou um apelo para que todas as Sociedades existentes a ela se associassem. Explicaram-no a extraordinária redução dos contingentes emigratórios depois de 1921, reduzindo as possibilidades de existência de tantas Sociedades em competição — foi esta uma das razões que levou a U. P. C. a associar-se com a Sociedade Benevolente — e ainda o facto de esta última ser a mãe de todas as Sociedades fraternais, o que lhe conferia o direito de sobrevivência. Em 1946 esteve iminente nova coligação — A.P.P.B. com U.P.E.C., assim como em 1953, ano em que as duas últimas entabularam conversações com a U.P.C. e a S.E.S.

Foram uma vez mais goradas as esperanças, mas dessa tentativa resultou o interesse de, pelo menos, duas Sociedades — Sociedade Benevolente

---

(a) August M. Vaz, in op. cit., pág. 106.

(a) Cf. in *History of the A.P.P.B.*, pág. 11. Conservámos os erros ortográficos, gralhas tipográficas, etc. do original.

e U.P.C. — em continuarem conversações que levaram, afinal, à consolidação em 1957.

(15) Mesmo antes de ser aprovada a consolidação, tal era a condição financeira da UNLIS (30 de Junho de 1957), no que respeita a activos:

Benevolente	Continental	Total (UNLIS)
$1,773,183.90	$530,643.06	$2,303,826.96

Em 31 de Dezembro de 1967 a folha de balanço registava já um total de $5,214,300.77.

(16) Aquela proposta de lei foi aprovada pelo Senado a 22 de Agosto de 1958, tornando-se a Lei Pública N.º 85 — 892, ao abrigo da qual entraram na América milhares de emigrantes faialenses e outros açorianos, conforme referimos na Parte I deste trabalho, cap. II.

(17) Parece-nos possível entroncar a referida projecção naquele desenvolvimento favorável à conservação da língua portuguesa nos Estados Unidos, com base na popularidade e prestígio crescentes do Brasil entre os americanos, a partir da Segunda Grande Guerra, conforme o menciona Leo Pap (Portuguese-American Speech, pág. 26).

(18) Cf. in *History of the A.P.P.B.*, pág. 87.

(19) Para estas considerações servimo-nos, particularmente, de um dos boletins mensais da União Portuguesa do Estado da Califórnia (*U.P.E.C. Life*, San Leandro, Abril de 1968); Boletim da «J. A. Freitas Library»; da extensa notícia publicada, aquando da inauguração da Biblioteca, no «Jornal Português» (Oakland) de 18 de Abril de 1968; e ainda do semanário «Alameda County Weekender», edição especial de 9 de Março de 1968, dedicada à Biblioteca Freitas.

(20) in *Portuguese-American Speech*, nota 40, cap. II, pág. 155. O autor documenta a sua afirmação citando um curioso diálogo narrado por Eduardo de Carvalho em obra que, de resto, não conseguimos localizar (*Palestras Coloniais*, Boston, 1924, pág. 13):

«A.: «Já rezaste em americano?» B: «Lá isso não!... Porque isto de chamar Lord ao Senhor... Parece que estão a caçoar com ele. Deus é Deus, não é Gode!»

(21) Cf. in *Situação e Atitude Religiosa do Emigrante na Califórnia*. Comunicação ao I Cong. das Com. Port., Soc. de Geog. de Lisboa, 1964, pág. 6.

(22) Cf. in op. cit., pág. 186.

(23) Pe. Joaquim das Neves — *Apontamento sobre a Vida Religiosa da Comunidade Portuguesa da Califórnia*. Comunicação ao I Cong. das Com. Port., Soc. de Geog. de Lisboa, 1964, pág. 3.

(24) A devoção ao Divino Espírito Santo, mais ainda do que as festas ao Senhor Jesus Milagroso da Paixão, a Nossa Senhora dos Milagres e Nossa Senhora de Fátima e a veneração dos dois santos portugueses, Santo António e Santa Isabel, esteve desde sempre intimamente ligada à vida social e fraternal dos portugueses quer na Nova Inglaterra, como na Califórnia.

(25) Manuel S. de Medeiros Leal — *Sobre a Comunidade Portuguesa da Nova Inglaterra, E. U. A. — Identificação étnica, cultural e histórica, expansão da cultura e do portuguesismo*. Comunicação ao I Cong. das Com. Port., Soc. de Geog. de Lisboa, 1964, pág. 16.

(26) Cf. Pe. Constantino R. Caldas — *Algumas sugestões sobre os pontos propostos para o I Congresso das Comunidades Portuguesas*. Comunicação ao I Cong. das Com. Port., Soc. de Geog. de Lisboa, 1964, pág. 1.

(27) Pe. Mário S. Cordeiro, in op. cit., pág. 8.

(28) Em Artesia, Arquidiocese de Los Angeles, por exemplo, levantaram os portugueses a Igreja Paroquial da Sagrada Família. Só lá esteve, porém, um padre português, o primeiro e o último, o seu fundador em 1930 — Pe. Manuel Vicente, da Ilha de São Miguel. Há uns anos atrás, um pastor irlandês da igreja portuguesa de Point Loma ousou até proibir que um Bispo português (o Senhor D. José Vieira Alvernaz, Patriarca das Índias) celebrasse missa nessa mesma igreja (a).

(29) Cf. Pe. Constantino R. Caldas, in op. cit., pág. 7.

(30) A Nova Inglaterra tem hoje mais de 300 000 portugueses, a Califórnia 250 000 e Hawaii 25 000. O mais pequeno dos Estados americanos, Rhode Island, é o que tem maior percentagem — cerca de 12 % — de cidadãos de origem portuguesa (José Troncho de Melo — *Relances da Lusitanidade*. Comunicação ao I Cong. das Com. Port., Soc. de Geog. de Lisboa, 1964).

Diamantino D. Baltazar, em trabalho elaborado no mesmo ano (*A Congregação Geral das Comunidades Portuguesas: Os Portugueses na América*, Soc. de Geog. de Lisboa, 1965) e com base no censo populacional das comunidades estrangeiras nos Estados Unidos, avalia a população da comunidade portuguesa em cerca de 1 milhão de indivíduos.

(31) Enquanto que nos dois Estados de maior concentração de portugueses no leste americano se contam 65 sacerdotes de língua portuguesa (Massachusetts — 51; Rhode Island — 14), na Califórnia apenas existem 21. O total de sacerdotes de língua portuguesa na América do Norte é de 90 (informação cedida pelo Secretariado Diocesano de Emigração, Angra do Heroísmo).

(32) Por correspondência pessoal de Brigdeport, informou-nos o Pe. Constantino R. Caldas que os portugueses radicados em Waterbury e Nangatuck (Connecticut) já se encontram chefiados pelo Pe. Nelson Ribeiro. Não possuindo ainda igreja própria, já têm terreno para a construção da mesma.

(33) Sobre as igrejas portuguesas na Nova Inglaterra e outros núcleos da costa atlântica, ver em especial: «Diário de Notícias» (Número Especial do Ano Santo, dedicado ao Clero e Paróquias Portuguesas nos Estados Unidos), New Bedford, Mass., 9 de Setembro de 1950 e João Rodrigues Rocha — *Para a História dos Portugueses na América*. Comunicação ao I Cong. das Com. Port., Soc. de Geog. de Lisboa, 1964.

Foram ainda obtidos e confirmados muitos elementos por correspondência pessoal para a América.

(34) Sobre as igrejas portuguesas na Califórnia, ver em especial: Celestino Soares (op. cit.); Luís da Câmara Pina (op. cit.) e August M. Vaz (op. cit.).

(35) Cf. Manuel S. de Medeiros Leal, in op. cit., pág. 30.

(36) Para o efeito, baseámo-nos particularmente em: João R. Rocha (op. cit.); Celestino Soares (op. cit.) e Leo Pap — *Portuguese-American Speech*.

(37) in *Portuguese-American Speech*, pág. 40.

(38) Nunca é de mais sobrevalorizar a acção do clero português, incluindo as escolas paroquiais, para a conservação da língua nacional entre os imigrantes. A par da influência do lar, também ela muitas vezes nas condições deficientes já citadas, em que os pais falam em português e os filhos respondem em inglês, é na igreja e suas dependências que os luso-descendentes de segunda e terceira geração aprendem o pouco português

(a) Pe. Mário S. Cordeiro, in op. cit., pág. 9.

que sabem. Há, mormente da parte de algumas famílias lusas, a preocupação de dar aos filhos uma educação não necessariamente identificada com a americana, mas que se processe nos moldes que mais se coadunam com os princípios da moral e dos costumes que regem a entidade patronal e visam a defesa do agregado familiar, conforme paradigmada pela Igreja católica. Existe, por conseguinte, uma acção conjunta da Igreja e do lar com implicações ao nível da comunicação linguística.

(39) A parte a Igreja que, além das chamadas escolas paroquiais, possui outras por ela subsidiadas para o ensino de crianças, muitas outras escolas existem fundadas e mantidas pelas Sociedades fraternais, clubes e outros organismos cívicos e de carácter patriótico. Todas elas, porém, funcionam ao nível da instrução primária e em condições mais deficientes do que as escolas paroquiais. Razão fundamental: falta de professores portugueses ou mesmo luso-americanos qualificados (à volta dos anos vinte, o próprio Governo português decidiu a criação de escolas portuguesas nos Estados Unidos, incluindo Hawaii, mas a sua organização deficiente não permitiu um funcionamento regular das mesmas). Há ainda a considerar escolas primárias americanas onde se ministra o português, embora, as mais das vezes, a título facultativo. Nos liceus de Nova Bedford e Fall River existe uma disciplina de cultura e língua portuguesa.

Três organismos portugueses ou luso-americanos queremos ainda citar no âmbito desta nota. São eles: «Sociedade Pedagógica Portuguesa», «Instituto Lusitânia» e «Portuguese-American Cultural Society», todos erguidos pela comunidade de Massachusetts.

O primeiro — «Sociedade Pedagógica Portuguesa» — fundado em 1944, na cidade de Nova Bedford, apareceu precisamente na sequência o estabelecimento (1941) da disciplina de português no Liceu daquele centro urbano, actuando como força que pudesse melhorar ali a situação da mesma língua. Tinha ainda por objectivo estabelecer bolsas de estudo (Dr. Nelson H. Vieira — *A Cultura Portuguesa em Nova Bedford*. Comunicação ao I Cong. das Com. Port., Soc. de Geog. de Lisboa, 1964, pág. 2).

O «Instituto Lusitânia», nomeadamente munido de aparelhagem audio-visual para o ensino do português, deve a sua fundação recente ao Pe. Dr. Manuel Rocha, em Ludlow, Mass.. É uma tentativa arrojada na expansão da cultura portuguesa e dilatação da respectiva língua ao alcance de qualquer pessoa.

Na década actual (1962) foi ainda fundada na cidade de Boston, na qualidade de membro do «International Institute of Boston», a «Portuguese-American Cultural Society» com a principal finalidade de encorajar e manter a língua e tradições portuguesas entre os cidadãos luso-americanos. Tem este organismo interesse especial em promover programas de relação cultural entre os Estados Unidos e Portugal (Ida F. Pementa — *Cultural Exchange Project*. Comunicação ao I. Cong. das Com. Port., Soc. de Geog. de Lisboa, 1964, pág. 1).

(40) Manuel S. de Medeiros Leal, in op. cit., pág. 32.

(41) Desde 1920 até aos últimos anos, em que se começou a esboçar o movimento para a extinção do velho sistema de cotas, finalmente verificada, o número autorizado de emigrantes portugueses vinha progressivamente diminuindo de 2500 para cerca de 250, ou seja, um décimo do que era então já descriminatoriamente permitido (*).

(*) Diamantino D. Baltazar, in op. cit., pág. 248.

(42) O que se aplica ao domínio da imprensa, igualmente se estende aos inúmeros clubes e outras organizações sócio-culturais e recreativas portuguesas, nomeadamente as Sociedades fraternais. Entre estas, a preferência que se vem dando à língua inglesa é não só explicável pelo facto de começarem a ser frequentadas por pessoas de origens diferentes, como também por ser obrigatória a sua escrita em inglês, para fins de fiscalização oficial americana (*).

(43) O «Diário de Notícias» foi a segunda tentativa feita pelos portugueses da América, no sentido da publicação de um diário, e a única resultante até hoje. Durante a Primeira Grande Guerra, também na Nova Inglaterra, o «Progresso» apareceu como a primeira publicação do género, tendo se transformado em semanário, poucos meses depois. Em 1920, os portugueses da Califórnia transformaram a «Liberdade» (1900) no único diário português criado naquele Estado. Existiu como tal apenas durante seis anos.

(44) Sobre a imprensa portuguesa nos Estados Unidos, ver em especial: Eduardo de Carvalho (op. cit.); Leo Pap — *Portuguese-American Speech*; Luís da C. Pina (op. cit.); Manuel S. de Medeiros Leal (op. cit.); Mário M. D'Oliveira Figueiredo — «Considerações sobre os Valores Sócio-Culturais dos Núcleos Portugueses na França e na América do Norte» (Comunicação ao I Cong. das Com. Port.), in *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, 1965; João R. Rocha (op. cit.); Luís Teixeira — *Imprensa Portuguesa no Estrangeiro*. Comunicação ao I Cong. das Com. Port., Soc. de Geog. de Lisboa, 1964; Luís Ribeiro — «Ensinamentos da Exposição I — Vida Intelectual», in *Correio dos Açores* (Ponta Delgada) de 9-11-1940; Celestino Soares (op. cit.) e Augusto M. Vaz (op. cit.).

(45) Sobre a radiodifusão em língua portuguesa na América do Norte, ver principalmente: Mário D'Oliveira Figueiredo (op. cit.); Agnelo Clementino — *Notícia sobre a Colónia Portuguesa na Região da Baía, Califórnia*. Comunicação ao I Cong. das Com. Port., Soc. de Geog. de Lisboa, 1964; Manuel Freitas (op. cit.); Leo Pap — *Portuguese-American Speech*; Luís Ribeiro — «Ensinamentos da Exposição I — Vida Intelectual», in op. cit.; Celestino Soares (op. cit.) e August M. Vaz (op. cit.).

CAPÍTULO II

(1) São vários os estudos que conhecemos sobre a influência nos Açores do inglês falado na América, os quais referimos por ordem cronológica:

Lygia M. C. Almeida Mattos — *Ilha de S. Miguel, seu dialecto e literatura popular*, Ponta Delgada, edição da autora, 1936; Luís Ribeiro — «Americanismos na Linguagem Popular dos Açores», in *Portvcale*, Porto, vol. XIV, 1941, págs. 131-133; Naír O. da Câmara Borges — *Influência Anglo-Americana no Falar da Ilha de S. Miguel (Açores)*, Coimbra, Instituto de Estudos Românticos, 1960.

Luís Ribeiro, no estudo acima referido, cita ainda outros autores, cujas obras, porém, não conhecemos, e que procederam nos Açores à recolha de neologismos importados da América: Lacerda Machado — *Vocabulário Regional colhido no Concelho das Lages do Pico*, Coimbra, 1917; José Machado de Serpa — *Vocabulário Regional*, série de artigos referentes às ilhas do

(*) Manuel Freitas, in op. cit., pág. 5.

Faial, Pico, Flores e Corvo, publicada no jornal da Horta «O Telégrafo», N.os 12 164 e seguintes.

Sobre os neologismos de procedência anglo-americana em Cabo Verde e citado por uma das nossas fontes bibliográficas (J. A. Medina dos Santos, op. cit.), referimos: Pedro Cardoso — *Folclore Caboverdiano*, Porto, 1933.

(2) in *Portuguese-American Speech.*

(3) Por impossibilidade de investigação pessoal na América e porque o presente capítulo tem simplesmente um carácter complementar e elucidativo em relação ao resto do trabalho, não hesitámos em escolher a perspectiva atrás mencionada que nos permite, simultaneamente, o aproveitamento dos estudos linguísticos ao nível luso-americano apresentados na nossa bibliografia. Nós próprios nos informámos e enriquecemos por correspondência pessoal para a América e por investigações e inquéritos, por nós orientados e levados a efeito na Califórnia por uma americana, que, agora residente nos Açores, por quatro meses se deslocou àquele país. Da leitura cuidada de inúmeras cartas de imigrantes, algo nos foi possível também apurar.

(4) Quanto ao estudo de Leo Pap (*Portuguese-American Speech*), impõe-se-nos informar que as investigações do autor foram realizadas, em especial, nos Estados de Rhode Island e Massachusetts, onde a pronúncia da língua inglesa apresenta particularidades bem distintas das da Califórnia. Daí que uma mesma palavra inglesa possa ser diferentemente assimilada e transformada por um imigrante português em Oakland e outro em Boston, por exemplo.

BIBLIOGRAFIA

Açoreana. Revista de Estudos Açorianos, Angra do Heroísmo, desde 1934.

Agostinho, José — «Leo Pap — Portuguese-American Speech», in **Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, Angra do Heroísmo, vol. VII, 1949, págs. 301-304.

Agostinho, José — «Um Emigrante Açoriano. José Gonçalves Correia», in **Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, Angra do Heroísmo, vol. X, 1952, págs. 204-238.

Andrade, Jerónimo Emiliano de — **Topographia da Ilha Terceira**, Angra do Heroísmo, Typ. Minerva, 1891.

Anuário Demográfico. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1967.

Atlântida. Órgão do Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, desde 1956.

Azevedo, José Lúcio de — «Judeus Portugueses na Dispersão», in **Revista de História**, Lisboa, vol. IV, n.º 14 (págs. 105-127) e n.º 15 (págs. 201-217), 1915.

Baltazar, Diamantino D. — «A Congregação das Comunidades Portuguesas: Os Portugueses na América», in **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 83.ª (série), n.os 7-12, 1965, págs. 237-252.

Bannick, John Christian — **Portuguese Immigration to the United States: Its Distribution and Status**, University of California, Berkeley, 1917.

Bettencourt, José de Sousa — «El Fenomeno de la Emigración Portuguesa», in **Revista Internacional de Sociologia**, Madrid,

ano 17, n.º 68 (págs. 589-618), ano 18, n.º 69 (págs. 67-99), 1959.

Blegen, Theodore C. — **Land of their Choise: The Immigrants Write Home**, Minneapolis, 1955.

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, desde 1943.

Boletim da Junta da Emigração, Porto, 1966.

Boléu, José de Oliveira — «Colónias Portuguesas em Países Estrangeiros», in **História da Expansão Portuguesa no Mundo**, Lisboa, Editorial Ática, 1937-1942.

Borges, Christiano de Jesus — «A Colónia Portuguesa nos Estados Unidos», in **Os Açores**, Ponta Delgada, vol. I, n.º 5, 1922.

Borges, Naír O. da Câmara — **Influência Anglo-Americana no Falar da Ilha de S. Miguel (Açores)**, Coimbra, Instituto de Estudos Românticos, 1960.

Branco, Aníbal da Silva — **Memória sobre a Comunidade Portuguesa dos E. U. A.**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Brígido, Augusto Gomes — **A Língua Portuguesa nas Comunidades Luso-Americanas**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Brito, Raquel Soeiro de — **A Ilha de S. Miguel. Estudo Geográfico**. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1955.

Bruges, Jácome D'Ornellas — **A Ilha Terceira**, Dissertação Inaugural apresentada no Instituto Superior de Agronomia, Angra, 1915.

Caldas, Constantino R. — **Algumas sugestões sobre os pontos propostos para o I Congresso das Comunidades Portuguesas**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Câmara Municipal de Angra do Heroísmo — «A Emigração no Distrito de Angra do Heroísmo», in **Livro do Primeiro Congresso Açoreano**, Lisboa, edição da Casa dos Açores, 1940.

Cardozo, Manuel da Silveira — «A Presença de Portugal nos Estados Unidos», in **Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, Angra do Heroísmo, vol. XVI, 1958, págs. 9-19.

Carmo, Francisco do — «Emigração-Problema Humano», in **Atlântida**, Angra do Heroísmo, vol. III, n.os 4, 5 e 6, 1959.

Carvalho, Eduardo de — **A Língua Portuguesa nos Estados Unidos**. Extracto do Relatório Consular de Boston de 9 de Abril, Boston, Empresa de Propaganda Patriótica, 1925.

Carvalho, Eduardo de — **Os Portugueses na Nova Inglaterra**, Rio de Janeiro, «A Leitura Colonial», Typ. Minerva, Vila Nova de Famalicão, 1931.

Clementino, Agnelo — **Notícia sobre a Colónia Portuguesa na Região da Baía**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

«Colónias Portuguesas em Países Estrangeiros», in **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 2.ª (série), n.º 5, 1880-81.

Commager, Henry S. — «The Study of Immigration», in **Immigration and American History**, University of Minnesota, Minneapolis, 1961.

Comunicações ao I Congresso das Comunidades Portuguesas. Convocado pela Sociedade de Geografia de Lisboa e inaugurado a 8 de Dezembro de 1964.

Cordeiro, Mário S. — **Situação e Atitude Religiosa do Emigrante na Califórnia**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Corte Real, João Afonso — «Colónias Portuguesas em Países Estrangeiros», in **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 58.ª (série), n.os 11 e 12, 1940.

Corte-Real, João Afonso — «Colónias Portuguesas em Países Es-

trangeiros», in **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 64.ª (série), n.os 3 e 4, 1946.

Corte-Real, João Afonso — **Os Portugueses em Países Estrangeiros**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Costa, Euclides Goulart da — «Mais Imigrantes, Problema Vital do Brasil», in **Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, Angra do Heroísmo, vol. V, 1947, págs. 215-221.

Costa, Joaquim — «Colónias Portuguesas nas Ilhas Hawaii e América do Norte», in **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 30.ª (série), n.º 6, 1912.

Delabarre, Edmund Burke — «A Rocha de Dighton — O mais antigo e misterioso Padrão dos Estados da Nova Inglaterra» — Traduzido do inglês por A. de Oliveira Águas, in **Boletim da Agência Geral das Colónias**, Lisboa, ano 3, n.º 20, págs. 143-66, 1927.

Diário de Notícias (Número Especial do Ano Santo, dedicado ao Clero e Paróquias Portuguesas nos Estados Unidos), New Bedford, Mass., 9 de Setembro de 1950.

Ferreira, António de Brum — **A Ilha Graciosa**. Dissertação de Licenciatura em Geografia, Lisboa, 1965.

Ferreira, António Martins — «Emigração da gente de S. Jorge», in **Livro do Primeiro Congresso Açoreano**, Lisboa, edição da Casa dos Açores, 1940.

Ferro, António — **Novo Mundo — Mundo Novo**, Lisboa, Editora Portugal Brasil, Tip. Imprensa Portugal Brasil, s. d..

Figueiredo, M. Manuel d'Oliveira — «Considerações sobre os Valores Socio-Culturais dos Núcleos Portugueses na França e na América do Norte», in **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 83.ª (série), n.os 1-6, págs. 73-100, 1965.

Freitas, Manuel — **Informação acerca dos Núcleos de Portugueses na Califórnia, especialmente nos Condados de Alameda e**

Santa Clara. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Gayton, Anna H. — «Luso-Californian Culture and its Research Needs», in **International Colloquium on Luso-Brasilian Studies, Washington**, 1950, págs. 81-85.

Greaves, Manuel — **Aventuras de Baleeiros**, Horta, edição do autor, 1950.

Greaves, Manuel — **Histórias Que Me Contaram**, Horta, edição do autor, 1948.

Guedes, Armando Marques — «A Ilha de S. Miguel», in **Livro do Primeiro Congresso Açoreano**, Lisboa, edição da Casa dos Açores, 1940.

Handlin, Oscar — «Immigration in American Life: A Reappraisal», in **Immigration and American History**. Minneapolis, 1961.

Hansen, Marcus Lee — **The Immigrant in American History**, New York, Harper Torchbooks, 1964.

Higham, John — **Strangers in the Land. Patterns of American Nativism 1860-1925**, New York, Atheneum, 1966.

Kennedy, John Fitzgerald — **A Nation of Immigrants**, New York, Harper Torchbooks, 1964.

Lacerda, José de — **Algumas Palavras sobre Interesses Açoreanos**, Lisboa, Livraria Rodrigues & C.ª, 1902.

Leal, Manuel S. M. — **Sobre a Comunidade Portuguesa da Nova Inglaterra, E. U. A. — Identificação étnica, cultural e histórica, expansão da cultura e do portuguesismo**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Leite, José Furtado — «Economia Açoreana», in **Livro do Primeiro Congresso Açoreano**, Lisboa, edição da Casa dos Açores, 1940

Livro do Primeiro Congresso Açoreano, que se reuniu em Lisboa

de 8 a 15 de Maio de 1938, Lisboa, edição da Casa dos Açores, 1940.

Luz, Dinis da — **Destinos no Mar**, Lisboa, Portugália Editora, 1964.

Mattos, Lygia M. C. Almeida — **Ilha de S. Miguel, seu dialecto e literatura popular**, Ponta Delgada, edição da autora, 1936.

Medeiros, Carlos Alberto — **A Ilha do Corvo**. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1967.

Melo, Dias — **Mar Rubro**, Lisboa, edição do autor, 1958.

Melo, Dias — **Pedras Negras**, Lisboa, Portugália Editora, 1964.

Melo, José Troncho de — **Relances da Lusitanidade**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Ministério dos Negócios Estrangeiros — **Emigração Portuguesa** (Negócios Externos — Documentos apresentados às Cortes na Sessão legislativa de 1874, pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros), Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.

Ministério dos Negócios Estrangeiros — **Emigração Portuguesa Para As Ilhas Hawaiianas** (Negócios Consulares e Comerciais — Documentos apresentados às Cortes na Sessão legislativa de 1885, pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros), Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.

Moniz, António Borges do Canto — **Ilha Graciosa**, Angra do Heroísmo, Imprensa da Junta Geral, 1884.

Monjardino, Jorge — «Açoreanos Emigrados na América do Norte e Brasil», in **Livro do Primeiro Congresso Açoreano**, Lisboa, edição da Casa dos Açores, 1940.

Narciso, Armando — «Colonização e Emigração», in **Livro do Primeiro Congresso Açoreano**, Lisboa, edição da Casa dos Açores, 1940.

Neves, Joaquim das — **Apontamento sobre a Vida Religiosa da Comunidade Portuguesa da Califórnia**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Os Açores, 2 volumes, Ponta Delgada, 1922-1928.

Pap, Leo — **Portuguese-American Speech**. An outline of speech conditions among Portuguese immigrants in New England and elsewhere in the U. S., New York, Columbia University, King's Crown Press, 1949.

Pap, Leo — «Portuguese Pioneers and Early Immigrants in North America», in **Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**, Coimbra, vol. I, 1965, págs. 401-11.

Pedreira, Adriano Gonçalves — **Notícia sobre a Colónia Portuguesa de Nangatuck**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Pementa, Ida F. — **Cultural Exchange Project**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Pina, Luís da Câmara — **Dever de Portugal para com as Comunidades Lusíadas da América do Norte**, Lisboa, MCMXLV.

Ribeiro, Luís da Silva — «Americanismos na Linguagem Popular dos Açores», in **Portvcale**, Porto, vol. XIV, 1941, págs. 131-133.

Ribeiro, Luís da Silva — «Bemquerenças e Malquerenças — Quadras Geográficas dos Açores com notas elucidativas», in **Açoreana**, Angra do Heroísmo, vol. III, n.º 2, 1943, págs. 118-122.

Ribeiro, Luís da Silva — «Ensinamentos da Exposição I — Vida Intelectual», in **Correio dos Açores**, Ponta Delgada, 9 de Novembro de 1940.

Ribeiro, Luís da Silva — **O Emigrante Açoreano**, Ponta Delgada, edição do «Correio dos Açores», 1940.

Ribeiro, Luís da Silva — «O Mar no Cancioneiro Popular dos Açores», in **Açoreana**, Angra do Heroísmo, vol. II, n.º 3, 1940, págs. 135-145.

Ribeiro, Luís da Silva — **O Patrono dos Emigrantes — Beato João Baptista Machado**, Angra do Heroísmo, 1941.

Ribeiro, Luís da Silva — **Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade**, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1964.

Rocha, João Rodrigues — **Para a História dos Portugueses na América**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Semmingsen, Ingrid — «Emigration and the Image of America in Europe», in **Immigration and American History**, Minneapolis, 1961.

Silva, Fernando A. da, e Menezes, Carlos de A. — **Elucidário Madeirense**, 2 volumes, Funchal, 1940-1945.

Soares, Celestino — **California and the Portuguese**. How the Portuguese Helped to Build up California, Lisboa, S. P. N. Books, 1939.

Sousa, Albano Baptista de — **Da Emigração em geral e em especial da Emigração Portuguesa**, Coimbra, Imprensa Comercial e Industrial, 1876.

Sousa, António Teixeira de — **A Emigração Madeirense**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Teixeira, Luís — **Imprensa Portuguesa no Estrangeiro**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Vasconcelos, Joaquim Mota de — **Epopeia do Emigrante Insular**. Subsídios para a sua História. Movimento para a sua Consagração, Lisboa, edição do autor, MCMLIX.

Vasconcelos, José Leite de — **Mês de Sonho**. Conspecto de Etnografia Açórica, Lisboa, 1926.

Vaz, August Mark — **The Portuguese in California**, Oakland, I. D. E. S. Supreme Council, 1965.

Vieira, Nelson H. — **A Cultura Portuguesa em Nova Bedford**. Comunicação ao I Congresso das Comunidades Portuguesas, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1964.

Wittke, Carl — **We Who Built America**, Cleveland, edição revista por Western Reserve University, 1964.

INDICE

Introdução 11

PARTE I

ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIAL

I — Causas da Emigração Portuguesa para a América do Norte 15

II — Origem do Movimento Emigratório Português para a América. Aspectos da sua evolução 23

III — Distribuição geográfica dos principais núcleos populacionais portugueses na América 35

IV — Actividades ocupacionais do português na América 41

V — Estado e preparação cultural e civilizacional do emigrante português. Choque com a vida americana, suas repercussões 51

PARTE II

ANÁLISE LINGUÍSTICA

I — A Língua Portuguesa frente à Inglesa na América do Norte 61

1. Conflito de línguas 61

2. O Esforço do Português em Defesa da Língua de Origem 72

A) Sociedades de Beneficência e outras Organizações Sociais e Culturais 73

B) Igreja e Clero 88

C) Imprensa 114

D) Radiodifusão 121

II — Transformação da Língua Inglesa Peculiar ao Imigrante Português. Exemplificação Prática 125

Notas 135

Bibliografia 155

CARTAS INÉDITAS DO CONDE DE SUBSERRA

(1818 — 1825)

Introdução Selecção e Notas de

RAFAEL ÁVILA DE AZEVEDO

Angra do Heroísmo, 1975

Cartas Inéditas do Conde de Subserra

1. Nota inicial — Na secção de «Reservados» da Biblioteca Nacional de Lisboa (1) encontra-se um maço de correspondência trocada entre Manuel Ignacio Martins Pamplona Corte-Real, conde de Subserra (1760-1832), e Francisco José Maria de Brito (1759--1825), ministro de Portugal em Paris e na Haia (2). O maior número de cartas, quarenta e oito, são as dirigidas por Brito — «le chevalier de Brito» como era conhecido em Paris — ao conde de Subserra, em datas compreendidas entre 20 de Março de 1819 e sete de Maio de 1925, período singularmente agitado da vida nacional de que se faz eco frequentemente. Mas, a treze de Maio de 1825, falecia em Paris o nosso antigo ministro. Porventura, por motivo do teor confidencial das epístolas, Subserra apressou-se a adquiri-las no espólio do seu correspondente. É deste modo que nos foi possível conservar algumas das cartas de Subserra, ao todo catorze, com o maior interesse para o conhecimento da biografia, da personalidade e dos acontecimentos a que esteve ligado um dos estadistas mais notáveis e uma das Figuras mais discutidas do regime liberal.

As cartas assinadas por Subserra abrangem o período que vai de dezoito de Fevereiro de 1823 a quatro de Abril de 1825, o biénio em que ele exerceu a mais decisiva influência nas maquinações políticas do infante D. Miguel e no restabelecimento dos «inauferíveis direitos» de D. João VI, depois da dissolução do Soberano Congresso (Um de Junho de 1823).

Nestes documentos manuscritos Subserra procura justificar-se e defender-se das suas atitudes num momento singular-

---

(1) Caixa 180, N.º 14 e Caixa 149, docs. 141, 143 e 144.

(2) A data do nascimento de 1759 é a indicada por Inocêncio no seu *Dicionário Bibliográfico* s. v.

mente crítico da situação política em Portugal. Tem a plena consciência da importância da sua intervenção pessoal: «Ninguém me pode tirar a glória dos dias que decorreram entre 27 de Maio até cinco de Junho» — escreve ele (3). Um dos pontos mais curiosos das suas confidências a Francisco Maria de Brito — e não é crível que falte à verdade — é a afirmação de fidelidade a D. João VI, esse constante apego à encarnação da monarquia bem expressa na maior parte dos doutrinadores e dos estadistas liberais, mesmo os mais extremistas: «A minha consciência está salva, não houve verdade que não calasse ao nosso augusto amo uma vez que eu a conhecesse» (4).

Refere-se ao seu «proceloso ministério» (Junho de 1823 a Abril de 1824). «Ninguém me podia exceder nos sacrifícios os mais penosos» — comenta ainda num desabafo (5). Segundo as suas confissões, já não era cómoda a vida de um ministro, logo nos alvores da administração liberal. Todos os dias se levantava entre as seis e as sete horas da manhã e debruçava-se sobre os negócios da sua pasta até às nove. Dirigia-se então ao Paço onde demorava até às duas ou três horas da tarde. Seguiam-se conferências ministeriais de que só se libertava à hora do jantar. E voltava ainda, durante o serão, a despacho do soberano, ali permanecendo até às duas ou três da manhã (6).

Nesta segunda fase da sua carreira de estadista — fora pela primeira vez ministro do Governo liberal em 1821 (Setembro e Outubro) — Subserra, que já contava sessenta e três anos, começou a sentir-se deveras cansado. «Pagava — conforme ele próprio escrevia — o seu excesso de trabalho» (7).

Evocando na publicação destas cartas a figura do conde de Subserra procuramos pôr em destaque alguns dos traços mais característicos da sua biografia, como militar, como estadista, como político e como publicista.

---

(3) Carta de 3-XII-1823, pág. 28 (IV).
(4) Carta datada de 31-III-1825.
(5) Carta de 4-IV-1825, pág. 41 (XII).
(6) Carta de 3-XII-1823, págs. 28-29 (IV).
(7) Carta de 31-III-1825, pág. 39 (X).

2. O General Pamplona — O general Manuel Ignacio Martins Pamplona na Corte-Real, depois conde de Subserra, é um dos vultos do liberalismo português que, pelas suas variadas aptidões e funções desempenhadas, como pela versatilidade do seu carácter, pode ser apreciado sob aspectos muito diferentes. Na época em que viveu e sob os regimes políticos em que serviu, afirmou vigorosamente a sua personalidade ainda que sobre ela se possam formular os juízos mais contraditórios. Os liberais não lhe pouparam as imputações de servil, cruel e déspota e os realistas mimosearam-no com os epítetos de jacobino e até de «negro», como ele nos revela nas suas memórias manuscritas.

Nasceu Pamplona na Ilha Terceira, nos Açores, em 1760, oriundo de uma família ali fixada desde os princípios da colonização, ligada à pequena nobreza. Muito cedo foi internado no Real Colégio de Mafra, pertencente aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, onde foi condiscípulo do seu correspondente, Francisco Maria de Brito. Destinavam-no ao Colégio dos Nobres, mas como esta instituição educativa estivesse temporariamente encerrada, um seu tio-avô, Fr. Caetano de Nossa Senhora da Porta, optou pelos Agostinianos, frequentados também por filhos da nobreza. Como tantos outros açorianos matriculou-se depois na Universidade de Coimbra concluindo a sua formatura em Matemática, na Faculdade que tinha sido recentemente criada pelo marquês de Pombal. Seguiu então a carreira das armas. Dotado de espírito aventureiro, ainda mais acentuado nos insulares do que na maioria dos Portugueses e impelido pelos conselhos do príncipe D. José, filho primogénito de D. Maria I, herdeiro do trono, prematuramente falecido (1788), com quem manteve contactos frequentes, quando foi destacado para um esquadrão em serviço nas Caldas da Rainha, alistou-se no exército russo. Acompanhava então o príncipe até à praia onde ele tomava banhos do mar. D. José, como no-lo diz, foi «o motor da sua decisão». Bateu-se contra os Turcos, participando no cerco da fortaleza de Ismailia, na Besserábia, sob o comando do príncipe Alexandre Suvarof.

No decorrer desta missão militar recebeu a notícia da morte do príncipe, seu protector. A sua dor foi então «inexplicável»

porque nele tinha fundado todas as suas esperanças. Terminada esta campanha incorporou-se no exército austro-britânico, comandado pelo duque de York, que punha o cerco de Valenciennes, nas coligações contra a Revolução Francesa (1793). Regressando ao nosso País partilhou da sorte dos exércitos portugueses na guerra do Rossilhão e na guerra com a Espanha. Logo no princípio do século passado (1801) exercia o comando do Regimento de Cavalaria 9, com sede em Coimbra.

É, porém, durante a Guerra Peninsular que Pamplona se evidencia em cargos de responsabilidade militar. A sua longa permanência nos campos de batalha da Europa facilitavam-lhe a carreira. Assim, quando Napoleão mandou constituir a Legião Portuguesa (Abril de 1808), o então brigadeiro Pamplona toma nela o lugar de chefe do Estado-Maior, fosse pelas suas qualidades de militar graduado, que convinha afastar de Portugal, fosse pelas suas tendências liberais de adesão ao «partido francês». Pertencia à coorte dos oficiais, depois apodados de «afrancesados», ou «estrangeirados», como o marquês de Alorna e Gomes Freire de Andrade entre outros. Mais tarde, foram estes naturalmente alvo de perseguições e acusados de «crimes de alta traição» quando a estrela napoleónica começou a declinar. Segundo as próprias declarações de Pamplona, de que não temos razões para duvidar, cumpria apenas ordens ao alistar-se na Legião, durante a Regência que então governava em Portugal, na ausência de D. João VI. No entanto, sua Mulher, tinha-o incitado a refugiar-se na Ilha Terceira, nos Açores, onde possuía propriedades vinculadas de morgadio (8).

Se este primeiro contacto com os Franceses, no momento em que ainda não se tinham acirrado os ódios contra a França, não feria as susceptibilidades nacionais, já não se pode julgar do mesmo modo a segunda missão. Então em França, fora integrado com outros oficiais portugueses no Exército de Massena que vinha subjugar Portugal, depois dos insucessos de Junot e de Soult.

---

(8) *Memória justificativa, de Manoel Ignatio Martins Pamplona e sua Mulher D. Isabel de Roxas e Lemos Martins Pamplona*, Lisboa, 1821, pág. 24.

Napoleão mandava-os à Península não como combatentes mas como medianeiros, pois, segundo as suas próprias palavras, nunca armava irmãos contra irmãos (9). Massena tinha como principal objectivo expulsar os Ingleses de Portugal. Se saísse vitorioso, como se esperava, caberia então aos Portugueses a oportunidade da sua intervenção nas negociações e nas proclamações (10). Todavia, com a repulsa e mesmo a virulência popular que desencadeara a invasão dos Franceses, não podiam ser bem olhados os nossos oficiais que com eles confraternizaram.

Pamplona, decerto com a noção desta situação ambígua, embora esperasse a vitória do exército de Massena, procurou ainda prestar um serviço à sua pátria. Foi, porventura, um dos argumentos que mais pesou no seu processo de reabilitação. De facto, quando em Setembro de 1810 os Ingleses abandonaram Coimbra, a cidade ficou condenada ao saque implacável das tropas de Massena. Pamplona dirige-se então ao general-em-chefe e pondera-lhe que a destruição dos estabelecimntos científicos da Universidade de Coimbra, a única que existia em Portugal, seria «a mais fatal para o Reino de todas as fatalidades».

Massena acedeu à súplica do seu companheiro de armas nomeando-o governador civil e pondo à sua disposição uma brigada comandada pelo general Taupin. Pelo menos, a velha Universidade foi um tanto poupada à fúria destruidora. Mas como Junot irrompesse por uma das portas da cidade, desrespeitando as tréguas que tinham sido concedidas por Massena, os soldados entregaram-se a uma feroz pilhagem deixando Coimbra, no curto espaço de duas horas, na mais triste desolação (11). Pamplona manifestara uma prova de gratidão à Universidade que frequentara como aluno e onde ainda leccionavam alguns dos seus antigos mestres.

Numa época em que a francofobia tomou em Portugal os aspectos mais violentos, «tempos difíceis de extraordinária agi-

---

(9) Id. pág. 30.

(10) *Diário do General Manuel Ignacio Martins Pamplona*, Figueira, 1895, pág. 25.

(11) Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, 2.ª época, *Guerra da Península*, t. III, pág. 197.

tação e geral desconfiança», como disse D. João VI (12), nem a Regência, nem a opinião pública perdoaram a atitude de Pamplona. Foram condenados à morte ele e sua Mulher, D. Isabel de Roxas e Lemos Carvalho de Menezes e à confiscação de todos os seus bens (13). Entretanto Pamplona acompanhara a Legião Portuguesa que participou na campanha da Rússia e, finalmente, depois da queda de Napoleão, aderira aos Bourbons. Em França fora nomeado «Maréchal du Camp des Armées du Roi», desempenhando cargos normalmente confiados a oficiais franceses: governador militar dos departamentos de Loire-et-Cher e Côte d'Or, na Borgonha, com sede em Dijon, durante o reinado de Luís XVIII (14).

É neste período de relativa tranquilidade na sua vida militar, enquanto permanece em França, que se ocupa de trabalhos literários, tanto promovendo a publicação de obras ligadas à sua actividade castrense, como editando uma revista de carácter político.

A revolução de 24 de Agosto de 1820 na cidade do Porto, a que ele não dera um apoio entusiástico, muda completamente a sua fortuna, um tanto comprometida, porque se encontrava então na situação de reforma do exército francês. Este movimento era nitidamente de inspiração francófila e anti-britânica. Desta maneira não demorou a reabilitação de Pamplona, logo amnistiado nas primeiras sessões das Cortes Constituintes, para que fora também eleito deputado (15). Não só se passou uma esponja sobre todos os delitos anti-patrióticos do general, mas D. João VI, de quem ele se considerou sempre servidor fiel, nomeou-o para a gerência da pasta da Guerra, ainda que por breve lapso de tempo (24 de Setembro a 15 de Outubro de 1821).

São estes os factos mais salientes da sua carreira militar. Analisaremos agora as acções do estadista nas fases culminantes da revolução liberal e da contra-revolução.

---

(12) *Memória Justificativa*, pág. 64.
(13) Portaria de 6-IX-1810, in *Gazeta de Lisboa*, N.º 215, de 7-IX-1810.
(14) Ver *Cartas* págs. 22 23.
(15) Portaria publicada no *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, n.º 11, de 10-II-1821, pág. 69.

3. O estadista e o político. Depois de breve passagem pelo Ministério da Guerra no Governo Constitucional, em 1821, Pamplona afasta-se das actividades políticas perscrutando uma mudança de instituições e uma reviravolta do extremismo liberal. Recolhe então ao seu «pacífico esconderijo» da quinta de Subserra, nas proximidades de Alhandra, em face da «inquieta desconfiança do expirante partido chamado liberal» (16). Era um político de reserva para a reacção que se estava a processar contra o ímpeto revolucionário dos vintistas.

Provavelmente, embora o tivesse negado posteriormente, passou a ter entendimentos secretos com o Infante D. Miguel, antes da eclosão da Vilafrancada. Narra ele próprio numa das suas cartas que, em certa ocasião e por ironia, D. Miguel lhe repetira «com complacência e de cor todas as cartas e bilhetes» que lhe havia escrito e enumerara os serviços essenciais que lhe havia prestado (17).

Foram estas razões que levaram D. Miguel a chamá-lo em Vila-Franca, conforme consta de um documento manuscrito do seu arquivo (18). Mas já neste momento Pamplona recebera um aviso de D. João VI a fim de se juntar ao Infante «para que tudo isto não acabe em me destronarem» — dizia o monarca (19). Nestas circunstâncias a atitude do general é um tanto dúplice no dissídio entre o Pai e o Filho. Por isso os seus inimigos o acusaram de falsidade e de traição... De facto, a julgarmos pelas suas constantes revelações conservara-se sempre fiel a D. João VI. Impôs então em Vila Franca como condição aderir ao partido da reacção que fosse ele o único interventor «em empresa tão arriscada» e que o próprio rei entrasse triunfalmente em Lisboa, antes do filho regressar também à Capital, o que lhe valeu admoestações severas de D. Miguel (20). Entretanto, entre os dias 27 e 30 de Maio, o Infante retirara para Santarém e os fiéis servidores de

---

(16) Carta a Francisco Maria de Brito, datada de 6-XI-1824, pág. 35 (VIII).
(17) Id. id.
(18) B. N. L. «Reservados», Cx. 149, doc. n.º 145.
(19) Marques Gomes, *Lutas Caseiras*, XLIII-XLIV.
(20) Diário de Subserra B. N. L. «Reservados» Cx. 149 (27-V-1826).

D. João VI, entre os quais Pamplona, acompanharam o rei. Estavam formadas duas facções irreconciliáveis: os partidários do Infante e de D. Carlota Joaquina que pretendiam não só destruir o regime constitucional mas ainda depor o monarca e os que rodeavam D. João VI e lutavam apenas pela reposição dos seus «inauferíveis direitos» e pela promulgação de uma nova ordem jurídico-administrativa para substituir a acção entorpecedora do Soberano Congresso.

Pamplona escutou certamente as confidências de D. Miguel, depois transmitidas por ele a D. João VI, revelando «o trama urdido pelo filho e pela rainha sua esposa» (21). Não esquece em todos os escritos que nos legou o papel relevante desempenhado neste lance tão dramático. Considerava-se o «actor principal do drama político dos tempos de agora».

Tanto D. Miguel como D. Carlota Joaquina nunca lhe perdoariam a pertinaz fidelidade ao monarca. Era bem evidente que ele fora um dos principais intervenientes da salvação de D. João VI na conspiração movida por D. Miguel e seus sequazes. Estava-lhe reservado um destino tão trágico como o que vitimou o marquês de Loulé, em Salvaterra de Magos (28 de Fevereiro de 1824): «os Reais Paços foram manchados com o sangue de um criado e amigo de El-Rei» — escreve Subserra (22).

Meses depois, com a **Abrilada**, novas e sérias ameaças de morte caíram sobre a cabeça do ministro de D. João VI. «Nunca me despedi de S. M. em cada noute — regista ele — com incerteza de ser despedaçado no caminho» (23). Subserra define o movimento de 30 de Abril não como uma revolução, mas como um levantamento pretoriano de soldadesca, enganada pelo seu chefe, o infante D. Miguel. Com o pretexto de servir o rei contra «os pedreiros livres» o príncipe tinha procedido por intrigas de sua mãe que procurava a todo o transe destronar D. João VI. Ainda segundo as suas confissões o ministro teria sido assassinado, se

(21) Luz Soriano, op. cit. t. II, parte 1.ª, págs. 168-169.
(22) Carta a Francisco Maria de Brito, de 4-IV-1825, pág. 41 (XII).
(23) Idem de 29-VII-1824, pág. 33 (VII).

não fugisse e se não lhe valesse a protecção do embaixador de França e seu dilecto amigo, Hyde de Neuville (24).

Considerado revolucionário e liberal pelos absolutistas e realista pelos liberais, Subserra não se pôde manter por longo tempo como ministro de D. João VI, depois da Abrilada. Estava demasiadamente comprometido nas disputas que separaram o Pai e o Filho e parecia demasiadamente afecto ao partido francês quando a Grã-Bretanha retomava a sua influência em Portugal. O novo embaixador da Inglaterra, William A'ccourt, fora encarregado especialmente de o destituir... (25). Todavia, D. João VI, como preito de reconhecimento pelos seus serviços, nomeou-o ministro de Portugal em Madrid, cargo que exerceu quase até à morte do rei.

Em 1826 já o encontramos de novo em França, na sua casa de Pantin, então uma aldeia nos arredores de Paris, recebendo numerosos amigos e personalidades com a afabilidade que era timbre do seu temperamento. Nesse mesmo ano prestava juramento de fidelidade a D. Pedro IV e à Carta Constitucional, na Legação de Portugal, em companhia de outros liberais de nomeada (26).

No ano seguinte o conde e a condessa se Subserra regressaram a Portugal, ainda na regência da infanta D. Isabel Maria (1826-1828). Retirara-se ele de toda a actividde política e vivia tranquilamente na sua quinta das redondezas de Alhandra. Foi aí em Junho de 1828 que o vieram buscar os esbirros de D. Miguel no meio de uma arruaça popular adrede preparada. De nada lhe valeram as cartas de recomendação do rei de França, Carlos X, Bourbon, de que ele se tornara partidário depois do colapso de Napoleão. Subserra, sempre acompanhado de sua Mulher, segue o calvário de todos os prisioneiros políticos miguelistas. Primeiramente é encarcerado no forte da barra do Tejo e finalmente arremessado para as masmorras do forte da Graça, em Elvas.

Entretanto, em Agosto de 1831, a esquadra francesa coman-

(24) B. N. L. «Reservados», Cx. n.º 149, doc.º n.º 142.
(25) Id. id.
(26) Marquês da Fronteira, *Memórias*, II vol. p. 108.

dada pelo almirante barão de Roussin, força o porto de Lisboa a fim de exigir a libertação de compatriotas também perseguidos pela polícia miguelista (27). Nestas circunstâncias, a filha adoptiva de Subserra, D. Maria Vahia, que mantivera relações com personalidades francesas de destaque e viera a consorciar-se, pela segunda vez, com um francês, de la Rue Saint-Léger, marquês de Bemposta-Subserra, escreveu ao varão de Roussin solicitando que ele intercedesse a favor dos pais. Após o acordo firmado pelos dois governos, em condições humilhantes para Portugal, propôs o almirante, num gesto filantrópico, que restituiria os navios aprisionados da frota portuguesa, se fossem libertados os prisioneiros de D. Miguel. Nem assim o governo miguelista se demoveu. Roussin, depois de infrutíferas diligências, respondeu à filha de Subserra «que não conseguira ser útil aos seus infelizes pais». (Carta escrita de bordo do «Suffren» datada de 18-X-1831) (28).

O ressentimento de D. Miguel nunca perdoara a Subserra a sua intervenção nos acontecimentos de Vila Franca e a constante fidelidade que ele manifestara a D. João VI (29). Consideram-no sempre como um dos principais responsáveis pelo malogro da conspiração.

Já quando as hostes liberais se tinham firmado nas linhas do Porto, Subserra foi assassinado no forte de Elvas (16 de Outubro de 1832). O seu corpo jaz sepultado na igreja de Alcáçova. Díscolos miguelistas fizeram estralejar girândolas de foguetes logo que correu a notícia da sua morte... E desta maneira trágica terminou a carreira política do conde de Subserra.

*
* *

Se é difícil esclarecer algumas das atitudes da vida de Subserra conhecemos em pormenor as suas ideias políticas, quer

---

(27) *Louis Miard, L'expédition française du Tage en 1831 et le séjour à Brest de la flotte portugaise captive.*

(28) As cartas foram publicadas no livro de Thomaz Ribeiro, *D. Miguel e a sua Realeza e o empréstimo Outrequin & Jauge*, Lisboa, 1880, págs. 183-189.

(29) Ver neste estudo, pág. 177.

por documentos manuscritos, quer pelos artigos publicados em «O Contemporaneo, politico e literario» (30). Ainda que os últimos não venham assinados são sem dúvida da autoria do redactor principal da revista.

Como podemos depreender das suas reflexões e dos seus comentários, o conde de Subserra era incontestavelmente um liberal, mas um liberal moderado, muito afastado pela sua genealogia e pelo seu temperamento das opiniões extremistas. Tanto assim, que no seu mandato de deputado não logrou que fosse escutado na Assembleia entre as vozes dos seus correligionários muito mais progressistas (31).

Para ele «a legitimidade era um dogma político tão útil à estabilidade dos governos como à tranquilidade dos povos». A civilização, a moral e a legitimidade estavam na base da felicidade das nações europeias (32). De acordo com este princípio manteve em todas as emergências a mais rigorosa fidelidade ao monarca reinante, «o seu amo», como consta de vários documentos. Algumas das suas atitudes, mesmo as que nos parecem menos compreensíveis, explicam-se por esta obediência, logo manifestada no início da sua carreira. Quando foi ministro considerava-se «como depositário da autoridade real» (33). Não nos surpreende, pois, que tivesse defendido na contra-revolução de 1823, os direitos de D. João VI que voltara a exercer «a plenitude do poder soberano».

Admite que a sociedade europeia, na segunda década do século XIX, já se encontrava cansada tanto dos excessos da liberdade revolucionária como do despotismo militar. O objectivo essencial das nações era o de consolidar as instituições... (34).

Desenvolvendo esta ideia, Pamplona, embora militar de carreira, não aceita que «a soldadesca tome em mão o poder». O Exército devia apenas obedecer à autoridade civil e nunca abusar da força que lhe era confiada (35).

---

(30) Paris, 1820.
(31) Carta de 18-II-1823, pág. 26 (III).
(32) *Guerre de la Péninsule, sous son véritable point de vue*, Bruxelles, 1819, pág. XLVII.
(33) *Diário de Subserra*, doc. n.º 120.
(34) *O Contemporaneo*, Prospecto, p. I.
(35) Id. vol. I, pág. 207.

Ainda no contexto das suas doutrinas Subserra, sempre um aristocrata, não consentia a soberania do povo como preceito constitucional. Rejeitava as teorias do pacto social expressas por Rousseau. As constituições deviam limitar-se a assinalar a distribuição dos poderes. Só a protecção de um poder forte podia unir os cidadãos dispersos. Uma monarquia, como a que fora estabelecida pela constituição de Cádis, não poderia resistir aos ataques de uma câmara apenas constituída por democratas (36).

Na linha destas tendências elitistas e, ao contrário dos jacobinos que tinham oposto o conceito de «cidadão» ao de «nobre», desejava que as classes privilegiadas tivessem um lugar na sociedade. Para ele os privilégios constituíam uma espécie de propriedade, essa propriedade sempre respeitada pelo ideário da Revolução. Os privilegiados, os aristocratas eram também na sua concepção membros do povo e, portanto, deviam gozar das garantias comuns a todos os indivíduos. Contudo estas garantias redobravam as suas obrigações para com a sociedade (37).

Se bem que liberal conservador, Subserra enfileirava entre os contraditores das ordens religiosas, decerto em obediência à sua filiação maçónica. Em França como em Portugal havia sobejas razões para não admitir os Jesuítas (38). No entanto, como a grande maioria dos seus correligionários, desejava que as crenças religiosas subsistissem nas nações. «Um povo que abandona a sua crença religiosa tem de temer não só uma revolução mas uma completa dissolução» (39). De resto, as sociedades secretas merecem o aplauso do «Contemporâneo», pois tinham uma origem das mais nobres e louváveis (40).

Apesar da sua íntima colaboração com os exércitos napoleónicos que tinham pretendido retalhar o nosso território, a favor da Espanha, Subserra declara-se abertamente contra os planos de absorção castelhana. Reafirma que «nada vem de bom

(36) Id. id. págs. 351-371.
(37) *O Contemporaneo*, tomo I, págs. 307-308.
(38) Id. tomo I, pág. 307.
(39) Id. id. pág. 202.
(40) Id. id. pág. 41.

para o Reino com o vento de Castela e, com efeito, não se pode abrir uma só página da nossa história em que esta verdade não seja confirmada» (41). Factos bem recentes demonstravam o menosprezo da Espanha pelos nossos interesses fundamentais: a campanha do Rossilhão em que fomos excluídos do tratado de paz; «a guerra das laranjas» em 1801 de que resultou a perda de Olivença e do seu termo; a aliança da Espanha com a França na primeira fase da guerra peninsular.

Subserra teve a plena consciência, na fase em que geriu a pasta de Assistente do Despacho, da crise das relações de Portugal com o Brasil. Interveio directa a activamente na política brasileira, se bem que não conseguisse levar a cabo as soluções propostas. Conjecturou-se mesmo, embora sem razão, que a sua demissão do Ministério se relacionara com o fracasso das negociações.

Na sua perspectiva a preponderância e a grandeza da Monarquia Portuguesa residiam no acordo de todas as suas partes espalhadas pelo mundo. Ora, nos princípios de 1824 já se não podia deter «o espírito vertiginoso» — são as suas palavras — de que se tinham apoderado os Brasileiros. Consumara-se a independência (1822) preparada pelos clubes maçónicos portugueses desde 1800. Procurava-se então estabelecer uma plataforma de entendimento com a nossa antiga colónia, de modo a não lesar os interesses espirituais e económicos dos Portugueses residentes no Brasil. Segundo Subserra, os Brasileiros encontravam-se «em verdadeira sublevação e rebeldia em relação à Coroa de Portugal» facto de que se podia culpar a política seguida pelos vintistas. Ora os Brasileiros exigiam como condição preliminar do restabelecimento da paz com Portugal o reconhecimento da sua independência. Subserra ainda preconizava como solução extrema um ataque em força dirigido ou contra o Governo Central no Rio de Janeiro, ou contra as províncias do Norte do Brasil (42).

Quer como doutrinário, quer como estadista, um dos pontos do programa político do conde de Subserra era o de instituir

(41) Id. id. pág. 205.

(42) Mns. *Relatório do Ministro de Estado*, B. N. L. Cx.ª 149, Doc. n.º 106.

uma câmara consultiva, ou melhor restabelecer as antigas Cortes, mas adaptando-as ao modelo das constituições europeias. O funcionamento das Cortes impunha-se tanto aos partidários do liberalismo como ainda — o que é mais estranho — aos prosélitos do regime absoluto. Uns e outros concordavam na necessidade de uma assembleia que moderasse o poder real e representasse as aspirações colectivas. A divergência fundamental residia na composição da assembleia e das funções que devia desempenhar na ordem jurídico-social. Era, porém, evidente que depois da experiência malograda do Soberano Congresso, do excesso das atribuições que lhe foram conferidas, da sua incapacidade manifestada na resolução dos grandes problemas nacionais, mau grado a presença de homens eminentes, se pretendesse dotar o País de uma constituição em que se conciliasse a tradição das antigas cortes portuguesas com a inovação das assembleias nacionais criadas pela Revolução Francesa.

Esta promessa já estava contida no manifesto de Vila Franca (2-VI-1823) assinado por D. João VI: «em pouco vereis as bases de um novo código» escrevia o rei e Palmela acrescentava: «afastando-se prudentemente dos dois extremos, do poder absoluto e da monarquia revolucionária» (43).

Porém, no ano seguinte, apenas se anunciava a convocação das Cortes. Hyde de Neuville, embaixador de França e amigo íntimo de Subserra, dirigia-lhe duas epístolas em que expunha longamente o seu parecer sobre a promessa de D. João VI. A palavra «carta», que o monarca empregara no manifesto, causara perturbação em muitos governos europeus. Uma constituição redigida à maneira inglesa ou francesa não convinha à mentalidade e aos costumes portugueses — aduzia o embaixador. Não havia vantagem em convocar imediatamente as Cortes. O ponto capital das medidas governamentais seria o de cuidar da segurança do príncipe. Hyde de Neuville já parecia antever os acontecimentos de 30 de Abril, a **Abrilada**. Propunha então que em lugar das

(43) Circular do marquês de Palmela aos ministros de Portugal no Estrangeiro, in Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, vol. 3.º, 1.ª época, pág. 498.

Cortes, ao modo tradicional, se reunissem cortes extraordinárias, ou melhor um conselho de Estado, um conselho real e, ao mesmo tempo, nacional, cujo centro seria a administração e o monarca nele desempenhasse o poder moderador (44).

Em carta seguinte o embaixador precisava que o rei devia nomear os representantes do clero e da nobreza da Assembleia. Caberia aos municípios a eleição dos membros do Terceiro Estado. Tratava-se, portanto, de uma reunião das Cortes, segundo o antigo critério selectivo, embora o correspondente admitisse que o processo oferecia dificuldades em face da «lei do tempo que é a necessidade» (45).

Palmela, a quem Subserra enviou a primeira carta, concordava com os pontos de vista expostos por Hyde de Neuville: «Restituo a carta — escrevia ele — do embaixador de França; parece-me que contem algumas ideias mui acertadas, não posso negar que coincido em parte com elas.» (46)

Segundo o marquês de Palmela, o projecto da Constituição não era mais que o cumprimento de uma promessa real. E define claramente os objectivos que se tinham em vista: consolidar as antigas e veneráveis instituições da Monarquia, desvanecendo as suspeitas dos que julgavam ameaçada a autoridade real mas evitando que os revolucionários, isto é, os liberais, provocassem distúrbios. A Constituição apresentava-se neste momento (1824) no espírito dos dois ministros responsáveis do Governo, Subserra e Palmela, como um compromisso político entre as duas facções que se degladiavam (47).

Neste sentido e em obediência a estes princípios tinha sido

---

(44) Mns. Carta de Hyde de Neuville ao conde de Subserra. B. N. L. «Reservados», Cx. 228, doc. n.º 405. A carta é datada de Lisboa, 10 de Abril, 1834.

(45) Mns. *Cartas do Embaixador de França para o conde de Subserra.* B. N. L. «Reservados», Cx. 149, docs. 259 e 279. Carta de 30-V-1824.

(46) Mns. *Cartas dirigidas ao conde de Subserra por D. Pedro de Sousa Holstein, 1.º conde, 1.º marquês, 1.º duque de Palmela,* B. N. L. «Reservados», Cx. 149, Docs. 201 a 258. Carta datada de 14 de Abril de 1824.

(47) *Despachos e Correspondência do Duque de Palmela, colligidos e publicados* por J. J. Reis de Vasconcellos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851, in «Memorandum» de 2-X-1824, 1.º vol. págs. 470-471.

promulgado um decreto (18-VI-1823) em que se tinha nomeado uma comissão presidida pelo marqquês de Palmela «com o fim de preparar um projecto de lei fundamental do Estado ([48]).

No entanto, o projecto da Constituição ficou letra morta porque as nações participantes da Santa Aliança não consentiram na sua publicação ([49]). O próprio Subserra, mais tarde, lançava no seu «Diário» esta apóstrofe aos diplomatas que nela intervieram:

«Vocês não quiseram as Cortes de Lamego (As Cortes de Lamego eram o modelo suposto das cortes tradicionais), gritaram e impediram que o Senhor D. João VI as convocasse, apesar de eu lhes ter demonstrado que estas cortes nasceram com a Monarquia e que não eram nenhuma invenção...» ([50]).

Teria sido este esboço de constituição, já redigido por longa data por Palmela, uma das principais fontes da Carta Constitucional de D. Pedro enviada do Brasil para Portugal em 1826 ([51]).

No plano propriamente político, se Pamplona se manifesta sempre como um liberal conservador, quer na observância do princípio da legitimidade monárquica, quer na necessidade da consolidação das instituições representativas, é, porém, com alvoroço que recebe em Paris a notícia da Revolução de 1820. O último número de «O Contemporaneo» ainda se refere a este acontecimento. Na opinião dos redactores da revista, Portugal, parte integrante da Europa, não podia ficar excluído da implantação dos regimes liberais que já vigoravam na maior parte das nações do velho Continente. Sublinha-se então que «claramente indicávamos a tendência dos povos europeus em adoptar o sistema representativo ([52]). Era um movimento irreversível a que o nosso País tinha de aderir. Desta maneira, tanto Pamplona como Caldas Xavier, redactores de «O Contemporaneo», exilados políticos e

(48) Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, vol. XII, pág. 196.
(49) Marques Gomes, *Lutas Caseiras*, pág. LXIV.
(50) Mns. Diário de Subserra datado de Auteuil, 24-VI-1826, B. N. L. «Reservados», Cx. 149, Doc. n.º 127.
(51) António Ribeiro Saraiva, *Traduction d'une Lettre d'un individu à son ami sur les affaires actuelles du Portugal, publiée par un ami de la légitimité et de la justice*, Paris, Delaforest, 1828, págs. VII-VIII.
(52) «O Contemporaneo, politico e literario», t. III, págs. 89-108.

condenados à pena última, estavam preparados para regressar a Portugal, como realmente aconteceu. Mas tivemos ocasião de observar que havia uma diferença notória entre os escritos do doutrinário e as directrizes políticas do estadista, ministro de D. João VI.

4. O Homem de Letras. Não se pode afirmar que o conde de Subserra fosse intencionalmente um escritor com o propósito de nos legar uma obra literária. Os seus livros e opúsculos são o resultado de circunstâncias acidentais da sua vida de soldado e de político. Contudo era um intelectual, com cultura aprofundada, dotado de um estilo claro, directo, incisivo, se bem que por vezes maculado de galicismos. Uma parte dos seus escritos ainda se conserva inédita.

Pela sua carreira militar, pela sua vivência europeia e pelas longas estadias em França, Subserra também acusado pelos seus inimigos de ser um agente da França, é certamente um **afrancesado**, um espírito vivamente impregnado de cultura francesa. É mesmo durante a sua permanência em Paris que são publicados os seus livros sobre as campanhas napoleónicas.

Em certo momento, o general Pamplona indignou-se com os erros e as omissões sobre a acção do Exército Português nas campanhas peninsulares. Decidiu-se a escrever em francês um relato da guerra desde o seu início, em 1807, até ao seu termo, em 1811 (53). Ao mesmo tempo, o autor procura justificar-se da sua intervenção na Península combatendo ao lado dos Franceses. Segundo Pamplona, Junot, que chefiou a primeira expedição, tinha como intenção ao invadir o território nacional libertar Portugal do jugo dos Ingleses. Como sabemos, os Franceses não foram acolhidos por inimigos. O próprio D. João VI aconselhava os seus súbditos em abrir-lhes as portas. Como escreveu Pamplona «o exército francês foi recebido com a boa fé de uma nação leal e submetida às ordens do seu soberano» (54). E esboçava os ele-

(53) *Aperçu nouveau sur les campagnes des Français au Portugal en 1807, 1808, 1809, 1810 et 1811,* A Paris, Chez Delaunay, Libraire, Palais Royal, 1818 (A obra apareceu sem indicação do autor).

(54) Op. cit. pág. 22.

mentos de uma defesa que seria reafirmada mais tarde: Napoleão manifestara o cruel pensamento de incluir nos estados-maiores do seu exército os oficiais portugueses mais distintos que então se encontravam em França, apesar da sua repugnância e dos seus protestos. Para alguns deles tinha sido um doloroso sacrifício (55). Pamplona não se esquece, porém, de prestar homenagem à bravura das tropas francesas, ainda que os maiores louvores se dirijam aos soldados portugueses. Era uma resposta a afirmações caluniosas que consideravam estes como os árabes da Europa.

A obra revestia-se de uma intenção polémica. Aparecia como resposta a uma série de relatos depreciativos do exército português. Com a mesma intenção traduziu Subserra em francês um outro livro publicado em língua italiana, em Florença, no ano de 1816 e atribuído à pena de D. Domingos António de Sousa Coutinho, marquês do Funchal (56). No extenso prefácio, que o antecede, o tradutor expõe num francês expressivo e elegante os objectivos que tinha em vista: não somente procurava relatar com objectividade uma das campanhas mais notáveis do regime imperial, mas ainda contribuir com elementos informativos para a história desta época tão conturbada (57). Tem a noção que a contemporaneidade dos acontecimentos e as paixões políticas, que então se desencadeavam, prejudicavam a imparcialidade só conseguida com os frutos do tempo.

Era bem evidente — frisava com toda a razão o prefaciador — que tanto os escritores franceses como os escritores espanhóis pretendiam apenas pôr em destaque e exaltar os feitos dos seus respectivos exércitos. Tratava-se, portanto, de histórias parciais e escritas com propósito panegírico.

No seu íntimo Subserra pretendia sempre justificar a sua interferência ao lado das hostes francesas nas campanhas de Portugal. Era a mola psicológica que o impelia a demonstrar

---

(55) Id. pág. 38.

(56) Op. c t. *La Guerre de la Péninsule sous son véritable point de vue, une lettre à M. l'Abbé F. ...sur l'histoire de la dernière guerre.* Traduit de l'original italien, Imprimé à 1816 à Bruxelles. Chez Weissenbruck, 1819. Há também uma edição portuguesa.

(57) Avant-propos, págs. V-VII.

neste momento que a vitória sobre os Franceses fora devida à coragem, à organização militar e ao patriotismo dos nossos soldados em cooperação com os comandos britânicos.

O general Pamplona também nos legou um «Diário» com episódios da terceira invasão dos Franceses em Portugal (58). É um documento de carácter nitidamente castrense, uma verdadeira folha de marcha. Revela-nos o autor que Massena lhe pedira um itinerário para a sua entrada em Portugal. Não podemos, porém, ajuizar de todo o desenvolvimento da campanha porque se trata do fragmento de uma narrativa que se perdeu.

Aquelas duas primeiras obras foram apreciadas e louvadas por despacho de D. João VI, quando o rei ainda se encontrava no Brasil (59). E, como nos elucida Pamplona, foi desde então que se começou a escrever em França «o exército anglo-português» em lugar do «exército inglês» nas campanhas napoleónicas (60).

Mas o escritor sentia-se mais à vontade como expositor de ideias na revista já acima citada «O Contemporaneo, Politico e Litterario», editado em Paris, em fascículos e na língua portuguesa (61). É uma das muitas publicações que os emigrados em França destinavam aos leitores portugueses, então sujeitos à censura rigorosa, antes da revolução de 1820. No «prospecto», com que inicia a revista, expõe claramente os seus objectivos. Era em nome da «interdependência das nações europeias» e em Paris, centro da Europa pensante, que ele procurava dar a conhecer aos nossos compatriotas os sucessos do tempo. A publicação tinha um carácter nitidamente político. As ciências e as artes já se encontravam representadas na revista com o mesmo nome a que nos referimos em outro estudo (62).

---

(58) *Episódios da Terceira Invasão. Diário do general Manuel Ignacio Martins Pamplona.* Figueira. 1896, pág. 9.

(59) Correspondência, Carta de Francisco Maria de Brito, datada de 8-VIII-1819.

(60) *Memória Justificativa*, pág. 61.

(61) Ver págs. 178 e 179 neste estudo.

(62) Avila de Azevedo, *Um capítulo das relações culturais entre a França e Portugal* (1815-1822).

O periódico tinha como redactores não só Pamplona mas ainda Cândido José Xavier (1769-1833) e José da Fonseca (1788--1866). Xavier pertencera, como o seu companheiro de lides literárias, à Legião Portuguesa e foi igualmente condenado à morte e anistiado. Neste momento residia em Paris onde também cooperou activamente na publicação dos «Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras». Mais tarde, teria um papel dominante na restauração liberal, como secretário particular e ministro de D. Pedro IV. José da Fonseca é um publicista menos conhecido. Também se viu obrigado a exilar-se de Portugal. Dedicou-se então em França ao ensino e à lexicografia, editando dicionários que foram durante muito tempo manuseados pelos escolares portugueses. Mais tarde, converteu-se ao absolutismo, pois dedicou um poema ao Senhor D. Miguel, em três cantos (63).

Não era apenas a ideologia propriamente política de que se ocupava «O Contemporaneo». Nas suas crónicas tinha em vista esclarecer os seus assinantes do panorama dos acontecimentos que se iam desenrolando na Europa. E, como era de prever, a situação em França merecia-lhe a maior atenção, com o fim de atenuar os preconceitos e os prejuízos que então dominavam no nosso País contra os Franceses depois da Conferência de Viena (1815) e num período em que os Ingleses se tinham quase assenhoreado de Portugal (64).

Com o triunfo da revolução do Porto de 24 de Agosto de 1820 «O Contemporaneo» suspendeu a sua publicação.

Todavia, como já acima notámos (65), Pamplona não se quis limitar a receber o perdão do Soberano Congresso: com a publicação da «Memoria Justificativa» apresentou as provas que não tinha cometido o crime de traição de que era acusado (66). Tinha ele obedecido apenas a ordens superiores ao alistar-se na Legião Portuguesa, ordens imperiosas a que se não conseguira

---

(63) *A Pintura*, Na Officina de Degnoux, Paris, 1829.
(64) *O Contemporaneo*, t. I.
(65) Pág. 172 neste estudo.
(66) Op. cit. *Memoria justificativa de Manoel Ignacio Martins Pamplona e sua Mulher D. Isabel de Roxas e Lemos Martins Pamplona*, Lisboa: Na Imprensa Nacional, Anno de 1821.

furtar como acontecera com outros oficiais portugueses. Eram estes os pontos cardiais da sua defesa. E alega então todos os outros serviços prestados ao País: a salvação da Universidade de Coimbra de um saque eminente pelas tropas francesas; a publicação de obras em que defendia a intervenção e a honra militar das armas portuguesas nas campanhas peninsulares «que pulverizava as jactâncias e as asserções de alguns escritos espanhóis» (67).

O dia 24 de Agosto era exaltado como uma data da regeneração da Pátria como não havia memória na nossa história... (68). O autor não quis deixar de prestar o mais caloroso elogio à «ilustre França, Pátria das Ciências e das Artes e centro da civilização europeia» e encarecer a hospitalidade com que foram distinguidos todos os Portugueses exilados.

«Nossa gratidão é a recompensa que podemos tributar-te, assim como é a única que tu ambicionas: esta, sem faltarmos ao nosso primeiro dever com a pátria em que nascemos, será tão durável como a nossa existência» (69).

O clima que reinava em Portugal mudara completamente: a revolução de 1820 era anti-britânica e pelas suas ideias, pela sua influência política, pelas suas afinidades latinas a França voltava a ocupar o lugar de que tinha sido destituída depois da Guerra Peninsular.

20/Setembro/975

(67) Op. cit. pág. 61.
(68) Id. pág. 62.
(69) Id. pág. 71.

AS CARTAS

As Cartas dirigidas pelo Conde de Subserra, ao então ministro de Portugal, em Paris, Francisco José Maria de Brito (com excepção de uma) foram transcritas para melhor inteligência do leitor na ortografia oficial. As abreviaturas, tantas vezes usadas, no estilo epistolográfico da época, reproduziram-se normalmente por extenso, tendo sido apenas conservadas as que não ofereciam dúvidas de interpretação. Respeitou-se, porém, a pontuação utilizada pelo autor.

Para quem desejar conhecer o texto na sua forma original, insere-se em apêndice uma das cartas mais expressivas. Trata-se somente de uma pequena parte da obra manuscrita do Conde de Subserra. Pretendemos, em outra oportunidade, publicar documentos, que também reputamos inéditos, do legado do Conde de Subserra.

Antes de empreendermos a revelação das Cartas procurámos toda a bibliografia existente sobre a vida e sobre a obra do epistológrafo. Salvo alguma referência que nos tivesse escapado, temos a convicção que os manuscritos de Subserra ainda se encontram inéditos.

CARTA I

Ill.mo Ex.mo Snr.

A inesperada mudança acontecida na minha situação em França me poem (sic) na necessidade de rogar a V. Ex.ª queira ter a bondade de fixar a atenção sobre ela.

Essa mudança consiste na reforma (retraite) que se me anunciou verbalmente dever começar no 1º de Outubro, o que me foi confirmado por Aviso do Director do Ministério da guerra, em nome do Ministro, em data de 20 de Novembro passado que copeiro (sic) no número dos documentos inclusos.

Qualifico esta mudança de inesperada, porque não devia acontecer, nem pelas disposições das Ordenanças d'El-Rei, nem pelo género e qualidade dos meus serv.ços.

Uma simples inspecção das datas dos documentos, que copeio nos n.os 1, 2 e 4 mostrarão a V. Ex.ª que as disposições das Ordenanças do 1º de Agosto de 1815 e de 20 de Maio deste ano, tanto me não compreendem, que depois da promulgação da primeira, que é do 1º de Agosto de 1815, fui eu em data de 8 do mesmo mês de Agosto, empregado como comandante do Departamento de Loire e Cher pelo mesmo Ministro da guerra, o Marechal de Gouvion St. Cyr (1), autor da Ordenança, e pelos meus bons serviços, passado pelo seu sucessor, o Duque de Feltre (2), ao comando mais importante do Departamento de La Côte-d'Or em 10 de Fevereiro de 1816. Quanto à Ordenança de 20 de Maio deste ano, tão pouco sou nela compreendido, que o Intendente Militar M. de Joinville, encarregado de classificar os oficiais generais, que deviam continuar em actividade de serviço ou serem reformados, depois de ter examinado os meus títulos, me pôs no primeiro de Julho desse ano, na classe dos que deviam continuar na actividade de serviço, como se prova pelo documento n.º 4.

O género e qualidade dos meus serviços tão pouco me podiam fazer recear uma semelhante decisão, porquanto tendo lealmente sido do pequeno número dos que seguiram El-Rei a Gand no 20 de Março de 1819, fui por isso empregado, logo à sua volta, no comando do Departamento de Loire e Cher, e pelo bem que me conduzi neste comando mandado para um dos mais difíceis e importantes Departamentos de França, o de la Cote d'Or, aonde me conservei por espaço de quinze meses, e donde só saí em Maio de 1817, porque com vistas de economia o governo suprimiu todos os Departamentos, isto é, o comando neles, aonde residem comandantes das Divisões; porém com pesar do Ministro da guerra Duque de Feltre, que assim o expressa no seu Aviso, que vai copiado no número 3, no qual V. Ex.ª verá que ele assevera os meus bons serviços.

---

(1) *Marechal de França (1764-1830). Ministro da Guerra em 1815, 1817-1818.*

(2) *Marechal da França (1765-1818). Ministro da Guerra, 1815-1816.*

Depois desta época não busquei ser empregado, porque os soldados não sendo suficientes para representar decentemente, como convém a postos maiores, podia viver mais facilmente, como particular, sem contudo negar-me a aceitar qualquer comissão que me fosse proposta: porém de facto não tendo sido empregado, não podia no retiro incorrer em desagrado justo do Ministério, desde o 1º de Julho de 1817, que deixei Dijon e o comando de la Côte d'Or até o presente.

Contudo alguma causa deve haver para se praticar comigo esta injustiça; e realmente existem duas, que são apenas críveis.

A primeira causa, pela qual parece que desagrado ao Ministério actual, é-me comum com alguns outros bons e leais servidores d'El-Rei Cristianíssimo, e é tão estranha e mesmo tão incrível, que somente se pode dizer a V. Ex.ª ou a pessoas, que observam mesmo em Paris o que se passa e que vêem com pasmo a tendência actual dos negócios, e vem a ser que o que me causa agora dano é possivelmente a minha lealdade quando Bonaparte desembarcou em Provença em Março de 1815, ninguém ignora que quase todos os generais e oficiais, falseando os seus juramentos de fidelidade a El-Rei, foram ou buscar o usurpador ou o serviram até serem destroçados pelos aliados; somente um pequeno número foi fiel ao Rei legítimo, uns o seguiram como eu, a Gand, outros se reuniram a S. A. R. o Duque de Angoulême nas Províncias do Sul, outros armaram-se na Vendée. À volta d'El-Rei à sua capital S. Magestade perdoou aos que o tinham atraiçoado, mas como estes eram em grande número, pouco a pouco foram mostrando mais atrevimento, e as causas chegaram a ponto, que quase se persuadiu que fora crime seguir El-Rei, pois este Soberano promulgou uma Ordenança de amnistia para os que o tinham então seguido em país estrangeiro, e que sucessivamente se tem tirado os empregos aos Realistas em todas as repartições, para os dar aos que serviram o usurpador durante os Cem dias, e é tal a tendência deste incrível sistema, que não só são desprezados os que foram fiéis, mas tratados de exagerados, de maneira que os mesmos bons e leais serviços, que fiz nos Comandos, de que fui encarregado, são motivos, que me tornam repreensível para com o actual Ministério de França: agora é preciso ter ido a Waterloo contra El-Rei para ser bem visto: tudo isto é certamente incrível; mas é facto, que se repete a cada minuto, como V. Ex.ª vê e observa.

A segunda causa é a publicação da obra intitulada — *Aperçu nouveau des campagnes des françois en Portugal* (3) — obra com que em desagravo d'El-Rei Nosso Senhor, do seu governo e da sua corte, do Exército e da Nação Portuguesa, indignamente caluniados pelo general Thebaut e outros escritores, e que fiz imprimir com aprovação do Ilmo e Exmo Sr. Conde de Palmela e pelo cuidado do Sr. Francisco José Maria de Brito, que me animou a compô-la e que a fez imprimir. Esta obra, escrita de memória e na privação das minhas notas, que tinha perdido, está longe de ter a perfeição, que pedia tal matéria, mas assim mesmo mereceu a aprovação do Duque de Wellington, como V. Ex.ª verá pelo extracto da carta de S. Ex.ª n.º 6, assim como dos generais Muffling (4) e conde de Romanzow, ambos bem conhecidos, e de outros muitos. Eu tinha pedido e tinha-se-me prometido segredo sobre ser o autor, por não poder duvidar que apesar da sua veracidade e moderação os oficiais do Exército Francês, cuja vaidade não quere convir em terem jamais sido vencidos por outras nações, mesmo depois de

---

(3) *Ver neste estudo, pág. 185.*

(4) *Barão de Muffling, general e estadista alemão (1775-1851).*

estas terem tomado duas vezes Paris, me tomariam em ódio e me perseguiriam por eu dizer a verdade, que eles querem escurecer. Não se guardou o segredo, e apenas se soube que eu era o autor, mil clamores se levantaram contra mim e em uma obra periód.ca intitulada — *Annales des faits et des sciences militaires* — o autor do Apperçu Nouveau foi tratado de libelista para fingindo o autor do artigo, que se não capacitava, que eu tivesse escrito a tal obra e persuadindo-me a negá-la. Não parou aqui o ódio: o mesmo general Thiébaut (5) cujas falsidades eu tinha feito ver, buscou vingar-se por outro modo. Este general, que fora um dos que se mostrou mais apaixonado partidista de Bonaparte durante os cem dias da usurpação de 1815, e por isso escolhido para comandar os Jacobinos federados de Paris, é agora, com pasmo geral dos homens de bem, muito influente e empregado no Ministério da guerra do mesmo Rei, que tinha jurado nunca mais reconhecer, e foi-lhe fácil fazer-me reformar, porque já como Realista não estava bem visto.

Esta reforma reduz-me à miséria, reduzindo o meu soldo de dez mil francos por ano, que devia ter em actividade desde o 1º de Janeiro de 1819, a pouco mais de três mil; e como esta infelicidade me provem do serviço que fiz a Portugal pela publicação da minha obra, a qual mereceu a aprovação d'El-Rei Nosso Senhor, eu confio na justiça de V. Ex.ª que me não deixará perecer de fome, e que servindo-se levar à Real Presença este exposto, reclamará em meu favor a sua Indefectível Magnanimidade que não permitirá que eu padeça pelo próprio facto do serviço, que fiz a sua Magestade.

Seja-me lícito ponderar igualmente a V. Ex.ª nesta desgraçada circunstância, quanto eu julgo ser um objecto digno de compaixão de um soberano justo e magnânimo na situação, a que sucessos independentes da minha vontade, me tem reduzido, e da qual tenho toda a esperança de sair, se Sua Magestade, que Deus guarde, por um efeito da sua incomparável Bondade se Dignar conceder-me a Revista de Graça para minha Justificação, que tantas vezes tenho humildemente suplicado ao Trono. A minha sorte é mais desgraçada que a de nenhum outro dos meus companheiros de infortúnio, pois ela também compreende minha mulher, D. Isabel de Lemos e Roxas a qual por uma fatalidade incompreensível, se acha condenada, sem que na sentença se articule contra ela nada, que as leis qualifiquem de crime, pois os motivos são, segundo a sentença, o andar contente nos Exércitos franceses e chamarem-lhe os soldados Rainha Pamplona: tudo isso é falso e facilmente se provaria, mas quando fosse verdade, andar contente não tem crime de morte e de confiscação de bens, e por outra parte não pode ser punida pelo que diziam os soldados.

Se V. Ex.ª convencido da verdade deste exposto se dignar fazer chegar estas e outras considerações à Real Presença, ficarei com toda a bem fundada esperança dos efeitos da Piedade Real em meu favor e de minha infeliz mulher, principalmente em um momento, em que o Real ânimo d'El-Rei Nosso Senhor se acha inclinado à comiseração, como o vem de experimentar um dos nossos companheiros de desgraça.

Deus Guarde a V. Ex.ª muitos anos como lhe deseja e há mister quem é

---

(5) *Thiébaut, general do Exército Francês (1769-1846).*

de Vossa Excelência

O mais reverente e fiel servo

Manuel Ignacio M. Pamplona Corte Real

Pantin près de Paris 1° de
Dezembro 1818

Ill.mo e Ex.mo Snr.
Marquês Estribeiro-Mor

N.° 1

Lettres de Service

Louis, par la grace de Dieu, Roi de France et de Navarre, Ayant à désigner un officier-général pour être employé en cette qualité au commandement du Département de Loir et Cher, 22 e. Division Militaire, a fait choix de Mr. le Maréchal de Camp Pamplona. Il est en conséquence ordonné aux officiers-généraux, aux officiers d'État-Major, à ceux de l'Artillerie et du Génie, aux Inspecteurs aux Revues, aux commissaires ordonnateurs et ordinaires des guerres, aux comandans des corps et à tous autres qu'il appartiendra, de le reconnoitre et faire reconnoitre en la dite qualité par ceux étant à leurs ordres. Fait à Paris le 8 août 1815.
Le Ministre Secretaire d'État de la guerre — Signé: Gouvion St. Cyr.

N.° 2

Lettres de Service

Louis, par la grace de Dieu, Roi de France et de Navarre, Ayant à désigner un Maréchal de Camp pour être employé en cette qualité au commandement du Département de la Côte d'Or, a fait choix de Mr. de Pamplona Maréchal de Camp. Il est en conséquence ordonné aux officiers généraux, à ceux de l'Artillerie et du Génie, aux Inspecteurs aux revues, aux comissaires ordonnateurs et ordinaires des guerres, aux commandans des corps et à tous autres, qu'il appartiendra de le reconnoitre et faire reconnoitre en la dite qualité par ceux étant à leurs ordres. Fait à Paris le 10 fevrier 1816. Le Ministre Secretaire d'État de la guerre— Signé — Duc de Feltre.

N.° 3

Paris le 19 Mai 1817

Monsieur, Une Ordonnance du 7 Mars 1817 a supprimé les commandans des Departemens chefs-lieux des Divisions Militaires.

Pour assurer l'execution de cette ordonnance, je me vois à regret dans la nécessité de vous prevenir que vous devez remetre votre commandement à Ml le Lieutenant-Géneral Baron Jan de la Hamelinaye, que est informé de cette disposition et rentrer dans vos foyers.

Vous voudrez bien me faire connaitre (Bureau de la Solde) le lieu, où vous proposez de vous retirer à fin que je donne les ordres pour vous y faire payer votre traitement de non-activité.

Je connois vos bons services et vous pouvez compter que je saisirai la première occasion, que s'offrirai de vous employer.

J'ai l'honneur d'être avec un parfait attachement, Monsieur votre très humble et obéissant serviteur — Signé — le Maréchal Duc de Feltre — à Mr. le Maréchal de Camp Pamplona, commandt le Departement de la Côte d'or.

N.° 4

Demi-solde de cinq mile francs, par an, du grade de Maréchal de Camp, maientenu à titre de traitement de non-activité, en execution des articles 10 et 11 de l'Ordonnance du 20 Mai 1818, payable, par mois, à compter du premier Juilet courant. Paris le 1.er Juillet 1818 — L'Intendant Militaire de la première Division — Signé — Baron Joinville.

N.° 5

Monsieur. Votre déclaration faisant coonoitre que vos services militaires remontent au 8 août 1784 (sans interruption). Vous êtes admis à la solde de retraite par l'article 1.er de l'Ordonnance du 1.er août 1815 et en execution de celle du 20 Mai dernier.

J'ai l'honneur de vous prévenir que pour obtenir la liquidation définitive de votre solde de retraite, vous devez procurer auprès des Puissances Etrangères, par lesquelles vous avez été employé, les pièces que constatant vos services jusqu'au 1.er août, date de votre admission dans les armés françoises.

J'ai l'honneur d'être, Monsieur, avec une consideration distinguées, votre très humble et très obéissant serviteur — Pour le Ministre, le Directeur — Signé — Comte Gentit St. Alphonse — à Mr. le Maréchal de Camp Pamplona.

N.° 6

Extrait de la Lettre de Son Excellence le Duc de Wellington au général Pamplona

Paris, le 21 août 1818

Monsieur le général, J'ai eu l'honneur de recevoir votre lettre de 10 Juillet et je regrette que mes occupations m'ont empêché d'en acuser la reception jusqu'à présent.

J'ai lu votre ouvrage avec attention et avec le plus grand plaisir, puisque j'y ai trouvé le meilleur recit des evenements dont il traite et toute la vérité, que votre position vous mettoit dans le cas d'acquerir: Si elle n'est pas complette, c'est que vous ne pouviez pas la connoitre, car je me plais à croire que vous avez écrit dans l'intention de rendre justice à votre pays et à ses efforts, auquel, il y a lontems que je connois que vous êtes veritablement attaché. Vous pouvez être persuadé, que, quand j'aurai l'occasion, je ne

manquerai pas de faire connoitre cette opinion à Sa Majesté. J'ai l'honneur d'être Monsieur le Géneral votre très obéissant serviteur — Signé: Wellington Duc da Vittoria — à Monsieur le Géneral Pamplona.

CARTA II

Lisboa, dez de Janeiro de 1822

Meu antigo amigo e condiscípulo. Se o 2º navio pelo qual V. Ex.ª me mandou a duplicata da sua carta de 22 de Setembro, não naufragou, como aquele por que vinha a 1ª via, pelo menos tardou tanto com a apostila de 22 de Novembro, que somente ontem tive notícia dela por Mr. Van Winghen, que hoje ma mandou, por eu estar morando em Sete Rios. Este é o motivo por que ainda não li a carta, que V. Ex.ª escreve ao Conde de S. Miguel, com os documentos que lhe ajunta. Não me deito fora desta Procuração, posto que não tenha a maior confiança no primor do devedor. Todavia eu tenho mais direito do que qualquer outro para fazer intentos (?) porque fui o agente deste negócio que V. Ex.ª ultimou com tanto brio e honra. Eu darei conta do resultado das minhas diligências.

Não foi Letes para mim a passagem do Bidassou, nem mesmo o tem sido o Tejo, no meio do que me tem acontecido, que tem mudado de face a minha situação e destes Senhores que fazia o meu principal cuidado no tempo da nossa peregrinação, não posso extinguir em mim uma viva saudade das margens do Sena, nas quais passei acolhido com tanta bondade por seus amáveis habitantes; a mediocridade de Pantin despertou o meu sentimento muitas vezes no dia; as provas da sua amizade que tão preciosa me foi sempre, estão presentes à minha memória. Quando Nobre daqui partiu, na suposição de ir render a V. Ex.ª dei-lhe uma longa carta, que espero terá recebido, e nela lhe explicava os motivos do meu silêncio, que nunca proveiu de quebra nos meus sentimentos, mas sim de delicadeza para com V. Ex.ª que não tendo respondido à participação que lhe fiz da minha resolução de vir a Portugal em uma época, em que os resultados que agora vemos, pareceram duvidosos, me fez pensar que era prudente, e que V. Ex.ª querida suspender nossa correspondência, pela linha diferente de conduta, que nossas situações respectivas nos obrigavam a seguir. Já de Paris lhe tinha feito entrever quanto me parecia desnecessária e arriscada a conduta, que lhe fora insinuada pela Embaixada, e sempre deplorei os resultados, que neste país tiveram, não cessando eu nem então nem depois, de tirar a espada em seu abono, declarando a todos, mesmo no tempo do maior desfavor para com V. Ex.ª que eu não conhecia nenhum Português, em tudo e por tudo mais Português do que V. Ex.ª, e quando se foram acalmando os ânimos, vi esta opinião ser enfim, a da gente cordata; posto segurar-lhe que sempre vi que assim pensava Silvestre Pinheiro e que S. Magestade com o maior júbilo meu, me fez a seu respeito as mais vivas expressões da sua real estimação pelos serviços, carácter, honra e qualidade de V. Ex.ª e me certificou da sua convicção do apego que em V. Ex.ª conhecia à sua Real Pessoa e à sua Família. Não sei quanto se prolongará a borrasca, que açoita e dá de rosto a V. Ex.ª, quanto em mim couber hei-de opor-me a ela, por convicção, e por gratidão; em um sistema, que ainda não está formado, ninguém pode contar

com o favor público, que se perde em um momento, assim pouco posso valer realmente; mas o que V. Ex.ª há-de achar em mim é honra e afecto; conte comigo em tudo e por tudo; os meus serviços e da minha bolsa estão à sua d.sposição; e as Senhoras fazem o mesmo oferecimento com igual vontade. Pode V. Ex.ª contar que tem aqui em nós amigos verdadeiros e gratos e que desejam servi-lo, e até V. Ex.ª me ofenderia, pela primeira vez em sua vida, se tivesse esperado por estes protestos, para se convencer da duração destes sentimentos.

Li com todo o interese o que V. Ex.ª me diz a respeito de Madame de Aragão: estas Senhoras e eu fomos muito sensíveis ao quadro que V. Ex.ª nos faz da sua deplorável situação e a minha interessante Maria foi a primeira que exclamou a ouvir ler a pintura que V. Ex.ª faz do desamparo, em que ela vai ficar, pela privação dos socorros, que até agora tinha «pois então, disse ela, mandemos nós dar-lhe a pensão» com efeito não vejo outro meio; o Visconde de Balsemão está no Porto, é bem esdrúxulo, sem o menor sentimento de primor e do qual pouco ou nada se pode esperar, por uma correspondência epistolar com que ele estabelecesse, ainda na suposição, que me respondesse, o que não é certo. Portanto eu confio este negócio a V. Ex.ª: se essa Senhora está abandonada, e que nem o Marquês de Marialva, nem D. José possam continuar o benefício que lhe fariam, eu quero supri-los, se eles querem contribuir com uma parte, eu darei o resto, para que ela tenha os seus cinco luíses, e isto para sempre, enquanto eu, minha Mulher e a nossa filha formos vivos: esta prestação deve principiar, em todo ou em parte, no 1º de Janeiro deste ano; estabeleça V. Ex.ª isto, avise-me do que for, escrevendo-me directamente pelo correio, e indique-me o modo, porque possa remeter os fundos necessários, e a quem: não me esqueço qual seja o melindre desta Senhora, e que é preciso geito para lhe fazer aceitar mesmo o necessário, e muito será agora, em proporção que ela se vê mais desgraçada; mas queira V. Ex.ª dizer-lhe que nisso nos faz favor, pois nos proporciona uma ocasião de fazer uma boa acção. Espero resposta de V. Ex.ª para cumprir o que digo.

Aí terá visto José Diogo (1), e poderá tratar, o que me insinuou acerca da Redacção dos Annaes. Deixe a Cândido as suas recomendações esteve muito tempo encomendado porque S. M. desejava que era necessário no Ministério; isto sendo incompatível com as ideias actuais, eu mesmo trabalhei e consegui para que entrasse de propriedade (sic). Espero que continuará a desempenhar à satisfação de El-Rei e do Público, cargo tão importante e melindroso

Vale et me ama

Pamplona

CARTA III

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Lisboa 18 de Fevereiro de 1823

Meu antigo, estimadíssimo e verdadeiro amigo e condiscípulo. Muito me

(1) *José Diogo Mascarenhas Neto (1752-1826), fundador dos «Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras».*

tem contrariado não ter respondido logo à carta que V. Ex.ª me escreveu com data de 15 de Outubro do ano passado, que recebi bastantemente retardada. A espera de que o Conde de S. Miguel desse cumprimento à sua palavra que por tantos títulos devia desempenhar, é que foi a principal causa desta falta, e agora quase desenganado que nunca concluirá o negócio, em que ele era mais interessado por sua honra, de que nenhum outro, não quero tardar mais para que não possa entrar no espírito de V. Ex.ª nem a sombra de dúvida na continuação dos sentimentos que V. Ex.ª sempre me conheceu desde a nossa infância. Um grande remorso tenho em haver tardado, que é, a possibilidade de que Madame de Aragão tenha sofrido alguma falta, esperançada nos meus oferecimentos, porque a prestação devia começar no princípio de Janeiro. Além da causa, que acima toquei, não querendo escrever pelo correio ordinário, e não sabendo da partida de navios, fiquei sempre embaraçado na via mais própria para esta comunicação, que as circunstâncias actuais parece a tornam cada vez mais difícil. Não sei que meio haverá de lhe fazer passar esta, se não achar outro, há-de V. Ex.ª recebê-la por Inglaterra.

Hoje mesmo escrevo ao meu Amigo Jacob Dohrmon que mora em Paris, rua do faubourg St. Martin n.º 236, pedindo-lhe dê a Madame de Aragão cem francos no primeiro de cada mês, principiando desde o 1º de Janeiro, do presente ano, para que ela possa suprir a falta que tiver tido; V. Ex.ª pode certificar a essa Senhora da continuação do meu interesse e de todas estas senhoras, acrescentando que em quanto um de nós três for vivo, ela pode contar com verdadeiros amigos. Provera a Deus que ainda lho pudéssemos certificar de viva voz; e essa seria a nossa maior satisfação. Mr. Dohrman me poderá remeter a resposta de V. Ex.ª, se o caminho de terra for interrompido.

Grande e profunda mágua me causa o que V. Ex.ª confia à minha amizade a respeito da sua bem possível, quanto pouco merecida situação, que em bem procurei, mas inutilmente, aliviar, no curto espaço em que minha voz era escutada; este prazo durou pouco, foi um momento o que estive no Ministério, e passando para as Cortes Constituintes, as minhas opiniões que sempre foram as mesmas que V. Ex.ª me conheceu, não me tardaram a fazer perder a pouca influência momentânea que tive; disso nada se me dá, quanto ao meu particular dá-se-me pelo bem da pátria e da verdadeira liberdade para cujos sentimentos não cedo a ninguém, e talvez não tarde se conheça quanto eu acertava; meus prognósticos, quanto aos negócios domésticos e exteriores, ainda mal se tem realizado. Não me resta nenhum escrúpulo em ter desempenhado como homem público os deveres de um bom Português; agora só tenho que dar conta da minha conduta, como particular, que é a obediência a quem governa, e por dias vou sair de Lisboa para uma quinta perto de Alhandra com toda a família. A fortuna deixou-me meios, estes estão à disposição de V. Ex.ª. O casamento de Maria tem sido feliz, posto que ainda não dê esperanças de sucessão; sua Mãe e ela querem para V. Ex.ª mil expressões de interesse e amizade com aquela sincera ternura própria de quem teve uma tão longa lição de adversidade. *Non ignara mali, miseris succurrere disco* (1). Dê-me quando for possível notícias suas, pois muito as preza

De V. Ex.ª

Amigo velho

---

(1) *Eneada, I, 630, «Se conheço a desgraça, sei socorrer os desgraçados».*

M. M. Pamplona

P. S.

O conde de S. Miguel, a quem tornei a falar ontem, fez-me ver que ainda não tinha levantado os dinheiros que estão no Tesouro, do tempo do confisco: isso sei eu que é exacto: em geral muito custa a obter de lá qualquer pagamento; tornou a fazer novos protestos, e disse-me que escrevia hoje, se a sua carta vier a tempo, aqui a incluirei. Esta carta vai por mar por um navio, que há-de ir ao Havre, ou por outro que vai a Bordeaux.

19 de Fevereiro.

CARTA IV

Lisboa, 3 Dezembro 1823

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Meu antigo amigo e condiscípulo. Tem V. Ex.ª toda a razão de estranhar a falta das minhas cartas sendo a última poucos dias antes dos gloriosos acontecimentos, a que a Providência me quis chamar confiando-me tão importante papel nesta memorável cena, sem dúvida para me compensar da mágua de não ter cooperado para a Restauração de 1808, entregando-me para assim dizer, a totalidade da direcção da de 1823. Grande constância tem sido necessária para resistir ao furioso vendaval, que tem soprado sobre a nau e sobre o piloto; não tenho posto senão firmeza de carácter, justiça e inabalável firmeza em seguir a primitiva ideia: um e outro partido me combateram por diversos motivos, porém com o mesmo fim; um queria para si o lugar e a privança, o outro queria a minha separação; persuadido que o naufrágio era certo, se a nau do Estado fosse mareada sem piloto, que seguisse outro rumo. Nesta luta quase me achei só, agora parece o tempo mais bonançoso, ainda que influência exterior busque talvez o mesmo, que buscavam os outros: espero mais por crédito de El-Rei nosso Senhor e bem do Estado, do que por conveniência própria, que a admirável sagacidade de nosso Amo anulará esta borrasca, como temperou a primeira tempestade. Como quer que seja, como estou bem com a minha consciência, e ninguém me pode tirar a glória dos dias que decorreram desde 27 de Maio até 5 de Junho, tenho mais que mérito para a própria satisfação e opinião de meus amigos. É verdade que grande fortuna foi o vantajoso empréstimo; porém os negócios do Brasil fazem-nos vergar: os Monarcas aliados nada terão conseguido, se não tomam *la haute main* nos negócios das Colónias.

Tem-se entretanto bastantemente serenado a atmosfera no nosso interior; não houve sangue, e pouco rigor, assim os nossos vizinhos seguissem outra derrota, que nos embaraça a nossa; todavia vou por diante, sem mudar de plano, posto que mais de vagar.

Mr. Lecoq que foi portador da última carta de V. Ex.ª de 9 do passado entregou-me o maço, em que vinha a Memória sobre o Brasil, de que folgo saber o autor e sobre o qual espera as suas notas prometidas: também recebi os tratos do Conde da Barca e Arcebispo Cenáculo com o texto que li a

S. Magestade, cuidarei em lhe mandar algumas notas para os artigos da Rainha Nossa Senhora, do Sr. Infante e do Conde de Subserra, com os desenhos correspondentes; Maria trabalhará neles, posto que não tenha feito todos os progressos que teria feito em Paris, não por tibieza no trabalho, mas por falta de modelos e de Mestre. Tendo feito à pressa estas linhas, buscarei outro momento para lhe falar em outros assuntos; momento que nem sempre encontro por falta de tempo físico absorvido em um árduo e contínuo trabalho, que não está no meu alcance minorar, por não poder mudar a nossa forma da Administração; todos os dias me levanto entre as seis e as sete horas, trabalho até às 9 da manhã, às 10 vou para o Paço, aonde regularmente fico até às duas ou três da tarde: a essas horas vou para alguma conferência de Ministros, ou para as duas Secretarias de Guerra e Marinha fazer o expediente, e ouvir uma nuvem de pretendentes; volto a casa jantar às sete ou oito horas, e tendo comido torno para o Paço donde não saio antes da meia noite, tendo havido dias em que volto às duas da madrugada. Eis aqui o meu modo constante de vida desde 6 de Junho, à excepção do Domingo e Quinta Feira que só vou à noite: nestes termos V. Ex.ª verá que até me falta tempo para meditar serenamente nos grandes interesses que S. M. me tem confiado. As Sr,as e eu queremos mil expressões para Madame de Aragão e para V. Ex.ª, de quem sou

Amigo verdadeiro

Conde de Subserra

Lisboa 3 de Dezembro de 1823

CARTA V

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Meu antigo amigo e condiscípulo. Mal previa eu, que tendo escrito algumas linhas de amizade a V. Ex.ª no dia 3 do corrente, teria que repetir esta diligência em breves dias para lamentar a perda inopinada do nosso excelente compatriota o Marquês de Marialva, a qual terá vivamente afligido V. Ex.ª, como me afligiu a mim e a S. Magestade, e provavelmente toda esta Corte, quando se propagar esta triste notícia chegada ontem à noite por um Expresso mandado pelo Conde do Porto Santo. Em meu particular muito sinto esta catástrofe pelas muitas obrigações que devia a este Fidalgo na época da minha desgraça.

No mesmo momento em que soubemos esta perda, foi V. Ex.ª lembrado, para tomar conta de nossos negócios nessa Corte, com inteira satisfação de El Rei Nosso Senhor, que nesta ocasião lhe fez merecidos elogios.

Quando V. Ex.ª abrir as cartas dirigidas ao Marquês achará uma minha, em que lhe pedia se interessasse com o Barão de Damas Ministro da Guerra (que eu não conheço pessoalmente) para fazer alcançar a meu sobrinho José Soares de Albergaria o posto de Chefe de Esquadrão; ele é actualmente capitão do 3.e Régiment des Chasseurs à Cheval des Ardennes, que fez a guerra de Espanha aonde se distinguiu e aonde lhe deram a Cruz de S. Luís.

A carta inclusa, que peço a V. Ex.ª entregue pessoalmente, é para agradecer ao Marechal Conde de Laurisson o ter-me ele escrito para me anunciar que meu sobrinho, de quem ele faz os maiores elogios, tivera a cruz sobredita, e ao mesmo tempo lhe rogo a sua intervenção para obter o posto imediato, que está no caso ele merecer por sua antiguidade e por sua conduta. Este negócio tem sido pouco feliz; quando escrevi ao Duque de Bellune, havia este deixado o Ministério da Guerra, quando depois escrevi ao Marquês de Marialva, tinha este cessado de viver; espero que V. Ex.ª o concluirá felizmente com a sua eficácia.

O Marquês de Marialva tinha anunciado oficialmente que S. Magestade Cristianíssima tinha concedido a Grã Cruz da Legião de Honra a mim e ao Marquês de Palmela, e já por isso ambos escrevemos ao Visconde de Chateaubriand (1) para lhe agradecer esta graça; se ainda não tiverem sido expedidos os diplomas queira V. Ex.ª cuidar em que o sejam. Quanto a mim, se eles não estão expedidos, como eu servi em França, e na qualidade de Militar desejaria antes a Grã Cruz de S. Luís, fazendo-se comemoração no diploma da minha ida a Gand, e do modo porque comandei nos departamentos de Loire et Cher et de la Côte d'Or, assim como na carta régia por que aqui se conferiu a Grã Cruz da Torre e Espada ao Embaixador Barão Hide de Neuville se fez comemoração do serviço por ele feito a Portugal, como Ministro da França nos Estados Unidos. Entrego isso à sua amizade.

Vale et me ama

Conde de Subserra

Lisboa 8 de Dezembro 1823

CARTA VI

Ill.mo e Ex.mo Sr. Quando chegou às minhas mãos a Carta em que V. Ex.ª me honrou em 2 de Outubro pp., e na qual vinha inclusa outra para o Marechal de Bellunc (1), Ministro da Guerra, já este tinha saído do Ministério; e como V. Ex.ª me comunicava qual era o objecto desta Carta, julguei não dever entregar-lha, guardando-a em meu poder à disposição de V. Ex.ª, e reservei-me a tratar do negócio em questão com o novo Ministro da Guerra, que é o Tenente General Barão de Damas, logo que voltasse da Espanha, aonde então se achava. Com efeito há três dias o encontrei em casa do Conde de Villele, falei-lhe logo no negócio que V. Ex.ª me recomendou, e pedi-lhe dia em que pudesse tratar mais particularmente com ele deste assunto. Indicou-me o dia depois de amanhã. Entretanto posso assegurar a V. Ex.ª que ele recebeu com muita benevolência a minha proposição, e que me mostrou grande desejo de me obsequiar. Do resultado darei imediatamente

---

(1) «*Château brilhant*» *no texto.*

(1) *O duque de Bellune, marechal de França (1764-1841), ministro da Guerra, no Governo Francês da Restauração (1821-1823).*

parte a V. Ex.ª. Tenha V. Ex.ª as felicidades que muito cordialmente lhe deseja quem é de V. Ex.ª muito atento e fiel Amigo,

Marquês de Marialva (2)

Paris, 20 de Novembro de 1823 Ill.mo e Ex.mo Sr. Conde de Subserra.

Meu Amigo e antigo Condiscípulo. A cópia da carta acima chegou-me antes de ontem para avivar mais a mágua da perda desse amável Fidalgo, pela singular combinação de ter sido escrita no mesmo dia do fatal ataque que o levou a melhor vida. A saudade de S. Magestade, a quem tive a honra de a mostrar, avivou-se com essa leitura.

Entretanto como o negócio de José Soares já tinha sido também principiado pelo falecido embaixador espero que V. Ex.ª o prossiga com energia, pois nisso me interesso o mais possível. Meu sobrinho, Mr. Soares é capitão há dez anos, por sua antiguidade, por suas opiniões eminentemente realistas, por sua conduta, por seu valor e por seu distinto serviço na campanha actual, na qual alcançou a Cruz de S. Luís, por recomendação do Conde de Chatelux seu Marechal de Campo, o fazem digno do posto de Chefe de Esquadrão: ele é — *Capitaine du 3.e Régiment de Chasseurs à Cheval, dits Chasseurs des Ardennes* — e como o Ministro Barão de Damas se acha disposto a fazer-me este obséquio, aproveite V. Ex.ª com a sua costumada habilidade estas disposições; se for necessário eu escreverei a este Ministro, posto que de todos os Damas é o único, que não conheço pessoalmente, o farei com aviso de V. Ex.ª.

Desejo que V. Ex.ª me mande alguma obra de merecimento, que apareça, ou alguma *nouveauté*, que se publique, e que tenha interesse de momento; embosando-se da despesa sobre mim, do modo que lhe convier.

Chegou Mr. Rotte Secretário de Mr. Hide de Neuville, embaixador de França, e, nada trouxe para o Marquês de Palmela nem para mim; quando por ele se esperavam as Grã Cruzes da Legião de Honra, que nos tinham sido prometidas. É certo que ainda não foram daqui as insígnias para o Visconde de Chateaubriand (3) e para o Conde de Villele, porque se estão acabando, mas já aqui recebeu a da Torre Espada o Barão de Hide de Neuville, e até já ele a traz, assim como os da Embaixada as cruzes com que S. Magestade os condecorou; esta demora faz aqui mau efeito, por isso lhe repito a recomendação de as fazer expedir.

Tenha saúde e passe bem melhor inverno nesse país, do que o teria passado na alagada Holanda.

De V. Ex.ª

amigo velho

C. de Subserra

Lisboa 15 de Dezembro 1823

---

(2) *D. Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, 6.º marquês de Marialva (?-1823).*

(3) *No texto «Château Brillant».*

CARTA VII

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Lisboa 29 de Julho de 1824

Meu Amigo antigo e condiscípulo. Com efeito tinha razão de estar em sobressalto na infausta década desde 30 de Abril até 9 de Maio; essa década terá mais tristes resultados em Portugal, do que tiveram os cem dias em França, e pode continuar no mesmo sobressalto, pois que a máquina não anda, nem pode andar. Um dia dois homens sós, contrariados e mal ajudados, não podem pôr um dique à torrente. Desde os primeiros dias da Restauração se urde a cena, que se desenvolveu em 30 de Abril, e naquela mesma época se teria consumado o mistério de iniquidade se eu me não achasse, sem o saber, no meio dos rebeldes, então dependentes da minha tal qual habilidade e reputação: a minha presença então deu outro geito aos negócios em favor da Legitimidade, e os fautores de usurpação viram bem que, não podiam vencer minha constância nem dobrar minha lealdade; a minha morte foi jurada, e devia ser executada na mesma noite em que foi assassinado o Marquês de Loulé: um acaso não calculado me salvou e desde essa época até o 30 de Abril um bando de assassinos estava empenhado em conseguí-lo: nunca me despedi de S. M. em cada noite, com a incerteza de ser despedaçado no caminho; este conhecimento não influiu a minha conduta, e daqui vem o ódio figadal que me votaram os rebeldes: este partido é considerável e liga-se com o partido sacerdotal de Espanha e França, fortemente apoiado pela inata ambição da Rainha e seu entranhável ódio a El-Rei: Beresford, fraco de cabeça, respirando ambição e escravo de uma prostituta, ligou-se com este partido, que ainda existe, de modo, que com o mais insano trabalho, não pode o governo nem ter esperanças de nada fazer a bem do Estado. O Ministério Britânico deixou-se seduzir pelos embustes de Beresford, sem que o contradiga o nosso Ministro em Londres, e reputa-me como um homem inimigo daquele governo, e inteiramente devoto à França: nestes termos, vejo-me sem apoio real, porque o Marquês de Palmela, apenas se pode sustentar, e acho-me convencido da impossibilidade de esperar bem algum, termo que me indica a necessidade de deixar o manejo dos negócios, esta época não está distante. O principal autor desta cena africana está tão pouco arrependido que se abalança a entregar a S. M. Cristianíssima uma Memória, em que se gabava do crime. Não lhe acho remédio, pois bem tenaz sou em servir o Estado. Eis a minha situação.

A âncora, a que nos queríamos pegar pelo chamamento da Cortes, será um milagre se pegar no fundo. A Conferência de Paris a reprova, e Espanha está mal connosco por esse *atentado*. Com efeito a Península é ingovernável.

Não me quero deitar fora da parte, que tive na sua nomeação para Paris, assim foi necessário, posto que bem previsse que essa nomeação havia de contrariar a vontade de V. Ex.ª; não é provável que esteja em alcance de desfavor o mal que lhe agora lhe fiz, quando chegue o tempo.

Pelo navio em que foi o coronel Freire, escrevi ao Barão de Damas e ao Marquês de la Fare, e mandei ao primeiro uma encomenda de vinho da Madeira que me tinha feito: aqui achará V. Ex.ª nas inclusas uma para o mesmo La Fare, e outra para o meu antigo Governador da Borgonha, hoje primeiro Gentil Homem da Câmara conde de Damas (1), a quem devo grande amizade. Espero as entregue e leve as outras no correio.

(1) *Conde de Damas, general francês (1765-1823).*

Vale et me ama

C. de Subserra

(P. S.). Responderei ao negócio em que se interessava o Marquês de Marialva. Diga a Borges de Barros mil amizades, foi meu colega e sempre se mostrou honrado, posto que muito amigo do Brasil.

CARTA VIII

Mafra 6 de Novembro de 1824

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Meu antigo Amigo e Condiscípulo. Tenho seguido com o maior interesse toda a sua correspondência, não só pela natureza do desagradável mas interessante objecto de a, mas por V. Ex.ª ser nela um principal agente. Desde que saiu do Tejo esse ente de uma espécie nova (1) com direcção a Paris, previ e deplorei os embaraços em que V. Ex.ª se havia achar, com um rapaz feroz e malcriado, que nenhum freio conhece, nem presume que haja considerações a que deva atender: nunca tinha falado nem uma só vez com esse monstro antes do dia 27 de Maio de 1823, em que *per fortuna* de Portugal me tirou do pacífico esconderijo em que me tinha subtraído à inquieta desconfiança do expirante partido chamado liberal, para me encarregar do árduo negócio de restituir os direitos inauferíveis da Realeza a S. M. El-Rei Nosso Senhor; disse por fortuna, porque é agora demonstrado que esta fera já queria naquela época, o que quis em 30 de Abril deste ano: a minha exclusiva ingerência nos negócios naquela época crítica remediou tudo, graças à sua inexperiência e à decisão que tomei de não admitir conselho dos que o seguiam: dissimulou então a sua raiva, mas não ao ponto de mesmo na Panasqueira não se ter declarado já em ódio violento contra mim, por eu não consentir que entrasse em Lisboa um dia antes de S. Magestade, o que se houvera conseguido, teria produzido grandes males e até algum atentado contra vida, ou pelo menos, a autoridade real. Debalde pus tudo em obra para amansar esse tigre, fingiu sempre, mas não ao ponto de eu não descobrir seus maus intentos; uma só vez me enganou, dez dias antes da explosão do 30, porque redobrando de baixo fingimento, repetiu-me com complacência e de cor, todas as cartas e bilhetes que eu lhe havia escrito, enumerando os serviços essenciais que eu lhe havia feito. Todavia a impossibilidade de o desfgnar com o matador do Marquês de Loulé entortou tudo, e tirou ao governo a possibilidade de prender os designados cúmplices desta atrocidade, entre outros o infame Marquês de Abrantes, mas foi o receio de que o governo tomasse esse partido, que os que conspiram contra El-Rei desde 1806 precipitaram os acontecimentos dos dez dias. Estou convencido que com a ânsia do sangue dos fiéis servidores de S. M. não têm outro projecto senão a vir pôr em prática os antigos e nunca esquecidos

(1) *O infante D. Miguel.*

intentos descobertos nesse mesmo Real Sitio em 1806: esse partido exige e trabalha incessantemente; a minha morte está jurada, escapei por um incidente imprevisto em Salvaterra, e depois a várias emboscadas nocturnas pelo desprezo que delas fiz, e nesse mesmo dia 30, em que para preencher o meu dever de me chegar à pessoa de S. M. duas vezes me meti no meio dos assassinos; nunca audácia foi mais feliz, escapei, porque lhes impus, não por jactância, mas em cumprimento da minha lealdade. V. Ex.ª não pode compreender o contínuo perigo da minha posição, esta é inexplicável, porém estou decidido à morte pelo serviço de S. Magestade que me tirou do estado de proscrito para a elevação em que se dignou colocar-me; se nunca houve maiores graças, também não pode haver maior sacrifício, do que o que faço a S. Magestade em todos os instantes que decorrem da minha existência, sem outra perspectiva, depois de tamanhos sacrifícios, do que afinal, como a melhor sorte, a que possa aspirar de uma expatriação inevitável, pois estou resolvido irrevogavelmente a não respirar o mesmo ar, do que este infeliz jovem, nos estados de S. M. Fidelíssima. Muito esperava eu de V. Ex.ª, porque conheço os seus princípios de lealdade e de amor pela pessoa de S. M., mas confesso-lhe que a sua enérgica conduta excedeu a minha expectativa; pois eu que conheço o bicho, é que posso bem avaliar os transes porque V. Ex.ª passou; dou-lhe os parabéns pela sua bela conduta, que é avaliada de todos, e principalmente de El-Rei Nosso Senhor, em cuja augusta presença não cesso de produzir tudo o que pode ser em abono de V. Ex.ª, no que sou bem ajudado pelo meu colega Marquês de Palmela.

Estão a partir três oficiais Engenheiros que S. M. manda a Paris estudar — les ponts et chaussées — do que aqui mui pouco se sabe: escrevi por eles de ofício a V. Ex.ª para lhos recomendar, e agora o faço em particular; eles levam ordem de se regularem em tudo pelas direcções de V. Ex.ª — tenha cuidado neles e informe-se da sua conduta e de seus progressos — tenho o projecto de mandar alguns rapazes aprender a construção naval em França e em Inglaterra, porque não temos um só que tenha princípios, de modo que para a nau de que se pôs a quilha foi forçoso copiar um dos riscos antigos — tenho trabalhado com algum fruto; dei nova forma ao Colégio Militar da Luz, e vou coordenar as Academias de Fortificação e da Marinha, donde não saem senão pedantes: isso vai custando porque no meio dos embaraços domésticos pouco se pode obter. Quanto às nossas Cortes V. Ex.ª prega a um convertido; que essa Conferência de Paris não nos estorve por condescendência com a Espanha.

Remeti ao Desembargador Ornelas a sua carta, e acrescentei uma minha dizendo-lhe que este negócio era meu pelo que devia à memória do Marquês de Marialva.

Fico à espera do Atanásio («Athanio» no texto): um tal Sequeira que está com o Senhor Infante diz para cá que o Atanásio o quis envenenar e que S. A. R. o soubera: não percebemos bem o que V. Ex.ª diz da Duquesa de Berry; será possível que se agradasse de...?

Fradique (2) escreveu que ia passar 15 dias a Paris; fez bem; não o supunha já lá; se estiver, desejava que o mostre aos Damas, M.me de Bruges, La Fare e a Madame Latour du Pin (Monaco).

Vale et me ama

Subserra

Recados a Madame de Aragão

(2) *Fradique Lopes de Sousa Alvim e Lemos, que casou com a filha adoptiva e enteada do 1º conde. 2.º conde de Subserra pelo seu casamento.*

CARTA IX

Lisboa, 21 de Fevereiro 1825 (1)

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Meu bom amigo e antigo condiscípulo. Já V. Ex.ª sabe que não sou Ministro, nem Primeiro nem Segundo, e que a minha queda arrastou a daqueles que a apadrinharam e mais ou menos ocultamente a fomentaram, o que lhes foi tanto mais doloroso, que folgavam na ideia de herdarem dos meus despojos: a Sabedoria de El-Rei nosso amo fez justiça à Lealdade, e não permitiu que triunfasse a velhacaria. O meu crime, aos olhos de Mr. Canning, é eu conhecer como V. Ex.ª conheceu e escreveu, suas intenções ocultas (ou para melhor dizer patentes) sobre Portugal e sobre o Brasil, e não consentir que o Marechal Beresford representasse segunda vez o Visirato (sic) em Portugal, achando se E.-Rei presente, e portanto necessariamente reduzido ao papel de Rei *fainéant*. Entrei no Gabinete, Português e saí Português. Nem os punhais dos assassinos rebeldes, nem o orgulho britânico, nem as traições de meus colegas abalaram minha constância; a tudo isso estive exposto pelo espaço de 22 meses; terminou esta cena, e abre-se-me outra, a da Embaixada de Madrid, aonde não espero melhor fortuna nos tempos duros que nos reservou o fado. Deus ajude os novos Ministros, que recebem triste herança dos que saíram; não sei se diga em favor deles com antecipação: *Si Pergama defendi possint, etiam hac dextra fuissent.* (2)

Como partir pelos mesmos coches, que hão-de trazer o Conde de Porto Santo, a minha demora em consequência não poderá ser de mais de 15 dias: em chegando a Madrid abriremos correspondência, e esta não será bem pequeno lenitivo na minha nova posição — As Senhoras e Fradique também me acompanham. Adeus meu bom amigo.

Vale et me ama

C. de Subserra

Lisboa 21 de Fevereiro
1825

CARTA X

Madrid, 31 de Março 1825

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Meu antigo amigo e condiscípulo. Aqui cheguei ontem ao meio dia, e como são os dias da Semana Santa, ocupados com festas de Igreja, não sei quando

---

(1) *Data indicada posteriormente.*
(2) *Eneiada*, Livro II, 291-292.

serei apresentado a El-Rei Católico para entregar as minhas credenciais do meu novo cargo; suponho que será depois de amanhã Sábado, o que servirá de suavizar por ser o de Ale.u.a — o que tinha de triste a entrada nesta Capital em Quarta Feira de Trevas.

Esta noite chegou o correio da Secretaria de Estado Alvaro — com despachos para Berlim e Paris; este correio foi expedido a Joaquim Severino, e como traz os despachos fechados, e no ofício ao Encarregado de Negócios não se declara o seu objecto, ignoro o motivo da sua expedição; presumo ser para o Conde de Oriola ir assistir ao *Sacre* (1), porque antes da minha partida sabia ter pedido licença para ir como curioso assistir a esta cerimónia.

A última carta que recebi de V. Ex.ª mui retardada em Lisboa foi da data de 6 de Janeiro, recebi-a depois de ter saído do Ministério, entretanto mostrei-a a S. M. por conta do artigo, e em que me aclara a sua opinião a respeito dos negócios do Brasil: eu sempre fui de opinião que as nossas desavenças com a América eram de natureza mui diferente das da Espanha, e desde o primeiro momento da Restauração fiz mandar o Conde de Rio Maior ao Rio de Janeiro, e sendo essa missão baldada, quis aproveitar a ocasião da ida de Leal (o que não foi uma missão e a este respeito porei V. Ex.ª ao facto) daqui vem em parte a guerra que me declarou Mr. Canning; entretanto persisto na mesma ideia, e posto que bem claramente o demonstrou a El-Rei antes de partir; receio Mr. Stuart (2), que acaba de chegar a Lisboa, tome posse da negociação. O que eu não tenho podido perceber é a vontade que mostram os Agentes Brasileiros agora, de negociarem directamente tirando a negociação das mãos dos Ingleses. Qual é o motivo desta mudança?

Vamos a coisas caseiras, incumbi Mr. Jacob Dohrman de me mandar uns vestidos para as Senhoras, um serviço de prata, e ultimamente um cozinheiro; desta última carta não podia ter resposta; mas devia achá-la das primeiras, e mesmo esperava aqui achar os vestidos, nada acho, o que me admiro, pois entreguei as primeiras cartas e os fundos em Lisboa a Mr. Harold seu correspondente: queira V. Ex.ª por me fazer favor pedir a Mr. Dohrman passe a sua casa e informar-se em que estado está tudo isto, e dizer-me no primeiro correio o que há a este respeito.

A minha saúde tem sido má há meses; pago agora o excesso de trabalho do meu proceloso Min stério; minha mulher aqui chegou boa comigo, a Condessa de Subserra D. Maria vem por Santader (?). Chegará com seu marido o Conde Fradique nos primeiros de Maio, sendo este Adido a esta Embaixada.

Vou entrar em uma nova carreira que em outras circunstâncias me teria sido mais agradável; dê-me de lá uma de mão quando puder.

O Drapeau blanc não é a folha que eu preferisse; lembro-me do *Journal des Débats*, mas deixo isso à escolha de V. Ex.ª.

Adeus meu amigo creia o que sempre o foi seu

Vale et me ama

C. de Subserra

---

(1) *Sagração de Carlos X, na catedral de Reims, em 29-V-1824.*

(2) *Deve tratar-se de Charles Stuart (1779-1845), marquês de Angra, que foi portador da* Carta Constitucional *outorgada por D. Pedro IV.*

CARTA XI

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Meu Amigo e Condiscípulo. Depois de lhe ter escrito pelo correio Alvaro, chega o correio ordinário que me traz a sua de 19 do corrente — ainda que o correio não partiu, não o demoro para responder a tudo, que ela encerra: pode V. Ex.ª supor qual seja a minha mágua em sair do lado do nosso desventurado Amo, quando tenho a certeza de o deixar desamparado, como outro Monarca, de que V. Ex.ª faz menção, paralelo, que a minha lealdade não sofreu eu deixasse em silêncio com o mesmo Senhor, instando-lhe que se lembrasse que se punha na mesma posição e podia recear igual sorte. A minha consciência está salva, não houve verdade que eu calasse a nosso Augusto Amo, uma vez que eu a conhecesse.

Triste sorte foi a do órfão Marialva, ou talvez feliz, por que nada tinha a esperar de seus parentes, que andam agora em escandalosas desavenças com os outros. O Duque de Lafões não teve os Bens da Coroa e Ordens, até que eu saí; opus-me a essa graça, por impolítica, e porque a ela nenhum direito tinha, apesar do Desembargo do Paço ter a baixeza de consultar a favor. Se V. Ex.ª quiser que eu apoie a súplica da Mãe, eu o farei com gosto, esperando achar no Conde de Porto Santo favor, pela lembrança da amizade que teve com o defunto Marquês.

Adeus.

Vale et me ama

Madrid 31 de Março
1825

CARTA XII

Madrid, 4 de Abril de 1825

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Meu bom e antigo Amigo. Já pelo correio Alvaro acusei a recepção da sua carta de 19 do passado, mas a pressa que trazia este expresso, não me deu lugar a resposta formal; de V. Ex.ª espero saber qual fosse o seu objecto, de que o Ministro dos Negócios Estrangeiros não julgou a propósito instruir Joaquim Severino.

A comparação que V. Ex.ª fazia tempos há segundo me diz, da minha posição com a do Conde de Castello Melhor era óbvia; houve quem a expusesse ao nosso bom e atribulado Soberano, foi S. M. mesmo quem mo repetiu, e eu não pude deixar de convir da justeza da comparação e até lhe lembrei a de *Strangford* (1). O lugar eminente que eu ocupava não era de tentar senão a quem visse o interesse do Estado primeiro que tudo e fizesse uma completa abnegação de si próprio. Neste período desgraçado tenho a ousadia

(1) *Deve tratar-se de Lord Visconde de Strangford (1780-1855) embaixador da Inglaterra em Lisboa e no Rio de Janeiro.*

de dizer que ninguém me podia exceder nos sacrifícios os mais penosos, a minha vida esteve constantemente em perigo desde 5 de Junho de 1823, e mais arriscada desde 22 de Fevereiro de 1824, em que os Reais Paços foram manchados com o sangue de um criado e de um amigo de El-Rei: é incrível como escapei nesta noite e nas que se seguiram até ao 30 de Abril, nenhuma precaução tomei resignando-me aos Decretos da Providência, a qual parece visivelmente ter-me protegido. Nenhum perigo, calúnia ou ameaça me fez desviar do caminho estreito da lealdade nem consideração alguma me levou a transigir com os partidos. Esta glória não ma podem tirar os meus inimigos, mais domésticos do que Estrangeiros, porque não teriam prevalecido estes sem o auxílio daqueles. S. M. mostrou muito carácter, quando despediu todos, que se regozijavam de aproveitar o que eles cuidaram ser a minha desgraça. Não foi só a saudade de El-Rei, foi o entusiasmo do público com que saí do Ministério; desde 20 de Janeiro, que larguei a direcção dos negócios até 16 de Março que embarquei no cais, não desentulhou a minha casa de gentes de todas as ordens a obsequiar-me. Quase todos os homens do comércio me vieram oferecer as suas casas, e alguns até mandaram créditos ilimitados a meu favor para banqueiros desta capital sem solicitação minha e mesmo sem o saber. Assim não trato de mim pois tenho de que estar satisfeito, deploro com lágrimas de sangue a sorte de El-Rei, porque sei em que perigos o deixei, e sei a falta que lhe faço: não havia precisão que eu fosse Embaixador nem tivera emprego algum, era mais conveniente ficar como particular em alcance de acudir ao perigo, quando esse aparecesse; nem isso mesmo foi possível obter do orgulhoso intrigante que foi em Lisboa o papel do Abbé Vergius.

Qui talia fando, temperet a lacrimis? (2)

Vejo na carta de V. Ex.ª Cons. Severino com ponto de admiração que o Conde de Vila Real ainda não sabe o seu destino!!! perdôe que eu escreva isto com três pontos. V. Ex.ª de certo não conhece o homem, que nas atribulações do Monarca, pode dizer *quorum pars magna fui.* O meu posto actual é por extremo escabroso, já o sabia desde Lisboa, mais me tenho confirmado depois da minha chegada: ontem apresentei as minhas credenciais em audiência particular por causa da indisposição de S. M. C. essa audiência foi-me concedida nos termos os mais lisonjeiros dizendo-me que S. M. me receberia sem as cerimónias da etiqueta, por se não privar da satisfação, que disso lhe resultava. Com efeito nada pôde ser mais amável do que o modo, porque fui recebido por S. M. e pelos Snrs. Infantes e a Snr.ª Infanta D. Luíza. Vou principiar nova carreira, que não é provável se prolongue: eu conheço até aonde vai a raiva dos meus inimigos, que longe de se amortecer, se encarniçou depois da minha demissão, furiosos dos aplausos do público, e do sentimento de saudade, que por sua incomparável bondade não ocultava o Soberano. Desejei a Embaixada Extraordinária de Reims (3), por isso mesmo que era extraordinária, e não tinha senão um objecto determinado, e me dava ocasião airosa de terminar a minha carreira pública; mas não se consentiu!

Adeus meu bom amigo do coração escreva sempre que nisso me dá o maior gosto.

Vale et me ama

C. de Subserra

---

(2) «*Quem falando de tais coisas contenha as lágrimas*».

CARTA XIII

Madrid, Abril, 1825 (1)

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Meu antigo amigo e condiscípulo. Recebi pelo correio Barcelos a sua carta de 11 com tudo o mais que V. Ex.ª lhe entregou, e foi tal a azáfama de escrita para aproveitar as poucas horas, que julguei demorá-lo, que sendo dia de correio de França, nem a mim nem a Joaquim Severino nos lembrou de avisar a V. Ex.ª da sua chegada. Apesar da distância, ver V. Ex.ª otimamente com o seu telescópio o que tornou menos proveitoso o furacão, que se pôde amortecer no ano passado: Se o Marquês de Palmela e o Conde de Vila Real se unissem comigo, e sustentassem a dignidade real, tudo estava vencido; mas ambos com o geito inglês, o primeiro ambicionando a minha primazia, esquecendo-se que eu era o que o tinha chamado, deixou-se em veredas emaranhadas, em que fica espicaçado; até o último momento pensou que eu era o único que saía; e depois da minha partida, tentou ir espaçando a sua saída, para tentar sua reintegração, porém El-Rei mostrou grande constância e severamente o despediu; o segundo costumado a pegar no estribo a Beresford, conservou com este a mesma humilde postura; é grandemente culpado, pois ocultou todas as intrigas a S. M., até seu próprio cunhado não pôde deixar de o confessar, quando observei no Conselho seu afectado silêncio. Há pouca gente entre nós que saiba ser Português; espero o seja o Conde de Porto Santo. V. Ex.ª havia receber (sic) a circular prescrevendo a linguagem, que devemos ter, quando vier na conversação o assunto da negociação de Sir Charles Stuart (2) e seu progresso; de Lisboa até as cartas particulares dão boas esperanças; mas como me posso eu fiar em Mr. Canning, quando ele escreveu a los Rios Ministro de Espanha em Londres a Nota de 25 de Março, que V. Ex.ª sem dúvida, conhece e na qual põoem (sic) o facto e não o direito como bases? Será este mesmo Ministro, que apeie os soberanos direitos de El-Rei quando na mesma nota dá por governo de facto o da Casa de Bragança? Muito havia que dizer, mas vou meter-me na carruagem para partir para Aranjuez, aonde conto ficar a temporada, salvo algumas aspirações em Madrid.

Adeus lembranças de minha Mulher a Madame Cappadou e a Madame d'Aragão

Vale et me ama

C. de Subserra

CARTA XIV

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Meu Amigo e Colega e Senhor de toda a minha estima.

---

(1) *Data indicada posteriormente*

(2) *Ver carta n.º X, pág. 209.*

Aproveito a partida de um sujeito que me acompanhou até Madrid e que viveu em minha casa por ser antigo amigo dela, António José Ferreira Galhardo, para me recordar à lembrança de V. Ex.ª na certeza com que estou da continuação de interesse com que V. Ex.ª me honra, e nisso me pagará da estima que V. Ex.ª sempre me deveu.

Tenho tido melhor saúde, do que aquela com que saí de Lisboa, e aqui vou vivendo saudoso de melhor dos Amos cuja Real Mão beijo com o mais profundo respeito e sincero amor, sentimentos que S. M. conhece, e rogo a V. Ex.ª se sirva, por me fazer mercê de lhe repetir em meu nome.

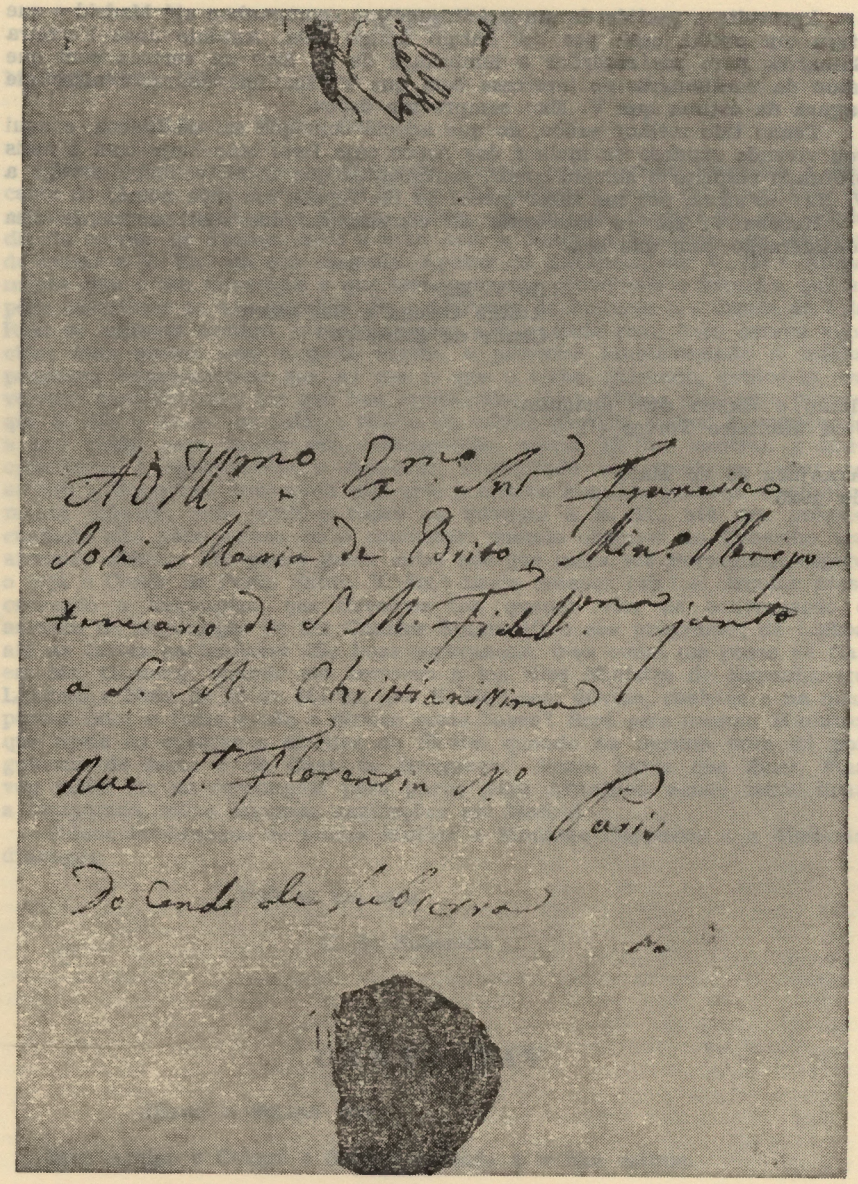
Receba V. Ex.ª a expressão da continuação dos sentimentos de alta consideração com que sou

De V. Ex.ª
Amigo Colega e fiel servo
Conde de Subserra

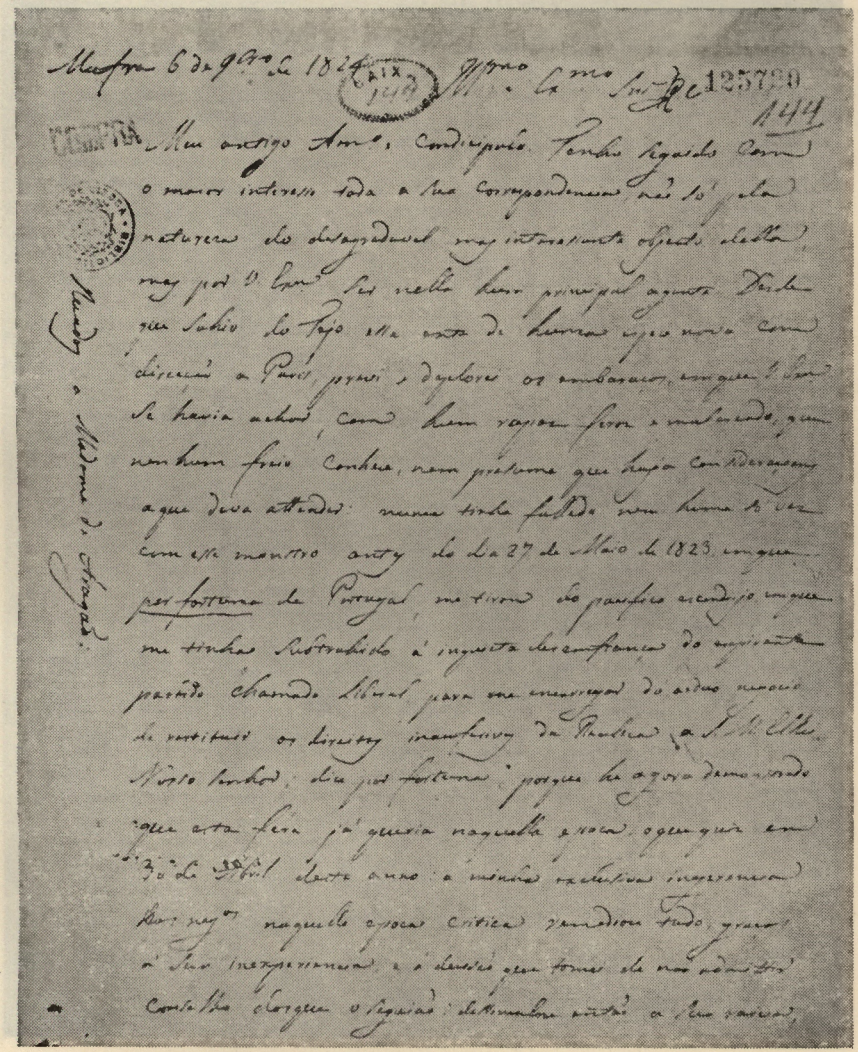
Ill.mo e Ex.mo Snr. Joaquim
José Monteiro Torres (1)

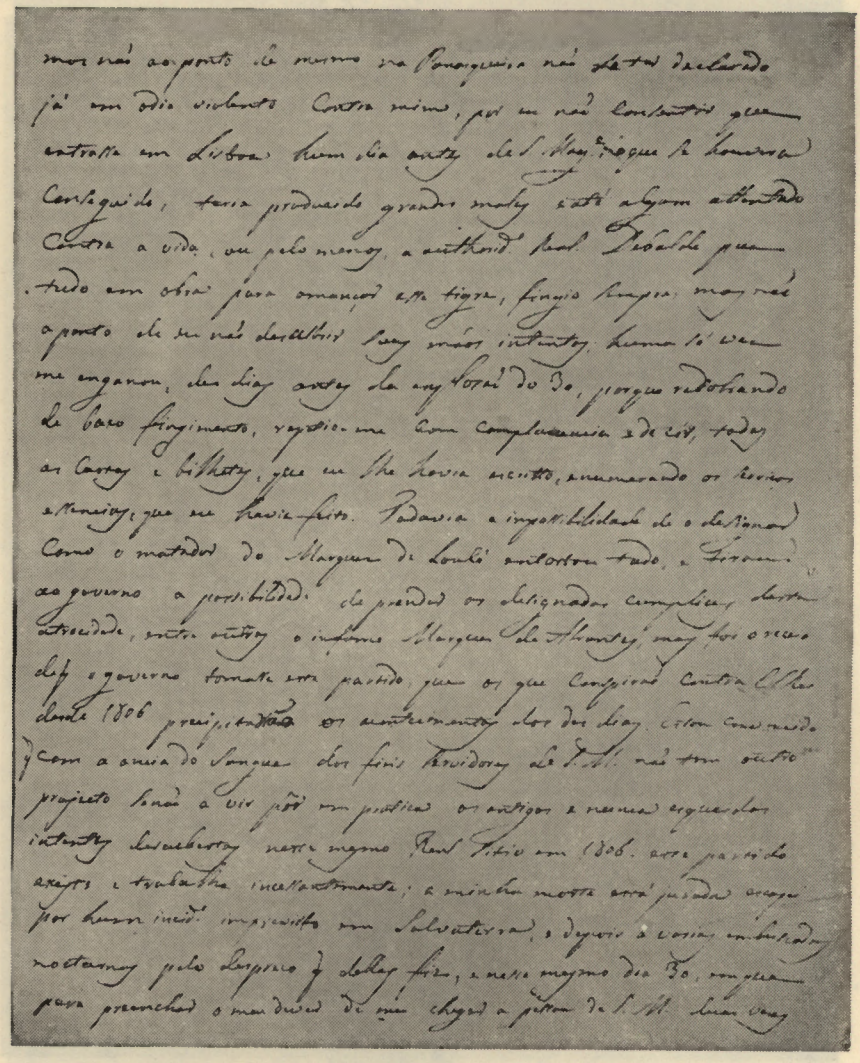
Aranjuez 16 de Maio
de 1825

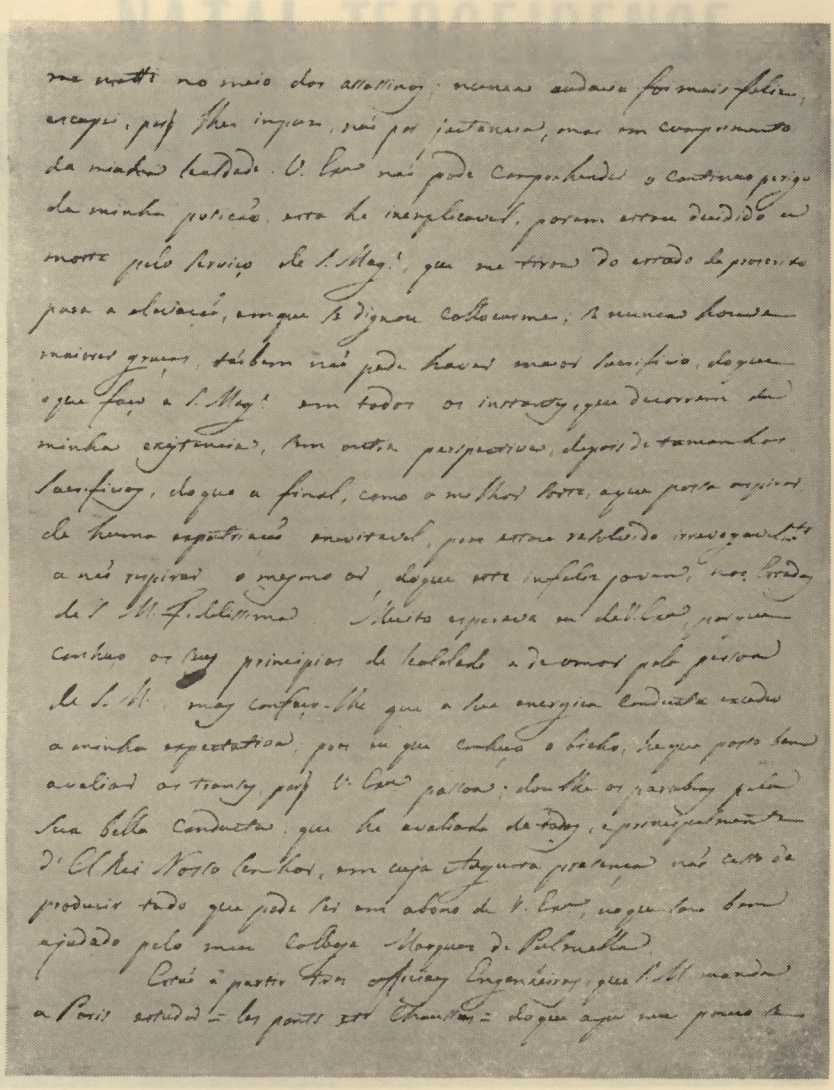
(1) *Ministro da Regencia da Infanta D. Isabel Maria (1826-1828).*

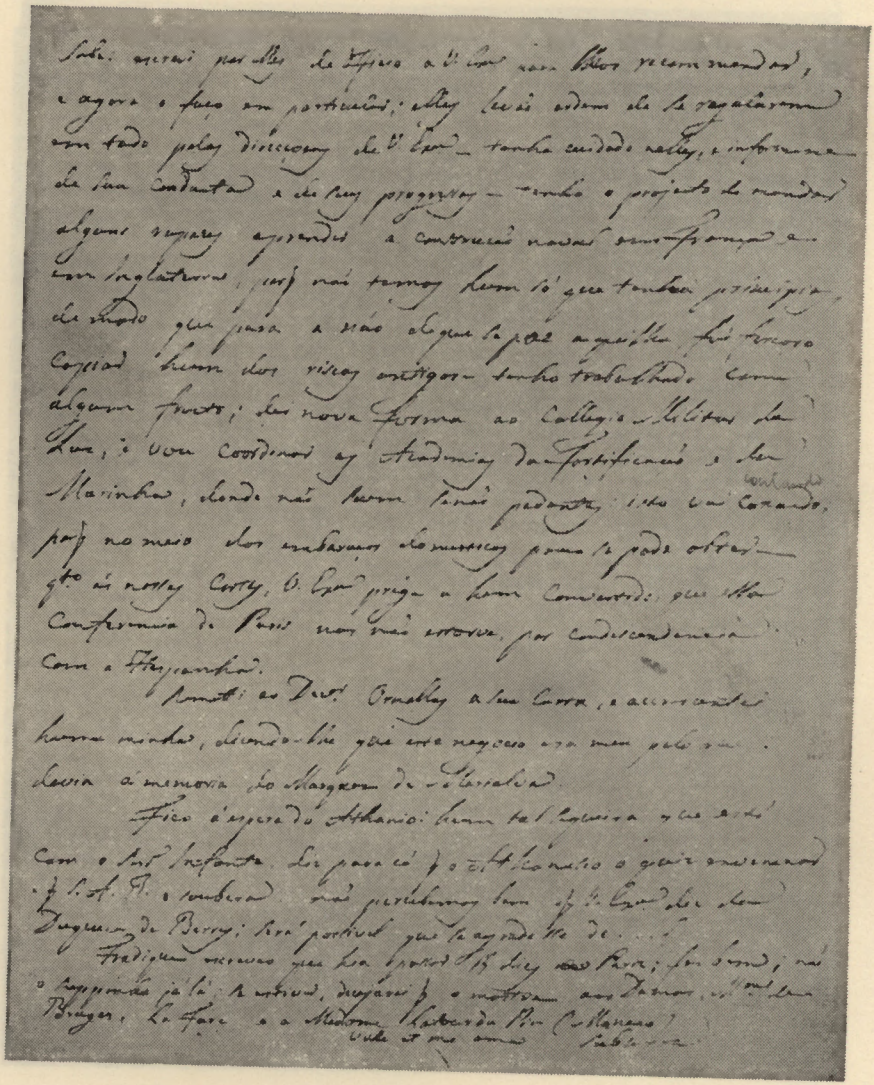


Texto, na sua forma original, de uma das cartas mais expressivas do Conde de Subserra. (Ref.ª neste estudo, pág. 191).









UM EPISÓDIO DO NATAL TERCEIRENSE QUE BEM PODE SER VERDADE

(peça regional radiofónica)

*

* *

por : MARIA DO CÉU

UM EPISO'DIO DO NATAL TERCEIRENSE QUE BEM PODE SER VERDADE

Locutora — Num meio-de-casa amplo, que fôra lageado e que os dinheiros da América assobradaram, com sua porta e janela abertas para a Canada, mais ou menos o clássico mobiliário: uma cómoda, uma arca, uma cantoneira, uma mesa pequena e algumas cadeiras. Nas paredes, um calendário americano e alguns quadros: uma Senhora do Carmo com as alminhas no fogo do purgatório, um Santo Antão com os seus porquitos vermelhos, um S. José de gêsso em alto relevo e várias fotografias. Na copeira da parede do centro, vidros lapidados reluzindo à escassa luz de duas velas acesas ao Menino Jesus que, na cómoda sobre a toalha de linho com renda alta, entre pratos de trigo e ervilhaca e raminhos de tangerinas, e quatro jarras de boca larga com palmas verdes e camélias brancas e vermelhas, sorri bondosamente, na sua camisa de seda bordada a canotilho, com seus olhinhos de vidro cintilantes e inexpressivos. Tudo respira asseio.

Estão aqui três pessoas: o tio Mateus, o dono da casa que, sentado na beira do estrado da janela ao lado esquerdo da porta de entrada, com as mãos entre os joelhos, olha pensativamente ora a chama vacilante das duas velas, ora os movimentos da tia Chica, a mulher que, de pé junto da cómoda, remexe nas gavetas, e finalmente a tia Rosa, irmã da dona da casa que, embora um pouco mais nova do que

esta, tem no rosto macerado, a marca da doença que precocemente a pôs paralisada e que eles todos os dias carinhosamente levantam da cama e conduzem para uma cadeira do aposento. Esta, está desfiando silenciosamente as contas do seu terço de «lágrimas de Nossa Senhora», de olhos postos na imagem do Menino. São onze horas da noite. **(Tocam os sinos)**

Tia Chica — Á Mateus, 'stás oivindo?... Já 'stão a tocar p'rá missa... E se tu te vinhesses amanhar, p'rá gente ir andando...

Tio Mateus — (**bocejando**) Á mulher, não achas qu'inda é cedo demais?

Tia Chica — Não home!... Inquanto te amanhas e eu tamem. as horas vão-se passando...

Tio Mateus — (**suspirando**) Ai Nosso Senhor me pirdôe, mas não me apetecia nada ir agora p'rá missa...

Tia Chica — Á hóme crédo!... 'stás doido?

Tio Mateus — Pois acradita Chica que, se nan fôsse a noite do Galo... eu te juro... ninguém me arrincava de casa... Ia era p'rá cama.

Tia Chica — Á home... tu hoje nan 'stás nos tês tinos... Nem pareces tu!... (**interessada**) Mas que é que tu tens hoje?... 'Stás p'ráí engaroipado que nem um môcho... O que é?... Dôi-te alguma coisa?

Tio Mateus — Pois qu'é cáde ser mulher? Inda me préguntas?... 'stou mai negro por dentro, c'uma noite de trovões...

Tia Chica — Á home... valha-te Dês! Nan vejo rezão p'ra isso...

Tio Mateus — Ó mulher, inda queres mais rezão qu'aquela c'agente temos?... Quando um home se alembra que tem só un'a filha e que ela 'stá p'ra cascos de rôlhas... e

a gente p'ráqui sozinhos, que nem três almas penadas... Inté falta a paciência.

Tia Chica — Pois é mê filho... Mas que é c'agente há-de fazer?... Não temos oitro remédio senão espalhar... Tamem, Dês sabe eu com'a 'stou cá por dentro... Mas tem de ser. Mortos com'a mortos, vivos com'a vivos... Olha... a morte é qu'é pior.

Tio Mateus — Pois é verdade. Mas a separação tamém custa com'ós diabos!

Tia Chica — Crédo!... á hóme... nan nabeijes esta noite. Tem paciência...

Tio Mateus — (**suspirando fundo**) Ai cada vez que m'alembro!... Nan sei p'ra qu'é que tivemos uma filha tanto profeita... — e já dipois de velhos — qu'era uma lindeza!... P'ra vir por'í abaixo um queimado dum amaricano e levá-la por'í fora... E rindo e brincando... já lá vão seis anos!

Tia Chica — (**comovida**) Pois isso é verdade... Ai mê pai do céu!... Mas tamém não havemos de dar má pago a Dês!... A pequena teve uma sorte de rainha!... O hóme estima-a com'é dado... Tem tudo quanto quer naquela santa terra da Améreca... Nan lhe falta nada... Inté á gente, (**chora**) qu'aquela rica filha tem sido uma mãe p'rá gente...

Tio Mateus — Á sim?... Agora choras tu!... É o qu'eu digo... A gente 'stava buns, era p'ra ficar im casa esta noite.

Tia Rosa — Á home!... Vocês nan sejam desagradecidos!... Antão se vocês 'stivessem amarrados a uma cadeira com'a eu, com'é que havéra de ser?... Eu cá por mim nan me aqueixo... Inda há pior do qu'eu!... Inda tenho qu'agardecer a Nosso Senhor!... Á mês filhos... a gente sem cruz nan chega ao céu.

Tia Chica — É verdade hóme... olha p'ráquele espelho.

Tio Mateus — (**atalhando**) Á mulher... então qu'é qu'eu vou vistir?

Tia Chica — O que tu quiseres... Roipa nan te falta, graças a Dês!... Ai o qu'aquela filha tem mandado daquela Améreca!

Tio Mateus — É verdade. Inté p'rás tuas sobrinhas!... Qu'essas são as que tem melhor quinhão!... A força de roipa é de mulher!

Tia Chica — E de hóme!... Qu'é que tu vestes há seis anos p'ra cá, sinão roipa d'Améreca?... Ela tem mandado dum tudo!... Inté moxins! Com'áquele moxim da barba, que tu nunca te serves dele.

Tio Mateus — Sei lá mexer co'aquilo!... Um hóme vai pr'ó barbeiro... assenta-se e ele rapa-lhe os queixos num istante... É oitra limpeza!

Tia Chica — Pois é... Anda cá mê velho... vem-te amanhar. Se chigarmos mais cêdo, arranjamos milhor lugar... e, inquanto espero, vou rezando a minha reza do Carmo... Anda hóme!

Locutora — O tio Mateus levantou-se, sem muita vontade... espreguiçou-se e começou por tirar da cabeça o barrete, que nunca o abandonava senão nas horas das refeições, ou então à noite para dormir... ou enquanto rezava o terço com a mulher e a cunhada e, mesmo assim, desta vez, colocado debaixo dos joelhos, à guiza de almofada.

Tio Mateus — Então... vamos lá co'isso!... O qu'é qu'eu visto?

Tia Chica — Nan sei... Olha, ê cá se fôsse a ti... ia assim mesmo. Essa roipa é bunha... vestes só por riba o capote... e pronto! Aquele capote que veio agora... Não é bum?

Tio Mateus — O quê mulher!... Aquilo é tanto forrado e tanto quente, c'um hóme abafa lá dentro.

Tia Chica — Tamem é só p'ó caminho... Lá dentro na igreja, despes p'a não t'aqueceres...

Tia Rosa — Olhem vocês que 'stá frio... Ê cá 'stou gelada... Vocês agasalhem-se bem p'a nan constiparem... Olhem vocês as doenças qu'há p'raí... P'rá atampada cá 'stou eu...

Tio Mateus — Pois sim... Mas antão nan levo a manta...

Tia Chica — Q'al o quê... levantas só a gola p'a riba e o barrete bem interrado. É o bastante...

Locutora — E a tia Chica estendeu-lhe o barrete novo, que viera nas últimas «encomendas» da América, pôs sobre os ombros em rectângulo o seu «chalde» de ver a Deus, em merino preto com barra acetinada e cadilhos grossos, que acabara de tirar da gaveta da cómoda, bem como o lenço de lã de fundo escuro e ramagens azuis, posto em bico sobre as costas, puxado para a testa e atado sob o queixo, como por cá se usa. Depois tirou dum vidro da copeira as contas do Carmo e com elas fechadas na mão, juntamente com o lenço de assoar de cambraia, com raminhos nas quatro pontas, que também lhe viera nas «encomendas» e achou-se pronta a andar. O tio Mateus também empalado já no seu gibão, estava pronto... Antes porém, ela lembrou ainda...

Tia Chica — E s'agente levasse o fócs?... Que dizes?...

Tio Mateus — O fócs?... Acho que nan é preciso... Q'ando um hóme andava discalço é q'era topada feia por essa canada a riba... mas agora, co'estas botas de atanado, inté as pedras se safam... Dipois, há luz na estrada... Acho escusado.

Tia Chica — E eu acho qu'era bum... P'lo menos p'a passar a canada... Dipois, nan é só p'a t'alumiar a ti... Mas a mim tamem... (**gracejando**) Olha o hóme!

Tia Rosa — Pois já vê...

Tia Chica — E na estrada, a luz uma grita oitra nan oive... E inda á volta p'a casa pode 'star apagada... com'a oitro dia...

Tio Mateus — (**condescendente**) Pois antão... deixa cá ver...

Locutora — E a mulher surripiou duma gaveta pequena da cómoda, um grande fóco americano luzente e novinho em folha, que dava uma luz que era um regalo.

Tio Mateus — E Rosa... fica aí sozinha?... Fecha-se a porta?...

Tia Chica — Não... A Maria da vezinha vem ter co'ela, logo qu'amanhar a mãe e a meter na cama.

Tio Mateus — Ah!... 'stá bem. A pobre da rapariga tamem só narceu p'a pádejar velhas...

Tia Chica — E é unha esmola... Antão adês Rosa... fica-te aí cum Nosso Sinhor!...

Tia Rosa — E Nosso Sinhôr vá cum vocês, mês filhos... Nan se agoneiem comigo... Fico aqui tanto bem a rezar e a olhar p'ó Menino Jasús... Vaiam vocês mês filhos...

Os dois — Inté logo! Inté logo!... (**sente-se abrir e fechar de porta e os primeiros passos na canada**)

Tia Chica — (**um pouco baixo**) 'Stá frio com'a cão!

Tio Mateus — Embrulha-te no chalde.

Tia Chica — E tu, puxa a gola p'ás orelhas (**os passos vão-se afastando, enquanto ladram cães ao longe. Começa um fio de música religiosa até ficar próximo**).

Locutora — E os dois entraram na igreja. O Tio Mateus ajoelhou-se lá atrás ao pé dum banco, encolhido e recolhido em oração, ruminando aquela tristeza que não o deixava ser feliz aquela noite... A tia Chica avançou até ao altar-mor e, fazendo lugar entre as saias anafadas das suas semelhantes, ajoelhou-se também, de olhos humildes postos suplicemente no

rosto lindo e comovido da Senhora do Socorro que, por diante do seu cortinado azul com estrelas prateadas, parecia também olhar para ela compreensivamente (**música**)... Acabou-se a missa. Todos beijaram o pésinho levantado duma grande e linda imagem do Menino Jesus, que a Aninhas, filha do Tio Mateus, oferecera também à sua igreja. E... ao beijá-la, lá ficaram sobre a almofada de cetim branco, uma lágrima da Tia Chica e outra do Tio Mateus... e ei-los a caminho de casa (**sentem-se novamente passos que se aproximam e ladrar de cães**).

Tia Chica — (**assustada**) Á Mateus, qui é aquilo?... Que claridade é aquela na nossa casa?... Aquilo é o candeeiro de riba da banca qu'istá acêso, ou qui é?

Tio Mateus — Á mulher... é verdade... qui é aquilo?

Tia Chica — Nan sei... e olha... olha um carro na canada!... Ai minha mãe do céu... sará Rosa qui 'stá pior?... Aquilo sará o doitor?... 'stou toda arripiada...

Tio Mateus — Sei lá... ó dianho... é capaz de ser verdade. Nosso Sinhor nos valha!

Tia Chica — Ai mê Dês!... 'stou co'alma num gancho!... Até tenho medo de intrar im casa!

Locutora — E, ao lançarem mão assustada à cancela da canada, abre-se subitamente a porta da casa que, toda escancarada num rectângulo luminoso para deixar passar a silhueta ligeira da Maria da vizinha que, correndo para eles, vem dizendo em alvoroço...

Maria — Á tia Chica!... Vocês nan se assustem!

Tia Chica — (**atalhando**) Á Maria... aquilo qui é em nossa casa? Que susto! 'stou sem pinga de saingue!

Maria — Agora... Vocês nan si assustem... já disse!

Tio Mateus — É alguma coisa qu'aconteceu a Rosa?...

Maria — Agora cá!... Eu 'stava mêmo á ispéra de vocês, p'ra vir ao incontro dezer, que vocês nan s'assustassem...

Tia Chica — (**duvidosa**) 'stás inganando a gente... Fala verdade Maria!...

Maria — Á tia... palavra! Nan é coisa ruim ninhuma!... É un'a alegria! E bem grande!

Tio Mateus — Mas aquele carro de quem é, pequena?...

Maria — É do sinhor Josésinho da cidade. Olha... vem trazer incomendas da Aninas de vocês... Os Tios vão ficar doidos de contentes.

Tia Chica — O Sinhor Josésinho da cidade a estas horas?... Loivado!... Loivado!

Maria — Sim... vocês vão ver. (**sentem-se os passos de todos que passam**)

Locutora — E ao abrir a porta (**rumor de porta a abrir**) a tia Chica exclama:

Tia Chica — Ai... isto o qui é!!! A nossa Rosa numa cadeirinha de rodas! Ai minha rica filha... sempre mandou a cadeira! e anda!...

Tia Rosa — Qui é un'a maravilha! 'Stou rica Chica! Até qui infim! Bendito seja Dês! Nan merecia tanto!

Maria — E olhem vocês...

Tia Chica — Ai tantas sacas de «incomendas». Ai loivado seja Dês!

Tio Mateus — Olha... olha... E ond'é qu'istá o sinhor Josésinho?...

Tia Chica — É verdade... ond'é qu'ele 'stá?

Maria — 'stá ali naquele quarto... (**abre-se uma porta ouvindo-se uma voz**)

Filha — Sou eu mãe!... Vocês nan si assustem.

Tia Chica — Jasús do céu... a nossa filha!...

Tio Mateus — Oh filha!

Filha — Sim mês queridos pais... Ai que saudades qu'eu tinha de vocês!

Tia Chica — E o nosso netinho!... Ai filha da minh'alma!

Tio Mateus — O mê rico neto!

Locutora — E todos se abraçam, chorando de alegria.

Tio Mateus — Á Aninas... óh filha... com'a é que vinhestes?... Ai nosso Sinhor, tal alegria!...

Tia Chica — Ai filha da minh'alma... sim... com'a é que vinhestes?...

Filha — Yé, pois cheguei mesmo há poucas horas... de avião. 'Stava a ver se chegava mais cedo, ...mas inda assim chiguei a tempo de passar com vocês esta noite!

Tio Mateus — É verdade... e o teu home?

Filha — O meu homem então não pôde vir desta vez. Vim só eu e o piqueno...

Tio Mateus — Oh meu Menino Jasús, agardecido!... E eu que nan isperava, que me desses hoje un'a alegria tam grande!... Bendito sejas, mê Dês!

Locutora — Ouviram: um episódio do Natal Açoreano... que bem pode ser verdade...

FIM

Maria Francisca Bettencourt

FACULDADE DE LETRAS

A PASTORÍCIA DOS BOVINOS NA ILHA TERCEIRA

(Subsídios para um estudo socio-linguístico e socio-literário)

Dissertação de Licenciatura
em Filologia Românica

ANTÓNIO MANUEL BETTENCOURT MACHADO PIRES

LISBOA
1966

PREFÁCIO

Quis o Instituto Histórico incluir no seu Boletim a publicação de um trabalho já velho de cerca de dez anos; se outras razões não existissem além da desactualização e do desgaste operados sobre investigações deste tipo, um natural retraimento ditado pela mais tardia maturação sobre o tema nos levaria a desistir de tal publicação: uma «tese» romanística sobre gado bovino poderá parecer, à primeira vista, aberrante e metodologicamente descabida. No entanto, o carácter monográfico do trabalho, a tentativa de busca de um tipo de mentalidade rural e de determinação de um modus vivendi insular, e, acima de tudo, a sugestão e os estímulos dados a esta dissertação pelo Prof. Doutor Vitorino Nemésio, conhecedor profundo de todos os particularismos sociais e existenciais da «insularidade», levaram-nos a rever rapidamente o trabalho e a considerar a sua publicação.

De facto, a linguagem, o adagiário, a poesia popular, a nomenclatura rural reflectem a marca da vida pastoril; é essa unidade que justifica o título e a pesquisa, que desculpa as falhas verificadas à distância de dez anos em nome de uma sempre renovada atenção aos problemas da região onde se nasceu.

Angra do Heroísmo, 29 de Maio de 1976

António Manuel Bettencourt Machado Pires

INTRODUÇÃO

A Ilha Terceira, que tem cerca de 500 km2 de superfície, fica à lat. N. de 38 graus e 4 minutos, e à long. O. de 18 graus e 4 minutos do meridiano de Lisboa, beneficiando de um clima marítimo temperado, com notável grau higrométrico e chuvas abundantes.

Ilha de superfície irregular, o seu relevo impõe-lhe a obrigação de ser uma ilha essencialmente pascigosa, como notou J. V. Paula Nogueira (1). No planalto interior reina perpetuamente a humidade, que favorece a vegetação forraginosa.

Neste condicionalismo geoclimático está contido um destino pastoril. Dos prados depende o gado, e é essa a grande riqueza da Ilha Terceira, tanto mais que à exploração de gado se liga a indústria de lacticínios, estabelecendo-se assim um grande potencial de industrialização. A Ilha Terceira tem, portanto, uma agricultura de acento agro-pecuário. Nestas condições a exploração da terra é condicionada pela produção de forragens ou ervagens que interessam ao sustento do gado. Como nota o prof. Wygòdzinski (2), não é livre o agricultor para eleger o cultivo, não pode amoldar a sua produção como na indústria, elegendo a variedade que mais lhe convém, pois é a natureza do seu solo que limita a actividade do agricultor.

A natureza do solo terceirense limitou a actividade da agricultura à pecuária, fazendo da actividade agro-pecuária ocupação central do homem da Terceira, de tal modo que a sua linguagem e os seus padrões de vida a reflectem inevitavelmente. Para que uma investigação romanística possa ter como objecto a actividade agro-pecuária, será necessário afirmar o pressuposto de que há, em qualquer sociedade, certos padrões de comportamento e determinadas atitudes mentais que se projectam nos níveis de linguagem *e na literatura popular, quer esta seja espontaneamente popular, quer seja assumida por escritores cultos que voluntariamente a recriam. Assim, entenderemos este estudo como* a análise dos aspectos sociais e etnológicos com que uma região predominantemente se revela na linguagem e na literatura. *Fraseòlogia, sabedoria popular, terminologia, comparações, metáforas da linguagem familiar e popular, reflectem indiscutivelmente um* modus vivendi *ligado à actividade agropecuária.*

---

(1) J. V. Paula Nogueira, *As Ilhas de S. Miguel e Terceira*, 1894.
(2) *Economia y Política Agrária*, ed. Labor, sd.

I

O GADO BOVINO NA TERCEIRA

1 — O boi constitui a espécie pecuária mais importante, sendo um valor fundamental na riqueza agro-pecuária da ilha. É grande a percentagem de agricultores possuidores de bovinos. O último «Arrolamento de Gado e Animais de Capoeira», editado em 1955 pelo Instituto Nacional de Estatística, indica 37.778 cabeças de gado, e supõe-se que o número de bovinos na Terceira tenha aumentado, de então para cá, numa média de 500 cabeças por ano. Em relação às outras ilhas do Distrito — S. Jorge e Graciosa — é na Terceira que essa média de aumento se revela mais elevada.

Era esta ilha, como as demais, deserta, e foram os primeiros povoadores que trouxeram os animais domésticos.

Na descrição que Valentim Fernandes (Séc. XV) faz das Ilhas do Atlântico (n.º 7 das Relações de V. Fernandes, de folhas 175 a 183 do original) lê-se entre o que diz respeito à Ilha Terceira, o seguinte:

«Há nesta ilha grande criaçam de vacas e porcos e ovelhas, de que fazem muita carne que levam para portugal e muito sevo.»

Alude à existência de gado também noutras ilhas, (S. Miguel em especial porcos, e nas Flores gado bravio) mas é para o caso da Terceira que se refere especialmente à «grande criaçam de vacas e porcos e ovelhas». (v. **Archivo dos Açores**, Vol. I, p. 143)

O Padre Cordeiro, na sua **História Insulana**, fala-nos dos bois, porcos, carneiros e cabras, trazidos pelo primeiro capitão donatário na sua primeira viagem. Os animais que Jácome de Bruges e os outros primeiros colonizadores trouxeram para a ilha, multiplicaram-se com extraordinária rapidez, exportando-se carne já em 1507.

Mas um dos maiores testemunhos da riqueza gadeira da ilha é o que nos é dado pelo historiador Gaspar Frutuoso, no século XVI (e pensemos que a Terceira começou a ser colonizada a partir de 1460); Frutuoso refere-se aos seguintes factos (1):

— «Quase meia légua está em um baixo, entre uns picos situada, a Vila de São Sebastião, ...

«Há nela muita lavoura de pão e **muitas criações de gado.**» (p. 19)

— O cap. VI do «Livro Sexto das Saudades...» trata «Da fertilidade e coisas notáveis que há na Ilha Terceira»:

«**Há infinidade de gado vacum** e ovelhas, e muitos porcos mansos e do monte, e algumas cabras, com que é abundantíssima de leite, manteiga, nata, queijo e requeijões e preciosas queijadas, e grande criação de éguas, de que há muitos e bons cavalos, e mulos e mulas, e asnos, bons cães de caça, que tomam muitos coelhos, que há na terra, furões, ratos e doninhas, sem haver bichos maus nem cobras, nem lagartos nem lagartixas.» ... (p. 53)

— Frutuoso refere-se à zona nordeste e leste da ilha, mencionando a Vila da Praia, «rica e abundantíssima de terras de pão e **criações de gado**, acompanhada com ricos mercadores de grosso trato, com a sua alfândega e o seu porto pera todas as entradas e saidas, donde saem cada ano ordinariamente três mil moios de pão e às vezes quatro e cinco mil pera outras partes.» (p. 16)

— O mesmo historiador descreve assim a costa que vai desde Santa Bárbara até à Serreta:

«Corre a costa brava daqui por diante até à Serreta espaço de uma légua de rochas altas e sem caminhos, e pela terra dentro se colhe trigo e pastel e há **muitas criações.**» (p. 34)

— Quase não há ponto nenhum da ilha, considerando regiões genéricas, que Frutuoso não considere ricas de criações; Agualva, que para o seu tempo tem trezentos moradores, é uma freguesia rica, onde «não há pobre nenhum que nela peça esmola, porque todos os pobres, respigando no Verão, apanham trigo para come-

(1) Dr. Gaspar Frutuoso, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, (ed. do Instituto Cultural de Ponta Delgada). O sublinhado é nosso.

rem no Inverno, por ser muito abundante de pão e de **criações.**» (p. 40)

No cap. V faz-se a «descrição da ilha Terceira pelo meio e interior dela», fazendo especial referência à Serra do Paúl:

«É lugar muito fresco e de muita recreação no tempo do verão, por ser regado com muitas fontes que correm pelas grotas abaixo e estar antre as terras do pão e do pasto de toda esta serra, que é muito bom e fértil, viçoso deleite das **criações** que todos por ali tem.

«Subindo ao cume desta serra, para a banda de oeste ou sudueste, parece logo ao pé dela uma terra chã, espraiada em grande quantidade, que parece que a vista a não pode acabar de abranger, dentro da qual estão cinco montes divididos e altos, perto uns dos outros, pelo que se chamam também estas criações os Cinco Picos, **toda de criações, as melhores da ilha**, que parecem as campinas de Alvalade de Lisboa, onde um moio de terra basta para pastar todo o ano vinte rezes vacaris, e as carnes destas criações não lhe fazem avantagem as melhores de Portugal. Chama-se esta terra o Paúl, porque das águas dela e das que correm da serra se fazem grandes alagoas, que duram, algumas delas todo o estio, sem se esgotar nem secar, onde vão beber os gados, e daqui tomou a serra o nome e se chama do Paúl, como atrás disse, cujos pastos são de duas léguas em comprido e mais de uma de largo; e o maior e mais alto destes cinco picos tem no cume uma concavidade, em que faz uma alagoa de grandura de um alqueire de terra, onde vai no verão beber o gado, sem nunca secar.»

A Terceira era a ilha que dispunha de maior abundância de gado, tanto como todas as outras ilhas juntas; porém o número decresceu com a vinda dos espanhóis:

«Indo correndo a oeste pela banda do sul e pela banda do norte, ficam tudo **terras de criação de gado que soe criar esta ilha Terceira só tanto como todas as outras ilhas dos Açores juntas,** porque nela há dezassete açougues contínuos, onde todos os sábados cortam carne, afora os cinco da cidade, que se prevêem da terra e das ilhas de baixo, por se gastar muita carne nela,

pois não há semana que na dita cidade de Angra se não cortem quinze e vinte rezes vacaris, e há criador na terra que tem quinhentas rezes vacaris, antre as quais são cento e vinte e cento e trinta vacas parideiras, ordinariamente, porque todos os dias há carne de vaca fresca, por não haver outra na terra, em que os moradores não querem criar cabras, e não haverá trezentas em toda ela, ainda que já começam muitos homens a deitar a mão a esta criação, por ser de muito proveito. **Havia na ilha Terceira mais de cem mil cabeças de gado vacaril**, e agora, depois da entrada da terra pelos espanhois, não haverá três mil.»

O Dr. Gaspar Frutuoso mostrou assim um conhecimento minucioso e exacto da situação das principais regiões pastoris da ilha Terceira, demonstrado através das descrições — São Sebastião, regiões circunvizinhas da vila da Praia (Juncal, Serra de Santiago), Agualva, Cinco Picos, Serra do Paúl, criações do interior e centro da ilha, Serra de Santa Bárbara, e, finalmente, menciona ainda o Patalugo:

«Desta caldeira [de Guilherme Moniz] para a banda da Serreta, que é para a parte de oeste, vão muitas serras de criações, muito chãs e limpas de mato, que se chama o Patalugo, e outras muitas de arvoredos, **em que se cria muito gado.**»

Aliás nas **Saudades da Terra** é frequente a menção a animais domésticos, e, de uma maneira geral à importância do gado na economia dos Açores: a exportação de carne, a importância do leite e do queijo, abundantes fontes de alimentação.

Refere-se também à «multiplicação do gado de toda a sorte» na ilha de S. Miguel, onde havia tão grande quantidade de gado que não se cortava carne nos açougues, mas cada um em sua casa, pendurando o animal numa árvore, da qual iam partindo a carne. É curiosa a explicação do topónimo Capelas (S. Miguel), dada por Frutuoso: derivaria do facto de para essa zona terem ido vacas «toucadas» ou «pintadas de branco pela cabeça, à maneira de capelas», pelo que lhe chamavam as Capelas. Conclui-se assim ter havido gado toucado, designação do bovino com malha branca na cabeça. Não sendo toucadas as raças nacionais, que devem ter acompanhado os colonizadores, conclui o Dr. Sequeira

de Medeiros (2) que se deve tratar da «turina», adaptação da raça holandeza no Continente, a única raça que apresenta pelagem toucada.

AS RAÇAS BOVINAS INTRODUZIDAS NA ILHA TERCEIRA

Razões da sua preferência e factores da sua expansão

Drouet diz ter encontrado nos Açores duas raças distintas: uma do Minho, outra do Algarve, conhecida hoje pelo nome de raça do Corvo. Deve notar-se que, afinal, não se trata de nenhuma raça do Corvo, mas da adaptação ao meio da Mirandesa, que, por deficiência de alimentação, definhou, dando uma raça de pequena envergadura.

A este propósito põe-se o problema da origem do gado trazido pelos colonizadores: qual a sua verdadeira origem? E portanto qual a origem e história do gado bovino terceirense?

Pensaram Alfredo Sampaio (3) e Jácome de Ornellas Bruges (4) que o mais provável é que fosse do Algarve, ou Sagres, onde residia o Infante D. Henrique, e donde partiam as naus. Mas é provável que quase ao mesmo tempo chegasse gado mirandês, tanto mais que havia muita gente do Norte entre os colonos. Jácome de Ornellas Bruges viu entre o gado da Serra de Santiago e regiões próximas muitos bois com caracteres da raça mirandesa. A raça mirandesa conhece-se por ter perfil rectilíneo. Segundo o prof. Miranda do Vale (5), é, porém, pela implantação dos cornos que se conhece a raça dos bovinos aborígenes de Portugal; se os chifres nascem em linha recta da marrafa, o bovino é mirandês ou de mirandeses descendentes. No entanto, o perfil rectilíneo é um processo mais fácil de reconhecimento, visto que mais claramente se nota a direitura da linha da testa ao focinho, que a orientação dos chifres, a qual, em rigor, só se

(2) «Conceitos Zootécnicos do Dr. Gaspar Frutuoso», Bol. C.R.C.A.A., Vol. 13, 1951.
(3) *Memória Sobre A Ilha Terceira*, Angra, 1904
(4) *A Ilha Terceira*, Angra, 1915.
(5) *Gado Bissulco*, Col. A terra e o Homem, n.º 17, 1949.

pode descobrir completamente depois do animal morto e levantada a marrafa.

A raça mirandesa é a que teve maior influência na ilha Terceira e até nos Açores em geral; a maior parte dos bovinos terceirenses apresenta perfil rectilíneo. Mas como a maior parte do gado não apresenta características suficientemente evidentes para definir uma raça pura, antes é um conjunto mestiço e impreciso, alguém lhe chamou com justiça de «mascarada bovina».

É de notar que Alfredo Sampaio (op. cit.) menciona uma raça flandrina que teria sido trazida pelo primeiro capitão donatário, Jácome de Bruges, do país de onde afinal ele era oriundo, mas as sucessivas gerações, mal orientadas, teriam extinguido ou deformado até à confusão as características da raça flandrina de grande valor lactígeno.

No entanto, procurando sistematizar a origem ou origens prováveis do gado bovino trazido pelos povoadores, teremos fundamentalmente: (6)

Bovinos
- **Galegos ou Minhotos** (perfil convexilíneo)
- **Mirandeses** (perfil rectilíneo, pelagem vermelha)
- **Alentejanos**
- **Bravos**

O chamado **gado de Ramo Grande** constitui uma modificação para melhor das raças Mirandesa, Minhota e Alentejana. Tem elevada estatura, a pelagem avermelhada, e muito boa carne. Não é uma raça; é susceptível de vir a sê-lo mediante selecção. Se bem que variando de tom, escuro ou claro, a pelagem do gado do Ramo Grande é fundamentalmente vermelha, pelo que esse gado é conhecido pelo povo por «gado vermelho» (vurmualhu) (7) ou também «gado da terra». O Ramo Grande é uma vasta região Nordeste da ilha, conhecida pela boa terra e pelo bom gado, onde abunda este gado vermelho. A vaca vermelha adapta-se muito

(6) Dr. José Leal Armas, «Questões Zootécnicas, in Rev. ATLÂNTIDA, Vol. I, n.º 1, 1956.

(7) Transcrição fonética aproximada.

bem ao clima agreste do altiplano central e produz boa quantidade de leite. Os bois do Ramo Grande são os melhores dos Açores tanto para o trabalho como para a carne.

É interessante notar como o homem rural — «o homem do campo» — selecciona cuidadosamente os diversos tipos de animais com que lida, com consciência dos fins práticos da sua utilização. De acordo com a utilização se harmoniza a preferência do lavrador.

Nos Altares, região rica, preferem o gado Holstein — «gado amaricano» — como chamam, porque dá mais leite. Mas dantes, dizia certo lavrador, natural da região, «o luxo era o vermelho lavrado», isto é, o gado vermelho malhado, devendo tratar-se da raça Airshyre ou sua influência, o que parece confirmar-se visto o mesmo lavrador acrescentar em seguida — «gado inglês». Nos Altares, freguesia do Norte da Ilha, distinguem o gado Holstein (gado «amaricano»), que ainda não é muito abundante, aludem ao gado de raça inglesa (Airshyre), e ainda por vezes mencionam o gado suíço (pelagem castanha escura, focinho preto com anel branco, espinha clara). Finalmente temos a raça que designam genericamente por «raça antiga», e que por toda a parte se menciona. Na freguesia das Lajes, que pertence à zona do Ramo Grande, a «raça antiga» é a mais considerada, por ser a que mais produz na lavoura e a que mais «suja», isto é, a que dá maior quantidade de excremento para as terras. O gado Holstein é muito raro em Santa Bárbara, freguesia mais pobre em gado: um informador local afirmou só conhecer dois animais na freguesia, nessa data (inquérito de 1964).

O «gado da terra», que não é uma raça, como já se disse, mas um conjunto de híbridos, vermelhos e vermelho-malhados ou «vermelhos-lavrados», é constituído por animais corpulentos, precoces, bons para o trabalho, e com uma produção leiteira razoável. A sua lactopoiese, ou produção de leite, apresenta bastante estabilidade. Com estas condições, e ainda com o prestígio da antiguidade, não admira que os lavradores o estimem.

O «gado americano» é a raça Holstein, originária da Holanda, e não é mais que a holandeza melhorada. O gado Holstein é o maior produtor mundial de leite. É preto e branco malhado, isto é,

«preto lavrado, largo e grosso, e dá muito leite, embora não seja leite da melhor qualidade», afirmou um lavrador das Lajes, caracterizando o gado desta raça.

Nas suas notas sobre o gado terceirense, Jácome de Bruges, (op. cit.), refere que as primeiras raças importadas foram a turina e a holandesa, seguindo-se depois as raças Durham, Shorthorn, Schwitz, Normanda e Jersey. Estas raças cruzaram-se com o gado indígena, diluindo ou atenuando assim as características de cada raça num conjunto de gado mestiço. As importações nunca deixaram que um tipo predominasse decisivamente.

Os serviços oficiais tiveram a preocupação, no entanto, de expandir a raça Dairy Shorthorn, considerando-a boa para a produção de leite e para a produção de carne, boa para o trabalho e anatomicamente semelhante ao chamado gado «da terra». A raça Shorthorn era inicialmente uma raça somente destinada à produção de carne, mas visto que alguns tipos eram bons para a produção de leite, os ingleses resolveram criar então a variedade Dairy Shorthorn. Apesar da produção de leite e carne serem favoráveis, juntando-se à semelhança anatómica com o gado da terra, após cerca de vinte anos de experiência o gado Shorthorn revelou-se irregular na produção leiteira e arisca para o trabalho. E embora continuassem a ser muito bons produtores de carne, no entanto, diminuíram progressivamente de corpulência e por vezes aparecem péssimos produtores de leite, o que desgostou os lavradores, que começaram a evitar esta raça.

O gado Holstein é o gado holandês, preto e branco, que tomou esta designação de certa zona da Holanda, confinando com a Alemanha, com o mesmo nome; na América é conhecido por Holstein, e a sua adaptação ao continente português ficou conhecida por raça turina. O gado Holstein, quer vindo da América, quer da Holanda, mas originariamente gado holandês, é o maior produtor de leite do mundo; é um gado de excelentes condições lactígenas que numa terra como os Açores se adapta maravilhosamente, desde que tenha boa forragem.

É o caso de S. Miguel, onde a forragem verde — a mais barata para o gado leiteiro — é exuberantíssima. Segundo Jácome

de Bruges, a primeira vaca desta raça foi importada para a Terceira pelo criador Evaristo Gabriel; esta vaca chegou a dar, em duas mugiduras, 32 litros de leite. A raça Holstein mostra-se assim excelente pela sua produção leiteira, pela sua aptidão para a engorda e pela capacidade de adaptação ao clima açoriano. Mas a sua principal riqueza é a produção de leite, e por isso é muito estimado pelos lavradores. É que a produção de leite é mais lucrativa que a produção de carne, só feita de ano a ano, ao passo que o leite dá todos os meses ao lavrador o dinheiro que ele precisa para viver. A provar este facto temos o caso da freguesia de Santa Bárbara onde, à falta de abundância de gado, se prefere ter vacas, que lá fazem o mesmo trabalho de tracção e carne que os bois, e dão a maior riqueza: o leite. As vacas dão leite e remedeiam para o trabalho. Há lavradores que criticam o gado holandês, alegando que ele come muito, não presta para o trabalho e dá um leite fraco em gordura, isto é, de fraco teor butiroso. Tecnicamente, estas questões são refutáveis, deixando incólumes as vantagens de adopção desta raça: todas as vacas de alta produção leiteira têm de comer muito, para converterem em leite o alimento, e o que interessa é o grau de aproveitamento dessa conversão; o gado holandês remedeia para o trabalho e o futuro da lavoura não está nos animais mas na máquina agrícola; finalmente a riqueza proteica é mais importante que a gordura do leite. O que esta raça necessita é de boa alimentação, para se dar bem por toda a parte, como sucede afinal a toda a raça leiteira por excelência. Aliás, «o gado melhora-se pela boca», como dizem os ingleses, e a forragem exuberante de São Miguel atesta o excelente gado desta ilha, onde a maior percentagem do gado está holandizado.

O GADO E A HISTÓRIA POLÍTICA

O gado representa a maior riqueza da ilha, que dispõe de recursos naturais adequados à criação e desenvolvimento pecuários, permitindo assim também um potencial enorme de industrialização de lacticínios. Desde o início da colonização que o gado

desempenhou papel preponderante na economia da ilha, e desde muito cedo os historiadores assinalam a existência de numerosas cabeças de gado. O mesmo historiador que atesta qualitativamente e quantitativamente a existência deste gado, Gaspar Frutuoso, também nos relata o papel que terá tido o gado na resistência dos terceirenses à invasão da armada espanhola em 25 de Julho de 1581, episódio da história local que se tornou tradicional — a batalha do Porto da Salga.

Gaspar Frutuoso relata o desembarque da armada no capítulo vigésimo primeiro (8): «Da desembarcação que fizeram certos espanhois dia de São Tiago...»

...

«Vendo a gente da terra a determinação dos espanhois e palavras e ameaças soberbas e desonestas que lhe diziam, mandaram buscar gado acima da vila de São Sebastião onde andava muita quantidade dele, para que, botando-o diante de si pudessem mais fàcilmente combater seus contrários, a qual ordem deu Ambrósio de Ávila...

...

«Chegado o gado às duas horas depois do meio-dia que seriam cento e cinquenta rezes, deram sinal à gente que ao redor estavaa, em suas estâncias, que, em vendo entrar pela banda da vila de São Sebastião por uma canada abaixo logo começassem todos a marchar por todas as partes e entrassem com os espanhois, havendo grande diferença sobre quem derrubaria uma parede que os castelhanos tinham feito da banda da vila, pera poder passar o gado para a parte do mar onde eles estavam; até que ajuntaram catorze homens muito esforçados, que, levando o gado diante de si e indo por debaixo dele, chegaram à parede que logo derrubaram, e, antes que o gado saltasse, andando o mar muito manso, vieram tanta quantidade de toninhas que o cobriram até dar nas pedras daquele porto, e, desaparecendo logo, o mar se alevantou

(8) Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*... (Livro Sexto das —) P. D., 1963.

muito alto. E tendo saltado até oitenta rezes a parede derribada, não quis a gente da terra esperar mais, mas logo começou também a saltar para a banda do mar onde os inimigos estavam, saltando primeiro o capitão Francisco Dias de Santiago com a sua gente e outros muitos, e, na companhia, um Frei Pedro da Madredeus, da Ordem de Santo Agostinho, grande prègador, em cima de um cavalo, com uma bandeira na mão, dizendo com voz alta: "Vitória, vitória, que nos dá Deus na nossa cidade de Angra e Ilha Terceira de Jesus Cristo". E posto que muitos pelouros que foram mais de trinta, deram na bandeira e nenhum deu nele. Houve tanto destroço nos castelhanos, que todos mortos na espada e às lançadas na terra, e no mar, nadando sem escapar nem tomar vivos mais que dois, um Manuel Fernandes, português, natural de Vila Viçosa, e um mancebo castelhano de Cales. Em todo o qual sucesso, depois que a gente da terra os combateu com o gado, e se determinou desbarata-los e saltar com eles onde estavam, não houve pessoa da terra que morresse, nem mais que dois feridos, durante a briga, espaço de meia hora, depois que lhe botaram o gado, da qual se diz estarem enterrados naquele porto da Casa da Salga, em certos poços, seiscentos e setenta e seis homens, fora outros muitos que o mar afogou e levou pera fora com a sua bravura, tornando logo a ficar muito manso e quieto.»

Esta versão, embora não lhe falte um tom de ingenuidade quando nos conta o episódio do mar embravecido durante a batalha e logo em seguida manso e quieto, confirma, no entanto, nas suas linhas gerais, o que os outros historiadores disseram. Alude-se à abundância de gado acima da Vila de São Sebastião, e nada nos diz que seja gado bravo, mas sim se depreende que tenha sido manso que os habitantes da região buscaram ali perto, onde ele abundava, servindo-se dele, nesta emergência, como obstáculo ou trincheira móvel.

A ideia de utilizar gado como trincheira móvel não era estratégica nova. Tito Lívio refere algures na sua relação histórica sobre a entrada de Anibal na Itália, que o grande chefe reuniu muitas cabeças de gado embravecendo-o e fazendo-o correr mediante ramos de vide amarrados aos chifres, aos quais deitou fogo.

É possível que alguém, habituado a leituras clássicas, se tenha lembrado do expediente, tanto mais que Drumond cita um Frei Pedro, da Ordem dos Agostinhos, que teria sugerido ao Governador Ciprião de Figueiredo o lançamento do gado.

O mesmo processo de defesa é confirmado pela relação do Padre Cordeiro (**História Insulana**, § 291, p. 142), em que de novo se faz referência à abundância de gado, que fora lançado para «perturbar» o inimigo:

«Vindo porem logo gente armada da Vila e lançando diante aos castelhanos muito gado para os perturbar, investiram com eles de tal sorte e com tal fúria por verem queimadas as searas do seu trigo que desbaratando os castelhanos não deixaram algum que não passassem à espada e vencidos e mortos quase todos, nem ainda os que se rendiam vivos perdoavam, antes a D. João de Basan, sobrinho do Marquês de Santa Cruz e a outro, sobrinho do duque de Alba que rendidos lhes pediam as vidas, os mataram a sangue frio e o mesmo fizeram ao mestre de campo Valdés e a muita fidalguia...»

Outra versão da Batalha da Salga, talvez a mais conhecida e repetida, é a de Francisco Ferreira Drumond nos seus **Anais da Ilha Terceira**, na qual de novo se faz referência à sugestão do religioso Frei Pedro junto do Governador Ciprião de Figueiredo, para que este lançasse «grande quantidade de gado vacum e o espantassem sobre o inimigo com aguilhão e fogo de arcabuzes porque facilmente o desordenariam e serviria de reparo aos portugueses que atrás dele acabariam o conflito desbaratando totalmente o exército dos castelhanos.»

E mais uma vez confirma também a abundância do gado:

«Como a Ilha foi sempre muito abundante de gado desta espécie (vacum), em breve tempo trouxeram os portugueses tanto ou mais do que o número dos inimigos e chegando que foi o puseram em ordem e espalhando-se de forma que tomasse a largura e tamanho do campo dos castelhanos. Então um dos seus capitães vendo o estratagema de que se usava contra eles, já discorsoado disse: "Vien com gado, ganados somos..." E assim foi porque os castelhanos se achavam cansados de escaramuçar

sem pólvora nem bala e neste tempo pensaram de se embarcar; porem tarde porque carregando os portugueses com mito ímpeto atrás do gado os investiram de tal sorte e com tal fúria por verem a mortandade e hostilidade que lhe fizeram e queimando os seus campos que em breve tempo os derrotaram.»...

É Ferreira Drumond quem fala de uma corajosa mulher, Brianda Pereira, que «com ânimo verdadeiramente varonil que muito realçava a sua formusura persuadiu os portugueses para que vigorosamente pelejassem e se defendessem e empregando a sua qualidade de esposa e mãe e assim atraiu ao seu partido outras mulheres que precisamente com os homens disputavam com mão armada o passo ao inimigo comum.»

O PANORAMA, nas suas edições entre 1856 e 1857, insere uma «Relação das coisas que aconteceram em a cidade de Angra, Ilha Terceira, depois que se perdeu el-Rei D. Sebastião em África». Esta relação foi escrita por um anónimo em 1611. O texto estava conservado pelo Padre Mestre Frei Diogo das Chagas e dele se serviu José Torres para a imprimir no "Panorama". Vem também transcrita nos vols. IX e X do "Archivo dos Açores" de 1887 e 1888. Nesta relação se conta do desembarque dos espanhóis no dia de Santiago e a tentativa de conquista, após terem posto fogo a uma vasta área de searas de trigo. Este facto, acrescido das muitas provocações que os castelhanos lançaram aos homens da ilha, ameaçando a honra das suas mulheres, teve o condão de despertar mais os ânimos à batalha, tornando mesmo feroz a resistência, morrendo apenas dezassete portugueses. Uma vez mais se nota a alusão à abundância de gado; o passo que se transcreve a seguir, tirado da referida relação, apresenta notória semelhança com o passo citado acima, de Drumond, pelo que se conclui que este, posterior à «Relação...», a seguiu de perto:

(«Como a ilha foi sempre de muito gado, dali a pouco espaço e perto havia muito, que em breve tempo trouxeram, tanto, que era mais ou tanto, como os soldados castelhanos. Em chegando os pastores que com ele vinham o puseram por ordem todo espalhado, que tomasse a largura e tamanho como o campo que tinham tomado os castelhanos, e atrás do gado a gente toda, de maneira

que deram sobre os soldados castelhanos, que, quando chegaram os que iam em retaguarda, não acharam que matar.»

Deve acrescentar-se que a «Relação...» do PANORAMA apresenta algumas divergências com a opinião geral dos historiadores da ilha: Ferreira Drumond fala-nos na heróica Brianda Pereira, «com ânimo varonil que muito realçava a sua formusura», incitando à defesa e ao desagravo; nesta «Relação...» fala-se de uma pobre mulher, Ângela Pereira, que ao ver arder as searas, a sua fazenda tomada e o marido cativo e ferido, desatou a gritar como uma doida e «com as lástimas que dizia animava os portugueses para que melhor pelejassem». É possível que Drumond exagere, acentuando a auréola de beleza e coragem heróica de Brianda Pereira; no entanto o apuramento dos factos para a conclusão da verdade histórica exigiria um trabalho especializado.

Todos os pormenores episódicos que variam em certo grau de historiador para historiador não conseguem desvirtuar esta verdade intangível: a resistência foi levada a cabo com êxito, com o auxílio de um estratagema baseado numa grande riqueza da ilha — o gado.

Naturalmente que a ilha não permaneceu inexpugnável, e o estratagema não podia continuar sem que os espanhóis, marcados pelo primeiro insucesso, lhe preparassem estudado contrataque. A 27 de Julho de 1583, conta o Padre Cordeiro (op. cit.), o exército de resistência da ilha mandou vir mil vacas na vanguarda contra o inimigo desembarcado; «porem este abrindo-se e dando lugar às vacas, tornando-se logo a fechar», fez travar longa batalha que obrigou os terceirenses finalmente a capitular, na enseada da «Casa das Mós».

De um ponto de vista literário, estes ataques de castelhanos não passaram despercebidos. Manuel da Câmara inclui nos seus **Vinte Contos Insulanos** uma versão da derrota da Salga que parece continuar a linha de heroicização de Brianda atestada em Drumond. «A Formosa Brianda» é uma patriótica e entusiástica narrativa, romantizando a tentativa de D. Pedro de Valdez, de 15 de Julho de 1581, para subjugar a Terceira, resultando num espectacular fracasso, mediante o ardil do gado: a formosa

Brianda, mulher de Bartolomeu Lourenço, resiste às propostas adúlteras de D. João de Bazan, e para vingar a destruição dos seus bens, chefia ela própria a resistência, que sai vitoriosa graças ao estratagema sugerido por Frei Pedro, de lançar gado bravo contra as hostes inimigas.

Nada nos diz, porém, que se tenha tratado de gado bravo: todos os testemunhos citados falam genericamente de gado vacum, abundante na ilha, ou aponta-se ainda gado vindo de um pouco acima da vila de São Sebastião.

Outro tratamento literário recebeu o apaixonante tema da história local; a Rev. ATLÂNTIDA insere nos n.º 4-5 (vol. VII) (Angra 1963) uma interessante narrativa histórica da conquista da Terceira por Filipe II, após a amarga derrota da Salga. O seu autor intitula-se «O Senhor do Escorial e a Bela Açoreana Cativa», e na Parte II, «Pão, touros e liberdade» apresenta uma versão da Batalha da Salga, em que se confirma a inspiração na história clássica da estratégica do gado. Aponta-se, porém, gado bravo:

«A luta prolonga-se por horas. Os veteranos espanhois agarram-se ao terreno e causam pesadas perdas, mal se apercebendo do invulgar logro que os espera, na renovação de um dos macabros episódios das guerras púnicas, sugerido por Frei Pedro, como velho leitor da história clássica e das lutas entre Roma e Cartago.

«A inspiração era realmente genial: largar uma manada de gado bravo, na dianteira do invasor, e, aproveitando a surpresa, dar o assalto final».

Os toiros, lançando o pânico, com inesperado ataque, teriam provocado pesadas baixas, «esvaziando ventres e cilindrando corpos, na poeira ensanguentada»... Que anos mais tarde foram encontradas ossadas naquele ponto da costa terceirense, não resta nenhuma dúvida; porém não era necessário que forçosamente se tratasse de toiros para lançar a confusão, cilindrando os corpos daqueles que atabalhoadamente procuraram retirar-se para as embarcações que os haviam trazido a terra, seguros de uma vitória fácil...

ECONOMIA: O TRABALHO, O LEITE E A CARNE

A primeira riqueza derivada do gado é a produção de leite.

No entanto o gado bovino serve ao trabalhador rural também como animal de tiro, ao carro e à charrua, e como produtor de carne.

Sob o nome de funções económicas, aptidões ou serviços, entende-se o total de produtos que o homem aproveita da criação dos animais domésticos.

De uma maneira geral os produtos que se colhem da animicultura dividem-se em três grupos:

Produção de trabalho	ou	**dinamopoiese**
Produção de leite	ou	**galatopoiese**
Produção de carne	ou	**creatopoiese**

Do ponto de vista económico o que mais interessa é a galatopoiese, isto é, a produção de leite, pois a carne deve ser encarada como um sub-produto do leite. Razões de ordem natural indicam claramente a preferência pela produção de leite. São precisos cerca de 80 quilos de erva para a produção de 1 quilo de carne e cerca de 90 quilos de erva dão 30 quilos de leite!

80 k erva	.....	1 k carne
90 k erva	.....	30 k leite

Parece claro o espantoso poder de conversão de forragem em leite, que o animal possui, e daí a riqueza que reside na produção de leite, que além de ser um alimento de poderoso valor nutritivo, básico na vida quotidiana, permite um grande potencial de industrialização na exploração dos seus derivados. Cuidadosamente seleccionado o tratado, o gado de leite permite um alto rendimento; e as crias-macho servem para a carne. Assim se fazem ambas as explorações — leite e carne — tornando a carne sub-produto do leite.

Como já se disse, o lavrador terceirense, apesar de usar o gado para o trabalho, prefere o gado leiteiro. Se bem que a utilização do gado leiteiro em trabalho seja uma má norma de administração, e revela uma certa pobreza, no entanto demonstra

a consciência de que o valor da exploração está no leite e que só como remedeio, cumulativamente serve para o trabalho.

A produção do leite conscienciosamente controlada indica um avanço zootécnico grande.

São Sebastião é a freguesia com maior produção de lacticínios da ilha, e a zona circundante é uma das mais ricas da ilha. Na Federação de Lacticínios de São Sebastião registou-se a seguinte produção leiteira em 1965:

Janeiro	31 075	litros
Fevereiro	27 572	»
Março	56 113	»
Abril	80 164	»
Maio	118 040	»
Junho	101 692	»

Até Maio a produção é crescente, e depois diminui, o que se deve à parição das vacas, que então ficam «na sua força de leite», como diz o povo.

Desde há bastante tempo datam as tentativas do fabrico científico e exportação da manteiga da Terceira. Ao lavrador José Luís Sequeira (primeiras décadas do Séc. XX) se deve importante impulso para o fabrico de manteiga e de queijo, tendo contratado um técnico francês, M. Chassereau, para a fábrica que fundou no lugar do Reguinho, freguesia de São Bento. Uma das grandes novidades para a época de José Luís Sequeira foi o facto de sob a sua acção se terem trazido desnatadeiras. A freguesia da Ribeirinha exportou sozinha vários anos manteiga, e a freguesia das Fontinhas, freguesia interior do N. E. da ilha, possuiu uma fábrica, como se pode ver pelo jarro de loiça que a traz estampada (v. fotogr.).

O fabrico da manteiga caseira tinha grande importância, sobretudo na vida rural; à manteiga era dada a forma cónica e conservada sob esta forma: era o que se chamava um **«pelo de manteiga»**, que hoje já não se usa, pois a manteiga comercializada tomou-lhe definitivamente o lugar.

É curiosa a explicação da designação **«pelo de manteiga»**. «Pelo» é primeiramente «pelo» do cabelo, isto é, maneira como antigamente se enrolava o cabelo, em espiral, formando uma espécie de cone na nuca. Diz-se nesse sentido «ter bom pelo». Por semelhança de forma da manteiga feita em casa com o «cone» do cabelo, que se usava frequentemente, passar-se-ia a chamar, por comparação, um «pelo de manteiga». A expressão é ainda hoje bastante conhecida, mas tenderá a desaparecer por cair em desuso o processo respectivo.

O processo de venda do leite era muito diferente do actual. A Terceira actualmente possui moderno equipamento industrial de lacticínios, nas suas Federações, mas ainda há menos de cinquenta anos o leite era vendido pelas portas em «cabaças». O «homem do leite» (v. foto) na Terceira constitui uma figura típica regional, com o «seu barrete de bolota», a sua camisa branca e calças escuras, de «pano da terra». A cabaça constitui um objecto típico e marca uma época e uma fase económico-social da ilha; era a fase da autonomia regional em que o homem rural, não sujeito ainda à técnica niveladora de tipos humanos, buscava nos meios que a terra punha ao seu dispor, os termos da sua auto-suficiência: comia os produtos da terra, vestia o «pano da terra», transportava o leite em cabaças obtidas de espécie vegetal que ele próprio plantava e preparava...

A **«cabaça para leite»**, designação vulgar da «Lagenaria Vulgaris», é semeada pelo homem rural, que então lhe dá o nome de **«pé de cabaça»**. Quando estão bem «encascadas», isto é, duras, apanham-nas, abrem-lhes a «boca» e com uma verga tiram as pevides que estão dentro. Em seguida enchem-nas com água e pedras, para as lavar, a fim de não ficar nenhum miolo pegado. Mas as **cabaças** já não se usam, e mesmo poucos são os que ainda sabem o processo da sua preparação: são hoje objectos de propaganda turística e de museu.

Além do fabrico de manteiga em casa, hoje caído em desuso, é costume fazer-se o chamado **«crostes»**, espécie de queijo com o leite sem gordura, após três dias de «parida a bezerra». O melhor leite para o «crostes» é o leite de uma vaca que pariu

há três dias, e até ao quinto dia, aproximadamente; só esse «leite tenro» é que é utilizado para o fabrico do «crostes». O processo é o seguinte: o leite ainda sem gordura de uma vaca que pariu há três a cinco dias é fervido num tacho, depois vertido num pano próprio para tal fim, que se amarra como um saco fechado, e vai-se apertando o pano para escorrer; o que fica dentro do pano é que se chama o «crostes», e é uma espécie de requeijão. Visto que só depois de passados cinco dias da parição é que o leite tem condições para ser aproveitado para seres humanos, o leite destes primeiros dias é assim aproveitado para o fabrico do «crostes».

Etimologicamente será «crostes» derivado do lat. **crusta** (R E W³ 2345)? No citado dic. de Mayer Lubke apresenta-se o catalão **crostos**, a par com o port. **crostoso**, como derivados de **crustosus** (R E W³ 2346).

O SISTEMA DE PASTOREIO

O pastoreio na Terceira assume uma forma sedentária, devido ao clima, à geografia física e todos os factores que daí advêm, numa ilha de pequena superfície.

Na América do Sul, no Brasil, por exemplo, milhares de cabeças de gado ocupam os pastos de engorda, e mais tarde são levados para venda a sítios muito distantes; depois os boiadeiros espalham-se aos longínquos centros de cria para comprar e arrebanhar gado magro, começando de novo o ciclo da engorda. Se o clima é de seca, com aquele céu de «terrível azul» de que falam os romancistas do Nordeste brasileiro, a seca obriga à mudança de pastos, e os bois comem gravetos, cascas e raízes de árvores... Mas num clima insular como o da Terceira, que faz emergir do Atlântico Norte apenas cerca de 500 km^2 de superfície, não há nada de semelhante.

O «homem do campo» da Terceira contenta-se em levar de madrugada o gado para as pastagens, que geralmente ficam no interior (visto que a maior parte das freguesias ficam na orla marítima), e à tardinha recondu-lo para o sítio onde passará a

noite. É frequente, à tardinha, encontrar-se muito gado pelas estradas principais da ilha, conduzido em grandes ou pequenas manadas, e muitas vezes tangido por um adolescente ou uma criança, enquanto o pai tarda noutras tarefas. O gado é assim conduzido quotidianamente, conforme a alimentação das diferentes fases do ano agrícola, as várias regiões pastoris e as possibilidades materiais dos lavradores.

É preciso distinguir duas designações populares do gado, conforme a zona de pastoreio:

«Gado de baixo», designação que indica que a zona de pastoreio é nas zonas baixas, geralmente junto das povoações;

«Gado de Cima», designação que indica que a zona de pastoreio se estende pelo interior da ilha, nas zonas desabitadas e na maior parte das vezes altas.

Em alguns sítios «gado de baixo» é apenas o gado de trabalho ou gado manso, que vive junto do povoado, e «gado de cima» o gado bravo do interior e o gado alfeiro ou alfeirio, isto é, o gado que não dá leite ou não tem cria.

A este respeito veja-se o que diz o Dr. Luís Ribeiro, num artigo sobre o pastoreio terceirense: (9)

«O gado leiteiro pasta em separado do gado bravo, em «criações», isto é, pastagens mais ricas, vedadas, e em lugares baixos e abrigados, no interior da ilha, pelo que lhe chamam, de um modo geral, gado de baixo, em contraposição ao gado de cima ou gado do alto, que anda pelos sítios mais elevados e desabrigados, e é o gado bravo e alfeiro».

Esta distinção, como se vê, é ligeiramente variável; de um modo geral um facto é assente: o gado bravo e alfeiro é «gado de cima», o gado manso, utilizado para leite e trabalho, é «de baixo». Na Ribeirinha, por exemplo, às vacas do mato, bravias, chamam «gado de cima» ou «de curral»; às mansas, que geralmente ficam junto da porta, chamam «de baixo».

O sistema de pastoreio terceirense inclui, como se mencionou, as chamadas **«Criações»**, pastagens vedadas, devidamente

(9) Dr. Luís Ribeiro, «Pastoreio na Ilha Terceira», Bol. do Inst. Hist. da I. Terceira, n.º 1, 1943.

cuidadas, para comportar e alimentar muitas cabeças de gado bravo ou manso; são distribuídos de modo vário, pelos planaltos ou planícies do interior, ou pelas vertentes das serras.

Várias «criações» tomaram nomes próprios: a Matela, o Paúl; e a Criação do Meio, as Veredas e o Romanial, famosas criações de gado bravo há alguns anos.

Além de criações, o gado tinha ao seu alcance o chamado baldio, isto é a terra não vedada, não tratada, inóspita, aberta ao domínio comum. O gado devidamente assinalada para identificar o seu possuidor, era lançado para o terreno comum, onde, por isolamento, se tornava bravio e arisco: deste facto provem a expressão popular «bravia nem gueixa de baldio», isto é, como a bezerra que vive no baldio.

Ao baldio, terreno aberto, chama o povo **«vàdio»**, por etimologia popular. Não se deve tomar em conta a troca inicial do b por v, pois trata-se apenas do cruzamento mental com vâdio, e com o verbo vadiar, por sugestão do conceito e da fonética de vàdio, que se associa ao conceito e à fonética de baldio. Assim uma palavra de mais difícil compreensão para o povo, é logo entendida e substituída por outra, que se aproxima pela fonética e se associa também pelo sentido. Trata-se, portanto, de um caso de etimologia popular, em que uma palavra mal entendida é substituída por outra que se lhe associa por semelhança de sons e aproximação de conceitos.

«Baldio» é um termo cuja etimologia é discutida:

Segundo o Dic. da Ling. Port. de Cândido de Figueiredo, baldio, que significa «terreno inculto, maninho», provém do árabe **baladi**. No dic. de Morais (6.ª ed.) parece relacionar-se o termo com palavra árabe da mesma família, o verbo **balada**, "habitar em lugar deserto, sem cultura"; mas aponta-se talvez o céltico **bald** "calvo" (terra calva de arvoredos), o que apresenta verosimilhança. No dic. de Meyer Lubke (R. E. W.[3] 991) aponta-se o ár. **batil**, "gratuito"; o mesmo étimo é citado do R. E. W. por José Pedro Machado (D. E. L. P.), s. v. balde 2, afirmando que balde provém de **batil** e que decerto baldio é derivado de balde com a terminação românica; mas acrescenta J. P. M. que parece em

árabe **batil** já significar terreno estéril e sem cultura, sem para isso ser necessário recorrer à forma balde. Para dar consistência a esta hipótese, J. P. M. cita Dozy quando este transcreve um passo do explorador africano Richardson: «the country is batel (good for nothing)», (Sahara I, 61).

A origem árabe parece de carácter definitivamente aceitável, e ninguém contestou a relação de baldio com o ár. bâtil, "gratuito, em vão". Este sentido está presente em várias palavras da mesma família: balde, debalde (— em vão), port. arc. baldoar e baldio como adjectivo para significar vão, de que temos um exemplo em Sá de Miranda, em pleno Séc. XVI, exemplo aliás citado por J. P. Machado (D. E. L. P.):

«Mal as noites, mal os dias,
com medos e com suspeitas,
fazendo contas baldias,
que asinha serão desfeitas».

Obras completas, ed. 1937 I, p 50

O baldio e a «Justiça da Noite»

O pascigo comum no baldio, terreno inculto e aberto, traz um problema social se esse terreno for de futuro tratado e fechado. O aproveitamento florestal e agrícola do baldio traduz um avanço considerável na economia, e permite a utilização do terreno em proveitos vários; no entanto as comunidades agro-pastoris são geralmente ciosas dos terrenos de pascigo comum, e vêem como uma violação à propriedade comum todas as divisões feitas em terreno aberto.

As divisões praticadas nos baldios a norte da Ilha Terceira provocaram a intervenção da «Justiça da Noite», designação de «uma espécie de associação secreta que operava os derrubamentos das vedações dos baldios e tinha acção directa na manutenção da ordem e da moral no seio das famílias de uma freguesia» (10).

(10) Ten. Cor. F. Lopes, «Vocabulário Regional Terceirense» in Bol. Inst. Hist. da I. Terceira n.º 17, p. 58.

A «Justiça da Noite» ainda operava há alguns anos com intensidade; a sua acção era temida em quase todos os pontos da Ilha.

Em **Gente do Monte**, pequena série de contos de temática regional terceirense da autoria de Frederico Lopes (João Ilhéu), lê-se a narrativa de uma intervenção da «Justiça da Noite», no conto intitulado «Justiça da Noite».

Um protagonista, o Aiveca, queixa-se do atraso dos companheiros, demonstrando conhecimento e experiência do tipo de missão que iam desempenhar:

«— Raí's me partam se me meto noutra! Eles que se avenham. 'tá bonita esta! Os outros é que têm gado, a eles é que faz falta o pasto, e com o Aiveca é que vem ter p'ás demandas com os senhores da cidade. Eu é que sou tolo em me meter nestas coisas. Tapam os baldios que são do povo? Bem me importa a mim...».

Gente do Monte, p. 50.

«Uns rumores de passos na canada fizeram-no erguer. Em baixo, na curva em frente da bica, meia dúzia de homens de varapaus ao ombro, embuçados em chales negros que mantinham enrolados à volta do pescoço, caminhavam em direcção ao palheiro. Falavam pouco e em voz baixa, e só o ouvido apurado do Aiveca poderia ter notado a sua aproximação, pois vinham todos descalços e sob os pés nus os seixos do caminho quasi não buliam.»

p. 52-53

«O Aiveca passou o bordão à frente, encostou-o ao peito, e metendo na boca os dois mínimos soprou com força. Um apito prolongado partiu, a alongar-se pelo baldio adiante, repetido de quebrada em quebrada até ao longe. Dos lados do Galhardo e da Bagacina não tardaram outros a soar, cruzando-se ainda nos últimos ecos, e dali a pouco, saltando à estrada, vultos negros apareceram, aqui e além, estendidos ao longo das vedações. Aproximaram-se uns dos outros, procurando ajustar os tabuões à face rugosa dos muros. Depois enfiaram as conteiras grossas em

buracos das paredes e esperaram o sinal combinado. Do alto da colina o Aiveca observava a manobra, atento, pondo a mão na pala sobre os olhos, e depois de certificar-se de que toda a gente estava a postos, apitou novamente.

Desta vez porém não foram os ecos que responderam aos silvos prolongados do Aiveca. Foi um ruído enorme, cataclísmico, como de uma rocha inteira a fender-se e a esboroar-se, rolando os pedregulhos no vértice imenso que um sismo de súbito provocasse.

Alvoroçado, o gado alfeirio largou em correria pelo pasto, numa chocalhada macabra que nem a fantasia wagneriana seria capaz de traduzir, e que por espaço de alguns segundos se confundiu, em ressonâncias longínquas, com o rolar da brita mais miúda, por entre os últimos calhaus, até perder-se de todo no infinito.»

p. 57-58

A «Justiça da Noite» não operava só para derrubamento de vedações colocadas nos baldios; para se fazer uma ideia do carácter desta organização secreta deve acrescentar-se outro exemplo da sua intervenção, desta vez não através de uma criação literária, mas um testemunho oral:

Um homem em São Mateus, freguesia a cerca de dois quilómetros da cidade, abandonou a mulher para viver com uma amante. A «Justiça da Noite» interveio e ele mudou-se com ela para a cidade. Apesar do policiamento da cidade e da iluminação pública, a «Justiça da Noite» veio buscá-lo e levou-o para São Mateus, durante a noite, obrigando-o no caminho a ajoelhar diante de cada igreja por onde passavam. Assim o marido foi obrigado a viver de novo com a mulher, com quem se reconciliou. São vários os casos em que a «Justiça da Noite» foi surpreender os amantes, levando-os assim tal e qual os encontrava vestidos, o marido para a sua casa, a amante, expulsa, para fora da freguesia. Casos havia que incluíam formidáveis surras, quando o insurrecto já houvera sido avisado várias vezes...

Esta imposição de castigos por instituição privada da loca-

lidade, lembra o que vem descrito pelo Dr. Jorge Dias: «Nos casos de rebeldia muito graves, o insurrecto pode ser expulso de vizinho, isto é, excluído da assistência da comunidade em todos os trabalhos agrícolas; [...]» (**Vilarinho da Furna**, p. 60).

Um estudo dirigido essencialmente para a investigação pormenorizada do que foi e donde proveio a «Justiça da Noite» constituiria matéria de fundo interesse, lembrando certas formas de banimento e castigo medievais, mas a referência feita a esta instituição foi feita com o propósito de demonstrar apenas a reacção das populações rurais ao que eles encaram como um direito incontestável: a fruição livre e geral do baldio.

Actualmente as populações rurais, cujo nível de vida foi sem dúvida muito melhorada nos últimos anos, compreenderam e apreciam os benefícios do Aproveitamento Florestal dos baldios, e dos valiosos trabalhos silvícolas e agro-pastoris do centro e norte da Ilha, abrindo estradas, preparando fecundas pastagens e preenchendo zonas despidas com bosquetes de apreciável valor paisagístico.

As vias de penetração

Uma das vias de penetração para os pastos e regiões pastoris da Ilha, são as «canadas», caminhos estreitos, uns ligando a estradas, outros sem saída, uns transitáveis para os veículos rodoviários comuns, outros apenas acessíveis a carros de bois, ou por vezes mesmo incapazes para qualquer veículo.

As canadas levam para o interior, ligando as zonas povoadas às relvas, matas e pomares, sendo as «canadas» de mais baixa altitude habitadas. Geralmente a mais de 300 metros já não são habitadas. As canadas distribuem-se por toda a ilha; a lista seguinte permite fazer uma ideia da sua variedade e apreciar os nomes por que são conhecidas:

Canada dos Baptistas
Canada do Barreiro
Canada de Belém
Canada da Bezerra

Canada das Bicas
Canada das Cales
Canada do Capitão
Canada do Capitão-Mór
Canada dos Cinco Reis
Canada do Côxo
Canada da Cruz Dourada
Canada dos Diabretes
Canada dos Folhados
Canada Francesa
Canada da Luz
Canada do Mato
Canada do Meio
Canada do Miradouro
Canada do Negro
Canada Nova
Canada dos Pastos
Canada dos Picos
Canada dos Pomares
Canada da Praia
Quatro Canadas
Canada do Saco
Canada da Saúde
Canada Suja
Canada de S. Bartolomeu
Canada das Vinhas

O estudo dos nomes próprios de lugar — a Toponímia — pode revelar interessantes factos de valor histórico, esclarecer questões etimológicas, ou evidenciar tendências de uma região. Além dos casos em que a canada toma o nome próprio do lugar a que pertence ou mais próximo, (por exemplo Canada da Praia; de S. Bartolomeu; do Barreiro) há outros em que o nome é significativo, demonstrando o tipo de zona a que conduz: Canada do Mato, dos Pastos, dos Pomares, das Vinhas.

Há muitas «canadas» nas regiões mais baixas e mais planas,

acessíveis a que mvem das estradas nacionais e municipais ou de qualquer estrada de relativa importância rodoviária. As «canadas» aparecem com frequência na região compreendida entre Angra e S. Bartolomeu. A zona de menor número de canadas é a compreendida entre Santa Bárbara e Quatro Ribeiras. Em contrapartida em toda a zona oeste da Ilha abundam as «Ribeiras», que aparecem como designação.

SOCIOLOGIA

Faz parte fundamental do método das Ciências Sociológicas a consideração do indivíduo como elemento integrante de um grupo. O indivíduo não é visto como um ser isolado, mas como representante de um grupo ao qual se liga por certas afinidades. E como todos nós ocupamos uma certa função ou posição na vida, estamos susceptíveis de ser integrados num grupo, isto é, fazemos forçosamente parte de um grupo. Mais: fazemos parte não de um grupo mas de vários simultaneamente, pois as perspectivações sociológicas são variáveis ilimitadamente. O mesmo indivíduo está integrado em vários grupos: no sexo, na família, na profissão, na freguesia, no país, etc.; por outro lado esse mesmo indivíduo pode estar inscrito numa associação desportiva, num clube, num sindicato, pode ser membro de um organismo ou de uma academia. O primeiro tipo de relações são aquelas que forçosamente envolvem todo o indivíduo; o segundo tipo de relações é constituído por aquelas que o indivíduo contrai voluntariamente, para certos fins.

Há assim associações «de facto», inerentes, aquelas a que se pertence automaticamente, e associações «de jure», contraídas, com compromisso.

«Lavrador» e **«pastor»** são associações inerentes a determinadas funções e a uma estratificação social de índole agro-pecuária. São classificações estratificadas, que se ganham automaticamente com a função que se desempenha na estrutura económica-social. São, portanto, grupos sociais do 1.º tipo considerado.

Na Terceira, a estrutura económica-social do ponto de vista agro-pecuário compreende o **lavrador abastado**, o **lavrador médio**,

o **pastor** e a classe especial dos **criadores**, isto é, o criador de gado bravo a que os espanhóis chamam «ganadero».

O lavrador abastado é aquele que possui lavoura sua em quantidade suficiente para lhe permitir vida autónoma, independência económica e criações numerosas para largas transacções de gado. O lavrador médio, — a maioria — é aquele que possui uma pequena lavoura sua mas simultaneamente é rendeiro. Geralmente os produtos da sua lavoura permitem-lhe obter as rendas para a lavoura alugada.

Mas todos os lavradores, mesmo os mais pobres, fazem por ter «uma terrinha sua» (11).

Os «pastores» são os homens que tomam conta do gado, levando-o aos pastos, apartando-o, ordenhando-o, tratando-o.

Como a ilha é essencialmente de economia bovina, o pastor é por via de regra, o pastor de gado bovino.

«Lavrador, «pastor», «criador, — eis a escala sócio-económica na estrutura agro-pastoril da ilha Terceira, em posição de interdependência. O lavrador é o proprietário ou o rendeiro, ou simultaneamente ambas as coisas; o pastor é o homem da lide do gado, e portanto, na dependência do proprietário que é o lavrador; o criador por sua vez também, na sua dependência, numerosos pastores, que lidam com o gado bravo. Há assim pastores de gado manso, isto é, gado de trabalho, e pastores de gado bravo.

O trabalho dos pastores é duro e até por vezes arriscado; têm a seu cargo a **apartação** do gado, a condução deste de pastagem para pastagem, a ordenha, etc.

O seu vestuário é condicionado pelas suas tarefas, adaptando-se ao clima e à geografia do terreno: isto é, o habitat do

---

(11) No Alentejo a escala social agro-pecuária é — lavrador, dono de uma lavoura; lavrador rendeiro, o lavrador cuja herdade de que desfruta é propriedade de outrem, que se chama senhorio. Aos campónios a quem os lavraores encarregam a pastoreação e guarida dos seus rebanhos, dá-se o nome genérico de ganadeiros (esp. ganadero) que tomam nomes especiais conforme a espécie de gado de que se encarregam: boeiros, porqueiros, vaqueiros, eguariços. Aos guardadores de lanígeros é que se dá o nome de pastores. (Veja-se J. S. Picão, *Através dos Campos*)

pastor reflecte-se no seu vestuário. Esta forma de condicionamento é uma relação que influi na vida social humana e nela penetra: ecologia no seu sentido mais amplo, pensa Gilberto Freyre, em que o critério sociológico sofre confusão com o geográfico.

O pastor da Terceira não corre atrás do gado em **facas** como o campino do Ribatejo; tem de trilhar caminhos acidentados em solo irregular, sob o frequente torpor da humidade.

O pastor terceirense usa um **barrete de bolota**, de lã, redondo, com a sua borla pendente; uma **camisola** de linho, com a gola aberta, e umas calças de côr escura, castanha ou preta, que outrora eram de **pano da terra**, tecido confeccionado com a lã dos carneiros e feito nos teares caseiros, tendo estes uma rica tradição (12). Usam, como calçado rudimentar, umas **sapatas** (ou albarcas) de sola de coiro grosso, amarradas no peito do pé com tiras também de coiro, mas bastante mais delgado. Estas sapatas têm apenas como protecção a sola, pois que as restantes tiras, muito delgadas, nada encobrem do pé.

Deve acrescentar-se que a maneira de trajar dos pastores não constitui norma. A rigorosa tradição de vestuário que costuma servir para caracterizar os povos, não pode deixar de ceder perante a ofensiva das comunicações modernas.

A frequência e facilidade de comunicações rodoviárias à volta de toda a ilha, a expansão do progresso que chamamos civilizacional, levando o asfalto, a luz, a água, o cinema às freguesias rurais, torna-as, é certo, um pouco mais incaracterísticas e menos tradicionais, mas o seu urbanismo traduz um louvável estímulo de renovação e progresso, um nivelamento saudável com os benefícios com que a ciência e a técnica universalizantes tendem a abolir as barreiras entre os povos.

Os povos rurais hoje preferem as roupas cómodas da cidade às roupagens tradicionais que surgem como atávicas, os instru-

---

(12) Pensemos que nos teares caseiros terceirenses se faziam, as *colchas de tear*, de técnica completa e cuja policromia é por vezes um segredo haurido em plantas da ilha, que fornecem os corantes. O tear e as suas técnicas adstrictas, constituem uma profunda e vasta matéria de estudo.

mentos modernos de trabalho aos antigos e incómodos, enfim, os plásticos e os terilenes vendidos em carros ambulantes, etc. Se eles têm as coisas à mão, se lhes têm acesso fácil, não hão-de seguir o adágio rural que todos eles conhecem de... que «quem tem burro e anda a pé, mais burro é»?

CRIADORES E LAVRADORES

Alguns nomes estão ligados à ilha Terceira por se relacionarem com a história da lavoura, o melhoramento de pastagens ou ricas criações de gado.

José Luís Sequeira

Uma das mais importantes figuras ligadas à lavoura terceirense foi José Luís Sequeira. O «senhor Sequeira», como era conhecido, veio de S. Jorge bastante novo para a ilha Terceira e aí desempenhou papel notável na última década do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX. Foi proprietário das terras e pastagens nos lugares denominados o **Paúl,** nome por que é conhecido o peneplanalto a oeste da Serra do Cume da ilha, e a **Matela**, que ele arroteou e semeou com gramíneas importadas de Inglaterra. As pastagens da Matela ainda hoje conservam, a par das ervagens nativas, as introduzidas por Luís Sequeira. Foi, de facto, nas suas propriedades da Matela e do Paúl que se fizeram as primeiras sementeiras. Ainda nestas propriedades foram ensaiados vários adubos químicos que Sequeira importou e empregou pela primeira vez. Segundo José da Lata, nome popularíssimo do lavrador e proprietário José Martins, que ainda conheceu Luís Sequeira, as referidas propriedades são da melhor terra, mesmo trabalhada há sessenta anos, dada a «bondade das coisas que deitou na terra».

José Luís Sequeira foi um dos mais avisados e inteligentes lavradores da sua época, que introduziu e adoptou na ilha Terceira novas e progressivas técnicas agro-pecuárias. Os métodos novos de exploração agrícola introduzidos por Luís Sequeira eram

predominantemente de inspiração anglo-francesa. No sector da pecuária foi o introdutor de novas raças leiteiras (Shorthorn, variedade leiteira, importada em grande quantidade, nessa altura com sucesso; Airshyre e Guernesey). A ele se deve a primeira tentativa científica do fabrico de manteiga e particularmente de queijo, tendo para isso contratado um técnico francês, M. Chassereau, para a fábrica que fundou no lugar do Reguinho, na fregesia de S. Bento, outrora ainda arredores da cidade.

Quando em 1901 o rei D. Carlos e Dona Amélia fizeram a visita de soberania aos Açores, foi Luís Sequeira quem, no Paúl, ofereceu ao rei um almoço uma grande **parada de gado**. Como testemunho temos as quadras dos cantadores populares, improvisadores que costumam ser convidados para animar as festas e banquetes em honra de visitantes. Referindo-se a essa festa e dirigindo-se a José Luís Sequeira, o cantador Chico da Vila cantou assim:

Da nossa ilha Terceira
Sois um grande cavalheiro;
Vós vos sentastes ao lado
Do rei Dom Carlos primeiro.

Pelo Chico da Vila se fica a saber que o rei levou um retrato do lavrador anfitrião para o mostrar à rainha mãe.

Sei que o vosso retrato
Foi na sua companhia,
Para ser apresentado
A Dona Maria Pia.

José Luís Sequeira foi na realidade um homem excepcionalmente progressivo a quem a agro-pecuária da Terceira deve os seus primeiros e fundamentais passos; deve, no entanto, acrescentar-se que Sequeira não teve gado bravo.

Foi conselheiro técnico dos Corvelos, da Terra-Chã, grandes proprietários e criadores de gado bravo. José Luís Sequeira era

conhecido e admirado em toda a ilha, e encarnava o verdadeiro tipo do «gentleman farmer».

Os Corvelos

Os Corvelos foram célebres criadores de gado bravo, ao mesmo tempo que grandes proprietários. Estavam estabelecidos na Terra-Chã, e a sua casa agrícola, junta da actual igreja paroquial, foi adquirida ao Morgado Moniz Corte-Real. Os Corvelos vieram muito novos e com a mãe viúva, da freguesia dos Altares, estabelecer-se na Terra-Chã, onde se dedicaram ao comércio da laranja, então florescente e exportada para a Inglaterra.

Trabalhadores e perseverantes sob acção varonil da mãe, amealharam bons fundos que foram investindo na compra de propriedades, especialmente terras e pastagens. Das propriedades adquiridas, além da casa e terra circundantes já referidas, foram os Corvelos donos de vastas criações de gado bravo, cujos nomes mais conhecidos foram a **Criação do Meio**, o **Moçambique**, as **Veredas** e o **Romanial**. Desta família Corvelo deixaram nome saliente, como criadores de gado bravo, os irmãos Manuel e Cândido Corvelo. Os toiros dos Corvelos foram dos mais afamados no primeiro quartel deste século. Ambos estes irmãos se dedicaram à lide do gado bravo de que eram excepcionais peritos.

Uma nota curiosa: os Corvelos, ricos proprietários, recusaram sempre até ao fim da vida, andar calçados. Mortos solteiros, sem descendência, os seus bens foram partilhados por dois dos seus mais antigos maiorais ou feitores, Cândido das Bicas e Manuel Chorica, que ainda mantiveram durante algum tempo as criações de gado dos patrões. Mas eles morreram com eles. Já não há toiros dos Corvelos.

Morgado de Barcelos e família

Da família Barcelos devemos salientar o velho Morgado Barcelos, e o filho, Dr. Diogo de Barcelos, juiz. Tanto o «Morgado velho» como o Dr. Diogo foram grandes criadores de gado bravo e proprietários latifundiários. Dos numerosos filhos do Dr. Diogo

de Barcelos dois continuaram as tradições familiares de criadores de gado bravo: o Dr. João de Barcelos, que foi notário de Angra, e Manuel de Barcelos, também falecido. O gado bravo da família Barcelos teve justa fama na primeira metade do século XX. Era esta família proprietária das criações denominadas **Boins**, no centro da ilha, próximo do pico da Bagacina. Teve fama há quatro décadas um toiro denominado popularmente o «toiro da senhora» (por ser propriedade da viúva do Dr. Diogo), que se dizia vir à estrada esperar as pessoas que passassem.

A família Sieuve de Menezes

A família Sieuve de Menezes, a quem pertenceram os Condes Sieuve de Menezes, também criadores de gado bravo, especialmente o primeiro Conde, que dava as afamadas touradas de S. Bento. Continuando a tradição familiar, D. José Sieuve de Menezes, já falecido, foi proprietário de um grande curral de gado bravo, tendo como seus pastores dois homens que deixaram nome: o Catrina, cujo nome passou também para um dos toiros, e o José Martins Pereira, conhecido pelo José da Lata, cuja iniciação toureira foi feita com o falecido major Rego, proprietário da criação do Chama.

Há ainda dois ou três lavradores que eventual e intermitentemente aparecem com currais de gado bravo. Neste número se menciona o lavrador Pedro Parreira e os Rebolos da Ribeirinha. Houve também um lavrador, Felix Machado Barcelos, que nas duas primeiras décadas do século XX teve vasto curral de gado bravo.

Os actuais criadores

A «aficion» em nível alto, isto é, de grandes criadores, é hoje mantida por dois criadores de gado bravo, popularíssimos: José Dinis Fernandes (José Albino), e José de Castro Parreira. Este último tem procurado manter a tradição do gado bravo com o refrescamento de sangue por sementais importados do

Ribatejo, especialmente **miuras**. Paralelamente com a tradição de gado bravo há uma instituição a ela intimamente ligada: as **«ferras»**, onde se faz a marcação a fogo dos bezerros, a sua experimentação e selecção como futuros toiros. As **«ferras»**, como nos referiremos com mais pormenor em cap. posterior, constituíram no passado festas de larga repercussão na ilha Terceira, e ainda hoje as **«ferras»** dos criadores J. Parreira e José Albino têm nome, especialmente as realizadas no «curral» do «Almeida» e no «Cabrito». Além dos nomes dos criadores citados, muitos outros criadores menores tem conhecido a ilha Terceira. Actualmente, além de José Albino e José Parreira podem apontar-se ainda os nomes de Álvaro Inácio Gomes e Patrício Linhares (13).

No romance «Mau Tempo no Canal», de Vitorino Nemésio, lê-se no epílogo, a propósito de uma «tourada de Praça», uma referência aos criadores, na fala de um espectador, indignado com a má qualidade do curro:

«— Eu logo disse... trazer a uma toirada destas um curro misturado! Ele são toiros dos Corvelos... toiros do Morgado Barcelos... toiros do Gaspar da Praia... Até o rebotalho que o José Francisco Aurora deixou veio à praça!... Este boi, mesmo já deu corda.»

Valor regional do termo «criador»

Como se viu, o **criador** é um tipo social bem definido na mentalidade do povo terceirense. **Criador** é aquele que possui um curro, portanto, que é dono de um número razoável de cabeças de gado bravo, mas mais do que isso é «aquele que fornece os toiros para as touradas»! E como tal é obrigatória a pergunta

---

(13) O *criador* é quem fornece o gado bravo para a «*tourada à corda*», divertimento popularíssimo na Terceira. Para se avaliar bem a importância que o tipo do «criador» tem na mentalidade popular, vem a propósito um facto verídico, ocorrido há poucos anos, quando o Bispo de Angra interrogava algumas crianças de uma freguesia rural sobre Catecismo; perguntou Sua Ex.ª Rev.ª «quem é Deus» e a criança respondeu «o supremo criador do Ceu e da Terra...»; logo o Senhor Bispo se voltou para a criança que se seguia e lhe perguntou «e quem é o Criador?» A criança hesitou, meditou, e respondeu: «Este ano... não sei, o ano passado foi o senhor José Albino...»

de «quem dá os toiros para a tourada de...» (tal ou tal freguesia rural). A pergunta é feita com partidarismo e por vezes torna-se motivo de controvérsia.

Na vizinha ilha de S. Miguel **criador** tem uma significação, diferente, tanto mais que não há nesta ilha gado bravo: é um lavrador, especialmente o que trata dos bezerros incluídos nas festividades em honra do «Senhor Espírito Santo». Ainda na mesma ilha, **criação** tem uma significação diferente da terceirense: é o conjunto da lavoura.

II

A VIDA PASTORIL

O DIA A DIA

A Importância do Boi

O boi foi dos primeiros animais domesticados pelo homem, e desde tempos remotos muitos serviços prestou à humanidade.

Pode dizer-se que o boi e o cavalo fizeram avançar de vários séculos a História da Humanidade; certo personagem do romance **Niebla**, de Unamuno, afirma que é aos animais domesticados que se deve o progresso da humanidade, senão metade da humanidade teria andado com a outra às costas...

Na Ásia, os árias e os semitas domesticaram os bovinos ainda na época neolítica. As migrações dos árias até à Europa expandiram a domesticação dos bovinos, que se tornou conhecida por todo o Ocidente. Os múltiplos serviços de tracção e transporte que estes prestavam continuamente, tornaram-se credores da gratidão dos povos, que facilmente convertiam essa gratidão em veneração, frequentes vezes de carácter religioso. O deus Apis dos egípcios tomava a forma de um boi; os indianos consideram o boi sagrado e com virtudes traumatúrgicas, e alguns povos antigos faziam representar a festa do Sol pelo boi. Plínio testemunha a veneração dos antigos pelo boi, que só era morto com fins sacrificiais. E ainda hoje em Chipre o boi é olhado com respeito pelos lavradores que não têm coragem de o mandar matar.

O boi é um animal de valor universal, cuja brandura e esquivez de trato exigem dedicação e experiência. Todos os lavradores conhecem ou acabam por conhecer os hábitos e as particularidades dos animais com que lidam. Os animais são assim os

mais autênticos companheiros do trabalho quotidiano, tendo acompanhado o homem desde tempos remotos, em viagens e migrações, fixando-se ao seu lado em todos os núcleos de povoamento.

Roger Bastide (14) caracteriza o sertão do Nordeste brasileiro pelo «complexo do boi»; os cantos folclóricos, o A. B. C. do Boi espaço, todas as ressonâncias mitológicas e rituais que aludem ao boi, traduzem a vinculação profunda do animal no consciente e no subconsciente do homem do Sertão, que muitas vezes sai em busca dos animais, por horizontes sem fim, procurando recuperar a garantia de uma riqueza que a seca vem pôr em perigo. Para estes homens a propriedade não é territorial, ela é animal, e está simbolizada mais pelo número ou marca do animal do que pela cerca divisória. E quando o poeta do sertão — o aedo sertanejo de sacola e violão — eleva a sua voz, é, como diz Bastido, mais para cantar a aventura dos bois que a dos vaqueiros.

Amor do lavrador aos seus bois

«Os toiros e as vacas enchem-me;
São cá o meu vinho... E a viola
É aquela bagacina
Vormelhinha que consola!

(14) Roger Bastide, *Brasil, Terra de Contrastes*, numa página admirável sobre o Nordeste da Civilização do Couro — (ed. Difusão Europeia do Livro p. 89):

«Toda esta civilização está, pois, realmente centralizada nos animais, nas cabras carneiros, cavalos, mas principalmente e antes de tudo no boi. O rebanho compreende vacas leiteiras, menos robustas, que são guardadas perto da casa, um cercado e não num estábulo como na Europa; e os bois e os toiros, mais resistentes, que no momento da seca são abandonados a si mesmos para procurarem sòzinhos o seu alimento. A transunância é aqui desconhecida. O animal segue o instinto em vez de seguir o pastor. Parte ao acaso, mugindo para o céu terrivelmente azul; defende-se fugindo das onças esfomeadas, e acaba descobrindo um canto de ervas secas, de cactos comestíveis.

O criador não se preocupa com o gado e apenas cava, no leito dos rios secos poços cada vez mais fundos onde ele poderá beber um pouco de água enlameada. Algumas vezes, também, sai em busca dos animais que se perderam percorrendo léguas e léguas para trazê-los de volta aos poços ou «olhos de água». Compreende-se que, nestas condições, a amizade se desenvolve entre o vaqueiro e o boi, tão independentes, tão nómados, tão devoradores do espaço, tão combativos um quanto outro.»

Quando oiço bater cornadas
E vejo pêlo de boi;
Fico contente, espaircido...
Nâ sei aquilho que foi!»

(V. Nemésio, **Festa Redonda**, p. 111)

Nenhum lavrador é indiferente no destino do seu gado; nenhum «homem do campo» desconhece o valor de possuir algumas cabeças de gado, que ele procura acautelar de perigos e riscos de natureza vária.

O «homem do campo» da Terceira vive profundamente a sua experiência pastoril, apesar de habitar uma ilha pequena, cujas freguesias rurais dispõem de contactos urbanos fáceis e frequentes. O gado é o seu sustento e o seu companheiro de trabalho; mas a vinculação é bem mais profunda que a simples aliança do homem ao trabalho: aqui a mitologia do Boi Espaço é substituída pela cristianização de certas formas de vida, fazendo participar o gado engalanado nas festividades em honra do Senhor Espírito Santo. Não só o gado desfilava em parada como a sua carne era dada em generosas esmolas.

O lavrador conhece ou acaba por conhecer os receios e as fragilidades deste animal, que, apesar da sua corpulência é tímido, esquivo e assustadiço. O andamento usual é pausado e vagaroso, mas sob a pressão do medo ou da ira, este animal pode correr, saltar, derrubar e causar graves prejuízos: um simples ruído súbito, um carro desarvorado na estrada podem espantar um boi há longo tempo habituado nos caminhos, quanto mais um bezerro ainda novo. Têm o sono leve e o mais leve ruído os desperta. Sensíveis, quase escrupulosos, desviam-se de um objecto estranho ou de uma pessoa, com um olhar de receio e desconfiança, e nenhum boi é capaz de beber a água de bebedoiro com baba de animais que tivessem bebido anteriormente.

Alguns lavradores testemunham que os bois lastimam a morte dos companheiros, o que se chama **fazer o pranto**. Os bois, quando se apercebem que um companheiro, vai morrer, ou se está doente e cai, desde que o vejam caído, juntam-se à sua volta e

empreendem um longo mugido. Os zoólogos e os homens que se dedicam a estudos de experiência animal reconhecem que o mugido tem diferentes modalidades conforme o sentimento que está a dominar o animal.

Daí o atribuir-se uma sensibilidade própria a este animal, e uma ressonância de verdade nos fica do feroz Calundú, da ficção de Guimarães Rosa (**Sagarana**, «O burrinho pedrês»), berrando desesperadamente de remorsos por ter matado o menino do dono, num assomo de fúria... Ou então pela pena irónica e experta do mesmo autor atribuir-se uma perspectiva humana aos bois de carro, para quem o boiadeiro de aguilhada em punho é «o-homem--do-pau-comprido-com-o-marimbondo-na-ponta» (15) e o homem em geral é um «bicho esmochado... o único vulto que faz ficar zonzo, de se olhar muito. É comprido demais para cima, e não cabe todo uma vez dentro dos olhos da gente». E este passo, criação do ficcionista para divertir o leitor, afinal talvez seja uma oportuna reflexão sobre a visão bilateral do mundo-boi.

Seria quase impossível enumerar exemplos literários, em prosa e em verso, que celebram o boi como companheiro do homem; para o terceirense basta lembrar as anteriormente citadas quadras da **Festa Redonda**:

«Os toiros e as vacas enchem-me,
São cá o meu vinho...»

e a elas associar os breves exemplos de cantigas sentimentais que acusam a presença do boi, como simples alusão, ou como objecto directo desse sentimento, transcritas em **Sagarana** pelo seu autor, Guimarães Rosa:

«Um boi preto, um boi pintado,
Cada um tem sua côr;
Cada coração um jeito
de mostrar o seu amor.»

---

(15) marimbondo: espécie de vespa (a aguilhada pica como o marimbondo).

«O Curvelo vale um conto,
Cordisburg um conto e cem.
Mas as Lages não tem preço,
Porque lá mora o meu bem...»

Não admira, pois, que certo personagem de G. Rosa (**Sagarana**, «O Burrinho pedrês») exclame

«— Mas eu gosto dos bois, Manico,
ponho amor neles...»

e que certo lavrador dos Altares, ao norte da Terceira, me tenha confidenciado:

«— A gente tem amor a estes bichos,
a gente pode lá deixar de gostar destes bichos...»

*
* *

A nomenclatura anatómica do animal

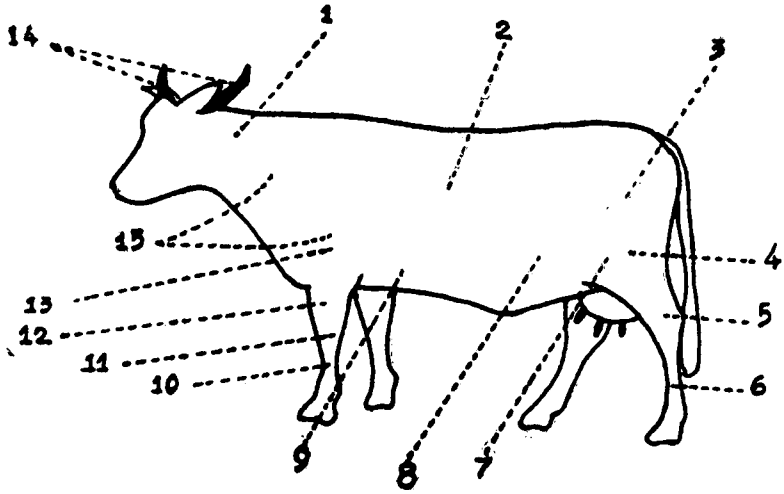
O boi é um animal utilizado para o talho, e como tal, a carne recebe nomes diferentes provenientes das zonas de onde foi cortada. Se bem que a nomenclatura das partes do animal só seja completamente conhecida pelos açougueiros, o «homem do campo» sabe dar nomes às diferentes zonas do corpo do animal.

O boi é considerado dividido em três partes, que correspondem à divisão dos seres humanos; a cabeça, o «corpo» — que corresponde ao tronco — e as «pernas» ou «patas» — que correspondem aos membros na classificação humana. Isto constitui uma visão antropomórfica na classificação do animal.

No «corpo» do animal temos: O **cachaço**, a **alcatra**, o **lombo** ou **vazio**, a **rabadilha**, o **peito**, a **aba grossa** e a **aba do peito.**

Nos membros do animal temos: a «perna», constituída por

lagarto, pato, chã de fora, chã de dentro e **chambão da perna.** Eis a distribuição da nomenclatura, esquematicamente:



1 — *Cachaço*

2 — *Alcatra, lombo ou vazio*

3 — *Rabadilha* (no Continente diz-se *alcatra*)

4 — *Lagarto*

5 — *Chã de fora* (a mesma zona pelo lado de dentro chama-se *chã de dentro*)

6 — *Chambão da perna*

7 — *Pato*

8 — *Aba grossa*

9 — *Aba do peito*

10 — *Chambão do braço ou chambão da pá*

11 — *Braço*

12 — *Pá*

13 — *Espelho da pá*

14 — *Galhos* (ao conjunto dos dois chama-se *galhadura*)

15 — *Acém*

A chã de dentro corresponde à **chã de fora**, mas pelo lado de dentro, isto é, o lado que fica voltado para o animal. «Chã» é a evolução normal do lat. **plana**, que devia funcionar como adjectivo caracterizador daquela zona da carne do animal. Do ponto de vista da carne, a **chã de fora** é mais dura, por ser a parte do músculo que acciona a perna, desenvolvendo grande esforço, e por ser a zona que suporta cornadas, e também os aguilhões do lavrador; a **chã de dentro**, que está resguardada de cornadas e aguilhões, é mais tenra. O **lagarto** é também carne rija, apenas boa para assar. A melhor carne é a das partes tenras, e estas são geralmente partes fixas (alcatra, vazio ou lombo), pois não endurecem com o movimento dos músculos.

Alcatra na Terceira é o nome dado ao vazio do animal, enquanto no Continente **alcatra** designa «as pernas traseiras ou ancas do boi» (Cand. Figueiredo); para esta parte usa-se na Terceira **rabadilha**, ficando assim a chamar-se na Terceira **rabadilha** ao que no Continente chamam **alcatra**. Segundo J. Pedro Machado (D. E. L. P.), **alcatra** provém do ar. al-qaTrâ, "pedaço, parcela, talhada". Quanto a **rabadilha**, como a designação o indica, trata-se de um derivado de **rabada**, equivalente a **rabadela**, e é constituída pelos quartos posteriores da rêz (Morais 10.ª edi.).

Chambão é uma zona das «pernas» do animal, que serve também como designação de uma qualidade de carne; segundo o Dic. Morais (10.ª ed.) trata-se até de uma má qualidade de carne, cheia de tendões. **Chambão**, é um galicismo, adaptado foneticamente de **Jambon** (de jambe, "perna") que, no entanto, J. P. Machado (D. E. L. P.) põe em dúvida se terá vindo através de equivalente castelhano.

Ao chifre dos ruminantes chamam na Terceira, **galho**; segundo o R. E. W. 3 - 3657, de **galleus**, "de noz de galha", provavelmente o mesmo que «galho» (de árvore), por semelhança dos chifres com os galhos de árvore.

Quanto ao **acém** — parte da carne da rêz entre o lombo e o cachaço — é atribuído ao ár. aç-çemn, "gordura" (Morais, 10.ª ed.).

É frequente a transposição para seres humanos desta nomenclatura, com intenção pejorativa, ou em expressões da lingua-

gem familiar: «dar no cachaço, no lombo ou na lombeira, ser uma boa alcatra», etc..

O rabo do boi é utilizado para dele se fazer o **sedenho** (onde por vezes se misturam rabos de várias cores), espécie de corda entrançada, de grande resistência, feita com as sedas da rabada; podemos vê-lo atando as **cabaças** ao pau do «homem do leite». O rabo de boi também se pode pendurar na parede, a fim de nele se cravarem os pentes... No geral, para este fim, o rabo é branco e usa-se a ponta peluda, enquanto o outro extremo, por onde se cortou, tem um ornato de papel de cor.

Ao excremento dos bovinos dá-se os nomes de **bosta** e de **poia**. Antenor Nascentes aponta **bostal** (do R. E. W., 1228) ou, interrogadamente, o lat. **posita** (Cornu, Port. Spr. § 164) Cândido de Figueiredo e Sousa Bastos referem origem incerta; em sentido figurado **bosta** significa pessoa indolente.

Quanto a **poia**, a acepção terceirense deve derivar da acepção «acervo de objectos» (Cand. Fig.) que também em sentido figurado significa «mulher mole, amiga de estar sentada». **Poia** e **bosta** são usadas na Terceira no sentido figurado. Para significar «excremento de bovino», referiu o já citado lavrador José Martins (José da Lata) o termo **fraguido**, não mais ouvido em nenhum ponto da ilha; se de facto tal termo se usa, ou tenha sido usado, estará relacionado com fraga, fragura, fragoso (lat. **fragosu** "áspero, escarpado"), por metáfora? De **fragosus** se tirou por regressão ***fragum**, "lugar, fragoso, brenhas"; no port. do século XVI encontra-se **fragoa** e **fragua** (Camões e Azurara), talvez de ***fragula** (dimin), do qual derivará o extremenho **fragüín**, «riacho que corre entre pedras em terreno fragoso». (Joan Corominas, D. C. E. L. C. s. v. fracción)

AGRUPAMENTO E CLASSIFICAÇAO DO GADO BOVINO

Classificação dos bovinos

Os bovinos têm nomes próprios. Todos os bois e todas as vacas têm os seus nomes; os bois de junta têm nomes especiais,

geralmente escolhidos de modo a terem correspondência rimática, e segundo uma tradição mais ou menos estável.

A tendência de dar nomes próprios aos animais com que convivemos é um facto psicologicamente explicável e evidente, pois corresponde a uma necessidade de determinação e classificação do mundo que nos rodeia, e mais nos envolve na vida do dia a dia.

Nos divertimentos rurais preferidos — as **touradas à corda** — os próprios touros ganham nomes de acordo com a sua bravura e com os episódios que provocam.

Vários são os tipos de agrupamento e classificação de bovinos, que convém indicar antes do estudo dos seus nomes próprios.

Como se referiu, o gado bovino admite duas divisões genéricas:

Gado de cima, que habita zonas interiores e altas (gado bravo e gado alfeirio); e

Gado de baixo, que vive pelas zonas baixas ao acesso quotidiano dos lavradores e pastores.

É esta a primeira classificação geral do gado que corresponde a dois tipos de pastoreio diferentes. Na vizinha ilha de S. Miguel «gado de baixo» é o nome dado ao gado que pasta em terras baixas, e «gado de cima» é a designação dada ao gado que pasta em terras altas; neste caso, como se vê, trata-se dum critério meramente geográfico com base na altitude.

Outra classificação é a que é feita de acordo com as funções para que é empregado o gado; é admitida por toda a ilha a seguinte classificação popular:

I — **Gado de trabalho** (bois e por vezes vacas) — { Puxar o carro / Lavrar

II — **Gado de leite** — Vacas de leite. Se há muita necessidade, também vão para o trabalho.

III — **Gado seco ou alfeirio** (16) — gado que não dá leite. Come o que o outro gado de engorda e de leite deixou atrás. Vive no interior. (Gado de cima)

IV — **Gado bravo** — toiros, conservados em pastos, no interior da ilha, — as chamadas **criações** de gado bravo.

Na zona das Lages chamam **gado de curral** ao gado de leite e gado de trabalho; na Ribeirinha, ao contrário, «de curral» é sinónimo de «gado de cima», ou gado do mato, como se viu. «Curral» é também o colectivo dado a vacas: **curral de vacas** (Santa Bárbara).

Os bovinos também recebem nome diferente conforme o sexo e a idade, variando esses nomes conforme as terras. Na Terceira, a escala é a seguinte:

Gado manso

Até um ano: **bezerro, bezerra**
Até dois anos: **gueixo, gueixa**
Daí por diante: **boi, vaca**

Gado bravo

Até aos dois anos: **novilho** (17)
Daí para a frente: **toiro**

Geralmente a **gueixa** é considerada **vaca** quando já deu **bezerro**. Não usam **novilha**. Ao animal bravo de menos de dois anos podem chamar **novilho**, mas à fêmea não chamam **novilha**, mas **gueixa** ou **vaca brava**, pois a fêmea do **toiro** é a **vaca brava**.

---

(16) Alfeirio: J. P. Machado, (D. E. L. P.) (s. v. alfeire) — alfeirio relac. com alfeire, do ár. *al-hair* «cercado onde se guarda o gado».

(17) Esp. novillo (R. E. W. 5967) — lat. novellu (de novus). J. Nunes (Gram. Hist. 46) tirou do lat. **noviclu* em que i deu i por metafonia.

Ao reprodutor chamam **boi das vacas** ou **toiro** (Altares, Santa Bárbara, Lajes), e na Ribeirinha, **boi de cria**. Aos reprodutores chamam assim **toiros**, sem serem necessariamente toiros, isto é, sem que sejam gado bravo. Para o caso do **gado antigo** — o que o povo chama o **gado da terra** — ao escolher o reprodutor atendem à mãe deste, e não ao reprodutor ele próprio. (Altares).

À vaca que está para ter cria, dizem que está **cheia**. À vaca que já teve cria chamam **vaca parida**. Diz-se que a vaca está **alfeiria** quando não tem cria nenhuma dentro de si. Da vaca que não dá crias diz-se **vaca que não se levanta a boi**.

Os colectivos são vários:

Dizem com pouca frequência **manada**; o colectivo de vacas é **curral de vacas**; de bois, é o mesmo termo que serve de colectivo aos dois sexos em conjunto: **curral**, ou com menos frequência, **manada**. **Vacada** não serve como colectivo de vacas, porque evoca uma festividade antiga, semelhante ao chamado **bodo de leite**, em que desfilava o gado de leite, e por isso o referido colectivo — vacada — cristalizou neste sentido.

O bovino até aos dois anos tem o nome de **gueixo** e **gueixa**, conforme o sexo; **gueixo** é um açoreanismo cuja origem tem sido discutida. Cândido de Figueiredo no seu dic. da Ling. Port. fá-lo equivaler a novilho e a guexo; no que diz respeito à forma, guexo e gueixo diferem, mas são o mesmo termo, pois Buarque de Hollanda (no Pequeno Dic. Bras. da Ling Port.) em **gueixo** manda confrontar com guexo e vice-versa; este autor explica a forma **gueixa** pelo aportuguesamento do japonês **geisha**, nome que no Japão se dá às jovens dançarinas. Quanto a **guexa**, no Rio Grande do Sul significa «mula, burra».

Em resumo, eis as hipóteses:

— Jap. geisha "jovem dançarina" — port. gueixa "bovino fêmea ainda novo", e daí o masc. gueixo.

— Max Leopold Wagner (Rev. Biblos X 443) aponta como hipótese a estudar o ár. **Kebs** "carneiro", malt. **Kibx** "agnello che principia ad avere le corna" — semantica-

mente se justificaria a confusão entre um carneiro que começa a ter chifres e um novilho ou bezerro.

No entanto, José Pedro Machado (D. E. L. P.) afirma que não se sente convencido com a explicação de Max Leopold Wagner, pois fica por explicar a ausência do artigo definido al-; e ainda por existirem **guexo** e **guexa** no Brasil com significação diferente. Não se percebe, porém, porque hão-de as formas brasileiras invalidar a hipótese de Wagner, tanto mais que existe no Brasil **gueixo.** Uma vez que se possa reconstituir a cadeia fonética entre Kebs/ /Kibx e gueixo, a parte semântica parece absolutamente aceitável.

Para concluir o estudo desta escala regional de nomes conforme a idade e sexo, talvez seja conveniente inserir o quadro das designações-padrão dos bovinos conforme o sexo e a idade, segundo o Prof. Miranda do Vale, em **«Gado Bissulco»**, (Col. A Terra e o Homem, n.º 17):

Touro — macho adulto inteiro (Terceira: macho adulto bravo)

Marel — touro reprodutor (não conh. na Terc.)

Vaca — fêmea adulta

Boi — macho castrado (também inteiro, na Terc.)

Cabresto, cabresteiro ou guia — boi utilizado na condução do gado bravo. (na Terc. c. vaca: vaca-guia)

Vitelo, vitela-durante a amamentação

Bezerro,a — desde a desmama até um ano (na Terc. Bezerro)

Anojo — de um a dois anos (na Terc. gueixo)

Novilho, a — de dois anos até entrar a cobrir ou até à amansia

Almalho — idem (não conh. na Terc.)

Juvenco — Idem (não conh. na Terc.)

Garraio — idem, de raça brava (não conh. na Terc.)

Manada — rebanho de gado grosso

Boiada — rebanho de bois (não conh. na Terc.)

Vacada — rebanho de vacas (na Terc. com outro valor)

Novilhada — rebanho de novilhos (não conh. na Terc.)

Leite de Vasconcelos ([18]), que comenta e confirma algumas destas designações, acrescenta que **vitelo** é sobretudo o animal novo destinado ao talho, e que também se usa, no Continente, **toiro**, com o significado de vaca estéril (o que na Terceira se designa por **vaca que não se levanta a boi**).

Nomes próprios dos bovinos e critérios da sua aplicação

O gado de trabalho e o gado de leite são os que apresentam maior variedade de nomes, pois são os que convivem mais de perto, dia a dia, com o «homem do campo».

São as vacas, muito apreciadas por fornecerem o leite, que maior variedade de nomes apresentam.

Estes são os nomes de vacas mais usados, duma maneira geral conhecidos por toda a ilha:

Airosa	Doirada	Mineira
Altiva	Donzela	Mulata
Andorinha	Duquesa	Negrita
Armada	Estrela	Nobreza
Baixinha	Fadista	Palmeira
Balança	Faísca	Picarda
Bandarra	Favorita	Pimpona
Bandeira	Feiticeira	Pirata
Batalha	Fidalga	Pombinha
Beleza	Formosa	Pulguita
Benfeita	Fragosa	Queijinha
Bizarra	Francesa	Querida
Bolota	Fuseta	Rabona
Botica	Gaiata	Rainha
Bragada	Galanta	Redonda

(18) Leite de Vasconcelos, «*Etnografia Portuguesa*».

Brilhanta	Galhinha	Retinta
Calçada	Galiza	Rosada
Calceta	Grinalda	Roseira
Caraça	Holandesa	Salgueira
Carocha	Joia	Salguinha
Casquilha	Labrega	Samora
Casquinha	Lagarta	Serena
Chapada	Lagosta	Tavira
Chamusca	Laranja	Travessa
Cigana	Lavrada	Truvisca
Cintura	Liberta	Vardasca
Coimbra	Limbeta	Veleira
Condessa	Lustrosa	Veluda
Cravina	Maromba	Viana
Cravinha	Mascota	Vidraça
Damasca	Mimosa	Vindima

O critério fundamental de atribuição dos nomes próprios aos bovinos é a cor da pelagem, que sugere os mais variados nomes. No entanto, outros factos podem influir na escolha do nome, tais como caracteres físicos ou defeitos muito evidentes, episódios acontecidos com o animal desde o nascimento, etc.; mas o critério de escolha dos nomes é quase exclusivamente pela cor e sinais da pelagem, de acordo com uma nomenclatura mais ou menos tradicional e conservadora.

Este critério visualista, que cria melhor que qualquer outro uma tipologia vasta, pode variar ao infinito, libertando a imaginação popular na invenção do nome apropriado (19).

---

(19) Um exemplo literário da atenção prestada à cor da pelagem, na linguagem rica e variada do escritor brasileiro Guimarães Rosa (Sagarana, Liv. do Bras. p 15) a propósito de uma manada de gado numa colina:

«Sós e seus de pelagem, com as cores mais achadas e impossíveis: pretos fuscos, retintos, gateados, baios, vermelhos, rosilhos, barrosos, alaranjados; castanhos tirando a rubros, pitangas com longes pretos; betados, listados, versicolores; turidos, marchetados com polinésias bizarras, tartarugas variados; araçás estranhos, com estrias concêntricas no pelame — curvas e zebrunas pardo-sujas em fundo verdacento, com cortes de ágata acebolada, grandes nós de madeira lavrada, ou faces talhadas em granito impuro.»

Se bem que a variedade de cores na Terceira seja bem menos numerosa, alguns destes tipos de pelagem podem ser encontrados (pretos, fuscos, retintos, vermelhos, rosilhos, castanhos rubros, listados); notar nesta descrição o visualismo do autor na percepção das cores.

Na ilha de S. Miguel o critério é diferente: enquanto na Terceira é a pelagem que sugere o nome, em S. Miguel são as formas do animal, as suas particularidades, ou factos e episódios que o assinalam:

Asseada — com formas perfeitas

Quadrada — angulosa

Selada — com uma curvatura no lombo, que sugere a ideia da colocação de uma sela

Um dos principais factos a que se atende na ilha de S. Miguel (20) é a abertura dos chifres; assim:

Aberta ou Aberto — todo o animal que tem os chifres demasiado afastados um do outro

Escornado ou Mocho — sem chifres

Galante — chifres bem armados

Canhoto — chifres com forma irregular, p. exemplo um para cima, outro para baixo

Evidentemente estes critérios não estão isolados de uma maneira estanque de ilha para ilha; na Terceira também alguns nomes se dão pela abertura dos chifres, e assim são usados os nomes Aberto, Descornado ou Mocho, e Galhinha para a vaca que apresenta um chifre para baixo outro para cima. É nos toiros que a nomenclatura terceirense mais se aproxima deste tipo de nomenclatura micaelense que atende à armação: Aberto, Armado, Cornalão, Descornado, Tombado, Vassoira (um chifre prolongado por sobre a vista), Gravito, Forquilha, Boné, e outros nomes que se explicarão a propósito do gado bravo na Terceira.

Por sua vez, também, a nomenclatura micaelense atende

(20) Carreiro da Costa, «Nomes de Bois e Vacas», in Bol. C. R. A. A., Vol. X, 1949.

por vezes à pelagem, que por toda a parte tem grande importância; assim:

Doirado, a — pelagem amarela

Damasca — pelagem avermelhada

Estrela — com uma mancha branca na testa

Listrada — pelagem com riscas

Roseira — com sinais brancos

Rosada — pelagem avermelhada

Marchano, a — pelagem preta, com manchas nas ilhargas

Mascarado — uma só cor, apenas testa e focinho branco

Robaldo, a — apenas cauda branca

Negricho (ou Negrisco) — animais cinzentos, ou pelagem escura

Brilhante — boi ou vaca com o pelo luzidio, seja qual for a cor (também Lustrado)

Esta síntese teve apenas por fim mostrar que o critério da cor da pelagem não é exclusivo da Terceira, se bem que nesta ilha tome uma importância muito grande, criando uma grande variedade de nomes e combinações de nomes, como variado é o seu gado.

Se bem que os nomes possam variar indefinidamente, é possível sistematizá-los agrupando-os por critérios, afinidades, etc. Certos lavradores só punham o nome a uma vaca depois de ela ter a primeira cria.

A maior parte dos nomes das vacas, anteriormente citados em lista alfabética, revela a adjectivação da cor:

Bizarra — de cores irregulares e variadas

Brilhanta — pelo lustroso, geralmente preto ou vermelho

Calçada — com as patas brancas

Calceta — com as patas brancas

Carocha — pelagem preta

Casquilha ou Casquinha — pelagem preta ou vermelha

Chapada — com manchas pretas; a essas manchas chamam em certos pontos da ilha (Santa Bárbara) **chapadelas**. O gado **lavrado** é também chamado por **chapado**: boi Chapado ou vaca Chapada. Por **lavrado** entende-se o gado cuja pelagem apresenta riscas ou manchas; para certas zonas (S. Sebastião, Lajes, Altares) chama-se pelagem **lavrada** quando a cor é às riscas largas sobre branco, e a cor dessas riscas largas tem que predominar; na Ribeirinha, por exemplo, diz-se de um boi que é **preto lavrado**, quando tem manchas ou largas faixas irregulares pretas, mas não é preciso que haja mais preto que branco. É muito frequente a classificação do gado em **vermelho lavrado** e **preto lavrado**. **Nunca se pode dizer branco lavrado** visto que a cor preta ou vermelha é que conta para a classificação.

Chamusca — com pequenas manchas escuras, isto é, de pelagem **chamuscada**.

Cravina ou Cravinha — pelagem preta (em S. Miguel também se usa; o mesmo que Criada e Negrisca)

Damasca — pelagem vermelha

Doirada — pelagem amarelada ou avermelhada

Estrela — com uma malha branca na «testa», isto é, entre os chifres.

Lagarta — vaca com pelagem riscada de cor escura, lembrando um lagarto. Já não é frequente encontrar-se deste gado. Os riscos são esverdeados escuros sobre pelagem vermelho-acastanhada ou vermelha escura.

Lagosta — avermelhada

Laranja — amarelada

Lavrada — é raro este nome só por si, pois usa-se como qualificativo especial da cor vermelha ou da cor preta. (v. Chapada)

Lustrosa — o mesmo que Brilhanta

Mulata — pelagem acastanhada escura ou preta

Negrinha — pelagem preta

Picarda — pode ser nome dado a **gado lavrado** (v. Chapada); mas em lugar de **chapadelas** são malhinhas ou manchas pequenas que salpicam toda a pelagem do animal. A estas manchas chamam **picardelas**.

Pintada — com marcas de cor, ou **pintadelas**. Deve ter sido por analogia com **pintadelas** que se criaram os termos **chapadelas** e **picardelas**, tirados dos respectivos nomes próprios. (v. Chapada e Picarda)

Pombinha — pelagem branca. (Em S. Miguel é a vaca toda branca e com poucos sinais)

Queijinha — com pintadelas brancas

Retinta — pelagem preta

Riscada — geralmente pelagem às riscas vermelhas ou pretas

Rosada — pelagem vermelha

Roseira — pelagem salpicada de sinais vermelhos

Salguinha ou Salgueira — com manchas brancas miúdas

Serena — pelagem salpicada de preto e branco (**mista**)

Vidraça — malhada da «cara» ou com cor suja (geralmente branco sujo)

Todos estes nomes traduzem uma adjectivação expressa ou implícita à cor do animal; alguns nomes põem-se de preferência só a animais de certas cores, variando esta atribuição de zona para zona; assim

nas Lajes

Vacas vermelhas ou amarelas:

Formosa, Mimosa, Beleza, Bobina, Benfeita, Nobreza, Airosa, Doirada, Brilhanta

Vacas fuscas:

Truvisca, Lustrosa, Bolota, Soberana, Rosada

Vacas riscadas:

Riscada, Veleira, e Holandesa

Vacas **lavradas**:

Lavrada, Chapada, Lagarta, Galanta, Picarda, Serena, Roseira e Francesa

Vacas brancas:

Bandeira, Bragada, Mineira, Caraça, Pombinha

Vacas pretas:

Querida, Cravina, Travessa, Carocha, Mulata

Com sinais:

Estrela, Roseira, Salgueira, Calceta, Armada e Grinalda

Nas Quatro Ribeiras:

Gado Vermelho:

Benfeita, Formosa, Mimosa

Gado Riscado:

Riscada, Donzela

Gado Lavrado:

Galanta, Francesa, Picarda

Gado Preto:

Querida, Cravinha ou Cravina, Lustrosa

Vaca mulata:

Mulata

Vaca Vermelha e Branca:

Roseira

Vaca de cor suja:

Serena

Ainda outro tipo de agrupação consiste em dar certos nomes de preferência ao «gado de cima» e outros ao «gado de baixo»; assim teremos, por exemplo, na Ribeirinha o seguinte agrupamento que pode naturalmente variar com a região:

De cima:

Airosa, Negrinha, Casquilha, Galhinha, Carocha (também de baixo), Retinta, Vardasca, Rosada, Veleira, Palmeira, Beleza, Donzela, Lustrosa, Serena, Galiza, Silvana, Monteira, Andorinha, Batalha, Bandeira, Fadista, Botica, Lagosta, Mascota,Graveta, Faísca, Balança, Baixinha, Favorita, Pulguita.

De baixo:

Brilhanta, Formosa, Mimosa, Estrela, Calçada, Galanta, Picarda, Francesa, Benfeita, Roseira, Bragada, Bolota, Damasca, Lagarta, Travessa.

Todos os nomes são considerados antigos, e ainda hoje o povo é conservador, mantendo o uso destes nomes, com poucas inovações que dependem da fantasia individual.

Na região das Lajes não dão nomes como Aberta, Aberto, segundo a armação dos chifres, nome que para o gado manso é totalmente desconhecido, mas geralmente os nomes são dados segundo a cor da pelagem.

Na vila de S. Sebastião não se conhece o nome de Cravina.

Alguns nomes parecem pertencer mais a umas regiões que a outras; nos Altares reivindicou-se o exclusivo ou a predominância dos nomes Lagarta, Crioula, Bragada, Serena, Riscada, Bandarra e Viana.

Nesta mesma freguesia os nomes considerados mais antigos são: Serena, Estrela, Travessa, Cravina, Lagarta, Picarda, Brilhanta.

Os nomes que aparecem com mais frequência, repetindo-se por toda a parte, são:

Brilhanta, Chapada, Galanta, Benfeita, Picarda, Serena, Riscada, Estrela, Calçada, Veleira, Querida, Roseira. São estes, de facto, nomes dos mais conhecidos, dos mais antigos e mais usados em toda a ilha, os que infalivelmente nos repetem em todas as freguesias.

Alguns têm explicação curiosa:

Airosa e Benfeita, Bonita e Formosa — pela beleza que o lavrador julga ver nela, adjectivando-a antropomorficamente (21).

Cintura — porque tem uma cintura ou faixa de cor diferente.

Galhinha — quando tem um chifre para baixo, outro para cima.

Vardasca — quando é má.

Tangerina — porque é pequenina.

Alguns nomes devem-se puramente à fantasia do povo, que por vezes gosta de pôr nomes que reflectem uma hierarquia nobiliárquica:

Fidalga, Condessa, Duquesa, Rainha

Ou ainda nomes de terras «de fora», uso relativamente recente:

Fuseta, Tavira, Coimbra

A classificação e destrinça quase não teriam fim, pois uma lista deste género nunca poderá ser limitada, como não é limitada a fantasia individual.

Simplesmente uns certos nomes, como os apontados, são antigos e frequentes, não se afastando muito deles o povo da Terceira. No entanto, nas grandes criações, os grandes proprie-

---

(21) A provar esta penetração de perspectivas recorde-se a quadra de V. Nemésio, em *Festa Redonda*, livro dedicado ao povo da Terceira:

«Ês airosa e redondinha
Destoitiçada e sujeita;
Se fosses a nossa vaca
Só te chamava Benfeita»

Repare-se que é a vaca quem fornece o nome, que por sua vez ganhara mercê de uma visão antropomórfica.

Repare-se ainda que o camponês imaginado pelo Poeta fala em airosa, que é também usado como nome de vaca.

tários adoptam o processo mais moderno e técnico de designar as cabeças de gado por números.

É interessante referir a tendência de pôr nomes aos animais, noutros pontos geograficamente distantes, provando que por toda a parte o capricho popular cria nomes ao gosto local, que se devem, ora à fantasia, ora aos caracteres externos do animal, entre os quais avulta sempre a cor da pelagem.

Eis os nomes das vacas do Major Gervásio, personagem de Guimarães Rosa, no Romance brasileiro «Sagarana»:

«Espadilha, Bolívia, Azeitona, Mexerica... Porcelana é toda branca, desmochada. Guiamina é a preta, de cinturão branco no cilhador...» (Conversa de bois, p. 279)

Nomes de bois. Os bois em junta

Os bois prestam valiosos serviços, como animais de tracção. São companheiros no trabalho do dia a dia, criando um profundo vínculo que os prende aos donos. Tal como no caso das vacas, os bois recebem muito cedo os seus nomes, como o reflecte a expressão rural e familiar «pôr o nome aos bois». Muitos dos nomes são idênticos aos das vacas, pois que estes são a forma feminina do nome dado ao boi: Brilhanta, Brilhante; Lagarta, Lagarto; Roseira, Roseiro; Calçada, Calçado; Armada, Armado; a explicação dos nomes de bois é, pois, idêntica à das vacas. Alguns são dados por certos caracteres exteriores:

Aberto — cornos abertos
Acarneirado — focinho largo
Baixo — cornos descaídos
Bicudo — focinho em ponta
Bronco — cornos fechados
Descornado — sem cornos
Saro — mesclado de preto e branco
Brilhante — nome muito vulgar, sem características bem definidas

O interesse do estudo dos nomes dos bois está nos nomes dos bois em junta.

Os bois em junta têm nomes especiais, dados mais ou menos tradicionalmente, constituindo uma lista mais reduzida e conservadora que a lista de nomes para as vacas.

Esses nomes são agrupados dois a dois e não é indiferente o seu agrupamento. Cada nome só é dado a par com o outro respectivo, umas vezes procurando-se correspondência rimática (para **soarem**, como diz o povo), outras vezes paralelismo de significação, outras ainda contraste ou complementaridade de cores.

Com correspondência rimática:

Amante/Brilhante Gigante/Chibante Labrego/Mondego
Casquilho/Rosilho Amado/Cuidado

Com paralelismo de significação:

Querido/Amado Amado/Cuidado Querido/Catido

Contraste ou complementaridade de cores:

Lagarto/Chapado Codário/Casquilho

Contrato/Ajuste Querido/Catido Amado/Cuidado

Por vezes também atribuem os nomes de acordo com certas cores (22): Brilhante/Amante para gado vermelho, e Ajuste/Contrato para o gado mulato (Quatro Ribeiras). De qualquer cor, usam Chibante e Gigante; por este segundo nome dá a ideia que o animal será de maiores dimensões que o primeiro.

Trovisco e Formoso agruparam pela primeira vez quando

(22) Na ilha de S. Miguel fazem junta os bois Namorado e Raiado, sendo Namorado o boi com sinais pretos raiados de branco. Também fazem junta Marchano e Magano, Galante e Diamante. (Carreiro da Costa, «Termin. Agr. Micaelense», in Bol. C. R. C. A. A.)

cada um desses bois veio de outras juntas por morte dos pares respectivos.

Antes de constituírem junta, os bois novos são treinados, e um dos fins desse treino é também quebrar a força do animal, habituá-lo à canga. Diz-se então que os bois são **quebrados** com um boi velho, isto é, cada boi novo vai ser treinado numa junta com um boi velho e só então são juntos dois bois novos.

Põe-se o nome a um boi novo, tendo em vista o seu futuro par quando entrar para uma junta. Como se expôs, a nomenclatura dos bois obedece a um critério característico próprio.

Um breve confronto com a pastorícia do Alentejo revela que esta possui algo de comum com a pastorícia terceirense: a mesma preferência rimática está atestada no diálogo reproduzido por José da Silva Picão, em «Através dos Campos» (p. 275 sgs.), em que se vê o mesmo nome de Brilhante, desta vez a rimar com Diamante. Note-se que na Terceira Brilhante rima com Amante, e Diamante usa-se em S. Miguel com Galante. De qualquer forma, estão assim espalhadas nos dois pontos do arquipélago dos Açores duas sugestões alentejanas; eis o passo de José S. Picão:

«Este é que é o rei da baralha. Vem da raça do Poeta, aquele boi maior da junta do abegão... Se sair, bom, hei-de juntá-lo com o meu. Verão vocês a junta faia que deles se faz... Olha lá, oh Cupido, tu que o agarras, põe-lhe Brilhante, para calhar com Diamante, nome do meu...»

Outros nomes de bois são mencionados, tais como Folosa, Pintassilgo, Traidor, Poeta, sem que no entanto estejam integrados no critério visualista terceirense que atende fundamentalmente à cor da pelagem, criando uma nomenclatura variada e pitoresca.

Ainda outros nomes curiosos se encontram na pastorícia do Nordeste brasileiro, em que se evidencia a tendência de reparar nos caracteres exteriores do animal.

«Realejo, laranjo-botineiro, com polainas de lã brancas, e Canindé, bochechudo, de chifres semilunares, e, na côr, jaguanês.» (Guimarães Rosa, **Sagarana**, «Conversa de bois»)

No Brasil os bois de carro tem nomes curiosos:

«...avançam os bois da guia — Buscapé, bi-amarelo, desdescendo entre mãos a grossa barbela plissada, e Namorada [23], Caracú sapiranga...»

E ainda outros nomes brasileiros: Capitão; Brabagato; Dansador; Brilhante, «retinto, liso, concolor» [24].

A prova de que são os caracteres exteriores, tal como na Terceira, que condicionam a classificação e o nome próprio dos bois Nordeste brasileiro, está no seguinte passo de Guimarães Rosa (Saragana, Corpo Fechado, p. 240):

«Um boi que tenha um chifre mais baixo que o outro é bisco [25], e o de cabeça negra com uma pinta branca na testa é Silveiro [26].»

A lide pastoril

A vida do «homem do campo» da Terceira reparte-se entre a terra e o gado; trabalha aquela para este e com este a prepara. É, afinal, uma lide agro-pastoril.

De acordo com as estações do ano, prepara as terras e conduz o gado. E quando vem a vindima, uma outra actividade o ocupa febrilmente, enchendo-se os muros das estradas ao norte da ilha e os carros de bois que nelas circulam de pesados cestos de uvas, muitas das quais são prensadas nos **chichos** da **imprensa** [27], vertendo o futuro «vinho dos Biscoitos».

Assim, todo o ano tem ocupações, formando um calendário constante de trabalho. Alguns meses tomam designações próprias, derivadas dessas ocupações ou de festividades dessa época:

---

(23) «Namorado» é nome também usado na ilha de S. Miguel.

(24) Brilhante: nome típico de boi, na Terceira. A pelagem também é semelhante à descrita por G. Rosa.

(25) Na Terceira, pode chamar-se Canhoto; se for vaca, pode chamar-se Galhinha.

(26) Na Terceira chamam-se ordinariamente Estrelo e Estrela.

(27) Chicho: vaso redondo onde se põe a uva e onde ela é prensada. Este vaso é apertado com anéis de ferro.
Imprensa: nome popular dado à prensa do vinho. (por etimologia popular).

Janeiro
Fevereiro
Março ou mês de S. José (o S. José)
Abril
Maio ou mês de Maria
Junho ou mês de S. João (o S. João)
Julho ou mês de Santa Isabel ou mês da foice
Agosto ou mês das peras, em Agualva
Setembro ou mês das vindimas
Outubro
Novembro ou mês dos Santos (os Santos)
Dezembro ou mês da Festa (a Festa)

Começa-se a cuidar do gado de madrugada; desde as quatro até às sete horas, é sempre a hora de começar. No inverno começam um pouco mais tarde, mas não deixam de partir a hora matutina, chova ou faça nevoeiro. Em alguns pontos começam às oito horas a trabalhar na lavoura, o que chamam **trabalhar no campo**, mas das cinco para as sete horas já tinham ido **tirar o leite** ao gado. Regra geral, todo o lavrador se ergue cedo, e o juízo do povo é que «quanto mais malandros, mais tarde vão...» (28)

Nos pontos da ilha em que, no verão, é costume fazerem-se duas ordenhas por dia, a primeira tem de ser feita cedo, tornando-se assim a primeira das tarefas.

Se bem que o relógio do lavrador seja um relógio de sol, pode dizer-se que geralmente acabam «das cinco por diante», ou um pouco mais cedo nos dias mais curtos.

Disse certo lavrador: «o trabalho do lavrador nunca teve hora nem pode ter, nem para principiar nem para acabar, porque nunca deixam um serviço incompleto». Por isso é impossível limitar precisamente a actividade diária do lavrador.

São relativamente pequenas as jornadas que o lavrador tem de percorrer com o gado, pois o **gado de baixo**, com o qual lida

(28) Malandro: preguiçoso.

diariamente, fica-lhe quase ao alcance da porta. Antigamente, quando era habitual o uso do baldio, «deitava-se o gado para o mato» quinze dias ou mais, onde ele se dispersava, mas os sinais com que o marcavam permitiam um fácil reconhecimento (29). Por isto, geralmente o **gado de baixo** não tem sinais, pois estes só tinham utilidade para o gado que pastava no mato.

Para o gado que vive no interior, nas criações e pastagens, as distâncias são maiores; dentro das pastagen acontece haver charcos onde o gado pode beber, mas quase todos eles secam durante o verão, obrigando a conduzir todo o gado às lagoas ou charcos maiores que se conservam todo o ano, mais para o interior da ilha, a distâncias já razoáveis, que tornam a jornada fatigante. Para solucionar esta dificuldade, as Câmaras Municipais construíram **bebedoiros**, grandes tanques públicos, distribuídos pelas estradas do interior, onde todo o gado pode ir beber.

No que diz respeito ao gado bravo, as vacas, nas proximidades do parto são transferidas para as **criações**, onde são mantidas algum tempo com o bezerro. No inverno o gado é mudado para zonas mais abrigadas (30); quanto ao gado bravo, no verão, época das touradas, é trazido para as pastagens mais próximas das estradas do interior da ilha, ficando assim mais facilmente ao alcance dos pastores. O homem que conduz o gado solto ou o carro de bois, faz-se munir de uma **aguilhada**, pau roliço, delgado e comprido, terminado por uma ponteira de metal, com a qual, picando o animal, o desvia ou encaminha. Uma das madeiras mais frequentemente usadas para fazer uma aguilhada é a roseira.

O maior auxiliar do lavrador e do pastor nas tarefas de condução do gado é o cão. O **cão de pastor** na Terceira é de tamanho médio, semelhante a um rafeiro, veloz e de faro apurado, geralmente esperto. Todos os pastores tem o seu cão, quando não tem mais de um:

---

(29) Este gado, «deitado para o mato», faz lembrar os rebanhos «ao feirio», de Vilarinho da Furna, rebanhos que não são «apastorados»; em Vilarinho, porém, o gado «ao feirio» é constituído por gado cavalar, e na Terceira, o gado do mato — também dito *alfeirio* — é bovino. Mas na Serra da Peneda são frequentes os bovinos «ao Feirio».

(30) Em S. Miguel a esta mudança chama-se *volta*.

«Co cão de orelhas cortadas
Lá discanso o meu padaço;
Lembe-me as mãos, fraldiqueiro,
Das festinhas que lhe eu faço.»

(V. Nemésio, **Festa Redonda**, 111)

O cão ajuda a conduzir o gado, manso ou bravo, não o deixando desviar-se do caminho a percorrer, ladrando ao seu lado. Quando um toiro não quer entrar no **portal**, os cães vão morder nos **machinhos** do animal, isto é, nos artelhos, sem que seja colhido, pois o toiro terá muita dificuldade em colher um animal tão pequeno, baixo e de correria hábil. Assim, é mais frequente os bois e os toiros terem medo dos cães, que vice-versa. Por vezes, os cães prendem-se nas orelhas dos bois, vacas e toiros, ou mesmo no focinho, chegando a pendurar o seu peso alguns segundos pela dentada.

«Chómo o cão: "Pega, diabo!
Calçado! Busca, Calçado!"
(Lá me atripou por entre as pernas
Já de dente arreganhado!)»

(V. Nemésio, **Festa Redonda**, 109)

Basta um grito de «pega, diabo!» para estes animais, usualmente tão meigos e inofensivos junto do dono, largarem em correria, de dentes arreganhados limitando o percurso à rez que pretenda extraviar-se, obrigando-a a retroceder, cercando-a com saltos ou mordendo, se necessário for. Tudo isto repetido costumeiramente, à simples intuição do grito do dono. Um cão destes é capaz de, por sua conta ir em busca de uma rez perdida, começando a ladrar se por acaso a acha ferida ou morta numa grota.

Outro serviço prestam os cães: é raríssimo uma vaca rejeitar as crias; se tal sucede, porém, tira-se do ventre da vaca sangue do parto, que se esfrega na cria, e em seguida lançam-se os cães à vaca, que, sob as dores das dentadas, passa a criar, lamber e gostar dos filhos. Os cães já sabem o que fazer: a vaca, ao ver

morderem também a cria, «fica ciumenta da cria e dá em lamber a cria», explicam os pastores. As crias que não prestam, servem para o seguinte: matam-nas, tiram-lhes a pele e vão pô-las sobre outra cria que tenha perdido a mãe. Assim se procura que a vaca **pegue** numa cria, atando-a por baixo, operação que se chama **enxertar** (uma cria noutra vaca). Se a vaca, apesar da operação ainda não aceitar a cria, retomam simplesmente o processo da violência, lançando os cães à vaca, com os resultados atrás descritos.

Um cão com todas estas faculdades é uma riqueza que o pastor tem, e todos os pastores procuram possuir um ou vários cães, que os acompanham na lide do gado, com mais ou menos esperteza para estes serviços. O pastor sabe, no entanto, de um perigo: se algum cão se lança a uma ovelha e prova o seu sangue, quase certo é que lhe tomará o gosto, e daí por diante fará o que puder para ludibriar a vigilância do dono, e correr atrás duma ovelhinha extraviada para repetir a sangria. Mas cão esperto nunca o fará descaradamente diante do dono, sendo capaz de acompanhar um rebanho de ovelhas, aparentemente inofensivo, à espera da primeira oportunidade...

O carro de bois

Ao carro que os bois, em junta, costumam puxar, chama-se o **carro de bois.**

Os bois de carro, geralmente preparados e **quebrados** de forças antes de serem atrelados, como se explicou, estão habituados a transportar pesadas cargas por longas distâncias, em estradas boas e más, planas ou inclinadas. Para provar o género de caminho que pisam, basta considerar esta frase que se costuma dizer ao automobilista: «não é caminho para carros, é caminho para carro de bois...»

O boi de carro, é, na verdade, quase simbolicamente servil:

«Os bois-de-carro, pesados eunucos de argolas nos chifres, que remastigam, sub-alternos, como se cada um trouxesse ainda ao pescoço a canga, e que mesmo disjungidos se mantem paralelos,

dois a dois.» (Guimarães Rosa, **Sagarana**, Liv. do Bras., p. 18)

O carro de bois na ilha Terceira tem sido objecto da atenção de vários autores, e os nomes das diversas partes que o compõem, perfazem uma vasta lista, que nem todo o lavrador conhece na íntegra. Algumas designações dessa nomenclatura são conhecidas por toda a ilha; outras, porém, nem todos os lavradores as indicam, pois nem todos estão ao mesmo grau de conhecimento do mundo rural, e actualmente, cada vez menos, já que a tradição e o folclore estão ameaçados pela tentação urbana do «emprego» e do «estudo» (31).

Segundo o Dr. Luís Ribeiro (in «Notas sobre a vida rural na Ilha Terceira», Rev. Lusitana, vol. 33) o carro de bois ainda hoje deve ser semelhante aos carros usados pelos primeiros povoadores, a julgar por antigas posturas do concelho; é semelhante ao usado no Continente.

Para melhor agrupar as diferentes peças que formam o carro, consideremos três grandes partes:

1. Todo o conjunto de peças que formam o leito do carro, que se chama o **chideiro**;
2. Todas as peças que neste encaixam, formando e sustentando a **sebe**;
3. Todas as restantes peças, incluindo as rodas, seus componentes e apoios, conjunto a que se chama o **rodeiro**.

Temos, assim, embora imperfeitamente e apenas por comodidade de estudo, três pontos de partida para o estudo das partes e peças do carro de bois da ilha Terceira: o **chideiro**, a **sebe** e o **rodeiro**.

1. O chideiro

É constituído por cinco pranchas, sendo a do centro pro-

(31) É conhecida a expressão: «Fulano tem um filho no estudo.»

longada para a frente bastante mais do que as outras, chamando-se **cabeçalho**.

No extremo do **cabeçalho** há um gancho de ferro que serve para ligar o carro a uma segunda junta, se for necessário, e este gancho chama-se **nariz do carro**.

Um pouco afastado da extremidade do **cabeçalho**, estão atravessados neste, de lado a lado, dois pedaços de pau alongados, o mais próximo da ponta chamado **chavelha** e o outro **chavelhão**, a que se prende o **tamoeiro** da canga.

As peças laterais do **chideiro**, simétricas, arredondadas em ogiva até ao **cabeçalho**, chamam-se, de fora para dentro, **chedas** e o **soalho**. O **soalho**, é, assim, a parte fundamental do leito do carro, a plataforma onde repousa a carga.

À tábua ou parte do **chideiro** onde se prende a **sebe** chama-se **chamaceira**.

Quatro pequenos **toros** estão presos na **chamaceira**. A fechar o **chideiro** na parte de trás, a tábua que fecha transversalmente todas as pranchas do **chideiro**, tem o nome de **arcavém**, segundo uns, **alcavém**, segundo outros, ou ainda **arrecavém**.

Três travessas de madeira pregadas por baixo do **chideiro** seguram as tábuas que o constituem, mas não têm nome especial.

2. A **sebe**

A **sebe** é um entrançado de vimes, que formam, por assim dizer, **as paredes** laterais do carro.

As varas de madeira, ao alto, que se prendem no leito do carro, e em volta das quais é entrançada a sebe, chamam-se os **tinchões** (ou **tinchães**: pl. pop. em -ães). Estas varas excedem um pouco acima da **sebe**.

Visto que a **sebe** é aberta por detrás, a parte também de vimes entrançados que a tapa, chama-se **tapadoira**, e os paus que a seguram passando por furos na parede da **sebe**, têm o nome de **paus da tapadoira**.

Próximo da borda do soalho há uns furos onde se enfiam os **fueiros**, que seguram e prendem a **sebe**.

3. O **rodeiro**

O **rodeiro** é o conjunto das rodas, eixo e restantes suportes e partes.

À travessa posterior que segura o **chideiro** pela parte inferior, prendem-se os **coicães**, encaixes trifaciais onde gira o **eixo**, que só nestes pontos tem forma cilíndrica. Nas extremidades do **eixo** estão as **rodas**, seguras ao **eixo** com uma **cunha**, e as **cadilhas** para evitar que elas caiam. Em S. Miguel, à peça que amarra a roda ao eixo chama-se **chaveta**.

A **roda** apresenta duas aberturas em forma de arco de círculo, com o arco para fora, que se chamam **ouvidos** (ou também **lumieiras**, segundo a descrição do Dr. Luís Ribeiro, op. cit.).

A parte arredondada (cilindricamente) do **eixo** que gira no **coicão**, ou, segundo outros lavradores, a parte do **coicão** contra a qual o eixo gira, chama-se **cantadeira**, produzindo um ruído característico devido ao rodar do **eixo**.

Uma pequena **gaveta** na parte inferior do carro, presa à **cheda** direita, constitui o lugar onde se guarda o **cebo** para aplicar na **cantadeira**, a fim de ela não chiar.

No bordo da roda há um arco de ferro para ajustar melhor a roda, que se chama a **chapa**, pregada com pregos. Antigamente, segundo o citado artigo do Dr. Luís Ribeiro, os pregos da **chapa** eram de grandes cabeças salientes para aumentar o atrito nas descidas, mas esse uso foi proibido por posturas municipais.

Tentativa de explicação e relacionação de alguns nomes das partes do carro de bois

Alguns nomes citados são de explicação evidente; alguns

mesmo revelam tendência antropomórfica na classificação: **cabeçalho**, **nariz do carro**, ou por comparação com o soalho das habitações, o **soalho** do carro. Do acto de tapar a entrada trazeira do carro derivam **tapadoira e paus de tapadoira**.

Chideiro é o conjunto das **chedas** (chedeiro-chideiro, por acção do som palatal inicial) assim como **rodeiro** é o conjunto de rodas; **cheda** deriva do céltico **cleta**, representado por exemplo, no francês moderno por claie, "trabalho de vime", ou "grade de canas ou vimes" ou mesmo "sebe" (Dic. Dom. Azevedo).

Chavelhão é um aumentativo de **chavelha**, a qual deriva do lat. **clavicula**. (derivado pop. a par do termo médico anat.).

Coicão, que Cand. Figueiredo classifica como prov. Transm. e define por «cova em que a perdiz faz o ninho» está também registado no D. E. L. P. de J. Pedro Machado com a mesma significação, ao lado de **cocão**, "paus verticais do carro de bois, entre os quais gira o eixo"; segundo este autor, parecem relacionar-se com o lat. **calcare**, devendo atribuir-se a coicão/cocão a significação originária de "lugar calcado", assim como a de «dispositivo que serve para calcar» (o «coicão» de facto comprime o eixo do carro). (cfr. Piel, Miscelânea de Etimol. Port. e Galega, I, pág. 113). **Cocão** (na Terceira: **coicão**) encontra-se nesta acepção registado no pequeno Dic. Bras. da Ling. Port. de Buarque de Hollanda: «peça sobre a qual gira o eixo do carro de bois». Esta forma está atestada no romance «Fogo Morto» de Lins do Rego, ed. José Olympio, p. 254:

«O carro cantava nos **cocões** de aroeira, com o peso das sacas».

Os paus que enfiam no **soalho** do carro, prendendo a **sebe** e amparando a carga, chamam-se **fueiros**, termo derivado do lat. **funariu** — "de corda".

O **arcavém**, **alcavém** ou, segundo outros informadores, **arrecavém** é a tábua que termina o **chideiro** na sua parte posterior, onde está a **tapadoira**. Estará esta forma relacionada com o esp. **arrocabe** "madeiro que se coloca sobre o muro em forma de friso" (Corominas, D. C. E. L. C. s. v. arrocabe) ? **Arrocabe** deriva provavelmente do ár. **rukkáb** do vb. rákkib, "montar a cavalo"; nas

«Ordenanzas de Málaga» encontra-se **arrecabe** (ár. rakkáb) que foneticamente pode estar na base de **arrecavém.**

Chamaceira é um termo da Póvoa do Varzim (Dic. Morais 10.ª ed.) que significa «buraco na borda do barco onde se coloca a chama para colocar o remo». É o mesmo que **chumaceira**, "substância com que se almofada", de **chumaço**, lat. **plumaceu-** "de penas".

Muitos destes nomes das diferentes partes do carro de bois na Terceira encontram-se no Nordeste Brasileiro. Muitos nomes são exactamente os mesmos: **cabeçalho, cheda, chavelha, cocão, fueiros.** (G. Rosa **Sagarana**, «Conversa de bois», ed. Liv. do Bras. pp. 271, 272, 281, 286)

Existe um adágio popular conhecido na Terceira, de carácter meteorológico, que diz:

«Entre Maio e Abril,
Quando vires chover,
Carrega o carro e o carril.»

Carril é o carro pequeno, mas a maior parte dos lavradores não conhece a significação da palavra, que repete neste adágio para rimar com Abril. O sentido do adágio parece deixar concluir a confirmação de que **carril** é um carro pequeno, usado ao lado do carro, no mesmo verso. Não obstante, o Dr. Luís Ribeiro julgou tratar-se do sulco do carro de bois, acepção que o termo também pode tomar. (Dr. Luís Ribeiro, «Arcaísmos na Linguagem Popular da Ilha Terceira», Bol. do Inst. Hist. da Ilha Terceira, Vol. I p. 102) Esta acepção — sulco de carro — não foi confirmada em nenhum inquérito, ou ouvida a nenhum lavrador, o que talvez ajude a confirmar que **carril**, para aqueles que conhecem o termo, é apenas um carro pequeno.

A Canga

A completar o estudo do carro de bois usado na Terceira,

impõe-se referência à canga, e as cangas terceirenses foram das mais ricas dos Açores.

Na Terceira, como em todas as ilhas dos Açores, os bois são presos ao carro e aos instrumentos de lavoura pelo cachaço, e não pelos cornos. O acto de prenderem os bois à canga diz-se «cangar»; o acto de prender os bois ao carro diz-se **meter os bois no carro**. Do acto de juntar os bois na canga deriva a frase popular estar **cangado**, aplicado a duas pessoas com os braços por cima dos ombros uma da outra, ou ainda a frase **«descanga-te»**, quando se repele amigavelmente um amigo dessa posição; de duas pessoas com a mesma estatura diz-se que se podiam **cangar**.

A **canga** — que se supõe derivado do anam. gang — é constituída por várias partes, cujos nomes variam de ilha para ilha (32); na Terceira a nomenclatura é a seguinte:

— A parte central da **canga**, entre os dois bois, chama-se **camalhão**, de «cama», atestado no Dic. Morais (10.ª ed.) como termo dos Açores, designando uma parte da canga.

— A parte curva que assenta no cachaço do boi chama-se **trancoeira** (de trancar).

— A correia que prende a canga ao cabeçalho do carro chama-se **tamoeiro**.

— Alguns chamam **camalhões** às duas cavidades do **camalhão** por onde passa o **tamoeiro**.

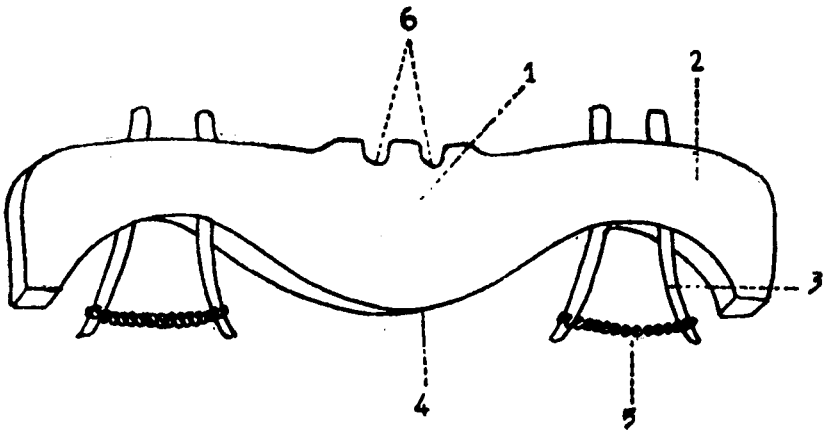
— Cada um dos paus da canga, entre os quais o boi mete o cachaço, chama-se **canzil** (de canga).

— À correia que liga os **canzis** pela parte inferior, chama-se **brocha**.

— Se o bordo inferior do camalhão é arredondado, este arredondamento é chamado **barriga da canga**.

---

(32) v. Dr. Luís Ribeiro «Canga de Bois nos Açores»; Rev. Açoreana, Vol. II, Fasc. I.



ESQUEMA DE UMA CANGA

1. Camalhão
2. Trancoeira
3. Canzil
4. Barriga da canga
5. Brocha
6. Camalhões

Na Terceira, as cangas foram outrora ricamente ornamentadas, e ainda hoje alguns lavradores possuem cangas ricas. A riqueza de ornatos das cangas terceirenses, não se encontra geralmente nas outras ilhas, onde são lisas.

Havia cangas de trabalho e cangas de luxo, estas postas no carro quando o proprietário se deslocava a festividades. Mas as cangas de trabalho também são ornamentadas, com ornatos vários: cruz latina implantada no vértice de um triângulo, ou pousada num círculo; estrela de David, etc. O mais comum é terem gravadas as iniciais do possuidor, mesmo no caso de existir outra ornamentação.

É no que diz respeito aos ornatos das cangas de luxo que se nota uma grande riqueza e variedade; feitos a punção ou à navalha, em baixo relevo ou embutidos de osso de baleia, os

ornatos variam desde os simples motivos geométricos — a mais antiga ornamentação que se conhece — às figuras e desenhos de valor simbólico, ou ainda, folhas e grinaldas e outros elementos vegetalistas.

A presença circundante do mar, porém, não suscita a aplicação de motivos marítimos e piscatórios, pois a pastorícia de interior tem mais força criadora que a faina piscatória de algumas zonas da costa, (como igualmente pensa o Dr. Luís Ribeiro, no artigo citado). Há mesmo muita gente que nunca pôs pé num barco, e é grande a separação entre a gente do mar e o lavrador.

A construção rústica onde se guardam o carro de bois, a canga e as alfaias agrícolas, chama-se **alpendre** — termo de origem incerta, talvez do gaulês **talop ennos** (R. E. W.) "empena".

Num espaço compreendido entre o teto e o forro, acessível por um postigo que dá para o exterior, conserva-se a **comida** do gado, isto é, as folhagens destinadas a alimentar o gado em certas épocas.

Linguagem do Pastor

O pastor e o lavrador fazem uso de uma linguagem própria, de chamamento e condução do gado. Os pastores empregam certas **vozes**, conforme a situação:

Para chamamento: «**vim** cá, vaca»; ou referem o nome próprio do animal — «**vim** cá, Benfeita!»... etc.

Para incitar ao andamento: «ô-eich!» (geralmente ao carro)

Para parar: «ôh-ei!» ou «ôh-aí».

Para recuar: «pás-trás!»

Aos cães, os pastores costumam dizer «pega-diabo», para os fazer ir tomar conta de uma rez.

Idêntica linguagem está documentada em **Saragana**, de Guimarães Rosa (ed. Liv. do Bras. p. 29); durante a contagem e apartação de uma manada de gado:

«— Apertem mais, para o gado sair fino, gente!
Ajusta, Juca, tu não sabes fazer o gado? Eii, um...! ...Boiada boa! ...Prá trás, boi-vaca! ...Hê boi! Hê boi! Hê boi-hê!».

A Ordenha

Ao acto de tirar o leite às vavas, chama-se, por toda a ilha, **ordenhar** (33).

É um trabalho fundamental na vida rural, que ocupa os pastores e os lavradores logo pela manhã, sendo das primeiras tarefas.

«Cheira-me tudo a queimado;
Pego no meu tarro de oiro,
Ordenho as vacas paridas,
Rilho gueixo, aparto o toiro.»

(V. Nemésio, **Festa Redonda** p. 110)

As vacas leiteiras não estão com os bezerros senão algumas horas por dia durante os primeiros dias após o parto, e uma hora por dia até serem desmamados. Só às vacas bravas, visto não serem ordenhadas, é permitido estarem sempre com os bezerros.

As vacas leiteiras, destinadas à exploração do leite, têm de ser separadas dos bezerros, cuja amamentação tem de ser controlada e limitada.

Os bezerros são separados num pasto ou num curral, que se chama **enchiqueiradura**, (e não chiqueiro, que é o pátio do

---

(33) Ouvido por vezes *orinhá*. *Ordenhar* provem da palatalização do lat. *ordiniare* forma tard a e popular do lat. class. ordinare (de ordo) "pôr em ordem, ordenar". Do facto do pastor pôr em ordem os animais a «ordenhar», passou-se a designar o próprio acto da extracção do leite pelo acto rotineiro anterior, acto de ordenação, fundamental para o pastor. A designação mais antiga é *mujir* ou munj r (esta segunda forma, obtida por nazalação), enfim, toda a série de formas derivadas do lat. *mulère* "ordenhar", isto é, o termo autêntico que designa a extracção do leite. Na Ling. Portuguesa «munjir» é a forma mais antiga, «ordenhar» só aparece posteriormente na lingua literária. Na Terceira usa-se *ordenhar*.

porco) e o acto de os introduzir nesse curral ou pasto, diz-se **enchiqueirar**.

Quando se fazem duas ordenhas por dia, a primeira é sempre feita muito cedo, e a segunda ao fim da tarde; quando há apenas uma ordenha no dia, esta não tem de ter lugar tão cedo. Actualmente tende-se para as duas ordenhas diárias, mas os lavradores afirmam que «antigamente» apenas se ordenhava uma vez, de manhã, e só algumas pessoas, há alguns anos, o fazem duas vezes.

Nas freguesias de Santa Bárbara e Lajes, ordenham uma só vez, na maioria; na freguesia de Altares, há uma dúzia de anos, passaram a ordenhar duas vezes, pois «da vez da tarde» obtém-se leite mais gorduroso. É realmente um facto que quanto mais próximas forem as ordenhas, maior é a percentagem de gordura no leite, e daí que «a vez da tarde» renda mais gordura; acrescente-se mesmo que para que esta percentagem de gordura seja máxima, a vaca terá de ser ordenhada três vezes ao dia, o que não traz prejuízo, pois uma ordenha bem feita concorre para o prolongamento da idade económica do animal. Na freguesia dos Altares, alguns lavradores são da opinião que o leite de animais criados ao Sol também tem mais gordura; e outros lavradores terceirenses pensam que o leite das vacas de pelagem vermelha é mais **basto**, isto é mais gorduroso.

Para se proceder à ordenha, leva-se o bezerro para junto da mãe, que se deixa assim ordenhar mais facilmente; uns amarram o bezerro a uma estaca, outros amarram o bezerro ao «sovaco» da vaca, isto é, à **pá da mão**, operação que se denomina **rilhar**. **Rilhar** é, portanto, amarrar o pescoço de bezerro com um **sedenho** de dois ou três metros, que se ata em seguida à pata do animal, de modo que não possa chegar com a cabeça à teta. Alguns lavradores consideram este processo a «moda antiga», outros, como o falecido José Martins (José da Lata) afirma que antigamente se amarravam os bezerros ao «pé» da vaca, e actualmente à «mão», como na vizinha ilha de S. Miguel. Mas sem dúvida o processo de «rilhar o bezerro» é muito antigo e conhecido em toda a ilha.

Um problema que se depara ao pastor é a mama do bezerro. Que deve o pastor reservar para o bezerro? Deve deixá-lo mamar antes ou depois da ordenha? (34) Os lavradores e pastores pouco informados ou pouco experientes ordenham primeiro, e deixam um teto, o pior, para o bezerro; mas os lavradores mais experientes sabem que se o bezerro mamar antes da ordenha, consumirá o leite mais aguado, menos gorduroso, despertando a vaca para uma boa ordenha que vem a seguir: «o bezerro mama o mais desnatado e o derradeiro que fica para a nata é o que tem mais manteiga!» (freguesia das Lajes), na freguesia dos Altares adoptam idêntico sistema: deixam o bezerro mamar primeiro num dos tetos piores, e finalmente procedem à ordenha, amarrando a cria a uma estaca, em frente da mãe, que a lambe, satisfeita. O bezerro consumiu o leite mais «fraquinho», e o leite ordenhado é o mais gorduroso. Além disso, a mama primária da cria desperta o leite, o que se chama fazer a vaca **apojar**, isto é, provocar a descida do leite.

Quanto ao processo, a ordenha pode variar:

Geralmente o pastor senta-se na lata ou põe-se de cócoras («de crócas») — qualquer destas posições é vulgar — e em seguida ordenha com as duas mãos, em movimento alternado, os tetos **em cruz** (ordenha cruzada, muito generalizada), ou, por ignorância, toma-os indiferentemente, ou os mais cheios, ou os laterais, ou os anteriores, etc. Muitos ordenham em cruz por imitação de um processo generalizado; mas alguns sabem que a ordenha cruzada (teto anterior de um lado e o posterior do outro ou vice-versa) é técnica e biologicamente correcta, e que não se deve ordenhar tomando os dois tetos do lado direito ou do lado esquerdo. A ordenha é uma operação da maior importância na produção leiteira, da qual pode depender o prolongamento da idade económica do animal; assim, nas terras em que ainda não se conhece o moderno processo mecânico de ordenha por sucção,

---

(34) O problema põe-se pelo facto de o leite ser o principal objectivo; na aldeia de Vilarinho da Furna, uma vez que não aproveitam o leite como fonte de receita, o prob ema não se levanta, e preferem alimentar bem as crias, para as venderem. (v. J. Dias, *Vilarinho da Furna*, Porto, 1948, p. 89)

o pastor terá de ter vários cuidados se quiser conservar o animal em boa forma. Os bons pastores procedem à ordenha em lugar abrigado, para aí conduzindo os animais, operação a que chamam **concertar o gado** para a parede que esteja mais abrigada.

As vacas recebem a sua classificação e nomenclatura conforme a **quantidade de leite evidente exteriormente e a facilidade de ordenha**. Ao orifício das tetas chamam **fonte**, e ao conjunto das tetas **mojo** (35).

a) **Pela quantidade de leite evidente:**

Se a vaca apresenta os dois «peitos» anteriores mais cheios, diz-se por toda a ilha, **dianteira**.

Se a vaca apresenta os dois «peitos» posteriores mais cheios, diz-se por toda a ilha, **traseira**,

Na freguesia da Ribeirinha diz-se **pendida do mojo** à vaca que tem maior quantidade de leite de um dos lados — «quando pende o leite mais a uma banda».

b) **Pela facilidade de ordenha:**

À vaca que se deixa ordenhar com facilidade, chamam, na freguesia dos Altares, **vaca molarinha**.

Na Ribeirinha consideram três «qualidades de ordenhadura», isto é, três tipos de ordenha conforme a facilidade de se deixar ordenhar:

1) Vaca **dureira** — Vaca «dura», isto é, cuja ordenha é trabalhosa.

2) Vaca **fecheira** — Vaca que «fecha» o leite, que é preciso ir «buscar o leite mais acima», isto é, premer o teto um pouco mais acima.

---

(35) mojo: amojo=mojo, por aférese. Relacionado com, *mungir*, isto é, com formas provenientes de *mulgère*. *Mojo* é, portanto, aquilo que se vai mungir — substantivo criado sobre um verbo. *Ubere* é a forma literária correspondente, enquanto que amojo/mojo se mantêm como aproveitamentos regionalistas.

3) Vaca **seringueira** — «sai o leite em esguicho», sai «seringado», isto é, sai com facilidade, em jacto, porque a **fonte** é larga.

O leite da ordenha é recebido em latas próprias para tal fim, a que se costumava dar o nome de **tarro**.

Depois de ordenhado o leite, é levado para a «fábrica», isto é, o nome genérico popular para a indústria de lacticínios, ou é trazido nas latas, para consumo, como outrora o era nas **cabaças** levadas ao ombro **pelo homem do leite**.

Há cerca de meio século o leite bem gorduroso interessava para o fabrico de manteiga caseira, como já se referiu (**pelo de manteiga**); o leite era deitado num alguidar de barro onde permanecia cerca de vinte e quatro horas para juntar a nata à superfície, que era em seguida batida: com esta operação se separava a **gordura ou manteiga do leite** (36) e o soro, o que ainda hoje conhecem na ilha por **troca** (37).

Às crias chamam também no Norte da ilha, **mamotes** (de mama), — a cria da vaca que ainda mama; no Brasil, existe este termo com o mesmo sentido (Morais 10.ª ed.). Os **mamotes** seguem docilmente os pastores, desde que eles lhes vão introduzindo na boca, pelo caminho, dois dedos molhados em leite.

Quando os lavradores pretendem que os bezerros não mamem, aplicam-lhes no focinho uma espécie de açaime, feito de tiras de coiro, que se chama **barbilho** (38), ou ainda uma pequena armação cilíndrica de vimes, designada por **açamo**, quando é preciso deslocar a cria com a vaca sem que ela mame. Na ilha de S. Miguel, ao **açamo** dão o nome de **cofinho**.

A ordenha é um acto de grande importância no dia a dia agro-pastoril da Terceira; não deixa por isso de ser objecto de

---

(36) em flocos, a que chamavam, segundo o Dr. Luís Ribeiro (Bol. Inst. Hist. I. Terceira, vol. I, p. 110 sgs.) *godilhões*.

(37) É desconhecida a designação árabe *almece*, «soro do leite», usada no território português (V. Prof. Dr. L. F. Cintra, «Áreas Lexicais no Território Português», Bol. Filologia Tomo XX).

(38) de barba. «Funda que se põe aos cabritinhos e novilhos de leite, para não mamarem nas mães» (Morais 10.ª ed.)

atenção da literatura regional, por exemplo, no conto «A Desonra», da pequena colectânia «Gente do Monte» de João Ilhéu, de onde foram extraídas as linhas seguintes:

«A ordenha correu triste essa manhã. À Feiticeira e à Benfeita não foi menos desconsolada do que para o Chico, a visita daquele dia. Faltara-lhes a saudação do ti Caetano, as cócegas na testa, as festas pelo lombo, e mais que tudo a sua companhia alegre, com mostras de agrado pela abundância da paga com que elas premiavam os seus cuidados, dando-lhe, diariamente, umas poucas de canadas (39).

Acomodadas as latas contra o palheiro, o Chico destapou o portal para o cerrado onde os bezerros pastavam, e aguardou que passassem. Não foi grande a demora, que eles, mal sentiram bater as pedras umas nas outras, abalaram naquela direcção, correndo e alçando o rabo, e foi um instante para chegarem ao pé das mães, a mamar nas tetas, desenfreadamente. As vacas, voltando a cabeça, lambiam-lhes o pêlo arripiado, enquanto eles — fogo que fogo — escorrepichavam o leite até à última goteleta.»

Entre os cantadores populares a ordenha já serviu de pretexto para disputa violenta, rivalizando os contendores no brio de uma ordenha correcta; a «Chícharo» cantou um dia o «Bagatela», que o vira enganar-se nos gestos de ordenhar uma vaca:

«Não tens préstimo nenhum
E, ao saber, te não interessas;
Já ordenhaste uma vaca
Rilhando o bezerro às avessas...»

Chícharo volveu-lhe:

«Eu relhei-o às avessas
olha que não foi por erro;
Foi para eu mamar na vaca
E tu mesmo no bezerro!»

(39) Canada — medida para líquidos: dois litros e dois decilitros.

Mas a última resposta foi do «Bagatela»:

«Tu caiste num grande erro
E julgas que cantas bem;
Até queres dar a um bezerro
Aquilo que ele não tem...!»

(Gervásio Lima, **Festas do Espírito Santo**, Angra, 1932)

O quadro pastoril da ordenha — mais do que terceirense, profundamente açoreano, porque todas as ilhas, na sua diversidade, são irmanadas por fundo agro-pastoril comum — está descrito numa linguagem densamente regional e pictórica, num passo de «Mau Tempo no Canal», de V. Nemésio:

«Margarida admirou os mojos apojados das grandes vacas de raça. O António Massinha enrolava-lhes o rabo junto à alcatra. rilhava as crias das vacas paridas de pouco, prendendo-lhes à pá da mão. Depois, lavando as tetas sob a vigilância de Van Dan, acocorado e cachimbando, passava a mão ao longo do mojo engorgitado, tirava duas ou três frechadas de líquido ainda fora do tarro, e ouvia-se o frigir regular e quente do leite na vasilha. A vaca soltava um mugido que parecia melancólico, derreando os cornos até ao coiro da suã e erguendo de olhos fechados o focinho frio e húmido. Outras vacas, espaçadas nos pastos, dobravam o corpo até poderem passar a língua na barriga. Um ou outro chocalho pontuava o silêncio frio da manhã.»

(**Mau tempo no Canal**, p. 386)

A Alimentação

A alimentação do gado varia com as estações do ano pois com estas variam as condições climáticas, as culturas e as condições de abrigo e condição do gado.

A Ilha Terceira tem uma agricultura essencialmente agro-pecuária, sendo a terra explorada em vista ao sustento do gado que abunda por todas as zonas.

As terras de menor altitude, que recebem anualmente cereais, batata ou tabaco, recebem, na devida altura, ervagens. As terras mais altas, normalmente pastagens, quando são cultivadas, são semeadas com milho, que servirá ao lavrador como forragem, que é arrecadada em **silhos** (40): com a forma de pequenas torres brancas que aparecem por aqui e ali, na paisagem rural.

As condições climáticas — trazendo um inverno mais húmido que frio, e um verão de temperatura excelente, sem contrastes do dia para a noite — fazem variar o tipo e a zona de alimentação do gado.

Esquematicamente este é o calendário da alimentação do gado na ilha Terceira:

À alimentação do gado dão o nome genérico de **comida**.

Janeiro, Fevereiro:

Tremoço
Palha
Folhada — nome dado à folha da cana do milho. À palha e folhada chamam **comida seca**.

Março:

A **comida** é semelhante ao mês anterior, juntando-se a **erva da casta**. Em algumas zonas, como por exemplo, na freg. de Altares, norte da ilha, aponta-se para os três primeiros meses do ano o mesmo tipo de alimentação.

Abril, Maio:

Erva da casta, cevada, favas, chicharão (Latirus tingitanus), e **trevo bolota**. À erva da casta, e ao trevo, chamam **comida verde**. Neste período ainda comem **tremoço**. Em S. Sebastião, ao trevo e ao tremoço, chamam **comida de foice**.

(40) Pronúncia palatalizada de silo.

Junho, Julho:

Pasto — erva do pasto, isto é, verdura das pastagens, como por exemplo, **trevo do pasto**. (var. de trifolium)

Agosto:

Pasto
Milheiro Basto — milho semeado muito junto, numa certa porção de terreno, e só para gado. Neste período, de dia conserva-se o gado no pasto; à noite deita-se milho basto — mas só com o milho o gado «dá em ficar com a boca assada». (41)

Setembro:

Pasto
Milheiro basto
Milheiro descabeçado, a que se chama comida **descabeçada**.

Outubro:

Pasto (por vezes)
Folhada
Rama de batata doce

Novembro, Dezembro:

Comida seca (palha, folha e folhada)

No mês de Setembro o gado desce do **pasto**, e come ainda **verdura**, como por exemplo, junça, mas em Outubro já está seca. Em Novembro sobe de novo ao **pasto** e come o que na

(41) «dá em...» — começa a (dar em — começar)

freguesia de Santa Bárbara designam por **pateira**, que é uma erva própria do pasto e que também rebenta nas terras em que se semeia o milho. Trata-se, afinal, de uma gramínea, cujo nome científico é **arrhenatherrum elatius**. A designação de pateira serve também como topónimo menor: lugar da Pateira (Nasce Água). No primeiro caso deve estar relacionado com a acepção de «terreno alagado, charco» (T. da bacia do Vouva) (42), no segundo caso do sentido próprio de «lugar onde se guardam patos» (de pato). (43)

Milheiro é a designação da cana do milho com a folha. Sem a folha toma o mesmo nome, mas também pode tomar o de **caneira** (44), como por exemplo na zona das freg. do Cabo da Praia e S. Sebastião.

Folhada, como se disse, é o nome dado à folha da cana do milho; na freguesia de Altares, para conservar a **folhada**, fazem uma espécie de cone com o milho, que não se estraga, pois o clima é bom — uma espécie de microclima, quase sem nevoeiro e humidade, onde não há «bolor» a cobrir os objectos — a este cone feito com o milho chamam nesta freguesia **caparito** (45), termo que afirmam ser exclusivo da zona de Altares.

Com o milho fazem ainda uma armação piramidal, com quatro «pernas», que se destina a deixar secar o milho, e que se chama **burra de milho**. O nome mais geral é **burra de milho**, e nalgumas zonas, como nas freguesias de Santa Bárbara, Ribeirinha e Biscoitos, só conhecem por este nome, mas noutros pontos à **burra** chamam **peão**. — Altares, Raminho, Fonte do Bastardo. Porém para alguns lavradores, (freguesia das Lajes) o **peão** distingue-se da **burra**, por a **burra de milho** cruzar os quatro pés excedendo as suas pontas o vértice da pirâmide, e o **peão** arrematar em vértice sem que os paus o excedam.

---

(42) Dic. Cand. Figueiredo

(43) Dic. Cand. Figueiredo

(44) de *cana*, como *milheiro* de *milho*. Registado em Cand. Fig. como «caule de certas plantas, especialmente da faveira». Trata-se, portanto, do caule do milho. Na freg. de S. Sebastião caneira é «o pé de milho depois de tirar a soca».

(45) Caparito parece ser o nome dado a todo o amontoado de coisas em forma cónica.

Há ainda o **escalão** de milho, armação com três pares ou mais de paus, unidos em vértice dois a dois, e com um pau transversal unindo os vértices. Tem a mesma finalidade das **burras** e dos **peões**, e nalguns pontos (Lajes) chamam-lhe **casão** de milho. Alguns lavradores sabem dar um nome ao pau transversal do **escalão**, que é o de **cumieira** (freguesia de Santa Bárbara).

Ao ajuntamento de massarocas para pendurar na **burra de milho** chamam em São Sebastião **cambada de milho**, sendo também conhecidas outras designações mais raras: **pelo de milho** e **redoiça de milho**. **Cambada** é, segundo o Dic. Ling. Port. de Cand. Fig., uma «porção de objectos ou animais, enfiados ou pendurados numa cana, cordel, etc.» (de cambo); daí a acepção de **cambada** (porção enfiada ou molhe) de milho. Trata-se efectivamente de um derivado de **cambo**, «pau com gancho para apanhar fruta» (Cand. Fig.), ou pau de enfiar qualquer série de coisas, por exemplo, **cambada de peixes** (Morais, 6.ª ed.).

Quanto a **pelo de milho** tem a mesma formação de **pelo de manteiga** (v. «Economia: o trabalho, o leite e a carne», parte I), por semelhança, portanto, com esta expressão; e **redoiça de milho**, por semelhança com o baloiço, visto «redoiça» ser uma das mais antigas designações do «baloiço» em português (46).

Algumas das **«comidas»** do gado constituem culturas de prados artificiais, normalmente culturas outonais, por isso chamadas os **outonos**. São culturas anuais. As principais são:

Erva da casta
Trevo
Tremoço

Também se cultivam favas, cevada e centeio, mas em mistura com as anteriores. A lavoura da erva da casta é feita em

---

(46) K. Jaberg, «Geographie Linguistique et expressivisme phonétique: les nomes de la balançoise en Portugais» Rev. Portuguesa de Filologia 1947. Pensa Jaberg que «redoiça» e «baloiço» são as designações mais antigas do baloiço, disputando a predominância na língua literária, embora semanticamente separadas. «Baloiço» venceu como palavra literária por excelência: «redoiça» mantém-se regionalmente, com muitas variantes.

Outubro, e esta é comida definitivamente em Março ou Abril, conforme o desenvolvimento que apresenta.

O trevo é outra cultura outonal, o qual é conhecido vulgarmente por **trevo bolota**, que é afinal o trevo vermelho. A sua sementeira é feita, por vezes, de mistura com a da erva da casta, e é comida mais ou menos pela mesma época da erva da casta.

Quanto ao tremoço, a sementeira é feita em Outubro ou Novembro, juntando-se-lhe, por vezes, cevada, centeio ou fava, e vem a ser comida em Dezembro e Janeiro, nas terras destinadas a trigo, e em Março e Abril, nas terras destinadas a milho. Devem distinguir-se duas qualidades de tremoço — miúdo, que é indígena, cultivado desde a colonização, e o grado, importado recentemente. O tremoço grado forma **comida** mais cedo, mas o tremoço indígena é mais benéfico para a terra, o que também muito interessa ao lavrador. (47)

O gado come ainda outras espécies de vegetais, sem que elas sejam planeadas racionalmente para a sua alimentação: **luzerna** (que todavia também se cultiva mais recentemente em certas zonas da ilha), **diabelha** (Plantada Coronopus) que também é utilizada na Terceira para fins medicionais), **junça** (Cyperus Radius) **erva azeda** (Rumex Acetosella), **Faia do Norte** (pittosporeácea), etc.

Deve acrescentar-se ainda que alguns lavradores separam a **comida** do gado em dois tipos principais:

1) **Comidas Fortes** — alimentação susceptível de produzir sangue novo ao animal, de poderoso valor alimentar: tremoço, trevo, grão de milho, Faia do Norte.

2) **Comidas Fracas** — de menor valor alimentar: em geral a **comida seca** (palha, folha) e a **comida descabeçada** (milho), **moínha** (ou casca do trigo).

---

(47) Porque fixa maior quantidade de azoto atmosférico.

Certos alimentos podem provocar levantamentos de sangue, muitas vezes com sintomas visíveis na pelagem; essas **comidas** — as **comidas sanguentas** — fazem o animal ficar com **sangue**: boi com **sangue**, ou toiro com **sangue**. O mês de Outubro é perigoso para o **sangue**, porque comem **erva verde** depois de **erva seca**, isto é, **comida forte** a seguir a um período de **comida fraca**. Mas não se trata propriamente de uma doença, é simplesmente uma alteração produzida pelo regime alimentar, que pode suceder uma vez por outra.

As doenças

Apesar da sua corpulência, o boi é um animal sensível, espantadiço, e que necessita de vários cuidados. A sujeição ao clima, sem reservas nem abrigo, a sub-alimentação devida a forragem deficiente, contribuem para reduzir o rendimento do animal, diminuindo até a corpulência à espécie, como sucedeu com a raça mirandesa em certos pontos do Arquipélago.

Alguns lavradores construíram abrigos para o seu gado; duma maneira geral, porém, o gado passa o maior período de tempo possível, nas pastagens e ao ar livre. Este regime de semi-estabulação não é ainda o mais eficaz na protecção de animais de cuja saúde depende o nível de rendimento. Se bem que a média da temperatura mínima invernal não desça abaixo de 8 graus C. no entanto a humidade relativa do ar encarrega-se de criar uma atmosfera de tensão, insuportável para homens e animais, responsável pelos céus de nevoeiro cerrado — o **brabudo** — e pelo o que os ingleses chamaram o Azorean torpor. Nas pastagens interiores e altas, onde a humidade é grande, o vento pode afectar gravemente o gado: aos ventos Norte e Nordeste chamam os terceirenses **mata-vacas**, e nos Açores é conhecida a designação de **esfola-vacas** para o vento que, respectivamente em cada uma das ilhas de carácter predominantemente pastoril, mais afecte o gado.

Mas as doenças que mais afligem os lavradores e os serviços zootécnicos são as doenças de origem bacteriana e as de carácter parasitário. As mais importantes, de origem bacteriana, são: a

brucelose, o carbúnculo e o tétano; as de origem parasitária, também de maior vulto, são: a cisticercose, responsável pela ténia, e a oesofagostomose. Algumas outras doenças podem raramente manifestar-se, mas o povo não tem consciência da sua natureza, nem conhece nomes populares para as classificar.

A brucelose — **doença de mover**

Esta doença tornou-se, por volta de 1940, um flagelo da pecuária terceirense, felizmente hoje minurada pela vacinação anti-brucélica e por cuidados recomendados aos proprietários de gado.

Consiste em abortar — **em não segurar a cria** — o que os lavradores chamam **mover**; daí o nome de **doença de mover.** (48)

Nalguns pontos da Ilha (Altares) os lavradores já conhecem a designação científica de «brucelose», que foi alterada em **precelosa.** A vaca atingida pela brucelose, e que abortou, designa-se por **vaca movida** — isto é, vaca **que moveu.**

Alguns lavradores (na freg. das Lajes) conhecem uma terapêutica improvisada para o caso da cria morrer ainda em gestação: fazem a vaca ingerir duas ou três garrafas de linhaça fervida, cada dia, o que, explicam, obriga a vaca a parir, alimentando-se bem posteriormente.

A brucelose é muito temida pelos lavradores, pelos prejuízos que causa, e por ser muito **pegadiça**, termo com que querem significar contagiosa (doença contagiosa: doença que se **pega**).

Perante tal flagelo foi promovida desde longa data uma campanha de vacinação anti-brucélica, que, no entanto, encontra,

---

(48) Trata-se de uma acepção antiga do verbo *mover*, atestada em dois escritores portugueses de épocas diferentes:

«Andando a Rainha Dona Lianor prenhe *moveu* uma criança, de que esteve muito mal e sua vida duvidosa...» (Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, Cap. 36)

«A Espanhola, como estivesse prenhe, *moveu* uma criança, a couces da portuguesa». (Camilo, *Coisas leves e pesadas*, p. 47)

Esta acepção do port. class. conservou-se na Terceira mas exclusivamente para os animais; deve partir do sentido de «dar movimento a», de *moveo*.

apesar das sanções respectivas, alguma resistência e descrédito da parte dos lavradores de certas zonas.

Apesar dos incontestáveis benefícios, evidentes na redução de casos, certos lavradores teimam que a **bacina** (49) não serve, pois acontece o mesmo que aconteceria dantes, sobretudo se o animal trouxer a doença em si, antes da vacinação. Outros afirmam que a vacina só dá resultado se o animal for vacinado antes de ter cio, isto é, muito novo.

Os lavradores indicam alguns factos que podem ser causa de a vaca **mover**, independentemente da doença infecciosa designada por brucelose: se for **pisada** (agressão violenta, pancadas); **com desejo** (se passar por um pasto e não comer o que deseja).

O carbúnculo — o **«cabrum»**

Trata-se do carbúnculo bacterideo, outrora mais frequente que actualmente, como o reconhecem os lavradores, que lhe chamam o **«cabrum»**. (Carbúnculo — cabrum por metátese, e apócope da sílaba c'lo, após a queda da vogal postónica).

Era frequente em terrenos infectados. A profilaxia consiste na vacinação ou aplicação do soro. O lavrador conhece a doença por sintomas evidentes, que ele sabe descrever: «a pele dá em estralar na barriga, e nas patas do animal» (50) — à mínima pressão a pele cede, seca e estaladiça. Certos lavradores, mais idosos "Lages", afirmam conhecer uma "vacina" popular contra o carbúnculo: pratica-se um pequeno golpe atrás da "pá da mão", e introduz-se na incisão praticada um pedacinho de alho, fechando-se o golpe com um ponto. Tratando-se duma vaca, se no dia seguinte o leite souber a alho, ela está vacinada.

O tétano

Embora se dêem vários casos, não se conhece designação

---

(49) São muito raros os casos de troca de v por b, nem sempre verificáveis na mesma palavra.

(50) dá em — começa (já explic.)
estralar — é frequente a inclusão de um *r* epentético.

especial para esta doença. Geralmente o lavrador, hoje em dia, sabe recorrer ao soro.

Cisticercose

Dão-se casos, por introdução do cistecercus no animal. Esta doença parasitária é responsável pela ténia, a que o povo chama «bicha solitária», ou, por elipse, «uma solitária». A antiga falta de inspecção das carnes muito contribuiu para multiplicar o número de casos de pessoas atingidas.

Oesofagostomose — a **grama**

Trata-se de uma doença parasitária que pode matar os bovinos adolescentes, provocando uma diarreia sanguinolenta, acompanhada de emagrecimento, doença à qual os lavradores costumam chamar a **grama**, nome talvez relacionado com a erva daninha com o mesmo nome.

Além das doenças infecciosas e parasitárias, outras perturbações, intoxicações ou deficiências alimentares podem atingir os bovinos, as quais, sendo mais ou menos familiares aos lavradores, recebem nomes mais ou menos generalizados por toda a ilha.

Como já se disse certas «**comidas**» — as chamadas **comidas fortes** — podem produzir levantamentos de sangue, num e noutro caso, dizendo-se então que o animal está com **sangue**.

Outra perturbação devida à alimentação é a formação de gases intestinais, por vezes alojáveis sob a pele, causada por luzerna ou trevo branco muito tenro. De facto, certas vezes que o gado come um pouco mais de luzerna ou trevo branco ainda tenro, formam-se gases intestinais, ficando o animal sem comer, e com evidentes sinais de doença. Diz-se então que o gado «**impa**» (vb **impar**, forma mais frequente; ou também «**empacha**», de **empachar**). Por exemplo, da vaca que se encontre em tais circunstâncias diz-se que está **impada** (ou **empachada**).

Este termo — **impar** — é conhecido por toda a ilha, usado

de comum com **empachar**; em sentido próprio, uma das significações de **impar** é «abarrotar-se com comida» ou ainda «respirar com dificuldade» (Cand. Fig. e Buarque de Hollanda), factos que podem estar relacionados. Quanto à origem, **impar** defronta-se com duas hipóteses:

1) Gast. hipar "soluçar"; hipar de hipo, voz imitativa. (Cand. Fig. e Dic. da Acad. Esp.)

2) **hippare** R. E. W. 4139 tirado por regressão de **hippitare** "dar, entregar". Por esta segunda hipótese pretende-se ligar **impar** a **hippare** sem se recorrer à forma espanhola como intermediária.

É natural, porém, que tenha vindo através do Cast. **hipar**, e que este se ligue ao lat. tardio **hippare**, que por sua vez deve estar relacionado com **hipo**, forma aspirada grega que significa **comprimir** (peso ou pressão que oprime); semanticamente essa relacionação é aceitável em relação ao termo discutido — **impar**.

Quanto a «**empachar**» deriva de **impedicare** "impedir, estorvar", através do francês **empechier** (R. E. W. 4296).

Na Terceira, de alguém que comeu demais e se encontra incomodado, diz-se que **está empachado**. Ainda se diz, em sentido figurado, **empachada**, de uma pessoa «cheia», gorda e baixa, de estatura atarracada.

Para as vacas **impadas** ou **empachadas** o povo conhece várias formas de tratamento: fazem o animal ingerir uma pequena quantidade de azeite, ou também petróleo (se não o ideal, remedeia em caso de necessidade), o que leva o animal a expelir o ar pela boca. Segundo alguns, a introdução forçada de um pau na boca, leva o animal a remoer na madeira, acabando por deitar os gases fora. Em último caso, se necessário for, pratica-se um **furo** no vazio do animal, «uma mão travessa abaixo do quadril», ao que se chama **furo**, e à operação chamam **furar**.

Dizem os lavradores que se se fizer ingerir ao animal o azeite antes de comer a luzerna, ele nunca chegará a **impar**.

A VIDA PASTORIL

2. A SABEDORIA POPULAR E A FRASEOLOGIA

Adágios

Diz o poeta que a língua é instrumento incapaz da expressão total, que o melhor as palavras o não dizem, que a palavra só deixa de ser contorsão vã do espírito quando ela supera a sua própria morfologia por uma significação extra-formal, por um acto encantatório.

Pela língua o homem se situa, cultural e geograficamente.

Assim também pelos adágios, pelas comparações, pelos ditos populares uma comunidade se situa num contexto temporal e espacial.

Pela língua se conhece o povo — as suas actividades, o seu temperamento, a sua maneira de pensar, a sua filosofia de vida.

À vida pastoril estão ligados adágios, comparações e locuções, que muito embora não sendo de elevado número, chegam para provar a importância da actividade rural pastoril como padrão de vida.

Idêntica pesquisa na literatura brasileira nordestina revela alguns exemplos significativos, não só como adágios, «Suspiro de vaca não arranca estaca», «Boi andando no pasto, pr'a cá e pr'a lá, capim que acabou ou está para acabar», «Não é nas pintas da vaca que se vê o leite e a espuma» (G. Rosa, **Saragana**), mas também ainda comparações usadas como caracterização psicológica: «Ser como novilho de sangue de azougue» (Lins do Rego, **Cangaceiros**).

Os adágios são fórmulas de carácter moralizante, sob forma expressa ou velada, em que se pretende tirar um sentido moral de

um facto comum. Em muitos casos o sentido torna-se geral e aquilo a que se faz referência directamente torna-se simbólico: por exemplo, no adagiário terceirense equivalem-se as expressões «quem não tem bois, trabalha com vacas», e «quem não tem gral, pisa num paninho»; não são os bois e as vacas que interessam à conceituação, nem o gral e o paninho, mas eles são apenas matéria de comparação com que se constrói uma afirmação com valor simbólico. Do ponto de vista que nos interessa, a primeira fórmula tem valor, no entanto, justamente por utilizar como matéria de referência os bois e as vacas, que estão bem perto do homem rural.

Noutros casos o adágio não tem valor simbólico, mas enuncia uma verdade particular, cuja matéria de referência interessa directamente: «Quem tem vacas, tem patacas»; neste caso a afirmação não tem valor simbólico, e a referência a vacas não é arbitrária, mas reflecte o valor económico do animal.

Seja qual for o tipo formal que possa tomar o adágio, o que interessa a esta busca é encontrar aqueles que reflectem uma mentalidade pastoril, a qual toma como base de comparação para afirmações morais e enunciações conceituosas, os utensílios do trabalho quotidiano, os animais, etc.

A maior parte dos adágios terceirenses referidos directamente, ou indirectamente, à pastorícia, pertence à esfera da moral social ou familiar, ou à esfera psicológica. Alguns dizem respeito à esfera económica, outros à metereologia. (Os adágios de carácter metereológico, pela relativa abundância e variedade, poderiam constituir objecto de estudo à parte).

Examinemos os **adágios**, procurando sistematizá-los:

Esfera moral e psicológica

«Bezerrinho manso mama a sua (tetinha) e a alheia» — É um dito bastante frequente na Ilha Terceira. Quer significar que quando alguém sabe usar de manha e mansidão, consegue alcançar ainda mais que a parte que lhe estava reservada. Afere um tipo de experiência moral, por um facto da experiência pastoril. Tem

todo o sabor do «dictum» aforístico popular, a que o senso comum costuma chamar a sabedoria popular. Parece pertencer à mesma esfera moral deste outro: «Com teu amo não jogues as peras», para significar que é mais seguro ser paciente do que desafiar quem está em condições de superioridade para connosco. Tem variantes os Açores: em S. Miguel diz-se «Bezerrinho manso mama a sua mama e a alheia, e o bravo nem a sua muitas vezes quer»; em S. Jorge é o cordeiro que é tomado como termo de comparação: «O cordeirinho manso mama a sua maminha e a da vizinha».

«Boi solto lambe-se todo» — É um dito da esfera da moral, tomando o boi como base da comparação. Significa que o homem solteiro ou livre do vínculo conjugal (**solto**), está à vontade (**lambe-se todo**). «Lambe-se» é pronunciado «lêmbe-se».

Solto, que para significar **desligado** está aliás rigorosamente no sentido etimológico (lat. solveo "desatar, desligar, pôr em liberdade", solutum — solto) também se encontra no Brasil com este valor; Lalino, personagem de Guimarães Rosa, fugira à mulher:

«Talvez, também, a Ritinha estivesse fazendo feitiços para ele voltar... Nunca. Caiu na estrepolia: que pândega! Antes magro e solto do que gordo e não... Que pândega».

No mesmo volume de contos de Guimarães Rosa (**Saragana**), no conto «Conversa de bois», encontra-se exactamente o termo **solto** aplicado a bois:

«— Os bois soltos não pensam como o homem. Só nós, bois de carro, sabemos pensar como o homem!».

«Boi sonso, marrada certa» — É comum à Terceira e ao sertão gadeiro do Nordeste do Brasil. Podemos ver este adágio num curioso contexto literário de **Saragana**, de G. Rosa:

«— Como é que o Xandrão Cabaça, tão sem ideia, foi descobrir a história lá deles? Boi sonso, marrada certa».

É norma da sabedoria popular dizer-se «livra dos sonsos, pois são os piores»; — as pessoas de carácter ocluso e dissimulado, ou os inocentes fingidos, são mais de temer que os que fazem

mal abertamente, porque não se sabe com que se conta e o mal é inesperado. Neste caso do adágio, «sonso» está numa acepção ligeiramente diferente do valor comum. «Sonso» aqui não é tanto o inocente fingido, como aquele que parece muito tempo inofensivo e estúpido («tão sem ideia»), e inesperadamente se revela num acto audacioso, daqueles de quem se diz «parecia não fazer mal a uma mosca ou não quebrar um prato». Daí, que o sentido primário da frase aplicada ao boi seja o de que o boi aparentemente inofensivo (sonso), pela certa dará a sua marrada. Na freg. de S. Sebastião deram esta expressão como equivalente de «livrar de cão que não ladra».

«De pequenino verás o boi que terás» — Expressão muito conhecida. Alude à infância como espelho seguro das tendências que se manifestarão no futuro homem. Diz respeito à educação familiar, e claramente evidencia a visão das manifestações humanas através da experiência pastoril; esta expressão, com terminações rimadas como é muito do gosto popular, traduz o conceito de que a criança anuncia o homem, assim como a cria (ou o bezerro) anuncia o boi.

«O boi em terra alheia nem vaca é» — Diz-se, por comparação com o animal, da estranheza do homem em terra alheia, ou num ambiente a que não está acostumado. Também se usa em S. Miguel.

«O boi velho procura a abrigada» — Caracterização psicológica da velhice pela necessidade de abrigo e repouso, com base na observação da experiência animal. Também se diz em S. Miguel.

«O gado ruim por si se aparta» — A selecção do gado faz-se muitas vezes pelas qualidades do próprio animal, que o levam espontaneamente a integrar-se mais ou menos facilmente nos trabalhos da canga e da lavoura; similarmente os homens a que o povo chama «ruins», se agrupam entre si, numa selecção espontânea. Corresponde mais ou menos ao conceito de que cada um procura o da sua igualha.

«Quem não tem bois, trabalha com vacas» — Significa que quem não tem o utensílio adequado, remedeia-se com o mais parecido, de entre os que estão ao seu alcance. É expressão frequente, extraída do facto de certos lavradores, menos ricos para poderem ter bois ao carro ou ao arado, se servirem das vacas. Isto sucede em grande número de casos, sobretudo nas regiões mais pobres, do ponto de vista da propriedade pastoril. Esta expressão foi colhida pela primeira vez em Santa Bárbara, (Oeste da Ilha), onde afirmaram ser raro o lavrador que usasse bois no carro ou os tivesse para o trabalho, de uma maneira geral; assim utilizam vacas, das quais auferem o rendimento lactígeno, e ao mesmo tempo o trabalho. Embora a vaca quando dispenda energia, dê menor rendimento lactígeno, os proprietários mais modestos recorrem a ela, visto não lhes convir empatar dinheiro num boi.

A provar que é muitas vezes por falta de meios que o lavrador é obrigado a pôr as vacas no trabalho, note-se o passo seguinte do romance **Menino de Engenho**, de Lins do Rego:

«Corriam histórias de casa de Seu Lula: o povo de lá não comia, as negras viviam de jejum; uma lata de manteiga era para um mês; as vacas trabalhavam no carro de bois». (Cap. 28)

«Quem o seu carro unta, os seus bois poupa» — («poipa») — Esta expressão visa as qualidades conservadoras de alguém. Significa que quem for poupado, e tratar bem o que é seu, por mais tempo o conservará — salienta quanto ganha quem for poupado e prevenido. Aproxima-se do dito comum; «quem bem faz, para si é». Este adágio também é conhecido em S. Miguel, sob a variante «...os seus bois ajuda».

«Vaca que não come com os bois, ou comeu antes, ou depois» — Significa que um acto insólito ou fora do costume, torna suspeito outro, anterior ou posterior.

Esfera da economia rural

«Guarda prado, e criarás gado» — Expressão bem significativa da importância da terra na economia agro-pecuária, cujo

sentido pode ser transposto para o plano aforístico geral. Diz-se também em S. Jorge.

«Quem tem vacas tem patacas» — Uma vaca é como um mealheiro: é sempre um valor na economia rural. É a grande riqueza, mesmo do pequeno lavrador; para alguns, todos os esforços se resumem em possuir dinheiro para comprar uma vaquinha. Terras e vacas, eis todo o mundo de ambições económicas do homem rural terceirense. A vaca dá leite para a família e para ser vendido aos lacticínios; é o recurso económico para o cumprimento das suas rendas em hora apertada; é a base pecuniária para garantir o enxoval dos filhos, e, finalmente, para pagar promessas, dando a carne em esmolas.

É frequente os adágios populares fazerem prognósticos em relação ao tempo. Vários são os factos em que se baseiam os **adágios de carácter metereológico**, mas também se encontram com base na lide do gado bovino: **«se as vacas cheiram o chão, não saias do teu fogão»**.

Outros prognósticos se formulam com base na experiência pastoril: (51)

«Tende por certo que haverá chuva:

— se os bois se arrebanham;

— se as vacas sorvem o ar;

— se as ovelhas são mais tenazes na pastagem do que costumam...»

*
* *

Examinemos agora as **comparações**:

---

(51) João José do Amaral, «Prognósticos rurais no ano de 1850», Bol. C. R. C. A. A. Vol XVII 1953

«És airosa e redondinha,
Destoitiçada e sujeita;
Se fosses a nossa vaca
Só te chamava Benfeita.»

(V. Nemésio, **Festa Redonda**)

Nada melhor que estes versos para introduzir o tipo de comparações que fundem intimamente o homem terceirense com a experiência pastoril, tomada como padrão de vida.

«Andar como boi na atafona» — (na fonética terceirense: «...c'ma boi...) Geralmente usa-se um burro de olhos vendados para puxar a atafona, mas também se usa o boi, e daí comparar-se ao movimento contínuo e circular do animal o andar apressado de alguém.

«Berrar como vitelo desmamado» — Vitelo desmamado é o vitelo a que se priva a tetinha materna, e que berra, como protesto. O modo como berra serve, assim, de base a esta comparação, aos pastores que conhecem de perto o facto, e passou à língua comum e familiar.

Esta expressão é também usada no Brasil; vejamos dois exemplos no romance «Pedra Bonita», de Lins do Rego:

«Metemos o pau nos velhos. O velho aguentou calado. E a velha chorava que só bezerro desmamado».

Ed. Livros do Brasil, p. 175

«Cangaceiro do bom não pode ter pena. A mulher do velho chorava como bezerro desmamado».

Ed. cit., p. 204

«Brava nem gueixa de baldio» — Gueixa é uma bezerra. Quando criada no baldio, terreno aberto e sem ninguém, torna-se bravia. Esta comparação mostra bem como se afere o modo de

ser de alguém pelos animais com que se lida mais de perto, neste caso, os animais que fazem parte da experiência pastoril do homem da Terceira.

«Estar alfeirio, a» — Alfeirio diz-se do gado criado no baldio, gado que não tem crias. Como qualificativo significa irrequieto, arrebitado, atrevido (Cand. Figueiredo). Diz-se alfeirio, a, quando alguém anda fora da compostura dos seus hábitos normais; aplica-se muitas vezes às mulheres sem compostura, que procuram exibir-se, ou que possuem carácter indómito. Eis um exemplo literário do uso de alfeirio, para um carácter indómito:

«A pequena do Honório era assim: bonitinha, loirinha, mas bezerra alfeiria, de cabelinho na venta». (V. Nemésio, «Mau tempo no Canal», cap. 21, p. 252)

«Alfeiria» pode ter um matiz mais carregadamente pejorativo, quando aplicado de acordo com a acepção "gueixa que ainda não tem cria, que ainda não está cheia".

«Estar gordo como um pelo de manteiga» — Aplica-se sobretudo a uma criança, gorda, de boa aparência, por comparação com o antigo **pelo de manteiga**, isto é, uma boa quantidade de manteiga feita em casa, disposta usualmente em forma de cone. (v. cap. «O trabalho, o leite e a carne».)

Na freguesia de Altares, por exemplo, quando se vê uma rez boa e gorda, costumam chamar-lhe «um pelo de manteiga». Como sinónimo para cães, gatos ou pessoas, dizem «é um veludo».

«Fazer chiqueiro» — O chiqueiro é o curral de porco, e por metáfora, uma casa muito suja. Fazer chiqueiro é tornar um lugar sujo como um chiqueiro — por exemplo, deitar lixo para o chão. Também metaforicamente se aplica quando alguém está fazendo muito barulho. Expressões sinónimas: fazer esterco, fazer alambança. O derivado enchiqueirar, porém, nada tem a ver com o curral de porco, e significa "pôr as vacas com as crias".

«Ficar como boi na crença, que não arremete nem marra» —

Aplicado a alguém que fica sem saber o que fazer, ou que partido tomar, por comparação com o toiro, que ao sair do touril estaca na «crença», sem arremeter. Veja-se a **Festa Redonda**, pág. 112--113:

«Uns dias antes da ferra
stava a menina à cancela:
nunca vi massa cevada
mais fofa, mais amarela!

Trajava cá comàs nossas,
Cotão e saia de barra:
Fiquei coma boi na crença,
que não arremete nem marra...»

«Ficar nos galhos do toiro» — É uma expressão muito usada, que se aplica ao facto de alguém ficar com a responsabilidade de actos que não praticou. Fica nos galhos do toiro quem está mais perto dele e é apanhado; tomando com símile uma experiência tão frequente nas popularíssimas touradas à corda, diz-se então de alguém que foi ele quem ficou nos galhos do toiro, mesmo sem ter a responsabilidade do acto que se lhe imputa. Diz-se como expressão equivalente: «Fulano é que comeu os figos e o outro é que ficou com os beiços assados!»

«Ser boa (ou má) rez» — Este qualificativo para pessoas é sempre usado com sentido depreciativo, quer com o adj. **boa** ou **má**, como por exemplo na expressão: «fulano sempre me saiu uma boa rez...» ou «aquilo é má rez...!»

«Ser coicão» — Coicão é a peça contra a qual gira o eixo do carro de bois, servindo-lhe de encaixe. Da sua forma atarracada deriva o facto de se dizer de uma pessoa baixa e atarracada que é **«um coicão»**.

Em certo «desafio» dos cantadores populares de improviso, o carro de bois serviu de base às comparações com que se apostro-

faram mutuamente; exclamou o «Terra» contra um adversário:

«Se, em vez de homem, fosses al'mo,
Deixavas muito dinheiro;
Davas tábuas e pranchões,
Davas um carro inteiro.»

António Inácio volveu-lhe:

«Eu dava um carro inteiro,
Dava tábuas e pranchões;
E tu, serrado ao meio,
Davas um par de coicões.»
(Gervásio Lima, **Poetas e cantadores**,
Angra, 1932, p. 81)

«Ser como o carro da lama» — Diz-se de alguém que é vagaroso no andar e demorado na execução de qualquer trabalho.

«Ser um pau de cabaça» — Diz-se de uma pessoa alta, magra e desajeitada; pau de cabaça era o pau que se usava para transportar, ao ombro, as cabaças.

«Ser vaca de leite» — Devido a que geralmente as vacas de leite são gordas e vagarosas, chama-se «vaca de leite» a uma mulher gorda e preguiçosa. Também se diz «vaca leiteira», e ainda com sentido depreciativo, «bosta» e «poia».

«Ser vaca de sinal» — Vacas de sinal são as vacas que vão à frente dos toiros, quando estes são transferidos de um ponto para outro, ou levados para uma tourada. Hoje o transporte faz-se em caixas próprias, mas o uso de vacas de sinal era bastante frequente, e estas iam à frente do toiro, anunciando a sua passagem, facto por que se chamam justamente «de sinal», ou «guia». Numa família, a pessoa que é tida por mais esperta, que vai à frente para dar uma resposta ou levar um mexerico, tem esta

designação. Ex.: «Olha! Mandou a vaca guia da irmã dizer isto a fulana».

«Ser vaca guia» — O mesmo que vaca de sinal.

«Ser vaca mestra» — Chama-se vaca mestra a uma mulher muito «sabida», isto é, que tem conhecimentos de vários campos, que a permitem salientar-se entre as demais pessoas. Ex.: «Chama-se fulana, que é uma vaca mestra».

«Um rapaz com'um bezerro» — Na maior parte das vezes o que se quer significar é «estar muito gordo», e então esta frase tem um valor ligeiramente pejorativo.

Examinemos, finalmente, diversas **locuções**; várias locuções e expressões se ligam directa ou indirectamente à experiência pastoril:

«Andar o carro adiante dos bois» — Visto que são os bois que puxam o carro, «o carro adiante dos bois» significa uma alteração da ordem lógica e habitual das coisas. Geralmente este dito aplica-se com sentido irónico, ao facto de dois namorados serem obrigados a casar antes do que esperavam.

«Aqui não é baldio!» — Não é muito frequente, sendo mais usada a expressão equivalente «aqui não se dá bodo!» Visto que baldio é terra de ninguém, dizer esta expressão é pretender fechar o acesso a outra pessoa, que nada tem que se intrometer.

«Aqui não se dá bodo» — ver a expressão anterior.

«Estar a pensar na morte da bezerra» — Expressão muito generalizada que faz parte da fraseologia popular e familiar, em geral, independentemente da experiência pastoril. A alguém que está distraído ou alheio, ou pensativo e absorto, diz-se-lhe que «está a pensar na morte da bezerra». Esta expressão está por

demais generalizada para revelar um tipo particular de experiência pastoril.

«Entra pela banda da alcatra» — Expressão que se diz ironicamente a um toureiro que não sabe meter um par de ferros.

«Estar bem amanhado!» — «Amanhar» é preparar, arranjar. Amanhos são os utensílios da lavoura, aquilo que é arranjado para servir na lavoura. Do sentido de arranjos /preparos e de arranjar-se /preparar-se se passa para o sentido metafórico de «estar arranjado», isto é, «estar bem servido!» «Amanhar» é um termo da experiência agro-pastoril que está muito radicado na linguagem comum.

Além de «amanhar» e «amanho», há ainda o vocábulo «amanhação»: «uma boa amanhação» quer dizer um bom arranjo das coisas, uma solução que convém a todos em boa paz. Pensa-se que «amanhar» provém do gótico **manwjan** "preparar", citado por Gamillscheg em Rev. Filologia Española, XIX pp 145; o lat. adman (u) iare, portanto, era diferente de admanuire, base do prov. amanoir. Joan Corominas (D. C. E. L. C.) apresenta com mais clareza e brevidade a linha etimológica de «amanhar»; relaciona-o com maña, "habilidade manual", declarando «o íntimo parentesco entre maña e amañar, que só modernamente aparece com o matiz de "fazer algo manhosamente". A acepção mais antiga é "prevenir, preparar". O port. **amanhar** em Viterbo, 1445, é"preparar a terra para o cultivo", "acomodar-se, adaptar-se". Pode vir, portanto, do gótico **manwjan**, "preparar", romanizado em **admaniare**. No port. do Brasil, (P. Dic. Bras. da Ling. Port.) **amanhar** significa igualmente "preparar, arranjar e cultivar".

«Ir para a canga» — Ir para um trabalho pesado, que lembra o peso da canga; há um matiz de sujeição evocado pelo trabalho do animal.

«Isso é uma cambada!» — Cambada é um molho de maçarocas. Em sentido metafórico, equivale a corja. É expressão de uso frequente.

«Mamar a vaca» — É o acto de ordenhar a vaca clandestinamente. Aplica-se também a alguém que quer viver parasitariamente à custa de outrém.

«Pegar o carro» — Usa-se com o sentido de «dar na mania» a alguém.

«Pode entrar que a vaca não mexe!» — Expressão com que se convida alguém a entrar em nossa casa, fingindo tranquilizar essa pessoa acerca de um pretexto injustamente hostil. Denuncia, de certo modo, a presença do animal junto de casa.

«Pôr o nome aos bois» — Expressão que se usa com frequência, podendo ter dois sentidos:

1) pôr o nome aos objectos, saber como eles se chamam: «Vamos lá a pôr o nome aos bois».

2) Saber valorizar qualquer coisa, pondo-lhe preço alto: «Olhar, fulano soube dar (ou pôr) o nome aos bois...»

Esta expressão tem origem no facto de se pôr logo o nome aos bois desde muito novos, pois cada boi tem o seu nome próprio. Se bem que também as vacas tenham os seus nomes próprios, diz-se sempre «pôr o nome aos bois» e não é costume ouvir-se «pôr o nome às vacas».

«Pôr um chapéu de vaca» — Ser enganado pela mulher. Integra-se na tradicional simbologia popular da infidelidade conjugal por um par de chifres.

«Ser uma boa alcatra» — Alcatra — é, como se viu, o nome dado a uma parte da carne do animal, e também certa forma de cozinhar a carne, formando um prato regional típico. «Boa alcatra» é uma pessoa que não tem préstimo moral. É uma expressão de bem marcado valor pejorativo: «Aquilo é uma perfeita alcatra!»

«Voltar à vaca fria» — Quando alguém fala numa coisa e em pouco espaço de tempo volta a falar no mesmo, diz: «Voltando à vaca fria...» Talvez por «fria» se queira simbolicamente notar que o assunto se tinha afastado e era necessário de novo retomá-lo. A apoiar este tipo de conceituação, lembremos que, de facto, existem na linguagem comum expressões metafóricas semelhantes, construídas sobre o mesmo símile: «arrefecer», «esfriar» aplicam-se na linguagem de todos nós para traduzir um afastamento psicológico, como por exemplo: «arrefecer ou esfriar» o ânimo, a coragem, a dedicação, o amor, a amizade, o interesse por qualquer coisa etc. Lembremos ainda que quando orientamos uma criança a procurar algo que nós escondemos, se diz «quente» ou «frio» consoante o grau de afastamento da criança na busca. O curioso é notar que se escolhe a vaca para pretexto dessa adjectivação, na frase considerada.

Algumas das locuções do tipo das que têm sido referidas, relacionam-se com divertimentos típicos; por exemplo a expressão «aqui não se dá bodo», referida como equivalente de «aqui não é baldio», denota a alusão aos «bodos», festividades populares integradas no calendário das festas em honra do Senhor Espírito Santo, nas quais participavam as vacas de leite, cujo leite era distribuído pródiga e caritativamente no dia do «bodo» — daí a expressão «hoje não se dá bodo», traduzindo profundamente, nesta alusão, um aspecto característico das manifestações terceirenses.

Outras expressões podem ser citadas:

«À unha, Manuel da Cunha!» — «À unha», é a expressão de encorajamento e comando para **pegar** o toiro, e as **pegas** do toiro são muito aplaudidas nas **touradas de praça** da Terceira. Esta expressão é também usada como incitamento para a luta entre dois indivíduos, que é vista com o entusiasmo de uma tourada.

A origem desta expressão levanta duas hipóteses:

1) Ou se trata do nome de algum pegador, célebre na memória popular;

2) Ou se trata mais simples e provavelmente da predilecção do povo pelas rimas. Assim pensa também o Exmo. Snr. Ten. Cor. Frederico Lopes, que não encontrou nenhuma figura popular com aquele nome. (Rev. Atlântida, Vol. V, n.º 2 e n.º 3). Deve realmente tratar-se da predilecção rimática do povo: em «Sagarana», contos brasileiros de G. Rosa, encontra-se a expressão (Pega à unha, joão-da-cunha». Observa-se nesta expressão que o autor grafou joão-da-cunha com minúsculas e com aglutinação de palavras, o que pode fazer concluir o carácter abstracto do nome, só usado para efeito de rima.

«Olhem vocês a morte a arremeter!» — Diz-se de alguém que promete valentias que as suas forças não podem desenvolver. Diz-se, portanto, quando alguém de aspecto decrépito ou franzino, avança para brigar. O que interessa nesta expressão, é observar o uso do verbo arremeter, transferido para pessoas, da acção de arremeter do animal nas touradas.

«Pancada aí!» — Como se verá no cap. seg., «pancada» é o esticão dado à corda, para travar o toiro, nas «touradas à corda». Metaforicamente, se grita numa luta «pancada aí», querendo travar um dos contendores ou acabar com a algazarra. É frequente dizer-se que uma desordem é uma tourada.

«Ser da pancada» — Esta expressão, em sentido próprio, aplica-se ao homem que agarra a corda na parte mais próxima do toiro, nas «touradas de corda», e dá à corda o puxão que sustem o toiro, não o deixando correr mais. «Ser da pancada» aplica-se, em sentido figurado, a quem ocupa uma posição de mais perigo numa luta, ou quem ocupa o lugar de mais responsabilidade, enfrentando as reclamações...

Superstições e crendices

A mentalidade popular tem tendência de associar a aparen-

temente inexplicável a forças ocultas, misteriosas e inelutáveis, e o destino da vida quotidiana à influência de factos e objectos, de acção fatal e inevitável.

O reflexo desta mentalidade são os amuletos, as superstições e as crendices.

O boi é o animal de longa influência na mente dos povos. Celebrado desde tempos imemoriais nas mitologias de vários povos, o boi é um dos primeiros animais domesticados, cuja força e qualidades de trabalho foram aproveitadas num dos primeiros trabalhos universais: a lavoura.

O Homem venera e edifica as forças que o subjugam — (adoração dos elementos da Natureza) — mas também respeita e admira as forças que o servem.

Uma das primeiras formas de gratidão dos povos para com os animais que melhores serviços prestam, é atribuir-lhes certos privilégios de imunidade e cura. Assim, em muitos pontos, o boi é refractário ao mau olhado das feiticeiras; noutros, o bafo do boi preserva as sementes, neste caso porque o bafo do boi do Presépio aqueceu o Menino na Manjedoura. Em Trás-os-Montes pensa-se que o excremento de boi tira as dores de dentes...

Nas manifestações oníricas o boi tem também a sua significação; na Terceira como noutros pontos, sonhar com bois é sinal de que alguém nos mostrará má cara. O amuleto é, afinal, uma garantia de imunidade. Na Terceira o corno é um amuleto, usado para animais e para casas. (Cfr. Dr. Luís Ribeiro, «Amuletos Terceirenses», Rev. Açoriana Vol. IV Fasc. III). É frequente ver-se nas adegas, nas lojas de venda rurais e até nos camiões, por sob a parte dianteira do carro, um corno, pois o corno esquerdo de boi ou carneiro preto tem para alguns o privilégio de livrar de quebranto e mau-olhado. Por vezes espeta-se o corno de boi num pau cravado na terra cultivada, como no Ceará. O Dr. Luís Ribeiro (artigo citado) afirma que também no Faial e no Pico cornos de boi enfeitados se espetam nos currais de porco.

Em S. Miguel o boi é também visto como um animal respeitável. (Cfr. Dr. Carreiro da Costa, «Os animais nalgumas supers-

tições populares micaelenses», Bol. da C. R. C. A. A. Vol XVIII 1953). O coração de boi preto tem largo emprego na feitiçaria, em S. Miguel. O Dr. Urbano de Mendonça Dias descreve as fórmulas de feitiçaria do coração de boi preto (v. art. cit. de C. da Costa).

«Toma-se o coração de boi preto e, tal qual o recebemos, crava-se-lhe sete alfinetes ao mesmo tempo que se balbucia uma frase semelhante a esta:

— «Assim como eu te pico, coração de boi preto, picado seja fulano pelo mal que fez a fulano, ou pelo mal que está fazendo... (etc.)

«E em seguida, atando o coração com um cordel, dependura-se ao fumeiro do nosso lar, em sítio que não seja visto, para não dar lugar a perguntas curiosas, que se tornariam embaraçosas. E ao dependurar-se o coração assim cravado de alfinetes, dir-se-á então:

«Assim como eu te dependuro, coração de boi preto, para te esmirrares no meu fumeiro, esmirrado seja fulano pelo mal que fez a fulano, etc. ...

«Todos os dias, pela manhã, cravam-se no coração mais alfinetes, tantos quantos desejamos, porque quanto mais alfinetes se cravam, mais depressa se alcançará o desejado; ...

«E repete-se esta operação sete vezes, que no fim deverá o coração estar mirrado e empilhado de alfinetes; e diz-se que a pessoa contra quem foi feita este bruxedo se vai também secando e definhando, ao mesmo tempo que se vai esmirrando o coração.

«Depois disto toma-se o coração, e, pela vez da noite, vai-se lançar o coração esmirrado e alfinetado ao mar, embrulhado em trapos e atado a uma pedra, dizendo-se uma frase semelhante a esta:

«— Sepultado sejas tu, fulano, nas profundezas do Inferno, coberto de desgostos, pelo mal que fizestes a fulano, como eu sepulto nas profundas do mar este coração de boi preto.» (A Vila, Vol. IV p. 136)

Deve anotar-se ainda que no Brasil, no sertão do interior, a vida de pastoreio está impregnada de crendices e superstições; a par dos lobishomens, o boiadeiro ainda conhece a lenda do «Cramondongue», que é um carro de bois fantasma, que roda à disparada, sem bois nenhuns a puxar...

A VIDA PASTORIL

3. OS DIVERTIMENTOS

Embora não se baseie em nenhum facto de interesse regional, inclui Manuel da Câmara, em seus **Vinte Contos Insulanos**, uma breve narrativa de uma brincadeira violenta de que teria sido alvo, numa lide em Évora, Gonçalo Velho Cabral, Comendador de Almourol, julgado por muitos o descobridor dos Açores.

Como tardava o Comendador na tarde da lide, certo fidalgo sugeriu ao Mestre de Avis que se largasse um touro quando o Comendador entrasse. O touro foi largado e Gonçalo Velho vinha com duas sobrinhas e dois sobrinhos; não desmentiu, porém, a sua afamada força e varou de uma espadeirada o corpulento touro, dizendo em seguida: «Aos rapazes que vos mandaram, outro tanto lhes fizera, se cá os apanhara». Tal é o tratamento literário de um facto que historicamente Gaspar Frutuoso relata nas **Saudades da Terra**, atribuindo a El Rei a iniciativa de mandar deitar no curro «um touro muito poderoso e afamado de bravo».

Não nos interessa o feito de Gonçalo Velho, além da episódica coincidência de ter sido ele o presumível descobridor dos Açores, senão na medida em que se prova a predilecção dos portugueses por divertimentos taurinos, em pleno século XV. Aliás os nossos reis mostravam grande interesse por estes géneros de diversão, desde a primeira à quarta dinastia, até D. Miguel, que farpeou em Salvaterra.

Foi, no entanto, justamente no século XV que os Açores foram descobertos, e, a meados desse século, começou a sua colonização. Devem, portanto, os colonizadores ter trazido consigo gado bravo, a par com gado manso. Alfredo Sampaio (52) pensa

(52) Dr. Alfredo Sampaio, *Memória sobre a Ilha Terceira*, Angra 1904.

que a raça brava foi importada pouco depois de povoada a ilha, e aproxima-a da do Ribatejo, por semelhança de caracteres.

Só na terceira se encontra ao presente gado bravo, e desde há muito tempo os visitantes dos Açores se espantam ao ouvir que nenhuma das outras ilhas o possui.

Não constituiu certamente nenhuma orientação definida a colocação exclusiva de gado bravo na Terceira: o gado foi lançado por todas as ilhas, multiplicando-se em grande escala, e tornando-se em muitos casos bravio, pelo isolamento que sofreu. No entanto, não se confunde com a bravura hereditária das verdadeiras raças bravas; somente em alguns casos o isolamento tornou o gado mais arisco que bravo. E a par deste, haveria raças bravas.

O gado bravo, que já divertia os fidalgos da Corte na terra-mãe metropolitana, permitia agora fácil meio de diversão a quem, no isolamento de ilhas em estado de colonização incipiente, deve estar ávido delas.

Gaspar Frutuoso conta as proezas de Bartolomeu Teixeira na praça da Ribeira Grande (S. Miguel), e de Belchior Baldaia em Ponta Delgada, este último demonstrando a sua astúcia e a sua força, ao dar uma cutilada derrubadora pela coxa do touro, após ter furtado o corpo à acometida — em suma, como nos diz o historiador, «os homens se desenfadavam em ver pelejar touros na praça ou em algum campo tapado».

Mas uma coisa são brincadeiras com touros, com fim desportivo e exibicionista, outra coisa é sortear o touro dentro de normas da lide tauromáquica, formando assim um escol de entusiastas e uma tradição local estável. Só na Terceira as lides de gado bravo mantiveram cunho tauromáquico, com a repercussão que lhes permitiu uma continuidade deveras tradicional. Em todas as ilhas as brincadeiras com touros caíram em desuso, e só na Terceira se mantiveram touradas.

Nos princípios do século XVII lidam-se touros, a pé e a cavalo, na Praça de S. Cosme (actual Praça da Restauração, em Angra), pelas Festas de S. João.

Em estilo festivo se realizam touradas na Praça do Castelo, por ocasião do casamento da Infanta D. Catarina com o rei de

Inglaterra, no ano de 1662, sendo Governador do Castelo, Francisco de Ornelas. A popularidade e aceitação deste divertimento é tal que nem os clérigos lhe resistem, a julgar pelas Constituições do Bispado de Angra de 1558, proibindo os clérigos de tomarem parte em touradas e não autorizando a sua realização nos adros das igrejas.

As touradas eram, porém, realizadas em recintos improvisados, adaptando-se por vedação uma praça, a praça de touros. Em 1870 inaugura-se a Praça de Touros de São João, que é a actualmente existente, tendo no entanto Angra possuído outra, a do Espírito Santo, que ardeu.

Na Praça de Touros de S. João o público viu artistas portugueses e estrangeiros, de todos os tempos, como os que ainda hoje visitam a ilha; é nela que se exibem os amadores locais, muitos dos quais, de mérito, saem das fileiras dos alunos mais velhos do Liceu. O jornal local «A União» de Julho de 1895 insere uma notícia significativa, no que respeita à importância social de uma tourada em estilo:

PRÍNCIPE DO MÓNACO

«A ilha Terceira honrou-se com a presença de Sua Alteza o Príncipe de Mónaco na corrida de ontem. Mas la noblesse oblige. A tal fineza devia ter correspondido o brio dos criadores, pelo cuidado na escolha do curro que tivessem de exibir. O cronista não quer descer à arena, mas dos camarotes protesta contra os criadores e até contra o gado se aqueles são menos responsáveis do que estes.

À corrida de touros de ontem, assistiu Sua Alteza o Príncipe do Mónaco e sua enteada. S. A. foi recebido de pé, ao som do hino real português. O príncipe e a gentil menina aplaudiram muito os artistas, principalmente o simpático espada El Pechuga, a quem atiraram bonitos bouquets.»

Uma **«tourada de praça»**, que se contrapõe à **«tourada à corda»**, de que nos ocuparemos mais adiante, é um grande espectáculo capaz de «trazer a ilha em peso à cidade», como observa o Prof. Dr. Vitorino Nemésio, no seu romance **Mau Tempo no Canal**.

É do epílogo deste romance a mais viva descrição do movimento e entusiasmo da cidade num dia de tourada na Praça de S. João, a que assistem passantes de outras ilhas. Uma **tourada de praça** é, realmente, motivo de interesse para todas as camadas da população, despovoando a cidade:

«Apesar de a tourada estar marcada para as quatro, às três e meia já não se via um rato nas ruas de Angra. Apenas alguma velhota das casinhas do Corpo Santo e de São Pedro vinha regar melancolicamente à janela o seu caixotinho de sécias. Um ou outro velho aficionado, a quem a pequena reforma não permitia o luxo de um bilhete, enfronhava-se em antigos ressentimentos de partidário de Joseito contra «esse pisa-boninas do Pechuga», que tinha dividido a cidade numa guerra de Duas Rosas. E, fiel à Praça do Espírito Santo, que o fogo reduzira a um pacato cerrado de milho, enaipava com seu compadre "pechuga" no jardim do Alto das Covas, na esperança de poderem apreciar, pela intensidade das palmas e pela meia dúzia de compassos com que a música festeja um par de ferros, a natureza da lide e a corpulência do gado...»

O público participa avidamente nas diversas peripécias de uma «tourada de praça», em busca de emoções fortes, de lances ousados, para os aplaudir vibrantemente, e protestar se a pouca bravura do touro ou a falta de coragem do toureiro o decepcionam; vejamo-lo ainda no **Mau Tempo no Canal**:

«O primeiro toiro, destinado ao cavaleiro que tinha as honras do cartaz, saiu bem armado e de muito poder, mas com pouca nobreza. Fusco e bufão, amarrava-se à querença.»

E após tentativas falhadas do cavaleiro «Um murmúrio de desolação crescente subia ao "Sol". Uma voz gritou:

— «O sô Inteligente ... toca pâr dentro! O boi nã presta!...

— «Â unha! Â unha!...

Mas um longo psch meteu na ordem o "Sol".»

A **tourada de praça** é, pois, um espectáculo empolgante, que interessa a todas as camadas da população, e provocando grande afluência. Geralmente uma primeira tourada esgota a lotação; se o espectáculo teve êxito a afluência está garantida, caso contrário, toureiros, toiros e até o "criador", todos caem em descrédito, que afecta todos os espectáculos seguintes. Note-se que no citado passo de **Mau Tempo no Canal** o recalcitrante do "Sol" nem chama toiro ao animal, mas sim boi: «O boi nã presta!...»

Touradas à corda

Mas não é só nas **touradas de praça** que a população se diverte com touros; à gala dos torneios, das sortes a pé e a cavalo, anteriores à existência das Praças de touros, opõe-se um divertimento profundamente popular, cujas raízes se perdem no complexo das convergências folclóricas e étnicas: a chamada **tourada à corda**. Assim nesta espécie de dialéctica folclórica e etnográfica terceirense, à **tourada de praça** opõe-se a **tourada de corda ou à corda**, em que se corre o animal amarrado por uma corda.

Como se referiu anteriormente, corriam-se touros em recinto fechado para desenfadar os homens, e isto não só na Terceira, como em S. Miguel e no Faial.

Caindo estes divertimentos em desuso nas restantes ilhas, manter-se-iam com cunho tauromáquico na Terceira, ponto de cruzamento de rotas marítimas e sede de grande parte da aristrocracia açoriana, o que devia ter favorecido as touradas em estilo, por ser a nobreza voltada para tal diversão. Por isto, e principalmente pelo testemunho de Gaspar Frutuoso e as disposições do Bispado, parece de rejeitar a tese de A. Sampaio, ao afirmar que as touradas em geral foram introduzidas pelos espanhóis durante a sua dominação. É baseado no testemunho de Frutuoso e das Constituições do Bispado que Leite de Vasconcelos ([53]) acabou por rejeitar a hipótese espanhola, no que está de acordo o Dr.

(53) «Opúsculos», Vol. III, Coimbra, 1931, p. 257.

Luís Ribeiro (54). Aliás é clara a predilecção do povo português por divertimentos taurinos.

Lembre-se ainda o episódio de Gonçalo Velho, no tempo de D. João I, ao serem corridos touros em Évora.

Somente a origem das **touradas à corda** é que não é evidente e precisa, como seria de desejar; e é para esse processo de divertimento que se levanta a hipótese de um contributo espanhol.

No Continente há casos de brincadeiras com touros que podem fazer lembrar as **touradas à corda**, pelo seu carácter popular e o processo: os touros à vara larga, em que se espicaçam embolados, em largos e praças e ao longo das ruas; a corrida das vacas das cordas que se fazia outrora em Ponte do Lima; as touradas de Penafiel, com o touro amarrado por uma corda a uma estaca; e no tempo de D. Sebastião, um touro foi corrido por cordas na via pública, com assistência nas janelas. (55)

No entanto, a semelhança com as touradas dos arredores de Madrid, denominadas **Gallumbo** e **El Toro de la Aguardiente**, pensando que os espanhóis estiveram em grande número e durante bastante tempo na Terceira (56), e acrescentando-se ainda o facto de a mais antiga notícia das **touradas à corda ser** de 1622 (57), todos estes factos tornam evidente a possibilidade da influência espanhola, decisiva para a maneira de realização dessas touradas denominadas «à corda».

---

(54) Rev. Açoreana Vol. IV, Fasc. IV.

(55) A forma influenciadora destes precedentes pode provar-se pensando que o povo adapta tradições e divertimentos anteriores a novas condições; *assim como as touradas à corda foram não há muitos anos adaptadas à beira-mar (Praia, S. Mateus), assim também as sugestões continentais citadinas podiam ter contribuído para a criação de uma nova modalidade, por um processo de adaptação criadora.*

(56) Para prova basta o enorme castelo edificado sobre a cidade — originariamente o Castelo de S. Filipe, hoje adaptado às instalações do Batalhão de I. n.º 17.

(57) Festas realizadas pelos Jesuitas para celebrar a canonização de Santo Inácio de Loyola, em 1622, *em que se correram touros de corda na cidade.*

Não se julgue, porém, que era na cidade que se realizavam essas touradas; trata-se de uma *diversão essencialmente rural.* A falta de recintos próprios nas freguesias rurais correriam o toiro na via pública, amarrado por uma corda, para assim limitar e controlar o trajecto. Por outro lado, quando têm recinto fechado, correm no aí, p. ex. na Terra-Chã e na Serreta, mantendo, no entanto, o uso da corda.

Em conclusão: não há uma solução definitiva e clara sobre as origens da tourada à corda terceirense; é mesmo provável que essas origens sejam várias, e, portanto, que a hábitos e costumes trazidos pela massa portuguesa oriunda de todos os cantos do Continente se tenha juntado a influência espanhola.

As **touradas à corda** são as verdadeiras touradas características da Terceira, com tradição própria, profundamente populares.

São gerais em toda a ilha, em freguesias quer interiores quer do litoral, quer mesmo dos arredores da cidade. As touradas de maior renome há meio século, ou talvez um pouco mais de tempo, eram as realizadas em S. João de Deus, Terra-Chã e S. Carlos; todas relativamente próximas da cidade, como o explicou o falecido e já mencionado lavrador José da Lata; é um facto que as touradas se tenham multiplicado: touradas à beira-mar são invenção recente, que já se vai arreigando fortemente no espírito da população, que mobiliza barcos pequenos para se deslocar até a esse porto e deles assistir à tourada.

Em quase todos os pontos habitados da ilha há touradas; apenas as exigências da vida moderna, o tráfego rodoviário e a segurança modificaram alguns aspectos, especialmente a maneira de conduzir os touros para o local da tourada.

O gado bravo destinado a uma tourada é **apartado** geralmente na véspera, pelos **pastores**, com o auxílio de cães.

Os touros eram conduzidos na companhia de vacas **alfeirias**, especialmente treinadas, e que tomam o nome de **vacas mestras**, guiando o gado até ao curral; quando se partia para o local da tourada, à frente iam **«vacas de sinal»** — cuja designação se explica por assinalarem a passagem dos toiros — logo atrás os toiros, e finalmente os pastores e seus cães. Os cães ajudavam a manter o gado no seu caminho certo, para não haver alguma rez que **tresmalhe**, isto é, mude de caminho, apartando-se do restante gado.

O povo da localidade da tourada ia ansiosamente à **espera** do gado, mas este género de condução originava frequentes **tresmalhos**, que tanto podiam terminar em episódios hilariantes como em desagradáveis surpresas com consequências funestas. Por segu-

rança e por exigências do trânsito rodoviário, o gado bravo passou a ser transportado em caixas de madeira, uma para cada toiro, a que se chamam **gaiolas**, e levadas em camionetes até ao local onde se realiza a tourada.

O local onde os toiros se conservam durante a tourada chama-se **touril**. Actualmente os toiros são **embolados** de antemão num **enjaulador**, mas era costume embolá-los num **caixão**. A técnica é sensivelmente a mesma.

A corda de uma roldana da parte superior do **caixão** amarra fortemente os chifres do toiro, segurando-lhe a cabeça levantada: põem-lhe então **bolas** de coiro ou de metal nas extremidades dos chifres. Os pastores amarram então uma corda com cerca de 50 metros ao cachaço do animal, e, fechando-se o **alçapão**, o touro fica pronto a sair pela frente do **caixão**. Para marcar a saída do toiro, lançam um foguete, como prevenção. Um foguete marca a saída, outro marca a entrada, e assim sucessivamente durante a tourada, mantendo o público avisado.

Durante a **corrida**, quatro ou cinco homens, pastores, pegam na corda. O touro percorre então a via pública, obrigando o **povo** a fugir, correndo em todas as direcções ou mesmo, se necessário for, atirando-se pelas janelas dentro...

Nestas fugas precipitadas e divertidas, nas tentativas de alguns para **capear** e provocar a arremetida do animal, consiste a atracção fundamental de uma **tourada à corda**. Os homens da corda andavam outrora mascarados, com calças brancas, boné e uma viseira que lhes ocultava a parte superior do rosto; eram chamados os **mascarados da corda**, e a sua descrição é feita por Maximiano de Azevedo, em «Histórias das Ilhas» (Lisboa, 1899 p. 15 e sgs). A máscara permitia aos responsáveis, pois é tarefa difícil. Hoje, que os **mascarados** foram substituídos por **pastores** experimentados, ainda assim é frequente chamá-los à responsabilidade por desastres ocorridos durante a corrida.

Todo o interesse da tourada está na maneira como o touro reage aos incitamentos do povo, provando-se assim se os touros são **bons** ou **se nã prestu pr'a nada**... Os pastores controlam as arremetidas do animal puxando a corda; o esticão da corda pelo

qual o touro é sustido denomina-se **pancada**. **Ser da pancada** significa estar ao esticão da corda, aguentando a força do animal; os **da pancada** estão situados a meio da corda. Uma das partidas dos pastores consiste em fazer crer que o toiro está seguro por uma porção curta de corda, e, portanto, não avançará muito quando acometer — e na realidade o toiro tem muita corda enrolada pelo chão, que os pastores deixam desenrolar quando um incauto se aproxima, demasiado seguro de si. Esta partida, denominada **corda falsa**, tanto pode ocasionar uma cena cómica, como uma desagradável colhida. Apesar de todos os riscos, muitos são os que se aproximam do toiro, tentando-o a arremeter. Alguns há que se tornam conhecidos por tentarem **sortes** à sua maneira, as quais muitas vezes se tornam tradicionais e originais: **passe de guarda-sol**, que consiste em abrir um guarda-sol, geralmente preto e pesadão, quando o toiro arremete, capeando-o com ele; ou ainda um **passe de samarra**, capeando o touro com uma samarra ou uma **suera** (do ingl. «sweater», adaptado para a ling. pop. através da fonética norte-americana que pronuncia o -t- como -r-). Muitos **passes** se aprovisam, algumas vezes até pela necessidade da fuga, que tanto faz o herói como o desastrado. Por vezes tenta-se o toiro do alto de um muro ou de um balcão com uma espécie de espantalho a que se chama um **boneco**, e que, como o nome indica, é um boneco de trapos procurando reproduzir a figura humana.

O próprio valor da tourada está na completa liberdade de acção perante o toiro, numa diversão em que todo o público é livre de participar:

«A arte, — diz-nos no seu completo artigo sobre as touradas o Snr. Ten. Cor. F. Lopes (Rev. Atlântida, Vol. VI n.º 3 Angra 1962) — resume-se na habilidade de provocar a arremetida do bicho e de se escapar depois, furtando-lhe a volta, saltando para um muro ou até ... enfiando-se por uma janela dentro, se não houver outro recurso mais fácil, pouco importando que ela esteja ocupada e da inesperada intromissão resultem incómodos ou mesmo contusões. Para a fuga todo o caminho é livre e todas as portas se abrem de boa mente para abrigar os fugitivos».

A **tourada à corda** é, pois, o mais popular e generalizado divertimento terceirense. — o mais característico:

«ó Terceira de Jesus,
quero ver tuas touradas,
ouvir tuas guitarradas
para as saudades matar!» (58)

E portanto também o mais evocado no saudosismo do ilhéu em terras longínquas, como o autor desta quadra.

Não admira que a **tourada à corda** marque tanto o espírito do terceirense: é o divertimento do povo, onde todos se reunem e se irmanam pelo entusiasmo comum; e esta confraternização mantém-se mesmo para além dum distúrbio, de um **palanque** derrubado ou de uma porta espatifada pois o entusiasmo mantém-se inalterável de ano para ano. A **tourada** é o pretexto de exibição do chapéu novo, das roupas mais vistosas que caras que o parente da América mandou, é o ponto de discussão e de intriga antes que o touro venha impor a fuga inevitável e atropeladora. É ainda o local indicado para que as jovens procurem um pretexto para namoro, exclamando — como era frequente ouvir — «Um fogo me pegue se não arranjo hoje ũa genra pra minha mãe!...»

São as «Cantigas de Terreiro», insertas na **Festa Redonda**, que o Prof. Vitorino Nemésio dedicou ao povo da Ilha Terceira, que melhor exprimem a variedade de episódios e facetas da **tourada à corda**:

Toiro na ponta da corda,
Pancada, cana do ar,
E o guarda-sol do Boi-Negro
A abrir, a abrir e a fechar!

Hoje há toiros na Serreta,
São de fama, coisa braba!

(58) Arthur Ávila, *Rimas de um Emigrante*, Oakland, 1961.

O amor é manduguim,
Come-se e nunca se acaba.

Atirei-te um lenço branco
Chiinho de milho aberto;
Dizia-se nos palãinques:
«Casamento está perto...»

O toiro, quando saiu,
Com a pancada, estacou:
Assim o meu coração.
Quando te viu, parou.

Eu fui pastor dos Corvelos,
Rasguei munto camisão;
Mas quem me furou o peito,
Ai! não foi o toiro, não!

Nestas cinco significativas quadras está um reflexo vivo das **touradas à corda**: o toiro esticando a corda na **pancada**; o Boi Negro, uma das figuras populares das touradas, praticando o passe de guarda-sol repetidamente; o célebre **dia da Sarreta**, que leva a ilha em peso à freguesia do mesmo nome, obrigando até o Comércio da cidade a fechar nessa tarde; o **manduguim**, forma popular estropiada de amendoim, que homens andam vendendo durante a tourada; o namoro na galantaria rural do lenço cheio de milho; os **palãinques**, estrados protegidos para onde vão as mulheres assistir, gritar e bisbilhotar; a alusão aos Corvelos, afamados criadores de gado bravo, donos de muitas pastagens.

A língua é nitidamente popular, na fonética (Sarreta, manduguim, palãinques, munto), e nas locuções (toiro na ponta da corda, coisa braba).

É interessante notar em cada uma das duas últimas quadras que os primeiros dois versos são matéria regional, os dois últimos a transposição do sentido poético para o plano da cortezia amorosa. Desta oposição dentro de cada quadra resulta um efeito

poético. Como se vê por estes versos tão tradutores de sentido regional, o Prof. Dr. Vitorino Nemésio é o maior intérprete da alma do homem terceirense, no seu tríplice complexo geohumano, psicológico e tradicional, isto é, o sentimento da terra, do mundo e da tradição.

Arthur Ávila publicou em 1961, na Califórnia, um «Desafio Radiofónico» em que compilou as recordações de sua viagem de saudade a Portugal Continental, Madeira e Açores, na forma de **desafios** entre uma imaginária Maria e um imaginário João, também em visita de saudade. Numas quadras se procura relatar a impressão que causa aos dois visitantes o espectáculo de uma **tourada à corda**, realizada no lugar do Lameirinho:

ELA

É esta a primeira vez
Que vejo uma tourada,
Mas confesso a verdade:
De facto 'stou encantada.

ELE

Muito me agrada ouvir
Teu falar dessa maneira,
Sinal de que estás gostando
Da nossa ilha Terceira.

ELA

Uma tourada à corda
É passatempo diferente,
Diz-me porque tanto foge
Na rua, esta gente.

ELE

É porque o toiro aí vem

Em correria apressada,
E esse que não fugir
É certo ser apanhado.

ELA

Tantas moças nas paredes
Vejo eu aí sentadas,
A sorrirem para os moços
De certo são namoradas.

ELE

O namoro na Terceira
Tem outro gosto e valor!
Mas namorar nas touradas
'inda tem melhor sabor.

Circunstancialmente, estas quadras aludem a certos factos significativos do ambiente de uma **tourada à corda** — a aglomeração, o movimento, o namoro.

A quadra é o mais popular esquema estrófico, o mais fácil de atingir no ritmo mental associativo dos **cantadores**. A poesia popular de improviso, pela sua espontaneidade, garante a autenticidade de expressão, insuspeita de desvios eruditos e sobrecargas livrescas que, muitas vezes, ao revestirem o sentimento poético, o falseiam e diluem.

Deve-se ainda acrescentar que os «Cantadores» eram na sua maior parte analfabetos. Em **Cantadores**, colectânea da poesia de improviso de um «desafio» decorrido em S. Miguel, Gervásio Lima aproveitou um tema dos contendores que serve de caracterização à ilha Terceira, pois se reivindicam as touradas como exclusivas desta ilha:

Carvalho (Cantador Micaelense)

Tua terra tem tesouros,

Mas não se vê um jardim;
só tem pastos para touros
que é um gado bem ruim.

Angelina (Terceirense)

Como lá eu nunca vi,
há lá touros sem cessar;
mas quando os querem aqui,
à Terceira os vão buscar.

Carvalho

Tu falas nos tesouros
e eu respondo de repente:
a gente não quer cá touros,
porque são p'ra matar gente.

Angelina

Dizes não quereres tal raça,
que tens medo de morrer;
então para que é a praça
que aqui estão a fazer...

Carvalho

Tu no teu cantar tens graça,
minha cantora afamada;
eu julgo que essa praça
não será para tourada.

Angelina

A cantoria não abras,
que em vez de justo és réu;
então só se é para cabras
ou carneiros do ilhéu.

A tourada é realmente um espectáculo bem característico. Eis um passo do «Corsário das Ilhas», do Prof. Vit. Nemésio, que descreve uma tourada à corda:

«No arraial compacto, junto do largo da Igreja, abre-se uma clareira de pânico. É o touro que assomou na ponta de uma corda comprida, embolado, e amarrado pelo pescoço. Uns seis pastores de camisola branca acocoraram-se na estrada empunhando o outro extremo. Com a força do impulso são projectados alguns metros adiante; mas o toiro quebra de ímpeto. Isto é «dar a pancada». Então os engraçados vêm abrir e agitar diante do boi os guarda-chuvas, os casacos, os chapéus, as verdasquinhas... Uma atmosfera de assuada e de pó envolve tudo, — até que, ao bombão que anuncia a recolha do último toiro, começa o desfile da retirada. A alma da Terceira encontrou mais uma vez no toiro preso o pretexto para a sua expansão ruidosa e pueril. Dois chocalhos ao longe e uma guisalhada perto marcam este búcio fim de festa. O farol verde do Campo de Aviação das Lages, à margem deste mundo castiço e labroste que retira, pilota outro mundo que avança a quatro motores e que o matará.»

Muito mais emocionante que as touradas de praça, eis como vê uma tourada à corda o americano Lyman Weeks, que por volta de 1882 visitou os Açores. (59) Weeks acha fastidiosa uma tourada de praça em Angra, os touros pequenos e mansos; mas a tourada «improvisada» é muito mais emocionante. É provável que Lyman

---

(59) Lyman H. Weeks, «Nos Açores», trad. por João H. Anglin. in Rev. «Insulana», Vol. XIV, 2.º semestre. Publicado em 1882, com o título «Among the Azores». em Boston, colectânea de uma série de correspondências enviadas pelo autor a jornais americanos de Boston. Faz-se a propaganda turística dos Açores, os quais estão ao alcance de dois meses e meio, ida e volta, em duas barcas de 330 ton. e 560 ton. cada, viajando à vela... Mas... civilizacionalmente as ilhas «encontram-se atrasadas centenas de anos do mundo moderno, no ambiente da Europa Medieval.» (sic)

Enfim, é um relato pitoresco e por vezes desconcertante de um itinerário açoriano do século passado, em que o visitante Weeks, ao ver surgir a sombra da terra de madrugada, após dez dias de pesado «mar e céu», teve a impressão (fugaz, conclui depois desiludido) de ver um «pedacinho do Paraíso»... Mas não era o Paraíso... Era a ilha das Flores que, diz-nos o viajante, «...é como o parque de Neptuno, cercado e guarnecido de rochas impenetráveis e águas rugidoras».

Weeks tenha presenciado uma tourada de praça com gado fraco, pois não é frequente o público aceitar e aplaudir toiros de pouca bravura, que não arremetam e não proporcionem o prazer do espectáculo; além disso, se bem que por vezes um toiro seja esquivo e sem bravura, um toiro puro é habitualmente bravo e ofensivo, ou não é toiro. E a corpulência dos toiros que na generalidade se encontram no interior da Terceira, se bem que média, não é de molde a permitir absoluta serenidade a quem deles se aproxime...

Note-se ainda que Lyman fala de «chifres embolados para evitar que façam dano», o que não seria de recear, se realmente fossem tão mansos e pequenos como antes afirma.

Vejamos as descrições que Lyman Weeks faz de uma tourada de praça e de uma tourada à corda e notemos como afinal o visitante, apesar de céptico e sem entusiasmo, não deixa de ser impressionado pelo carácter original e pela vivacidade do divertimento regional, cuja temeridade enaltece:

«As touradas foram importadas, como outras modas, de Lisboa, e os terceirenses tomam parte nelas com extraordinário prazer. Uma tourada portuguesa em Angra não é porém emocionante. Os touros nativos são muito pequenos e mansos, com os chifres embolados para evitar que façam dano. Um devoto entusiasta das touradas importou uma vez um grande toiro inglês para animar o divertimento. Ao seu primeiro aparecimento em público o feroz animal despachou sumariamente os seus contendores, derrubou a barreira e feriu vários espectadores antes que lhe pudessem deter a marcha. A brincadeira foi demasiado pesada, mesmo para os terceirenses, e desde aquele dia o toureiro teve de confinar prudentemente a sua atenção à prata da casa, isto é, aos touros indígenas.

O anfiteatro em que se efectuam as lides tauromáquicas é coisa insignificante, espécie de pequena arena numa encosta, na praça de S. João. O alto muro branco que dá para a rua é abundantemente provido de portas de madeira pintadas de vermelho e janelas trancadas, por sobre as quais se lêem inscrições como «bilhetes de sombra» e «camarotes». Dentro, uma enfezada sebe

de madeira cerca a arena, e as bancadas, ainda mais enfezadas, contêm os espectadores.

Por doze «cents» obtém-se um lugar na geral ao sol e pelo dobro daquela importância um lugar à sombra, ao passo que qualquer que seja o atractivo, o bilhete informa sempre que se trata de uma festa alegre.

É ao domingo, dia de feriado geral, que se realizam as touradas de toiros; e o anfiteatro enche-se de gente de todas as classes, desde o governador geral e a nobreza com suas famílias, até ao pé descalço, passando pelo clero e pelos operários. A banda militar, com música fastidiosa, lança um ar de melancolia sobre a cena, mas a assistência sempre de algum modo consegue elevar-se ao auge do entusiasmo e do gozo.

Muito mais emocionantes são as touradas improvisadas, promovidas apenas por amor à arte, pelos corajosos e rijos habitantes de alguma localidade do campo. Aqui conduzem um touro dos campos para uma rua comprida e larga, que é então fechada em ambas as extremidades.

Nesta via pública, para baixo e para cima, ruge a contenda, fugindo os homens frequentemente ao touro por portas e janelas propositadamente abertas para nelas penetrarem os ágeis e improvisados toureiros. Muitas vezes exibem estes amadores destreza superior à dos profissionais da cidade e são muito mais arrojados.

Lembro-me de ter visto um deles sentado calmamente numa cadeira, à espera da arremetida do touro, e, agarrando-se firmemente aos chifres, saltar-lhe por sobre a cabeça, mesmo no momento em que ia ser arremessado ao ar. Só a cadeira ficou para ser espesinhada pelas patas do enfurecido animal. São vulgares as proezas temerárias como esta».

Os seguintes números talvez sirvam para provar melhor do que com descrições literárias a frequência deste espectáculo:

As touradas de corda são autorizadas de 1 de Maio a 15 de Outubro; houve em

1962 ..... 108 licenças

1963	112	»
1964	122	»

numa ilha cujo perímetro de estrada não excede os 100 km. e cuja superfície anda à volta de 500 km2, sendo a população de cerca de 100-120 mil habitantes.

As Ferras

As **Ferras** são outro ponto de atracção do povo terceirense, tanto urbano como rural. As **Ferras** de gado bravo, ou **tentas** (cfr. esp. tentadero) tem o inevitável efeito de atrair numerosos simpatizantes, entre os quais os rapazes de 15 a 20 anos, em grande parte alunos do liceu, que procuram exibir os seus méritos com coragem e astúcia. É uma «tourada de praça» a título de experiência, tanto para touros como para toureiros, onde cada qual pode experimentar a sua sorte e talvez estender-se no charco mais próximo.

As **Ferras** nasceram da necessidade de marcação do gado, manso e bravo, e as **Tentas** da selecção do melhor gado bravo.

O Foral dos Almoxarifados ordenava que os donos assinalassem ou ferrassem o seu gado, para evitar confusões. As marcas com os ferros, feitas ao fogo, e os sinais praticados no corpo do animal são registados nas câmaras. Geralmente o ferro traz as iniciais do criador, do possuidor do bovino. Mas há os que trazem iniciais com desenhos vários, desde cruzes e corações, emblemas, estrelas, coroas do Espírito Santo e outros símbolos ou desenhos a capricho. (60)

As **ferras** têm, portanto, por origem, a marcação do gado, mas não tem hoje a importância que tinham antigamente, há um

---

(60) Em «Pastoreio na Ilha Terceira», pelo Dr. Luís Ribeiro (in Bol. do Inst, Hist. da I. Terceira, n.º 1, p. 110 seg.) pode ver-se um quadro onde reunem os desenhos de alguns ferros extraídos do livro do registo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Muitos assemelham-se aos descritos por J. da Silva Picão em *Através dos Campos*, e referentes ao Alentejo, cuja pastorícia tem muitos pontos de semelhança com a terceirense: ferros, nomes dados ao gado, importância dada às touradas rurais, etc.

século ou mesmo um pouco posteriormente. Alfredo da Silva Sampaio, em **Memória sobre a ilha Terceira** (Angra, 1904) descreve assim uma **ferra**, tal como ainda a presenciou na sua juventude:

«Um outro divertimento que data de muitos anos, e que hoje é raro, consiste na ferra do gado bovino. Durante a época dos morgados (61), em que a maior parte deles possuía grandes manadas de gado bovino, começava esta festa quase ao amanhecer. As grandes burricadas e os numerosos carros de bois com toldo, repletos de convidados, constituíam já um divertimento. Procuravam sempre não se fazerem esperados no local da ferra, que tinha lugar fora da cidade, no meio de grandes pastagens no interior da ilha. Quando chegava o último convidado, já o proprietário tinha feito reunir num pequeno curral todas as vacas leiteiras, as quais eram mungidas e distribuído o leite à descrição. Depois passeava-se até ao almoço, que era sempre abundante, findo o qual se procedia à ferra dos novilhos, que se achavam reunidos num curral separados. Depois de vários trambulhões conseguia-se tomar o animal, que sofria a tortura do ferro em brasa com uma letra ou sinal especial, sendo o primeiro marcado pelo próprio dono. Servia-se depois desta festa um lauto jantar às pessoas que compareciam à ferra, quer fossem convidados, quer não, e por último experimentavam-se os novilhos que tinham sido ferrados no ano anterior. Os ganaderos de hoje não têm meios suficientes para tais despesas, e por isso as ferras só têm lugar em campo raso, onde concorre algum povo, mas levando cada um o seu farnel.»

Já no tempo em que escrevia Alfredo Sampaio, nos primeiros anos do séc. XX, as **ferras** tinham perdido o seu brilho, e hoje já nada resta na memória de uma população temporalmente distinta, que só vai às **ferras** quando a seguir há a **tenta**, isto é, a

---

(61) Morgados: leia-se o que diz Manuel da Câmara no início do seu conto «Um senhor em princípios do século XIX»:

«Ainda em princípios do século XIX era o morgado pedra angular do nosso edifício social. Em volta dele giravam todos os interesses e estagnavam todas as iniciativas. A terra vinculada não admitia divisão nem era acessível à conquista do trabalho; a voluntariosidade dos morgados não tinha limites nem consentia sofreamentos. O resto da humanidade era a dependência, quando não era a subserviência.»

experimentação dos novilhos. Daí que **ferra** e **tenta** se confundam e sobreponham na linguagem comum, e se diga «ir à ferra» com o sentido de «ir à tenta». Actualmente as **tentas** realizam-se no interior da ilha, em recintos próprios, tais como o que podemos ver na «estrada do Cabrito», onde têm lugar as **ferras** e **tentas** do conhecido **criador** José Albino.

Por vezes estas festas são acompanhadas de uma **festa** com **comezeima** (62), ou um churrasco, onde geralmente não falta o prato regional **alcatra** e aonde por vezes concorrem os «cantadores» populares, que improvisam quadras ao desafio aos presentes de maior vulto ou a algum visitante ilustre.

A **ferra** é, pois, facto que chama a atenção do homem do campo, que muitas vezes nela participa activamente:

Aqui pâ'trás, vai, meu Amo
E diz-me: — «Chico, careço
Que me apartes criação
Para uma ferra de apreço.

(V. Nemésio, **Festa Redonda**, 111)

Deve acrescentar-se que os lavradores mais pobres não marcam com ferro as suas cabeças de gado, mas sim com sinais praticados na orelha, conforme se mostra no seguinte desenho: (63)

Legenda

1. Ramal de cima
2. Ramal de baixo
3. Folha de figueira (corte de um outro lado na ponta da orelha)
4. Orelha rachada (fenda pouco aberta)

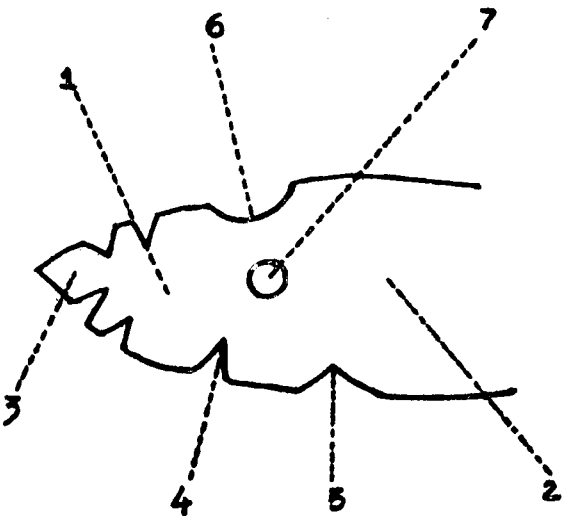
---

(62) Espécie de colectivo que significa refeição abundante, abundância de comer.

(63) in «Pastoreio na Ilha Terceira», Bol. do I. H. da I. Terceira, n.º 1.

5. Forca (fenda mais aberta)
6. Moça (corte em forma de arco de círculo no bordo)
7. Furo

ORELHA DE BOVINO



A orelha é dividida em dois ramais: ramal de cima, parte próxima da extremidade ou ponta, ramal de baixo parte restante de orelha.

Nos chifres do gado de trabalho e algumas vezes nos toiros, mas sem finalidade de marcação e apenas como protecção, colocam-se ponteiras de metal amarelo, denominadas **bolas**.

A criação dos toiros obedece a uma orientação:

Os novilhos são criados, com as mães até atingirem um ano de idade, ou até à parição seguinte. Depois são apartados das vacas e fechados em **criações** do mato, onde se conservam até aos dois anos, época em que são ferrados. As **criações** de gado

bravo estão espalhados pelo interior da ilha, distribuindo-se algumas à volta do chamado Pico da Bagacina, que é precisamente o centro geográfico da Terceira. Quem passar pelas estradas que se cruzam no referido pico, poderá vê-los para além dos muros que separam e limitam as **criações**.

Após os dois anos, já ferrados, voltam para o mato onde permanecem até aos 3 a 4 anos, época em que são corridos nas praças. Os toiros que continuam bravos após terem sido corridos na praça, são corridos **na corda**, isto é, são aproveitados para as **touradas à corda**. Quando finalmente já não dão boa lide, são castrados, engordados e mortos no matadouro municipal. Se bem que isso às vezes se verifique, os toiros corridos de pouco não devem ser mortos logo a seguir, pois têm a carne mais avermelhada e mais dura.

Nomes dados ao gado bravo

Os toiros são designados por nomes próprios, segundo características exteriores, tal como sucede com o gado manso.

Alguns nomes derivam dos caracteres exteriores, outros de episódios ocorridos na vida do animal.

A nomenclatura e classificação dos toiros pode fazer-se segundo o seguinte esquema:

Idade

Nome próprio

Armação

Lide

Quanto à côr da pelagem, os toiros são principalmente de côr preta, ou predominando a côr preta sobre outros pigmentos existentes no mesmo animal. Os nomes próprios que reflectem a côr da pelagem, neste caso, são menos abundantes, não sendo este o critério predominante, que, como vimos, é fundamental no caso do gado manso.

Idade

Até um ano: **mamões**

Depois de um ano: **apartados**

Dois anos: **novilho**, designação mais rara, se bem que mais apropriada; no entanto são vulgarmente conhecidos por **gueixos**. O lavrador terceirense considera o termo «novilho» como «do Continente», sendo «à moda da Terceira» **gueixo**.

São chamados **toiros** a partir dos três anos, idade em que geralmente já são corridos.

Nome próprio

Muitos dos nomes próprios são semelhantes ao gado manso, e outros, mais caprichosos, dependem de episódios particulares.

Alguns, tal como para o caso do gado manso, dependem dos caracteres exteriores, se bem que a côr da pelagem, como se disse, já não seja o critério predominante.

Eis uma síntese dos nomes mais antigos e usados, os que interessam do ponto de vista da tradição: (64)

Acarneirado — com o focinho largo

Amarelo — pelagem amarela

Atarracado — quando o animal é baixo e grosso

Bicudo — se tem o focinho longo, em ponta ou «pontalhudo»

Botineiro — com as patas de côr diferente do corpo, lembrando umas botas

(64) V. Ten. Cor. F. Lopes «Touradas à Corda na Ilha Terceira», Rev. Atlântida, Vol. VI, n.º 3, p. 169.

Bragado — com malhas claras nos lados

Burricego — se ao longe vê o vulto, mas chegando ao pé, já não o distingue bem.

Caraça — com manchas na cabeça

Engeitado — o que não tem ferro de criador, ou lhe morreu a mãe

Estrelo — com uma malha branca na «testa»

Frisado — o que tem na «testa» o cabelo encaracolado. Em S. Miguel é dado ao boi com o pelo rijo ou frisado.

Lavrado — com malhas pelo corpo, à maneira do gado manso com a mesma classificação.

Malhado — com grandes manchas pelo corpo

Marchano — com uma malha branca

Mascarado — com uma malha no focinho

Mulato — com pelagem negra, sem ser preta retinta

Nevado — (de neve) — pelagem com malhas miúdas muito brancas. É designação muito antiga.

Rabicho — com pelos compridos na ponta da cauda

Rabão — sem cauda (vaca: Rabona)

Retinto — pelagem vermelho-acastanhada viva

Roseiro — vermelho e branco ou amarelo e branco de pelagem

Selado ou Seleiro — com uma curva na espinha, na altura das ancas, que sugere a colocação de uma sela

Silveiro — o mesmo que Estrelo

Alguns destes nomes são muito antigos, e outros são tão antigos que tendem a cair em desuso, por já serem pouco conhecidos.

Além destes nomes, derivados dos caracteres externos do animal, tal como sucede para o gado manso, os toiros podem ganhar outros nomes próprios, acrescidos de outros pormenores de identificação, tais como a menção do **criador** (ex.: «o Lisboa de José Albino) ou um nome relacionado com episódio ocorrido com o animal; os toiros celebrizam-se pelas suas proezas nas touradas à corda, e muitos deixaram nome:

Alfaite — (da ganaderia do Exmo. Criador José de Castro Parreira)

Cantilena — (da ganaderia do Exmo. Criador José de Castro Parreira)

Carocho —

Catrina —

Gatinho — (da ganad. do Exmo. Criador José Albino)

Descornado —

Escrivão — (da ganad. do Exmo. Criador José Albino)

Mudo —

Lião — (da ganad. do Exmo. Criador José Dinis Fernandes)

Garraio Velho — da antiga ganaderia do Dr. Emílio Infante; do melhor para praça e corda desde 1932. Muito «gado bom» ainda hoje descende desse toiro. Também ainda hoje são notáveis os descendentes do célebre «Malhinha n.º 31». Como se vê, a consciência de estirpe denota um grau elevado de apego e valor tradicional que caracterizam a aficion terceirense.

Lisboa do José Albino — (do nome do Criador) etc.

Ainda há bem pouco tempo era possível ouvir-se anunciar na rádio e ver-se no jornal que o «célebre Descornado» tomaria parte numa tourada, garantindo-se assim maior afluência.

Dos nomes acima citados, o Catrina, conhecido por ser matreiro, foi invocado por um «cantador», o Charrua, que quis justamente comparar o adversário, que tinha fama de astuto, com o toiro:

Vai, Monteiro, ao gabinete,
Que o caso não é p'ra rir;
Atira lá um foguete
Que o Catrina vai sair.

(G. Lima, **Poetas e Cantadores**, Angra, 1931, p. 129)

Também entre as comunidades gadeiras do sertão do Nordeste brasileiro as proezas dão fama ao animal, cujo nome fica celebrizado na memória dos boiadeiros: é o caso do Calundú, um marruaz (novilho não domesticado) que «tinha mania: não batia em gente a-pé, mas gostava de correr atrás de cavaleiro...» (G. Rosa, Saragana).

Armação

A **armação** é a disposição dos chifres do animal. Assim se explicam as expressões boi, vaca ou toiro «bem ou mal armados». À armação chama também o povo **galhadura**. Quanto à **armação** os toiros costumam ser classificados com vários nomes, eis os mais conhecidos:

Aberto — com o chifres abertos para os lados

Forquilha — quando os chifres são virados para dentro, isto é, fecham.
Opõe-se a Aberto.

Boné — com os chifres meio fechados para dentro, posição intermédia entre Aberto e Forquilha.

Baixel quando os chifres curvam para baixo e depois para cima.

Cornalão — chifres grandes

Gravito — com os chifres bem armados e as pontas para cima

Descornado ou Mocho — sem chifres

Mogão — quase mocho

Dianteiro — com os chifres bem direitos para a frente

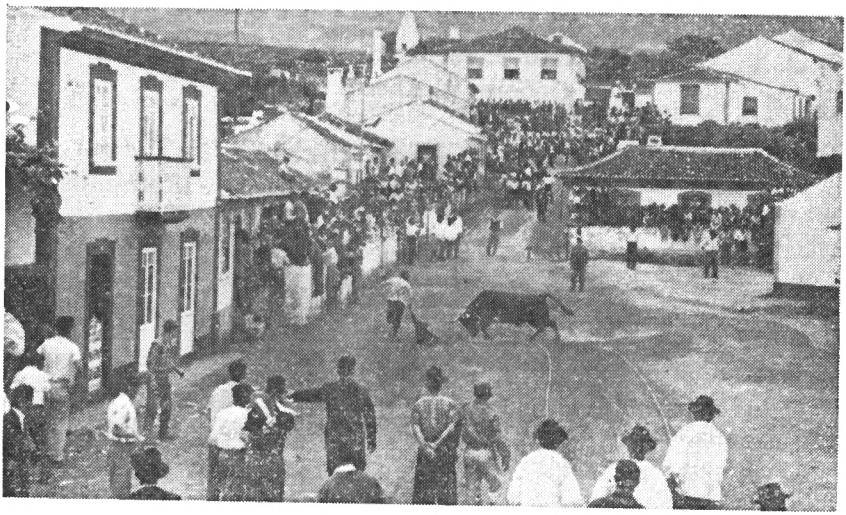
Tombado — com os chifres armados irregularmente

Vassoira — com um chifre «direito pela vista abaixo»

Estes nomes, que caracterizam a armação do animal, por isso mesmo se podem por vezes tornar os seus nomes próprios: existiu, por exemplo, um toiro célebre chamado Gravito, outro Descornado, etc. Por vezes ganham uma alcunha muito particular, devida a facetas da sua bravura: o Escangalha-caixões.

Lide

O que interessa propriamente na tourada à corda, como em qualquer tourada, é a faculdade que o toiro apresenta de proporcionar bons passes, ou episódios hilariantes, estes muito apreciados nestas touradas rurais.



Um passe de samarra

As faculdades evidenciadas na lide do animal dependem muitas vezes ou fundamentalmente da bravura deste, acontecendo, porém, certas vezes, que o animal tenha manhas particulares, adquiridas em lides anteriores. Uns rapam o chão, outros fingem não avançar, outros ainda não se prestam à lide por falta de bravura, o que muito desaponta os circunstantes, desacreditando até o criador.

Alguns há que o povo chama **matreiros**, outros **sonsos**, e segundo o adágio, «boi sonso, marrada certa...».

Toiro puro é aquele que nunca foi lidado; mas na Terceira um toiro pode ser puro duas vezes, pois pode ser puro **para praça** e puro **para corda**; puro até ir à praça; vai para corda a seguir, é **puro para corda**!

Esta é a classificação mais comum, quanto à lide:

puro — que nunca foi lidado (na praça ou na corda)
bravito ou bravo — que demonstra bravura, arremetendo facilmente.

corrido — o contrário de puro: que já foi lidado.

fugido — que foge ou se esquiva

matreiro — que **marca** as pessoas (65), fingindo não avançar senão quando tem a certeza de **pegar** (66)

reparador — o mesmo que matreiro

nobre — que dá boa lide avançando ao objecto com que é desafiado.

Geralmente os toiros **com muita corda** — com muitas touradas de corda — adquirem manhas que prejudicam a lide. Conforme o número de touradas de praça ou touradas à corda, assim se diz **com muita corda**, **com duas praças**, **com vinte cordas**, etc..

José Albino (José Dias Fernandes) matou um toiro **com cinquenta cordas**, o «célebre» Carocho.

(65) *Marcar* é o termo que se aplica ao toiro que fixa a pessoa que pretende colher e a vai buscar onde quer que ela se encontre. Por vezes dão se casos destes. Outras vezes o toiro não arranca, arremetendo só quando tem a certeza de colher a pessoa, Diz-se então: «está a marcá-lo».

(66) *Pegar* é o acto de colher: «olha que ele péga-te!»

CONCLUSÃO

A Ilha Terceira foi sempre rica em gado, que encontra nas sua condições geoclimáticas favoráveis factores de desenvolvimento.

Gado de várias espécies foi lançado na ilha: em breve o gado abundante e solto prejudicava terras de pão, quintas e vinhas, o que levou à criação de disposições camarárias que prescreviam multas contra esses estragos (Livros de Registo da Câmara Municipal de Angra). O gado bovino tomou uma importância extraordinária, se bem que as cabras, numerosas e prejudiciais, tivessem sido alvo de exterminação violenta, que granjeou para o seu autor, o Capitão-General Francisco António de Araújo, a alcunha de o «mata-cabras».

O gado bovino tornou-se a principal riqueza da ilha, e os historiadores fazem referência à sua abundância, e à riqueza das pastagens e criações da ilha.

Um expediente militar, aplicado com felicidade, utilizando uma massa de gado contra o desembarque castelhano em 1581, faz aliar um orgulho histórico e tradicional à consciência pastoril do homem terceirense.

A massa rural, cuja origem se perde na incerteza da estratificação e mistura de portugueses e alguns estrangeiros de diferentes procedências, criou um tipo de vida que a terra lhe impôs, absorvendo nele todas as qualidades e defeitos que definem uma personalidade colectiva e um modo de ser — o modo de ser terceirense.

A esta personalidade e a este modo de ser correspondem uma classificação do mundo do dia a dia e uma linguagem que, no seu aspecto peculiar, reflectem reminiscências linguísticas e etnológicas remotas e próximas. Assim, **a linguagem, o adagiário e a visão do mundo, reflectem inevitavelmente a vida pastoril, que**

é tomada como padrão de vida. Toda uma série de termos pertencentes ao mesmo campo semântico traduz a vinculação do homem à sua experiência diária.

As «Festas em Honra do Senhor Espírito Santo», que não devem ter sido introduzidas muito mais tarde do que o início da colonização (67), incluem os bodos de leite, em que as vacas há alguns anos desfilavam ornamentadas com rosas de papel, coladas com piche. O carácter vincadamente popular destas festividades traz consigo a participação do gado, cujo leite e cuja carne eram caritativamente distribuídos, e o gado bravo animava em seguida as touradas à corda, prolongando profanamente essas festividades.

A população rural tem consciência da importância do gado na economia da ilha — e mais, na economia familiar. Todo o lavrador procura ter um gado seu, com o qual poderá escorar a sua vida familiar

... «P'lo Natal (chovia a potes!)
Parou-nos à porta um rancho:
Ela gostou dos ferrinhos...
Namorou-se do Garrancho.

Mas os ganhos eram poucos,
Ele, Rabiça e cavador:
Quem não tem vacas de leite
Como pode ter amor?...»

(Festa Redonda, 166)

S. Sebastião e Ribeirinha, não esquecendo os Altares, são

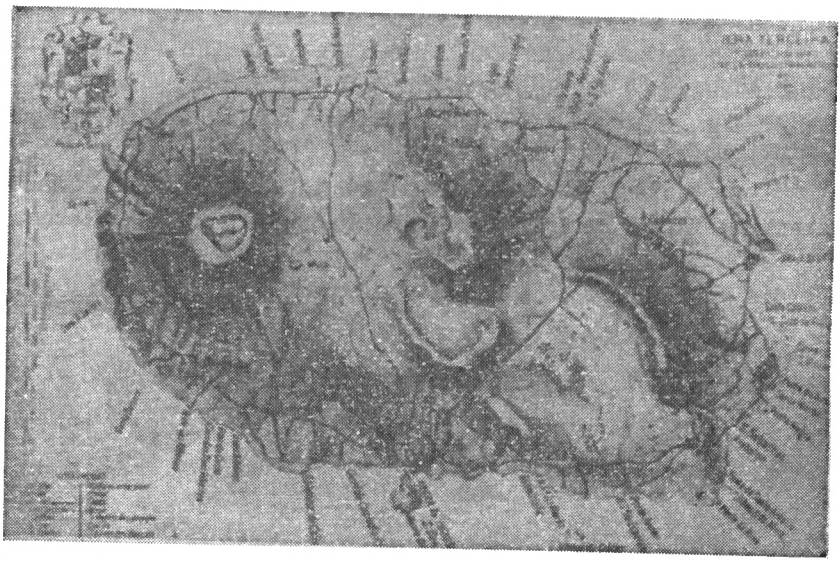
(67) Foi estabelecido o primeiro «Império do Espírito Santo» na Vila de Alenquer, sendo os seus fundadores a Rainha Dona Isabel e D. Dinis. As festas (folias) foram introduzidas nos Açores, em S. Miguel e Terceira, com a maior devoção, sendo as manifestações religiosas avivadas pela influência de fenómenos sísmicos, que apavoraram as populações. Em Angra (ainda Vila), em 1492 a fazia um Império, então denominado dos Nobres, e à porta da ermidinha davam bodo aos pobres. (V. «Antigualdades Açoreanas», por Senna Freitas, Archivo dos Açores, n.º 1, 1878).

das freguesias mais ricas da ilha em lavoura, em que quase todos têm o seu gado. «A força é mestiço» — sem raça definida — «é uma caldeação» — mas é gado, na maioria bom para leite e bom para trabalho.

A agricultura está intimamente ligada à pecuária, e esta informa toda a vida terceirense, e num sentido lato, toda a vida açoriana: com efeito os três ramos da produção agrícola — cereais, pecuária e lacticínios — formam a ossatura económica do Arquipélago, com um nível relativamente alto de desenvolvimento e progresso.

Uma frase do **Corsário das Ilhas**, do Prof. Vitorino Nemésio, parece sintetizar bem a caracterização pastoril da Ilha Terceira:

«Terra abundante, que cheira por toda a parte a lava e a pêlo de boi... cheira de gado lavrado...»



A ILHA TERCEIRA

A Ilha Terceira, que tem cerca de 500 km2 de superfície, beneficia de um clima marítimo temperado, com notável grau higrométrico e chuvas abundantes. Ilha de superfície irregular, o seu relevo impõe-lhe a obrigação de ser uma ilha essencialmente pascigosa.

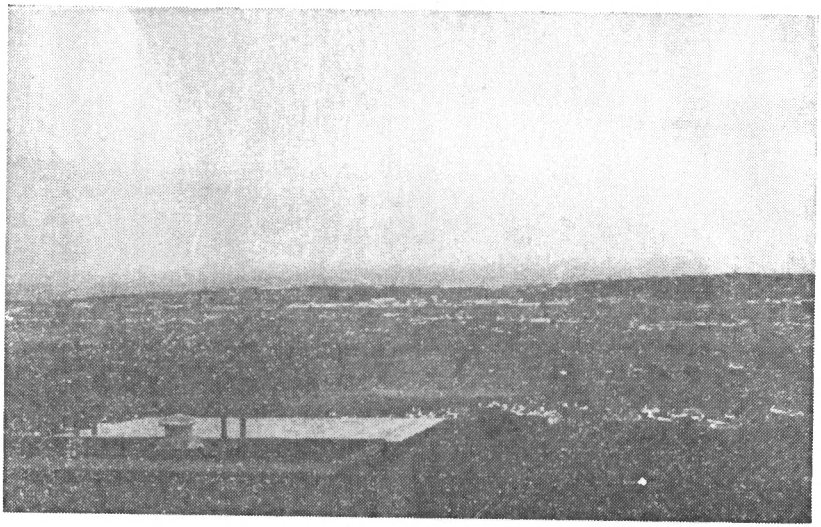
As zonas de pastoreio estendem-se pelo interior, normalmente desabitado, onde reina a humidade, que favorece a vegetação forraginosa. Aí se encontram as pastagens — o pasto — e as criações. *A zona norte era outrora de vastos baldios, a que o povo ainda hoje chama o* vàdio.

Os núcleos habitados distribuem-se perifericamente, sendo já desabitadas as zonas interiores de considerável altitude.



O HOMEM DO LEITE NA TERCEIRA

Boneco representando o que outrora era o homem do leite *na Terceira: usava* barrete de bolota, *redondo, com a sua borla pendente; uma* camisola *de linho, com a gola aberta, e umas calças de cor escura, castanha ou preta, de* pano da terra, *tecido confeccionado com lã dos carneiros e feito nos teares terceirenses. O seu calçado era muito rudimentar — umas* sapatas *de sola de coiro grosso, amarradas no peito do pé com tiras igualmente de coiro. Ao ombro vêem-se as* cabaças *recipientes obtidos da secagem e desmiolamento do fruto do pé de* cabaça *designação por que é conhecida a Lagenaria Vulgaris, que hoje quase nem se cultiva.*



RAMO GRANDE

Aspecto da zona do Ramo Grande, a Leste da Ilha Terceira, e aonde pertencem as melhores cabeças de gado da ilha — o chamado Gado do Ramo Grande.

Ao fundo vê-se o aeródromo das Lajes, construído onde outrora eram as melhores pastagens da ilha.

«A Terceira é uma ilha de carácter agro-pecuário, a que a guerra deu subitamente grande importância estratégica como nó atlântico de comunicações aéreas. A sua grande eira, o Ramo Grande, tornou-se de repente uma pista colossal de aviões.»

(Prof. Dr. V. Nemésio, «Corsário das Ilhas», p. 77)

A moda da gasolina
Secou o trigo do chão;
Fez das Lajes um terreiro,
Oh que dor de coração!

(V. Nemésio, «Festa Redonda», p. 103)

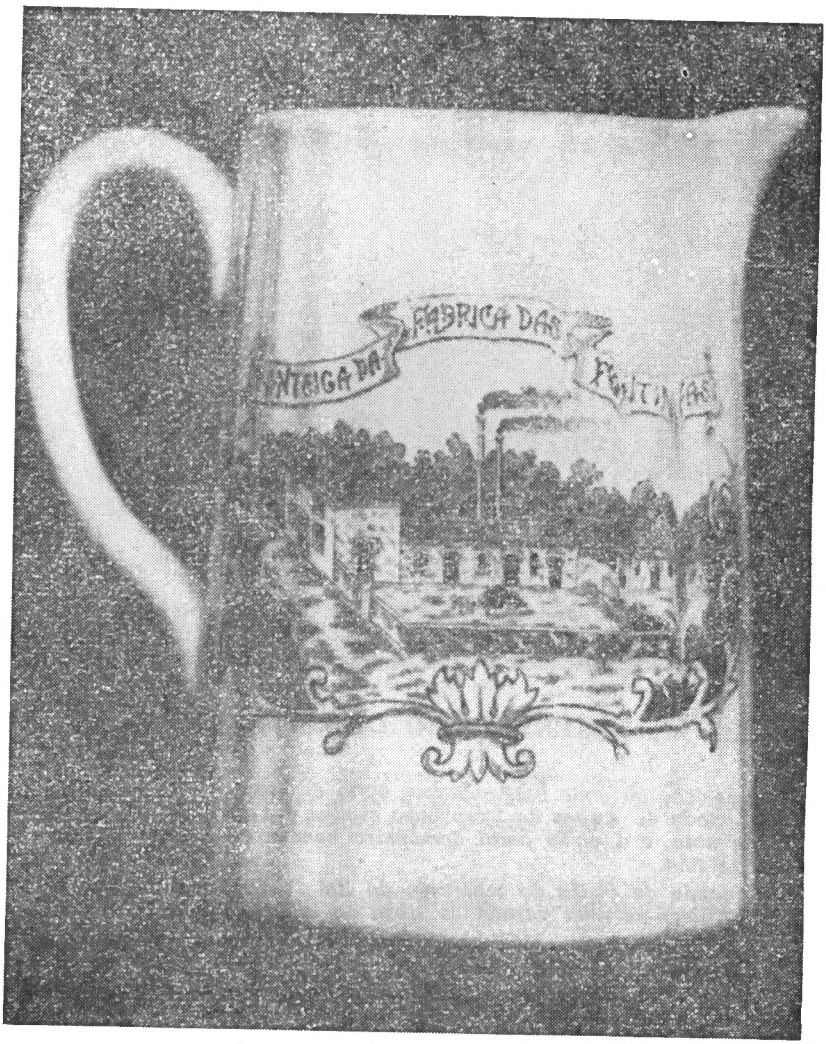


EXPOSIÇÃO DE GADO

Exposição de gado realizada por volta de 1920, no Relvão, sítio arrelvado da cidade de Angra do Heroísmo; alguns dos exemplares expostos são dignos de nota, e a visão geral demonstra bem como o gado é a principal riqueza da ilha.

Aquando da visita de soberania do Rei D. Carlos e da Rainha Dona Amélia, realizou-se uma parada de gado no lugar do Paúl.

A 17 de Outubro de 1965 realizou-se um Cortejo de Oferendas na Vila da Praia da Vitória, fazendo desfilar carros de bois puxados por magníficas juntas, ostentando ricas e ornamentadas cangas. No trabalho, nos divertimentos, nos actos de caridade popular, é inapagável o profundo vínculo pastoril do homem terceirense.



A freguesia das Fontinhas, a NE da Terceira (v. mapa), possuía uma fábrica de manteiga como se pode ver pelo jarro de loiça que a traz estampada. O aspecto da fábrica diz da sua antiguidade, demonstrando a antiguidade das tentativas do fabrico científico de manteiga, que remonta aos primeiros anos do século XX. Na face oposta lê-se «Brinde da Manteiga *das* Fontinhas *de A.* Mendonça Terceira».



«Correndo do Porto Judeu para a cidade de Angra, com rocha alta, e costa de grosso calhau e penedia, um terço de légua, está um grande biscoito plantado de vinhas e pomares defronte do qual estão dois ilhéus, *um de três moios de terra, outro como ametade deles... ...Nos quais houve também muitos coelhos, e agora em seu lugar há muito barcéu, que vão lá buscar pera os bois...»*

(Dr. Gaspar Frutuoso, Saudades... *VI, cap. 20, 20)*

«Os ilheus das Cabras não tinham cabra alguma, mas uma cisterna salobra e meia dúzia de carneiros. Eu, que tinha a mania da geografia fantástica, chamava-lhes a Terra do Perrexil, — a plantazinha rasteira, de folha carnuda como a da beldroega, que se curtia num frasco e nos servia de pickles. Mas a grande lição dos ilheus não era nem o perrexil nem o carneiro: era a prova provada do nosso emparedamento num vasto calhau atlântico; por assim dizer, a estátua da nossa solidão arrancada das nossas entranhas e ali posta, junto ao Porto Judeu, como símbolo de um destino e padrão de uma vida interior.»

(Prof. Dr. V. Nemésio, Corsário das Ilhas, *42)*

GLOSSÁRIO

aba grossa
aba do peito
açamo
acém
aguilhada
albarca
alcatra
alcavém
amanhar
arcavém
armação
arrecavém
Almeida (curral do)
alpendre
apartação (de gado)
apojar
barbilho
barrete de bolota
barriga da canga
basto
bezerro, a
bodo de leite
boi
boi de cria
boi quebrado
boi das vacas
Boins
bola
boneco
bosta
brabudo
braço
bragadela
brocha
burra de milho
cabaça
cabaça (pé de)
cabeçalho
Cabrito
cabrum (carbúnculo)
cachaço
cadilha
caixão (dos toiros)
camalhão
cambada (de milho)
canada
canada (medida para líquidos)
caneira
canga
cangar
cantadeira
canzil
caparito
carro de bois
carril
casão
cebo
chã de dentro
chã de fora
chamaceira
chambão do braço
chambão da pá
chambão da perna
chapa
chapada
chapadela
chavelha
chavelhão
chaveta
cheda
chideiro
chicharão

cofinho
coicão
comeseima
comida
comida descabeçada
comida de foice
comida forte
comida fraca
comida sanguenta
comida seca
comida verde
concertar o gado
corda
corda falsa
corrida
criação
Criação do Meio
Criações
criador
crostes
cruz (ordenha em)
cumieira
cunha
curral
curral (de vacas)
diabelha
embolar
empachar
encascar
enchiqueirar
enchiqueiradura
enxertar (uma cria)
escalão
esfola-vacas
espelho da pá
espera (de gado)
erva azeda
erva da casta
erva verde
erva seca
faia do norte
ferra
folhada
folha de figueira
forca
fraguido
fueiro
furar
furo
furo (sinal de bovinos)
gado alfeirio
gado antigo
gado de baixo
gado bravo
gado chapado
gado da terra
gado de cima
gado de curral
gado de leite
gado de trabalho
gado lavrado
gado seco
gaiola (de toiros)
galhadura
galhos
gaveta
godilhões
gordura
grama
gueixo, a
homem do leite
impar
junça
lagarto
lavrador
lumieira
luzerna
mamão
mamote
manada
manteiga do leite
mascarados da corda
mata-cabras
mata-vacas
Matela
machinho
milheiro

milheiro basto
milheiro descabeçado
moça
Moçambique
mojo
mover (doença de)
nariz do carro
novilho, a
orelha rachada
ordenha
ordenhadura
ordenhar
outonos
ouvido
pá
palãinque
pano da terra
passe de guarda-sol
passe de samarra
pasto
pastor
pateira
pato
pau da tapadoira
Paúl
peão de milho
pegar
pelo de manteiga
pelo de milho
picardela
pintadela
poia
portal
pranto
rabadilha
redoiça (de milho)
rilhar
ramal de baixo
ramal de cima
Ramo Grande
Ramo Grande (gado do)
rodeiro
Romanial
sangue (doença)
sapatas
sebe
sedenho
silho
soalho
solitária (bicha)
solto (boi)
suera
tamoeiro
tapadoira
tarro
tenta (v. ferra)
tinchão
tirar o leite (v. ordenhar)
toiro
toiro bravo ou bravito
toiro com corda
toiro com praça
toiro corrido
toiro fugido
toiro matreiro
toiro nobre
toiro puro
toiro reparador
toro
tourada à corda
tourada de praça
trabalhar no campo
trancoeira
tresmalhar
tresmalho
troca (do leite)
trevo bolota
trevo branco
trevo do pasto
vaca
vaca alfeiria
vaca cheia
vaca de sinal
vaca dianteira
vaca dureira
vaca fecheira

vaca guia
vaca mestra
vaca molarinha
vaca movida (v. mover)
vaca parida
vaca pendida do mojo
vaca que não se levanta a boi
vaca seringueira
vaca traseira
vacada
vàdio (baldio)
vazio
Veredas

Obs. Para os nomes próprios do gado, consultar o índice.

BIBLIOGRAFIA

A — Obras e trabalhos científicos

1) História

Archivo dos Açores (contribuições para todos os ramos da Hist. Açor.) Vol. I a X, 1878-1888, Ponta Delgada, S. Miguel, Açores.

Francisco Ferreira Drumond, *Anais da Ilha Terceira*, Angra, 1850.

Dr. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1963.

Eduardo Noronha, *História das Touradas*, Lisboa, 1900.

Dr. Luís Ribeiro, «As touradas da Ilha Terceira», Rev. Açoreana, Vol. IV, Fasc. IV.

Lyman Weeks, *Nos Açores*, (trad. pelo Dr. João Anglin) Rev. Insulana, Vol. XIV, 2.º semestre, 1958.

P.e A. Cordeiro, *História Insulana*, Lisboa, 1866.

2) Sociologia

George Gurvitch, *Traité de Sociologie*, publié sous la direction de George Gurvitch, P. U. F. 1958.

Roger Bastide, *Brasil, Terra de Contrastes*, S. Paulo.

3) Etnografia e Geografia Humana

Norberto Krebs, *Geografia Humana*, ed. Labor.

Maria de Lourdes Oliveira Monteiro, *Porto Santo, Monografia*

Linguística, Etnográfica e Folclórica, (Dissertação de Licenciatura) Coimbra, 1945, Rev. Portuguesa de Filologia, Vol. I, 1947.

Dr. Luís Ribeiro, «O Pastoreio na Ilha Terceira», Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, n.º 1, Angra, 1943, p. 110 sgs.

«Notas sobre a vida rural na Ilha Terceira», Rev. Lusitana, Vol. 33, p. 73 — p. 93.

«Notas de Etnografia da Terceira», Rev. Lusitana, Vol. 36, p. 168 — p. 182.

«Cangas de bois nos Açores», Rev. Açoreana, Vol. II, Fasc. I.

«Amuletos Terceirenses», Rev. Açoreana, Vol. IV, Fasc. III.

Dr. Jorge Dias, *Vilarinho da Furna*, (Uma Aldeia Comunitária), Porto, 1948.

Dr. José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, Vol. I e II.

Dr. José Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, Vol. III, Coimbra, 1931.

J. V. Paulo Nogueira, *As Ilhas de S. Miguel e Terceira*, 1894.

Willy Hellpach, *Geopsique*, Espasa Calpe.

4) **Zootecnia e Agro-Pecuária**

Dr. José Leal Armas, «Aspectos Pecuários Terceirenses», Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, Vol. XIV, 1951.

Dr. José Leal Armas, «Questões Zootécnicas», Rev. Atlântida, Vol. I, n.º 1, 1956.

Dr. José Leal Armas, «Forragem Deficiente na Ilha Terceira», Bol. da C. R. C. A. A., Vol. XV, 1952.

Dr. Luís Sequeira de Medeiros, «Conceitos Zootécnicos do Doutor Gaspar Frutuoso, Bol. da C. R. C. A. A., Vol. XIII, 1951.

Dr. Francisco Carreiro da Costa, «Os Gados de S. Miguel e Terceira no século XVI», Bol. da C. R. C. A. A., Vol. II.

Dr. Francisco Carreiro da Costa, «Arvoredos dos Açores», Bol. da C. R. C. A. A., Vol. XVIII, 1953.

Jácome de Ornellas Bruges, *A Ilha Terceira*, (Notas sobre a sua agricultura, gados e indústrias anexas) Angra, 1915.

Eng. Orlando de Azevedo, «Prados da Ilha Terceira», Bol. da C. R. C. A. A., Vol. X, 1949.

Prof. José Miranda do Vale, *Gado Bissulco*, Col. A Terra e o Homem, n.º 17, 1949.

Dr. Alfredo Sampaio, *Memória sobre a Ilha Terceira*, Angra, 1904.

Dr. W. Wygodzinski, *Economia y Política Agrária*, ed. Labor.

5) **Linguística**

Frederico Lopes, «Vocabulário Regional Terceirense», Bol. do Inst. Hist. da Ilha Terceira, n.º 17, Angra, 1959.

Frederico Lopes, «Locuções e modismos no uso corrente e na linguagem popular da Ilha Terceira», Rev. Atlântida, Vol. V, n.º 2, p. 61 sgs e n.º 3, p. 129 sgs, 1961.

Prof. Dr. Luís Filipe Lindley Cintra, *Áreas Lexicais no Território Português*, separata do Bol. de Filologia, Tomo XX, C. E. F., Lisboa, 1962.

Frederico Lopes, «Touradas à Corda na Ilha Terceira», Rev. Atlântida, Vol. VI, Angra, n.º 3, 1962.

Dr. Luís Ribeiro, «Arcaísmos na linguagem popular da Ilha Terceira», Bol. do Inst. Hist. da Ilha Terceira, n.º 1, 1943.

Dr. Armando Côrtes-Rodrigues, *Adagiário Popular Açoreano*, Rev. Insulana, Vol. I, Fasc. I, e sgs.

B — **Obras literárias**

Gervásio Lima, *Poetas e Cantadores*, Angra, 1931.

Gervásio Lima, *Cantadores*, (Quadras colhidas em desafios), Angra, 1931.

Gervásio Lima, *Festas do Espírito Santo*, (Cantadores e Cantares), Angra, 1932.

João Ilhéu, *Gente do Monte*, Angra, 1933.

Prof. Dr. Vitorino Nemésio, *Mau Tempo no Canal*, Lisboa, Bertrand, 1944.

Prof. Dr. Vitorino Nemésio, *Festa Redonda*, Lisboa, Bertrand, 1950.

Prof. Dr. Vitorino Nemésio, *Corsário das Ilhas*, Lisboa, Bertrand, 1956.

Arthur Ávila, *Desafio Radiofónico*, Oakland, 1961.

Arthur Ávila, *Rimas de um emigrante*, Oakland, 1961.

João Guimarães Rosa, *Sagarana* (contos) ed. Livros do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

(Alfabética)

ARMAS, Dr. José Leal — «Aspectos Pecuários Terceirenses», Bol. da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, Vol. XIV, 1951.

— «Forragem Deficiente na Ilha Terceira», Bol. da C.R.C.A.A. Vol. XV, 1952.

— «Questões Zootécnicas», Rev. Atlântida, Vol. I, n.º 1, 1956.

— «A nova Intendência Pecuária de Angra do Heroísmo», Rev. Atlântida, Vol. I, n.º 6, 1957.

ARCHIVO DOS AÇORES — (Contribuição para todos os ramos da Hist. Açor.) Vol. I a X, Ponta Delgada, S. Miguel, 1878-1888.

ÁVILA, Arthur — *Desafio Radiofónico*, Oakland, 1961.

— *Rimas de um emigrante*, Oakland, 1961.

AZEVEDO, Eng. Orlando de — «Prados da Ilha Terceria», Bol. da C. R. A. A., Vol. X, 1949.

BASTIDE, Roger — *Brasil, Terra de Contrastes*, S. Paulo.

BRUGES, Jácome de Ornellas — *A Ilha Terceira* (Notas sobre a sua agricultura, gados e indústrias anexas), Angra, 1915.

CÂMARA, Manuel da — *Vinte Contos Insulanos*, Horta, 1917.

CARREIRO DA COSTA, Dr. Francisco — «Os gados de S. Miguel e Terceira no século XVI», Bol. da C. R. C. A. A., Vol. XI.

— «Arvoredos dos Açores», Bol. da C. R. C. A. A., Vol. XVIII, 1953.

— «Nomes de Bois e Vacas», Bol. da C. R. C. A. A., Vol. X, 1949.

— «Terminologia Agrícola Micaelense», Bol. da C. R. C. A. A.

CINTRA, Prof. Dr. Luís Filipe Lindley — *Áreas Lexicais no Território Português*, separata do Bol. de Filologia, Tomo XX, C. E. F., 1962.

CÔRTES-RODRIGUES, Dr. Armando — «Adagiário Popular Açoreano», Rev. Insulana, Vol I, Fasc. I e sgs.

DIAS, Dr. Jorge — *Vilarinho da Furna*, Porto, 1948.

DRUMOND, Francisco Ferreira — *Anais da Ilha Terceira*, Angra, 1850.

FRANKOOWSKI, Eugenius Z. — *As cangas e jugos portugueses*, Rev. A Terra Portuguesa, ano I, p. 33.

FREIRE, Gilberto — *Sociologia.*

FRUTUOSO, Dr. Gaspar — *Saudades da Terra* (Livro VI), Ponta Delgada, 1963.

GURVITCH, George — *Traité de Sociologie*, publié sous la direction de George Gurvitch, P. U. F., 1958.

HELLPACH, Willy — *Geopsique*, Espasa Galpe.

ILHÉU, João — *Gente do Monte*, Angra do Heroísmo, 1933.

KREBS, Norberto — *Geografia Humana*, ed. Labor.

LIMA, Gervásio — *Cantadores* (Quadras colhidas em desafios), Angra, 1931.

— *Poetas e Cantadores*, Angra, 1931.

— *Festas do Espírito Santo* (Cantores e Cantares), Angra, 1932.

LOPES JÚNIOR, Frederico — «Vocabulário Regional Terceirense», Bol. do Instituto Histórico da Ilha Terceira, n.º 17, Angra, 1959.

— «Locuções e modismos no uso corrente e na linguagem popular da Ilha Terceira», Rev. Atlântida, Vol. V, n.º 2, p. 61, e n.º 3, p. 129 e sgs., 1961.

— «Touradas à corda na Ilha Terceira», Rev. Atlântida, Vol. VI, Angra, 1962.

MEDEIROS, Luís Sequeira de — «Conceitos Zootécnicos do Doutor Gaspar Frutuoso», Bol. da C. R. C. A. A., Vol. XIII, 1951.

MONTEIRO, Maria de Lourdes de Oliveira — *Porto Santo, Monografia Linguística, Etnográfica e Folclórica.* (Dissertação de Licenciatura), Coimbra, 1945, Rev. Portuguesa de Filologia, Vol. I, 1947.

NEMÉSIO, Prof. Dr. Vitorino — *Mau Tempo no Canal*, Bertrand, Lisboa, 1944.

— *Festa Redonda*, Lisboa, 1950.

— *Corsário das Ilhas*, Bertrand, Lisboa, 1956.

NOGUEIRA, J. V. Paula — *As Ilhas de S. Miguel e Terceira*, 1894.

NORONHA, Eduardo — *História das Touradas*, Lisboa, 1900.

PICÃO, José da Silva — *Através dos Campos*, Lisboa, sd.

RIBEIRO, Dr. Luís da Silva — «O Pastoreio na Ilha Terceira», Bol. do Instituto Histórico da Ilha Terceria, n.º 1, Angra, 1943, p. 110 e sgs.

— «Notas sobre a vida rural na Ilha Terceira», Rev. Lusitana, Vol. 33, p. 73 p. 93.

— «Notas de Etnografia da Terceira», Rev. Lusitana, Vol. 36, p. 168 - p. 182.

— «Arcaísmos na Linguagem Popular da Ilha Terceira», Bol. do Inst. Hist. da Ilha Terceira, n.º 1, 1943.

— «As Touradas da Ilha Terceira», Rev. Açoreana, Vol. IV, Fasc. IV.

— «Cangas de bois nos Açores», Rev. Açoreana, Vol. II, Fasc. I.

— «Amuletos Terceirenses», Rev. Açoreana, Vol. IV, Fasc. III.

ROSA, João Guimarães — *Sagarana* (contos) ed. Livros do Brasil.

SAMPAIO, Dr. Alfredo — *Memória sobre a Ilha Terceira*, Angra, 1904.

VALE, José Miranda do — *Gado Bissulco*, Col. «A Terra e o Homem», n.º 17, 1949.

VASCONCELOS, José Leite de — *Etnografia Portuguesa*, Vol. I e II.

— *Opúsculos*, Vol. III, Coimbra, 1931.

WEEKS, Lyman, *Nos Açores* (Trad. por Dr. João Anglin) Rev. Insulana, Vol. XIV, 2.º semestre, 1958.

WYGODZINSKI, Dr. W. — *Economia y Política Agrária*, ed. Labor.

DICIONA'RIOS

Cândido de Figueiredo, *Dicionário da Língua Portuguesa*
A. Morais e Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa 10.ª ed.*
Caldas Aulete, *Dicionário da Língua Portuguesa*
Frei Domingos Vieira, *Dicionário da Língua Portuguesa*
Antenor Nascentes, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*
José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*
Sousa Bastos, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*
Joan Corominas, *Dicionário Critico y Etimológico de la Lengua Castellana*
Aurélio Buarque de Hollanda, *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*
Meyer Lubke, *Romanisches Etymologisches Worterbuch*

INDICE

Prefácio 233
Introdução 235

I

1 —

O gado bovino na Terceira 237
As raças bovinas introduzidas na Ilha Terceira 241
O gado e a história política 245
Economia: o trabalho, o leite e a carne 251
O sistema de pastoreio; o baldio e a «Justiça da Noite»; as vias de penetração 255

2 —

Sociologia: o lavrador, o pastor, o criador 263
Criadores e lavradores; os actuais criadores 266
Valor regional do termo «criador» 270

II

1 — *O dia a dia*

A importância do boi 272
Amor do lavrador aos seus bois 273
A nomenclatura anatómica do animal 276
Agrupamento e classificação do gado bovino 279
Nomes próprios dos bovinos e critérios da sua aplicação 284

Nomes de bois; os bois em junta 294
A lide pastoril 297
O carro de bois 301
A canga 306
Linguagem do pastor 309
A ordenha 310
A alimentação 316
As doenças 322

2 — *A sabedoria popular e a fraseologia*

Adágios: esfera moral e psicológica; esfera da economia rural 327
Comparações 332
Locuções 337
Superstições e crendices 341

3 — *Os divertimentos*

As touradas de praça 345
As touradas à corda 349
As ferras 362
Nomes dados ao gado bravo 366

CONCLUSÃO 375

GLOSSÁRIO 384

BIBLIOGRAFIA 388

VIDA DO INSTITUTO

1.ª REUNIAO ORDINARIA DE 1971

No dia vinte e oito de Janeiro de mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Angra do Heroísmo e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, em segunda convocação, por à hora fixada para a primeira não haver comparecido a maioria dos sócios, realizou-se a primeira reunião ordinária dos Sócios Efectivos deste Instituto, convocada de harmonia com o disposto no artigo segundo e para cumprimento do estabelecido no artigo terceiro do Regulamento desta Colectividade, achando-se presentes Sua Excelência o Governador do Distrito, Doutor Teotónio Machado Pires, Sócio Efectivo do Instituto, o Excelentíssimo Senhor Doutor Agnelo Ornelas do Rego, Presidente da Junta Geral e Presidente Honorário do Instituto e os Senhores João Dias Afonso, Henrique Vieira de Borba, Doutor Cândido Pamplona Forjaz, Emanuel Félix Borges da Silva, Francisco Coelho Maduro Dias, Tesoureiro deste Instituto, e Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário, que, no impedimento, por motivo de saúde, do Presidente, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, dirigiu os trabalhos da reunião.

Aberta a sessão pelas onze horas, usou da palavra o Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, que começou por justificar detidamente o facto de não se ter realizado a segunda reunião ordinária dos Sócios Efectivos deste Instituto Histórico em mil novecentos e setenta, tendo apresentado como motivo principal a mudança da séde deste Organismo para as suas instalações do Edifício de São Francisco, coincidindo com os trabalhos de transferência do Museu de Angra do Heroísmo para o mesmo imóvel.

Procedeu, depois, o Senhor Secretário à leitura da acta da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade, e, conforme constava da convocação e de harmonia com o disposto no artigo

segundo e para cumprimento do estabelecido no artigo terceiro do Regulamento deste Instituto, leu o Relatório do Presidente sobre as actividades do Instituto em mil novecentos e setenta, por ele próprio, Secretário, elaborado, no impedimento do Presidente, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, e que mereceu a aprovação de todos os presentes.

Seguidamente, apresentou o Tesoureiro, Senhor Francisco Coelho Maduro Dias, as contas desta Instituição referente ao ano de mil novecentos e setenta, que foram igualmente aprovadas por unanimidade.

Por proposta do Senhor Doutor Teotónio Machado Pires, Sócio Efectivo deste Instituto, foi eleito Sócio Honorário desta Colectividade, por aclamação, o Professor Doutor Marcello José das Neves Alves Caetano, eminente Jurista, Historiador do Direito e Presidente do Conselho de Ministros.

Voltou a usar da palavra o Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima que saudou a presença de Sua Excelência o Governador do Distrito Autónomo e do Exmo. Presidente da Junta Geral, congratulando-se com o facto de, a partir de um de Janeiro de mil novecentos e setenta e um, ter a sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira passado a estar instalada no Edifício de São Francisco, logrando assim esta Colectividade, ao fim de vinte e sete anos de existência e graças ao desvelado patrocínio da Junta Geral e esclarecida compreensão do seu ilustre Presidente, Senhor Doutor Agnelo Ornelas do Rego, obter a condigna instalação de que muito carecia.

Foi presente o ofício número 315/970, de 31/12/970, do Museu de Angra do Heroísmo, em que o Director daquele Estabelecimento dava conhecimento à Direcção deste Instituto da deliberação da Excelentíssima Comissão Executiva da Junta Geral autorizando a utilização da Sala da Biblioteca e de uma dependência anexa do antigo Convento de São Francisco para sede desta Colectividade, utilização que fora também já devidamente aprovada por despacho de Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional de quinze de Abril de mil novecentos e setenta, de harmonia com determinadas cláusulas, constantes do citado ofício e das quais foi dado conhecimento a todos os sócios presentes.

Esclarecidos os sócios deste Instituto sobre as condições de

funcionamento da respectiva sede, foi seguidamente deliberado autorizar pequenas despesas de abono a um funcionário administrativo do Museu que, dada a instalação de ambas as instituições no mesmo edifício, parece de toda a conveniência passar a encarregar-se do expediente do Instituto, bem como a um dos guardas do mesmo Museu, que ficará responsável pela limpeza das salas cedidas a este organismo e respectivos recheios.

Foi ainda proposto pelo Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima e aprovado por todos os sócios presentes que a parte financeira do Instituto continue a cargo do Senhor Alberto Louro da Silva Lopes, a quem esta Colectividade deve relevantes serviços.

Foi também deliberado solicitar da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo a devolução dos livros pertencentes a este Instituto, bem como a colaboração daqueles Serviços nos trabalhos de catalogação das referidas espécies, que ali se encontram depositadas.

Prosseguindo no uso da palavra, referiu-se o Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima à necessidade da conveniente salvaguarda de diversas espécies de valor artístico, bem como de diversos imóveis considerados de interesse histórico, tendo-se referido às medidas que o Museu de Angra do Heroísmo se vira forçado a tomar para a preservação dos paramentos ingleses existentes na Igreja do Colégio desta cidade. A propósito, sublinhou o Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima a conveniência de se proceder com a possível urgência à tradução da memória intitulada «The Vestments of Bishop Grandisson Now Preserved in the Azores», da autoria do reverendo Fulford Williams, que há um ano havia combinado com o sócio efectivo deste Instituto Senhor Emanuel Félix Borges da Silva, acrescentando que, na sequência das medidas agora tomadas pelo Museu, era natural que outros estudos, mais actualizados e melhor documentados, viessem a surgir sobre os referidos paramentos.

Reportando-se ainda às razões apresentadas pelo Senhor Secretário sobre a defesa do nosso património cultural, deliberou o Instituto apoiar as diligências que o Museu de Angra do Heroísmo tem continuamente feito junto da Câmara Municipal desta cidade, no sentido de serem adquiridos os acessos aos fortes existentes

na zona compreendida entre a Baía da Salga e a Baía dos Salgueiros (Porto Novo).

Pelas mesmas razões, deliberou este Instituto secundar, junto do Ministério da Educação Nacional, as diligências feitas pela Direcção do Museu desta cidade, no sentido da condigna reintegração do Portão dos Carros do Castelo de São João Baptista, de forma a que sejam devidamente respeitadas as tradicionais características daquela porta da histórica fortaleza.

Apresentou depois o Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima à consideração dos sócios presentes uma sugestão do Senhor Professor Doutor Vitorino Nemésio para que seja comemorada a ilustre Geração de médicos, cientistas, literatos e artistas nascidos no Distrito de Angra do Heroísmo entre as décadas de setenta e oitenta do último século, tendo a referida sugestão sido acolhida com geral aplauso e ficado deliberado solicitar o indispensável patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian e a esclarecida intervenção de Sua Excelência o Governador do Distrito Autónomo.

Abordou depois o Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima problemas respeitantes à publicação do Boletim deste Instituto, trabalho que — disse — não obstante as porfiadas diligências do distinto consócio Senhor Francisco Coelho Maduro Dias, que muito se tem empenhado para vencer o atraso que aquela publicação está acusando, não pôde ainda ser levado a bom termo, por deficiência da tipografia onde vem sendo impressa, tendo ficado deliberado que, após a conclusão do volume XXIII-XXIV, actualmente no prelo, teriam de ser tomadas as necessárias providências para garantir o normal aparecimento dos volumes seguintes e a respectiva execução tipográfica dentro do prazo julgado razoável, mesmo que para tanto se tenha de abrir concurso e celebrar contrato com a tipografia a que for adjudicado o trabalho.

Passou o Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima ao aspecto da colaboração a inserir no Boletim e tendo-se considerado o superior interesse de que se revestem para os Açores, designadamente para a Ilha Terceira, os estudos que o Professor Arquitecto Francisco Riopardense de Macedo tem realizado sobre a arquitectura portuguesa dos Séculos XVII e XVIII e a sua relação com a história, origem e crescimento do Rio Grande do Sul, de cuja Universidade é ilustre membro, foi deliberado soli-

citar daquele distinto estudioso a publicação dos referidos trabalhos no órgão desta Colectividade.

Igualmente sob proposta do Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, deliberou o Instituto oferecer ao Senhor Doutor Victor Hugo Forjaz não só as suas futuras publicações — conforme havia solicitado — mas também aqueles números do respectivo Boletim, separatas e outras edições de que haja ainda exemplares disponíveis. Deliberou também o Instituto manifestar ao Doutor Victor Hugo Forjaz o seu vivo e reconhecido apreço pela obra que, a bem dos Açores, vem realizando, designadamente agora, com a publicação do «Arquivo Açoriano».

Usou finalmente da palavra nesta reunião o Presidente Honorário deste Instituto e Presidente da Junta Geral Senhor Doutor Agnelo Ornelas do Rego, que retribuiu as palavras de agradecimento que tanto na sua alocução de abertura como no Relatório das actividades do Instituto em mil novecentos e setenta lhe havia dirigido, em nome do Instituto, o Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, e exprimiu o seu contentamento pelo facto de esta reunião ter podido já efectuar-se na sede própria desta Colectividade.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram doze horas e trinta e cinco minutos.

2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1971

No dia vinte e um de Julho de mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Angra do Heroísmo e na Séde do Instituto Histórico da Ilha Terceira, em segunda convocação, por à hora fixada para a primeira não haver comparecido a maioria dos sócios, realizou-se a segunda reunião ordinária dos Sócios Efectivos deste Instituto, convocada nos termos do parágrafo primeiro do artigo sexto dos Estatutos e para cumprimento no disposto no artigo segundo do Regulamento desta colectividade, achando-se presentes o Exmo. Senhor Doutor Agnelo Ornelas do Rego, Presidente da Junta Geral e Presidente Honorário do Instituto, e os senhores João Dias Afonso, Emanuel Félix Borges da Silva, Francisco Coelho Maduro Dias, Tesoureiro deste Instituto, e Doutor

Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário, que, no impedimento, por motivo de doença, e em representação do Presidente, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, dirigiu os trabalhos da reunião.

Aberta a sessão pelas dez horas e trinta minutos, procedeu o Senhor Secretário à leitura da acta da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade.

Foi, então, presente pelo Senhor Secretário o ofício n.º 6-K/176, de 30 de Março de 1971, em que se comunica a este Instituto o parecer da 4ª Subsecção da 2ª Secção da Junta Nacional da Educação, homologado por Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional e segundo o qual a referida Junta entende que os fundamentos apresentados na exposição deste Instituto sobre a reconstituição do Portão dos Carros do Castelo de São João Baptista desta cidade, de 10 de Fevereiro de 1971, elaborada de conformidade com a resolução tomada na sua reunião de vinte e oito de Janeiro próximo passado, não justificam a alteração do parecer da referida Junta, que fora aprovado por despacho ministerial de 6 de Outubro de 1970.

Expôs em seguida o Senhor Secretário, detalhadamente, as diligências superiormente levadas a efeito pelo Museu de Angra do Heroísmo e por este Instituto, no sentido da condigna reintegração do Portão dos Carros do Castelo de São João Baptista, de forma a que sejam devidamente respeitadas as tradicionais características daquela porta da histórica Fortaleza, tendo o assunto sido objecto de minuciosa discussão.

Como este Instituto não teve o ensejo de conhecer o parecer da 4ª Subsecção da 2ª Secção da Excelentíssima Junta Nacional da Educação, aprovado em 6 de Outubro de 1970, foi proposto pelo Senhor Secretário, tendo ficado deliberado, solicitar do Excelentíssimo Senhor Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes o obséquio de se dignar mandar transcrever para conhecimento e complemento da informação prestada a esta agremiação cultural, o texto do referido parecer da 4ª Subsecção da 2ª Secção da Excelentíssima Junta Nacional da Educação.

Deliberou também este Instituto apresentar ao Excelentíssimo Director Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes a expressão dos seus antecipados e muito penhorados agradecimentos pela aquiescência ao solicitado.

A propósito, deliberou ainda este Instituto solicitar para este assunto o alto e valioso patrocínio de Sua Excelência o Governador do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo junto do Ministério da Educação Nacional.

Deliberou também este Instituto endereçar a expressão dos seus penhorados agradecimentos ao Meritíssimo Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça Senhor Doutor Carlos Renato Gonçalves Pereira pelo facto de ter aquiescido gentilmente a uma solicitação para proferir nesta cidade, e em sessões públicas promovidas por esta Colectividade, respectivamente no Salão Nobre da Junta Geral do Distrito Autónomo e no Salão Nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, duas conferências sobre temas actuais de interesse jurídico e matéria histórico-jurídica.

Foi igualmente deliberado apresentar ao Excelentíssimo Senhor Doutor Teotónio Machado Pires, Sócio Efectivo deste Instituto e muito ilustre Governador do Distrito Autónomo, os melhores agradecimentos pelo valioso patrocínio que se dignou dar à realização das referidas conferências.

A propósito, deu seguidamente o Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima conhecimento ao Instituto do facto de o Pintor e Arquitecto Carlos Lança se ter prontificado a realizar uma nova exposição de pintura no Museu desta cidade e a proferir, pela mesma altura, e sob o patrocínio do Instituto Histórico da Ilha Terceira, duas conferências, sendo uma das quais seguida de Colóquio. Tendo o Senhor Secretário informado que a deslocação do Arquitecto Carlos Lança a esta cidade bem como a realização das referidas conferências não conduziriam a quaisquer despesas por parte deste Instituto, manifestou esta Colectividade a sua plena concordância, tendo parecido a época mais propícia para a realização das aludidas conferências a que decorre de princípios a meados de Outubro.

Foi seguidamente presente o ofício n.º 4482, de 24 de Maio de 1971, da Inspecção Superior do Ensino Particular, em que aquela Inspecção Superior solicitava fosse submetida a sanção ministerial, com a urgência possível, a eleição dos corpos gerentes deste Instituto actualmente em exercício, tendo o Senhor Secretário elucidado os Sócios sobre as soluções que juridicamente achara conveniente dar ao assunto e que mereceram a plena concordância de todos os presentes.

Seguidamente, o Senhor Secretário informou o Instituto sobre os estudos por ele pessoalmente levados a efeito nos competentes Serviços do Museu Victoria and Albert, de Londres, relacionados com os paramentos ingleses dos séculos XIV e XV existentes nos Açores, com vista a um mais completo conhecimento dos mesmos e no sentido da sua mais perfeita e adequada preservação.

Finalmente, por proposta do Presidente Honorário deste Instituto Histórico e Presidente da Junta Geral do Distrito, Senhor Doutor Agnelo Ornelas do Rego, a que se associou o Secretário do Instituto e foi aprovada por todos os sócios presentes, foi deliberado apresentar ao Excelentíssimo Senhor Doutor Victor Manuel Braga Paixão a expressão das mais calorosas felicitações pela honrosa condecoração que lhe foi imposta pelo Chefe do Estado e constitui notável e justíssima homenagem prestada ao mérito e prodigiosa actividade desenvolvida por aquele ilustre Educador, Director-Geral, eminente Investigador e Académico.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram doze horas e trinta minutos.

1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 1971

No dia 24 de Agosto de 1971, nesta cidade de Angra do Heroísmo e na Séde do Instituto Histórico da Ilha Terceira, em segunda convocação, por à hora fixada para a primeira não haver comparecido a maioria dos sócios, realizou-se a primeira reunião extraordinária dos Sócios Efectivos deste Instituto, convocada nos termos do parágrafo primeiro do artigo sexto dos Estatutos, e para cumprimento do artigo segundo do Regulamento desta colectividade, achando-se presentes o Excelentíssimo Senhor Doutor Agnelo Ornelas do Rego, Presidente da Junta Geral e Presidente Honorário do Instituto, e os Senhores Tenente Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva, Emanuel Félix Borges da Silva, Francisco Coelho Maduro Dias, Tesoureiro desta Colectividade e o Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário, que, no impedimento, por motivo de doença, do Presidente, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, dirigiu os trabalhos da reunião.

Aberta a sessão pelas dezasseis horas, procedeu o Senhor Secretário à leitura da acta da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade.

Foi presente o ofício sob os números 6 — K/176 de 7 do corrente mês de Agosto, do Exmo. Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes em que, atendendo ao solicitado por este Instituto Histórico, no seu ofício n.º 16/971 de 21 de Julho último, remete por fotocópia, para conhecimento desta Instituição Cultural, o ofício n.º 3345, de 11 de Julho do ano findo, da Exma. D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais bem como do douto parecer da Exma. Junta Nacional da Educação que sobre o mesmo recaiu.

Lido e examinado, demoradamente e com a maior atenção, o texto do citado ofício da Exma. D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais e ouvidas sob o assunto a ampla e pormenorizada informação do Secretário deste Instituto e Director do Museu de Angra do Heroísmo, Senhor Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, investigador de reconhecido mérito e que à história do Castelo de São João Baptista e da respectiva arquitectura tem consagrado particular interesse, ao longo de vários anos de estudo e, bem assim, os doutos e oportunos esclarecimentos do ilustre escritor e etnógrafo Senhor Tenente Coronel Frederico Lopes, que no ano de 1950 *exercia as funções de 2.º Comandante do Batalhão Independente de Infantaria N.º 17, aquartelado no Castelo de São João Baptista:*

Tudo visto e devidamente ponderado, verifica-se que:

1. Segundo consta do seu citado ofício n.º 3345, de 11-7-70, a Exma. D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com base numa sugestão apresentada pelo Director do Museu de Angra do Heroísmo, (no ano de 1963), encarou a construção de um portão de madeira, de tipo análogo ao das fortificações do Continente, ou seja, com tábuas arrincoadas e ferragens apropriadas, conforme desenho que lhe foi fornecido (elaborado pelo Arquitecto Consultor da Câmara Municipal de Angra e sócio deste Instituto, Senhor Arqº Fernando Sousa), destinado a preencher o vão do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista que, naquela data, *não dispunha de qualquer porta;*

2. Durante uma visita ao local, efectuada alguns anos depois, verificou-se que a colocação da porta em causa, tal como fora

sugerida e aceite, em princípio, não era exequível, visto que a abertura era, toda ela, em abóbada na espessura da passagem, não permitindo, por tal facto, o movimento do portão;

3. Concluiu-se pois que o «Portão dos Carros» não deveria ter sido defendido com uma porta convencional, mas teria sido dotado de ponte levadiça ou grade de ferro de descer na espessura da parede, embora se tenha reconhecido que as sondagens realizadas não conduziram à recuperação de qualquer elemento arquitectónico, definidor do sistema inicialmente utilizado;

4. Pareceu pois que se deveria adoptar a solução de uma porta funcional que não induza em erro os investigadores e os próprios visitantes, *pelo que pareceu conveniente não aceitar uma nova sugestão do Director do Museu de Angra do Heroísmo, relativamente à colocação de uma bandeira móvel na porta de madeira, por se ter afigurado pouco funcional, terminando-se por submeter, à consideração da Junta Nacional da Educação, o desenho de uma grade de ferro, como solução proposta para porta do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista;*

5. É de elementar justiça reconhecer que o raciocínio desenvolvido na exposição da Exma. D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais se mostra formalmente objectivo, claro, preciso e concludente, pelo que não é de estranhar que a solução proposta tenha merecido o parecer favorável da Exma. Junta Nacional da Educação;

6. Acontece, porém, que, relativamente à matéria de facto, foram omitidos, por deficiência ou insuficiência de informação — *disso estamos certos* — elementos de capital importância, *cuja falta veio necessariamente viciar e falsear todo o raciocínio desenvolvido na referida exposição, levando a conclusões que não estão de acordo com a verdade histórica, mas que, não obstante, serviram de fundamento à douta proposta com que termina aquela exposição;*

7. Com efeito, quem entrava no Castelo de São João Baptista, pelo «Portão dos Carros», em data anterior a 1950, poderia verificar que:

a) O referido «Portão» era fechado com uma pesada porta de madeira, reforçada com grossa ferragem, constituída

por duas meias portas, abrindo-se, na meia-porta da direita, um postigo com cerca de 1,50 m de altura, próprio para a passagem dos peões e, na meia-porta da esquerda, uma pequena vigia quadrada, devidamente gradeada, junto da qual estacionava a sentinela, sempre que a guarnição da Fortaleza entrava de prevenção e se fechava esta porta.

b) Em continuação do arco do portal segue-se, em toda a espessura da muralha que, neste ponto, é de cerca de 5 metros, uma abóbada do mesmo tipo de cantaria (tufo vulcânico da pedreira do Monte Brasil), apoiada nas paredes laterais, de idêntico material, a qual apresentava então o avoamento necessário para que a referida porta se pudesse abrir sem qualquer dificuldade.

c) Aquela porta, que todos os sócios deste Instituto bem conheceram, apresentava-se pintada de verde, com as respectivas ferragens de preto e, não obstante a excelente qualidade da madeira e os cuidados que a autoridade militar punha na sua conversação, denotava grande antiguidade e longo uso, tanto nas partes de madeira como na respectiva ferragem.

d) Embora não possamos afirmar que a porta que conhecemos era a primitiva, isto é, aquela que ali fora colocada quando da construção da Fortaleza, na última década do século XVI, estamos contudo firmemente persuadidos de que seria, pelo menos, uma réplica perfeita da sua antecessora, executada nos mesmos moldes e com utilização talvez até da respectiva ferragem, no todo ou em parte, muito especialmente dos ferrolhos que, pela sua forma, grossura e volume, sempre se nos afigurou serem peças do fim do século XVI ou princípio do século XVII.

e) Não resta a menor dúvida de que o «Portão dos Carros», desde a construção do Castelo, sempre fora fechado com uma porta deste tipo como, aliás, se pode verificar das próprias relações da restauração e ainda do facto de ter sido precisamente junto do revelim (obra avançada que defende a referida porta) que foi efectuada a entrega das chaves da Fortaleza aos Capitães portugueses pelo Mestre de Campo, Dom Álvaro de Viveiros, após a ren-

dição da guarnição espanhola. Esta era com efeito a única porta exterior da Fortaleza que se fechava com chaves.

f) Nunca foi encontrado qualquer vestígio de ter sido utilizado no «Portão dos Carros» qualquer outro tipo de vedação, nem se conhece qualquer notícia escrita ou simples tradição oral que nos permita tal suposição.

8. Cumpre, agora, esclarecer a razão porque, quando há dois ou três anos se pretendeu restabelecer a porta do «Portão dos Carros», de conformidade com a solicitação oportunamente apresentada pelo Director do Museu de Angra do Heroísmo, se deparou com a impossibilidade de pôr a respectiva porta a abrir e fechar, por insuficiência de raio do avoamento da abóbada que se segue ao arco de cantaria do respectivo portal:

a) Em 1950, a Engenharia Militar, através da Delegação do Serviço de Fortificações e Obras Militares nesta cidade, procedeu ao alargamento do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista (cerca de 30 cm para cada lado), em virtude de, segundo então alegava a autoridade militar, o referido «Portão» se tornar insuficiente para dar passagem às grandes viaturas do B. I. I. 17, aquartelado no interior daquela Fortaleza.

b) Por diligência do Director do Museu desta cidade, Dr. Baptista de Lima (que só teve conhecimento da obra numa fase adiantada e não desempenhava ainda as funções de Vogal Correspondente da J. N. E.), foram respeitadas as proporções e mantido o mesmo aspecto, configuração e pormenores em toda a estrutura do portal, tendo ainda os referidos Serviços de Engenharia Militar iniciado o trabalho da concordância do arco do portal, agora alargado, com o corpo abobadado que se lhe segue, bem como procedido ao restauro das cantarias das paredes laterais em que se apoia a referida abóbada, trabalho este que apresenta deficiências e não incluiu a reposição dos moentes da porta, situados na nascença da abóbada, junto do arco do portal.

c) Na mesma data e por motivo da referida obra de alargamento, removeu a Engenharia Militar a porta que fe-

chava o «Portão dos Carros» e a que acima nos referimos, a fim de promover, segundo cremos, o respectivo acrescentamento e reparação, nas oficinas da Unidade, com vista à sua posterior reposição.

d) Quando, alguns anos mais tarde, a Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais se começou a ocupar do restauro do Castelo de São João Baptista, cujos trabalhos foram desde o início, acompanhados pelo Director do Museu desta cidade, já não foi possível encontrar a porta em referência, em virtude de, segundo as informações então colhidas (que, aliás, nunca puderam ser confirmadas), a mesma haver entretanto apodrecido, por ter sido abandonada à intempérie.

e) Tendo em consideração a grande falta que a referida porta fazia à Fortaleza em virtude do «Portão dos Carros» constituir a entrada normalmente utilizada, tanto pelo B.I.I.17, como pelos visitantes do Monte Brasil, propôs, em 1963, o Director do Museu desta cidade, Dr. Baptista de Lima (que ao tempo exercia também as funções de Presidente da Câmara Municipal de Angra), à Repartição Técnica da Exma. Direcção dos Monumentos Nacionais, a reposição da porta em causa, construída de boa madeira e feita segundo a técnica da construção castrense da época da Fortaleza, de conformidade com os desenhos elaborados pelo nosso consócio Senhor Arqº Fernando Sousa, tendo sido verbalmente informados os Técnicos da referida Repartição, da forma como a referida porta era anteriormente constituída, estava montada e tinha funcionado até ao ano de 1950.

f) Tendo-se aguardado, durante vários anos, que fosse adquirida madeira para o efeito, verificou-se quando, finalmente, há dois ou três anos se ia proceder à construção da porta, que o corte ou chanfro feito pela Engenharia Militar, em 1950, no troço da abóbada que se segue imediatamente ao portal, não era o suficiente para permitir o seu livre movimento.

g) Para que a referida porta pudesse abrir e fechar livremente, tornava-se necessário proceder à conclusão e rectificação do avoamento da abóbada, trabalho este iniciado,

como se disse, pela Engenharia Militar, mas que, não chegou a ser efectivamente concluído.

h) Tendo o assunto sido apreciado «in loco» pelos Técnicos da Exma. Direcção dos Monumentos Nacionais, na companhia do Director do Museu desta cidade, foi pelos mesmos manifestado o receio de que o trabalho de correcção da abóbada em virtude da qualidade da pedra que, por vezes, se mostra muito fraca, se tornasse dispendioso, tendo sido, então lembrado, pelo Director do Museu, que, uma vez que se não desejasse proceder ao referido trabalho, que aliás lhe parecia indispensável, só via uma solução, que era a de manter móvel a bandeira da porta, de forma que, quando esta abrisse, a referida bandeira dobrasse sobre a sua face interior, ficando depois escondida no guarda-porta cavado na parede lateral.

i) Esta solução foi sugerida, contudo, sob a maior reserva, não só por ser pouco funcional mais ainda e, principalmente, por falsear a antiga estrutura da porta castrense, constituindo, por assim dizer, um último recurso em face da alegada dificuldade de conclusão e correcção do avoamento da abóbada, iniciadas pela Engenharia Militar.

9. A — Resumindo todo o exposto, verifica-se que:

a) A entidade que elaborou a douta exposição da Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, (ofício n.º 3345), desconhecia que o «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista fora fechado, até ao ano de 1950, por uma porta de madeira, bipartida, do tipo castrense, que girava sobre gonzos e quícios.

b) A referida entidade parece também não ter tido conhecimento de que, no referido ano de 1950, fora efectuado, pela Engenharia Militar, um alargamento do arco do portal do referido «Portão dos Carros» e iniciado o desbaste da abóbada que se lhe segue, sem que este trabalho tenha sido, porém, concluído.

c) O desconhecimento daqueles factos levou a referida entidade a supor que não se conhecia actualmente o processo segundo o qual era dantes fechado o vão do referido portão.

d) Naquela incerteza e desconhecimento, propôs a referida entidade que fosse colocada como vedação, no referido «Portão dos Carros», uma cancela de ferro, cuja altura iria até à nascença do arco.

9. B — O conhecimento dos factos, amplamente comprovado, mostra, porém, que:

a) É perfeitamente conhecida a forma como o «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista era fechado até ao ano de 1950, *sendo conhecidos até os pormenores da maneira como era construída, funcionava e se encontrava montada a respectiva porta.*

b) Sabe-se igualmente que a única dificuldade de pôr a abrir e fechar uma porta que actualmente se pretenda instalar naquele vão provem do facto de não ter sido concluído, no ano de 1950, o trabalho de correcção do avoamento da abóbada, *quando do alargamento do portal levado a efeito pela Engenharia Militar.*

c) Dispõe-se, assim, dos elementos essenciais para a reconstituição, construção e montagem da porta destinada ao «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista.

10. Nestas condições e, considerando que (certamente por deficiência de informação) não tem fundamento a matéria do facto em que se apoiou a exposição da Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais;

— Considerando que, nestas condições, não subsistem já as razões em que se baseou a proposta apresentada por aquela Exma. Direcção-Geral.

— Considerando que, pelos motivos apontados, já não poderá prevalecer o parecer da Exma. Junta Nacional da Educação.

Tem este Instituto Histórico a honra de propor, com a devida vénia:

— Que o assunto seja novamente submetido à esclarecida apreciação da Exma. Junta Nacional da Educação, a fim de ser devidamente apreciada toda a matéria do facto agora produzida

e que o processo baixe, como parece indispensável, à Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para que seja convenientemente estudada e encarada a única solução que se impõe e se torna admissível, isto é, — a da reposição da porta de madeira do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista — porquanto outra qualquer solução induzirá necessariamente em erro os investigadores e os próprios visitantes daquela Fortaleza.

— Que pela Exma. Junta Nacional da Educação, sejam urgentemente, por via telegráfica, mandados suspender os trabalhos de colocação de uma grade de ferro no referido Portão que nesta data estão sendo iniciados pela Exma. Direcção dos Monumentos Nacionais.

— Mais delibera este Instituto que seja enviada por cópia ao Exmo. Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes a parte da acta desta reunião relativa à apreciação do ofício n.º 3345, de 11 de Julho do ano findo, da Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, bem como do parecer da Junta Nacional da Educação, respeitantes à reposição da porta do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista desta cidade, com o pedido de que ao assunto seja dado o devido andamento.

Sob proposta do Secretário deste Instituto, Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, que mereceu a aprovação dos sócios presentes deliberou ainda o Instituto oferecer ao Museu de Angra do Heroísmo uma colecção do seu «Boletim», publicação do maior interesse para estudos de carácter histórico e etnográfico que vêm sendo realizados naquele estabelecimento cultural.

Também sob proposta do senhor Secretário foi deliberado admitir como sócio contribuinte deste Instituto o sr. Humberto Fernando Martins de Oliveira, diplomado em Engenharia pelo Instituto Industrial do Porto.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram dezassete horas e trinta minutos.

2.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 1971

No dia três de Setembro de mil novecentos e setenta e um,

nesta cidade de Angra do Heroísmo e na Séde do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocação por à hora fixada para a primeira não haver comparecido a maioria dos sócios, realizou-se a segunda reunião extraordinária dos Sócios Efectivos deste Instituto, convocada nos termos do parágrafo primeiro do artigo sexto dos Estatutos e para cumprimento do artigo segundo do Regulamento desta Colectividade, achando-se presentes o Excelentíssimo Senhor Doutor Agnelo Ornelas do Rego, Presidente da Junta Geral e Presidente Honorário do Instituto e os Senhores Tenente Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva, Doutor Cândido Pamplona Forjaz, João Dias Afonso, Emanuel Félix Borges da Silva, Francisco Coelho Maduro Dias, Tesoureiro desta Colectividade, e Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, Secretário, que, no impedimento, por motivo de doença, do Presidente, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, dirigiu os trabalhos da reunião.

Aberta a sessão pelas onze horas, procedeu o Senhor Secretário à leitura da acta da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade.

Foi presente o ofício n.º 6-K/176, de 13-10-971, da Exma. Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, em que se transmite a este Instituto Histórico o douto parecer da Exma. Junta Nacional da Educação sobre a exposição respeitante à reposição da porta do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista desta cidade, aprovada por unanimidade em reunião extraordinária deste Instituto Histórico, efectuada em 24 de Agosto do corrente ano e transmitida àquela Exma. Direcção-Geral a coberto do nosso ofício n.º 24/971, da mesma data.

Lido e apreciado demoradamente o referido douto parecer verifica-se que, na esclarecida opinião da Exma. Junta Nacional da Educação:

1.º — Não há qualquer motivo justificativo de revisão do seu parecer anteriormente aprovado que teve como base e fundamento o ofício n.º 3345 de 11-7-970, da Exma, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais;

2.º — Entende aquela Exma. Junta que não se deve colocar no «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptis-

ta, uma réplica do portão primitivo, para que não se confunda a «obra nova» com «a antiga», continuando tacitamente a concordar que, em substituição da antiga porta da Fortaleza, seja colocada uma simples cancela de ferro, com o receio de que a reposição de uma porta de madeira possa induzir em erro os investigadores ou os simples visitantes;

3.º — Nestas condições, infere-se que aquela Exma. Junta, não achou necessário fazer baixar o assunto, para novo estudo, à Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, conforme fora solicitado por este Instituto.

Em primeiro lugar este Instituto não pode deixar de manifestar a sua surpresa e admiração em virtude de a Exma. Junta Nacional da Educação haver perfilhado o mesmo perante duas situações de facto inteiramente diferentes, perfeitamente caracterizadas e até opostas, porquanto os elementos fornecidos na sua anterior exposição demonstraram cabalmente a falta de fundamento em que se baseara o estudo da Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Nestas condições, há e continua a haver necessariamente motivo para revisão do mesmo estudo, conforme facilmente se vai demonstrar.

Quanto ao receio presentemente manifestado naquele douto parecer de uma possível confusão da «obra nova» com «a antiga», este Instituto limitar-se-á a solicitar a esclarecida atenção da Junta Nacional da Educação para o critério que até agora tem vindo a ser seguido no restauro dos nossos monumentos nacionais e até de alguns estrangeiros, sem que, pelo menos até agora, a referida confusão se tenha estabelecido, quando precisamente se tem procedido à reposição de portas naqueles monumentos, cujos vãos foram até por vezes alterados ou inteiramente reconstruídos, do que, aliás, se apresentarão exemplos flagrantes bem conhecidos.

Vejamos em primeiro lugar os antecedentes do caso vertente:

A — 1. Em 1963, por sugestão do Director do Museu de Angra do Heroísmo e com a colaboração dos Serviços Técnicos da

Câmara Municipal desta cidade, resolveu a Exma. Direcção dos Monumentos Nacionais iniciar os trabalhos atinentes à reposição da porta destinada ao «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista, tendo então admitido que a referida porta deveria ser reconstruída de madeira e de tipo análogo ao do das fortificações do Continente, da mesma época, ou seja, com tábuas arrincoadas e ferragens apropriadas, reproduzindo aliás no seu desenho geral e características fundamentais a porta que ali existira até ao ano de 1950.

2. Para o efeito, chegaram até a ser encomendadas as madeiras que se tornavam necessárias e, por sugestão daquela Exma. Direcção, deslocou-se o Director do Museu de Angra do Heroísmo à cidade de Setúbal para observar a porta que, no Castelo de São Filipe, havia sido então recentemente colocada por aqueles Serviços, para verificar se a respectiva estrutura seria de aplicar, «mutatis mutandis», na nova construção que se pretendia levar a efeito.

3. Como entretanto se tivesse verificado, quando da elaboração de um «simples» destinado a fornecer o recorte superior da porta que ia ser construída, que a mesma não poderia abrir em virtude da insuficiência do actual avoamento da abóbada, concluiu-se erradamente que a referida entrada «não deveria ter sido defendida com portão convencional» mas sim por outro qualquer processo de que não se via actualmente «in loco» qualquer vestígio aparente «definidor do sistema inicial utilizado». (cf. ofício n.º 3345, de 11/7/70, da D. G. M. N.)

4. Na ignorância da forma como era fechado anteriormente o referido vão *(embora a mesma tivesse sido pormenorizadamente descrita, em diferentes oportunidades, a técnicos daquela Exma. Direcção, pelo Director do Museu de Angra, que conheceu perfeitamente a antiga porta que ali existiu até ao ano de 1950) propôs a Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e, nestas condições, acertadamente, que o mesmo vão fosse fechado, de uma forma funcional, de maneira a não induzir em erro os que por ele transitassem, tendo-lhe parecido adequada para o efeito, uma grade ou cancela de ferro.*

Esta solução cautelosa afigurar-se-nos-ia aceitável nas circunstâncias em que foi proposta, isto é — não se sabendo qual o sistema anteriormente adoptado para o encerramento daquele vão.

5. Demonstrou, porém, este Instituto, na sua anterior expo-

sição, que o portão em causa fora fechado, até ao ano de 1950, por uma porta de madeira cuja descrição pormenorizada também se ofereceu, tendo-se ainda esclarecido que a dificuldade que actualmente se sente no funcionamento de uma porta naquela entrada provem apenas do facto de não haverem sido concluídos os trabalhos de concordância da respectiva abóbada, quando da obra de alargamento do aro do referido portão, levada a efeito pela Engenharia Militar, no referido ano de 1950.

Precisou-se ainda que, no referido alargamento (da ordem de 30 cm) se havia respeitado o desenho do portal que ficou precisamente com a mesma configuração e que fora então desejo da Engenharia Militar proceder à reposição da porta em causa após haver sofrido a reparação e ampliação que se tornavam necessárias, objectivo, porém, que não foi levado a efeito.

6. Nestas condições, ficaram sem fundamento os pressupostos em que se baseou a proposta da Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pois a situação de facto mostra-se precisamente oposta por se saber agora pormenorizadamente com foi fechado, até ao ano de 1950, o vão do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista e a obra sofrida no respectivo portal não impede nem desaconselha a reposição de uma porta com características idênticas à anteriormente existente.

7. Torna-se apenas necessário, para o efeito, que seja concluída a obra iniciada pela Engenharia Militar, no que se refere à correcção da abóbada que se segue ao portal, de forma que o respectivo avoamento e ângulos de concordância com o referido portal e paredes laterais sejam restabelecidos e o conjunto volte a apresentar a sua anterior expressão.

A conclusão desta obra impõe-se, de resto, no trabalho de restauro que agora está sendo levado a efeito pela simples necessidade do restabelecimento da primitiva linha arquitectónica deste, aliás importante sector daquele monumento militar, mesmo que o funcionamento da porta a repor não sofresse qualquer embaraço pela falta de acabamento da referida obra.

8. Uma vez que a proposta da Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para colocação de uma cancela de ferro neste vão se fundamentava no facto de se não conhecer qual o sistema que anteriormente fora usado para o efeito, razão pela qual abandonou também a sua primeira iniciativa da reposição de uma porta de madeira com as características tradicionais

é, segundo cremos, por demais evidente que a aludida proposta não só carece inteiramente de fundamento, mas também se impõe, por consequência, a sua revisão, bem como a do douto parecer da Exma. Junta Nacional da Educação, com que ela concordou.

9. A afirmação contida no último douto parecer da Exma. Junta Nacional da Educação de que «verifica-se não se apresentar qualquer motivo justificativo de revisão do parecer anterior» mostra-se como juízo de valor inteiramente gratuito, porquanto não só não refutou nenhuma das afirmações contidas na exposição deste Instituto Histórico, mas não demonstrou também, nem poderia ter demonstrado, que a matéria de facto em que se apoiara a proposta da Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais não fora inteiramente anulada, por absoluta falta de fundamento, conforme clara e irrefutavelmente ficou comprovado na nossa referida exposição.

10. É de boa lógica e de boa ética jurídica que um facto documental ou testemunhalmente comprovado só pode ser refutado mediante contestação em que se verifique a anulação dos elementos que constituem a referida prova documental ou testemunhal, mas não por um simples juízo de valor.

Assim procedendo, o douto parecer da Exma. Junta Nacional da Educação foge à discussão da matéria e revela-se discricionário, o que não nos parece possa e deva ser a melhor e mais adequada forma de estudar um problema histórico que se encontra na base da orientação que deverá ser seguida num trabalho de restauro.

11. Se a entidade que elaborou a proposta da Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais tivesse tido oportunamente conhecimento dos elementos constantes da referida exposição deste Instituto, estamos certos de que não teria proposto a colocação, no vão do «Portão dos Carros», de uma cancela de ferro.

Esta solução excepcional viu-se forçada a propô-la por não ter podido obter conhecimento da forma como o referido vão fora dantes fechado.

Não se compreende pois a obstinação da Exma. Junta Nacional da Educação em se recusar a promover a revisão do assunto e remeter para o efeito, à Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a exposição elaborada por este Instituto.

12. Nestas condições, julgamos que se torna indispensável que o assunto volte a ser estudado pela Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para que sejam tidos em consideração os subsídios constantes da anterior exposição deste Instituto Histórico, que profundamente alteram a matéria de facto em que se baseou a mencionada proposta daquele departamento do Estado.

B — Resta-nos agora apreciar a segunda parte do douto parecer da Exma. Junta Nacional da Educação em que taxativamente se diz que «o que se impõe é não colocar, naquela entrada, uma réplica do portão primitivo, para que não se confunda a obra nova com a antiga,...»

1. Não sabemos ao certo, por não ter sido suficientemente esclarecido no texto deste douto parecer, qual a «obra nova» e a «obra antiga» a que a Exma. Junta Nacional da Educação se deseja referir com o emprego destas expressões, isto é, se as mesmas se referem à porta a repor ou dizem também respeito ao portal que, como se disse, sofreu em 1950 o tal alargamento da ordem dos 30 cm.

2. Seja como for, afigura-se-nos ser fácil demonstrar que, tanto num caso como no outro, nos encontramos perante a definição de um novo critério que é, segundo cremos, inteiramente diferente — se não até mesmo oposto — daquele que tem vindo a ser seguido, pela Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nas obras de reintegração e restauro que louvavelmente tem levado a efeito não só no Continente, mas também nos Açores e até na própria Ilha Terceira.

3. Em nenhum dos referidos casos, alguns dos quais passamos a referir, foi levantada a hipótese de uma possível confusão entre a «obra nova» e a «obra antiga», quando se tratou da reposição de antigas portas desaparecidas.

Com efeito:

a) Nas obras de restauro, levadas a cabo na Praça Forte de Valença, deparamos com os seguintes trabalhos inumerados e documentados no Boletim n.º 115 da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais:

— *execução, com madeira de castanho, de novas portas e seu assentamento nas entradas da Coroada, Porta do Sol e da Gaviarra;*

— *construção e assentamento das portas dos Paiois, Casa Matas e das dependências dos Revelins.*

b) Durante os trabalhos de reintegração das Muralhas de Lagos, procedeu-se no Forte da Ponta da Bandeira não só à reconstrução da respectiva porta, mas também à construção de uma ponte levadiça, conforme consta do Boletim n.º 104 daquela Direcção-Geral e respectiva documentação.

c) Durante a obra de restauro do Castelo de Elvas, foi levada a efeito a substituição da respectiva porta por outra, também de madeira, mas obedecendo às características tradicionais da construção castrense da época, tendo-se ainda efectuado a remoção de uma grade de ferro — não deixa de ser singular a diferença de critério — existente na Porta da Traição, a fim de ser colocada precisamente no referido vão uma porta de madeira de tipo apropriado, conforme se poderá ver do n.º 54 do citado Boletim.

d) Na obra de reintegração executada no Castelo de Sabugal, efectuou-se a reconstrução e o desentaipamento de diversas portas e procedeu-se à construção de diversas portas de madeira de grande espessura, em tudo conformes com os modelos da época, segundo consta do n.º 57 do mencionado Boletim.

e) Durante os trabalhos de restauro dos Paços dos Duques de Bragança, procedeu-se à construção e colocação de diversas portas e portadas inclusivé da porta principal do referido Paço, conforme se poderá verificar pelo n.º 102 do aludido Boletim.

4. Como casos em que não só se procedeu à reposição de portas de madeira, conforme modelos antigos, mas também houve reconstrução, total ou parcial, dos respectivos portais, limitar-nos-emos a citar apenas dois que, por bem evidentes e conhecidos, dispensam quaisquer comentários.

a) Durante a obra de restauro da Sé do Porto, efectuada na última década, procedeu-se à demolição da Capela adossada à parede exterior do Claustro, junto da fachada principal da Catedral e levou-se a efeito, naquele vão, não só a reconstituição do portal de comunicação com o exterior, mas também a construção e assentamento da nova porta que foi guarnecer aquela entrada, executada de conformidade com o modelo antigo, colhido noutras portas e portadas daquele templo, conforme se poderá ver da abundante documentação inserta no n.º 122 do mencionado Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

b) Na obra de reintegração a que se procedeu, durante as últimas duas décadas, na Igreja de São Sebastião da Ilha Terceira, foi levada a efeito a reconstrução do respectivo portal que, em mais de 80 %, foi executado com a aplicação de novos materiais, não se tendo chegado a determinar com exactidão qual teria sido a expressão do seu acabamento na fase voltada ao interior da Igreja.

Foi, contudo, criteriosamente estudada, para encerramento do respectivo vão, uma porta de madeira inspirada em modelos dos séculos XV-XVI, que por sinal se adapta perfeitamente ao vão e oferece excelente aspecto estético, conforme se poderá ver do n.º 117 do citado Boletim.

5. Como se vê, em nenhum dos referidos casos as recorreu ao extremo de colocar naqueles vãos grades ou cancelas de ferro com o receio de que se confundisse a «obra nova» com a «antiga» e cremos que assim procedendo os monumentos Nacionais andaram muito acertadamente, porquanto se sabia que os referidos vãos haviam sido fechados antigamente com portas de madeira, embora se ignorasse, pelo menos numa boa percentagem dos casos, a forma exacta da antiga porta.

6. Ao executarem estas obras, os Monumentos Nacionais inspiraram-se numa descrição, numa gravura antiga ou num modelo ainda existente no monumento a restaurar ou, ainda, na falta de

qualquer elemento, optaram por um dos modelos mais correntes no século e época ou estilo em que o monumento se integra.

Assim procedendo, não pretenderam os Monumentos Nacionais estabelecer uma confusão no espírito dos investigadores ou simples visitantes, nem essa confusão poderá ser até possível, relativamente à maioria das pessoas que disponham de uma cultura média e normal capacidade de raciocínio, porquanto não será de admitir facilmente que portas do século XIII, XV ou até mesmo XVI, expostas à intempérie e ainda que de boa madeira e óptima ferragem, tenham chegado aos nossos dias no estado de conservação em que se apresentam aquelas que os Monumentos Nacionais colocaram há dez ou vinte anos.

Mesmo naqueles casos em que se procedeu conjecturalmente, escolhendo para determinado vão de um monumento uma porta de tipo corrente no respectivo século, integrada no correspondente estilo e construída segundo os cânones da época, prestou-se ao visitante menos culto um notável serviço, pois deu-se-lhe a oportunidade de examinar a reprodução de um dos tipos de porta daquela época.

7. Idêntico critério temos visto seguido no que se refere ao restauro dos monumentos estrangeiros.

Com efeito, quando observamos as portas exteriores da Torre de Londres, não acreditamos, naturalmente, que elas sejam do século XIII, ou do século XVI, conforme os casos, mas temos a impressão de que estamos perante reproduções cuidadosas dos primitivos originais, que com o decorrer dos séculos, se foram arruinando e inutilizando e substituindo por novos exemplares, em que cuidadosamente se procurou reproduzir o antigo modelo.

O mesmo se poderá ainda dizer relativamente às portas do Castelo de Windsor, que não são, naturalmente, do século XIV, mas réplicas mais ou menos perfeitas dos modelos originais de há muito desaparecidos.

Não podemos afirmar que as duas portas laterais da fachada principal de Notre-Dame de Paris sejam do século XIII. Sabemos, porém, que a porta central é uma reconstituição. Nem por isso, contudo, esta última porta, com o seu belo trabalho de ferro forjado, deixa de contribuir para a valorização do belíssimo portal em que se encontra enquadrada, completando-o, por assim dizer, e dando ao visitante uma ideia mais adequada da forma como outrora se apresentava o respectivo conjunto.

A estes exemplos poderíamos juntar milhares de outros respeitantes a monumentos de diversos países onde não se hesitou

em proceder a reposições de peças desaparecidas, designadamente de portas, uma vez que se dispunha de elementos suficientes para a sua reconstituição.

Em nenhum destes casos, tanto no que se refere aos monumentos nacionais como estrangeiros que atrás deixamos referidos, se pensou, segundo cremos, em substituir as antigas portas desaparecidas por cancelas de ferro, com o receio de que se confundisse a «obra nova» com a «obra antiga».

8. Somos, entretanto, de parecer que em reconstituições desta natureza e para que se não corra o risco de fazer acreditar ao visitante menos culto que se trata de original, bastará que na reprodução ou reconstituição a instalar, seja aposta, em local conveniente, uma chapa elucidativa da data da sua instalação e tipo de reprodução.

Melhor seria ainda, em nossa opinião, que, em planta ou alçado a colocar em local conveniente dos monumentos restaurados, fosse indicado ao visitante quais as zonas que foram reconstruídas, quer se trate de portas, vãos, arcos, abóbadas, muralhas, torres, ameias, frestas, janelas, campanários, zimbórios, etc.

Assim se evitariam quaisquer possíveis confusões entre a «obra antiga» e a «obra nova» de reconstrução, reposição, restabelecimento ou reintegração.

De tudo quanto ficou dito se conclui que:

1.º A Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais encarou, em primeiro lugar e acertadamente, a reposição da porta destinada a fechar o vão do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista, construída de madeira, nos moldes tradicionais, segundo modelo antigo;

2.º A mesma Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais abandonou a sua primitiva ideia, em virtude de se haver convencido — por insuficiência de informação — que não era conhecida a forma como fora dantes fechado o referido vão, pelo que propôs que, em face de tal desconhecimento, fosse colocada naquela entrada uma cancela de ferro, para simples efeito de vedação. Com esta proposta concordou a Exma. Junta Nacional da Educação em seu parecer homologado por despacho ministerial de 6-10-1970;

3.º *Foi entretanto cabalmente demonstrado, por este Instituto, em sua anterior exposição, que é perfeitamente conhecida a forma como até 1950 era fechado o vão do referido «Portão dos Carros», tendo-se apresentado uma pormenorizada descrição da respectiva porta e dado ainda a conhecer pormenores de importância relativos a trabalhos levados a efeito no referido portão pela Engenharia Militar;*

4.º *Atendendo a que a matéria de facto em que se baseara a proposta da Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais não tinha já fundamento, solicitou este Instituto, na sua referida exposição, que o assunto baixasse novamente àquela Exma. Direcção-Geral para novo e adequado estudo em que fossem tomados em consideração os novos e sem dúvida importantes elementos que se havia fornecido;*

5.º *Entendeu, porém, a Exma. Junta Nacional da Educação, em seu douto parecer, que não havia qualquer motivo justificativo de revisão do seu anterior parecer em que concordava com a mencionada proposta da Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, relativa à colocação de uma cancela de ferro no «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista;*

6.º *Fácil foi demonstrar que não poderá ser perfilhada a mesma resolução perante duas situações de facto perfeitamente caracterizadas e opostas, pelo que a revisão do assunto se impõe, pois se a solução contida na mencionada proposta da Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais era válida para uma situação precária, não poderá considerar-se igualmente válida na situação oposta em que se dispõe de todos os elementos de reconstituição.*

7.º *Quando o douto parecer da Exma. Junta Nacional da Educação diz que o que se impõe é não colocar no vão em causa uma réplica do portão primitivo, para que não se confunda a «obra nova» com a «antiga», está, segundo plenamente se demonstrou, em flagrante contradição com o critério que tem sido e continua a ser seguido, não só pela Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos*

Nacionais, mas também nos trabalhos de restauro de monumentos de todos os países que conhecemos.

Finalmente convém perguntar:

— *Porque razão se deseja estabelecer uma discriminação, neste particular, entre a prática correntemente seguida no restauro de todos os outros monumentos nacionais e a que se deve levar a efeito no Castelo de São João Baptista?*

— *Será porque a famigerada cancela de ferro foi já executada (embora ainda não tenha sido colocada)? Mas este argumento seria irrelevante e não faltariam parques, jardins ou outros vãos onde a referida cancela de ferro poderá ser mais adequadamente instalada.*

E ainda uma pergunta se nos afigura legítimo formular:

— *Se, por hipótese, uma das portas da Batalha ou dos Jerónimos ficasse inutilizada pela acção do tempo ou por qualquer outro motivo, seria a referida porta substituída também por uma cancela de ferro?*

Nestas condições e porque este Instituto Histórico continua a considerar descabida e imprópria a colocação de uma grade de ferro no «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista, solução que falseia mais do que qualquer outra a vedação do referido vão, desprestigiando e aviltando consequentemente a própria dignidade deste notável monumento da nossa arquitectura militar, delibera este Instituto que:

a) Uma vez mais, se inste junto da Exma. Junta Nacional da Educação para que o assunto seja remetido para estudo à Exma. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, porquanto e pelas razões apontadas, continua a ser firme convicção deste Instituto que a única solução adequada para o encerramento do vão do referido «Portão dos Carros» é a reposição de uma porta de madeira, de modelo semelhante à anteriormente existente (de que até há fotografia) executada segundo os preceitos da construção

castrense, visto que qualquer outra solução poderá desorientar ou induzir mais facilmente em erro o investigador e o simples visitante;

b) Que de tudo se dê conhecimento a suas Excias. os Senhores Ministros da Educação Nacional e das Obras Públicas, ao Exmo. Presidente da Junta Nacional da Educação, ao Exmo. Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e ao Exmo. Governador deste Distrito Autónomo.

E tendo sido ouvida a profunda e esclarecida exposição do Senhor Secretário, que fica lavrada em acta e que mereceu o caloroso aplauso de todos os sócios presentes bem como aprovadas por unanimidade as propostas de deliberação por ele, finalmente, apresentadas, se encerrou a sessão, quando eram treze horas e quinze minutos.

2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1971

No dia vinte e nove de Dezembro de mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Angra do Heroísmo e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocação, por à hora marcada para a primeira não haver comparecido a maioria dos Sócios, realizou-se a segunda reunião ordinária dos Sócios Efectivos desta Colectividade, a fim de, nos termos do artigo oitavo do Regulamento, se proceder à eleição da Mesa para o biénio de 1972-1973, e bem assim, nos termos do artigo décimo do mesmo, ser apreciada a proposta do Secretário do Instituto para a eleição de quatro novos sócios correspondentes e de um Sócio Honorário.

Estiveram presentes Sua Excelência o Governador do Distrito Autónomo, Sócio Efectivo deste Instituto Senhor Doutor Teotónio Machado Pires, o Excelentíssimo Senhor Doutor Agnelo Ornelas do Rego, Presidente da Junta Geral do Distrito e Presidente Honorário do Instituto e os Senhores: Muito Reverendo Monsenhor Inocêncio Enes, Doutor Cândido Pamplona Forjaz, Doutor José Leal Armas, João Dias Afonso, Dona Maria Francisca Bettencourt, Emanuel Félix Borges da Silva, Francisco Coelho Maduro Dias, Tesoureiro do Instituto, e Doutor Manuel Coelho

Baptista de Lima, Secretário, que, no impedimento por motivo de doença do Presidente, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, dirigiu os trabalhos da reunião.

Aberta a Sessão pelas onze horas, foi lida e aprovada a acta da reunião anterior.

Passou-se, em seguida, a dar execução aos assuntos para os quais fora convocada expressamente esta reunião, cumprindo-se, para tal fim, os preceitos estabelecidos nos Estatutos e Regulamento deste Instituto e tendo sido eleita a Mesa que dirigirá as actividades desta Colectividade no biénio de 1972-1973, que ficou assim constituída: Presidente efectivo, Senhor Tenente Coronel José Agostinho; Secretário efectivo, Senhor João Dias Afonso; Tesoureiro efectivo, Senhor Francisco Coelho Maduro Dias; Presidente substituto, Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima; Secretário Substituto, Senhor Emanuel Félix Borges da Silva; e Tesoureiro Substituto, Senhor Doutor Rafael Valadão dos Santos.

Seguidamente, foi aprovada por unanimidade a proposta apresentada pelo Secretário da Direcção, Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, tendo sido eleitos sócios correspondentes deste Instituto os Senhores Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires, Professor Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Doutor Victor Hugo Forjaz, Professor Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Doutor António Maria Ourique Mendes e Jorge Abreu Forjaz, cujos méritos demonstrados nos campos da investigação literária, histórica e científica foram postos em evidência pelo proponente.

Também sob proposta do Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima e cumpridos os preceitos estabelecidos nos Estatutos e Regulamento, foi por unanimidade eleito Sócio Honorário deste Instituto o Meritíssimo Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça Senhor Doutor Carlos Renato Gonçalves Pereira, eminente jurista e historiador do Direito.

Propôs ainda o Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, tendo sido aprovado por todos os presentes, que ficasse consignado em acta o agradecimento do Instituto Histórico da Ilha Terceira ao Excelentíssimo Governador do Distrito Autónomo pelo alto patrocínio que se dignou conceder à iniciativa desta

agremiação cultural da realização, em Angra do Heroísmo, de duas notáveis conferências pelo Meritíssimo Juiz Conselheiro Gonçalves Pereira e um voto do apreço pelas notáveis orações proferidas por aquele eminente jurista e historiador nos Salões Nobres da Junta Geral e dos Paços do Concelho.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão quando eram doze horas e trinta minutos.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE AGOSTO DE 1972

No dia trinta de Agosto de 1972, nesta cidade de Angra do Heroísmo e na séde do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocação, por à hora marcada para a primeira não haver comparecido a maioria dos Sócios, realizou-se uma reunião extraordinária dos Sócios Efectivos desta Colectividade, convocada nos termos do parágrafo primeiro do artigo sexto dos Estatutos e para cumprimento do artigo segundo do Regulamento.

Estiveram presentes o Exmo. Senhor Doutor Agnelo Ornelas do Rego, Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo e Presidente Honorário deste Instituto, e os Senhores Doutor Cândido Pamplona Forjaz, Arquitecto Fernando de Sousa, Tenente Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva, Doutor José Leal Armas, Dona Maria Francisca Bettencourt, Emanuel Félix Borges da Silva, Major Oliveira Correia, Governador do Castelo de São João Baptista, Francisco Coelho Maduro Dias, Tesoureiro do Instituto, João Dias Afonso, Secretário, e Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, Presidente Substituto, que, no impedimento, por motivo de doença, do Presidente Efectivo, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, dirigiu os trabalhos da reunião.

Aberta a sessão pelas onze horas, foi lida e aprovada a acta da reunião anterior.

Foi presente o ofício n.º 6-K/176, de 7 de Fevereiro do corrente ano, da Exma. Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, em que se transmite, por fotocópia, a este Instituto Histórico o douto parecer da 4.ª Subsecção da 2.ª Secção da Exma. Junta Nacional da Educação sobre a exposição respeitante à reposição da porta

do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista desta cidade, aprovada por unanimidade em reunião extraordinária deste Instituto, realizada em 3 de Novembro de 1971 e, bem assim, fotocópia do ofício n.º 2 453, de 29 de Novembro daquele ano, da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em que se contem uma informação sobre o assunto, a qual igualmente foi apreciada pela referida Junta, na mesma ocasião, conforme consta daquele parecer.

Lido e analisado o texto dos referidos parecer e ofício, verifica-se que:

1.º — A Junta Nacional da Educação não viu na mencionada exposição deste Instituto qualquer fundamento novo que justifique a revisão do seu anterior parecer.

2.º — A referida Junta louva-se, entretanto, na informação recebida da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em que se conclui que deve «deixar-se documentada claramente a alteração sofrida pelo imóvel» e que entende que o problema da vedação deve ser solucionado com a colocação de uma cancela de ferro, tal como fora já sancionado pela mesma Junta, sob proposta da referida Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

3.º — No ofício n.º 2 453 dos Serviços dos Monumentos Nacionais, reconhece-se que na última exposição deste Instituto Histórico, existe, na verdade, um elemento novo, isto é, o que se refere à obra de alargamento de cerca de 60 cm. do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista, levada a efeito, no ano de 1950, pelo competente Serviço da Engenharia Militar, lamentando-se que este facto, que se afirma «que não era do conhecimento dos actuais técnicos que orientam os trabalhos e não se encontra assinalado quer no arquivo quer no cadastro do monumento», somente agora tenha sido assinalado «mau grado a generalizada troca de pontos de vista que, ao longo de tantos meses, foi efectivada entre o signatário e o Exmo. Sr. Dr. Baptista de Lima».

4.º — Salienta-se, seguidamente, que, por mais paradoxal que possa parecer, este novo argumento vem alicerçar ainda mais o ponto de vista daqueles Serviços, no que se refere à substituição da antiga porta de madeira por uma cancela de ferro.

5.º — Manifestam depois os referidos Serviços o desejo de não promoverem a execução da obra de concordância da parte da abóbada confinante com o arco do portal, a fim de ser dada a conveniente expressão ao seu avoamento, para que não possa vir a afirmar-se que utilizam processos reprováveis, conducentes à adulteração dos imóveis classificados que lhes estão entregues para conservar e valorizar.

6.º — Acham, também, que a argumentação constante da anterior exposição deste Instituto, com base noutras obras realizadas e documentadas em diversos números do Boletim dos Monumentos Nacionais, não tem equivalência com a situação presente, porquanto a colocação de novas portas, segundo modelos ou desenhos das respectivas épocas, se verificou «em portais onde não foi necessário, para isso, efectuar alterações do seu genuíno traçado».

7.º — Afirma-se, finalmente, que para promover a colocação de uma porta de madeira seria indispensável «agravar ainda mais a adulteração praticada no monumento em época recente», concluindo-se, assim, «que deveria deixar-se documentada claramente a alteração sofrida pelo imóvel, solucionando-se o problema da vedação — único que interessa ao Comando do Batalhão que ali se aloja — com a colocação da já preconizada cancela de ferro, em substituição da antiga porta de madeira do «Portão dos Carros».

Passou-se, seguidamente, ao exame da matéria contida naqueles dois documentos, ou seja à apreciação das situações de facto, referência a determinados acontecimentos e definição de critério apresentados naqueles textos, havendo, a propósito, usado da palavra diversos sócios deste Instituto, tendo sido particularmente valiosa para apreciação dos respectivos textos os esclarecimentos e as informações prestadas pelos consócios Senhores Tenente-Coronel Frederico Lopes, Arq.º Fernando Sousa, Dr. Manuel Baptista de Lima e Comandante do B. I. I. 17, Sr. Major Oliveira Correia.

Tudo visto e devidamente ponderado, verifica-se que:

1. Este Instituto lamenta sinceramente que a Exma. Junta Nacional da Educação não tenha encontrado na sua última exposição razão e fundamento suficientes para uma revisão do seu douto parecer sobre o assunto que, na mesma exposição, é impugnado.

É certo que havíamos já constatado que, perante duas situações de facto inteiramente diferentes e diametralmente opostas, isto é, a que consta do ofício n.º 3 345, de 11 de Julho de 1970, da D.-G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em que se diz que não é conhecida a forma como era dantes fechado o «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista e a que se afirma na nossa exposição de 24-8-971, onde se descreve a forma como o referido vão fora fechado até há vinte anos, não viu a referida Junta no antagonismo daquelas situações motivo justificativo para uma revisão do seu anterior parecer, que se limitava a aprovar afinal o que a D.-G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais propunha naquele seu ofício, que se baseara numa hipótese que demonstramos não ter qualquer fundamento.

2. Não desejamos admitir que as anteriores exposições deste Instituto, em que se procurou fornecer à Exma. Junta Nacional da Educação os elementos necessários e suficientes para o estudo de um problema que reputamos, aliás, de grande interesse na obra de restauro do Castelo de São João Baptista, não tenham merecido dessa Exma. Junta o exame e a análise que seriam de esperar de um organismo com a sua superior competência e inerentes responsabilidades sobre a matéria.

Fica-nos, porém, a impressão de que as propostas ou informações dos Serviços dos Monumentos Nacionais talvez possam ter sido aceites sem a pormenorizada análise que cada um dos casos ou situações comporta e requer para seu conveniente esclarecimento e que talvez nem sempre tenha havido o aconselhável recurso às fontes de informação histórica ou às entidades que melhor conhecem os monumentos e cujos subsídios não deixarão de ser por vezes valiosos para uma segura apreciação daquelas propostas e informações.

3. Este Instituto não pode também deixar de lamentar que em apoio daquele seu parecer pretenda a Exma. Junta Nacional da Educação louvar-se na informação dos Serviços dos Monumentos Nacionais constante do seu ofício n.º 2 453, a qual, além de conter importantes inexactidões quanto à matéria de facto, preconiza para resolução do caso vertente um critério que não temos visto seguir até aqui no restauro de outros monumentos, conforme seguidamente se demonstrará e devolve, entretanto, habilmente, à própria Junta Nacional da Educação a responsabilidade da colocação da cancela de ferro no «Portão dos Carros» do

Castelo de São João Baptista, em face do seu parecer baseado no ofício n.º 3 345, de 11-6-970, da Exma. D.-G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais que, conforme já demonstrámos, se alicerçavam num pressuposto sem fundamento.

4. Este Instituto tem pormenorizado conhecimento da constante colaboração e assistência que o seu consócio e Director do Museu desta cidade, Sr. Dr. Baptista de Lima, tem dispensado à Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais e aos seus técnicos, no que se refere ao restauro do Castelo de São João Baptista, na sequência, aliás, do que já se verificara relativamente à obra de reintegração da Igreja de São Sebastião desta Ilha.

Conhece igualmente este Instituto a prestante cooperação dada pelo Sr. Arq.º Fernando Augusto de Sousa à obra de restauro daquela Fortaleza, durante a última década.

Nestas condições, e relativamente à afirmação contida no ofício n.º 2 453 da Direcção daqueles Serviços, de que a obra de alargamento do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista, levada a efeito pela Engenharia Militar, em 1950, «não era do conhecimento dos actuais técnicos que orientam os trabalhos e se não encontra assinalada quer no arquivo quer no cadastro do monumento», entende este Instituto poder e dever esclarecer o seguinte, para o conveniente restabelecimento da verdade:

a) Em consequência das diligências efectuadas no ano de 1960 pelo nosso consócio Sr. Dr. Baptista de Lima, que então desempenhava as funções de Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, no sentido de se proceder à reposição da porta do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista, deslocou-se a esta cidade, posteriormente, em data que não podemos agora precisar, o técnico dos Serviços dos Monumentos Nacionais Sr. Arq.º Fernando Peres, que, na companhia do Sr. Dr. Baptista de Lima e do nosso consócio Sr. Arq.º Fernando Sousa, visitou o Castelo de São João Baptista, para se inteirar das obras de restauro ali em curso e, bem assim, estudar a possibilidade de reposição da porta do «Portão dos Carros».

b) Neste último local, o Sr. Dr. Baptista de Lima chamou a atenção do referido técnico para a obra de alargamento de que o portal fora objecto em 1950 e, bem assim, para o desaparecimento, durante a referida obra, de alguns elementos essenciais ao

movimento da porta, designadamente os moentes encastrados à altura do arco.

Foi igualmente observada a abóbada na parte refeita confinante com o arco, mas não se levantou então a hipótese de o seu avoamento não permitir o movimento da porta, por se haver tacitamente admitido que a Engenharia Militar lhe teria dado a expressão correcta e funcional, tanto mais que sempre mostrara o desejo de efectuar a reposição da antiga porta.

c) O Sr. Arq.º Fernando Peres indagou, a propósito, se aquela porta havia sido conservada ou dela existiam ainda quaisquer fragmentos que permitissem o estudo duma nova porta destinada àquele vão.

Perante a negativa, foi solicitada a colaboração da Câmara Municipal ou, mais propriamente, do seu Arquitecto-consultor, Sr. Arq.º Fernando Sousa, que ali se encontrava presente e nesta conversa tomou parte, tendo anteriormente visitado o local com o Presidente do Município e que prontamente aquiesceu a elaborar o desenho da nova porta destinada àquele vão, dentro do estilo e características da construção castrense da época a que pertence a Fortaleza.

d) O referido desenho foi efectivamente remetido pelo Município para a D.-G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais, no ano de 1963, segundo cremos.

Como até Novembro de 1964 não tivesse sido dado início à construção da porta, foi encarecida pela Câmara Municipal, a que ainda presidia o nosso consócio Sr. Dr. Baptista de Lima, a grande conveniência e urgência de se dar andamento àquela obra cujo desenho, segundo informação da referida Direcção-Geral, fora entretanto aprovado.

e) Embora aquele Corpo Administrativo e a Direcção do Museu de Angra do Heroísmo se tivessem continuado a interessar vivamente pela reposição da porta em referência, não foi dado aparentemente qualquer andamento ao assunto, tendo, porém, sido particularmente informado que a Firma tarefeira estava procurando madeiras para a construção da porta.

Logo no começo de 1967, foi a Direcção do Museu desta

cidade informada de que a porta de madeira destinada ao «Portão dos Carros» já se encontrava em execução.

f) Em data posterior, deslocou-se a esta cidade o Sr. Arq.º Elísio Summavielle dos Serviços dos Monumentos Nacionais que, «in loco», na companhia do Director do Museu, do Conservador-ajudante Dr. Mendes Pereira e do Sr. Cruz, representante da Firma tarefeira «Lourenço, Simões & Reis, Lda.», verificou, mediante um «simples», feito pelo encarregado das Obras, Sr. Abrantes, que a porta destinada àquele vão não poderia girar e movimentar-se livremente, em virtude de na obra de alargamento, levada a efeito no ano de 1950 pela Engenharia Militar, não ter sido devidamente acabado o tardoz do portal nem dado ao avoamento da parte da abóbada confinante com o arco a expressão suficiente para o efeito.

g) Houve, neste momento, uma larga troca de pontos de vista e opiniões, tendo até o Sr. Cruz sugerido que se procedesse ao apeamento da abóbada na parte em que tinha sido refeita pela Engenharia Militar e à sua posterior montagem, com a devida configuração, efectuando-se entretanto a colocação da porta em causa.

h) Como a obra tivesse parecido dispendiosa, o Sr. Arq.º Summavielle foi da opinião que se deveria procurar antes uma solução mais simples, só devendo considerar-se aquela se a referida solução mais simples não se mostrasse viável.

i) Pelo Director do Museu foi sugerido que, uma vez que não fosse julgado possível ou aconselhável de momento o restauro e a reintegração do portal e troço de abóbada anexa na sua traça primitiva, a correcção deste último lhe parecia viável mesmo sem a sua desmontagem e que, do ponto de vista arqueológico, não via qualquer impedimento, uma vez que a cantaria daquele troço havia sido reconstruída com a aplicação de cantaria nova, sendo nítida a separação entre a parte reconstruída e a parte antiga, cujas pedras se encontram sigladas na sua maioria e que não seria afectada pelo referido trabalho de correcção.

j) Como terceira e última hipótese, foi sugerida ainda a montagem de uma bandeira de abater, embora os respectivos inconvenientes e razões que desaconselhavam esta solução tives-

sem sido, naquela ocasião, apontados pelo Director do Museu de Angra.

k) O assunto ficou entretanto pendente até que, em Outubro de 1969, o Sr. Arq.º Summavielle voltou a manifestar o desejo de instalar naquele vão uma reconstituição da velha porta da Fortaleza, tendo solicitado para efeito do respectivo estudo uma planta e alçado do referido portão e corpo abobadado que se lhe segue.

l) Entretanto, por outro lado, alguns meses antes, o Sr. Arq.º Fernando Peres pensava já na montagem de uma cancela de ferro, cujo desenho enviou ao Director do Museu de Angra do Heroísmo, pedindo a sua opinião sobre o assunto, a qual foi, como não podia deixar de ser, de inteira discordância.

m) Em Julho de 1970, propunha a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (ofício n.º 3 345, de 11-7-970) à Junta Nacional da Educação que fosse precisamente colocada, naquela entrada, a referida cancela de ferro, por se desconhecer «o sistema inicial utilizado» para vedação daquela entrada.

n) Cremos, pois, haver demonstrado de forma insofismável que logo que se iniciaram os estudos atinentes à reposição da porta do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista, foram os técnicos que se ocuparam desse trabalho devidamente informados e esclarecidos «in loco» sobre a obra de alargamento daquele portão, levada a efeito em 1950 pela Engenharia Militar, e, bem assim, que, em datas posteriores, o assunto foi também considerado «in loco», por técnicos responsáveis dos Serviços dos Monumentos Nacionais.

c) Se aquele facto não se encontra assinalado quer no arquivo quer no cadastro do monumento, mau grado as amplas e pormenorizadas informações que, quando das referidas visitas, foram verbalmente fornecidas aos referidos técnicos, pelo nosso consócio Sr. Dr. Baptista de Lima, o facto parece não ser da responsabilidade deste Instituto nem da do nosso referido consócio que, sempre pronta e solicitamente, tem dispensado a sua dedicada colaboração aos Serviços dos Monumentos Nacionais.

p) Estamos certos de que este aspecto terá sido inadvertidamente esquecido por lapso ou extravio de elementos, explicável,

aliás, pelo facto da distância a que nos encontramos e ainda em virtude do largo período que tem decorrido entre as visitas de trabalho dos técnicos daqueles Serviços a este imóvel, que por vezes têm atingido cerca de dois anos, processando-se habitualmente com grande rapidez.

q) De resto, a obra levada a efeito pela Engenharia Militar distingue-se perfeitamente, ainda hoje, passados vinte anos, do restante conjunto, pela patine da respectiva cantaria e, para técnicos experimentados como os ilustres Arq.os dos Monumentos Nacionais, a cujo cargo se encontra o restauro daquela Fortaleza, não haveria a menor dificuldade em detectar, há dez anos, a obra recentemente realizada, pelo que, na falta de qualquer explicação prévia, não deixariam de ter solicitado imediatamente pormenorizadas informações sobre a origem e natureza daquela obra e quando e como fora levada a efeito.

5. Este Instituto não pode deixar de lamentar, como sempre tem feito, que o «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista tenha sofrido, no ano de 1950, uma obra de alargamento em que foram aliás respeitadas as proporções e mantido o mesmo aspecto, configuração e pormenores em toda a estrutura exterior do portal e iniciado o trabalho de concordância entre o respectivo arco e o corpo abobadado que se lhe segue e cuja zona adjacente foi então refeita.

Este trabalho que aliás não foi concluído e não se mostra isento de deficiências, deixou por executar o tardoz do portal, não incluiu a reposição dos moentes da porta situados junto do arco do portal ao nível da nascença da abóbada, nem deu ao avoamento da zona refeita da abóbada a expressão necessária para que a futura porta de madeira pudesse girar e rebater lateralmente.

6. O alargamento desta entrada da Fortaleza constitui apenas uma das consequências da infeliz autorização superiormente concedida (não sabemos se com ou sem parecer favorável da Exma. Junta Nacional da Educação) para que fossem construídas no interior do Castelo de São João Baptista as novas instalações do B. I. I. 17, em virtude do que, a pouco e pouco, se tem ido adulterando e descaracterizando o interior daquela Fortaleza.

E cremos ter fortes razões para recear que, com o decorrer dos tempos, outras e importantes adulterações se irão verificando,

até mesmo nas partes de maior interesse histórico ou arquitectónico da obra da fortificação, mau grado da respectiva comissão fazer parte o Director dos Monumentos Nacionais.

7. Tendo em consideração as normas a que, em princípio, deverá subordinar-se toda a obra de restauro de um monumento, a primeira das quais constitui, sem dúvida, o respeito pela sua primitiva traça sempre que conhecida, sem esquecer o aspecto funcional a que obedece a respectiva arquitectura, entende este Instituto que, relativamente à reposição da porta do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista, apenas três posições serão de considerar:

a) Reintegração do «Portão dos Carros» nas suas primitivas dimensões, com reajustamento da parte da abóbada confinante nas suas anteriores proporções e consequente reposição da respectiva porta de madeira, dentro do estilo e tipo de construção castrense a que pertencia a anteriormente existente.

b) Rectificação da parte da abóbada refeita pela Engenharia Militar em 1950, acabamento do tardoz do portal, reposição dos moentes e colocação da porta de madeira tal como anteriormente existia, embora de maiores dimensões, porquanto se manteria o alargamento do portal.

c) Conservar o vão aberto livre, tal como foi deixado em 1950 pela Engenharia Militar, até que seja possível e se julgue oportuno levar a efeito a obra referida na alínea a) e para o que se dispõe, aliás, de todos os elementos, inclusivé de uma planta elaborada antes da realização daquela obra.

8. A obra de reintegração do referido «Portão dos Carros» indicada na alínea a) do número anterior é evidentemente aquela que este Instituto preconiza e defende em princípio, discordando inteiramente da proposta contida no ofício n.º 2 453 dos Serviços dos Monumentos Nacionais, «de que deveria deixar-se documentada claramente a alteração sofrida pelo imóvel» se com isso se pretende dizer que a referida adulteração deveria ser conservada no todo ou em parte.

Cumpriria, em primeiro lugar, perguntar por que razão se deveria deixar claramente documentada esta alteração, se ela não passou de uma adulteração actual por razões funcionais de momento.

Ficaram acaso claramente documentadas as alterações introduzidas no portal da Igreja de São Sebastião da Ilha Terceira e na porta do Claustro da Sé de Viseu, respectivamente nos séculos XVIII e XVII, a que seguidamente nos referimos no n.º 9, de forma a poder saber-se que, no primeiro, fora inscrita naquela época uma porta incaracterística e que, no lugar da segunda, existia o arco de uma capela?

Ora, segundo temos visto, uma grande parte da obra dos Monumentos Nacionais tem sido consagrada precisamente à eliminação de adulterações desta natureza, irrelevantes para a história do monumento e que desvirtuam o respectivo traçado primitivo e empobrecem ou minimizam o seu valor arquitectónico.

Se, porém, ao preconizarem que deveria deixar-se documentada a alteração sofrida pelo imóvel, pretendem os referidos Serviços dizer que essa alteração deveria ficar registada em peças desenhadas e escritas ou outros documentos equivalentes do cadastro do imóvel ou até mesmo, se e quando possível, na própria escrita do monumento, estamos então inteiramente de acordo.

Outro caso a considerar e inteiramente diferente seria o de, por exemplo, se haver juntado à Fortaleza um novo baluarte, para aumentar o seu poder bélico, ou lhe terem sido adicionadas portas de sortida, durante os séculos passados, por motivo da sua utilização funcional como praça de guerra. Neste caso estaríamos inteiramente de acordo com a conservação destes novos elementos de arquitectura militar, que, inscrevendo-se no monumento, lhe definiriam a sua evolução através dos tempos e concretizariam também o progresso dos conceitos da estratégia e da táctica aplicadas às obras de fortificação.

Mas o alargamento efectuado em 1950 não foi por motivo da sua utilização como praça de guerra, mas sim por uma razão utilitária, de momento, que nada tem que ver com a utilização militar da Fortaleza propriamente dita, que essa terminou praticamente há um século.

9. Compreendemos, porém, que a solução referida na alínea a) do número 7 não será viável enquanto no interior daquela Fortaleza estiver aquartelada uma unidade militar, que utilize camionetas de grandes dimensões para o seu serviço, por isso e na impossibilidade, de momento, de se realizar aquela obra de

reintegração total, temos sugerido que a reposição da porta de madeira se faça rectificando o que a Engenharia Militar deixou imperfeito ou inacabado, mantendo-se o alargamento praticado no portal, que é da ordem de 30 cm. em toda a volta.

Reconhecemos não ser a solução ideal, mas continua a afigurar-se-nos a mais adequada ao condicionalismo do momento e não nos parece que a margem de erro torne impossível ou desaconselhável esta solução, até porque a temos visto seguida em casos muito semelhantes, porventura até mais graves, pelo próprio Serviço dos Monumentos Nacionais, conforme passamos a referir, limitando-nos apenas à indicação de dois exemplos bem conhecidos, para não alongarmos mais esta nossa exposição:

a) Quando, na passada década, os Monumentos Nacionais se ocuparam do restauro da Igreja de São Sebastião, na Ilha Terceira, procederam, como se impunha, à recuperação de belo portal gótico deste templo, conforme consta do n.º 117 do respectivo Boletim.

Pondo de parte a reconstituição de três capiteis dos respectivos colunelos, copiados dos únicos três existentes, facto que, aliado a uma distribuição alternada, poderá suscitar justificadas dúvidas, consideremos apenas o que se fez no arco interior do portal, onde foi montada a porta, aliás uma boa reconstituição aparente de uma porta do século XV.

O referido arco já não existia, vendo-se apenas nas paredes dos lados alguns restos incaracteristicos das pedras que se supôs o deveriam ter constituído. Ignorava-se, por esta razão, a configuração daquele arco na parte voltada ao interior da Igreja e onde assentava antigamente a porta do templo, que trabalharia necessariamente em quícios apoiados sobre gonzos e moentes, tal como as portas laterais, da mesma época e onde se observam ainda os vestígios deste tipo de fixação.

A reconstituição do portal propriamente dito não oferecia grandes problemas, visto se encontrar definido pelos restos da respectiva estrutura que haviam sido conservados. O restabelecimento do arco interior, para assentamento da porta, teve de ser, porém, conjectural, como foi também a colocação da porta, apoiada sobre um batente lateral fixo que envolve todo o arco, e movendo-se sobre dobradiças de ferro, recortado ao gosto do século XVIII.

Sem se atingir uma reconstituição perfeita do que deve ter sido a porta deste templo e do arco onde a mesma assenta, procurou harmonizar-se o que restava da parte antiga com a parte que teve de ser reconstituída, dando-se ao conjunto uma expressão aceitável, porém não isenta de deficiências mais ou menos graves, como se vê, na medida em que a reconstrução se afastou do critério ou expressão arquitectónica do estilo e época a que pertence o monumento.

b) Foi igualmente concluída na última década, pelos Monumentos Nacionais, a obra de restauro da Sé de Viseu, que vem descrita no n.º 122 do respectivo Boletim.

Durante essa obra, foi demolida a capela de Santo António, que datava de 1656, tendo-se procedido à «reconstituição das portas de comunicação com o exterior».

Ignoramos quais os elementos em que se apoiou a referida reconstituição e não desejamos agora discutir se um primitivo portal pré-existente naquele lugar apresentaria aquele aspecto formal. Sabemos apenas que ele foi agora reconstituído, inteiramente feito de novo, e que se lhe deu uma expressão formal inspirada no outro portal que se encontra no extremo da mesma fachada, junto do ângulo do edifício.

Cremos que esta entrada se poderá considerar nova, isto é, feita de novo. Não se hesitou, porém, em lhe colocar uma porta de configuração antiga, do tipo da que se encontrava no antigo portal já referido, inspirada aliás na velha porta da Catedral.

Para a colocação desta nova porta, houve naturalmente que demolir, além da capela setecentista, como se disse, o respectivo arco que era de volta plena e dar ao vão, que foi descentrado e se aproximou da parede lateral da Igreja,uma expressão rectangular.

Conseguiu-se, assim, por mimetismo formal, dar ao conjunto uma expressão arquitectonicamente agradável, mas que não sabemos se corresponderá efectivamente ou não a um restauro.

10. Supomos que o triste caso do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista é, felizmente, bem menos grave e complicado.

Não nos parece que, pelo facto de os Monumentos Nacionais procurarem harmonizar a vetusta construção militar com o alargamento levado a efeito há alguns anos pela Engenharia Militar e para o que seria necessário corrigir a parte da abóbada então refeita, pudessem vir a ser acusados de utilizarem métodos e processos reprováveis, conducentes à adulteração dos imóveis que lhes estão entregues para conservar e valorizar.

Se assim fosse, o que não se diria, então, dos casos que acabámos de apontar?

11. Não nos parece que a correcção da zona da abóbada refeita pela Engenharia Militar em 1950 e a reposição dos moentes no seu devido lugar — únicos trabalhos de vulto que se tornam necessários para a reposição da porta de madeira — possam contribuir para agravar ou diminuir a adulteração do monumento praticada naquela data.

A reposição da porta em causa, que sugerimos na alínea b) do número 7., teria naturalmente um aspecto precário, até que fosse possível a reintegração de todo o conjunto, conforme se preconizou na alínea a) daquele número.

Não vemos também que deste facto possa resultar maior confusão entre o antigo e o novo nem que fique anulada a hipótese de uma análise correcta deste sector da Fortaleza pela camuflagem de uma modificação efectuada recentemente.

Esta modificação, dentro de mais duas ou três décadas, quando toda a pedra nova tiver ganho mais alguma patine, apenas será detectada pelos estudiosos ou especialistas de História da Arquitectura. As outras pessoas limitar-se-ão a verificar que o vão não tem porta (se continuar sem ela) e a perguntar naturalmente como teria sido aquela porta, quando teria desaparecido e por que razão não voltou a ser colocada.

Assim, com o restabelecimento da porta de madeira própria daquele vão, através de uma obra simples, em que se procurasse harmonizar a antiga estrutura com o alargamento recentemente efectuado (e que no aspecto formal é de muito pouco relevo) proporcionariam os Monumentos Nacionais uma importantíssima lição de História da Arquitectura castrense aos milhares de visitantes nacionais e estrangeiros que anualmente por ali passam com destino ao Castelo de São João Baptista ou ao Monte Brasil.

Não cremos que os trabalhos complementares de arranjo tendentes a permitir a reposição desta porta venham a ser mais importantes do que aqueles que se tornaram necessários para levar a efeito a colocação das já referidas portas da Igreja de São Sebastião e do Claustro da Sé de Viseu. E estamos certos de que os estudiosos, no caso vertente, não deixariam de encontrar a documentação necessária para o estudo do alargamento do portão, efectuado no ano de 1950.

Em local apropriado do próprio monumento, deveria ser, aliás, instalada a indispensável documentação gráfica, através de desenhos, plantas e alçados que elucidassem o visitante e o estudioso das zonas da Fortaleza que foram alteradas, das que se encontram restauradas e daquelas onde os trabalhos de reintegração ainda não foram concluídos.

Estes elementos, que constariam igualmente do cadastro do monumento, teriam, além do mais, a vantagem de deixarem registado o progresso da obra e todos os conhecimentos que vão sendo adquiridos sobre a evolução do monumento no passado evitando-se lapsos que poderão causar sérias dificuldades a futuros trabalhos de restauro.

12. Se, a pretexto de um excesso de escrúpulo, agora aflorado, ou por outra qualquer razão, os actuais técnicos da Direcção dos Monumentos Nacionais que orientam estes trabalhos não vêem possibilidade ou não desejam efectuar a reposição da porta do «Portão dos Carros» daquela Fortaleza, nas condições referidas e indicadas na alínea b) do n.º 7., não compreendemos como preconizam solucionar o problema com a colocação, na referida entrada, de uma cancela de ferro, ainda que com a desculpa de que se torna necessário vedar o referido vão, em virtude de assim ter sido insistentemente pedido pelo Comandante do B. I. I. 17.

13. Com efeito, analisando o problema em pormenor, vemos que:

a) O B. I. I. 17 pediu, em tempos, efectivamente, que aquele vão fosse fechado para maior segurança da sua Unidade.

b) Ao fazê-lo, cremos que teve sempre em vista que naquela entrada seria restabelecida a respectiva porta de madeira.

c) A cancela de ferro mostra-se praticamente inútil para a segurança da Unidade, porque pode ser facilmente transposta, e inadequada ao serviço da mesma, porque, em virtude da forte corrente de ar que, até mesmo de Verão, circula naquela passagem abobadada não será possível a colocação de uma sentinela do lado interior da mesma, tal como dantes sucedia com a porta de madeira.

d) Este Instituto acaba de ser informado pelo Exmo. Comandante daquela Unidade que, por estas razões, considera ineficaz e inadequada aquela vedação.

e) Do ponto de vista histórico-arquitectónico, a substituição de uma porta de madeira de construção castrense do séc. XVI por uma cancela de ferro dispensa quaisquer comentários.

f) Só achamos estranho que, neste último caso, os mesmos técnicos que receiam fazer a correcção da zona da abóbada daquele portão refeita pela Engenharia Militar, não temam que possa vir a afirmar-se, «com inteira justificação, aliás, que utilizam métodos e processos reprováveis conducentes à adulteração dos imóveis que lhes estão entregues para conservar e valorizar», porquanto a referida cancela de ferro constitui um elemento novo e inteiramente estranho à arquitectura daquela zona do imóvel, que só servirá para lançar a confusão no espírito de quantos observarem este monumento e não deixará de parecer, pela adulteração que representa, facto insólito e reprovável a todos aqueles que tiverem algum conhecimento de História da Arquitectura Militar.

14. No caso de se persistir em não julgar viável a reposição da porta de madeira do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista, por cujo restabelecimento esta Agremiação Cultural de há muito vem pugnando e continuará a pugnar, propõe, finalmente, este Instituto:

a) que em nome da própria dignidade arquitectónica do monumento e do respeito que o mesmo merece como peça valiosa da nossa arquitectura militar, seja o assunto novamente reconsiderado pela Exma. Junta Nacional da Educação e impedida a colocação de uma cancela de ferro no vão do «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista, facto que não deixará de levantar os mais enérgicos e justificados protestos não só deste Instituto mas também de todas as entidades que ainda hoje pugnam pela

defesa e conservação do nosso património histórico-artístico, deixando-se livre, como nos últimos vinte anos, o vão daquela entrada.

b) que de tudo se dê conhecimento a Suas Excelências os Senhores Ministros da Educação Nacional e das Obras Públicas, a Sua Excelência o Secretário de Estado da Juventude e Desportos, ao Exmo. Presidente da Junta Nacional da Educação, ao Exmo. Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, ao Exmo. Governador deste Distrito Autónomo e ao Exmo. Governador Militar dos Açores.

Finalmente, havendo o Instituto tomado conhecimento, antes de terminar a reunião, por gentilíssima informação do Exmo. Governador do Castelo de São João Baptista e nosso Consócio nato Senhor Major Oliveira Correia, de que começara já o assentamento de uma cancela de ferro no «Portão dos Carros» do Castelo de São João Baptista, mais deliberou este Instituto que se enviasse a Suas Excelências os Senhores Ministros da Educação Nacional e das Obras Públicas, e ao Exmo. Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais o telegrama do teor seguinte, que foi aprovado por unanimidade: «Instituto Histórico Ilha Terceira reunido sessão extraordinária tendo tomado conhecimento colocação última semana cancela ferro lugar antiga porta madeira Portão dos Carros Castelo São João Baptista por iniciativa Monumentos Nacionais deliberou formular junto Vexa. respeitoso protesto solicitando superiores esclarecidas providências Vexa. sentido remoção aquela vedação imprópria a bem dignidade Monumento. Respeitosos cumprimentos. Presidente Instituto Histórico Ilha Terceira.»

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, quando eram doze horas e quarenta e cinco minutos.

1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1973

No dia onze de Setembro de 1973, nesta cidade de Angra do Heroísmo e na séde do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocação por à hora marcada para a primeira não haver comparecido a maioria dos Sócios, realizou-se uma reunião ordinária dos Sócios Efectivos

desta Colectividade, convocada de harmonia com o disposto no artigo segundo e para cumprimento do estabelecido no artigo terceiro do Regulamento.

Estiveram presentes os Exmos. Senhores Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Arquitecto Fernando de Sousa, Dona Maria Francisca Bettencourt, Emanuel Félix Borges da Silva, Tenente Coronel Manuel José Morgado, Governador do Castelo de São João Baptista, Francisco Coelho Maduro Dias, Tesoureiro, João Dias Afonso, Secretário, e Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, Presidente Substituto, que, no impedimento, por motivo de doença, do Presidente Efectivo, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, dirigiu os trabalhos da reunião.

Aberta a sessão pelas dez horas, apresentou o Presidente em Exercício pormenorizada justificação por que só agora se tornou possível efectuar esta reunião e submeter à aprovação do Instituto os Relatórios da Direcção e Projectos de Actividade respeitantes aos anos de 1971 e 1972, tendo-se referido ao facto de, por as disposições dos Estatutos assim determinarem, haver sido submetido à aprovação superior o sancionamento da eleição dos novos corpos gerentes desta Colectividade, tendo, por isso, havido entre o Instituto Histórico e a Inspecção do Ensino Particular, larga troca de correspondência, demorando, por vezes, a resposta daquela Inspecção aos ofícios deste Instituto cerca de seis meses.

Procedeu, depois, o Presidente em Exercício, Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, à leitura da Acta da reunião anterior, que foi aprovada, bem como à apresentação, em primeiro lugar, do Relatório Respeitante ao Ano de 1971 e Projecto de Actividades para 1972 e, depois, do Relatório Respeitante ao Ano de 1972 e Projecto de Actividades para 1973.

Lidos e aprovados, por unanimidade, os referidos relatórios, apresentou o Tesoureiro, Senhor Francisco Coelho Maduro Dias, as contas de gerência dos dois anos findos, que foram igualmente aprovadas.

Usando, novamente, da palavra, referiu-se o Senhor Doutor Baptista de Lima à actividade notável que o Senhor Tenente Coronel José Agostinho, Presidente Efectivo, desenvolveu a bem do Instituto, desde a sua criação e exprimiu os votos de rápido resta-

belecimento deste grande cientista e nosso eminente Consócio.

Cumprimentou depois o ilustre Governador do Castelo de São João Baptista, Senhor Tenente Coronel Manuel José Morgado, que pela primeira vez assiste a uma reunião deste Instituto, e bem assim os novos membros da Direcção Senhores João Dias Afonso, Secretário, e Emanuel Félix Borges da Silva, Secretário Substituto.

Apresentou, seguidamente, o Senhor Presidente em Exercício um alvitre para remodelação dos Estatutos do Instituto Histórico, tendo sido deliberado que este trabalho fique a cargo da Direcção, que consultará, para o efeito, as entidades competentes, tendo-se em consideração a ideia esboçada de que o número de Sócios seja ampliado e distribuído por duas Secções, se assim parecer conveniente, correspondendo uma delas a Letras, Ciências Históricas e Geográficas, Belas-Artes, Ciências Morais, Políticas e Jurídicas e outra a Ciências Puras, Ciências Aplicadas e Tecnologia.

Também por proposta do Senhor Presidente em Exercício, aprovada por todos os Sócios presentes, e em virtude de os Exmos. Senhores Tenente Coronel Frederico Lopes da Silva, Doutor Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, Doutor José Enes Pereira Cardoso e Doutora D. Elza Mendonça, Sócios Efectivos deste Instituto, se encontrarem domiciliados fora desta Ilha, de harmonia com o disposto no parágrafo primeiro do artigo quarto, considerando o estabelecimento no artigo sétimo dos Estatutos e tendo em atenção os serviços que os referidos Sócios prestaram a esta Instituição, com importantes publicações ou com a colaboração noutras actividades em que o Instituto foi chamado a dar a sua cooperação, ficou resolvido que os referidos Sócios passem à categoria de Sócios Honorários, abrindo, assim, as respectivas vagas no quadro dos Sócios Efectivos, pelo que se passa a verificar por consequência, nesta data, cinco vagas no referido quadro, quatro das quais poderão ser providas em próxima reunião extraordinária a efectuar no próximo dia dezoito do corrente mês de Setembro.

Ainda sob proposta do Presidente em Exercício, Senhor Doutor Baptista de Lima, foi eleita, por unanimidade, Sócia Correspondente deste Instituto a Doutora Cathrin Gygax, professora de Geografia em Berna, que recentemente anuiu em facultar a este Organismo, para efeitos de publicação, uma tradução da sua tese

de licenciatura, dedicada precisamente à urbanização das três cidades açorianas, nas suas relações com a geoetnologia e que, no ano findo, editou um notável livro de vulgarização erudita sobre os Arquipélagos de Cabo Verde, Madeira e Açores.

Seguidamente, deu o Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima a conhecer ao Instituto que, na qualidade de Presidente em Exercício desta Colectividade, se deslocara à cidade de Ponta Delgada, a pedido da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais e sob proposta da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para proceder à identificação e emitir parecer sobre a classificação do Forte de Santa Clara daquela cidade.

O Instituto congratulou-se, finalmente, com as distinções de que fora objecto o seu Consócio Senhor Doutor Teotónio Machado Pires, quando terminou as suas altas funções de Governador do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, quando eram onze horas e quarenta minutos.

1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 1973

No dia dezoito de Setembro de mil novecentos e setenta e três, nesta cidade de Angra do Heroísmo e na séde do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocação, por à hora marcada para a primeira não haver comparecido a maioria dos Sócios, realizou-se uma reunião extraordinária dos Sócios Efectivos desta Colectividade, convocada de harmonia com o disposto no parágrafo primeiro do artigo sexto dos Estatutos e para cumprimento do estabelecido no parágrafo único do artigo primeiro do Regulamento.

Estiveram presentes os Excelentíssimos Senhores Doutor Cândido Pamplona Forjaz, Arquitecto Fernando de Sousa, Emanuel Félix Borges da Silva, Dona Maria Francisca Bettencourt, Tenente Coronel Manuel José Morgado, Governador do Castelo de São João Baptista, Francisco Coelho Maduro Dias, Tesoureiro, João Dias Afonso, Secretário, e Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, Presidente Substituto, que, no impedimento, por motivo

de doença, do Presidente Efectivo, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, dirigiu os trabalhos da reunião.

Aberta a sessão pelas dez horas, procedeu o Presidente em Exercício à leitura da acta da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade.

Efectuou-se, em seguida, a eleição dos Sócios Efectivos para que foi expressamente convocada esta reunião, observando-se as regras para tal fim contidas no Regulamento do Instituto, tendo sido eleitos os Senhores: Doutor Álvaro Leal Monjardino, Doutora Dona Maria Olímpia Gil, Doutor Jorge Abreu Forjaz e Doutor José Reis Leite, todos residentes nesta cidade.

Terminada a eleição, cumpridas todas as formalidades e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram onze horas.

2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1973

No dia trinta e um de Dezembro de mil novecentos e setenta e três, nesta cidade de Angra do Heroísmo e na Séde do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocação por à hora marcada para a primeira não haver comparecido a maioria dos Sócios, realizou-se uma reunião ordinária dos Sócios Efectivos desta Colectividade, convocada de harmonia com o disposto no parágrafo terceiro do artigo nono dos Estatutos e para cumprimento do artigo oitavo do Regulamento.

Estiveram presentes os Exmos. Senhores Doutor Álvaro Leal Monjardino, Doutor Cândido Pamplona Forjaz, Doutor José Reis Leite, Emanuel Félix Borges da Silva, Tenente Coronel Manuel José Morgado, Governador do Castelo de São João Baptista, Francisco Coelho Maduro Dias, Tesoureiro deste Instituto, João Dias Afonso, Secretário, e Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, Presidente Substituto, que, por motivo de doença do Presidente Efectivo, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, dirigiu os trabalhos da reunião.

Aberta a sessão, pelas 10h00 (dez horas), procedeu o Presi-

dente em Exercício à leitura da acta da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima saudou depois, em seu nome pessoal e em representação do Senhor Tenente Coronel José Agostinho, os novos Sócios Efectivos desta Colectividade, formulando votos de boas festas e de feliz Ano Novo a todos os membros do Instituto presentes nesta sessão.

Lembrou, depois, o Senhor Presidente em Exercício o desvelado interesse com que o Senhor Tenente Coronel José Agostinho tem acompanhado todos os assuntos respeitantes à vida desta Colectividade, designadamente a publicação do Boletim, de que este ano foi possível publicar apenas uma separata com cerca de sessenta páginas.

Passou-se em seguida a dar execução aos assuntos para os quais fora expressamente convocada esta reunião, cumprindo-se, para tal, os preceitos estabelecidos nos Estatutos e Regulamento deste Instituto e tendo sido eleita a Mesa que dirigirá as actividades desta Colectividade no biénio de 1974-1975, que ficou assim constituída: Presidente Efectivo, Senhor Tenente Coronel José Agostinho; Secretário Efectivo, Senhor João Dias Afonso; Tesoureiro Efectivo, Senhor Francisco Coelho Maduro Dias; Presidente Substituto, Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima; Secretário Substituto, Senhor Emanuel Félix Borges da Silva; e Tesoureiro Substituto, Senhor Doutor Rafael Valadão dos Santos.

Terminado o escrutínio, congratulou-se o Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima com a reeleição do Senhor Tenente Coronel José Agostinho para o cargo de Presidente Efectivo desta Colectividade, pondo em destaque alguns aspectos da personalidade e da obra do eminente cientista, que muito honra este Instituto.

Pelo Senhor Presidente em Exercício foi dado, seguidamente, conhecimento de um alvitre do Consócio e Secretário da Mesa do Instituto, Senhor João Dias Afonso, no sentido de, no próximo ano, se proceder à comemoração da subdivisão da Ilha Terceira em duas capitanias, no ano de 1474.

Foi deliberado proceder à condigna comemoração daquele notável acontecimento histórico dentro das possibilidades existentes.

O Governador do Castelo de São João Baptista, Senhor Tenente Coronel Manuel José Morgado, fez uma pormenorizada exposição sobre a conveniência que haveria de valorizar as vertentes arborizadas do Monte Brasil e a «Casa do Regalo», ali situada, por consequência dentro do perímetro das fortificações que constituem o Castelo de São João Baptista, tendo sido deliberado solicitar para o assunto a colaboração das entidades competentes ou que, legalmente poderão interferir na referida valorização.

Finalmente, através de uma exposição do Presidente em Exercício, o Instituto tomou conhecimento de outros assuntos, de carácter corrente que se encontravam pendentes.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram doze horas e trinta minutos.

1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1974

Aos doze dias do mês de Março de 1974, nesta cidade de Angra do Heroísmo e na séde do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocatória, por à hora marcada para a primeira não haver comparecido a maioria dos sócios, realizou-se uma reunião ordinária dos Sócios desta colectividade, convocada de harmonia com o disposto no artigo segundo e para cumprimento do estabelecido no artigo terceiro do Regulamento, com vista à apresentação do Relatório e aprovação das contas de Gerência do ano de mil novecentos e setenta e três.

Estiveram presentes os excelentíssimos Senhores Doutor Álvaro Leal Monjardino, Doutor Cândido Pamplona Forjaz, Emanuel Félix Borges da Silva, Tenente Coronel Manuel José Morgado, Governador do Castelo de São João Baptista, Francisco Coelho Maduro Dias, Tesoureiro, João Dias Afonso, Secretário, e Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, Presidente Substituto, que, por motivo de doença do Presidente Efectivo, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, dirigiu os trabalhos da reunião.

Aberta a sessão pelas dez horas, procedeu o Senhor Presi-

dente em Exercício à leitura da acta da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Doutor Baptista de Lima leu, depois, o Relatório respeitante ao ano de mil novecentos e setenta e três e Plano de Actividades para mil novecentos e setenta e quatro, que foram igualmente aprovados por todos os sócios presentes.

Seguiu-se a apresentação pelo Tesoureiro, Senhor Francisco Coelho Maduro Dias, das contas de gerência do ano findo, que foram também aprovadas por unanimidade.

Depois de cumprida a ordem dos trabalhos para que fora convocada a reunião, referiu-se o Senhor Presidente em Exercício à conveniência de este Instituto proceder à publicação, no respectivo Boletim, da tradução portuguesa da tese de Doutoramento da Professora Kathrin Gygax, da Universidade de Berna, intitulada «Contribuição para a Geografia das Cidades de Angra, Horta e Ponta Delgada», a qual, segundo afirmou, se reveste do maior interesse para este Arquipélago.

Disse o Exmo. Senhor Doutor Baptista de Lima tratar-se de um valioso trabalho, vastamente documentado e elaborado segundo os mais actualizados processos de investigação científica, que virá contribuir decisivamente para o conhecimento das três cidades açorianas, sob diversos aspectos, designadamente o da geoetnologia, o da sociologia e o da economia política.

A publicação do referido trabalho, em língua portuguesa, proporcionará, por outro lado, segundo afirmou ainda o Exmo. Senhor Presidente em Exercício — um melhor e mais aprofundado entendimento das principais características do urbanismo nos Açores, permitindo até estudos prospectivos do crescimento não só das três cidades sobre que se debruça, mas também de outros meios cujo desenvolvimento se possa prever.

A versão portuguesa deste trabalho, até agora quase completamente inacessível à maioria dos estudiosos destes problemas, ficará constituindo — conforme disse o Senhor Doutor Baptista de Lima — um modelo segundo o qual muitos estudantes e estudiosos açorianos ou não, poderão orientar quer as suas teses de licenciatura quer futuros trabalhos de Geografia Urbana.

Continuando no uso da palavra, disse ainda o Senhor Presidente em exercício que a tradução portuguesa desta notável contribuição da Doutora Kathrin Gygax, a cargo de um Instituto de Línguas da Suíça, dada a conveniência de a autora acompanhar os respectivos trabalhos, de modo a que seja respeitada toda uma terminologia técnica indispensável à sua perfeita compreensão, custará, todavia, a este Instituto cerca de dezassete mil escudos, importância que não deixará de pesar, certamente, no pequeno orçamento desta Colectividade.

Tendo todos os membros do Instituto presentes considerado a referida proposta, foi deliberado, por unanimidade, dado o interesse do trabalho da Professora Kathrin Gygax, despender a importância necessária para a tradução da obra, tendo, então, o Senhor Doutor Álvaro Leal Monjardino sugerido fosse solicitado por esta colectividade o patrocínio da Comissão de Planeamento da Região Açores para a efectivação desta iniciativa, quer custeando integralmente a tradução em causa, quer comprometendo-se a adquirir um determinado número de exemplares do Boletim ou respectivas separatas, com o que todos os presentes concordaram igualmente.

Voltou a usar da palavra o Presidente em Exercício, Senhor Doutor Baptista de Lima, para propor a publicação, no primeiro Boletim a imprimir, do importante trabalho do Consócio, Senhor Doutor Álvaro Leal Monjardino, apresentado na Assembleia Nacional, na sua qualidade de Deputado pelo Círculo de Angra do Heroísmo, sobre a Revisão do Acordo com o Governo Americano sobre a utilização da Base das Lajes, o que foi aceite por unanimidade, tendo depois feito o ponto da situação em que se encontram os trabalhos preparatórios da publicação da «Fénix Angrence» e das dificuldades de ordem técnica que têm impedido a conclusão da sua transcrição.

O Secretário desta Colectividade, Senhor João Dias Afonso, usando seguidamente da palavra, recordou que decorre este ano o Centenário da Subdivisão da Ilha Terceira em duas Capitanias, as de Angra e Praia, facto que merece ser condignamente comemorado, tendo ficado deliberado que, para o efeito, este Instituto promoverá uma sessão pública solene, havendo alguns dos sócios presentes sugerido que fosse convocado para orador na projectada sessão, o Eminente Professor e Sócio desta Colectividade Escritor

Vitorino Nemésio. Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade.

Finalmente, pelo Consócio Senhor Doutor Cândido Pamplona Forjaz foi apresentada a seguinte proposta:

«O Senhor Tenente Coronel José Agostinho é o único sobrevivente dos dois fundadores do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Inestimáveis são os serviços prestados pelo ilustre terceirense não só à sua terra natal como ao País, através da sua já longa e operosa vida. Pela sua alta competência profissional, pela sua vasta ciência e cultura, demonstradas em vários ramos da actividade pública e privada, sem esquecer o Magistério, em que foi figura de alto mérito, o Senhor Tenente Coronel José Agostinho merece que este Instituto lhe preste a homenagem a que tem jus por todas aquelas razões.

«E porque, por mera coincidência — continuou o Senhor Doutor Cândido Forjaz — eu era o Presidente da Junta Geral, quando da fundação do Instituto e foi a Junta que o tomou sob seu patrocínio e o tem amparado através destes já longos trinta e dois anos, tenho a honra de sugerir que o Instituto Histórico da Ilha Terceira promova uma pública homenagem ao insigne terceirense e, felizmente ainda, seu Presidente Efectivo, nos moldes julgados mais apropriados ao objectivo em vista.»

A sugestão do Senhor Doutor Cândido Pamplona Forjaz foi recebida com geral aplauso, tendo ficado então deliberado que o próximo número a publicar do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira seja dedicado ao eminente cientista e Presidente Efectivo desta Colectividade.

Por fim, através de uma pormenorizada exposição do Senhor Presidente em Exercício, o Instituto tomou conhecimento de outros assuntos de carácter corrente que se encontravam pendentes.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram doze horas e quinze minutos.

1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1975

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco, nesta cidade de Angra do Heroísmo e na

Séde do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocatória, por à hora marcada para a primeira, não haver comparecido a maioria dos Sócios, realizou-se uma reunião ordinária dos Sócios desta Colectividade, convocada de harmonia com o disposto no artigo segundo e para cumprimento do estabelecido no artigo terceiro do Regulamento, com vista à apresentação do Relatório do Presidente e aprovação das Contas de Gerência do ano de mil novecentos e setenta e quatro.

Estiveram presentes os Exmos. Senhores Emanuel Félix Borges da Silva, Doutor Jorge Abreu Forjaz, Dona Maria Francisca Bettencourt, Francisco Coelho Maduro Dias, Tesoureiro, João Dias Afonso, Secretário, e Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, Presidente Substituto, que, por motivo de doença do Presidente Efectivo, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, dirigiu os trabalhos da reunião.

Aberta a sessão pelas dez horas, procedeu o Senhor Presidente em Exercício à leitura da acta da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo ficado justificada a realização desta reunião na presente data.

O Senhor Doutor Baptista de Lima leu, depois, o relatório respeitante ao ano de mil novecentos e setenta e quatro e o Plano de Actividades para mil novecentos e setenta e cinco, que foram igualmente aprovados por todos os Sócios presentes.

Seguiu-se a apresentação pelo Tesoureiro, Senhor Francisco Coelho Maduro Dias, das Contas de Gerência do ano findo, que foram também aprovadas por unanimidade.

Depois de cumprida a ordem dos trabalhos para que foi convocada a reunião, teve lugar uma demorada troca de opiniões que incidiu sobre os motivos que têm dado lugar ao atraso que se verifica na publicação do Boletim, o que, conforme disse o Senhor Presidente em Exercício, preocupa sobremaneira a Direcção do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Intervieram na referida discussão, além do Senhor Doutor Baptista de Lima, os Senhores Francisco Coelho Maduro Dias, João Dias Afonso e Doutor Jorge Abreu Forjaz, que apresentaram sugestões tendentes a abreviar o tempo de impressão e o

sistema de expedição do Boletim e, consequentemente, a sua actualização pelo processo até agora seguido da edição de volumes duplos, tendo ficado marcada uma nova reunião para os primeiros dias do próximo mês de Dezembro, destinada exclusivamente à clarificação deste problema, que tanto tem vindo a afectar a vida cultural deste Organismo.

Tendo em consideração que o corrente ano de mil novecentos e setenta e cinco foi internacionalmente consagrado ao monumento histórico, voltou a usar da palavra o Senhor Presidente em Exercício, propondo que o Instituto Histórico da Ilha Terceira desse toda a sua colaboração à iniciativa do Museu de Angra do Heroísmo no sentido de se proceder o mais brevemente possível ao restauro do Forte de Santa Catarina do Cabo da Praia, cedido a título precário e gratuito àquele Estabelecimento do Estado pela Fazenda Nacional.

O referido imóvel — disse o Senhor Presidente em Exercício — encontra-se intimamente ligado à História Terceirense e é sobremodo evocativo de alguns dos mais notáveis acontecimentos vividos nesta ilha nos últimos quatro séculos, pelo que pareceu justificado àquele Museu tomar a iniciativa de promover, com a colaboração de outras entidades competentes, o restauro e preservação daquele valioso monumento da nossa arquitectura militar, que é, por sinal, o único que ainda se conserva de pé na área da Praia da Vitória.

O apelo do Senhor Doutor Baptista de Lima foi recebido com o maior interesse por todos os sócios presentes.

Por fim, através de uma pormenorizada exposição do Senhor Presidente, o Instituto tomou conhecimento de outros assuntos de carácter corrente que se encontravam pendentes.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando era meio-dia.

2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1975

Aos treze dias do mês de Dezembro de mil novecentos e setenta e cinco, nesta cidade de Angra do Heroísmo, e na Séde do

Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocatória, por à hora marcada para a primeira não haver comparecido a maioria dos Sócios, realizou-se uma reunião ordinária dos Sócios desta Colectividade, convocada nos termos do parágrafo primeiro do artigo sexto dos Estatutos e de harmonia com o disposto no parágrafo único do artigo primeiro do Regulamento.

Estiveram presentes os Excelentíssimos Senhores Emanuel Félix Borges da Silva, Doutor José Guilherme Reis Leite, Dona Maria Francisca Bettencourt, João Dias Afonso, Secretário, e Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, Presidente Substituto, que, por motivo de doença do Presidente Efectivo, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, dirigiu os trabalhos da reunião.

Encontravam-se também presentes, a convite da Mesa, os Sócios Correspondentes deste Instituto Senhores Doutores António Manuel Bettencourt Machado Pires e António Maria Ourique Mendes.

Aberta a sessão pelas quinze horas, procedeu o Senhor Doutor Baptista de Lima, à leitura da acta da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade.

Presente uma carta do Consócio Senhor Francisco Coelho Maduro Dias, que há alguns anos vinha exercendo as funções de Encarregado das Edições deste Instituto, dirigida ao Senhor Presidente em Exercício e na qual pedia escusa do referido cargo, houve que proceder à escolha e designação de um novo Encarregado das Edições do Instituto Histórico da Ilha Terceira, tendo sido unanimemente aceite a indicação do Senhor José Henrique do Álamo Oliveira, em quem os Sócios presentes reconheceram a necessária competência para o desempenho daquelas funções, tendo concordado que lhe fosse atribuída a gratificação que vinha sendo recebida pelo Senhor Francisco Coelho Maduro Dias, em relação a cada volume publicado.

Foi, seguidamente, aprovado um voto no sentido de que, no decurso do próximo ano, se diligenciar publicar dois volumes duplos do Boletim deste Instituto Histórico, a fim de se normalizar a periodicidade desta publicação o mais depressa possível.

Foi ainda apresentada pelo Senhor Presidente em Exercício

uma sugestão para actualização das remunerações do Encarregado do Expediente do Instituto e do respectivo Auxiliar, com a qual concordaram todos os Sócios presentes, tendo as mesmas sido fixadas em 3 000$00 e 1 500$00, por ano, respectivamente.

Continuando no uso da palavra e no âmbito da discussão relativa às actividades específicas deste Organismo, referiu-se o Senhor Presidente em Exercício às vagas de Sócios Efectivos do Instituto, tendo ficado declaradas duas vagas a preencher em próxima reunião extraordinária, em cumprimento do estabelecido no artigo sétimo do Regulamento e de conformidade com a deliberação tomada na sessão ordinária desta Colectividade realizada em 24 de Janeiro de 1957.

No prosseguimento da análise das disposições estatutárias e regulamentares desta colectividade, apresentou o Senhor Doutor Baptista de Lima a seguinte proposta de redacção de um parágrafo único, a juntar ao artigo nono do citado Regulamento:

«Com base e fundamento no disposto no artigo sétimo dos Estatutos, poderá ser eleito Presidente Honorário um Sócio Efectivo que durante longos anos tenha desempenhado este cargo ou haja prestado, naquela qualidade, serviços relevantes a este Instituto.»

A referida proposta, depois de apreciada, foi aprovada por unanimidade.

Foi, seguidamente, evocado pelo Senhor Presidente em Exercício o Ano Internacional do Monumento, tendo-se o Instituto congratulado com a cedência do Forte de Santa Catarina do Cabo da Praia ao Museu de Angra do Heroísmo, a fim de ser assegurado o seu restauro e reintegração, com a colaboração de outras entidades competentes e tendo sido sugerido se diligenciasse fosse igualmente cedido para o mesmo efeito o Forte de São Pedro dos Biscoitos, única fortificação que resta actualmente na Costa Norte da Ilha Terceira.

Ainda sobre este assunto foi alvitrado pelos Sócios presentes que se instasse junto da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo pela aquisição dos acessos aos fortes situados na orla costeira desta Ilha, na «zona histórica» compreendida entre o Porto Judeu e o Porto Martins e que se pedisse uma enérgica actuação por

parte do Município da Vila da Praia da Vitória e do Estado, junto da Firma que procedeu ao apeamento do Forte do Espírito Santo, na Baía daquela Vila, para que execute a sua imediata reedificação, de harmonia com o projecto e compromisso que tomou e em face do qual foi autorizado o referido apeamento.

Por proposta do Senhor Presidente em Exercício, foi aprovado um voto de congratulação pela nomeação do Consócio Senhor Doutor Álvaro Monjardino para o cargo de Vogal da Junta Regional dos Açores.

Também por proposta do Senhor Doutor Baptista de Lima, foi aprovado um voto de aplauso pela recente publicação de um artigo da autoria do Consócio Senhor Doutor Jorge Forjaz, na página literária do «Diário Insular», a propósito das medidas de preservação a observar na obra de reparação e adaptação do velho Palácio Canto, desta cidade, a Paço das Escolas dos Estudos Universitários.

A propósito deste voto de aplauso ao Consócio Senhor Doutor Jorge Forjaz e ao jornal local «Diário Insular» pela atitude exemplar que têm tomado no sentido de chamar a atenção para a necessidade de salvaguardar os nossos monumentos e outros imóveis de interesse público, foi deliberado publicar no Boletim deste Instituto as memórias descritivas elaboradas pelo Senhor Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, que serviram de Base às propostas de classificação de diversos edifícios desta cidade como «valores concelhios», distribuindo-se, depois, separatas da referida publicação, quer pelos diversos organismos relacionados com obras públicas e urbanização quer pelos proprietários dos referidos imóveis.

Finalmente, através de uma pormenorizada exposição do Senhor Presidente, o Instituto tomou conhecimento de diversos outros assuntos de carácter corrente, tendo sido apresentada aos Sócios a bibliografia recebida por esta Instituição no decurso do ano de mil novecentos e setenta e cinco.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram dezasseis horas e trinta minutos.

1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 1975

No dia 29 de Dezembro de mil novecentos e setenta e cinco, nesta cidade de Angra do Heroísmo e na Séde do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, e em segunda convocatória por à hora marcada para a primeira não haver comparecido a maioria dos Sócios, realizou-se uma reunião extraordinária dos Sócios Efectivos desta Colectividade, em cumprimento do estabelecido no artigo sétimo do Regulamento deste Instituto e de conformidade com a deliberação tomada na sessão ordinária deste Organismo realizada em 24 de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e sete.

Estiveram presentes os Exmos. Senhores Doutor Cândido Pamplona Forjaz, Emanuel Félix Borges da Silva, Doutor Helder Fernando Parreira de Sousa Lima, Doutor Jorge Abreu Forjaz, Doutor José Reis Leite, Doutor Ràfael Valadão dos Santos, João Dias Afonso, Secretário, e Doutor Manuel Coelho Baptista de Lima, Presidente Substituto, que, por motivo da doença do Presidente Efectvio, Senhor Tenente Coronel José Agostinho, dirigiu os trabalhos da reunião.

Após a abertura dos trabalhos, pelas dez horas, foi lida e aprovada a acta dos trabalhos da reunião anterior.

Procedeu-se, em primeiro lugar, à eleição de dois Sócios Efectivos para preenchimento das vagas que fora resolvido prover em reunião anterior, tendo-se verificado, após a respectiva votação, por escrutínio secreto, que haviam sido eleitos por unanimidade os dois antigos Sócios Correspondentes sugeridos pela Direcção, Senhores Doutores António Maria Ourique Mendes e António Manuel Bettencourt Machado Pires, a quem foi deliberado dar conhecimento do resultado desta eleição.

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Presidente em Exercício, que se referiu à valiosa colaboração, que, na qualidade de Presidente Efectivo da Direcção, tem prestado a este Instituto o Senhor Tenente Coronel José Agostinho e aos muito valiosos e inestimáveis serviços que, ao longo de mais de três décadas, veio incansavelmente dispensando a esta Colectividade, como Sócio Efectivo, Secretário e Presidente e ainda colaborador do respectivo Boletim, onde publicou trabalhos de indiscutível valor histórico.

Continuando, disse que, conforme era do conhecimento de todos, o estado de saúde do Senhor Tenente Coronel José Agostinho não lhe vinha permitindo desempenhar, de forma efectiva, as funções de Presidente, facto que, por certo, todos lamentavam, pelo que um grupo de Sócios sugerira fosse proposta a sua eleição como Presidente Honorário deste Instituto, dado o alto apreço e admiração em que, nesta Colectividade, é tido o Senhor Tenente Coronel José Agostinho e a sua notável obra não só neste Instituto, mas também em diversos domínios da Ciência.

Tendo-se procedido à respectiva votação nos termos do artigo nono e seu parágrafo único do Regulamento, foi o Senhor Tenente Coronel José Agostinho eleito por aclamação Presidente Honorário deste Instituto Histórico.

Por sugestão do Senhor Doutor Cândido Forjaz, esta eleição deverá ser pessoalmente comunicada ao Senhor Tenente Coronel José Agostinho pela Direcção, a quem sugeriu também a conveniência da obtenção, para possível publicação, das palestras proferidas aos microfones do Rádio Clube de Angra, por aquele nosso eminente Consócio.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram onze horas.

Publicações Recebidas

Por oferta e por troca com o «Boletim» do Instituto receberam-se, nos anos de 1971 a 1975 e muito se agradecem, as seguintes publicações:

El Museo de Pontevedra — Vol. XXIII — 1970
Idem — Vol. XXIV — 1970
Idem — Vol. XXV — 1971
Idem — Vol. XXVII — 1973
Boletim de Trabalhos Históricos — Arquivo Municipal Alfredo Pimenta Guimarães — N.º 26 — 1966
Idem — N.º 27 — 1967/74
Arquivo de Beja — Boletim da Câmara Municipal — Vols. XXV-XXVI-XXVII — 1968/70
Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo — S. Paulo — N.º 350 — 1971
Idem — N.º 351 — 1970
Idem — N.º 352 — 1971
Boletim Pecuário — Direcção-Geral dos Serviços Pecuários — N.º 2 — Ano XXXVII — 1969
Idem — N.º 1 — Ano XXXVIII — 1970
Idem — N.º 1 — Ano XXXIX — 1971
Boletim do Gabinete Português de Leitura Porto Alegre — N.º 17 — 1970
Idem — N.º 18 — 1970
A Cidade de Évora — Boletim da Comissão Municipal de Turismo — N.ºs 53/54 — Anos XXVII-XXVIII — 1970/71
Idem — N.º 55 — Ano XXIX — 1970/72
Idem — N.º 56 — Ano XXX — 1973
Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa — N.ºs 71/72 — 1969
Idem — N.º 73/74 — 1970
Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matozinhos — N.º 18 — 1971
Idem — N.º 19 — 1972
Idem — N.º 20 — 1973
Idem — N.º 21 — 1974
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — Série 88 — N.ºs 10/12 — 1970
Idem — Série 89 — N.ºs 1/3 — 1971
Idem — Série 89 — N.ºs 4/6 — 1971
Idem — Série 89 — N.ºs 7/9 — 1971
Idem — Série 89 — N.ºs 10/12 — 1971

Idem — Série 90 — N.os 1/6 — 1972
Idem — Série 90 — N.os 7-9-10-12 — 1972
Idem — Série 91 — N.os 1-3-4-6 — 1973
Idem — Série 91 — N.os 7-9-10-12 — 1973
Idem — Série 91 — N.os 1-3-4-6 — 1974
Idem — Série 92 — N.os 7-9-10-12 — 1974
Boletim Cultural — Câmara Municipal do Porto — Vol. XXXIII — 1970
Idem — Vol. XXXIV — 1971
Idem — Vol. XXXV — 1972
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — Série 93 — N.os 1-3 4-6 — 1975
Idem — Série 92 — N.os 7-9-10-12 — 1974
El Museo de Pontevedra — Vol. XXVIII — 1974
Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares — Tomo XXVI — N.os 3-4 — 1970
Idem — Tomo XXVII — N.os 1-2 — 1971
Idem — Tomo XXVII — N.os 3-4 — 1971
Idem — Tomo XXVIII — N.os 1-2 — 1972
Idem — Tomo XXVIII — N.os 3-4 — 1972
Idem — Tomo XXIX — N.os 1-2 — 1973
Idem — Tomo XXIX — N.os 3-4 — 1973
Idem — Tomo XXX — N.os 1-2 — 1974
Idem — Tomo XXX — N.os 3-4 — 1974
Idem — N.º 37 — 1971
Idem — N.º 36 — 1971
Estudos de Castelo Branco — Revista de História e Cultura — N.º 37 — 1971
Idem — N.º 38 — 1971
Idem — N.º 40 — 1972
Idem — N.º 41 — 1972
Idem — N.º 42 — 1972
Idem — N.º 43 — 1973
Idem — N.º 44 — 1973
Idem — N.º 45 — 1973
Idem — N.º 46/47 — 1974
Idem — N.º 48/49 — 1974
O Instituto Revista Científica e Literária — Coimbra — Vol. CXXXIII — 1971
Idem — Vol. CXXXIV — 1971
Idem — Vol. CXXXV — 1972
Idem — Vol. CXXXVI — 1972
Revista de História — Vol. XLI — N.º 83 — 1970
Idem — Vol. XLI — N.º 84 — 1970
Idem — Vol. XLII — N.º 85 — 1971
Idem — Vol. XLII — N.º 86 — 1971
Idem — Vol. XLIII — N.º 87 — 1971

Idem — Vol. XLIII — N.º 88 — 1971
Idem — Vol. XLIV — N.º 89 — 1972
Idem — Vol. XLIV — N.º 90 — 1972
Idem — Vol. XLV — N.º 91 — 1972
Idem — Vol. XLV — N.º 92 — 1972
Idem — Vol. XLVI — N.º 93 — 1973
Idem — Vol. XLVI — N.º 94 — 1973
Idem — Vol. XLVII — N.º 95 — 1973
Idem — Vol. XLVII — N.º 96 — 1973
Idem — Vol. XLVII — N.º 97 — 1974
Idem — Vol. XLIX — N.º 99 — 1974
Idem — Vol. XLIX — N.º 100 — I Tomo — 1974
Idem — Vol. L — N.º 100 — II Tomo — 1974
O Arqueólogo Português — Série III — Vol. III — 1969
Idem — Série III — Vol. IV — 1970
Idem — Série III — Vol. V — 1971
Idem — Série III — Vol. VI — 1972
Idem — Índices dos Vol. I-XXX (1895-1938) — Tomo I — 1973
Arquivo do Distrito de Aveiro — N.º 144 — 1970
Idem — N.º 145 — 1971
Idem — N.º 146 — 1971
Idem — N.º 147 — 1971
Idem — N.º 148 — 1971
Idem — N.º 149 — 1972
Idem — N.º 150 — 1972
Idem — N.º 151 — 1972
Idem — N.º 153 — 1973
Idem — N.º 154 — 1973
Idem — N.º 155 — 1973
Idem — N.º 156 — 1973
Idem — N.º 157 — 1974
Idem — N.º 158 — 1974
Idem — N.º 159 — 1974
Revista de Etnografia — Vol. XIV — Tomo 2 — N.º 28 — 1970
Idem — Vol. XV — Tomo 1 — N.º 29 — 1970
Idem — Vol. XV — Tomo 2 — N.º 30 — 1971
Idem — Vol. XVI — Tomo 1 — N.º 31 — 1972
Idem — Vol. XVI — Tomo 2 — N.º 32 — 1972
Revista da Universidade de Ciências — 2.ª Série — Vol. XVI — Fascículo 1.º 1969/70
Idem — Fascículo 2.º — 1971
Idem — Vol. XVII — Fascículo 1.º — 1972
Idem — Vol. XVII — Fascículo 2.º — 1973/74
Revista Portuguesa de História — Tomo XI — Vol. II — 1964/68

Idem — Tomo XIII — Vol. II — 1971
Idem — Tomo XIV — Vol. III — 1974
Revista Lares — Ano XXXIX — N.º 1 — 1973
Idem — Ano XXXIX — N.º 2 — 1973
Idem — Ano XXXIX — N.ºs 3 e 4 — 1973
Idem — Ano XL — N.º 1 — 1974
Idem — Ano XL — N.º 2, 3,e 4 — 1974
Revista de Ciências do Homem — Vol. III — N.º 1 — Série A — 1970
Revista de Independência Lusíada — Ano XXIV — N.º 33 — 1965
Revista El Museo Canário — Anos XXIV/XXIX — N.ºs 89 103 — 1966-1969
Idem — Anos XXXI/XXXII — 1970-1971
Índice Cultural Español — Ano XXIV — N.ºs 282-283-284 — 1969
Idem — Ano XXIV — N.ºs 285-286-287 — 1969
Idem — Ano XXIV — N.º 289 — 1973
Idem — Ano XXIV — N.º 290-1 — 1974
Idem — Ano XXIV — N.º 291-2 — 1974
Anales del Instituto de Lingüistica — Tomo X — 1970
Etnografiska Museum Gôteborgs Arstryck — 1970
Idem — 1972
Trabalhos de Antropologia e Etnologia — Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa» — Vol. XXII — Fasc. 1 — 1971
Idem — Vol. XXII — Fasc. 2 — 1973
Idem — Vol. XXII — Fasc. 3 — 1973
Harvard Educational Review — Vol. 41 — N.º 1 — 1971
Idem — Vol. 41 — N.º 3 — 1971
Idem — Vol. 42 — N.º 4 — 1972
Agronomia Lusitana — Vol. 31 — N.ºs 1-2 — 1969
Idem — Vol. 31 — N.ºs 3 — 1969
Idem — Vol. 31 — N.ºs 4 — 1969
Idem — Vol. 32 — N.ºs 1-4 — 1970
Idem — Vol. 33 — N.ºs 1-4 — 1971
Idem — Vol. 34 — N.ºs 1-2 — 1972
Idem — Vol. 34 — N.ºs 3 — 1972
Idem — Vol. 34 — N.º 4 — 1972
Idem — Vol. 35 — N.º 1 — 1973
Idem — Vol. 35 — N.º 2 — 1974
Idem — Vol. 35 — N.º 3 — 1974
Idem — Vol. 35 — N.º 4 — 1974
Idem — Vol. 36 — N.º 1 — 1974
Idem — Vol. 36 — N.º 2 — 1974
Idem — Vol. 36 — N.º 3 — 1975
Boletim do Gabinete Português de Leitura — N.º 23 — 1974
Revista Portuguesa de Filosofia — Tomo XXV — N.ºs 3-4 — 1969
Revista das Artes e da História da Madeira — Ano XX — Vol. VII — N.º 40

Idem — Ano XXI — Vol. VIII — N.º 41
Revista «Insulana» — Vol. XXIII-XXIV — 1.º e 2.º Semestre — 1967/68
Idem — XXV-XXVI — 1.º e 2.º Semestre — 1969/70
The Quarterly Journal — Vol. 28 — N.º 1 — 1971
Idem — Vol. 28 — N.º 3 — 1971
Idem — Vol. 29 — N.º 3 — 1972
Idem — Vol. 30 — N.º 1 — 1973
Idem — Vol. 30 — N.º 2 — 1973
Idem — Vol. 30 — N.º 3 — 1973
Idem — Vol. 30 — N.º 4 — 1973
Idem — Vol. 31 — N.º 1 — 1974
Idem — Vol. 31 — N.º 2 — 1974
Idem — Vol. 31 — N.º 3 — 1974
Idem — Vol. 31 — N.º 4 — 1974
Idem — Vol. 32 — N.º 1 — 1975
Idem — Vol. 32 — N.º 3 — 1975
Pesquisas Instituto Onchietano de Pesquisas — N.º 17 — 1975
Idem — N.º 18 — 1975

Quadernos de Filologia — Universidade Nacional de Cuyo — N.º 6 — 1972
Resenhas Biográficas de Vultos e Figuras na História de Moçambique por José Rodrigues Ribeiro — 1974
As viagens do Bispo D. Frei Vitoriano Portuense à Guiné e a Cristianização dos Reis de Bissau por Avelino Teixeira da Mota — 1974
José de Francisco de Paiva Ensamblador e Arquitecto do Porto (1744-1824) por Maria Helena Mendes Pinto — 1973

Voz do Longe por Armando Cortes Rodrigues — I Volume — 1973
O Professor Mendes Correia fundador e 2.º presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia — por J. R. dos Santos Júnior — N.º 1 — 1969

Antropologia (Amplitude e finalidade desta ciência) por J. R. dos Santos Junior — N.º 8 — 1971

Notas sobre o casamento da Aldeia da Mata — por Agostinho F. Isidoro — N.º 10 — 1971

Escavações no Castro de Carvalhelhos (Campanha de 1970, por J. R. dos Santos Júnior — N.º 11 — 1971

Arqueologia de Alpiarça — As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto — por Gustavo Marques — N.º 13 — 1972

Consanguinidade aparente e a sua evolução na Ilha de Porto Santo — por J. Amorim Machado Cruz — N.º 14 — 1972

Genetic studies of some red cell and serum protein polymorphisms in the population of Vilarinho da Furna — por J. Machado Cruz, e outros — N.º 15 — 1973

Consanguinidade Aparente da População de Vilarinho da Furna — por J. Amorim Machado Cruz — N.º 16 — 1973

Escavações em Dolmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) — V — por Agostinho Farinha Isidoro — N.º 17 — 1973

O Minepa e o Malaica fantasmas Moçambicanos — por J. R. dos Santos Júnior — N.º 18 — 1973

Os Sabeler — Uma Família de pescadores — por Agostinho Farinha Isidoro — N.º 19 — 1973

Esboço Arqueológico do Concelho do Crato (Alto Alentejo) Novos elementos por Agostinho Farinha Isidoro — N.º 20 — 1973

As notáveis condições de defesa do Castro de Carvalhelhos — por J. R. dos Santos Júnior — N.º 23 — 1973

Alguns Problemas Castrejos; cobertura das casas — por J. R. dos Santos Júnior — N.º 25 — 1973

As Gravuras Rupestres do Tchitundo Hulo — Virei — Moçâmedes — por J. R. Santos Júnior — N.º 26 — 1974

Arte Rupestre em Angola — por J. R. dos Santos Júnior — N.º 27 — 1974

O Mistério de Vasco da Gama — por Armando Cortesão — Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga — N.º 12 — 1973

Olaria e Cerâmica Figurativas O «Galo» e o «Peixe» na Decoração dos Pratos das Cantareiras — por Guilherme Felgueiras — 1970

Gente Poveira — por Guilherme Felgueiras — 1971

Tentações de Santo Antão Jheronimus Bosch — Editado pelo Museu Nacional de Arte Antiga — 1972

Padrões de Portugal Realidade e Sonho dos Descobrimentos Geográficos — 1970

Perspectivas e Consolidação do Reinado de Dom João IV — por João Afonso Corte-Real — 1967

Lusitanidade de Évora — por João Afonso Corte-Real — 1970

O Veículo em Face da Segurança dos Imóveis — por João Afonso Corte-Real — 1971

Pragmatismo Etnográfico da Propriedade Urbana — por João Afonso Corte-Real — 1972

Mandioca e Açúcar — Contribuição ao Estudo das Respectivas Culturas e do Folclore Étnico e Linguístico no Rio Grande do Sul — por Heimich A. W. Bunse — Volume 27

Missa Crioula — por Pe. Pau'o Aripe — Vol. 31 — 1971

Porto dos Casais — por P. Ruben Neis

Neugestaltung der Stadtkerne in Portugal — por João Afonso Corte-Real — 1970

Santo Cristo — Subsídios sobre o seu culto em Portugal especialmente em Ponta Delgada e Moncarapacho — por J. Fernandes de Mascaranhas — 1971

Na Rota da Índia — por Manuel Henrique Corte-Real — Série D — N.º 7 — 1969

Formação do Espaço Português — por José Hermano Saraiva — Série D N.º 8 — 1970

Famílias Fluminenses I Machado Botelho — por J. B. Athayde — 1971

Famílias Fluminenses II Dutra de Escobar — por J. B. Athayde — 1971

Breve História de la Literatura Dominicana — por Nina Castelanos y Ortega — 1968

El Despertar de las Espigas — por Ana Silvia — Santo Domingo, R. D. — 1970

El Peru en la Oea — Ministério de Relaciones Exteriores del Peru — 1970

Discurso Pronunciado por El Señor General de Division E. P. Presidente de la República del Peru, Juan Velasco Alvarado en la Gran Manifestacion Popular — 1970

Génese e Sequencial da Genealogia e Heráldica do Título Côrte-Real — por João Afonso Corte-Real — 1973

XXIX Congresso Luso-Espanhol Lisboa 31 de Março-A 4 de Abril de 1970 — Sessão Inaugural — Tomo I — 1970

XXIX Congresso Luso-Espanhol Colóquio I Geologia Económica — Tomo II — 1970

XXIX Congresso Luso-Espanhol Colóquio II Herança Social Peninsular Perante o Desenvolvimento Industrial — Tomo III — 1970

XXIX Congresso Luso-Espanhol Colóquio V Ultrastrutura Celular — Tomo VI — 1970

O Censual da Mitra do Porto Subsídios para o Estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento — por Cândido Augusto Dias dos Santos — Publicações da Câmara Municipal do Porto

Etnografia Arte e Vida Antiga dos Açores — por Luís Bernardo Leite de Ataíde — Vol. I — 1973

Idem — Vol. II — 1974

Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo nas «Bodas de Diamante» por Pedro de Merelim — 1971

Lucernas Romanas de Conimbriga — por Claudette Belchior Museu Monográfico de Conimbriga — 1969

Para a História da Emigração do Distrito de Ponta Delgada — por Carreiro da Costa — Ponta Delgada — 1972

A Praça do Portão e o Viaduto Loureiro da Silva — pelo Dr. Leandro Silva Telles — Porto Alegre — 1970

Considerações Mínimas acerca da Estrutura da Propriedade Rural — por João Afonso Corte-Real — 1969

Utilisation des Possibilités Tecnniques et Économiques sur la Propriété Foncière Bâtie — por João Afonso Corte-Real — 1966

Preços de Géneros Alimentícios Comerciados nos Mercados do Porto no Séc. XIX (1844-1899) — por J. A. Pinto Ferreira — Publicações da Câmara Municipal do Porto

Auxiliário de Obrigações periódicas de Modelos de Requerimentos de Licenciamento de Obras e de Diplomas sobre Habitação — por João Afonso Corte-Real — 1970

Monumenta Henricina (1451-1454) — Vol. XI — 1970

Idem — (1454-1456) — Vol. XII — 1971

Idem — (1456-1460) — Vol. XIII — 1972

Idem — (1460-1469) — Vol. XIV — 1973

Evolução dos Roteiros Portugueses durante o séc. XVI — por A. Teixeira da Mota — XXXIII Secção de Lisboa — 1969

Lucas Jansz Vaghenaer e o Conhecimento Náutico das Costas de Portugal no Séc. XVI por H. Gabriel Mendes — XXXIV Secção de Lisboa — 1969

O Traçado das Naus e Galeões Portugueses de 1550-80 a 1640 por João da Gama Pimentel Barata — XXXVIII Secção de Lisboa — 1970

O Navio «São Gabriel» e as Naus Manuelinas — por Jaime Martins Barata — XXXIX Secção de Lisboa — 1970

Um Roteiro Apócrifo do Estreito de Magalhães — Tentativa de Identificação de Autoria — por Max Justo Guedes — XLIII Secção de Lisboa — 1970

«O Caique do Algarve e a Caravela Portuguesa» por Octávio Lixa Filgueiras e Alfredo Barroca — XLVI Secção de Lisboa — 1970

Interpretacion de los Vestigios del Uso de un Metodo de Nevegacion Preastronomica en el Atlantico — por Rolando Laguarda Trias — XLVIII Secção de Lisboa — 1970

Planta da Cidade do Funchal desenhada por Agostinho José Marques Rosa — por José Freitas Ferraz — LV Secção de Lisboa — 1968

Un document Nouveau pour L'histoire des Peuls au Sénégal Pendant les XVème et XVIème Siècles — por A. Teixeira da Mota — LVI Secção de Lisboa — 1969

A Malograda Viagem de Diogo Carreiro a Tombuctu em 1565 — por A. Teixeira da Mota — LVII Secção de Lisboa — 1970

Fulas e Beafadas no Rio Grande no Séc. XV — por A. Teixeira da Mota — LX Secção de Lisboa — 1970

Dois Escritores Quinhentistas de Cabo Verde — por A. Teixeira da Mota — LXI Secção de Lisboa — 1971

D. João Bemoin e a Expedição ao Senegal em 1489 — por A. Teixeira da Mota — LXIII Secção de Lisboa — 1971

A África Ocidental em os Lusíadas — por A. Teixeira da Mota — LXXI Secção — 1972

Conhecimentos Geográficos do Brasil em Portugal e em Espanha em 1540 — por Max Justo Guedes — LXVII Secção de Lisboa — 1972

Acerca da recente devolução a Portugal pelo Brasil, de manuscritos da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica (1793-1807) por A. Teixeira da Mota — LXXIV Secção de Lisboa — 1972

Reflexos do Tratado de Tordesilhas na Cartografia Náutica do Séc. XVI — por A. Teixeira da Mota — LXXX Secção de Lisboa — 1973

Cartografia Antiga de Sofala — por A. Teixeira da Mota — LXXXVII Secção de Lisboa — 1973

Bicentenário do Chefe-de Esquadra José Maria Dantas Pereira — por Max Justo Guedes — LXXXIX Secção de Lisboa — 1974

Instruções Náuticas para os Pilotos da Índia nos Começos do Séc. XVII — por A. Teixeira da Mota — XCIII — 1974

Revista de História — N.º 101 — 1975

INDICE

Autores

CONDE DE SUBSERRA

Cartas Inéditas (1818-1825) 167

AZEVEDO (Rafael Avila de)

Introdução, Selecção e Notas às Cartas Inéditas do Conde de Subserra, 1975 167

MARIA DO CÉU (Maria Francisca Bettencourt)

Um Episódio do Natal Terceirense que Bem Pode Ser Verdade (Peça Regional Radiofónica) 219

PARREIRA (Miguel Abreu de Castro)

Imigração Portuguesa na América do Norte/Considerações Histórico-Sociais e Linguísticas, 1969 9

PIRES (António Manuel Bettencourt Machado)

A Pastorícia dos Bovinos na Ilha Terceira, 1969 231

Assuntos

Artigos

Imigração Portuguesa na América do Norte/Considerações Histórico-Sociais e Linguísticas (1969), pelo Dr. Miguel Abreu de Castro Parreira 9

Cartas Inéditas do Conde de Subserra (1818-1825), com Introdução, Selecção e Notas por Rafael Avila de Azevedo 167

Um Episódio do Natal Terceirense que Bem Pode Ser Verdade (Peça Regional Radiofónica), por Maria do Céu (Maria Francisca Bettencourt) 221

A Pastorícia dos Bovinos na Ilha Terceira (1966), pelo Dr. António Manuel Bettencourt Machado Pires 231

Vida do Instituto

Actas das reuniões havidas nos anos de 1971 a 1975 399

Publicações recebidas 463

Este volume, que é o vigésimo nono, trigésimo, trigésimo primeiro, trigésimo segundo e trigésimo terceiro números do «Boletim» do Instituto Histórico da Ilha Terceira, acabou de se imprimir nas oficinas da «União Gráfica Angrense» em Janeiro de mil, novecentos e setenta e sete.